MARCELO LAGES MURTA

AS DIMENSÕES DA CULTURA: A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA SOCIOMUSEOLOGIA NA REPÚBLICA DO KIRIBATI

Orientador: Professor Doutor Mario de Souza Chagas

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Museologia

Lisboa
2021

MARCELO LAGES MURTA

AS DIMENSÕES DA CULTURA: A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA SOCIOMUSEOLOGIA NA REPÚBLICA DO KIRIBATI

Tese defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Doutor em Museologia no curso de Doutoramento em Museologia conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 17 de maio de 2021, com o Despacho Reitoral No 125/2021 de 09 de abril de 2021, com a seguinte composição de júri:

Presidente: Professor Doutor Mario Caneva Moutinho (ULHT);
Arguentes: Professora Doutora Marcele Nogueira Pereira, Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Professora Doutora Judite Santos Primo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT);
Vogais: Profa. Doutora Gabriela Figurelli, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT); Profa. Doutora Maristela Simão, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT); Profa. Doutora Simone Flores, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); Doutora Ana Paula Fitas, Centro de Estudos do Endovélico;
Orientador: Professor Doutor Mario de Souza Chagas (ULHT/UNIRIO).

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Museologia

Lisboa
2021

"Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.

Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.

Caminante no hay camino
sino estelas en la mar".
(Antonio Machado)

AGRADECIMENTOS

A finalização deste trabalho somente foi possível através de uma extensa rede de apoios institucionais, profissionais e pessoais. Todos os trabalhos acadêmicos se realizam por meio do reconhecimento e aprofundamento de investigações prévias, que são lidas, relidas, questionadas, reafirmadas ou transgredidas. E esses caminhos não são trilhados individualmente, mas por meio de relações humanas e de intercâmbios que ocorrem nos mais diversos contextos – dos congressos, simpósios e seminários, com as intensas trocas de ideias estruturadas, aos encontros fortuitos e combinações aleatórias da vida cotidiana. No meu percurso pessoal, essa observação é imprescindível frente aos diferentes contextos por onde transitei e às infinitas possibilidades imaginativas que me traziam: nas Minas Gerais, em Brasília, nos fóruns estaduais de cultura, no mestrado na Espanha, nos encontros ibero-americanos, na observação dos bairros latinos em Nova Iorque, no Morro do Papagaio em Belo Horizonte, nos morros cariocas, nos espaços institucionalizados em Paris e em Lisboa, nos trânsitos pelo leste europeu, pela Turquia e pelo Curdistão, na Universidade Lusófona, nas interlocuções com o universo árabe e islâmico em Lisboa, na vida íntima portuguesa, em Fiji, no Kiribati, e, principalmente, nas viagens literárias. Sou grato a cada uma dessas experiências, e a tantas outras que me ajudaram a desenvolver as principais ideias trabalhadas nesta tese.

Agradeço aos meus pais, Marcios e Josefina, à querida Tia Dena, à eterna Tita, ao meu padrinho Tio Guido, aos meus irmãos, Marcios, Sergio, Marisa e Marina, aos meus cunhados Heloísa, Cecília, Luiz e Pedro, aos meus sobrinhos Rafael, Tiago, Gustavo, Malu, Júlia, Rodrigo, Clara, Paula, Helena, aos meus afilhados Camila e Inácio, aos Tios Bené e Tété, à Tia Maris, à Tia Lóló e a toda uma rede de apoio incondicional de uma base familiar que me ampara desde o início do processo de pesquisa. À Ana e à Mia pela paciência, pelo aprendizado e pelo companheirismo do convívio cotidiano em Lisboa e pelo mundo, e pelos encontros em Caminha com a Mila, o Ilídio, a Maria, o Hugo, a Filomena, a Piedade e a Dady.

Ao meu orientador, Mario de Souza Chagas, agradeço pelo apoio mesmo nas mudanças mais radicais no meu percurso acadêmico, pelas chamadas aos posicionamentos frente às investigações e ações das universidades, das comunidades e dos museus, e pela sensibilidade poética e política tão necessárias nos tempos contemporâneos.

Pelos profundos debates e pelas perspectivas tão diversas para o trabalho com os museus, os meus sinceros agradecimentos aos professores Mario Moutinho, Judite Primo,

Manuel Serafim, Marcelo Cunha e Pedro Pereira Leite, e aos colegas Vânia Brayner, Juliana Campuzano, Juliana Siqueira, Dory Castillo, Margarida Freire Moleiro, Georgina Benrós, Ana Valdés, Ileana Donatien, Amanda Freitas, Maria Miguel Cardoso, Henrique Godoy, Miguel Lara, Luzia Gomes e Máximo Ferreira. Aos professores que compuseram o meu júri prévio, agradeço pelas imensas contribuições para a finalização da tese, nas importantes observações das professoras Marcele Pereira, Judite Primo, Ana Paula Fitas e Gabriela Figurelli. E aos colegas da Associação LUME – Maristela, Ângelo, Cris, Adel, Josi, Érica, Nathalia e João Palmeiro, agradeço pela partilha de sonhos e insistência em um projeto que nasceu no âmbito universitário e que, num futuro próximo, esperamos, concretizará os projetos culturais que tanto desejamos.

Agradeço especialmente à Nathália Pamio Luiz e à Erica de Abreu Gonçalves, pela amizade e pelas parcerias em diversos projetos, inclusive nas importantíssimas contribuições e sensíveis reflexões durante as investigações no Kiribati; ao Ângelo Biléssimo e à Maristela Simão, parceiros no fortalecimento de redes acadêmicas, profissionais e pessoais, e por tantas conversas, trocas e projetos que desenhamos juntos; à Cristina Lara pelo olhar sempre sensível e pelos sonhos esboçados coletivamente; e à Kátia Felipini pela amizade, pelo exemplo de conduta profissional e pessoal, e pelas provocações perspicazes na avaliação dos contextos culturais. Agradeço também à Rita Lages, à Carolina Ruoso, à Nelyane Santos, à Carina Fonseca, ao Bernardo Mata Machado e ao Luiz Henrique Garcia pela amizade e pelas parcerias em BH, em Lisboa e em tantos outros lugares que têm nos possibilitado profundos debates sobre o universo cultural e museal.

Agradeço às velhas e novas amizades vividas e celebradas em Lisboa: na sensibilidade e ativismo poéticos da Júlia Zuza, cujas referências compartilhadas enriquecem as nossas leituras de mundo frente ao convívio distante das nossas origens; nos infinitos encontros com o Klaus Reis e o João Ventura num Tejo Bar que rega e roga pela arte; nos cafés e cerejas com a Rita Catania; e nas contribuições e diferentes perspectivas intercambiadas com a Flávia Covinha, a Nádia Marini, o Mark Soares, o Diogo Cosenza, a Ágatha Kretli, a Flávia Carlet, a Geizy Fernandes, o Sheikh Zabir, a Irma Estopiñà, a Rosa Clarke, a Iolanda Vasile, a Júlia Castro, a Denise Barata, a Luna Siqueira, a Diana Bogado, e tantas outras pessoas que possibilitaram tantas ricas trocas...

Às professoras Maria Helena Cunha e Célia Maria Corsino, pela amizade, pelos primeiros intercursos acadêmicos no âmbito da museologia e da gestão cultural e pela confiança em vários trabalhos que desenvolvemos na DUO Informação e Cultura e posteriormente em

outros projetos. Ao Ariel Lucas, pelo encontro na DUO e pelos trabalhos em Belo Horizonte e pelas discussões empreendidas em diferentes espaços. À Fabiana de Castro, agradeço pelo companheirismo e pelas interlocuções literárias, históricas e percepções sensíveis e argutas sobre a vida e sobre a cultura.

Agradeço também ao professor Rafael Domínguez Martín, pela orientação nos trabalhos de investigação do meu mestrado na Espanha e ao financiamento da *Fundación Carolina.* Aos colegas MICID (*Master Iberoamericano em Cooperación Internacional y Desarrollo*) Gabriela Montesdeoca, Vívian Cabrera, Sérgio Vázquez, Jorge Romero, Paula Herrero, Angi Briceño, Anjana Rodriguez, María Rojo, Francesca Abeltino, Marcela Pérez e Daniel Cubas, agradeço pela amizade, pelos intercâmbios durante as nossas investigações e por outros trabalhos que desenvolvemos nos anos seguintes.

Aos amigos Antía Vilela, Eduardo Pinillos, Nanci de Pinho, Guilherme Sattamini, Fabiana Ferreira, Vanessa de Britto e Diogo Carvalho, agradeço pelo companheirismo e pelas experiências de trabalho no Programa Ibermuseus e no IBRAM, o que possibilitou o aprofundamento de investigações posteriores e que, inclusive, estão presentes em diversas passagens desta tese. À Antía agradeço especialmente pela amizade, pela confiança, pela parceria e pelo ambiente das constantes trocas que prosseguem no correr da vida.

Agradeço imensamente pela disponibilidade daqueles que facilitaram os meus trabalhos de campo: ao Padre Mauro, ao Cleiton Gos e ao Coletivo Muquifu pelas vivências, conversas e parceria constante em BH e em vários outros espaços acadêmicos e comunitários; ao Emanuel Sancho, à Filomena Mendonça, à Ana Bela Lourenço, à Vânia Mendonça, à Olga Vintonyak, ao Vinha e à Câmara de São Brás de Alportel, pela recepção e apoio durante o acompanhamento dos projetos desenvolvidos no Museu do Traje, no Algarve; ao João Moital e aos colegas do Museu do Casal de Monte Redondo, pela generosa recepção e pelas astutas abordagens que proporcionaram tantos debates profícuos durante o projeto Renova Museu; e aos colegas e amigos do Kiribati, especialmente ao Maiaa Iona, pelo esforço de tradução linguística e cultural, e à Tawake Eriata, à Teraaiti Euta, à Kautu Tabwaka, à Pelea Tehumu, ao Frank Thomas, à Rubee Eromanga, à Terengaiti Awerika e à toda a equipe do C&MD, do MCIC, do MIA e do Museu Nacional pelo suporte durante a minha passagem pelo Pacífico Sul. Agradeço, em especial, à Linda Cooper, que acompanhou todo o meu processo de investigação desde o nosso encontro em São Brás, passando pelo Muquifu e com a sua finalização em Kiribati: um sincero "muito obrigado" pelas interlocuções com o universo anglófono e pelas contribuições para percepções mais acuradas sobre o universo dos museus e da cooperação internacional.

Agradeço também aos professores Robert Janes e Richard Sandell pelas orientações durante a publicação de parte das minhas investigações no livro *Museum Activism*, editado pela Universidade de Leicester e importante passo para o meu amadurecimento acadêmico recente.

Agradeço também aos primos e aos amigos Gabriel Murta, Henrique Lages, Fernando Lages, Alexandre Lages, Túlio Cunha Rossi, Rafael Grossi, Mariana Murta, Antônio Pilo, João Eduardo Teodoro da Rocha, Carmen Souza, Daniela Fagundes, Rachel Oliveira, Paulo Henrique Neves e à turma de Brasília – Lis Oliveira, Manuela Leite, Igor Feitosa, Mariana Queiroz, Denise Severo, Sayonara Campos, Alisson Capuzzo e Cleide Vilela – companheiros de longa data que continuam presentes firmemente na minha vida e que tiveram participações diretas ou indiretas nos meus percursos. E aos vários amigos de redes que se construíram em BH, no São Bento, na UFMG, no Centro Universitário UNA, na Prefeitura de Belo Horizonte, no IEPHA, no IPHAN, no Ministério da Cultura, no IBRAM e em tantos outros lugares.

Pelo financiamento da investigação, agradeço à CAPES e ao Ministério da Educação de um Brasil de outrora, quando era mais fácil existir e sonhar. Entretanto, seguimos esperançosos na percepção de que “os sonhos não envelhecem”, como diriam os poetas do Clube da Esquina, de Belo Horizonte. E que venham novos projetos e novos processos nas intensas relações e reflexões que a vida nos proporciona...

RESUMO

Esta tese foi elaborada a partir das observações em torno do desenvolvimento da Política Nacional de Cultura da República do Kiribati, articulada pelo Museu Nacional do país junto a organismos regionais e internacionais. Para tanto, a investigação partiu de uma discussão teórica sobre as disputas pela cultura nas instituições locais e globais, com um trabalho analítico sobre documentos e normativas internacionais no âmbito da UNESCO, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos pactos associados aos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais, Civis e Políticos. A inserção da função social dos museus nas normativas internacionais foi observada a partir da Mesa de Santiago (1972), da formação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), das suas bases intrinsecamente ligadas a experiências práticas e das declarações oriundas de diversos encontros internacionais que viriam a constituir o Programa Ibermuseus, com a Declaração de Salvador (2007), num processo que culminaria na Recomendação de 2015 da UNESCO. A museologia social e a sociomuseologia foram discutidas a partir de experiências ibero-americanas, observadas principalmente em Portugal e no Brasil. Com base em um entendimento amplo, de que a sociomuseologia e as políticas públicas coincidem na busca pela identificação de problemas e de soluções possíveis no tempo presente, foi empreendida uma pesquisa para o desenho da Política Nacional de Cultura da República de Kiribati a partir de um estudo etnográfico e de ações participativas com agentes envolvidos na área cultural no país.

Palavras-chave: Museus, Museologia Social, Sociomuseologia, Direitos Culturais, Políticas Culturais, Kiribati.

ABSTRACT

This thesis is based on observations about the development of the National Cultural Policy of the Republic of Kiribati, which was articulated by the National Museum of the country together with regional and international organizations. To this end, the research started from a theoretical discussion on the disputes for the cultural sector in local and global institutions, with an analytical work on documents and international norms within the scope of UNESCO, the Universal Declaration of Human Rights and the pacts associated with Economic, Social, Cultural, Civil and Political Rights. The insertion of the social role of museums in international norms was analyzed in documents from the Santiago Roundtable (1972), from the formation of the International Movement for a New Museology (MINOM), from practical experiences and from statements coming from different meetings in the international context, such as the Declaration of Salvador (2007) and the constitution of the Ibermuseums Program, which influenced the latest UNESCO Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections (2015). Social museology and sociomuseology were discussed based on Ibero-American experiences, observed mainly in Portugal and Brazil. Based on a broad understanding, that sociomuseology and public policies coincide in the exploration of problems and possible solutions at the present time, research was undertaken to design the National Cultural Policy of the Republic of Kiribati, which was developed using an ethnographic approach and participatory actions with agents involved in the cultural area in the country.

Keywords: Museums, Social Museology, Sociomuseology, Cultural Rights, Cultural Policy, Kiribati.

ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

ADB – Asian Development Bank
ANPUH – Associação Nacional de História
ANU – Australian National University
AOD – Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
ASEAN – Association of Southeast Asian Nations
BCE – Banco Central Europeu
BH – Belo Horizonte
BNM – Belau National Museum
BPA – Broadcasting and Publications Authority
BTC – Betio Town Council
CAMOC – Comitê Internacional para as Coleções e Atividades de Museus de Cidades
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAD – Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento
CE – Comissão Europeia
CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFE – Cultural Forms of Expression
CFP – Colonies Françaises du Pacifique
C&MD – Culture and Museum Division
CICI – Comitê Internacional de Cooperação Intelectual
CIJ – Corte Internacional de Justiça
COMESA – Common Market for Eastern and Southern Africa
CP – Comunidade do Pacífico
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGPC – Direção Geral do Património Cultural
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECOSOC - Conselho Económico e Social das Nações Unidas
EIF - Enhanced Integrated Framework
EUA – Estados Unidos da América
FESTPAC – Festival of Pacific Arts
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMID – Fotografia, Memória e Identidade
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
GATS – General Agreement on Trade in Services
HRC – Human Rights Council
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
IC - International Consultant
ICOFOM – Comitê Internacional de Museologia
ICOM – Conselho Internacional de Museus
IFCD – International Fund for Cultural Diversity
IICI – Instituto Internacional de Cooperação Intelectual
IMHS – Itoin Mainiku High School
IMO – International Museums Office
INODEP – Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITC – International Trade Centre
JICA – Japan International Cooperation Agency
KCCI – Kiribati Chamber of Commerce and Industry
KCY – Kiribati Catholic Youth
KIT – Kiribati Institute of Technology
KPC – Kiribati Protestant Church
KUC – Kiribati Uniting Church
KUC – Kiritimati Urban Council
LDC – Least Developed Countries
M&E – Monitoring and Evaluation
MCIC – Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives
MCMR – Museu do Casal de Monte Redondo
MFED – Ministry of Finance and Economic Development
MELAD – Ministry of Environment, Lands, and Agricultural Development
MFAI – Ministry of Foreign Affairs and Immigration
MFMRM – Ministry of Fisheries & Marine Resources Management
MG – Minas Gerais
MHMS – Ministry of Health and Medical Services
MIA – Ministry of Internal Affairs
MICTTD – Ministry of Information, Communication, Transport and Tourism Development
MINC – Ministério da Cultura do Brasil
MINOM – Movimento Internacional para a Nova Museologia
MIRAB – Migration, Remittances, Aid financed and Bureaucracy
MISE – Ministry of Infrastructure and Sustainable Energy
MJ – Ministério da Justiça (Brasil)
MLPID - Ministry of Line and Phoenix Islands Development
MNA – Movimento dos Países Não Alinhados
MNC – Musée de Nouvelle Calédonie
MOE – Ministry of Education
MOJ – Ministry of Justice
MOU – Memorandum of Understanding
MTC – Kiribati Marine Training Centre
MUF – Museu de Favela
MUQUIFU – Museu de Quilombos e Favelas Urbanos
MUT – Museu do Traje de São Brás de Alportel
MWYSA – Ministry of Women, Youth, Sports and Social Affairs
NCCA – National Committee for Culture and Arts
NCP – National Cultural Policy
NGO – Non-governmental organization
NZAid – New Zealand Aid Programme
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIM – Office international des musées
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual
OMT – Organização Mundial do Turismo
PIB – Produto Interno Bruto

PIDCP – Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos
PIDESC – Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PIF – Pacific Islands Forum
PIMA – Pacific Islands Museums Association
PIPA – Pacific Islands Producers' Association
PIPA – Phoenix Islands Protected Area
PNC – Política Nacional de Cultura
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROFIT - People, Resources, Overseas management, Finance and Transport
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PT – Partido dos Trabalhadores (Brasil)
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RAK – Reitan Aine ni Kamatu - Kiribati Uniting Church Women
RERF – Revenue Equalization Reserve Fund
RPC – República Popular da China
SAI – Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura do Brasil
SDG – Sustainable Development Goals
SEFIC – Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura do Brasil
SEGIB – Secretaria Geral Ibero-Americana
SIDS – Small Island Developing States
SITE – Small Island Tourist Economies
SPC – South Pacific Community
STDF – Standards and Trade Development Facility
TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação
TK – Traditional Knowledge
TO – Tourism Office
TOURAB – Tourism, Aid and Bureaucracy
TPI – Tribunal Penal Internacional
TRIMS – Agreement on Trade-Related Investment Measures
TRIPS – Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights
TUC – Teinainano Urban Council
UA – União Africana
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development
UNDESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs
UNDP – United Nations Development Programme
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura
UNIDO –United Nations Industrial Development Organization
USP – Universidade de São Paulo
USP – University of South Pacific
WWII – World War II

ÍNDICE GERAL

Introdução 16
Apresentação do tema, problemáticas e hipóteses 17
Objetivos da investigação 23
Metodologia de investigação 23
Referências teóricas e estrutura da tese 27
Capítulo I 33
Direitos Culturais e Políticas Culturais 33
1.1. Os Direitos Culturais e a formação das instituições internacionais 34
1.2. Direitos Humanos, Direitos Culturais e Cidadania Cultural 50
1.3. As políticas culturais entre categoria analítica e campo de ação política e institucional 68
1.4. As disputas pela cultura 84
1.5. As agendas da diversidade cultural no século XXI 103
Capítulo II 121
Sociomuseologia e Democracia Cultural 121
2.1 Instâncias internacionais e disputas conceituais 122
2.2 Os anos 1970 e as políticas museológicas dos anos 2000 135
2.3 Sociomuseologia em processo 150
2.4 Articulações possíveis entre a Sociomuseologia, os Direitos Culturais e as Políticas Públicas 162
Capítulo III 169
O Sul do Pacífico e a República do Kiribati 169
3.1. Descolonização e Permanência Colonialista 170
3.2. Desconstruções entre o abandono e o idílio 181
3.3. *Te Mauri, Te Raoi ao Te Tabomoa* 197
3.4. *Te Umwanibong:* dinâmicas sociais e políticas no Museu Nacional 216
Capítulo IV 234
A construção coletiva da Política Nacional de Cultura do Kiribati 234
4.1. As políticas culturais em Kiribati: da independência aos processos contemporâneos 235
4.2. Diagnóstico cultural 242
4.3. Oficinas e grupos de discussão 267
4.4. PNC: documento gerado e escrutínio público 274
Considerações finais 280
Referências Bibliográficas 292
Apêndices
1. Diagnostic Report and Policy Recommendations - 2019
2. National Cultural Policy – Final Report – 2019
3. Brief Report – 1st Mission
4. Surveys
Anexos
1. National Cultural Policy 2014 – DRAFT
2. Field Report – Kiritimati
3. BTC and TUC Report
4. MCIC Policy – Protection of TK and CFE
5. Memorandum of Understanding – USA / Kiribati
6.Te Unimawane Policy – DRAFT

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - The Banner of Peace. 43
Figura 2 - Monumento na sede da Unesco 46
Figura 3 - Visita da socióloga paquistanesa Farida Shaheed ao Museu do Índio 116
Figura 4 - Croqui promocional dos países do Pacífico 177
Figura 5 – Mapa com a localização do Kiribati e de Tarawa no Sul do Pacífico. 177
Figura 6 - Exemplo de mapa/croqui com a usual divisão das ilhas do Oceano Pacífico em regiões culturais. 179
Figura 7 - Vista geral da exposição de longa duração no Fiji Museum, em Suva, Fiji. 186
Figura 8 - Mapa da República do Kiribati disponibilizado pela Comunidade do Pacífico 198
Figura 9 - Te Wa – canoa tradicional de Kiribati. 199
Figura 10- Maneabas tradicionais, modernas e o Parlamento de Kiribati 204
Figura 11 - Edifício principal do Te Umwanibong e Maneaba construída junto ao Museu Nacional. 223
Figura 12 - Visitas escolares ao Museu Nacional – Te Umwanibong. 224
Figura 13 - Famílias abrigadas na maneaba do Museu Nacional, em Tarawa 225
Figura 14 - Plantas solares e gerador instalados ao lado do edificio do museu e de sua maneaba 226
Figura 15 - Visão geral da sala principal do Museu Nacional – Te Umwanibong. 228
Figura 16 - Detalhes da exposição de longa duração - Museu Nacional – Te Umwanibong 228
Figura 17 - Exposição etonográfica e detalhe da garrafa da água de Makin 229
Figura 18 - Coleção da Batalha de Tarawa e armaduras do guerreiro insular 230
Figura 19 - Realização de entrevistas em Abaiang (E) e aplicação de questionários em Kiritimati (D). 248
Figura 20 - Te Unimwane e Associação de mulheres em Kiritimati. 249
Figura 21 - Te Unimwane em Kiritimati. 252
Figura 22 - Ensaio de coro com tábua percussiva ao centro e performance feminina em Abaiang (E) e Performance durante um Botaki (Celebração de Boas-Vindas) em Tarawa (D) 255
Figura 23 - Produção artesanato de telhados e tapetes em Kiritimati (Superior), Artesanato local em feira (E) e no comércio local (D) em Tarawa. 259
Figura 24 - Extração manual de copra em Abaiang (Superio Esquerdo), venda de pescados em Tarawa (Superior Direito) e Maiaa Iona na feira popular em Tarawa. 261
Figura 25 - Ruínas da II Guerra Mundial.. 264
Figura 26 - Workshops realizados em Kiritimati (E) e Tarawa (D). 271
Figura 27 - Workshop organizado em Tarawa 273

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Cronologia resumida do Programa Ibermuseus. 144
Tabela 2 - Cronologia resumida de aprovação da Recomendação da UNESCO de 2015. 147
Tabela 3 - Dados básicos sobre a situação econômica e de desenvolvimento humano dos países da Comunidade do Pacífico (CP). 172
Tabela 4 - Situação política, moeda circulante e relações dos países da Comunidade do Pacífico frente à One China Policy em 2020..... 193
Tabela 5 - População, área e zona econômica exclusiva dos países e territórios da Comunidade do Pacífico (CP)..... 195
Tabela 6 - Identificação dos grupos entrevistados. 246
Tabela 7 - Detalhamento dos grupos culturais representados. 246
Tabela 8 - Identificação dos grupos que responderam ao questionário. 251
Tabela 9 - Número total de participantes por setor em cada oficina realizada..... 267
Tabela 10 - Composição sugerida para o NCCA. 282

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Diagrama 1 - Fases e produtos dos processos de consultoria e de investigação. 241

Gráfico 1 – Respostas ao primeiro bloco comum de perguntas do questionário. 253
Gráfico 2 – Respostas ao segundo bloco comum de perguntas do questionário. 254
Gráfico 3 – Respostas ao terceiro bloco comum de perguntas do questionário. 256
Gráfico 4 – Respostas ao quarto bloco comum de perguntas do questionário. 258
Gráfico 5 – Respostas ao quinto bloco comum de perguntas do questionário. 260
Gráfico 6 – Respostas ao sexto bloco comum de perguntas do questionário. 263
Gráfico 7 – Respostas ao sétimo bloco comum de perguntas do questionário. 265
Gráfico 8 – Percentual de participante por setor. 268

Introdução

Apresentação do tema, problemáticas e hipóteses

O tema central definido para esta tese partiu de reflexões sobre as convergências possíveis entre a museologia social e as políticas públicas para a cultura. Algumas das principais inspirações para essas duas áreas emergiram dos direitos humanos e dos direitos culturais, principalmente a partir da segunda metade do século XX, e da insurgência dos movimentos sociais atrelados à contracultura dos anos 1960. A formação das instituições internacionais após a II Guerra Mundial foi acompanhada pela maturação dos direitos humanos e pela sua transformação em pactos específicos e em instituições regionais e globais. O surgimento da UNESCO, principal organismo promotor dos direitos culturais, e do ICOM, agremiação setorial para a área de museus, permitiu que fossem abertos fórum deliberativos que congregavam ideias e conceitos diversos, ao mesmo tempo em que estabeleciam normas e diretrizes para o setor cultural, educacional e museológico em todo o mundo. Se, por um lado, os posicionamentos acordados na UNESCO sofriam pressões de nações mais poderosas, dada a sua própria localização em Paris e a prevalência de academicismos que muitas vezes refletiam os sistemas colonialistas, por outro lado, a organização reconfigurou-se com o passar dos anos. Tais mudanças chegaram ao ponto de a Unesco assumir e defender os processos de descolonização dos anos 1960 e 1970 e, nas últimas décadas, posicionar-se frontalmente nos debates no âmbito da OMC que tentavam centralizar as discussões sobre a cultura em seus aspectos unicamente comerciais e de proteção à propriedade intelectual, sob a liderança das delegações dos EUA e do Reino Unido.

As políticas culturais, tal qual as conhecemos, sofreram várias mudanças paradigmáticas desde o seu surgimento nos anos 1960. Inicialmente, elas foram incorporadas aos discursos e projetos da UNESCO com aspectos elitistas, dada a manutenção de rígidas estruturas na divisão colonialista dos povos. Contudo, no fim dessa década, as mudanças já foram efetivas, com a incorporação de agendas democratizantes frente às várias utopias que eram desenhadas com a contracultura e os movimentos estudantis, as revoluções culturais, os movimentos de libertação e de independência, os movimentos pacifistas, hippies, feministas, antirracistas, dentre outros. O setor museal acompanhou esse processo, com experiências que desconstruíam os sentidos tradicionais dos museus, na afirmação de sua importância para o desenvolvimento social, incorporado às buscas por soluções para os problemas sociais do tempo presente. Isso se materializou na realização da Mesa de Santiago, em 1972, cujas discussões enfatizaram a importância da revisão da função social dos museus, ao mesmo tempo em que trouxeram centralidade para problemas específicos vividos pelos países da América Latina. Diversos

processos ocorreram desde então, e o intento classificatório das academias trouxe conceitos e movimentos como a nova museologia, os ecomuseus, museus de território, museus de bairro, museus comunitários, dentre outros. A museologia social e a sociomuseologia surgiriam décadas depois, e se apresentam hoje como as principais herdeiras desses movimentos no setor museal.

A escolha do tema desta tese resultou da experiência profissional e acadêmica do autor, dado o trânsito por instituições que possuem como cerne a memória, o patrimônio e o exercício dos direitos culturais. A tese apresenta-se a partir das composições teóricas com base em quatro conceitos – direitos culturais, políticas culturais, Sociomuseologia e democracia cultural – e da experimentação da elaboração da Política Nacional de Cultura da República do Kiribati à luz da sociomuseologia. O projeto havia sido inicialmente pensado de forma completamente diferente, com o foco em aspectos identitários latinos e na instrumentalização do *Museo del Barrio* para a inserção social e política dos habitantes latinos do *East Harlem,* em Nova Iorque. Outras mudanças de percurso levaram as reflexões para a América Latina e para Portugal, com interseções poéticas que alimentavam a compreensão sobre os processos analisados, seja no Museu de Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu), no Brasil, ou no Museu do Traje de São Brás de Alportel, em Portugal. A observação de todo o processo trilhado, porém, permitiu que as conexões e as convergências trouxessem o sentido esperado ao trabalho de investigação: no que tange ao exercício dos direitos culturais, na função social dos museus, na sua instrumentalização atrelada ao desenvolvimento sustentável, e nos processos políticos que podem ser desencadeados a partir dos processos museais, ou dito de outra forma, em como o museu pode servir de ponto de partida para pensar o desenho das políticas públicas. Esses pontos acompanharam todo o percurso acadêmico do autor, e as mudanças no projeto, na sua metodologia e nos objetos da investigação, trouxeram perspectivas plurais que, de alguma forma, passaram a compor as reflexões desta tese.

A ideia das *mudanças de rumo* talvez induza a interpretações equivocadas, uma vez que o que se desenvolveu foi um processo de constante agregação, sem separações artificiais entre a vivência do autor e a escrita acadêmica. Ainda que os projetos acadêmicos e científicos pareçam determinados a comprovar hipóteses definidas em seu princípio, essas *mudanças de rumo* – ou que talvez se aproximem mais de um *encontro do rumo* ou, simplesmente, *rumo* – são patentes à natureza humana frente às adversidades e aos novos interesses e desinteresses. Mesmo que se busque a objetividade e o distanciamento entre pesquisador e objeto nas produções acadêmicas, as linhas biográficas dos autores são indissociáveis (ou artificialmente

dissociáveis) dos seus trabalhos acadêmicos. Edward Said (2007), em sua obra mais famosa – Orientalismo – reflete que as questões iniciais para o desenvolvimento das teses são princípios de processos de investigação, e que "não há um ponto de partida meramente dado ou simplesmente disponível: o início de cada projeto tem de ser feito de maneira a *permitir* o que se segue". (Said, 2007, p.45). Nesse ponto, não há o abandono de um ou outro projeto ou objeto, e o sentido da construção do conhecimento efetiva-se na consolidação das ideias e na comprovação das hipóteses que surgem a cada momento. Há, a partir desse prisma de observação, ao menos três sequências manifestas no percurso da investigação: a sequência dos trabalhos investigativos, a sequência da escrita e a sequência da apresentação do texto final da tese. A organização final de todo o trabalho dá-se pela sua apresentação e comunicação, como a síntese de uma longa caminhada, sem respeitar, necessariamente, caminhos pré-estabelecidos ou ordens impostas nos planejamentos iniciais. O fato de não obedecerem a uma mesma linha constante e tranquila traz contribuições a uma espécie de pensamento anárquico, alinhado às perspectivas do anti-método, de Paul Feyerabend:

> O conhecimento (...) não é um gradual aproximar-se da verdade. É, antes, um oceano de alternativas mutuamente incompatíveis (e, talvez, até mesmo incomensuráveis), onde cada teoria singular, cada conto de fadas, cada mito que seja parte do todo força as demais partes a manterem articulação maior (...). Nada é jamais definitivo, nenhuma forma de ver pode ser omitida de uma explicação abrangente. (Feyerabend, 1977)

Alguns questionamentos permearam a finalização da tese, ao tomar esse sentido de observação sobre o processo trilhado. Onde estariam os pontos de amarra que dariam sentido a um trabalho de investigação desenvolvido em meio a contextos tão diversos e com tantas idas e vindas, revisões do projeto e suas hipóteses? Haveria sentido em trazer reflexões sobre processos que se desenvolveram em lugares tão distantes e díspares, sem correr o risco de cair num desenho de hipóteses aleatórias, devaneios livres sobre o curso pessoal e profissional do autor, ou mesmo um risco de certa exotização das experiências? Como trazer para o mesmo corpo de discussão as observações sobre um museu em uma região turística de Portugal (o Algarve) e outro em uma favela brasileira em Belo Horizonte? Como conectar todo esse processo às experiências investigativas e interventivas para a construção da política nacional de cultura de um país insular no sul do Oceano Pacífico, o Kiribati? Todos esses questionamentos foram reunidos e discutidos durante a finalização da investigação, e a sua sistematização acabou por dar forma ao trabalho.

A tese se desenrolou de maneira orgânica, em crescimentos sincrônicos. A revisão de literatura, feita nos primeiros capítulos, baseou-se também nas experiências abordadas nos capítulos seguintes, da mesma forma que as experiências se referiam às teorias geradas por elas mesmas. A escrita desenvolveu-se em uma espécie de processo natural no qual todo o produto amadureceu como um só organismo, e a sua finalização foi permitida, justamente, por sua observação como um todo. Essa tomada de posição sobre a construção do conhecimento se aproxima das reflexões propostas por Gaston Bachelard frente ao desenvolvimento das ciências e dos processos epistemológicos:

> O conhecimento do real é uma luz que projecta sempre algumas sombras. Nunca é imediato e pleno. As revelações do real são recorrentes. O real nunca é 'o que se poderia achar' mas é sempre o que se deveria ter pensado. O pensamento empírico torna-se claro *depois*, quando o conjunto de argumentos fica estabelecido. Ao retomar um passado cheio de erros, encontra-se a verdade num autêntico arrependimento intelectual. No fundo, o acto de conhecer dá-se *contra* um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é um obstáculo à espiritualização. (Bachelard, 2006, p.19 – 20)

Um dos aspectos centrais da museologia social está relacionado a seus processos interventivos. Frente às problemáticas apresentadas no tempo presente, o museu atua por meio de processos participativos e ativistas para pensar soluções para melhorar a qualidade de vida das populações, fomentar o desenvolvimento social local e facilitar a emancipação dos sujeitos. Nesse ponto, a observação das duas experiências, em Portugal e no Brasil, possibilitou a compreensão de processos sociais em curso, frente à atuação de coletivos e das instituições públicas e privadas. Isso salientou a função social dos museus, dada a participação das comunidades, a maneira como articulam as suas demandas políticas e como exercem os seus direitos culturais. Da mesma forma, ao analisar as políticas culturais existentes nos dois países, foi possível notar não somente as formas de ação direta dos governos, por meio de financiamentos e projetos, mas também a legitimação de discursos que criam atmosferas mais ou menos favoráveis a processos museais alinhados às perspectivas da Sociomuseologia. Esse arcabouço gerado facilitou o desenvolvimento do projeto de consultoria junto às Nações Unidas: a elaboração da Política Nacional de Cultura da República do Kiribati, centrada em processos participativos desenvolvidos no Museu Nacional do país e pensada a partir do respeito aos direitos culturais e das dimensões social, econômica e cidadã da cultura. Todo esse processo trouxe coesão para o corpo da tese, com as contribuições teóricas e práticas em

retroalimentação, e os resultados finais apresentados numa perspectiva de investigação aplicada às ações no território.

As questões a que a tese busca responder estão orientadas pelas articulações entre as políticas culturais contemporâneas, os direitos culturais e a Sociomuseologia. Todo o processo de investigação, ao associar-se ao planejamento do trabalho de campo em Kiribati, trouxe as principais inquietudes expressas nas questões a que a tese busca responder:

Qual seria o papel do museu frente aos processos para a elaboração de uma política nacional de cultura?

Poderia o museu protagonizar esse processo, ao conjugar os desejos de memória aos projetos de futuro?

Que contribuição a sociomuseologia teria nesse processo, levando em conta seus aspectos participativos e ativistas?

A hipótese para tais questões é a de que os museus podem conjugar os três tempos – passado, presente e futuro – para a identificação de problemas presentes e vislumbrar futuros possíveis a partir do exercício consciente da memória e dos direitos culturais. Em outras palavras, as políticas públicas (e não somente as culturais) para a democracia cultural podem ser desenhadas a partir de uma perspectiva sociomuseológica, tendo os museus como referenciais para os debates que alimentam esse processo. Nesse sentido, a Sociomuseologia apresenta-se como uma mentalidade, ou forma de pensar, através do qual a participação e o ativismo articulam-se para o desenho de políticas públicas alinhadas ao respeito aos direitos culturais. Parte-se do pressuposto, ademais, de que não bastaria somente a prática museal técnica como subsídio às políticas culturais, o que poderia gerar um efeito inverso: ao partir de olhares etnográficos e colonialistas de alguns museus tradicionais, por exemplo, os agentes públicos poderiam suscitar projetos políticos mais autoritários. Os olhares sociomuseológicos, por outro lado, evidenciariam políticas públicas com base na participação, no ativismo, no desenvolvimento sustentável e no respeito aos direitos humanos. O projeto, por outro lado, buscou evitar o maniqueísmo conceitual com duas propostas que trariam conceitos e ideologias antagônicas, e propôs uma investigação para experimentar a prática sociomuseológica, com o devido fomento às perspectivas técnicas, e com a expectativa da geração de documentos públicos alinhados com o respeito aos direitos culturais.

O Museu Nacional do Kiribati surgiu como um espaço ideal para o debate sobre as políticas culturais. Mesmo que montado a partir de referências etnográficas, colecionistas e com discursos colonialistas, o espaço do Museu Nacional (*Te Umwanibong*) atualmente permite o desenvolvimento de debates, investigações e encontros casuais e organizados. Os processos para a construção de políticas públicas participativas são desafiadores em qualquer contexto, e, no caso apresentado, foram diversas as dificuldades encontradas, muitas vezes frente às expectativas geradas pelos próprios atores envolvidos nos processos. Por outro lado, algumas características das culturas do Pacífico Sul apresentam especificidades que facilitam a execução de projetos participativos. As comunidades das ilhas de Kiribati estão ambientadas a realizar reuniões e encontros para as tomadas de decisão local, em processos que são acompanhados de protocolos e ritos nos principais espaços de encontros, as *Maneabas*. As relações entre os clãs, que guardam os conhecimentos e saberes tradicionais, porém, são extremamente fechadas. Isso mantém obstáculos para alguns processos de promoção dos saberes, como a elaboração de inventários ou a disseminação de práticas e trabalhos da área cultural pelo museu. O respeito a tais restrições, mantidas por algumas famílias e por alguns clãs, é essencial para a compreensão de um contexto social tão afetado pelas relações impostas pelos poderes colonialistas exercidos durante séculos. As gerações mais jovens vivem uma relação paradoxal entre os processos contemporâneos e as tradições culturais herdadas, e há uma busca pela definição de rumos para o país, com interpretações sobre o ancestral e o contemporâneo num exercício de consciência útil e desejável para os caminhos escolhidos para a Política Nacional de Cultura (PNC). Durante os processos de trabalho, o ambiente observado desvelou disputas por protagonismo na elaboração da política cultural, entre grupos de diversos ministérios e interessados de várias instituições e grupos sociais, como as igrejas, associações, universidades, artistas, chefes locais e também agências estrangeiras.

A definição do título da tese e as abordagens propostas para o trabalho trouxeram também algumas questões frente aos próprios fraseamentos propostos. Clareza havia nas chaves analíticas a partir das dimensões da cultura, das políticas culturais, dos direitos culturais e da Sociomuseologia. Entretanto, as ideias sofreram mudanças significativas, por exemplo, quando foram pensadas e abordadas na proposta para a construção de políticas públicas, e não somente de políticas culturais, a partir da Sociomuseologia. Como será argumentado no decorrer da tese, as políticas públicas, em geral, partem da identificação de demandas e problemas, algo que está também no cerne da Sociomuseologia. Ainda que a tese se desenvolva a partir de experiências referentes às políticas culturais, também as políticas públicas de outros setores poderiam (ou

deveriam) ser desenvolvidas a partir dessas lentes sociomuseais. Nada mais apropriado que desenvolver políticas ambientais a partir de uma leitura do território, com base em seus cidadãos e em seus patrimônios. As políticas sanitárias possuem forte conexão culturalista quando são identificadas práticas tradicionais ou remédios com base em recursos naturais locais, assim como ocorre em outros setores, como o econômico, o social e o educacional. A leitura dos contextos locais não é somente útil, mas necessária para o desenho de políticas públicas, que nada mais são do que desejos e utopias com base nas demandas e na identificação dos problemas dos cidadãos. Os processos sociomuseais embasaram-se, desde as suas origens, em um aspecto de manifesto, porém como sugestão que não se propõe panaceia, mas caminho democrático possível.

Objetivos da investigação

Objetivo geral:

- Apresentar e discutir o processo de elaboração da Política Nacional de Cultura da República do Kiribati a partir de experiências sociomuseológicas voltadas à promoção dos direitos culturais.

Objetivos específicos:

- Compreender a inserção dos direitos culturais e da diversidade cultural nas agendas dos organismos internacionais;
- Compreender as relações entre a Sociomuseologia e as políticas culturais;
- Realizar uma investigação sobre os processos de descolonização e o contexto das políticas culturais no Pacífico Sul e no Kiribati;
- Examinar o processo de elaboração da Política Nacional de Cultura do Kiribati a partir de uma investigação qualitativa junto ao Museu Nacional (*Te Umwanibong)*.

Metodologia de investigação

A investigação empreendida foi essencialmente qualitativa, ainda que tenha também utilizado instrumentos de coleta de dados que foram tabulados e quantificados durante a elaboração da tese. Inicialmente, foi feito um extenso trabalho de análise do estado da arte, com

o levantamento de autores de referência para os conceitos que guiaram todo o processo de investigação. Após ter elucidadas as referências iniciais da investigação, foi também empreendida a análise de documentos institucionais, cartas internacionais, declarações e instrumentos normativos de organizações internacionais, principalmente da UNESCO, que é o principal organismo internacional multilateral voltado para as políticas culturais e patrimoniais. Dentre os documentos analisados, figuraram a Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), a Declaração Universal da Diversidade Cultural (UNESCO, 2001), além dos documentos constitucionais da UNESCO, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, os pactos de 1966, dentre outros. Além disso, foi também essencial a análise dos relatórios de Karima Bennoune e de Farida Shaheed, relatoras especiais para os Direitos Culturais da ONU, nomeadas a partir de meados dos anos 2000. Entender essa associação entre as instituições internacionais – a UNESCO e o Conselho de Direitos Humanos da ONU –, e a vinculação ao desenvolvimento de políticas culturais no âmbito de cada Estado-Nação, foi um processo necessário para a passagem às fases seguintes da investigação, de caráter mais específico.

Após as análises documentais e de trabalhos de referência, foi desenvolvida uma investigação de campo para o acompanhamento dos processos museais que ocorriam no Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu), no Brasil, e no Museu do Traje, no interior de Portugal. Foram três meses de pesquisa em cada uma das instituições, por meio de observação participante, de modo a estudar as dinâmicas comunitárias que ocorriam em cada instituição e no seu entorno. Esses dois processos foram importantes para a percepção das articulações que ocorriam nas instituições, pela convergência dos seus sentidos participativos e ativistas. As reflexões correspondentes foram incorporadas ao subcapítulo *Sociomuseologia em processo*, que propôs uma imersão nas discussões sobre o ativismo nos museus, aspecto trabalhado de forma substancial pelos professores e investigadores da Universidade de Leicester. Ademais, o contato com a bibliografia anglófona trouxe outras referências para a discussão, a exemplo da *participação* nos museus, da obra de Nina Simon (2010), e do *ativismo*, de autores como Richard Sandell e Robert Janes (2019). Todo esse processo foi importante para consolidar a parte teórica e conceitual da tese e associá-la diretamente às práticas museais. Após o início dos trabalhos de investigação e consultoria para o desenvolvimento da Política Nacional de Cultura

de Kiribati[1], todos esses aspectos foram retomados na convergência entre os direitos culturais, as políticas culturais e a Sociomuseologia.

Para o trabalho de campo em Kiribati foi definida uma metodologia que compreendeu três fases: na primeira visita de campo, foi feita uma pesquisa por meio de observação participante, visitas a locais de práticas culturais, instituições públicas e privadas, e foram realizadas entrevistas semiestruturadas para a compreensão dos processos culturais locais, em um processo que durou 30 dias; na segunda fase, que durou aproximadamente dois meses, foram aplicados questionários pela internet e de maneira presencial, com o apoio dos técnicos do Museu Nacional; finalmente, para a efetivação da investigação e das intervenções locais, foram desenvolvidas oficinas e debates participativos durante a segunda visita de campo, com duração total de aproximadamente 45 dias. Todo o processo de investigação gerou uma massa documental para análise e conclusão da investigação, entre referências bibliográficas, horas de entrevistas, questionários respondidos, relatórios de pesquisa de campo e documentos associados às políticas culturais do país. O processo de análise partiu de um olhar transdisciplinar para a elaboração da tese: uma perspectiva sócio-histórica para o estudo documental e contextual; um olhar antropológico, como forma de mapear os grupos sociais e culturais atuantes no cenário da cultura e do patrimônio, através de diálogos diretos para a obtenção de diferentes perspectivas de diversos grupos; uma análise com um viés da gestão cultural; e, finalmente, uma perspectiva de intervenção social para as oficinas e os debates com a finalidade de deliberar sobre os rumos a serem tomados pela PNC.

Para a coleta dos dados, foram desenvolvidos instrumentos específicos para cada processo. Os roteiros pré-estabelecidos para a realização das primeiras entrevistas estiveram centrados na identificação de pontos contextuais específicos e na sua relação com os aspectos gerais de direitos culturais, políticas culturais, memória, patrimônio e outros temas afins. Para tanto, foram selecionadas algumas perguntas gerais, que abordassem alguns conceitos-chave utilizados para a elaboração da política nacional de cultura do país, como cultura, desenvolvimento, direitos humanos, direitos culturais, turismo, economia e democracia, que eram lançados de maneira a possibilitar que os interlocutores expressassem as suas opiniões e posicionamentos livremente frente a tais aspectos. Foram realizadas, no total, 132 entrevistas, sendo 69 em Tarawa, 39 em Abaiang, 3 em uma das ilhas remotas de Abaiang e 21 em

1 Todo o processo de investigação e consultoria no Kiribati contou com a participação da mestranda Nathália Pamio e da doutoranda Erica de Abreu Gonçalves, ambas do Departamento de Museologia da ULHT. As pesquisadoras auxiliaram a investigação como grupo de apoio local, em Lisboa, para as discussões conceituais, a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, a análise e revisão dos documentos finais, e a implementação do projeto.

Kiritimati. Tais entrevistas foram gravadas e após a finalização da primeira visita de campo, foram elaborados questionários a serem enviados para os diversos grupos de interesse, com questões fechadas e abertas e com possibilidades de preenchimento online ou presencial. Ademais, muitas das perguntas inseridas nos questionários partiram de frases e percepções expressas pelos próprios entrevistados na primeira fase, de maneira a inserir os sistemas culturais locais nas dinâmicas do diagnóstico cultural que se desenhava.

Após a primeira visita ao país, foi elaborado um questionário para ser respondido por representantes de 6 grupos selecionados após discussões com a equipe local: Conselhos Urbanos, Citadinos e Insulares (Q1); Questionário para Igrejas e Lideranças Religiosas (Q2); Ministérios e Autoridades Públicas (Q3); Grupos Culturais, Artistas e Associações (Q4); Universidades (Q5); e Indústrias da Informação e da Comunicação (Q6). Essa divisão foi feita devido às especificidades de algumas perguntas, feitas somente a determinados grupos, e também facilitou a organização final dos dados para análise. Nos questionários, de maneira geral, foram abordados os seguintes temas: *Cultura e direitos*; *Música e Dança*; *Maneabas, Vilas e Comunidades*; *Artes e Artesanato*; *Meio Ambiente, Desenvolvimento Local e Segurança Alimentar*; *Patrimônio e Arqueologia*; e *Línguas, Conhecimentos Tradicionais e Tradições Orais*. Além disso, foram feitas perguntas diretas sobre a atuação do Estado no fomento e na facilitação das práticas culturais, assim como colhidos depoimentos abertos sobre as políticas culturais no país e no sul do Pacífico. Foram respondidos e validados 45 formulários, que foram descritos e analisados no quarto capítulo da tese.

A última etapa do trabalho de campo foi desenvolvida por meio de 4 oficinas com debates públicos para a elaboração do documento da política nacional de cultura. O primeiro workshop foi realizado em Kiritimati, o segundo no Parlamento, em Tarawa, o terceiro, em Betio, e o quarto, junto a funcionários do Museu Nacional. As oficinas contaram com cerca de 30 participantes cada, à exceção da última, que foi realizada de maneira distinta, somente com os funcionários do museu. Ao trazer para o debate público diversos elementos identificados na investigação, foi possível colher dados e depoimentos extremamente úteis à elaboração dos documentos finais, ao mesmo tempo em que foi buscado o consenso para temas específicos, linhas de ação e para as abordagens consideradas na PNC. A redação e a revisão do texto da PNC foram concluídas após o retorno a Lisboa, em constante diálogo com as autoridades locais de Kiribati, por meio de correio eletrônico. O documento foi, finalmente, enviado para os ministérios envolvidos no processo, para a sua validação final e implementação, e a sua apresentação fechou o corpo de capítulos da tese, antes da redação das considerações finais.

Referências teóricas e estrutura da tese

As referências teóricas utilizadas para a tese não se limitaram a autores vinculados diretamente à Sociomuseologia. Esse ponto caracteriza a própria área, dada a sua transdisciplinaridade e possibilidade analítica para os mais diversos campos. Os debates desenrolaram-se a partir da escolha de quatro conceitos cruciais – direitos culturais, políticas culturais, Sociomuseologia e democracia cultural –, com base em análises teóricas e nas suas possíveis articulações com referências específicas sobre o Pacífico Sul. Além disso, os estudos do Pacífico (*Pacific Studies*), linhas de investigação específicas desenvolvidas, principalmente, na Universidade do Sul do Pacífico (USP), abriram as reflexões para a situação histórica, política, econômica e social do Kiribati e de sua região.

Assumir esse processo como uma escolha é de suma importância para o desenvolvimento do doutorado, ao levar em conta que diversas outras lentes poderiam ser aplicadas para a leitura das experiências abordadas, e também para as ações executadas. Conceitos como desenvolvimento, descolonização, multiculturalismo, decolonialismo, patrimônio, memória, história, globalização, cidadania, movimentos sociais e temas como a educação, as tecnologias e a comunicação, embora não possuam seções específicas, ou orientem discussões mais aprofundadas, ainda assim fazem parte do tecido geral da tese, justamente por se encontrarem nas convergências da sociomuseologia. A falta de centralidade desses conceitos não sugere que eles foram preteridos em termos de importância, sendo então excluídos das discussões. O que se observou foi uma tomada de posição e a definição das opções para o transcorrer da investigação. Da mesma forma em que são recortados os objetos de investigação, são também recortados os conceitos utilizados e as chaves para as leituras contextuais empreendidas, em processos de imaginação que exploram as diversas possibilidades para as leituras das realidades. Os recortes estão também presentes em cada um dos três subcapítulos, seja na seleção de autores e referências, ou nos enfoques estabelecidos.

Os direitos culturais, apresentados no primeiro capítulo, poderiam ser trabalhados à luz da história, da antropologia ou do próprio direito. Optou-se por uma abordagem transdisciplinar, ao localizá-los historicamente e institucionalmente com base nas definições das tratativas internacionais, na associação entre memória social, direitos culturais e direitos humanos e na forma de emprego do direito internacional nesses processos. Os debates entre os direitos negativos e positivos, e a maneira como é tratada a cultura em termos individuais e

coletivos, foi também discutida, de forma a esboçar uma configuração sobre as tradições do direito (seja ele consuetudinário ou positivado) e das formas como os regimes jurídicos interpretam e incorporam os direitos culturais. Parte das reflexões foi desenvolvida a partir dos dois pactos de 1966[2], sobre os direitos civis e políticos, e sobre os direitos econômicos, sociais e culturais, e a maneira como são interpretados nas gerações dos direitos humanos. A institucionalização dos direitos culturais foi também tratada a partir da nomeação de relatoras especiais nos anos 2000, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, e da sua relação com os instrumentos normativos sobre a diversidade cultural, no âmbito da UNESCO. Para a discussão dos direitos culturais, foram utilizados autores como os juristas e acadêmicos José Joaquim Canotilho, Humberto Cunha Filho, Jesús Prieto de Pedro e Paulo Bonavides, Helle Porsdam e Norberto Bobbio. Também foram utilizadas obras do professor Karel Vasak, dada a sua atuação em instituições internacionais e as reflexões sobre a dimensão internacional dos direitos humanos, e o sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall, considerando os seus trabalhos sobre o conceito de cidadania frente aos direitos civis, políticos e sociais.

Para o debate sobre as políticas culturais, foi proposta a sua compreensão a partir da divisão entre categoria analítica e campo de ação política e institucional. As discussões basearam-se nas obras de autores como Vincent Dubois, Jeremy Ahearne, Philippe Urfalino, Bayardo García, Teixeira Coelho, Albino Rubim, José Carlos Durand, Luísa Albuquerque, Alexandre Barbalho e outros autores em pontos específicos da tese. As recentes obras da autora Gabriela Toledo Silva foram essenciais para a compreensão das políticas culturais a partir de sua inserção em organismos internacionais, principalmente a UNESCO. Ao tratar as políticas culturais como base para a cidadania cultural, foram utilizadas as perspectivas de Marilena Chauí, Néstor García Canclini, George Yúdice e também nas proposições do historiador Célio Turino (dimensões econômica, simbólica e cidadã da cultura) e Isaura Botelho (dimensões antropológica e sociológica da cultura). As perspectivas da cultura focada em suas várias dimensões foram discutidas, também, frente às orientações institucionais da UNESCO nos anos 2000 e à própria maneira como foram praticadas, a exemplo da Política Nacional de Cultura no Brasil e nas recentes incorporações às políticas culturais regionais no Sul do Pacífico. Em subcapítulo específico, ademais, foram abordadas as disputas pela cultura, considerando as ondas neoliberais dos anos 1980 e as contendas entre organismos internacionais, setores econômicos e culturais, e *lobbies* nacionais, nos embates entre os governos liberais dos Estados

2 Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP). Os dois pactos, de 1966, são os principais documentos vinculados ao Sistema Internacional dos Direitos Humanos, inaugurado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948.

Unidos e do Reino Unido em favor de agendas que desfavoreciam o multilateralismo. Essas discussões desenrolam-se a partir de relatórios e textos oficiais da UNESCO e confluíram nos debates sobre as agendas da diversidade cultural, considerando as suas origens, a noção da "exceção cultural" e os marcos de conflitos entre a UNESCO e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Indagou-se, finalmente, de que forma as práticas sociomuseológicas poderiam inserir-se nas políticas culturais nacionais e supranacionais. Por um lado, as políticas públicas podem desenvolver linhas voltadas para o fomento a experiências de museologia social, e por outro lado, as políticas públicas podem ser definidas a partir das referências conceituais sociomuseais.

A Sociomuseologia foi diretamente abordada no segundo capítulo. A sua discussão concentrou-se nas convergências entre as perspectivas teóricas e práticas patentes nos trabalhos do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), nas experiências observadas durante o processo de investigação, nos documentos internacionais de referência para as políticas públicas para a cultura e os museus (principalmente a partir da Mesa de Santiago, de 1972), e no surgimento do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). A percepção da Sociomuseologia enquanto movimento (Moutinho, 2016) foi discutida na maneira como ela firmou-se na base do MINOM, e inseriu-se nos debates internacionais presentes nas deliberações e orientações normativas de instituições como a UNESCO e a OEI. O percurso da Sociomuseologia foi discutido com base na Mesa de Santiago, de 1972, nos seus antecedentes, e nos processos que se desenrolaram posteriormente. Para tanto, foram considerados alguns eventos e documentos internacionais, como a Declaração de Quebec (1984), a Declaração de Salvador (2007) e a Recomendação da UNESCO de 2015. Uma parcela desses documentos associou-se aos debates da nova museologia e da museologia social, e trouxe a função social dos museus para o cerne das instituições ao integrá-la aos documentos orientadores para as políticas públicas para a cultura e para a memória.

A discussão proposta no segundo capítulo considerou os principais autores associados aos debates da sociomuseologia, sendo um grupo de professores e pesquisadores relacionados à ULHT – Mario Chagas, Mario Moutinho, Judite Primo, Pedro Pereira Leite, Alfredo Tinoco, Pierre Mayrand – e outro grupo de professores que influenciaram diretamente o desenvolvimento do campo – Paulo Freire, Waldisa Russio, Hugues de Varine. A discussão sobre a Sociomuseologia foi atravessada por observações sobre as experiências práticas do autor, principalmente frente aos trabalhos de campo realizados no Brasil e em Portugal. Na área

da Sociomuseologia, teoria e prática são indissociáveis, e a análise das experiências brasileiras e portuguesas alimentaram a construção epistemológica e trouxeram contribuições concretas para o desenho das políticas culturais no Kiribati. Os museus sociais são compreendidos a partir de suas perspectivas enquanto agentes participativos e ativistas, e nesse sentido, são indispensáveis para pensar políticas culturais que busquem o exercício dos direitos culturais.

A passagem aos dois últimos capítulos, referentes ao estudo específico do processo de constituição da Política Nacional de Cultura da República do Kiribati, exigiu um exercício de compreensão do contexto no tocante a seus processos históricos, políticos e sociais e as relações estabelecidas com as políticas culturais, de memória e de patrimônio. Foram selecionados autores a partir de referências acadêmicas e literárias sobre a região, como nas obras de Marshall Sahlins, Henry Evans Maude, Tony Whincup e Arthur Grimble. As produções literárias, como as de Grimble, embora tenham trazido referências extremamente úteis à compreensão da região, mantêm uma visão colonialista, ao levar em conta que os próprios autores foram também administradores coloniais que serviram à Coroa Britânica. Ao mesmo tempo, a exotização que algumas obras trazem colabora para a manutenção de uma visão distanciada, romanceada e pouco realista sobre a região. A partir dessa percepção, foi empreendida também uma investigação na Universidade do Sul do Pacífico (USP), com sede em Suva, Fiji, e com um campus em Tarawa, no Kiribati. Foram identificados, então, autores de referência da região, como Roniti Teiwaki, Ministro da Educação, Capacitação e Cultura durante o processo de descolonização na década de 1970[3], Katerina Teaiwa, natural de Kiribati e investigadora da Universidade Nacional da Austrália (*Australian National University* – ANU), Ron Crocombe, professor emérito da USP em Fiji e considerado o "pai dos estudos do Pacífico", Uentabo MacKenzie, investigador, professor e ex-diretor do campus USP em Kiribati, dentre outros. Ao trazer essas últimas referências para o corpo da tese, foi possível a elaboração de um texto mais coeso e alinhado com o contexto regional da Micronésia e do Kiribati, além de evitar a manutenção de hierarquias de referências acadêmicas que tendem a favorecer autores ocidentais e as perspectivas do chamado *"norte global"*.

O terceiro capítulo apresentou o Pacífico Sul e a República do Kiribati, com a sua descrição e discussões em torno de um processo colonialista que permanece em diversos aspectos cotidianos das populações locais e nas relações políticas nacionais e internacionais. Foram apreciados alguns modelos de dependência econômica elaborados para a interpretação

3 Após 1974, ainda como colônia britânica, Roniti Teiwaki foi nomeado Ministro da Educação, Capacitação e Cultura (*Ministry of Education, Training and Culture*) e posteriormente, Ministro do Desenvolvimento de Recursos Naturais (*Ministry of Natural Resources Development*). Teiwaki trabalhou, décadas depois, como investigador na Universidade do Sul do Pacífico (USP).

da região (MIRAB, PROFIT, SITE, TOURAB) e as divisões clássicas entre a Melanésia, a Micronésia e a Polinésia. A descolonização, embora tenha ocorrido de maneira formal e com a articulação de certos movimentos locais, não foi suficiente para romper com o colonialismo. O abandono e o idílio foram tomados como duas chaves de interpretação sobre a região que se revelaram insuficientes frente às complexidades observadas durante a investigação. Os subcapítulos seguintes dedicaram-se aos processos históricos para a independência do Kiribati e às compreensões sobre o funcionamento social das diversas comunidades em torno de suas *maneabas*, centros dedicados à reunião comunitária e com diversos aspectos que misturam poder político, inserção social e magia.

As relações entre a religião e a política foram abordadas com um viés antropológico, dada a percepção de mesclas e sobreposições entre o exercício do poder terreno e a relação com o sagrado. Tais articulações estão presentes nas dinâmicas políticas contemporâneas, e essa aproximação mostrou-se indispensável para o trabalho com os informantes identificados e na própria condução dos trabalhos investigativos e na elaboração dos documentos que sustentariam a Política Nacional de Cultura (PNC) do país. O *Te Umwanibong*, Museu Nacional do Kiribati, foi então apresentado dado o seu papel como instituição central na vida cultural das comunidades e responsável pelo processo de elaboração das políticas culturais. O museu foi apresentado sob as perspectivas colonialistas de suas origens e as perspectivas atualmente abertas que permitem um exercício *sociomuseal* a partir da observação de ao menos três pontos de destaque: o edifício do museu e sua expografia, a *maneaba* (ou centro de reunião comunitária ali presente) e o extinto jardim botânico. O museu apresenta-se enquanto espaço de debate público, tanto para as suas atividades cotidianas, o dia a dia das comunidades do entorno e também para a discussão de políticas públicas.

O quarto capítulo apresentou o desenvolvimento das políticas culturais do Kiribati desde a sua independência, em 1979, até o ano 2018. Após a localização da inserção contemporânea da PNC, foram discutidos os instrumentos utilizados para a elaboração do diagnóstico cultural e os seus resultados, com a análise dos dados coletados nas entrevistas e nos questionários aplicados junto a pontos focais definidos durante as visitas ao país. No segundo e terceiro subcapítulos foram desenvolvidas reflexões sobre as dinâmicas utilizadas para a elaboração do documento da PNC, que buscou valorizar os aspectos participativos e ativistas das comunidades locais por meio da realização de dinâmicas e oficinas. O documento final da PNC foi então apresentado e discutido na quarta e última subdivisão da tese, com as linhas de ação definidas a partir das consultas públicas e *workshops* desenvolvidos.

As considerações finais da tese foram elaboradas com base em toda a investigação desenvolvida, de maneira a sustentar as constatações das hipóteses definidas no corpo do texto com reflexões sobre todo o processo de pesquisa e de intervenção local. Os limites para o desenho da PNC foram salientados frente às instabilidades políticas da região, às problemáticas mesclas existentes entre o Estado e as igrejas, aos usos da cultura e do patrimônio nem sempre em favor da promoção dos direitos culturais, às limitações impostas à autonomia do país enquanto Estado soberano e independente, e à dependência de cooperação internacional que, muitas vezes de maneira contraditória, atravanca o desenvolvimento social local.

As políticas públicas não são desenhadas para serem definitivas e estanques, e as suas constantes revisões dão sentido às suas próprias existências. Após a realização de todo o trabalho de campo, por meio da consultoria junto às Nações Unidas, com as discussões enriquecidas pelos debates acadêmicos e junto às comunidades, o processo de consultas públicas para a PNC do Kiribati continuou sob a coordenação do Museu Nacional, de maneira a fortalecer o seu caráter democrático e para evitar a sua conclusão com base em premissas autoritárias e verticalizadas.

Capítulo I
Direitos Culturais e Políticas Culturais

1.1. Os Direitos Culturais e a formação das instituições internacionais

Os debates contemporâneos sobre os direitos culturais partem de axiomas estabelecidos em documentos internacionais relacionados aos direitos humanos, que são legados de discussões empreendidas, principalmente, desde o século XVIII[4]. Essas discussões herdaram o humanismo que se desenvolvia nos séculos anteriores, em uma contraposição ao medievalismo teocêntrico que se tornava evidente e dominava as correntes de pensamento estabelecidas politicamente e socialmente. Ainda que não seja possível estabelecer momentos de ruptura total nesse processo, algo que soaria extremamente simplista na avaliação dos processos históricos[5], a afirmação antropocêntrica que florescia a partir desse período foi essencial para o fortalecimento do pensamento humanista no universo do Direito, o que posteriormente viria a conformar o que hoje conhecemos como direitos humanos e direitos culturais. As considerações expressas neste capítulo seguem a linha de formação dos Estados modernos e contemporâneos, principalmente a partir dos séculos XVII e XVIII e da passagem pelas chamadas eras das revoluções, dos impérios e dos extremos (Hobsbawm, 1996; 2008; 2011), quando foram demarcados os direitos fundamentais e deveres em suas compreensões atualmente vigentes, fixadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948.

Os direitos culturais ganharam força como campo específico dentro dos direitos humanos a partir da década de 1960: se na declaração de 1948, os direitos culturais foram citados de maneira ainda superficial, em seus artigos XXII e XXVII[6], em 1966 foram aprofundados e assegurados em pactos específicos[7], na mesma década em que a cultura se afirmava enquanto setor autônomo nas sociedades e passava a ser tratada por políticas públicas

4 Diversos documentos históricos são comumente e vulgarmente citados como referências originárias para a formação dos direitos humanos, como a Magna Carta e até mesmo o cilindro de Ciro, por exemplo. Tais interpretações são consideradas anacrônicas, frágeis e forçadas, visto que o simples fato de existir um documento escrito sobre certos direitos a determinados grupos populacionais não implica em sua associação aos direitos humanos.

5 A análise dos períodos históricos, quando traz a noção de rupturas absolutas, torna-se insuficiente dadas as instabilidades internas, as conjunturas existentes e também as continuidades entre os períodos históricos. Nessa perspectiva, por exemplo, o medievalismo não 'morre' com a chegada do chamado período do Renascimento, assim como a Revolução Francesa não encerrou todos os elementos que foram condenados pelo processo revolucionário, algo que pode ser ilustrado pela célebre frase de Giuseppe Tomasi: "Tudo deve mudar para que tudo fique como está" (Tomasi apud Aliaga, 2017), expressão da coexistência entre a mudança e a conservação.

6 Artigo XXII: 'Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade'; Artigo XXVII: 'Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. 2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor'. (ONU, 1948).

7 Pactos firmados em 1966: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP).

específicas[8]. Já no fim do século XX, em 1998, o chamado Grupo de Friburgo[9] elaborou um documento que, em 2007, veio a atualizar-se na Declaração de Friburgo sobre os Direitos Culturais, referência que sistematizou os direitos culturais contemporâneos em doze artigos (Meyer-Bisch e Bidault, 2014). Ainda que o intento tenha sido o de estabelecer um novo instrumento normativo, o documento permaneceu na forma de uma declaração de ONGs e grupos acadêmicos. A localização da imensidão dos direitos culturais no âmbito dos direitos humanos faz-se hoje necessária para a sua profunda compreensão, institucionalização e proteção nas mais diversas sociedades.

Em sua formação e delimitação no decorrer dos séculos XIX e XX, os direitos culturais reuniram diversos prismas de interpretação, e passaram a referir-se, por um lado, à *criação cultural e artística*, inclusive à proteção dos direitos intelectuais dos criadores (direitos de autor[10]), e também à *fruição*, pelo acesso aos bens culturais (entre os paradigmas da democratização cultural e da democracia cultural, debatidos em vários momentos desta tese). Para além dos *direitos individuais*, os direitos culturais referem-se aos *direitos coletivos* de grupos sociais (conhecimentos tradicionais) e de nações e povos inteiros (autodeterminação dos povos). Todas essas definições resultaram dos processos históricos e sociais que ocorreram nos últimos séculos, chegando às perspectivas contemporâneas sobre os direitos culturais enquanto direitos humanos fundamentais, e não como uma retórica evasiva ou uma mera formalidade jurídica. Esses pontos serão tratados neste subcapítulo, que busca uma compreensão ampla dos direitos culturais a partir das definições dadas ao termo *cultura* e à sua adjetivação *cultural*, à inserção no campo do Direito e do Direito Internacional, e ao tratamento cada vez mais evidente nas instituições nacionais e internacionais[11].

Ao discutir os *direitos culturais* e o *direito à cultura*, faz-se necessária a definição da interpretação dada ao termo *cultura*, seja para o uso da adjetivação '*culturais'*, ou em sua objetificação, no caso do *direito à cultura*. A ideia do direito à cultura destaca um aspecto marcado pela *democratização cultural*, processo que ocorreu de maneira evidente nas políticas culturais do início da década de 1960, quando havia uma ideia de ampliação do acesso aos equipamentos culturais por meio da construção de estruturas e da interiorização das referências

8 No próximo subcapítulo desta tese será discutido esse processo, da afirmação da cultura e das políticas culturais como setores de atuação e como campos de análise.
9 Grupo de Trabalho iniciado pelo Instituto Interdisciplinar de Ética e Direitos Humanos da Universidade de Friburgo, na Suíça. O grupo preparou o primeiro documento enviado à UNESCO em 1998. (Meyer-Bisch e Bidault, 2014).
10 Convenção da União de Berna relativa à proteção de obras literárias e artísticas, de 1886. Embora as previsões legais e normativas internacionais sobre os direitos autorais sejam anteriores ao debate sobre os direitos culturais, as prerrogativas de livre criação artística acabam por convergir esses dois grupos num mesmo corpus jurídico.
11 Para mais informações, vide as referências de Cunha Filho (2018) e Prieto de Pedro (2011).

culturais legitimadas nas academias[12]. No fim da década de 1960, com as ondas da contracultura e dos questionamentos aos elitismos culturais, as demandas apelaram ao exercício das *democracias culturais* (García Canclini, 2001; Chauí, 1995; 2008), frente à variedade de referências culturais e suas dimensões encontradas nas sociedades. As discussões, antes de definirem essencialmente o que seria a cultura, buscam identificar e aprofundar o seu espectro de ação. A cultura opera em várias dimensões, considerando seus aspectos sociais, políticos, econômicos, simbólicos, identitários, históricos. As discussões exigem, portanto, a definição da dimensão da cultura a ser utilizada, de forma a esclarecer quaisquer dos seus usos nos processos políticos e nos próprios estudos e interpretações da realidade empreendidos por cientistas sociais, historiadores, museólogos, geógrafos, psicólogos, economistas e antropólogos, dentre outros.

A autora Isaura Botelho, em artigo de 2001, discutiu duas dimensões possíveis para a cultura: a antropológica e a sociológica. Em sua dimensão antropológica, "a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas", sendo "tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando" (Botelho, 2001, p.74). Nesse sentido, a cultura aproxima-se das relações elaboradas e reelaboradas no cotidiano dos indivíduos, em suas várias atividades diárias, nem sempre associadas diretamente às artes e à cultura, mas presentes no trabalho, na utilização do espaço público, na utilização dos tempos livres, na comunicação, na alimentação, na prática esportiva etc. Já a dimensão sociológica constitui-se de maneira mais estruturada, "socialmente organizada" em "um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas" (Idem). A dimensão sociológica acaba por ser privilegiada pelas políticas públicas uma vez que possui uma "visibilidade concreta", segundo Botelho, em um "circuito socialmente organizado" que permite a canalização de recursos a grupos previamente organizados. Por outro lado, a dimensão antropológica, das relações cotidianas, muitas vezes relega-se ao discurso e distancia-se da efetivação das políticas públicas, da alocação de seus recursos e da execução de seus projetos. Na perspectiva da autora, a dimensão sociológica teria visibilidade institucional, ao passo que a dimensão antropológica teria visibilidade retórica.

12 O exemplo mais citado desse processo é o das *maisons de la culture*, estabelecidos pela política cultural de André Malraux na França do início da década de 1960. Esse modelo seria extremamente criticado pelos movimentos de 1968, quando um dos aspectos questionados era, justamente, a hierarquização da cultura. Ainda que buscassem a descentralização dos equipamentos culturais, as *maisons de la culture* simbolizavam a cultura hegemônica, legitimizada pelas elites intelectuais.

Na abordagem aqui empregada, no campo da Sociomuseologia e na sua relação com os direitos culturais[13], o que se busca não é o sentido iluminista da cultura do século XIX, na distinção colonialista entre evoluídos – aqueles que conviviam com o mercado, o Estado e a escrita – e primitivos – aqueles que não tinham alcançado tais valores (Chauí, 2008). As percepções dos antropólogos no século XX trouxeram enfoques que permitiram uma interpretação diversa das sociedades, frente a valores próprios que se constituíam histórica e socialmente. Entretanto, como observa a filósofa Marilena Chauí (2008), faltava-lhes o elemento comunitário, no sentido indivisível da comunidade. As sociedades dividiriam os indivíduos, que seriam sócios conectados pelos contratos sociais. As comunidades compartilhariam o bem comum, ainda que tais interpretações encontrem dificuldades nas sociedades de classes. Em outras palavras, as sociedades operam de forma predominante na dimensão sociológica da cultura, ao passo que as comunidades operam em sua dimensão antropológica e comunitária.

Nas sociedades industriais, e no incremento das indústrias culturais e das culturas de massas, o aspecto de divertimento, seja nos ganhos de capital que as produções permitem, seja na utilização dos tempos livres dos trabalhadores, objetifica a cultura como bem de consumo. Mesmo as grandes guerras, os genocídios, as tragédias e catástrofes são espetacularizados e tornados em bens de consumo cultural (muitas vezes digitalizados), pois geram lucro, são produtos ora midiáticos, ora turísticos, ora editoriais, e entram nas contas correntes da indústria cultural e, nos dias atuais, da economia da cultura e da economia criativa[14]. Essa linha argumentativa não busca determinar a desvalorização do lazer e do aspecto lúdico da cultura, como bem salienta Marilena Chauí ao tratar da cultura e das políticas culturais no Brasil:

> Não que a cultura não tenha um lado lúdico e de lazer que lhe é essencial e constitutivo, mas uma coisa é perceber o lúdico e o lazer no interior da cultura, e outra é instrumentalizá-la para que se reduza a isso, supérflua, uma sobremesa, um luxo num país onde os direitos básicos não estão atendidos. (Chauí, 2008, p.64)

13 Ponto a ser discutido no terceiro subcapítulo desta seção.

14 É importante salientar as diferenças existentes na formação dos conceitos indústria cultural, economia da cultura e economia criativa. As indústrias culturais relacionam-se inicialmente à escola de Frankfurt, nos termos dos debates propostos por Theodor Adorno e Max Horkheimer no livro 'A dialética do esclarecimento', publicado em 1947 (Adorno e Horkheimer, 1985). As ideias de economia da cultura e de economia criativa, por outro lado, surgem nas últimas décadas, frente aos processos de desindustrialização e mudanças de eixos econômicos com base no crescimento do setor terciário. Ainda que as indústrias culturais permaneçam fortemente presentes nas sociedades, a compreensão sobre o setor cultural foi ampliada pelas novas dinâmicas da economia da cultura e da economia criativa, fortemente baseadas no setor de serviços e nas novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

A falta de consciência sobre esses processos culturais talvez seja o maior problema dessa espetacularização. O consumo e o gozo alienado dos produtos das indústrias culturais, sem uma perspectiva crítica que possibilite uma leitura mais densa das realidades, mantém o funcionamento das sociedades de maneira superficial. A questão abordada por Chauí não se associa à existência *per se* dos aspectos lúdicos da cultura, mas ao aspecto reducionista da cultura unicamente como um bem de consumo. As discussões sobre os direitos culturais superam essa abordagem reduzida e espraiam-se na própria ideia de *sujeitos emancipados* (Rancière, 2010) e *autônomos* (Freire, 1987; 1996), onde as reflexões críticas mantêm-se como indispensáveis no exercício dos direitos e na elaboração de políticas públicas associadas à cultura.

A qualificação dos direitos enquanto culturais – os *direitos culturais* – agrupa um campo semântico amplo, que os associa aos direitos humanos, aos direitos políticos, sociais e econômicos, assim como a conceitos como o patrimônio e a memória. Quando se fala em direitos culturais, há uma certa expectativa sobre qual a compreensão a ser utilizada para a cultura. Isso ocorre frente aos diversos aspectos referenciados durante o século XX, num entendimento de que os usos da cultura não se associam, necessariamente, ao exercício dos direitos culturais. O crescimento das indústrias culturais e o abuso do capital nas suas apropriações liberais e neoliberais, o uso da cultura por grupos totalitários a partir das décadas de 1930 e 1940, a eliminação colonialista de línguas locais pela afirmação de línguas dominantes em diversas partes do planeta e os abusos xenófobos de símbolos culturais nacionalistas frente a práticas culturais de minorias são apenas alguns exemplos do uso da cultura sem o respeito aos direitos culturais. O Estado estaria inevitavelmente imerso nesses contextos, seja pela produção de cultura ou pela facilitação para que determinados grupos a produzam. Nesse sentido, os projetos e processos culturais não são somente fomentados diretamente, mas alimentados por uma atmosfera que favorece e dissemina a produção cultural. Isso foi muitas vezes protagonizado por movimentos nacionalistas e autoritários no século XX (a habilitação de certas culturas para os massacres nacionalistas, ou a expressão egoísta, classificatória e hierárquica dos sistemas culturais) ou em processos de financiamento nas gestões neoliberais, a partir dos anos 1980 (a cultura como bem para grandes investimentos e retornos financeiros, como no caso da indústria cinematográfica). Nas sociedades democráticas, por outro lado, espera-se que o exercício dos direitos culturais, enquanto direitos humanos, seja garantido pelo Estado, de forma a responder às realidades culturais e sociais frente à diversidade cultural existente em todas as regiões do globo. E em todo contexto de discussões referentes

aos direitos culturais está presente a questão de 'que vozes são ouvidas e cultivadas[15]' (Porsdam, 2019, p. 24).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão[16], de 1789, alinhada com a doutrina dos direitos naturais[17], garantiu em seus artigos 10º e 11º as liberdades de comunicação de opiniões e ideias, incluindo as religiosas. Ainda que os acontecimentos posteriores à Revolução Francesa e os rumos políticos da Europa tenham mergulhado o mundo em conflitos e massacres das eras das revoluções e dos impérios (Hobsbawm, 2008; 2011), as máximas da declaração de 1789 continuaram como base para documentos vigentes durante o século XX e referenciados e referendados até os dias de hoje, como no primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que repete os pilares de *liberdade, igualdade e fraternidade*, posteriormente referenciados como os principais valores das três gerações dos direitos humanos[18]: "Todos os seres humanos nascem *livres* e *iguais* em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de *fraternidade*" (ONU, 1948, Art. 1º).

Algumas constituições do início do século XX, no movimento que ficou conhecido como *constitucionalismo social*[19], passaram a incorporar em seus textos os direitos sociais e culturais – representação do avanço desses processos nas esferas das gerações dos direitos humanos e da ampliação dos escopos constitucionais. Os dois exemplos mais evidentes e referenciados por diversos autores são a Constituição do México de 1917 e, posteriormente, a Constituição de Weimar, de 1919 (Bonavides, 2017; Pinheiro, 2006). Nesse processo, nascente

15 Referência frente aos questionamentos da autora: *'The question of whose voices are heard and cultivated (and whose are not) runs like a golden thread through the entire book. They are issues that are central in any cultural rights context'*. (Porsdam, 2019, p.24)

16 É imprescindível ressaltar o aspecto sexista da declaração. Em 1791, Olympe de Gouges (pseudônimo da girondina Marie Gouze) publicou a 'Declaração dos direitos da mulher e da cidadã', direcionada à rainha Maria Antonieta. A sua afiliação aos girondinos e sua conexão monárquica foram algumas das razões para o seu ostracismo durante e após o período revolucionário francês. Com a chegada do período do *terror,* Gouges foi condenada à morte e guilhotinada em 1793. Declaração disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html (Acesso no dia 30 de abril de 2020).

17 Sobre direitos humanos e direitos naturais, ver Bobbio, 1998. A declaração de 1789 reivindicava os direitos naturais - "a liberdade, a propriedade, a segurança, a resistência à opressão" (p.355) - e possuía dois precedentes: os *Bills of Rights* norte-americanos, de 1776, e o *Bill of Rights* inglês, de 1689. Durante a Revolução Francesa foram proclamadas duas outras declarações: em 1793, com características mais sociais e menos individualistas, e em 1795, focada também nos deveres dos cidadãos (Bobbio, 1998).

18 A *liberdade,* referente à primeira geração, a *igualdade,* referente à segunda, e a *fraternidade,* relativa à terceira (Porsdam, 2019; Cunha Filho, 2018; Bonavides, 2006; Prieto de Pedro, 1995; 2011; Bobbio, 1998; Vasak, 1977; Marshall, 1977). Tais aspectos serão discutidos em diversas passagens desta tese, principalmente a partir do subcapítulo 1.2 – "Direitos Humanos, Direitos Culturais e Cidadania Cultural".

19 Importante salientar os diferentes movimentos na história das constituições europeias e latino-americanas, que também possuem essa associação entre a liberdade, a igualdade e a fraternidades, quando interpretadas nas suas caracterizações políticas (sec. XIX), econômicas e sociais (sec. XX) e culturais (sec. XXI). Para mais informações, vide o capítulo 3 desta tese e as discussões empreendidas por Toby Miller (2011) e Jesús Prieto de Pedro (1995; 2011).

no fim da I Guerra Mundial e no contexto da Revolução Mexicana, os direitos sociais firmaram-se como direitos humanos, e apareceram não somente no exercício das liberdades individuais e dos direitos políticos, mas também na positivação do direito ao exigir uma atuação mais enérgica do Estado na área social. Com base em manifestos anarco-sindicalistas e nas ideias de Mikhail Bakunin, a constituição mexicana exigiu do Estado diversas atuações sociais, como a proteção do trabalho e dos trabalhadores, o direito à greve, a assistência à maternidade e a regulação da reforma agrária. Os direitos culturais foram anunciados nas liberdades garantidas para as expressões e religiões, mas também no reconhecimento do patrimônio cultural, nos direitos das minorias e no direito ao ensino de arte e ciência. (Pinheiro, 2006; Robl Filho, 2017).

A identificação do lugar da cultura e dos direitos culturais nesses documentos nacionais e internacionais anima os debates contemporâneos, posto que a cultura, o patrimônio, a memória e seus usos convenientes (Yúdice, 2013) são arenas de disputas discursivas, ideológicas e de legitimação de grupos sociais que estão presentes nas mais diversas conjunturas e com impactos positivos ou negativos nas relações sociais: seja no exercício dos direitos de cada povo, de cada grupo social e de cada indivíduo; seja na valorização de memórias sociais; seja nos projetos nacionalistas com impugnáveis e nefastos revisionismos históricos[20]; seja na valorização econômica da cultura como mercadoria em pomposas iniciativas turísticas; ou mesmo na destruição de bens culturais e no seu reconhecimento como empreendimento genocida[21]. Os direitos culturais e os direitos humanos são convergentes e autorreferenciados (UNESCO, 1970), distantes da interpretação da cultura e das criações artísticas como meros processos de entretenimento, distração e divertimento. Todos esses debates sancionam os direitos culturais como direitos humanos fundamentais, baseados nas interações humanas (Mshvenieradze, 1970, p.42; Breytenbach, 1970, p.39), em processos nos quais a cultura deve ser levada a sério.

20 Um dos aspectos observados em recente investigação conduzida por um grupo de pesquisadores do Departamento de Museologia da ULHT junto à UNESCO foi que em muitas ocasiões, grupos nacionalistas utilizam-se do discurso patrimonialista para justificar e desenvolver os seus projetos, referenciados pelos seus aspectos tradicionalistas.

21 No livro "*The Destruction of Memory: Architecture at War*" (Bevan, 2016), que inspirou um documentário com o mesmo título dirigido por Tim Slade (Slade, 2016), os autores discutem como a destruição de bens culturais tem sido empreendida na história da humanidade, e a maneira como tais atos se associam aos grandes genocídios. O ataque ao patrimônio cultural é inclusive considerada nas recentes interpretações da Corte Internacional de Justiça (CIJ) como indicador direto de crimes de genocídio. O juiz brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade, em 2015, em um dos casos da CIJ, citou Raphael Lemkin, redator da "Convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio", de 1948: "*Lemkin was convinced that genocide was made up of both barbarity (attacks on people) and vandalism (attacks on culture as the expression of a people's genius)".* (Bevan, 2016, p.12). Também no Tribunal Penal Internacional (TPI), já há jurisprudência associada à punição de indivíduos com motivação cultural e destruição do patrimônio histórico na execução dos crimes, a exemplo do julgamento, perpretado em 2016, de Ahmed Al Faqi Al Mahdi pela destruição deliberada de mausoléus e da porta da mesquita de Sidi Yahia, em Timbuktu, Mali (Meskell, 2018, p.202). As duas cortes citadas nesta nota não devem ser confundidas: a CIJ foi instituída em 1945 e é o principal órgão judiciário das Nações Unidas, sendo responsável pelo julgamento de Estados Nacionais; o TPI foi estabelecido em 2002 pelo Estatuto de Roma, e julga casos de violação de direitos humanos cometidos por indivíduos.

Ainda no final do século XIX, num contexto de crescente industrialização de impérios cada vez mais armados e com um avassalador poder de destruição, a proteção ao patrimônio cultural foi posta em questão: a ideia de um pacto para a proteção de bens culturais nasceu em 1904, após o regresso do artista russo Nicholas Roerich de expedições pelo interior da Rússia, onde observou a destruição e a falta de cuidado do Estado para com os seus bens culturais[22] (Barenboim & Sidiqi, 2010). Nesse contexto, o artista propôs à Sociedade de Arquitetos da Rússia a proteção dos bens culturais, artísticos e científicos da humanidade. Sua abordagem inicial baseou-se, por um lado, na destruição do patrimônio em diversas regiões do país, mas também em percepções sobre falhas técnicas em restaurações de obras arquitetônicas e artísticas. Observou-se então a preocupação com as grandes obras russas, muitas das quais associadas ao patrimônio eclesiástico e às coleções de belas artes. Os anos destruidores da I Guerra Mundial resultaram nas perdas humanas contabilizadas pelos milhões de mortos e desaparecidos e pelos genocídios, mas também pela destruição do patrimônio cultural de diversos povos: bibliotecas incendiadas, edifícios arrasados, obras artísticas destruídas, coleções dilapidadas, referências culturais apagadas, e parte da humanidade arruinada.

Após o fim da I Guerra, o Tratado de Versalhes criou a Sociedade das Nações, ou Liga das Nações, em 1919[23]. Os aspectos culturais foram então abordados de maneira tangencial, em um processo ainda incipiente que ganharia crescente atenção nos anos vindouros. Alguns aspectos merecem atenção nesse processo, considerando as diversas facetas dos direitos culturais incorporadas no tratado. As obras artísticas aparecem no tocante aos direitos patrimoniais e autorais, no que se referiam à sua posse e à sua exploração econômica. Nesse contexto, foram reafirmadas a Convenção de Paris, de 1883, referente à proteção da Propriedade Intelectual e da Propriedade Industrial, e a Convenção da União de Berna, de 1886, relativa aos direitos autorais[24].Isso acompanhou o processo de reparações econômicas e patrimoniais do pós-guerra, exemplificadas pelas restituições alemãs frente à sua responsabilização pelo

22 Informações disponíveis no website do *Nicholas Roerich Museum New York*: http://www.roerich.org/ Acesso no dia 17 de março de 2020.
23 O Pacto da Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, refere-se à Parte I do Tratado de Versalhes, de 1919.
24 O Artigo 286 do Tratado de Versalhes versa sobre a reafirmação das Convenções de Paris (1883) e de Berna (1886).

incêndio e pela destruição da Biblioteca de Louvain[25], e nas cláusulas que tratavam de questões de ordem econômica[26].

Os direitos culturais coletivos foram abordados pelos chamados 'tratados de minorias', em cláusulas que garantiam aos grupos minoritários o exercício dos seus direitos, em termos equitativos, sem discriminá-los por questões raciais, linguísticas ou religiosas[27]. Ainda que esse ponto aparecesse em outros contextos e acordos internacionais anteriores, a novidade residiu no fato de que os signatários do tratado delegaram essa responsabilidade à Sociedade das Nações, enquanto ente supranacional (Fink, 1995; ONU, 2010). A autodeterminação dos povos não foi mencionada no tratado como um direito universal e apareceu ainda de forma elementar, com a manutenção de um sistema de tutelas colonialistas que prevaleceria durante todo o século XX, muitas vezes justificando os mandatos coloniais[28]. O principal organismo criado para a cooperação cultural no âmbito da Liga das Nações foi a Comissão Internacional para a Cooperação Intelectual (CICI), em 1922, com o seu órgão executivo, o Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual (IICI), criado em 1926. A institucionalização da cultura no âmbito internacional firmou-se também com a fundação de órgãos auxiliares em diversas áreas, como artes e letras, direitos intelectuais e museus, este último delegado ao Escritório Internacional de Museus (OIM), fundado também em 1926.

No final da mesma década, em 1929, Nicholas Roerich e o jurista G. G. Chklaver esboçaram o pacto para a proteção de valores culturais – '*Pact for the protection of cultural values*'. Em 1930, o texto preparado por Roerich e Chklaver foi submetido ao Escritório Internacional de Museus (OIM) da Sociedade das Nações e passou à apreciação do CICI. Em

25 O artigo 247 do Tratado de Versalhes estipulou que 'a Alemanha compromete-se a fornecer à Universidade de Louvain, dentro de três meses após um pedido por ela transmitido através da intervenção da Comissão de Reparação, manuscritos, incunábulos, livros impressos, mapas e objetos de coleção correspondentes em número e valor aos destruídos em a queima pela Alemanha da Biblioteca de Louvain'. Tradução do autor para o original: *'Germany undertakes to furnish to the University of Louvain, within three months after a request made by it and transmitted through the intervention of the Reparation Commission, manuscripts, incunabula, printed books, maps and objects of collection corresponding in number and value to those destroyed in the burning by Germany of the Library of Louvain'.* (Tratado de Versalhes, 1919)

26 Os direitos referentes às obras foram agrupados entre direitos industriais, literários e artísticos, abordados na Seção VII da Parte 10 do Tratado de Versalhes: 'Cláusulas Econômicas'. (Tratado de Versalhes, 1919)

27 A exemplo do artigo 86, referente às minorias da recém criada Tchecoslováquia, ou do artigo 93, referente às minorias na Polônia. Os tratados de minorias – *minority treaties* – são tratados, ademais, em diversos pontos do texto do Tratado de Versalhes.

28 O texto do tratado chega a definir algumas colônias como "não aptas a governarem-se por si próprias frente às árduas condições do mundo moderno" (*'not yet able to stand by themselves under the strenuous conditions of the modem world'*), em um aspecto 'civilizatório' claramente expresso nesse trecho do artigo 22: "O melhor método para dar efeito prático a esse princípio é que o a tutela de tais povos deve ser confiada a nações avançadas que, por causa de seus recursos, experiência ou posição geográfica, possam assumir melhor essa responsabilidade e que estejam dispostas a aceitá-la, e que essa tutela seja exercida por eles como Mandatários em nome da liga". Tradução do autor para: *'The best method of giving practical effect to this principle is that the tutelage of such peoples should be entrusted to advanced nations who by reason of their resources, their experience or their geographical position can best undertake this responsibility, and who are willing to accept it, and that this tutelage should be exercised by them as Mandatories on behalf of the League'.*

1935, a proposta foi adotada por 21 países do continente americano[29]. (Koutsarova, 2014). O pacto é considerado o primeiro instrumento legal internacional para a proteção de bens culturais, e sugeria a adoção do 'Banner da Paz' para a identificação de bens culturais resguardados.

Figura 1 - The Banner of Peace, proposed by the Roerich Peace Pact for the Protection of Cultural Treasures of Art and Science. Fonte: Roerich Museum Press, *www.roerich.org , acesso em 7 de março de 2020.*

A simbologia dos três pontos unidos e circunscritos no banner da paz de Roerich possui mais de uma linha interpretativa. Segundo o próprio artista, ele poderia ser interpretado como os signos de passado, presente e futuro, unidos pelo círculo da eternidade, ou das religiões, da sabedoria e das artes, unidos no círculo da cultura[30]. A ideia de proteção universal de bens associados à educação, à ciência e à cultura estava inaugurada na era contemporânea, na noção de que "os monumentos históricos, museus, instituições científicas, artísticas, educacionais e culturais devem ser considerados neutros e assim respeitados e protegidos por beligerantes"[31] (Pacto Roerich, 1935, Art. I). Ainda que não seja utilizada a expressão "direitos culturais", mas "valores culturais", o respeito pelos mesmos é parte dos direitos culturais de cada povo, segundo

29 O pacto foi assinado entre a presidência dos Estados Unidos da América, durante o governo de Franklin Delano Roosevelt, e 20 países americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

30Segundo informações do website do *Nicholas Roerich Museum New York*, disponíveis em: http://www.roerich.org/ Acesso no dia 8 de março de 2020.

31 Tradução do autor para o Art. I do Pacto Roerich (*Protection of Artistic and Scientific Institutions and Historic Monuments - Treaty between The United States of America and the other American Republics*): *"The historic monuments, museums, scientific, artistic, educational and cultural institutions shall be considered as neutral and as such respected and protected by belligerents".* Disponíveis em: http://www.roerich.org/ Acesso no dia 8 de março de 2020.

os documentos internacionais que viriam a ser firmados nas décadas posteriores. No contexto histórico de Roerich, essas percepções se limitavam aos patrimônios edificados e obras de arte, mas a noção de "valor cultural", inserida nas discussões internacionais, trouxe perspectivas que seriam futuramente incorporadas aos direitos humanos e culturais.

Os anos vindouros não revelaram o cumprimento das promessas esboçadas nos documentos internacionais, frente aos massacres e atentados à humanidade e seus bens culturais repetidos durante a II Guerra Mundial. Somente após o fim da guerra, a institucionalização de um organismo internacional para a cultura, a ciência e a educação seria efetivado em substituição ao Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), e sua expansão nas décadas seguintes, assim como a incorporação de agendas políticas de diversos países e a inserção de pautas como a diversidade cultural e o patrimônio intangível, demonstraram a importância de suas ações em todo o globo. O pacto Roerich revelou-se importante também ao estabelecer as bases para a adoção de convenções posteriores, como a Convenção de Haia, de 1954, e também a fundação do Escudo Azul[32], na década de 1990, ao mesmo tempo em que as pautas dos direitos culturais convergiam discursivamente no âmbito do direito internacional e ao mesmo tempo colaboravam para a efetivação de instituições como a própria UNESCO.

A Constituição da UNESCO, herdeira do CICI como principal organismo internacional responsável pela tutela da cultura, do patrimônio, da educação e da ciência, foi assinada em 16 de novembro de 1945 e adotada e posta em vigor no dia 4 de novembro de 1946, quando foi ratificada por 20 países signatários[33]. Desde então, o seu texto sofreu sucessivas emendas e alterações até chegar ao documento vigente[34]. A sua leitura traz percepções sobre o espírito da década, após os cinco anos destruidores da II Guerra Mundial,

> uma guerra tornada possível pela negação dos princípios democráticos da dignidade, da igualdade e do respeito mútuo dos homens, e através da propagação, em seu lugar, por meio

32 O Escudo Azul (*Blue Shield*) é uma organização internacional criada em 1996 para a proteção de bens culturais em casos de conflitos armados, desastres naturais e outras ameaças. Informações disponíveis em: https://theblueshield.org/ Acesso no dia 26 de maio de 2021.

33 A ratificação de 20 membros era condição estabelecida para que o documento entrasse em vigor. Atualmente a Unesco conta com mais de 190 Estados Membros, além dos associados.

34 O documento atualizado e vigente considera o texto original e as alterações emendadas nas 2a, 3a, 4a, 5a, 6a, 7a, 8a, 9a, 10a, 12a, 15a, 17a, 19a, 20a, 21a, 24a, 25a, 26a, 27a, 28a, 29a e 31a sessões da Assembléia Geral. Documentos consultados: versão em inglês, atualizada em 2014, disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002269/226924e.pdf#page=6; documento em português publicado em 2002 disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

> da ignorância e do preconceito, da doutrina da desigualdade entre homens e raças[35]. (UNESCO, 1945)

Preconizava-se, no documento, que "uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz[36]" (Idem), primeira de suas frases, materializada como monumento na sede da UNESCO em Paris (ver Figura 2). Nesse momento, a cultura foi tratada como "chave para a paz", em sentido de combate às "ignorâncias" entre as civilizações, e de fomento a processos educativos, científicos e culturais, dado o temor a novas guerras e conflitos, na mesma linha de raciocínio de Roerich, que propagava a ideia de que "onde quer que haja Cultura, há também a paz" (Koutsarova, 2014). O Conselho Internacional de Museus (ICOM) foi criado nessa mesma conjuntura, em 1946, como organização afiliada à UNESCO, com a qual mantém estreita relação desde a sua fundação (*Museum International*, 1980). Em 1947, na primeira Conferência Interina do ICOM, na Cidade do México, os delegados reunidos também enfatizaram a necessidade do fomento à cultura e à paz, quando estabeleceram:

> 1. Acreditamos que é da maior importância para todas as nações que o conhecimento sobre as culturas que formam parte de um só mundo devem ser conhecidas largamente; 2. Por esses meios haverá um campo mais amplo para o entendimento mútuo, e através da troca de conhecimento cultural haverá um campo comum para a paz (UNESCO & ICOM, 1947)[37]

A formação das instituições internacionais setoriais das áreas de cultura, como é o caso dos museus, seguia os mesmos modelos que inspiravam a formação da UNESCO, que em sua constituição enfatizou a importância dessas três áreas – educação, ciência e cultura – para a manutenção da paz e a convivência entre os povos. Essa tríade está vinculada às funções indissociáveis da instituição, e firmou-se nos objetivos da organização de manutenção da paz pelo respeito à diversidade dos povos. Buscava-se aí a concretização de uma noção de comunidade internacional, ponto reafirmado nas distintas articulações que ocorriam para a formação das instituições multilaterais e voltadas para o fortalecimento de sistemas de

35 Tradução do autor para o original: *'That the great and terrible war which has now ended was a war made possible by the denial of the democratic principles of the dignity, equality and mutual respect of men, and by the propagation, in their place, through ignorance and prejudice, of the doctrine of the inequality of men and races'*. (UNESCO, 1945).

36A expressão foi proferida em discurso do Primeiro Ministro do Reino Unido, Clement Attlee, em 1945: *'Do not wars, after all, begin in the minds of men?'* (Huxley, 1946; Attlee, etal, 1985).

37 Tradução do autor para a Resolução 4 da Conferência: '*Resolution No. 4: (...) 1. We believe that it is of the greatest importance for every nation that the knowledge of the cultures of the various countries forming part of one world should be made more widely known; 2. By these means there will be a broader ground of mutual understanding, for through exchange of cultural knowledge there is a common ground for peace'.* (UNESCO and ICOM, 1947). Disponível em: https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOMs-Resolutions_1947_Eng.pdf Acesso no dia 23 de março de 2020.

governança global que permitissem a convivência dos povos com o devido respeito às suas culturas e às suas criações artísticas, intelectuais e científicas. Os nascentes acordos associados aos direitos humanos operavam nessa mesma dinâmica, e assim reafirmava-se o vislumbre de um futuro possível de prevalência da paz na heterogeneidade observada entre as nações.

Figura 2 - Monumento na sede da Unesco, em Paris, com a inscrição do preâmbulo da Constituição da Organização em 9 línguas. Foto: Marcelo Murta, Outubro, 2019.

Em 1946, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC[38]) criou uma Comissão Internacional de Direitos Humanos (HRC) para a elaboração de um documento internacional referente ao exercício dos direitos humanos. A presidência do HRC ficou a cargo de Eleanor Roosevelt, indicada pelo presidente norte-americano Harry Truman após a morte de Franklin Delano Roosevelt, em 1945. Mesmo com esse processo em andamento, não estava claro ainda como seriam abordados no tratado os princípios morais, religiosos e filosóficos, de forma a atender às demandas mais diversas encontradas em todo o mundo. Entre 1947 e 1948, a UNESCO conduziu, de maneira paralela[39], um processo de investigação por meio de consultas a intelectuais, teólogos, políticos, ativistas e diversos outros grupos de personalidades para

38 O ECOSOC é um dos seis principais órgãos das Nações Unidas, sendo os outros: a Assembléia Geral, o Secretariado-Geral, a Corte Internacional de Justiça, o Conselho de Segurança e o Conselho de Administração Fiduciária (hoje extinto, era responsável pela observação da administração de colônias e territórios não independentes).

39 De acordo com Goodale (2018), com base em documentos oficiais da UNESCO, *'Apart from electing Huxley as its first head, UNESCO also established a number of major priorities for the coming year. One of these instructed the Secretariat to "clarify the principles on which might be founded a modern declaration of the Rights of Man" [Records of the General Conference, first session, 1946, p.236]'*. (Goodale, 2018, p.9).

reunir opiniões sobre os fundamentos dos direitos humanos a partir de diversas perspectivas (Goodale, 2018). Entretanto, não houve uma efetiva troca de informações entre a comissão e a UNESCO, já que grande parte dos membros da comissão não se manifestou sobre esses estudos e relatórios, e votou pela não incorporação desses documentos aos processos deliberativos para a redação da declaração[40]. Ainda assim, a observação do documento elaborado pela UNESCO trouxe grandes contribuições para a compreensão do contexto de adoção do "primeiro tratado internacional de valores éticos a ser adotado pela humanidade como um todo[41]", com referências aos vários complexos culturais espalhados pelo globo e no que os conectava enquanto humanidade (UNESCO, 2018).

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) alinhou-se então com a necessidade de favorecer o exercício dos direitos culturais em suas várias vertentes, dos direitos coletivos aos individuais. Algumas das discussões empreendidas nos debates para a sua elaboração envolviam o exercício dos direitos da pessoa humana de maneira que não se vinculassem somente ao individualismo *per se,* mas ao exercício de convivência e de harmonia entre os seres humanos enquanto sujeitos. O seu texto estabeleceu no artigo 27 que "toda a pessoa tem o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam". (ONU, 1948). O artigo destacou a ideia do direito à participação na vida cultural, de forma a compreender os direitos em ao menos duas faces: enquanto direito dos indivíduos e enquanto direito dos grupos sociais ou culturais. De um lado, repetiam-se os pensamentos de 1789, com referências à liberdade de pensamento, consciência e religião nos artigos 18 e 19 (ONU, 1948). Por outro lado, eram trazidas interpretações menos individualistas, no sentido das considerações acerca da participação na vida comunitária – ponto este que teria agregada, posteriormente, a noção do direito de negar a participação em certos coletivos, ou, de forma mais direta, o direito de dizer '*não*'[42].

Alguns aspectos, entretanto, evidenciam as contradições existentes na conformação das instituições internacionais e dos seus tratados correlatos. Embora a UNESCO tenha surgido

40 O documento intitulado '*Human Rights: Comments and Interpretations*' foi publicado em 1948 pela UNESCO com uma reunião de textos de diversas personalidades de referência, como Mahatma Gandhi e Aldous Huxley, e trouxe também contribuições sobre as perspectivas dos direitos humanos sob o prisma hindu, islâmico e do confucionismo chinês, por exemplo. (UNESCO, 1948).

41 De acordo com o prefácio de edição comemorativa dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicado pela UNESCO Courier, em 2018: *'The first international treaty of ethical values to be adopted by humanity as a whole, it has served for seventy years "as a common standard of achievement for all peoplesof all nations," to quote from the speech of Eleanor Roosevelt – Chairperson of the Commission on Human Rights and of the UDHR Drafting Committee – delivered at the United Nations General Assembly on 9 December 1948, the day before the Declaration was adopted.'* (UNESCO, 2018).

42 Esse ponto é repetido diversas vezes nos relatórios da ONU sobre os direitos culturais, como será abordado mais à frente nesta tese.

após a II Guerra Mundial num contexto de projeção da manutenção da paz por meio da educação, da ciência e da cultura, assim como a declaração de 1948 definiu-se pela garantia dos direitos humanos, tais instrumentos e instituições despontaram em simultâneo à sustentação de estruturas colonialistas que nutriam tratamentos desiguais entre os povos, empreendidos principalmente pelos países europeus. A Conferência para o Estabelecimento da UNESCO, ocorrida em Londres, em novembro de 1945, contou com a participação de 44 países, majoritariamente dos continentes europeu e americano. Persistia, à época, uma estrutura imperialista que mantinha vários territórios sob o domínio francês, norte-americano, britânico, português, belga, holandês e espanhol, por exemplo. Esse fato não era isolado à UNESCO, ao considerar-se que as organizações internacionais vigentes no século XXI foram gestadas em contextos imperialistas. Nas décadas vindouras, por outro lado, o que se observou foi uma readequação nos discursos das instituições internacionais frente aos processos de descolonização e à emergência de novos atores no cenário global.

O princípio da autodeterminação dos povos, por exemplo, ainda que já estivesse afirmado desde o século XIX, sendo incorporado fortemente em pautas internacionais – como nas obras de Lenin[43], nos 14 pontos de Woodrow Wilson[44], de forma incipiente na Sociedade das Nações, e na Carta das Nações Unidas de 1945 – ganha mais força prática na segunda metade do século XX. Na Conferência de Bandung, celebrada na Indonésia em 1955, reuniram-se 29 países da África, da Ásia e do Oriente Médio[45], no que viria a assentar as bases para o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) e para a chamada cooperação sul-sul[46]. No documento de conclusão da conferência, a cooperação cultural entre os países foi mencionada várias vezes e, entre os 10 princípios de Bandung, figurou expressamente o respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações, assim como a autodeterminação dos povos. Na década de 1960, em meio aos processos de descolonização, o discurso sobre a autodeterminação

43 Lenin, com base marxista, sustentava a autodeterminação dos povos: *"from the point of view of socialism, it is absolutely a mistake to ignore the tasks of national liberation in a situation of national oppression"* (Lenin s/d, apud Fernandes, 2016). Anos depois, as ideias de Lenin foram essenciais para o apoio da URSS durante as guerras de libertação dos povos coloniais na Guerra Fria (Fernandes, 2016).

44 Os 14 pontos de Wilson (escritos em resposta ao texto de Lenin) referem-se ao plano elaborado pelo presidente dos EUA, Woodrow Wilson, em 1918, para o sistema internacional que se desenhava ao fim da I Guerra Mundial. O 14º ponto sugere a formação de uma associação geral de nações com pactos que garantissem a independência política e a integridade territorial para todos os Estados.

45 De acordo com a declaração final da conferência, participaram: Birmânia (atual Myanmar), Ceilão (atual Sri Lanka), Índia, Indonésia e Paquistão, enquanto países anfitriões; e Afeganistão, Arábia Saudita, Camboja, Costa do Ouro (atual Gana), China, Egito, Etiópia, Filipinas, Iran, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnam do Norte (República Democrática do Vietnam), Vietnam do Sul (Estado do Vietnam) e Yemen, enquando países convidados. (*Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung. Bandung, 24 April, 1955*). Outras delegações também envolveram representantes de movimentos independentistas na África, como dos movimentos tunisinos e argelinos.

46 O Movimento dos Países Não Alinhados nasceu da reunião dos países que buscaram as suas articulações fora dos eixos de influência dos EUA e da URSS, durante a Guerra Fria. A Cooperação Sul-Sul surgiu como contraposição à Cooperação Norte-Sul, de modo a fortalecer os laços entre os países em desenvolvimento.

dos povos fortaleceu-se e passou a ser premente nos documentos internacionais. Nos documentos normativos e acordos posteriores, como nos documentos agregados ao sistema dos direitos humanos[47], este princípio viria a reafirmar-se, e em 1960 a UNESCO manifestou-se com a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais (UNESCO, 1960). Não fazia mais sentido a manutenção das colônias e territórios ocupados frente aos discursos que se consolidavam em torno da afirmação cultural dos povos. Uma vez que um país assinasse tais pactos, a manutenção de suas colônias seria posta em questão – muito embora, em muitos casos, os jogos geopolíticos não confirmassem ou tardassem a confirmar essa premissa, ou muitas vezes estivessem associados a outros interesses[48].

A cronologia de adesões aos acordos internacionais de direitos humanos e os documentos internacionais posteriores revelaram um sentido de crescente abertura aos direitos culturais, de um lado de maneira meramente formal, mas também ao considerar os processos de independência decorrentes da descolonização e a afirmação da autodeterminação dos povos, discurso recorrente nas lutas pelas independências, principalmente na África. O desenho de tais documentos e o desenrolar institucional dos organismos internacionais ocorre entre tensões refletidas dos próprios processos de descolonização, sem entrar aqui, ainda, no debate decolonial. Dito de outra forma, os direitos culturais referentes à autodeterminação responderam a no mínimo dois processos: às pressões das lutas dos movimentos independentistas e das lutas sociais das décadas de 1960 e 1970; mas também às dinâmicas das grandes esferas de poder e aos oportunismos de suas pautas internacionais, onde todo processo de flexibilização acabou por caracterizar-se como saída inevitável frente aos processos que se desenrolavam. A descolonização, nessa perspectiva, é insuficiente, e para visualizar esse processo basta analisar a maneira como as colonialidades (do poder, do saber e do ser, segundo Aníbal Quijano) continuam presentes nas sociedades contemporâneas[49].

47 Na Declaração Universal dos Direitos Humanos a vontade popular associava-se ao voto (art. 21º), sem especificar claramente a autodeterminação dos povos (embora tais direitos já estivessem mencionados na Carta das Nações Unidas de 1945).

48 Isso está expresso nos processos de descolonização, ao considerar-se, por exemplo, as conjunturas para as independências no continente africano e os processos posteriores nas ilhas do Oceano Pacífico. Muitos dos novos países insulares seguiram intenções oportunistas dos próprios colonizadores no jogo político das Nações Unidas. Vide, por exemplo, quantos novos pequenos países sem movimentos independentistas consolidados revertiam-se em apoios internacionais ao Reino Unido ou aos EUA nas reuniões multilaterais (na lógica de cada independência, um voto). Para aprofundar os debates sobre os processos de independência das ilhas do Pacífico e os seus processos políticos no século XX, ver Howe, Kiste & Lal (1994).

49 Optou-se, aqui, por encaminhar o debate para as associações entre os contextos internacionais, a formação das instituições, seus conceitos norteadores e a maneira como se relacionam ao exercício dos diretos culturais e às políticas culturais. Para um debate mais aprofundado sobre colonialidades e os giros decoloniais, ver as obras de Aníbal Quijano (1992, 2000, 2005), Luciana Ballestrin (2013) e a tese da investigadora Marcele Regina Nogueira Pereira (2018).

1.2. Direitos Humanos, Direitos Culturais e Cidadania Cultural

Dois pactos foram estabelecidos na década de 1960 como tributários à DUDH, de 1948: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Os três documentos compuseram, então, o principal *corpus legal* do Sistema de Direitos Humanos[50]. Essa separação dos direitos humanos – entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais – levou os acadêmicos, estudiosos e técnicos a dividi-los em camadas, ou categorias, vinculadas às origens desses direitos e à maneira como são exercidos. Duas dessas principais interpretações foram propostas por T. H. Marshall no seu livro *Citizenship and Social Development*, de 1977 e por Karel Vasak, quando atuava no âmbito do Instituto Internacional de Direitos Humanos, em Estrasburgo, também na década de 1970. Marshall dividiu os direitos humanos em direitos civis, direitos políticos e direitos sociais: "Os direitos civis foram incorporados no estado constitucional com o seu estado de direito (*rule of law*), os direitos políticos no sistema da democracia e os direitos sociais nos arranjos do estado de bem-estar social[51]" (Porsdam, 2019, p.77). Nessa perspectiva, os direitos humanos seriam exercidos pelos indivíduos e coletivos com base nas liberdades civis, na igualdade de participação nos processos políticos e decisórios, e nas garantias do Estado para o bem-estar social.

Assim como a categorização de Marshall, a divisão dos direitos humanos em gerações proposta por Vasak baseou-se em análises posteriores a partir da observação dos processos de normatização ocorridos desde 1948, na promulgação da DUDH, até 1966, quando foram aprovados os dois pactos agregados (PIDCP e PIDESC). Após as declarações do Diretor Geral da UNESCO à época, o senegalês Amadou-Mahtar M'Bow[52], de que que era imperativa a formulação de uma terceira geração de direitos humanos, ao considerar os dois pactos de 1966 como as duas primeiras gerações, Vasak sugeriu a estruturação dos direitos humanos da seguinte forma:

50 Atualmente são elencados 18 tratados internacionais associados ao Sistema dos Direitos Humanos. Ainda que a cultura e os direitos culturais possam ser encontrados em todo o sistema, este capítulo versa sobre a DUDH e os seus dois principais pactos associados.

51 Tradução do autor para: *"Civil rights were embedded in the constitutional state with its rule of law, political rights in the system of democracy, and social rights in the arrangements of the welfare state"* (Porsdam, 2019, p.77). Para referências diretas ao autor, ver: T. S. Marshall, *Citizenship and Social Development*. London and Chicago, IL: University of Chicago Press, 1977.

52 O educador senegalês Amadou-Mahtar M'Bow foi o Diretor Geral da UNESCO entre 1974 e 1987, período de afirmação das políticas culturais em meio a embates gerados nas conferências realizadas, ponto a ser abordado no próximo tópico desta tese.

> A primeira geração refere-se a direitos negativos, no sentido de que o respeito aos mesmos exige que o estado não interfira nas liberdades individuais, e corresponde aproximadamente aos direitos civis e políticos. A segunda geração, por outro lado, exige a ação positiva do estado para ser implementada, como é o caso da maioria dos direitos sociais, econômicos e culturais. A comunidade internacional está agora embarcando em uma terceira geração de direitos humanos que pode ser chamada de 'direitos de solidariedade'[53] (Vasak, 1977, p.29).

As três gerações viriam a associar-se aos três valores propostos desde o século XVIII: a primeira geração, referente aos valores da *liberdade* e aos direitos civis e políticos; a segunda geração, vinculada aos valores da *igualdade*, ligada aos direitos econômicos, sociais e culturais; e a terceira geração, ligada à *fraternidade* e aos direitos coletivos e à solidariedade. Alguns eventos históricos que movimentaram os séculos XIX e XX ilustraram o desenvolvimento dessas gerações de direitos, e se o valor de *liberdade* esteve associado diretamente aos resultados da Revolução Francesa, as revoltas sociais dos séculos seguintes vincularam-se ao valor da *igualdade* e o pós-II Guerra Mundial veio a afirmar a *fraternidade* (Cunha Filho, 2018).

Outros autores, em momentos posteriores, sugeriram, no mínimo, outras duas gerações dos direitos humanos baseadas no modelo de Vasak: a quarta geração, associada ao universalismo, à informação e à democracia, resultados da globalização dos direitos humanos (Bonavides, 2006); e a quinta, associada à paz[54]. Para a compreensão dos direitos culturais da forma como são apresentados e trabalhados nesta tese, entretanto, o modelo de Vasak é suficiente. As demais gerações sugeridas são, ademais, facilmente associadas aos direitos de terceira geração, pelas suas próprias articulações com os valores de solidariedade e de fraternidade. Dessa forma, a globalização dos direitos humanos, defendida como quarta geração, seria identificada na terceira geração, pela fraternidade e solidariedade desejada entre todos os seres humanos, enquanto a paz, identificada na quinta geração, estaria associada aos valores de solidariedade e fraternidade. O próprio Vasak já explicitara esses direitos como parte da terceira geração, quando enfatizou que "tais direitos incluem o direito ao desenvolvimento, o direito a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, o direito à paz e o direito à propriedade do patrimônio comum da humanidade"[55] (Vasak, 1977, p.29).

53 Tradução do autor para: *"The first-generation concerns "negative" rights, in the sense that their respect requires that the state do nothing to interfere with individual liberties, and correspond roughly to the civil and political rights. The second generation, on the other hand, requires positive action by the state to be implemented, as is the case with most social, economic and cultural rights. The international community is now embarking upon a third generation of human rights which may be called 'rights of solidarity'"*(Vasak, 1977, p.29).

54 Outras gerações são incorporadas e discutidas por alguns autores, como o próprio Paulo Bonavides e Norberto Bobbio. O modelo com as três gerações, entretanto, foi suficiente para a compreensão epistemológica e para o desenvolvimento da tese.

55 Tradução do autor para: '*Such rights include the right to development, the right to a healthy and ecologically balanced environment, the right to peace, and the right to ownership of the common heritage of mankind'* (Vasak, 1977, p.29).

Em uma primeira leitura superficial, os direitos culturais poderiam estar associados a uma geração ou camada específica – por exemplo, na segunda geração proposta por Vasak. Entretanto, a cultura e os direitos culturais são transversais a todas as gerações dos direitos humanos, segundo as concepções sistematizadas pelo jurista Humberto Cunha Filho (2018), e que estão em consonância com as posições que o próprio Vasak expressara em 1977:

> Eles (*os direitos culturais*) estão associados tanto a direitos civis e políticos (e, como vimos, são considerados 'negativos') como a direitos econômicos e sociais (considerados 'positivos'). Às vezes, aparecem nas duas categorias de direitos humanos em documentos produzidos pela mesma organização. Eles são sempre definidos juridicamente como direitos individuais, enquanto a cultura é essencialmente de natureza coletiva, pois deve estar disponível para toda a comunidade. Em vista do *status* incerto dos direitos culturais, eles devem ser reconhecidos como tendo uma natureza específica, pois são ao mesmo tempo individuais e coletivos. A Unesco esteve e ainda está trabalhando nesse sentido.[56] (Vasak, 1977, p.32)

A cultura e os direitos culturais são observados nas três categorias ou gerações propostas. Cada uma delas pode associar-se, à sua maneira, aos valores de liberdade, igualdade e fraternidade (ou solidariedade): os valores da liberdade criativa e de pensamento dos indivíduos; a igualdade de oportunidade de acesso e exercício das identidades culturais; e a fraternidade expressa na compreensão da cultura enquanto bens culturais solidários, compartilhados entre os cidadãos. Os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais, ademais, associam-se pelo aspecto democrático da cultura, inclusive na tomada de decisões sobre a participação (ou não) na vida cultural das comunidades – decisões individuais ou coletivas – e nos processos participativos para a elaboração e execução de políticas culturais, por exemplo.

Os dois pactos e as três gerações de direitos humanos citados, quando classificados na diferenciação entre direitos negativos e direitos positivos, conforme a citação prévia de Vasak, podem trazer outras reflexões para os direitos culturais. Segundo a doutrina do direito, os direitos negativos seriam aqueles que protegem os indivíduos das ações do Estado, e os direitos positivos aqueles que exigem do Estado a presença na vida dos indivíduos (Canotilho, 1993). Como exemplo, o Estado se absteria de interferir na vida dos indivíduos ao garantir a liberdade

56 Tradução do autor para: *'They are associated either with civil and political rights (and thus, as we have seen, are considered as "negative") or with economic and social rights (and are considered as "positive"). They sometimes appear in both categories of human rights in documents produced by the same Organization. They are always defined juridically as individual rights, whereas culture is essentially collective in nature, since it should be available to the whole community. In view of the uncertain status of cultural rights, they should be recognized as having a specific nature, since they are at once individual and collective. Unesco has been and still is working along these lines'*. (Vasak, 1977, p.32).

de expressão ou a inviolabilidade das correspondências (direito negativo). Por outro lado, enquanto direito positivo, o mesmo Estado investiria diretamente no fomento a determinadas áreas, por meio de convocatórias para o financiamento a artistas, na formação musical ou na construção de museus. Essa percepção traz referências para se pensar o desenvolvimento das políticas públicas, considerando que muitas vezes, através de ações empregadas com financiamento direto, o Estado acaba por favorecer a multiplicação de processos semelhantes. Nessa dinâmica, as políticas públicas para o exercício dos direitos culturais acabam por gerar uma espécie de *atmosfera* para novas ideias e novos projetos, como um processo de reconhecimento e validação de práticas isoladas, ponto que será aprofundado mais adiante, na próxima seção desta tese.

O PIDESC[57], um dos dois principais documentos vinculados à declaração de 1948, foi lançado em 1966 e entrou em vigor em 1976[58]. Sua adoção representou avanços consideráveis, ao menos em termos discursivos, nos processos de descolonização e no estabelecimento de um sistema global mais humanizado. O pacto foi concebido no contexto da descolonização dos anos 1960, quando grande parte das colônias africanas se tornou independente, e seu primeiro artigo aborda justamente a autodeterminação dos povos: "Todos os povos têm o direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural" (ONU, 1966, Art. 1o § 1). As articulações posteriores entre o PIDESC e os posicionamentos adotados pela UNESCO trouxeram entusiasmo para os processos de descolonização, considerando, inclusive, a crescente participação dos países recém independentes nos fóruns globais.

Além da autodeterminação dos povos, o pacto abordou também o livre exercício de direitos culturais e o direito à fruição cultural e artística dos indivíduos, conteúdo expresso em seu artigo 15. As provisões do pacto enfocaram três dos aspectos principais dos direitos culturais: a participação cultural, o acesso à ciência e à tecnologia, e a proteção aos direitos de autor. O acesso aos bens culturais e a proteção autoral geram, por suas próprias características, atritos de difícil resolução, entre o direito de acesso e as restrições impostas por questões financeiras associadas à venda dos bens, por exemplo. Esses aspectos são amplamente discutidos na academia frente às limitações impostas pelos sistemas internacionais de direitos de *copyright* (Shaver e Sganga, 2010), e esse tema tem gerado discussões sobre interesses

57 Alguns documentos internacionais firmados após 1948 fazem parte da Carta Internacional dos Direitos Humanos, dentre os quais: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, e protocolos posteriormente estabelecidos.

58 O documento foi lançado em 1966 e entrou em vigor em 1976, a partir do prazo e número mínimo de ratificações estabelecidos em seu artigo 27.

coletivos, públicos e privados, na academia e nas instituições, em um debate que está muito distante de um consenso absoluto, e que perpassa as organizações de diversos setores, e não somente o cultural[59].

O texto do PIDESC apresentou a humanidade como uma 'família humana', com direitos iguais e inalienáveis para os seus membros, o que "constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo" (ONU, 1966, Preâmbulo). O texto, ademais, discorreu sobre a dignidade humana e o ideal do ser humano liberto "do temor e da miséria" (Idem), termos que nos dias atuais, em pleno século XXI, perdem seu caráter de projeto e revelam-se utópicos para grupos humanos cada vez mais afundados em desigualdades e injustiças sociais. Em seus artigos, o pacto enfocou os direitos sociais, de dignidade no trabalho e o direito à educação, além de referir-se ao direito de participação na vida cultural, com liberdade para a pesquisa e para as atividades criativas (ONU, 1966, Art. 15). Dois anos após a sua publicação, durante a 15ª Conferência Geral da UNESCO, em 1968, o tema dos direitos culturais foi abordado de forma a avaliar as ações da organização e discutir as maneiras de sua efetivação[60].

Ao passar a discussão dos direitos culturais para o outro pacto associado, o PIDCP, alguns pontos são identificados e merecem alguns comentários. O seu primeiro artigo foi elaborado de maneira idêntica ao primeiro artigo do PIDESC, quando os dois documentos tocaram no tema da autodeterminação dos povos:

> 1. Todos os povos têm direito a autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural;
> 2. Para a consecução de seus objetivos, todos os povos podem dispor livremente de suas riquezas e de seus recursos naturais, sem prejuízo das obrigações decorrentes da cooperação econômica internacional, baseada no princípio do proveito mútuo, e do Direito Internacional. Em caso algum, poderá um povo ser privado de seus próprios meios de subsistência;
> 3. Os Estados Partes do Presente Pacto, inclusive aqueles que tenham a responsabilidade de administrar territórios não-autônomos e territórios sob tutela, deverão promover o exercício

59 Interessante observar como nas próprias instituições culturais públicas tais interesses estão presentes. Teixeira Coelho, em seu Dicionário de Política Cultural, ao abordar os 'circuitos de intevenção' das políticas culturais, salienta que suas diversas tipologias 'podem manifestar-se isoladamente ou em diferentes combinações entre si. A presença simultânea de todas elas caracteriza a existência plena de uma política cultural de Estado – quer seja esta uma política dita de dirigismo ou de democratização cultural.' (Coelho, 2004, p.298). No caso do Ministério da Cultura do Brasil (MinC), por exemplo, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) havia duas secretarias que atuavam em simultâneo sob paradigmas bastante distintos: a Secretaria de Articulação Institucional (SAI), sob o paradigma de financiamento público direto do Estado aos entes publicos descentralizados (*instâncias institucionais*), e a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC), sob o paradigma de incentivos fiscais e destinação de recursos a entes privados (*mercado cultural*).

60 Segundo Silva, 2016, os seguintes temas foram abordados na Conferência Geral da UNESCO: "o papel e efeitos da cultura de massa ou cultura popular em relação à educação e à "alta cultura"; a possibilidade de preservação de culturas tradicionais; estratificação social de culturas versus participação cultural; minorias culturais; responsabilidades de uma organização internacional para com o ideal de uma cultura ou patrimônio cultural universal, mesmo que pautado pela diversidade; democratização da cultura como acesso e participação; papel do artista na vida social e, finalmente, a implementação dos direitos culturais: como colocá-los em prática?" (Silva, 2016, p.79).

> do direito à autodeterminação e respeitar esse direito, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas. (ONU, 1966)

Ao assumirem essa posição, em pleno período de descolonização durante os anos 1960, os documentos referendaram os processos de independência em curso, ao estabelecerem que cada povo tem o direito de determinar o seu próprio estatuto político. Em seus 53 artigos, ademais, o PIDCP abordou temas correlatos aos direitos culturais em diversas dimensões: o Art. 18 versa sobre a 'liberdade de pensamento, de consciência e de religião'; o Art. 19 sobre a liberdade de opinião e de expressão; o Art. 21, sobre reuniões pacíficas; o Art. 22, sobre a livre associação; o Art. 27, sobre a liberdade para grupos minoritários terem as suas próprias vidas culturais e religiosas. Observa-se, nesse ponto, que o PIDCP abrange quase que exclusivamente aspectos associados aos direitos negativos, em muito vinculados aos direitos humanos de primeira geração e ao valor da liberdade, enquanto o PIDESC compreende os direitos negativos e positivos, além de alcançar de maneira mais ampla as três gerações de direitos humanos.

Ainda que tais interpretações tragam essas divisões em gerações ou categorias, os principais documentos internacionais de referência não dissociam os direitos humanos, ao considerá-los universais e indivisíveis. Todo o sistema dos direitos humanos é compreendido como único, sem o estabelecimento de hierarquias ou separações. A 'Declaração de Viena e Plano de Ação', publicada pela Conferência Mundial de Direitos Humanos em 1993, nesse sentido, interpretou os direitos humanos como 'universais, indivisíveis, e interdependentes e inter-relacionados', situação que coloca os seus documentos como parte de um corpus legal único. Os direitos culturais, nesse contexto, são também indissociáveis, parte de um mesmo grupo de direitos e presentes em todas as dimensões ou gerações dos direitos (Cunha Filho, 2018). Porém, na prática dos Estados Nacionais, essa situação nem sempre é referendada, quando os instrumentos normativos são separados e tomados pelos países de acordo com seus princípios e interesses. Não só a ratificação em separado revela esse aspecto dissociativo, mas também as práticas de cada país, as suas articulações regionais, e a maneira como desenvolvem as suas políticas públicas.

As peculiaridades de cada país e de cada região dizem respeito a seus contextos históricos e sociais, e também à aplicação dos direitos nacionais frente às normativas regionais e internacionais. Se por um lado é observada uma articulação internacional para a adoção dos três principais documentos de direitos humanos pelos países, por outro lado, desde a década de 1940 ocorre a organização de alianças regionais para a configuração de sistemas de direitos humanos isolados, alguns mais alinhados às normativas globais do que outros. Ainda em 1948,

no mesmo contexto de criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), os países do continente americano, reunidos em Bogotá, anteciparam-se à DUDH com a publicação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos foi estabelecido posteriormente, em seguimento à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica, de 1969). A Convenção Europeia dos Direitos Humanos foi adotada em 1950 e vigora desde 1953, e em 1981 foi publicada a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul), no contexto da Organização da Unidade Africana, hoje União Africana. Em 2012, os países do Sudeste Asiático, por meio da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), publicaram a sua própria carta de direitos humanos, assinada em Phnom Penh, no Camboja. Cada qual apresenta características próprias que dizem respeito a seus contextos de elaboração e às diferenças de cada região. A declaração americana ainda mantinha os direitos "do homem", substituídos por "direitos humanos" na DUDH e replicada na declaração europeia. A declaração africana, por outro lado, já enfatiza o "direito dos povos", frente aos recentes processos de descolonização do continente. Já a declaração asiática, mais recente, tem recebido críticas de ONGs e instituições internacionais no sentido de possuir artigos que abrem possibilidades para o desrespeito aos direitos humanos, por exemplo, em temas religiosos ou de gênero[61].

Nesse mesmo sentido, de especificidades e conjunturas próprias, alguns países árabes e muçulmanos mantém restrições aos direitos humanos ao confrontá-los com os regimes jurídicos com base na *Xaria*, o direito islâmico[62]. Houve inclusive articulações para a elaboração de instrumento regionais ou de referência religiosa própria, a exemplo da Declaração dos Direitos Humanos no Islã (Declaração do Cairo, 1990) e da Declaração Árabe de Direitos Humanos, em vigor desde 2008[63]. Este último documento recebeu diversas críticas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Ainda que o documento referende o PIDESC e PIDCP, além da DUDH, o seu texto apresenta incompatibilidades com as cartas vigentes no âmbito global, especificamente no que toca aos direitos das mulheres, das crianças, de cidadania

61 Alguns artigos da declaração receberam críticas por abrir exceções ao exercício dos direitos humanos, a exemplo do Princípio Geral 7, que estabelece, entre outros pontos: *'the realisation of human rights must be considered in the regional and national context bearing in mind different political, economic, legal, social, cultural, historical and religious backgrounds' (ASEAN, 2013).* A sua submissão a aspectos nacionais ou regionais, segundo o argumento dos críticos, poderia limitar o universalismo dos direitos humanos.

62 A Xaria tem como fontes principais o Corão e as Sunas, e está entre os três principais regimes jurídicos existentes hoje no mundo, juntamente com o Romano-Germânico (*Civil Law*) e o Anglo-Saxão (*Common Law*).

63 A declaração foi elaborada em 1994, editada em 2004 e entrou em vigor em 2008, com a ratificação mínima necessária. No dia 7 de setembro de 2014, a Liga de Estados Árabes aprovou também o Estatuto da Corte Árabe de Direitos Humanos, disponível em: https://acihl.org/texts.htm?article_id=44&lang=ar-SA Acesso no dia 2 de junho de 2020.

e na classificação do Sionismo como racismo[64]. Os posicionamentos do Alto Comissariado têm sido firmes no sentido de não relativizar os direitos humanos, ao assumir os seus aspectos universalistas presentes na garantia do exercício dos direitos sociais, econômicos, culturais, civis e políticos. A sensibilidade à diversidade cultural não abre exceções no exercício dos direitos humanos universais estabelecidos nas principais normativas internacionais, e todo exercício de relativismo cultural absoluto que ignore os direitos humanos é desencorajado, como explicita o artigo 4º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural ao dizer que "ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance" (UNESCO, 2001).

As articulações regionais têm ocorrido em simultâneo aos processos de assinatura e ratificação nacional dos pactos de 1966. As peculiaridades regionais são notadas nos instrumentos regionais específicos e também na maneira como os países se articulam frente ao PIDESC e ao PIDCP. Até o ano de 2020, 170 países haviam ratificado o PIDESC, enquanto 173 haviam ratificado o PIDCP[65]. Cada país apresentou um contexto distinto para a sua assinatura, ratificação ou negação, com razões específicas associadas ao tratamento dado aos direitos humanos e às acepções dos diversos direitos associados expressos nos pactos articulados, que são os sociais, econômicos, culturais, civis e políticos. Para essa análise, seriam necessários estudos mais aprofundados sobre cada país, embora algumas questões sejam interessantes de ser tratadas considerando o desenho desta investigação e o desenvolvimento da tese. Mesmo que a doutrina do direito internacional mantenha os direitos humanos como indivisíveis, ao chegar aos contextos nacionais, e pela própria divisão dos dois pactos, cada país os interpreta de uma maneira, de acordo com suas agendas políticas e contextos históricos, sociais e culturais.

Na Europa, todos os países ratificaram os dois pactos, assim como os vizinhos Rússia, Turquia, os países do Magreb e grande parte dos países africanos, à exceção de Botswana e Moçambique, que somente ratificaram o pacto de direitos civis e políticos, e do Sudão do Sul, que ainda não ratificou nenhum dos dois. Na América Latina todos os países ratificaram os dois pactos, menos Cuba, que assinou os dois em 2008, mas que continua sem ratificá-los. No continente asiático, alguns países do sudeste asiático não tomaram iniciativas após 1966, como

64 A Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Louise Arbour, emitiu um comunicado de imprensa em janeiro de 2008 no qual expressou o posicionamento em reprovação aos aspectos da declaração que violariam os direitos humanos. Fonte: *UN Watch. Issue 173 - UN rights chief clarifies stance on Arab charter*. Disponível em: https://unwatch.org/issue-173-un-rights-chief-clarifies-stance-arab-charter/ Acesso no dia 2 de junho de 2020.

65 Dados atualizadosdisponíveis no website do Escritório do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos: https://indicators.ohchr.org/ Acesso no dia 18 de março de 2020.

a Malásia e Singapura frente aos dois pactos, e Butão e Myanmar, no caso dos direitos civis e políticos. Entre os países árabes, a Arábia Saudita, Omã e os Emirados Árabes Unidos também não assinaram nenhum dos dois pactos. A China mantém o PIDCP sem ratificação, embora já o tenha assinado em 1998, o que nutre a restrição aos direitos civis e políticos devido a suas dinâmicas legais internas, por exemplo, no tocante ao funcionamento político unipartidário. Ao mesmo tempo, o país promove aspectos associados ao direito positivo, com caráter mais intervencionista, ao ter já ratificado o PIDESC.

No caso do Brasil, os dois pactos foram promulgados em 6 de julho de 1992[66], após a sua ratificação. E em Portugal os dois pactos passaram a vigorar a partir de 1978[67]. Esses longos intervalos, de mais de 25 anos entre a adoção dos documentos pelas Nações Unidas e a sua ratificação (1991) e promulgação (1992) pelo Brasil, e de 12 anos para o depósito e vigência dos pactos, no caso português, somente explicitam os contextos de suspensão dos direitos civis, políticos, econômicos, culturais e sociais dos brasileiros e portugueses durante o período de ditadura em cada um dos dois países. A cultura, nesses contextos, de um lado era tratada no singular, com referências à cultura oficial, avessa ao que viria a ser compreendido como diversidade cultural. Por outro lado, quando tratada no plural, referia-se a estruturações verticalizadas, nacionalistas, impostas pelas autoridades públicas e seus tecnocratas através de referências mapeadas e tradições inventadas (Hobsbawm e Ranger, 2008) que privilegiavam narrativas e referências culturais dos grupos dominantes, em prejuízo a populações marginalizadas e sem a consideração de suas culturas para o exercício da cidadania[68] (Rosaldo, 2003; Miller, 2011). Ainda que houvesse a visualização de diferentes aspectos culturais – à luz dos regionalismos, da arte popular e dos populismos, por exemplo – tais processos ocorriam sem os veios democráticos e participativos, vindo a excitar a celebração dessas ditaduras, no exercício das políticas culturais com base em 'ideologias autoritárias' e na 'mitologia da não violência' que alimentavam o funcionamento da 'máquina política' (Chauí, 1995) em tempos de ausência democrática.

O estado de ratificação dos dois pactos nos Estados Unidos da América (EUA) ilustra esse fenômeno de dissociação dos direitos humanos: os norte-americanos ratificaram o PIDCP

66 Informações do site da Presidência da República: www.planalto.gov.br/ Acesso em 16 de março de 2020. Os dois pactos foram ratificados pelo Congresso Nacional em 1991 e promulgados pelo poder executivo em 1992.
67 Informações do site do Ministério Público de Portugal: www.ministeriopublico.pt/ Acesso em 16 de março de 2020. Os dois pactos foram assinados por Portugal em 1976 e entraram em vigor em 1978.
68 Miller (2011) apresenta e discute uma revisão bibliográfica sobre o conceito de cidadania cultural, principalmente nos EUA. Rosaldo (2003) desenvolveu estudos aprofundados sobre a cidadania cultural de imigrantes latinos nos EUA e, em 2003, organizou uma coletânea de textos sobre o tema entre populações marginalizadas nos países insulares do sudeste asiático.

em 1992, mas não ratificaram o PIDESC[69]. Essa prática poderia ser explicada pela associação estabelecida dos direitos econômicos, sociais e culturais com o direito positivo, de um Estado intervencionista, e também pelo histórico de adesões e promoções desse documento e suas ideias pelos Estados do Leste, o que trouxe conexões de tais concepções aos sistemas comunistas antes e após a Guerra Fria (Porsdam, 2019). Os direitos culturais, ao seguirem os sistemas ideológicos presentes nos EUA, estariam associados predominantemente às suas perspectivas frente ao direito negativo, de não intervenção estatal, com referências à primeira geração de direitos humanos e às liberdades individuais. Isso ocorreria de maneira diferente das práticas intervencionistas do direito positivo, e entrariam em atrito com propostas e políticas da segunda e terceira geração dos direitos humanos, ligados aos valores de igualdade e fraternidade, e às pautas sociais e culturais. Tais processos referem-se às práticas hegemônicas na contemporaneidade, ligadas à ideologia liberal praticada por grupos dominantes nos EUA. Porém, não se pode ignorar a presença de movimentos contestatórios, anti-hegemônicos, que nos anos 1960 e 1970 lutavam pelos direitos civis e políticos, mas também referenciavam a contracultura e as práticas libertárias dos movimentos sociais e culturais desse período. Nos anos 2000 outras pautas foram gestadas, em processos que ainda hoje, em 2021, demandam do Estado respostas para o exercício dos direitos culturais em diferentes perspectivas.

Ao avaliar a situação dos países da Comunidade do Sul do Pacífico (*South Pacific Community* - SPC), organização que engloba os países do sul do Oceano Pacífico, outras questões são assinaladas. Essa talvez seja a região que apresenta os números de assinaturas e ratificações mais desequilibrados, considerando as questões geopolíticas na formação desses países e a situação *sui generis* de grupos insulares com independência recente. As cinco exceções são os territórios norte-americanos, franceses e britânicos e a Nova Zelândia e a Austrália, pelas suas próprias caracterizações e identificações com o ocidente, e também por fazer parte do chamado "Norte Global", em termos de participação no sistema econômico mundial. Os parlamentos neozelandeses e australianos ratificaram os dois pactos, e a mesma situação ocorreu com Fiji, Ilhas Marshall, e Papua Nova Guiné. Samoa e Vanuatu ratificaram somente o pacto de direitos civis e políticos, e as Ilhas Salomão somente o pacto de direitos econômicos, sociais e culturais. Palau assinou os dois, porém sem ratificá-los. Nauru somente assinou o pacto de direitos civis e políticos, sem a sua ratificação. Finalmente, não assinaram e nem ratificaram nenhum dos dois pactos os seguintes países: Ilhas Cook, Micronésia, Niue,

69 O pacto não foi ratificado pelo Congresso Nacional dos EUA até o momento, ainda que tenha sido assinado pelo poder executivo em 1977, pelo então presidente Jimmy Carter.

Tonga, Tuvalu e Kiribati. Os debates sobre os direitos culturais nessa região ganham contornos muito particulares, dada a situação de formação dos países, suas condições de isolamento, os processos de descolonização e os projetos contemporâneos com forte apelo econômico, ao identificarem o potencial para o setor turístico e a sua associação com a cultura e o patrimônio. A situação dos países dessa região e o desenvolvimento de suas políticas culturais serão discutidos no terceiro capítulo desta tese.

Conforme explicitado, os dois pactos abordados apresentam diferentes formas de recepção pelos Estados Nacionais, algumas vezes com sua completa ratificação, outras com a ratificação de somente um deles, ou mesmo sem qualquer ação frente aos dois documentos. Cumpre salientar que o sistema de direitos humanos não está baseado somente nos dois pactos principais, mas em um grupo de dezoito acordos e documentos vinculados aos mesmos, e que trazem pautas mais específicas vinculadas aos direitos humanos: discriminação racial, questões de gênero, pena de morte, direitos das crianças, migrações, pessoas com deficiência, desaparecimento forçado de pessoas. Os direitos culturais, ademais, estão imersos de alguma maneira em cada um desses instrumentos normativos. De maneira geral, entretanto, a percepção da cultura no sistema de direitos humanos das Nações Unidas com base nos seus três principais documentos – DUDH, PIDESC e PIDCP – é suficiente para a abordagem aqui desenvolvida, uma vez que os acordos acabam por referenciar diretamente os três documentos base. A importância de todo esse corpo de documentos internacionais está presente na maneira como eles fixaram as referências legais internacionais para o exercício dos direitos humanos e para os direitos culturais, mesmo que cada país desenhe as suas próprias políticas públicas seguindo os seus interesses próprios.

Em termos gerais, de acordo com os pontos anteriormente expostos, os direitos culturais talvez possam ser interpretados como o direito de cada uma e de cada um, ou de cada grupo, à sua própria cultura, além do livre acesso e da livre participação dos mesmos na vida cultural das comunidades. Nesse exercício de participação desenvolvem-se os contatos e as trocas entre os mais diversos sujeitos e grupos sociais, o que ultrapassa a noção de ‘direito à cultura’ como direito de acesso a culturas ditas superiores: “não se trata de colocar a cultura (que cultura?) ao alcance de todos, mas de fazer com que todos os grupos possam viver sua própria cultura” (Botelho, 2001, p.82). Essa superação de noções colonialistas afetas à hierarquização de valores estaria expressa na busca pela democracia cultural, pela cidadania cultural e pela cultura em suas várias dimensões (Chauí, 1995; 2008; Botelho, 2001). As políticas culturais dos Estados democráticos, então, têm como função conceber a cultura como direito de todo cidadão, no

acesso à produção cultural e artística, no direito de fruição, de criação, e, sobretudo, de participação nas políticas públicas para a cultura. (Chauí, 2008, p.65).

As práticas e políticas culturais democráticas, por assim dizer, buscam superar o mero consumo cultural, num sentido em que o que se almeja não é somente a democratização da cultura pela ampliação do acesso – ao considerar que "massificar é o contrário de democratizar" (Chauí, 2008, p.63) – mas que a participação dos cidadãos e a consideração da dimensão antropológica da cultura são essenciais. O desenvolvimento das democracias culturais pressupõe a existência de "públicos, no plural", e "tem por princípio favorecer a expressão de subculturas particulares e fornecer aos excluídos da cultura tradicional os meios de desenvolvimento para eles mesmos se cultivarem, segundo suas próprias necessidades e exigências". (Botelho, 2001, p.81). O principal aspecto do exercício da cidadania cultural e do desenvolvimento das democracias culturais perpassa a noção de participação social, algo que está tradicionalmente ausente em diversas sociedades e tem sido inserido e reafirmado nos fóruns internacionais. Existe a consciência de que "uma nova política cultural precisa começar como cultura política nova, cuja viga mestra é a ideia e a prática da participação" (Chauí, 2008, p.76), entretanto, os processos para a sua implementação são extremamente complexos, seja no nível nacional ou internacional.

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas[70] tem atuado de forma intensa nesse debate sobre as democracias culturais, e em 2009 estabeleceu um mandato especial para os direitos culturais[71]. A principal atribuição dos peritos em direitos culturais, desde então, foi identificar boas práticas e discutir desafios para o exercício desses direitos em todo o mundo. Até 2021, foram duas as relatoras mandatárias: Farida Shaheed, entre 2009 e 2015, e Karima Bennoune, que exerce o mandato desde 2015. Desde o seu estabelecimento em 2009, até o primeiro semestre de 2021, foram 14 as visitas empreendidas em todos os continentes. Ademais, a cada ano foi publicado um relatório sobre a situação dos direitos culturais no mundo, considerando os dados trabalhados, as visitas aos países e as temáticas definidas em cada contexto. Os temas variam imensamente, como por exemplo: o direito de acesso ao patrimônio

70 O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas não deve ser confundido com o Comitê de Direitos Humanos, nem com a Comissão de Direitos Humanos, ou o Escritório do Alto-Comissário dos Direitos Humanos. O Comitê de Direitos Humanos tem como atribuição o acompanhamento do Pacto de Direitos Civis e Políticos. A Comissão de Direitos Humanos foi estabelecida em 1946, como subsidiária do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e foi substituída em 2006 pelo Conselho de Direitos Humanos. O Escritório do Alto-Comissário dos Direitos Humanos é o órgão responsável pela supervisão do Conselho de Direitos Humanos. O Conselho de Direitos Humanos é o órgão de apoio à Assembléia Geral das Nações Unidas em processos associados à violação dos direitos humanos.

71 Resolução 10/23 de 26 de março de 2009. Informações disponíveis em: https://www.ohchr.org/EN/Issues/CulturalRights/Pages/MandateInfo.aspx Acesso em 19 de março de 2020. O mandato, inicialmente de três anos, foi estendido seguidas vezes, e permanece vigente ainda hoje.

cultural; a equidade de gênero na fruição de direitos culturais; a escrita e o ensino da história; a liberdade de expressão; a destruição intencional de patrimônios culturais; o fundamentalismo e o extremismo frente aos direitos das mulheres; a importância do uso de espaços públicos; os defensores de direitos culturais; dentre outros discutidos desde o estabelecimento do mandato em 2009[72].

As compreensões sobre os direitos culturais são anunciadas pelas mandatárias em cada relatório publicado, onde são abordados temas que auxiliaram o processo de afirmação da cultura como direito humano fundamental (Cunha Filho, 2018). Ao mesmo tempo, os relatórios reafirmam as dinâmicas contemporâneas da cultura, de um lado com a interpretação dos direitos culturais no corpo dos documentos e acordos internacionais e, por outro lado, de maneira a promover os direitos culturais enquanto direitos humanos. Os direitos culturais, em suas compreensões mais atuais, são, ao mesmo tempo, "expressões e pré-requisitos para a dignidade humana". Conforme abordado neste capítulo, são considerados em diversas dimensões, sejam elas individuais ou coletivas e, de acordo com Karima Bennoune (2018), protegem os direitos de pessoas e grupos para que os mesmos

> desenvolvam e expressem sua humanidade, sua visão de mundo e os significados que atribuem à existência e ao desenvolvimento humano por meio, entre outros, de valores, crenças, convicções, línguas, conhecimentos e artes, instituições e modos de vida. Eles também protegem o acesso ao patrimônio cultural e aos recursos que permitem que esses processos de identificação e desenvolvimento ocorram. Portanto, são fortes vetores para a universalidade e a diversidade cultural. (Bennoune, 2018, p.6) [73]

As definições sobre os direitos culturais variam sensivelmente em cada relatório e documento oficial das Nações Unidas, sendo, por si mesmo, instável, assim como as definições de cultura e de patrimônio. As definições são renovadas e apresentadas para possibilitar o desenvolvimento dos grupos de trabalho. Em relatório recente, enviado à Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 30 de julho de 2019, a relatora Karima Bennoune definiu que os direitos culturais protegem, entre outros:

72 Informações disponíveis no website da *Special Rapporteur in the field of cultural rights*: https://www.ohchr.org/EN/Issues/CulturalRights/Pages/SRCulturalRightsIndex.aspx Acesso em 19 de março de 2020. No site é possível consultar os relatórios anuais apresentados à Assembleia Geral das Nações Unidas e os relatórios de cada visita aos países.

73 O relatório de Karima Bennoune (2018) sumariza essa definição: *'Cultural rights are an expression of and a prerequisite for human dignity. They protect the rights of each person, individually and with others, as well as groups of people, to develop and express their humanity, their world view and the meanings they assign to human existence and development through, inter alia, values, beliefs, convictions, languages, knowledge and the arts, institutions and ways of life. They also protect access to cultural heritage and resources that allow such identification and development processes to take place. Thus, they are strong vectors for both universality and cultural diversity.'* (Bennoune, 2018, p.6).

> (a) a criatividade humana em toda a sua diversidade e as condições para que seja exercida; (b) a livre escolha, expressão e desenvolvimento de identidades, que incluem o direito de optar por não fazer parte de coletivos específicos, bem como o direito de sair de um coletivo, e de participar em igualdade de condições no processo de sua definição; (c) o direito dos indivíduos e grupos de participar, ou não, da vida cultural de sua escolha; e (d) o direito de interagir e intercambiar, independentemente de afiliações a grupos e de fronteiras; (e) os direitos de desfrutar e ter acesso às artes, ao conhecimento e ao patrimônio cultural de cada um, bem como ao de outros; e (f) o direito de participar na definição e implementação de políticas e decisões que tenham impacto no exercício dos direitos culturais[74]. (Bennoune, 2019)

Os aspectos abordados pelas definições dos informes oficiais expressam os direitos culturais de maneira ampla, de forma a abarcar a diversidade cultural e a sua vinculação aos direitos humanos. Isso gera, por outro lado, interpretações diversas sobre esses processos, que caminham por searas de difícil e delicada interlocução. A associação às mais diversas identidades culturais não implica somente em processos tranquilos, mas também manifesta conflitos associados aos grupos de interesse em cada contexto em que operam. Um dos principais aspectos abordados pelas mandatárias, até então, diz respeito ao debate entre os usos do relativismo cultural e o universalismo dos direitos humanos, incluindo aí os direitos culturais. Aparentemente, a referência aos direitos culturais traria paradoxais vinculações com o relativismo cultural, o que colocaria em xeque o universalismo proposto pelos direitos humanos.

A principal questão nesse debate seria: como tratar os direitos culturais e os direitos humanos quando práticas de grupos específicos atentarem contra os direitos humanos sob o argumento de que são práticas culturais tradicionais? Frente a questões de violações graves de direitos das mulheres ou das crianças[75], por exemplo, governos, grupos de interesse e meios de comunicação muitas vezes defendem-se com a evasiva e simplista resposta: "*é cultural*". Ainda que tais violações de direitos "sejam culturais", essa resposta poderia ser tratada apenas como

74 Relatório apresentado por Karima Bennoune, de acordo com resolução do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 2019. Tradução do autor para: *'(a) human creativity in all its diversity and the conditions for it to be exercised; (b) the free choice, expression and development of identities, which include the right to choose not to be a part of particular collectives, as well as the right to exit a collective, and to take part on an equal basis in the process of defining it; (c) the rights of individuals and groups to participate, or not to participate, in the cultural life of their choice; and (d) the right to interact and exchange, regardless of group affiliation and of frontiers; (e) the rights to enjoy and have access to the arts, to knowledge and to an individual's own cultural heritage, as well as that of others; and (f) the rights to participate in the definition and implementation of policies and decisions that have an impact on the exercise of cultural rights*. (Bennoune, 2019). Relatório disponível em: https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/74/255 Acesso no dia 04/06/2020.

75 Sobre o discurso da universalidade frente aos relativismos culturais que muitas vezes atentam contra os direitos das mulheres e das crianças, ver Bennoune (2018), parágrafos 21 e 22. O texto argumenta diversas vezes que o relativismo cultural não deve sobrepor-se aos direitos universais e cita diversos outros documentos internacionais, como relatórios do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, que diz que *'cultural characteristics could not be allowed to undermine the principle of the universality of human rights, which remained inalienable and non-negotiable'*. (Bennoune, 2018, p.8).

uma provocação ou exercício de compreensão, mas nunca deveria ser aceita como uma conclusão, como é comum ocorrer. Entretanto, o debate mantém-se aberto, com possibilidades a argumentações e usos indevidos da cultura, mesmo que as próprias cartas internacionais não permitam esse relativismo absoluto. O relativismo acaba por ser útil à compreensão das sociedades e das mentalidades, mas o seu uso como justificativa para a manutenção de práticas que atentam contra os direitos humanos fundamentais mantem viva a possibilidade de aceitação de sistemas opressores e injustos – em suma, *compreender* não implica *aceitar*. Em nome das tradições, grupos e indivíduos recorrentemente perdem as suas vozes, quando não lhes é permitido o exercício de seus direitos culturais justamente por estarem imersos em grupos e privados de suas liberdades, do livre convívio social e do acesso e usufruto aos bens culturais e artísticos. Paradoxalmente, talvez um dos principais pontos dos direitos humanos e dos direitos culturais nessa discussão seja o direito de cada um poder dizer "não", seja individualmente ou em grupo[76].

Mas, afinal, o que seria essa universalidade proposta para os direitos humanos, e que muitas vezes entra em conflito com o relativismo cultural? Primeiro, deve-se observar que o relativismo cultural não deve estar necessariamente imbricado nos discursos da diversidade cultural e dos direitos culturais. Se, por um lado, seguindo as linhas da antropologia cultural, é necessária a compreensão dos processos culturais em cada contexto, segundo os seus códigos, normas e cosmovisões, por outro lado, a diversidade cultural e os direitos culturais seguem linhas associadas a processos deliberativos internacionais afiliados aos sistemas dos direitos humanos. E os sistemas de direitos humanos, tal como os conhecemos atualmente, seguem princípios que são constantemente discutidos e rediscutidos seguindo referências de processos desenvolvidos anteriormente, nesse caso, partindo da DUDH de 1948, passando pelos pactos de 1966 e por toda uma infinidade de debates que ocorreram no âmbito das organizações internacionais. Ao trazer, desde a década de 1990, os princípios de indivisibilidade, interdependência e universalidade dos direitos humanos, a discussão enveredou-se para a suposição de imposições de lógicas ocidentais referentes à universalidade no exercício dos direitos culturais. Entretanto, nesse caso, o relativismo enquanto projeto foi abandonado, quando a justificativa para a manutenção de sistemas opressores perpassava a sua justificativa enquanto 'cultura a ser protegida das imposições ocidentais'. A universalidade, entretanto, parte

76 Diversas são as passagens nas discussões sobre direitos culturais e direitos humanos que remetem a essa questão, como expresso por Karima Bennoune (2018) em relatório enviado à Assembléia Geral das Nações Unidas: *'The exercise of cultural rights enables each person to freely develop and contribute to the creation of cultures, including through the contestation of dominant norms and values.'* (Bennoune, 2018, p.14 – 15).

de direitos humanos que são universais simplesmente por deverem ser respeitados dada a condição humana. Segundo a definição expressa por Karima Bennoune,

> Universalidade significa que os seres humanos são dotados de direitos humanos iguais, simplesmente em virtude de serem humanos, onde quer que vivam e quem quer que sejam, independentemente de seu *status* ou de qualquer característica particular. A universalidade deve ser entendida como intimamente relacionada a outros princípios básicos de direitos humanos: interdependência, indivisibilidade, igualdade e dignidade. Na prática, é uma ferramenta essencial para o sistema de direitos humanos das Nações Unidas, para os diversos mecanismos regionais de direitos humanos e para os defensores de direitos humanos em todo o mundo[77] (Bennoune, 2018, p.4)

Nesse mesmo relatório apresentado à Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018, a relatora especial para os direitos culturais, Karima Bennoune, apresentou uma nítida percepção sobre a situação dos direitos culturais, da diversidade cultural e dos problemas enfrentados com a condução de processos com base em argumentos relativistas. Segundo argumenta a autora, com base em extensa referência que engloba documentos das Nações Unidas, bibliografia acadêmica e observações factuais contemporâneas, os direitos culturais, como parte dos sistemas de direitos humanos, adotam a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência consagrados na Conferência de Viena, de 1993. Os direitos culturais e a diversidade cultural têm muitas vezes sido utilizados e instrumentalizados de maneira equivocada, associados de maneira irresponsável ao relativismo cultural, conforme foi abordado em parte neste capítulo. Não existe, entretanto, contradição em adotar a universalidade frente à diversidade cultural, como argumentam os relativistas. Ao argumentar em 78[78] artigos sobre o princípio da universalidade, os direitos culturais e o contexto de promoção da diversidade cultural, o relatório expressa que:

> (a) os direitos culturais não são justificativas para violações dos direitos humanos ou ataques à universalidade, nem são equivalentes ao relativismo cultural; e (b) o respeito aos direitos culturais e à diversidade cultural, sem discriminação e de acordo com os padrões

77 Tradução do autor para: *'Universality means that human beings are endowed with equal human rights simply by virtue of being human, wherever they live and whoever they are, regardless of their status or any particular characteristics. Universality must be understood as closely related to other core human rights principles of interdependence, indivisibility, equality and dignity. In practice, it is a critical tool for the United Nations human rights system, diverse regional human rights mechanisms and human rights defenders around the world'.* (Bennoune, 2018, pag 4)

78 O relatório dividiu-se em 6 partes: introdução, aspectos legais, universalidade, relativismo cultural, a relação dos três aspectos dos direitos humanos (universalidade, indivisibilidade e interdependência) com o fortalecimento dos direitos culturais e conclusões e recomendações. Foi apresentado também como anexo um pequeno texto sobre a história global da declaração universal dos direitos humanos. O relatório pode ser consultado em: https://undocs.org/en/A/73/227 Acessado no dia 04/06/2020.

> internacionais e interpretado pelos órgãos de direitos humanos, é um aspecto central da implementação da universalidade[79]. (Bennoune, 2018)

Em todo esse processo, a Sociomuseologia, como será discutido mais adiante, não é somente uma ferramenta, mas uma forma de pensar que pode permitir a materialização de políticas culturais voltadas a grupos, pessoas e processos de base comunitária, tendo como referência as suas memórias, a participação e os diversos ativismos sociais para o exercício dos direitos culturais. Ao focar o exercício dos direitos culturais, as políticas culturais podem desenvolver-se de maneira democrática, tendo como referência o respeito aos direitos humanos. Os direitos culturais foram apresentados, neste capítulo, a partir da interpretação dos estudos culturais, do direito e com uma abordagem histórica que permitiu a visualização da elaboração de documentos internacionais de referência e a formação das instituições. O desenho de políticas públicas que busquem identificar essas demandas, associadas ao mapeamento de problemas sociais, à sensibilização sobre as memórias coletivas e às interpretações da história, é um caminho possível para a associação entre a Sociomuseologia e os direitos culturais.

A institucionalização dos direitos culturais tem ocorrido de maneira transversal, em todos os setores da administração pública. A sensibilidade a aspectos culturais e identitários já abre uma janela para a inserção dos direitos culturais em muitas das pautas das políticas públicas. A promoção de políticas culturais para o exercício dos direitos culturais e para o desenvolvimento sustentável efetiva-se com a promulgação da convenção da proteção e promoção da diversidade cultural, em 2003, ponto que será abordado nos próximos subcapítulos. Entretanto, de nada adianta a ratificação de convenções e normativas sem o monitoramento e avaliação das políticas públicas desenvolvidas a partir dos mesmos instrumentos. E esse é um papel essencial das organizações internacionais.

Os processos internacionais para a formação dos documentos e instituições apontados neste capítulo apresentaram grandes falhas. Os conflitos permaneceram presentes durante os séculos XX e XXI, com ocorrências que variaram entre os genocídios nas últimas décadas e uma infinidade de casos recentes de intolerância. Diversos foram os exemplos que poderiam ser enumerados: os massacres nas guerras dos Balcãs e na formação de Kosovo; os conflitos construídos no Oriente Médio e na destruição de patrimônios da humanidade, como percebido em regiões da Síria, do Iraque e do Afeganistão; a permanência insistente da intolerância

79 Tradução do autor para: *'(a) cultural rights are not a justification for violations of human rights or attacks on universality, nor are they tantamount to cultural relativism; and (b) respect for cultural rights and cultural diversity, without discrimination and in accordance with international standards and as interpreted by human rights bodies, is a core aspect of implementing universality'*. (Bennoune, 2018, p.6).

religiosa, como nas destruições de locais de culto afro-brasileiro em periferias no Brasil. Alguns desses violentos processos, inclusive, chegaram a ser promovidos com a justificativa agregada de 'proteção aos direitos humanos', caso da 'justificativa humanitária' para a invasão do Iraque pelos norte-americanos em 2003 ou da 'Operação Liberdade Duradoura'[80], cujo nome já traz em si mesmo o cinismo e a hipocrisia das invasões norte-americanas e da OTAN ao Afeganistão. Algumas respostas a esses processos são também sintomáticas, como o posicionamento iraniano ao criticar a imposição dos direitos humanos pelos países ocidentais como forma de negar direitos e liberdades individuais de outros povos do mundo[81]. O que se observa, de forma crescente, é a uma crise dos sistemas multilaterais ao mesmo tempo em que são postos em causa os universalismos e seus valores. Quando os EUA se retiraram do Conselho de Direitos Humanos, em 2018, não estavam apenas abandonando um processo por protesto frente a injustiças ou abusos do órgão, mas o fazia pelos posicionamentos contrários aos sistemas multilaterais. O mesmo foi feito em relação à UNESCO, à OMS e no proposital enfraquecimento da OMC. Nas palavras do Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, John Bolton, quando o país se retirou do Conselho de Direitos Humanos da ONU: "essa é uma rejeição da noção de que organizações multilaterais estão em posição de julgar governos representativos como os EUA ou de tentar impor a sua visão sobre qual seria o desempenho adequado em direitos humanos" (Bolton, 2018 apud Bennoune, 2018)[82]. A questão é que, mesmo seguindo todos os protocolos que também foram aceitos pelos norte-americanos em suas origens (lembrando que o processo de constituição das Nações Unidas partiu, em grande medida, dos EUA, e a própria sede da instituição é em Nova Iorque), a decisão de retirar-se do órgão passa pelo não reconhecimento de suas decisões colegiadas e deliberadas, o que revela grandes contradições.

80 *Operation Enduring Freedom*, empreendida pelos EUA em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001.

81 Karima Bennoune, em relatório de 2018, citou o posicionamento expresso pelo website do Alto Conselho de Direitos Humanos do Iran: *"the Special Rapporteur deeply regrets that the following language is used on the website of Human Rights High Council of the Islamic Republic of Iran: 'It must be noted that human rights texts, drafted in the West, are imposed on other peoples through various means. This all-out attack … goes so far as to deny other peoples of the world their individual and social freedoms, whereas the proud peoples of the world, relying on their native and regional values, and relying on cultural diversity, combat this Western mechanism'. According to the website, this official body campaigns 'aggressively' at the international level against the worldview it ascribes to universal norms (unofficial translation for the Special Rapporteur)"* (Bennoune, 2018, p.13).

82 Referência a entrevista de radio concedida por John Bolton em 2018 e citada por Karima Bennoune: *'In a radio interview that same day on a programme with some 7 million listeners, the National Security Adviser of the United States, John Bolton, explained the decision of the United States as follows: "Fundamentally … this is a rejection of the notion that multilateral organizations are in a position to judge representative Governments like the US, or to try and impose t heir view of what an adequate human rights performance is". See The Mark Levin Show, Audio Rewind, 19 June 2018.'* (Bennoune, 2018, p.13).

Entretanto, a importância de todos esses documentos internacionais, muitos deles vinculados a um *setor cultural* que se formou e se fortaleceu, traz consigo elementos que não são meramente utópicos ou de esperanças ilusórias. À luz do exercício dos direitos culturais, a compreensão dos contextos sociais serve para o desenvolvimento de políticas públicas que se voltem para o futuro de uma humanidade fraterna, na busca da promoção da solidariedade global com base em seus aspectos culturais, premissa de pensamentos humanistas cada vez mais necessários para a convivência e a paz mundial. A intenção das políticas públicas para o exercício dos direitos culturais seria operar não somente em consideração aos aspectos da *realpolitik*, mas em processos de promoção de pensamentos e práticas humanistas. Sem ignorar, obviamente, todos os conflitos e instabilidades inerentes à condição humana.

1.3. As políticas culturais entre categoria analítica e campo de ação política e institucional

As relações entre a cultura e a política não são recentes na história. O fato de hoje fazerem parte de um linguajar geral, que não se restringe a técnicos, acadêmicos, agentes culturais e artistas, demonstra o quão difundidas estão as suas noções e interpretações. Entretanto, a sua difusão não corresponde à compreensão automática sobre os seus significados, ou a algum exercício de reflexão que aprofunde o seu entendimento. Os conceitos são recorrentemente apresentados de forma superficial, falha ou com intenções dissimuladas. Os seus usos, muitas vezes, são oportunos para agendas políticas questionáveis face, por exemplo, aos populismos, nacionalismos e apropriações voltadas à xenofobia, ao racismo e às exclusões sociais, culturais e econômicas. A cultura fortaleceu-se como campo ou setor nas últimas décadas, e tem sido arena de disputas e conflitos entre diversos grupos que projetam a inserção ideológica dos seus compromissos políticos nas agendas deliberativas e nos aparatos das administrações públicas. As menções à cultura e à política, assim como a sua leitura enquanto processo ou a sua transformação em projeto, demandam responsabilidade, visto que respondem a agendas de grupos sociais diversos, construídas de maneira dinâmica; da mesma forma que toda interpretação conjuntural exige um exercício crítico, historicizado e de abandono de ingenuidades.

'Política' e 'cultura' são termos que estão presentes diariamente nos jornais, nas empresas, nos diversos ambientes de trabalho e nas universidades. Suas derivações linguísticas

e as suas relações sintático-semânticas – por exemplo, 'cultura política'[83] e 'política cultural' – não geram meras adjetivações. São, ao contrário, componentes de complexificações e ampliações de sentidos que produzem novos conceitos e enriquecem os campos semânticos ao fazerem parte dos aspectos discursivos que integram a linguagem, que é indissociável de cada tempo histórico. As políticas culturais são discutidas no nosso linguajar cotidiano e são muitas vezes mencionadas sem a precisão e a sutileza necessárias aos conceitos. São, assim, constantemente afirmadas, questionadas, defendidas ou criticadas sem a sua devida localização epistêmica. Só o fato de fazer parte de um vocabulário comum, entretanto, já anuncia a sua importância e o interesse gerado em torno desse campo, e, de acordo com Gabriela Toledo Silva,

> se hoje, nos governos, nas organizações de cultura, empresas de produção cultural, associações de classe, jornais, revistas, textos acadêmicos e tantos outros lugares, fala-se corrente e naturalmente na política cultural – ou, muitas vezes, na falta dela – é porque há certo consenso de que sua existência é desejável e possível (Silva, 2016, p.5).

Na seção anterior desta tese foi abordada a construção conceitual dos direitos culturais, em sua estreita vinculação com a história recente das políticas culturais, principalmente no âmbito de proposições da UNESCO. Uma observação mais alargada sobre a história permite presumir, entretanto, que não há um vínculo automático e obrigatório entre as políticas culturais e a defesa dos direitos culturais. Em sua acepção *lato*, seja qual for o período histórico abordado, a existência de uma política cultural não implica, necessariamente, o seu compromisso com os direitos culturais. As políticas culturais dependem das linhas de ação adotadas, das ideologias dominantes, dos processos hegemônicos e contra-hegemônicos existentes, e do sentido dado ao termo cultura. Poderiam, nesse sentido, tanto ser empreendidas como políticas públicas[84] para

83 O conceito de cultura política não será diretamente abordado e aprofundado nesta tese, embora sejam consideradas no transcurso do texto as excelentes contribuições de trabalhos que versam sobre cultura política e política cultural, como observado em texto de Marilena Chauí: 'Cultura política e política cultural' (Chauí, 1995).

84 Optou-se, neste momento, por não abrir o debate em torno do conceito de políticas públicas, mas direcioná-lo para a discussão sobre as políticas culturais que, conforme será explicado adiante, acabou por fixar-se como um campo específico. O conceito de políticas públicas não é apresentado como um consenso, uma vez que há várias linhas de observação e interpretação para o mesmo. A museóloga e historiadora Maristela Simão apresenta alguns autores de referência, como Celina Souza (2006) e Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986) e Dye (1984). De maneira geral, a discussão envereda-se para a percepção das políticas públicas enquanto ações do Estado para o atendimento das aspirações das populações, muitas das quais ligadas à solução de problemas dos indivíduos e grupos sociais. No mesmo sentido, "a instituição e o desenvolvimento de políticas públicas responde a determinados anseios da sociedade, vocalizados, normalmente, através de grupos definidos. Deste modo, servem para que o Estado remedie ou equalize situações determinadas, se tornando, no mais das vezes, um instrumento de atuação deste sobre a sociedade. Há assim uma via de mão dupla, que ao mesmo tempo que surge de determinadas parcelas da sociedade também faz o caminho oposto, e vai atuar no sentido de buscar construir um comportamento sobre um ponto determinado, que antes não existia. Daí também se compreende a natureza eminentemente polêmica de muitas políticas

o exercício dos direitos culturais, quanto como políticas públicas que buscam modelar as consciências individuais ou autorizar e promover certas referências culturais enquanto proíbe, oprime e reprime outras.

No final da década de 1940, no nascimento da UNESCO e dos direitos humanos contemporâneos, havia a ideia do papel da instituição enquanto garantidora do fortalecimento da paz mundial por meio do conhecimento – através da ciência, da educação e da cultura. As políticas culturais nascentes possuíam esse caráter de conexão crescente com a garantia dos direitos humanos e dos direitos culturais, e talvez por isso, toda menção às políticas culturais tenha ganhado essa acepção conectada aos direitos culturais. Entretanto, como será discutido adiante, não há essa conexão inequívoca, uma vez que, por um lado, políticas assim chamadas – 'culturais' – foram desenvolvidas em períodos anteriores, de forma a alimentar a opressão de regimes totalitários, e por outro lado, mesmo com o consenso cada vez maior de que as políticas culturais devam fomentar o exercício dos direitos culturais, isso não é verdade, por exemplo, quando são analisadas políticas voltadas unicamente para aspectos comerciais da cultura, ou de mecenatos promovidos pelos Estados, que muitas vezes aumentam a concentração regional, setorial e social da cultura, limitando o acesso e a produção cultural e artística de classes menos privilegiadas e regiões mais pobres[85], por exemplo. Esses processos operam num campo onde toda certeza é perigosa, e as noções de incompletude e de imprecisão atuam de maneira a possibilitar olhares múltiplos e percepções sempre renovadas, construídas com o exercício da diversidade e dos debates, do tumulto no qual "a interação entre a política cultural e outras linguagens de ação pública cultural é decisiva para a compreensão da dinâmica de conflitos práticos no dia a dia de quem trabalha com cultura" (Silva, 2016, p.4).

As políticas culturais, em sua compreensão contemporânea conectada ao exercício dos direitos culturais, desenvolveram-se juntamente com os mais de 70 anos de existência da UNESCO, e são, de forma paradoxal, "filhas" das grandes guerras mundiais. Ainda que já houvesse intenções e pensamentos humanistas que buscassem ultrapassar as fronteiras nacionais e alcançar toda a humanidade, foi somente após os maiores massacres empreendidos na história humana que houve atitudes políticas mais efetivas nesse sentido, com crescentes intenções de alcance global. Os países vencedores partiram para o desenho de instituições, cartas internacionais e compromissos éticos globais que permitissem a convivência de todos os

públicas, pois o Estado age para direcionar ações específicas, em grande parte das vezes dentro de temas ainda em discussão pela sociedade". (Simão, 2018, p.41)

85 A título de exemplo, em capítulo publicado em 2018, analisei a situação das indústrias culturais e criativas no Brasil. As análises dos dados disponíveis sobre o país revelam o quão concentradoras são as políticas culturais com base no mecenato por meio de incentivos fiscais. (Murta, 2018).

países com a promoção da paz. As políticas culturais contemporâneas nasceram e cresceram juntamente com as cartas internacionais dos direitos humanos, e partem de aspectos associados à manutenção da paz, à garantia de direitos e ao desenvolvimento (que atualmente vincularam-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS). Porém, antes de partir para essa discussão sobre a aplicação dessas políticas públicas nos diferentes contextos em todo o mundo, é importante compreender as possibilidades de utilização do conceito de políticas culturais, de um lado, como ferramenta analítica de processos do passado e do presente, e de outro, como referência interventiva e de planejamento de políticas públicas. Em linhas gerais, o pesquisador Teixeira Coelho define as políticas culturais como:

> programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável (Coelho, 2004, p.293).

A política cultural é entendida pelo autor como uma "ciência da organização das estruturas culturais" (p.293), classificadas segundo as suas motivações, legitimações e fontes, as suas orientações, os seus objetos, circuitos de intervenção e modos ideológicos. A discussão sobre as políticas culturais varia imensamente frente à combinação dessas tipologias, entre aspectos liberais, estatizantes, mercadológicos, institucionais, democráticos, autoritários, dentre outros[86]. Ademais, as políticas (públicas) culturais desenvolvias pelos Estados, em uma leitura historicamente embasada, referem-se à variedade de políticas públicas voltadas para o setor cultural, independentemente se adotadas por regimes democráticos, autoritários, autocráticos, oligárquicos, populistas, teocráticos, etc.[87] A própria ausência de pautas já manifesta opções por determinadas políticas culturais, baseadas na indiferença, no abandono, na displicência, na negligência, no esquecimento ou no apagamento das memórias[88]. E a abstenção dos entes públicos em favor de medidas liberais reguladas pelo mercado cultural, por

86 Para a classificação esmiuçada desses processos e estruturas, ver Coelho, 2004.

87 A autora Gabriela Toledo Silva (2015; 2016) apresenta a trajetória da linguagem da ação pública cultural e da política cultural, presentes em diferentes contextos, cada qual com suas especificidades ideológicas e programáticas que geraram diferentes ações e instituições como: Ministério da cultura popular na Itália (*Ministero della Cultura Popolare*) em 1937; Câmara da Cultura do Reich (1933); Arts Council britânico (1946); a criação na Argentina de uma subsecretaria de cultura (1948) e de um fundo nacional para as artes (1958); a criação do Ministério de Relações Culturais da França (*Ministére des Affaires Culturelles*) em 1959; e a conceituação da Política Cultural pela UNESCO, em 1967.

88 Para aprofundar esse debate sobre as ações sobre a memória e o esquecimento, sugere-se a leitura do artigo 'Memória, esquecimento, silêncio', de Michel Pollak (1989).

outro lado, mantem a cultura e as artes reféns de interesses alheios, muitas vezes vinculados às ondas do consumo ou à construção de imagens desejadas por empresas ou grupos com poderes acumulados.

Toby Miller e George Yúdice sintetizam o conceito de política cultural segundo o seu entendimento mais contemporâneo. De acordo com os autores, a política cultural "refere-se aos suportes institucionais que canalizam tanto a criatividade estética como os estilos coletivos de vida: é uma ponte entre os dois registros", referindo-se aos registros estético – produção artística de indivíduos criativos – e antropológico – que indica a maneira como nós vivemos[89] (Miller e Yúdice, 2015, p.11). Essa leitura parte de uma definição de cultura que coloca os autores em evidente diálogo com as proposições de Isaura Botelho, discutidas no subcapítulo anterior desta tese, que aborda as dimensões antropológica e sociológica da cultura. Frente aos processos de abandono do exclusivismo elitista a partir de demandas de grupos sociais diversos, atentos à falta de representatividade das políticas culturais, a compreensão sobre as políticas culturais sofreu bruscas mudanças na segunda metade do século XX, passando a englobar os seus aspectos antropológicos, antes abandonados ou oprimidos por mentalidades colonialistas.

Diversos autores elucidam essa questão, como as observações de Vincent Dubois sobre o desenvolvimento desse processo nos anos 1960 na França, quando as políticas culturais passaram a considerar formas não estabelecidas da cultura e das artes[90] em um movimento interconectado aos processos de descolonização e aos movimentos sociais que culminaram no maio de 1968[91]. Esse embate seria absorvido de maneira concomitante no âmbito da UNESCO, que coordenava os debates em Paris[92]. E a observação dessa definição de 1969, presente em relatório da UNESCO, demonstra um *continuum* pela sua proximidade com vários aspectos das compreensões contemporâneas:

> A política cultural deve ser colocada em uma perspectiva dinâmica. A democratização da cultura não deve implicar uma diluição de padrões; não se trata mais de distribuir uma "cultura de classe alta" que não é familiar para as massas, mas de permitir que todos, homens e mulheres, independentemente de sua origem social ou condição econômica, desenvolvam

89 Tradução do autor para: *'La política cultural se refiere a los soportes institucionales que canalizan tanto la creatividad estética como los estilos colectivos de vida: es un puente entre los dos registros'*. (Miller e Yúdice, 2015, p.11).

90 Segundo o próprio Dubois: *'Cultural policy was no longer to be concerned only with traditional art forms but worked towards legitimising culturally "minor", "popular", or "marginal" art forms such as rock music, comic books, circus, photography, fashion, industrial architecture, etc.'* (Dubois, 2008, pags. 18 – 19).

91 Série de movimentos civis protagonizado por jovens e trabalhadores na França pela revisão de valores e costumes e pela ampliação de direitos. Há uma extensa literatura sobre esse processo, que se caracterizou pela ânsia por mudanças sociais, direitos sexuais, igualdade racial, pacifismo, dentre outros, na década de 1960.

92 A localização da UNESCO em Paris em muito facilitou a inserção dos debates franceses no interior da instituição, também pelo exercício do interesse francês em manter-se como central nas discussões referentes à cultura.

> as suas personalidades ao máximo e participem totalmente em atividades culturais de acordo com os seus gostos e as suas necessidades. Em muitos casos, grandes setores da população ainda não estão em condições de fazê-lo, devido à falta de tempo ou recursos, ou porque não atingiram o nível educacional necessário. Fazer as pessoas participarem de atividades culturais não significa convidá-las a estarem presentes como espectadoras passivas em um evento cultural; significa associá-los cada vez mais à ação cultural e procurar estimular os seus poderes de criação. Reconheceu-se que o desenvolvimento cultural e o econômico estão intimamente ligados; também foi enfatizado que os recursos físicos não são suficientes por si só e que o equipamento não serve para nada se não for apoiado pelo pessoal e pelo suporte administrativo necessário[93] (UNESCO, 1969, p.48)

Toda essa discussão traz, entretanto, controvérsias sobre as definições das políticas culturais, e não há unanimidade na sua conceituação. Um dos principais debates concentra-se na percepção da política cultural como uma categoria transhistórica ou exclusiva. Por um lado, o termo poderia ser utilizado para a análise de eventos históricos e processos sócio-políticos de diversos períodos históricos, conforme o início da abordagem deste subcapítulo. Por outro lado, outros autores consideram que a sua utilização somente faria sentido para a leitura de processos ocorridos após a sua conceituação e fixação no universo linguístico acadêmico e político. Dito de outra forma, a avaliação transhistórica amplia o uso do termo à diversidade de tempos e espaços onde a sua aplicação é percebida e investigada. No sentido exclusivista, o uso do conceito 'política cultural' somente poderia ser aplicado após a sua gênese em 1959, tendo como marco de criação o Ministério de Assuntos Culturais da França (*Ministére des Affaires Culturelles*). De um lado, prioriza-se a utilização de lentes analíticas sobre processos que, embora não fossem chamados de 'políticas culturais' com as definições posteriormente cunhadas, ocorriam efetivamente. Por outro lado, prioriza-se a análise da institucionalização pública de um campo específico, que é o da cultura.

As políticas culturais, analisadas em retrospecto e em perspectiva transhistórica, estariam presentes na história nos mais diversos contextos, com variações consoante os regimes políticos e a maneira como as populações, os grupos sociais e as comunidades se relacionam. Isso ocorreria de acordo com as situações políticas de cada tempo presente, associadas a processos autoritários, democráticos, liberais, estatizantes, totalitários, comunais,

93 Tradução do autor para: *'Cultural policy must be placed in a dynamic perspective. The democratization of culture must not imply a dilution of standards; it is no longer a question of handing out 'high- class culture' which is unfamiliar to the masses, but of enabling everyone, men and women alike, whatever their social origin or economic condition, to develop their personality to the full and to participate fully in cultural activities in accordance with their tastes and their needs. In many cases large sectors of the population are not yet in a position to do this, owing to lack of time or resources, or because they have not attained the necessary level of education. Making people participate in cultural activities does not mean inviting them to be pre- sent as passive spectators at a cultural event; it means associating them increasingly with cultural action and endeavouring to stimulate their powers of creation. It was recognized that cultural and economic development are closely linked; it was also emphasized that physical resources are not enough in themselves, and that equipment serves no purpose if it is not backed up by the necessary personnel and administrative machinery'* (UNESCO, 1969, p.48).

desenvolvimentistas etc. Por um lado, o autor Teixeira Coelho (2004) utiliza esse conceito de maneira ampla, presente em diversas fases da história humana:

> A política cultural é tão antiga quanto o primeiro espetáculo de teatro para o qual foi necessário obter uma autorização prévia, contratar atores ou cobrar pelo ingresso. Tão velha, em outras palavras, quanto a Grécia antiga, mais velha que o império romano, berço de Mecenas, incentivador da arte e da cultura. No mínimo, tão antiga quanto a Renascença italiana e o dinheiro dos Medici, sem o qual um estoque majestoso de obras-primas não teria emergido para os olhos admirados dos sucessivos séculos. Ou, ainda, antiga como a Revolução Francesa, que abre 'ao público' as portas das bibliotecas e dos museus e faz surgir a política cultural como um processo verdadeiramente social. (Coelho, 2004, p.9)

Teixeira Coelho considera, entretanto, os contextos para a compreensão estrita do conceito de política cultural, conforme campo específico que se fortaleceu e se expandiu nos anos 1960. Essa perspectiva aproxima-se de Dubois (2008) e Bayardo García (2008), que interpretam que os processos anteriormente empreendidos seriam ações isoladas, e não políticas culturais estruturadas. Philippe Urfalino, na mesma linha argumentativa, estabelecera que as políticas culturais, assim nomeadas enquanto *política cultural*, foram inventadas na França, em 1959, com a fundação do Ministério de Relações Culturais (Urfalino, 2004; Ahearne, 2009; Silva, 2016). Segundo esse grupo de autores, ainda que seja verdade que as 'práticas culturais' (Dubois, 2008) ou as 'ações culturais' (Bayardo García, 2008) existam há tempos, a sua estruturação enquanto 'política cultural' ocorreu somente após 1959. Essa estruturação partiria da compreensão dos setores culturais classificados na mesma categoria de política pública. Nesse ponto, haveria a definição de determinadas áreas enquanto culturais, ao mesmo tempo em que outras não o seriam (Dubois, 2008). Segundo Bayardo García, a definição de metas e objetivos, a partir de orientações prévias com base em diagnósticos setoriais, seria a novidade de tempos recentes, que trariam essa distinção às políticas culturais a partir da segunda metade do século XX. As ações anteriores, episódicas e imediatistas, segundo esse grupo de autores, não seriam articuladas de maneira a configurar o que passou a ser compreendido como 'política cultural'. A autora Gabriela Toledo Silva, na mesma linha interpretativa, parte do princípio de que "os repertórios e linguagens têm uma temporalidade própria". Nesse sentido, compreende-se a "política cultural" como um conceito elaborado para definir apenas uma das maneiras de exercício das "ações públicas culturais" (Silva, 2015; 2016). Nas palavras da própria autora,

> ações culturais antes da política cultural existiam, evidentemente. Museus, instituições, projetos, a cultura, as artes, tudo que hoje colocamos no pacote das políticas culturais já existiam antes da linguagem da política cultural. Mas não eram pensadas nem como política,

> nem como cultura. Em termos de intervenção estatal, as artes e o patrimônio já se constituíam como campos específicos que viriam a se juntar a essa aspiração maior que seria a política cultural discutida e conformada a partir da segunda metade do século vinte. (Silva, 2016, p.15)

Essa compreensão refere-se às políticas públicas para a cultura empreendidas a partir do reconhecimento de um setor específico na sociedade que englobaria as práticas culturais que se incorporam no planejamento das ações de órgãos específicos na administração pública. Por isso os autores reconhecem o pioneirismo do ministério francês, a partir do qual foi estabelecido, reconhecido e fortalecido um campo específico nas administrações públicas de vários países para a área cultural, algo que se observa também internacionalmente com as ações da UNESCO.

Embora o citado grupo de autores busque clareza e precisão em relação às chaves analíticas e à localização terminológica nos esforços empregados para os debates sobre a política cultural, a própria noção de cultura, ao ser tomada como setor, apresenta nuances que apontam para a sua inexatidão. Vincent Dubois destaca que a "cultura, como uma categoria de intervenção pública, que representa uma área social específica, só pode, portanto, tornar-se estável através de sua imprecisão (*vagueness*) estrutural"[94] (Dubois, 2008, p.9). Sob a perspectiva conceitual e teórica, essa discussão é intensa, e perpassa gerações, em constantes embates que a caracterizam. Essa imprecisão associa-se justamente à falta de consenso sobre as definições da cultura (García Canclini, 2001), algo que está presente não só nas rodas intelectuais, mas em toda discussão entre detentores de bens culturais, grupos sociais, artistas e burocratas.

Essa imprecisão da cultura e das políticas culturais diz respeito, ao menos, a dois aspectos contextuais interdependentes: histórico/geográfico e setorial. As instabilidades e mudanças de interpretação sobre a cultura e as políticas culturais variam consoante os contextos em que são debatidas e aplicadas, considerando os diferentes períodos históricos, as forças políticas atuantes e a variação de cada país e região. Também ao analisar os setores onde opera a cultura, em sua diversidade e nas diferentes interpretações que lhe são atribuídas, as suas áreas e especialidades são transferidas de acordo com interesses sociais e políticos. Vide, por exemplo, as constantes transições setoriais de determinadas pautas atribuídas ora à cultura, ora a outros setores da administração pública, que variam de acordo com cada contexto: a leitura, entre a educação e a cultura; a arquitetura, entre a cultura e os equipamentos e as obras públicas; a promoção da língua, entre a cultura, a educação e, em alguns casos, as relações exteriores

94 Tradução do autor para: *'Culture, as a public intervention category, which represents a specific social area, can therefore only become stable through its structural vagueness'* (Dubois, 2008, p.9).

(casos da francofonia, da lusofonia e da anglofonia, por exemplo[95]); o patrimônio cultural, entre a cultura, o turismo e as obras públicas; os direitos das minorias, entre a cultura, a justiça e o exercício dos pluralismos jurídicos; a economia, os sistemas agrários e piscatório, a gastronomia e os sistemas alimentares, e assim como diversos outros temas e setores que envolvem a cultura e os direitos culturais, como religiões, cultos, práticas tradicionais, propriedade intelectual, saúde etc. Dubois, ao abordar o contexto francês para exemplificar esse processo, menciona que

> apesar da criação e do reforço progressivo do ministério, a cultura permanece dividida entre inúmeras instituições. Entre os principais, podemos citar o Ministério das Relações Exteriores e a Associação Francesa de Ação Artística (AFAA), para a difusão da cultura francesa no exterior e os intercâmbios culturais internacionais, o Ministério da Educação, especialmente para o ensino de artes na escola, o Ministério da Ensino superior e pesquisa, o Ministério da Juventude e Esportes para a educação popular e as associações, etc. As mudanças nas atribuições do Ministério também mostram essa divisão setorial incerta: a incorporação de bibliotecas públicas, que foram anexadas ao Ministério quinze anos após a sua criação; arquitetura, integrada inicialmente e depois transferida para o Ministério de Equipamentos antes de ser reintegrada ao Ministério da Cultura em 1996; ou a língua francesa, cuja delegação geral deixou os serviços do primeiro-ministro no mesmo ano[96] (Dubois, 2008, p.4)

Os pontos abordados até aqui revelam a dificuldade de definição e precisão da cultura enquanto setor isolado, uma vez que a mesma permanece difusa, e sua natureza é, por si mesma, intersetorial ou transetorial. Mesmo que se definam as linhas programáticas dentro de um ministério ou secretaria da cultura, o trabalho a ser desempenhado passa, necessariamente, por processos articulados entre os vários setores representados em seus respectivos ministérios[97]. Aí está claramente presente essa imprecisão, a *vagueness* mencionada por Dubois, que se refere à natureza vaga e difusa da cultura. Essa situação se repete nos mais diversos países, e a cada renovação de governo pode haver mudanças de rumos substanciais, algumas inclusive com a

95 A exemplo das ações de organizações como o Instituto Camões, a Aliança Francesa, o Instituto Goethe, o Instituto Cervantes, o Conselho Britânico, o Instituto Confúcio, dentre outros.

96 Tradução do autor para: '*despite the creation and the progressive reinforcement of the ministry, culture remains divided between numerous institutions. Among the main ones, we could mention the Ministry of Foreign Affairs and the French Association for Artistic Action (AFAA) for the diffusion of French culture abroad and international cultural exchanges, the Ministry of Education, especially for arts teaching at school, the Ministry of Higher Education and Research, the Ministry of Youth and Sports for popular education and associations, etc. The changes in the Ministry's attributions also show this uncertain sectoral division: the incorporation of public libraries, which were attached to the Ministry fifteen years after its establishment; architecture, integrated at first and then moved to the Ministry of Equipment before being reintegrated into the Ministry of Culture in 1996; or French language, whose general Delegation left the Prime Minister's services the same year*'. (Dubois, 2008, pag 4).

97 As estruturas do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) do Brasil, em suas diversas composições, exemplificam esse aspecto intersetorial, uma vez que o conselho possui representações de vários ministérios e setores, a exemplo do Decreto n. 9.891, de 27 de junho de 2019.

extinção de órgãos específicos para o setor cultural, caso percebido nas instabilidades institucionais no Brasil e durante os anos da *troika* em Portugal[98], por exemplo. Essa instabilidade varia de tempos em tempos, de acordo com os contextos regionais e os interesses dos grupos políticos dominantes e dos processos hegemônicos e contra-hegemônicos. A sua observação em diferentes países, com as suas nuances frente aos processos históricos observados, conformação conceitual do termo *cultura* e a sua inserção no âmbito das políticas públicas, traz algumas contribuições ao debate, pela verificação explícita dessas diferenças:

> É mais fundamentalmente a própria definição do objeto de política pública que varia muito de um país para outro. A *Kulturpolitik* alemã, que tem uma longa história, inclui um conjunto de atividades artísticas, educacionais, esportivas e de lazer. A política italiana de "bens culturais" se sobrepõe amplamente à proteção do patrimônio e é distinta da administração da música e dos teatros, geridas pelo Ministério do Turismo e das Artes Cênicas. O "apoio público às artes" – a expressão "política cultural" sendo usada apenas posteriormente e de maneira hesitante na Grã-Bretanha – só recentemente foi estendida ao entretenimento popular e a outras "indústrias culturais" (...). Na Holanda, o Ministério criado em 1982 estabeleceu vínculos entre atividades culturais heterogêneas de acordo com as classificações francesas: bem-estar, saúde e assuntos culturais. Em outros lugares, como no Québec ou na Bélgica – concentrando-se apenas em exemplos ocidentais – a política cultural é essencialmente estruturada em torno da questão do idioma. (Dubois, 2008, p.3)[99]

Essas diferentes acepções e imprecisões da cultura e das políticas culturais abrem possibilidades para lentes analíticas sobre processos históricos distintos àqueles que se iniciaram somente na segunda metade do século XX. Não há um modelo ideal e fixo de política cultural, considerando os setores que envolve, os tipos de projetos que fomenta, os grupos sociais que beneficia ou o processo ideológico que abraça. Há, sim, maneiras de analisar as políticas culturais, ou as ações programadas sobre a cultura, em diferentes tempos e espaços. Cada delineamento programático parte de opções com base em pressões e no grau de participação dos diferentes grupos sociais. Se a democracia e os direitos humanos são horizontes para as políticas culturais, o são pelas tomadas de decisão empregadas, e não de

98 Na história recente de Portugal convencionou-se chamar de período da *troika* ao Memorando de Políticas Econômicas e Financeiras estabelecido em 2011 entre o governo português, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia (CE). Observou-se, no período em que esteve vigente (2011 – 2014), a submissão das políticas públicas nacionais às exigências da *troika*, o que comprometeu muitas das ações de alguns setores, como o cultural e das artes. O Ministério da Cultura passou a secretaria, com expressiva redução orçamentária percebida nos anos seguintes. É possível verificar isso nas várias fontes jornalísticas da época que explicitam o tratamento dado ao setor.

99 Tradução do autor para: '*it is more fundamentally the very definition of the object of public policy which varies greatly from one country to another. The German* Kulturpolitik, *which has a long history, includes a set of artistic, educational, sports and leisure activities. The Italian policy of "cultural goods" largely overlaps with heritage protection and is distinct from the management of music and theatres, dealt with by a Ministry of Tourism and Performing Arts. "Public support for the arts" – the expression "cultural policy" being only lately and hesitatingly used in Great Britain – has only recently been extended to popular entertainment and other "cultural industries"(...). In the Netherlands, the Ministry created in 1982 established links between cultural activities that are heterogeneous according to French classifications: welfare, health and cultural affairs. In other places, such as Québec or Belgium – focusing on western examples only – cultural policy is essentially structured around the language issue*'. (Dubois, 2008, p.3).

maneira essencialista simplesmente por serem "políticas culturais". Analisar as políticas culturais que atuaram, com ou sem sucesso, em seus aspectos anti-humanistas, nos excessos da economia liberal ou em abusivos arroubos dirigistas, torna-se premente para o desenho de políticas públicas para a cultura no tempo presente. E se o compromisso com os direitos humanos e os direitos culturais é hoje (ainda) fundamental para a imaginação de um futuro possível para a humanidade, algo que foi sendo desenhado desde a constituição da UNESCO, em 1945, empreender políticas culturais com esses horizontes torna-se imprescindível.

Na perspectiva exclusiva sobre a "política cultural", como um conceito a ser utilizado exclusivamente para processos empregados a partir da segunda metade do século XX, poderia recorrer a anacronismos o autor que interpretasse eventos do passado com esse olhar, enquanto categoria analítica formada posteriormente. Porém, ainda que não fossem denominadas 'políticas culturais' na acepção contemporânea, em termos práticos era o que faziam, justamente pelas ações sistemáticas dos grupos e estados em prol de projetos ou processos culturais específicos, sejam quais forem os seus interesses. De acordo com Jeremy Ahearne,

> os vínculos entre cultura e poder político são claros. Qualquer ordem política necessita dos meios para manter a sua legitimidade simbólica, e em nenhum lugar esses meios são mais importantes do que quando essa legitimidade simbólica deve ser instituída ou recuperada. Nesse sentido, podemos dizer que 'política cultural' representa um imperativo trans-histórico para todas as ordens políticas [100] (Ahearne, 2009, p.143).

Nessa perspectiva transhistórica, a interpretação de eventos do passado permite a recompilação e análise frente a conceitos gerados em tempos posteriores. O anacronismo, tema recorrente de debates entre historiadores, refere-se, antes, à atribuição equivocada de interpretações feitas por sujeitos de determinado tempo a partir de conceitos e percepções inexistentes nesse tempo, que a análises de eventos do passado com a utilização de ferramentas analíticas do tempo presente. As categorias analíticas criadas *a posteriori* podem servir à análise de eventos passados, e há vários exemplos desse processo, como no caso dos genocídios, termo criado na década de 1940[101], mas que é constantemente utilizado para a análise de eventos

100 Tradução do autor para: *'The links between culture and political power are clear to see. Any political order needs the means to maintain its symbolic legitimacy, and nowhere are these means more prominent than when that symbolic legitimacy must first be instituted or salvaged. In this sense, we might say that 'cultural policy' represents a transhistorical imperative for all political orders'* (Ahearne, 2009, p.143).

101 O termo *genocídio* foi criado pelo jurista Raphael Lemkin em 1943 a partir das palavras *genos* (termo de origem grega referente a familia, tribo, raça) e *cídio* ('matar', de referência etimológica latina). (Bevan, 2016). O conceito foi sacramentado no direito internacional com a 'Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio' (ONU, 1948). O termo é recorrentemente utilizado para a análise de eventos históricos e também para o reconhecimento jurídico (ou não) dos Estados frente às atrocidades ocorridas no passado e em tempos presentes. O próprio anacronismo é utilizado muitas vezes como

anteriores (holocausto, genocídio armênio, genocídio dos povos *nama* e *herero*, genocídio indígena na América do Sul e nos EUA, dentre outros). A não denominação enquanto 'política cultural', em seu tempo, não impede a sua análise enquanto política cultural a partir de outros tempos. Ahearne define bem esse processo, ao dizer que:

> se a história da política cultural é concebida apenas como a história através da qual esse termo surgiu, *expressis verbis*, para demarcar um setor autônomo da ação da política pública, nós então perdemos o uso do termo para designar de maneira mais ampla a realidade da ação política sobre a cultura[102] (Ahearne, 2009, p.144)

Todo esse debate ocorre, principalmente, a partir do entendimento ou não de que o termo 'política cultural' se associa a uma estruturação específica para essas políticas públicas, por um lado, como foi dissertado anteriormente, ou mesmo, em alguns casos, pela vinculação a compromissos ideológicos em sua essência, como por exemplo, uma conexão com o liberalismo democrático ou com a democracia social, a depender do contexto. Nessa perspectiva exclusivista, de qualquer modo, a política cultural carrega em si elementos que são organizados somente a partir da década de 1960. De fato, em 1959 houve uma preparação institucional extremamente estruturada[103], com a definição de um ministério exclusivo na França e a expansão dos setores artísticos e culturais. Por outro lado, uma transformação nos paradigmas, ou posicionamentos ideológicos, somente se observa após os movimentos de 1968, refletidos em mudança internas na França e também no âmbito institucional da UNESCO, quando há uma reorientação, da *democratização cultural*, que seria a ampliação do acesso aos bens culturais de elite, para *a democracia cultural*, que seria a conquista de uma gestão democrática da cultura[104]. A posição transhistórica permite, ademais, que sejam feitas análises sobre as políticas culturais associados aos '*ismos'* que remetem a diferentes sistemas, ideologias e correntes, a exemplo do fascismo e do nazismo, dos comunismos (por que não lembrar a revolução *cultural* chinesa?), dos liberalismos e privatismos, do cristianismo, do islamismo, e todos os

justificativa para não categorizar determinados eventos como genocidas. Há exemplos recentes de reconhecimentos e pedidos de desculpas oficiais por parte dos Estados Nacionais, caso dos diversos países que reconheceram o genocídio armênio ou da própria Alemanha que, em 2016, reconheceu o genocídio na Namíbia.

102 Tradução do autor para: *'if the history of cultural policy is conceived only as the history through which that term came, expressis verbis, to demarcate an autonomous sector of public policy action, we then lose the use of the term for designating more broadly the reality of political action on culture'* (Ahearne, 2009, p.144).

103 A importância desse processo é sublinhada por diversos autores. Porém, qualificá-lo como "sem precedentes" é demasiado pretensioso, ao concentrar um processo histórico que ocorria em diversas partes do mundo somente no caso francês.

104 Para a percepção da mudança paradigmática, ver os estudos preliminares da UNESCO, citados nas páginas anteriores desta tese (UNESCO, 1969). Para a mudança de referência teórica, de *democratização cultural* para *democracia cultural*, ver as obras de Canclini (2001), Chauí (2008) e Souza (2017).

personalismos, como o franquismo e o salazarismo, por exemplo. Embora não sejam muitos, há exemplos de trabalhos publicados com referências explícitas às políticas culturais, muitas vezes nos seus títulos, antes de 1950[105].

O 'cultural' qualifica enquanto setor, e isso já está sedimentado nos mais diversos debates. Há, entretanto, uma qualificação ideológica que ganha força desde a formação da UNESCO na década de 1940, que vincula o 'cultural' das políticas culturais aos direitos humanos, e que nas décadas seguintes cada vez mais se abre às democracias culturais, com base na proteção dos direitos culturais. Entretanto, essa é uma opção a partir de um compromisso ético global com base nos direitos humanos. A existência de uma política cultural, por si só, não traz o seu vínculo automático com os direitos humanos. Há de ser compreendido que a especificação ideológica das políticas culturais vem com as linhas programáticas adotadas, sejam elas definidas como liberais, autoritárias, democráticas, inclusivas, teocráticas etc. As ações culturais dos grupos humanos, seja via estados, via associações, via movimentos sociais ou quaisquer outros agrupamentos, ocorrem com inspirações ideológicas – muitas vezes programáticas, outras descoordenadas – que conformam as tomadas de decisão e os rumos políticos escolhidos. Esses rumos ocorrem em diferentes escalas, de associações de bairro a países, de agremiações estudantis a partidos políticos, nos movimentos sociais, nas cooperativas e também em grupos empresariais através de suas atuações na área cultural. Em termos históricos, toda e qualquer organização da sociedade veio acompanhada de alguma política cultural, e mesmo a sua alegada ausência evidencia-se mais como uma característica das opções políticas e sociais para a cultura do que como uma 'ausência de cultura'. Abster-se de uma 'política cultural' significa delegar a cultura e suas opções e caminhos a alguns setores ou grupos interessados.

Ahearne propõe a resolução desse embate por meio da separação entre duas definições de políticas culturais: as políticas culturais "explícitas" ou "nominais", que são aquelas assim classificadas pelos governos; e as "implícitas" ou "efetivas", que seriam aquelas que operam nos setores culturais, mesmo que não possuam essa rubrica[106] (Ahearne, 2009, p.144). A consciência de que as políticas culturais operam nessas duas perspectivas é essencial para a sua análise em diferentes contextos. A novidade não está no ineditismo de eventos, mas na

105 Silva cita ao menos seis trabalhos publicados entre 1925 e 1951 que versam sobre as políticas culturais, com menção explícita ao termo em seus próprios títulos. (Silva, 2015, p.187).

106 Nas palavras do próprio autor: *'confusion can be avoided here if we separate two definitions of cultural policy. Let us call explicit or nominal cultural policy any cultural policy that a government labels as such. (...) Let us call implicit or effective cultural policy any political strategy that looks to work on the culture of the territory over which it presides (or on that of its adversary)'* (Ahearne, 2009, p.144).

sistematização, seja para a aplicação das chamadas políticas culturais, ou para a análise de processos ocorridos no passado. E para cada processo que envolva as políticas culturais, ao serem tomados nesse sentido proposto por Ahearne, seria exigida a sua localização com a utilização dessas noções, seja no âmbito avaliativo ou propositivo. A cultura opera em perspectiva transhistórica e transetorial, e a visualização das ações e políticas públicas sobre a cultura é aberta e alargada aos contextos anteriores à década de 1950. Abre-se a possibilidade para que as lentes analíticas e as discussões propositivas recaiam sobre outros setores (educação, saúde, meio ambiente, segurança), atores (empresas, ongs, associações), e também contextos históricos. Se a existência de uma política cultural (diferentemente das ações culturais) está condicionada à relação entre aparatos institucionais, suas bases ideológicas e seus mecanismos de intervenção, e pela atuação de grupos de interesse nas sociedades, sejam eles grupos sociais, culturais, artísticos e quaisquer agremiações ou associações, não faz sentido excluir da sua lente analítica processos anteriores a 1959, uma vez que eles já existiam e se relacionavam antes da instalação do Ministério de Relações Culturais na França. As políticas culturais possuem, antes, um aspecto híbrido, no sentido de serem amplas, estritas, difusas e diversas, e, acima de tudo, dinâmicas. Por mais que tentemos organizar, setorizar e programar as políticas culturais, elas serão sempre insuficientes e incapazes de abarcar todos os processos a que almejam. Isso é patente na utilização do termo *vagueness* por Dubois, quando a imprecisão é posta paradoxalmente como a característica mais perene das políticas culturais.

Em artigo publicado nos anais da Fundação Casa de Rui Barbosa, em 2013, os autores Lima, Ortellado e Souza propuseram uma tipologia histórica das políticas culturais em três gerações, num sentido cronológico para a definição de suas origens: *primeira geração*, na consolidação da identidade e na preservação do patrimônio, típicos dos contextos de formação dos Estados-Nação; *segunda geração*, relacionada à intervenção e regulação econômica do setor; e *terceira geração*, ligada aos processos de difusão e produção cultural. Tais processos ocorrem também de forma cumulativa e simultânea, a depender de cada contexto. Em cada uma das gerações, os autores esboçam os conceitos de cultura, das políticas e dos instrumentos de intervenção utilizados pelos Estados. Dessa forma, nas políticas de *primeira geração*, a "cultura" é inicialmente tratada como "identidade nacional", material e elitista, sendo posteriormente enfatizada a diversidade cultural e a imaterialidade da cultura. Os instrumentos, nesse caso, passam da valorização do patrimônio material ao imaterial, dos museus nacionais aos museus étnicos e posteriormente museus comunitários. Na *segunda geração*, passa-se da noção da reprodução serial de produtos culturais à cultura como setor de atividade econômica,

das cotas de estímulo de produções nacionais ao incentivo a setores criativos e cidades criativas. Na *terceira geração*, passa-se da cultura como "belas artes" à cultura como modo de vida, da construção de centros culturais para a difusão ao fomento a iniciativas populares e comunitárias. (Lima, Ortellado e Souza, 2013). Seria, talvez, como uma primeira geração nacional-identitária, seguido de proposta associada ao advento da Economia da Cultura, e finalmente à consideração antropológica. Na geração nacional-identitária, busca-se o fortalecimento das comunidades imaginadas (Anderson, 2012), a definição da memória própria de uma nação, por meio de seus museus e monumentos (Choay, 2010), e por meio da invenção de tradições (Hobsbawm e Ranger, 2008) que com suas repetições rituais, fortalecem o que se estabelece como Nação.

As diferenças entre esses paradigmas foram discutidas por autores como Néstor García Canclini, Ezequiel Ander-Egg e Marilena Chauí. A democratização cultural, empregada na Inglaterra do pós-guerra, e na França dos anos 1970, e adotada como linha mestra em outros contextos, buscava a difusão do acesso às culturas de elite por meio da distribuição de benefícios e da disponibilização de conhecimentos com vistas à diminuição das desigualdades. Isso desenvolvia-se com o apoio da burocracia estatal para a sua execução, seja em por meio direto ou por via disponibilização de fundos para execuções privadas (Ander-Egg, 1987; Souza, 2017). Por meio dessa difusão, as desigualdades no acesso aos bens simbólicos poderiam ser reduzidas (García Canclini, 1987). Essas práticas foram empreendidas pela Inglaterra, a partir de 1946 (com base nas ideias para as políticas econômicas de John Maynard Keynes), e pela França nas décadas de 1950 a 1970. Ao falar das duas tradições, o autor Valmir de Souza resume as críticas que os dois processos sofreram após as suas implantações:

> Assim como na tradição inglesa, esta política cultural ainda estaria pautada pela prática difusionista da cultura consagrada, não levando em conta a produção cultural de grupos e comunidades não hegemônicos presentes na sociedade francesa. O conceito subjacente nessas duas tradições de política cultural estava restrito às produções artísticas estabelecidas (Souza, 2017, p.100).

Durante governos trabalhistas na Inglaterra, conforme destaca Souza (2017), houve uma virada nesse sentido, ao buscar-se a abrangência do fomento à cultura de grupos étnicos, movimentos sociais, em perspectiva associada ao multiculturalismo e ao desenvolvimento local. Essa prática seria também implantada em países como Canadá, Austrália e Nova Zelândia, incluindo aí as questões associadas aos direitos culturais dos povos nativos de cada região. Na cidade de São Paulo, no Brasil, no final dos anos 1980, experimentou-se também

uma abordagem da cultura como direito, ampliando o paradigma para além da democratização da cultura. Optou-se, então, por uma política que foi chamada de cidadania cultural, a qual buscava se aproximar da democracia cultural. Ao esbarrar em questões burocráticas, porém, revelou-se insuficiente (Souza, 2017). Entretanto, observou-se o alargamento do conceito de cultura à sua base antropológica, na aproximação aos grupos culturais diversos e aos movimentos sociais. Uma questão parece permear todos os debates contemporâneos que subsidiam a produção acadêmica e o próprio desenvolvimento das políticas culturais: a noção de que se passou da ideia de democratização cultural, por meio da difusão verticalizada da "alta cultura", para a ideia de democracia participativa, de democracia cultural, de promoção e desenvolvimento de todas as culturas, da valorização e reconhecimento da diversidade cultural e da sua importância para as comunidades e grupos sociais. (García Canclini, 1987; Lima, Ortellado, e Souza, 2013).

A política cultural, finalmente, ao adotar a perspectiva transhistórica citada por Ahearne, não se vincula apenas a um processo histórico específico e nem a determinado compromisso ideológico de maneira essencialista. Somente partindo dessas duas premissas é possível analisar as políticas de diferentes contextos históricos e geográficos, e desenhar políticas culturais de forma conscienciosa. Ademais, há uma noção de que, a princípio, esses processos partem de perspectivas ocidentais, dada a compreensão que há sobre a formação das instituições, das sociedades e de suas políticas culturais e culturas políticas. Além disso, ao serem consideradas as perspectivas transhistórica e transetorial, é possível uma indagação: como analisar as políticas culturais de sociedades não ocidentais, distantes no tempo e no espaço, a exemplo de dinastias chinesas, do império mongol ou mesmo de sociedades como a assíria, a persa, a civilização banto, as sociedades oceânicas e as diversas culturas de povos originários no continente americano, sem cair num exercício colonialista e de imposição de sentidos? Parte-se do pressuposto de que a ação organizada é parte imbricada das políticas culturais, seja por meio de instituições ou de grupos sociais organizados, agendas interventivas e tomadas de ação nas diversas áreas associadas à cultura. Dessa forma, em uma perspectiva não somente transhistórica, mas também antropológica, é possível a utilização do olhar e das ferramentas analíticas atreladas à noção de política cultural, desde que estruturadas e organizadas de forma a atuar na cultura das sociedades. Nesse ponto, faz sentido uma análise de políticas culturais empreendidas em contextos anteriores à sua nomenclatura. Conforme será discutido nos próximos capítulos da tese, mesmo que não sejam denominadas assim, havia 'políticas culturais' desenvolvidas pelos empreendimentos coloniais junto às ilhas do Oceano Pacífico, e

especificamente no Kiribati, assim como em qualquer contexto colonialista. E o próprio processo de resistência ou de reinvenção por parte dos povos autóctones trouxe aspectos que se amarram a outras políticas culturais. Por meio de ações performativas, as sociedades locais reelaboram seus protocolos e práticas sociais que se atrelam às políticas culturais, muitas vezes de forma a resistir e manter o poder e a autonomia, de alguma forma, nas mãos dos povos originários. (Sahlins, 1990).

1.4. As disputas pela cultura

Independentemente da linha analítica adotada, se transhistórica ou exclusivista, se sociológica ou antropológica, os processos analisados nesta tese ocorreram após a criação da UNESCO, em contextos que aprofundaram as discussões em torno dos direitos culturais e dos direitos humanos e responderam aos vários embates políticos a partir da década de 1960. A revisão da discussão feita no subcapitulo anterior é extremamente útil à compreensão das políticas culturais, para a sua localização epistêmica e a tomada de posição necessária para a análise de processos culturais associados às políticas culturais, por um lado, e também para o desenvolvimento de projetos. A sensibilidade para a leitura dos contextos pressupõe, necessariamente, a noção de que o trabalho com as políticas culturais não se resume a desenvolver atividades administrativas ou de gestão, como aquelas atinentes ao mundo do *business* e suas *management tools,* ainda que essas ferramentas sejam algumas vezes úteis para colocar em marcha os projetos culturais. Aqui interessa a menção a Alexandre Barbalho, que em consonância com Jim McGuigan observa que "o sentido da política cultural não pode se limitar a uma simples tarefa administrativa" (Barbalho, 2005; McGuigan, 1996), envolvendo também conflitos, divergências, debates e disputas pelo espaço institucional para a produção e difusão cultural. A ideia do conflito talvez seja uma das constantes das políticas culturais que operam na mediação de interesses sensíveis, pois os mesmos recorrentemente entram em choque e são contraditórios, visto que envolvem aspectos identitários e ideológicos. Por isso, as políticas culturais apresentam, por si mesmas, incoerências e instabilidades a partir de suas imprecisões conceituais (*vagueness*) e dos conflitos entre os mais diversos grupos socioculturais. "A interação entre a política cultural e outras linguagens de ação pública cultural é decisiva para compreensão da dinâmica de conflitos práticos no dia a dia de quem trabalha com cultura". (Silva, 2016, p.4). Essa percepção está presente nas relações cotidianas e está

refletida nas interações que delinearam as instituições, convenções e políticas culturais tanto localmente como internacionalmente.

Há uma percepção geral de que as políticas públicas para a cultura nos tempos contemporâneos, sejam elas nacionais, internacionais, regionais, municipais ou mesmo insulares[107], desenvolveram-se a partir das décadas de 1960 e 1970 nos intensos debates nos organismos internacionais e suas instâncias deliberativas. Embora a estruturação do setor cultural em instituições, com linhas programáticas próprias, não garanta melhorias automáticas para o setor, o estabelecimento de políticas culturais dentro dos aparatos institucionais abre possibilidades para a ação dos grupos culturais. A UNESCO, enquanto principal órgão internacional responsável pelas políticas culturais que se desenham, reúne os processos em discussão, antes como uma instituição de construção de consensos, "catalisadora e organizadora de discussões já em curso em diferentes lugares" que como uma instituição onde se constroem os conceitos, como a política cultural. "Ela autoriza, legitima e perpetua as narrativas que lhe parecem mais apropriadas para compor sua linguagem" (Silva, 2016, p.68). Nesse sentido, a linha adotada, seja para a análise das políticas e projetos culturais desenvolvidos pelos museus em Portugal e no Brasil, e no projeto investigativo e de ação na República do Kiribati, tomaram por base a noção contemporânea de políticas culturais que se vincula ao exercício dos direitos culturais, linha de pensamento referendada nas principais instâncias deliberativas e investigativas no mundo atual.

Essas observações sobre as construções de consensos não são exclusividade da UNESCO, uma vez que as organizações multilaterais formadas a partir do fim dos anos 1940 são, em grande medida, espaços de reuniões entre representações nacionais que formam instâncias decisórias colegiadas e seguem ritos estabelecidos desde a sua origem, revistos e reinterpretados de tempos em tempos com o suporte de corpos técnicos especializados. Essa formação tecnocrática interna, com o apoio das delegações nacionais, permite certa convergência de pensamentos, ideologias e projetos. Entretanto, esse processo envolve conflitos que acabam por fazer prevalentes umas ou outras linhas ideológicas. No caso da UNESCO, há uma especificidade em torno da própria função estabelecida para a instituição desde o seu início, como organismo fundamental para a promoção de uma ética global – associada inicialmente à manutenção da paz através do conhecimento, e cada vez mais

107 É importante observar que as Nações Unidas operam com categorias específicas para o desenvolvimento de políticas públicas para ilhas e países insulares, principalmente para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, ou PEID, como são chamados no âmbito das organizações internacionais. Atualmente a ONU classifica 58 países e territórios como PEID, sendo 38 membros da ONU e 20 não membros, que incluem territórios e países ainda não filiados à organização. Fonte: https://sustainabledevelopment.un.org/topics/sids/list Acesso em 31 de março de 2020.

convergente com a promoção dos direitos humanos e dos direitos culturais. A promoção dessa ética global acabou por ser direcionada pelas políticas culturais, presentes nos debates e rotinas da UNESCO principalmente a partir da década de 1960. Desde então a organização passou a investigar, a mapear, a promover e a incentivar as políticas culturais nacionais por meio de diretrizes, da organização de encontros e seminários, da produção de documentos de referência, e de orientações aos países. Os meios mais evidentes desse processo estão presentes nas articulações de recomendações, convenções e outros instrumentos normativos publicados pela instituição.

A repetição do termo 'política cultural' nos relatórios da 14ª Conferência Geral da UNESCO, em 1966, é sintomática no sentido da percepção de quão inserido estava o conceito nas discussões e deliberações internacionais[108]. Essa relativa naturalização do termo não implicava na sua definição absoluta, algo que se percebe também na já discutida inexatidão (*vagueness*) da definição de cultura. Os relatórios expressaram essa falta de consenso[109] nos debates entre os delegados, que se mantiveram distantes de uma definição universal e adotaram uma visualização relativista[110] para a compreensão da diversidade de contextos existentes. A conferência de 1966 tinha em sua agenda a votação da Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional, documento que enfatizou a promoção do respeito à originalidade de cada cultura, a reciprocidade e a paz para as relações culturais (Silva, 2016, p.78; Maurel, 2006; UNESCO, 1966). Nos seus relatórios foi enfatizada a necessidade de que a UNESCO auxiliasse os Estados Membros no desenho de suas políticas culturais[111], ainda que considerada a diversidade encontrada entre os países e a impossibilidade de modelos absolutos e rígidos para serem aplicados pelos estados nacionais.

A partir das discussões e problemáticas levantadas na Conferência Geral de 1966, foi proposto um projeto para desenvolver estudos sobre a situação da criação artística no mundo moderno[112], incluídos também os problemas identificados nas políticas culturais considerando

108 No website da UNESCO está disponível uma vasta documentação sobre cada Conferência Geral. Em busca realizada no dia 19 de junho de 2020, foram identificados 651 documentos referentes à 14ª Conferência Geral. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/collections/governing-bodies/general-conference Acesso em 19 de junho de 2020.
109 O relatório expressa as posições de vários delegados, postas em discussão durante a reunião. (UNESCO, 1966a, p.124).
110 O relativismo seria posto em questão com o desenvolvimento das discussões em torno dos direitos culturais, abordados posteriormente nesta tese.
111 '*The Assistant Director-General for Social Sciences, Human Sciences and Culture emphasized the need for UNESCO to help Member States to draw up a cultural policy*.' (UNESCO, 1966a, p.121). "De acordo com artigo no jornal francês Le Monde, teria sido o delegado francês Pierre Moinot quem suscitou, na ocasião da CG, a ideia de refletir sobre as políticas culturais – sugestão que teria encontrado eco favorável em diversas delegações e levado à promoção do tema a prioridade" (Silva, 2016, p.79). A autora refere-se ao artigo: '*Questions et réponses sur la culture*', Le Monde, 27 de dezembro de 1967.
112 *Project 3.331.2/1966: Assistance to artistic creation in the modern world*.

os aspectos sociais em cada país. O projeto incluía uma investigação internacional[113], reuniões de especialistas e processos consultivos. Houve uma ampla produção de documentos e relatórios e o processo foi nomeado "Mesa Redonda sobre as políticas culturais no mundo moderno", ou Mesa de Mônaco[114]. As reuniões iniciaram-se em 1967, em Monte Carlo, Mônaco, e os relatórios dos primeiros encontros, publicados em 1969, apresentaram aspectos a serem considerados para o desenvolvimento de políticas culturais, como quadros conceituais, questões orçamentárias, especificidades de cada setor[115], e perspectivas para a democratização cultural (UNESCO, 1969; Silva, 2016). O relatório apresenta uma definição de política cultural que pode ser tomada como um resumo dos debates então empreendidos e referência para as discussões dos anos seguintes. Ademais, a definição aproxima-se muito do paradigma atualmente vigente – quando referente aos empreendimentos dos Estados Nacionais, ainda que tenha passado por momentos de afirmação e crise nas décadas posteriores:

> 'Política cultural' é entendida como um conjunto de princípios operacionais, práticas e procedimentos administrativos e orçamentários que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. Obviamente, não pode haver uma política cultural adequada para todos os países; cada Estado-Membro determina a sua própria política cultural de acordo com os valores, objetivos e escolhas culturais que estabelece para si[116]. (UNESCO, 1969, p.4)

As conclusões do relatório celebraram que "pela primeira vez, administradores, especialistas das ciências sociais e humanas e artistas encontraram-se ao redor da mesma mesa, convidados por uma organização interacional para discutir problemas culturais[117]" (UNESCO, 1969, p.48). O relatório considerou a diversidade de origens culturais e de contextos socioeconômicos, o que trouxe uma série de acordos gerais sobre o papel das autoridades

113 *Survey on cultural policy in the modern world.* (Silva, 2015; 2016)

114 *Table ronde sur les politiques culturelles dans le monde moderne.* Segundo Silva, 2016, "listas de potenciais convidados incluíam Hannah Arendt, Octavio Paz, Alejo Carpentier, Marshal McLuhan, Pierre Bourdieu, Joffre Dumazedier, Richard Hoggart e Theodor Adorno entre um número considerável de poetas, artistas, críticos, cientistas sociais e chefes de instituições culturais de diferentes países e organizações culturais internacionais". (Silva, 2016, p.85). A primeira reunião foi realizada entre 18 e 22 de dezembro de 1967, com a participação de 32 especialistas de 24 países. (UNESCO, 1969).

115 Há, no relatório, orientações específicas para as bibliotecas, centros culturais, museus, centros de leitura, exposições, televisão, radio e culturas tradicionais, assim como anotações sobre as novas formas artísticas, os elementos estéticos, a assistência legal, social e para o fomento à criação artística, discussões conceituais sobre a ideia de política cultural, relações entre a cultura e outros setores vários, descentralização (com exemplos do Reino Unido, EUA, URSS, França e Tunísia), cooperação entre comunidades locais e governos centrais, relações com o setor privado (comércio e negócios), associações de voluntários, além de questões administrativas e estatísticas.

116 Tradução do autor para: *'cultural policy' is taken to mean a body of operational principles, administrative and budgetary practices and procedures which provide a basis for cultural action by the State. Obviously, there cannot be one cultural policy suited to all countries; each Member State determines its own cultural policy according to the cultural values, aims and choices it sets for itself.* (UNESCO, 1969, p.4).

117 Tradução do autor para: *'For the first time, administrators, specialists in the social and human sciences and creative artists met round the same table, invited by an international organization to discuss cultural problems'.* (UNESCO, 1969, p.48).

públicas no desenvolvimento cultural. A cultura e a política cultural são compreendidas de maneira dinâmica, em estado de mudança constante, e a compreensão da democratização cultural aproxima-se da noção de democracias culturais e de cidadania cultural adotada por autores como García Canclini e Chauí[118] nas décadas vindouras, ao afirmar que a participação dos cidadãos na vida cultural não significa "convidá-los a estar presentes como espectadores passivos de eventos culturais", mas "associá-los cada vez mais à ação cultural e esforçar-se para estimular os seus poderes de criação"[119]. De acordo com o texto do relatório,

> a democratização da cultura não deve implicar uma pulverização de padrões; não se trata mais de distribuir uma "cultura de classe alta" que não é familiar para as massas, mas de permitir que todos, homens e mulheres, independentemente de sua origem social ou condição econômica, desenvolvam sua personalidade ao máximo e participem plenamente das atividades culturais de acordo com seus gostos e necessidades. Em muitos casos, grandes setores da população ainda não estão em condições de fazê-lo, devido à falta de tempo ou recursos, ou porque não atingiram o nível educacional necessário[120]. (UNESCO, 1969, p.48).

O relatório aponta, ademais, que a disponibilização de recursos físicos e de equipamentos de nada serve se não for associada a processos formativos, e destaca a desigualdade regional, principalmente no continente africano. O seu texto enfatiza a necessidade de implementação de estudos e investigações dada a falta de consensos nas sociedades sobre a importância do setor cultural para o desenvolvimento, processos muitas vezes tocados por organizações não governamentais. Esses estudos seriam discutidos e desenvolvidos nos anos seguintes, quando a UNESCO continuou com a organização de outros encontros e reuniões para o desenvolvimento conceitual e institucional das políticas culturais nas organizações internacionais e nos Estados Nacionais.

A Mesa Redonda de Mônaco (1967) e as conclusões apresentadas em seu relatório em 1969 formaram as bases para a realização das principais iniciativas da UNESCO nos anos seguintes, quando foram realizadas conferências regionais e intergovernamentais: Conferência

118 Para as relações entre os conceitos utilizados por Chauí e García Canclini, vide: Retroz (2020). Essa discussão é retomada no capítulo 3, que traz as convergências entre a cidadania cultural, a democracia cultural e a sociomuseologia.

119 Tradução do autor de excertos da citação: *'Making people participate in cultural activities does not mean inviting them to be present as passive spectators at a cultural event; it means associating them increasingly with cultural action and endeavouring to stimulate their powers of creation. It was recognized that cultural and economic development are closely linked; it was also emphasized that physical resources are not enough in themselves, and that equipment serves no purpose if it is not backed up by the necessary personnel and administrative machinery'*. (UNESCO, 1969, pág. 48).

120 Tradução do autor para: *'The democratization of culture must not imply a dilution of standards; it is no longer a question of handing out 'highclass culture' which is unfamiliar to the masses, but of enabling everyone, men and women alike, whatever their social origin or economic condition, to develop their personality to the full and to participate fully in cultural activities in accordance with their tastes and their needs. In many cases large sectors of the population are not yet in a position to do this, owing to lack of time or resources, or because they have not attained the necessary level of education'*. (UNESCO, 1969, p.48).

Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais (1970, em Veneza), conferências regionais da Europa (1972), Ásia (1973), África (1975), América Latina e Caribe (1978), e finalmente a Conferência Mundial de 1982, (Mondiacult) realizada na cidade do México, em 1982[121] (Silva, 2015; 2016; Barbalho, 2005; Rubim, 2009; 2012). Albino Rubim resume esse processo, ao elencar os temas principais discutidos em cada evento:

> As temáticas que marcam a conferência inaugural de 1970 buscam impulsionar a atuação dos estados na atividade cultural e a participação ativa da população na cultura, enfatizando o ser humano como princípio e fim do desenvolvimento. Na conferência regional da Europa o tema destacado é a democratização da cultura. As conferências regionais da África (1975) e da América Latina e Caribe (1978), não por acaso, deslocam seu centro de atenções e colocam em cena o tema da identidade cultural, que reaparece com força e ligado ao patrimônio na Conferência Mundial acontecida em 1982, na cidade do México. (Rubim, 2009, p.99).

A década de 1970 foi extremamente frutífera para o assentamento de ideias e conceitos voltados para o fortalecimento das políticas culturais, processo que se consolidou em 1982, no evento da Cidade do México citado por Rubim e conhecido como Mondiacult. Diversidade cultural, desenvolvimento, patrimônio imaterial[122], democracia cultural e outros conceitos foram sugeridos ou debatidos num processo que desencadearia nas declarações e recomendações adotadas nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI.

Em 1978, a conferência regional da América Latine e Caribe, realizada em Bogotá, referendou a Declaração de Caraballeda, de 1971, que discutira a ideia de uma educação libertadora voltada ao desenvolvimento do senso crítico e com o incentivo à participação dos indivíduos na vida cultural de suas comunidades[123]. A ideia de um "desenvolvimento integral,

121 A Mesa Redonda de Santiago, de 1972, ocorreu no mesmo contexto dos processos atinentes às discussões regionais sobre as políticas culturais. Também no setor de museus foram realizadas diversas conferências regionais, conforme abordado no capítulo 2.

122 De acordo com entrevista realizada com Bustamente Fajardo em 2014 e citada na tese de doutramento de Gabriela Toledo Silva (2016), os conceitos de patrimônio imaterial e de diversidade cultural já estavam esboçados em 1978, durante a Conferência Regional realizada em Bogotá. O autor cita a América Latina como precursora desses conceitos. Nos relatórios da conferência, os temas dominantes rondam a diversidade cultural, o pluralismo cultural, os direitos humanos, as identidades culturais, o desenvolvimento endógeno, dentre outros. (Silva, 2016, p.111; UNESCO, 1978).

123 A renovação dos sistemas educativos era amplamente discutida no período e os debates possuíam forte inspiração na pedagogia de Paulo Freire, conforme expresso no ponto 15 dos informes da Conferência de Bogotá: *'La Conferencia (de Caraballeda) se inspiró en el concepto de educación liberadora que contribuya a formar la conciencia crítica y a estimular la participación del indivíduo en los procesos culturales, sociales, políticos y económicos, con todas las responsabilidades que ello implica'* (UNESCO, 1978).

endógeno, fundado na cultura do povo"[124] prevaleceu, baseada no Plano de Ação de Lagos[125], da Organização da Unidade Africana (atual União Africana), e a discussão sobre as identidades culturais ganhou relevância até a realização do Mondiacult, em 1982, cujo relatório final destacou a sua relação com o desenvolvimento, em sua vertente integral, e não com bases somente econômicas[126].

O Mondiacult foi um evento de imensa magnitude[127], dados o alto número de participantes e a dimensão de seus impactos ao sintetizar as discussões empreendidas nos 15 anos anteriores. A conferência serviu como uma avaliação das políticas públicas para a cultura empregadas em todo o mundo, ao mesmo tempo em que trouxe grande parte das definições e caminhos para as políticas culturais das décadas vindouras. Os tópicos do evento foram resumidos em seu relatório final, o que refletiu as discussões sobre conceitos que orientariam as políticas culturais empreendidas pela UNESCO e tomadas como referências pelos países membros: cultura, identidade cultural, democracia, participação, cooperação internacional, desenvolvimento, e as relações da cultura com a ciência, a educação, a comunicação e a paz, dentre outros aspectos.

A conferência, por outro lado, ocorreu em meio a diversos conflitos entre as delegações presentes, o que reconfigurou as relações internacionais no setor cultural e definiu os rumos da UNESCO na década de 1980. O evento ocorreu dois anos após a publicação do Relatório MacBride[128], que indicara uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) como integrante da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), proposta nos fóruns multilaterais nos anos 1970. Segundo Fernando Quirós Fernández, em publicação de 2005, o

124 O ponto 54 dos informes do Mondiacult, que integra um subcapítulo referente à "dimensão e finalidade cultural do desenvolvimento", destaca que *'La Conferencia hizo prevalecer el concepto de un desarrollo integral, endógeno, fundado en la cultura del pueblo. Ese desarrollo endógeno, al que algunos oradores, refiriéndose al Plan de Acción de Lagos aprobado por los Jefes de Estado de la Organización de la Unidad Africana, calificaron como autocentrado, autosostenido y armonioso, debía enriquecer los valores nacionales con lo mejor de las otras culturas, en particular en los campos de la ciencia y la tecnología; debía responder a las verdaderas necesidades y a las aspiraciones profundas de la sociedad, lo que implica en la realización de investigaciones sociológicas y científicas para su identificación y comprensión.'* (UNESCO, 1982).

125 O Plano de Ação de Lagos foi lançado em 1980 e visava o incremento da cooperação regional entre os países africanos com base na noção de desenvolvimento endógeno, que está centrado na utilização de recursos internos e locais. O conceito está estreitamente ligado à noção de desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável, mais utilizados atualmente.

126 As ideias de desenvolvimento endógeno, desenvolvimento integral e multidimensional estão intimamente ligadas à ideia do museu integral, consagrada na Mesa de Santiago, em 1972. Essas interconexões são importantes para a percepção do contexto de maneira ampla e a compreensão sobre a emergência de conceitos como 'ecomuseu', 'museu de território', 'museu comunitário', 'museu de bairro', 'museu social', dentre outros, o que será abordado no próximo subcapítulo desta tese.

127 O evento teve a duração de 12 dias e contou com a participação de 960 pessoas de 126 Estados Membros, a Santa Sé, diversos organismos internacionais e mais de 400 jornalistas (Silva, 2016, p.112 - 115; UNESCO, 1982).

128 A comissão estabelecida para a elaboração do relatório foi presidida por Seán MacBride, vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1974. A comissão contou com a participação de intelectuais de diversas partes do mundo, como o escritor colombiano Gabriel García Márquez. O título do relatório final, disponível para consulta no website da UNESCO, é: *Many voices, one world: towards a new, more just, and more efficient world information and communication order* (UNESCO, 1980).

relatório, ao mostrar as dicotomias entre a concentração de poder e o exercício de direitos na NOEI, foi profético quando explicitou que

> o direito de informar e ser informado era um dos pontos principais das sociedades modernas, na medida em que a crescente concentração do poder de informar poderia levar a novos tipos de controle em que não haveria divisão de poder na sociedade[129] (Quirós Fernández, 2005, p.71).

O relatório sofreu críticas intensas da imprensa ocidental, que em muitos casos adotou uma abordagem simplista ao expor que o cerne do debate estaria na dicotomia e incompatibilidade entre as ideias do controle estatal ou privado da mídia, o que estaria associado a um embate direto entre o bloco ocidental e o bloco comunista[130]. A delegação francesa no Mondiacult posicionou-se contra os EUA e o Reino Unido, e os principais conflitos da conferência tiveram também os seus efeitos midiáticos, patentes nos discursos do ministro francês Jack Lang[131] ao criticar o imperialismo cultural norte-americano[132]:

> Eu sempre digo a mim mesmo e, quando falo assim, também me dirijo ao meu próprio país, que, no entanto, tem resistido melhor que os outros: Por que aceitar esse plano (de dominação cultural)? Por que aceitar essa padronização? Este é realmente o destino da humanidade? O mesmo filme, a mesma música, a mesma roupa? Nós vamos permanecer parados por muito tempo? Os nossos países são tontos e devem aceitar, sem reagir, esse bombardeio de imagens? E sem qualquer reciprocidade? O nosso destino é tornar-nos vassalos desse imenso império do lucro? Esperamos que esta conferência seja uma oportunidade para as pessoas, através de seus governos, exigirem uma verdadeira resistência cultural. Há uma verdadeira cruzada contra essa dominação. Contra - vamos chamá-lo pelo nome - esse imperialismo financeiro e intelectual[133]. (Lang, 1982)

---

129 Tradução do autor para a citação: *'It said the right to inform and be informed was one of the key points of modern societies, to the extent that the growing concentration of the power to inform could lead to new types of control in which there would be no separation of power from society'* (Quirós Fernández, 2005, p.71).

130 Colleen Roach (1999), ao abordar o posicionamento das mídias ocidentais frente à NOMIC, cita diversos artigos que evidenciaram o embate, como nessa citação do jornal *The Times*, de 1980: *'The essential argument has always been that between state control and private control of information and the media, with the communist bloc favouring the former and the Western bloc the latter'* (Roach, 1999, p.105, apud The Times, 23 April 1980).

131 Jack Lang foi o Ministro da Cultura da França entre 1981 e 1986, e entre 1988 e 1993, justamente em períodos de fortes embates entre os países – principalmente EUA, Reino Unido, França e Canadá – no âmbito das organizações e dos acordos multilaterais, como a UNESCO e o GATT.

132 Em video disponível no site do Instituto Nacional do Audiovisual da França (*Institut National de l'Audiovisuel*) é possível observar alguns trechos do discurso de Jack Lang, assim como a sua repercussão jornalística. Disponível em: https://www.ina.fr/video/CAB8200927101 Acesso no dia 12 de maio de 2020.

133 Tradução do autor para: *'Je me dis toujours, et quand je parle ainsi je m'adresse aussi à mon propre pays qui pourtant a mieux résisté que d'autres, pourquoi accepter ce rabotage? Pourquoi accepter ce nivellement? Est-ce là vraiment le destin de l'humanité? Le même film, la même musique, le même habillement? Allons-nous rester longtemps les bras ballants? Nos pays sont-ils des passoires et doivent-ils accepter, sans réagir, ce bombardement d'images? et sans aucune réciprocité? Notre destin est-il de devenir les vassaux de l'immense empire du profit? Nous souhaitons que cette conférence soit l'occasion pour les peuples, à travers leurs gouvernements, d'appeler à une véritable résistance culturelle. A une véritable croisade contre cette domination. Contre - appelons les choses par leur nom - cet impérialisme financier et intellectuel'.* (Lang, 1982).

Obviamente que tais litígios não devem ser tratados com ingenuidade. As manifestações dos delegados representam entendimentos sobre a cultura e também demandas de interesses para as suas nações ou os seus grupos sociais. Da mesma forma, é interessante observar como tais demandas são aglutinadas e articuladas entre as nações, de modo a fortalecer determinadas políticas. O uso de pautas convergentes serve ao fortalecimento dos interesses dos grupos nas arenas internacionais. A política cultural de Jack Lang, enquanto ministro, teve como uma de suas principais linhas de ação o incentivo à indústria cinematográfica francesa, e o posicionamento francês estaria alinhado nessa perspectiva crítica ao domínio norte-americano, por exemplo, exercido pela indústria de Hollywood. Tais posições associavam-se a interesses pragmáticos de grupos franceses interessados em resguardar o mercado nacional e em facilitar pautas de exportação, e também convergiam com as pautas dos países do chamado Sul Global[134], interessados na salvaguarda de suas referências culturais.

A 'dominação' apregoada por Lang referia-se a seus aspectos econômicos e também culturais, que chegavam de maneira avassaladora a países que possuíam estruturas internas mais frágeis ou menos articuladas, ou mesmo que tivessem grupos internos interessados em manter certos meios de dominação. Miller e Yúdice abordam essa questão, ao argumentar sobre os sistemas de valores que acompanhavam esses processos de dominação e consumo cultural:

> Segundo uma tese do imperialismo cultural, os Estados Unidos estavam transferindo para outros países, na qualidade de primeiro exportador audiovisual do mundo, o seu sistema dominante de valores com a consequente perda de vitalidade e importância das línguas e tradições locais e a ameaça que isso implicava para a identidade nacional. O imperialismo cultural é isomorfo frente a outras formas de imperialismo, porque fabrica a transferência do gosto antes que a tecnologia ou o investimento[135]. (Miller e Yúdice, 2015, p.227)

Essas observações de Miller e Yúdice refletem as articulações e tomadas de posição no âmbito da UNESCO. Os interesses específicos franceses convergiram com as pautas associadas à luta contra o imperialismo financeiro e intelectual, o que se associou de maneira bastante

134 A ideia do Sul Global (*Global South*) surgiu como alternativa à divisão entre Primeiro Mundo e Terceiro Mundo. Ainda que possua muitas limitações, o seu uso é coerente quando são analisadas as articulações no âmbito das organizações internacionais, que funcionam através da convergência de interesses entre os países, que atuam em blocos. Os países do sul global acabaram por acumular problemas estruturais comuns, o que faz com que possuam demandas que se aproximam. Dessa forma, a sua articulação nas reuniões internacionais permite o ganho de força política para as suas demandas.

135 Tradução do autor para: *'Según una tesis del imperialismo cultural, Estados Unidos estaba transfiriendo a otros países, en su calidad de primer exportador audiovisual del mundo, su sistema dominante de valores con la consiguiente merma de vitalidad e importancia de las lenguas y tradiciones locales y la amenaza que ello implicaba para la identidad nacional. El imperialismo cultural es isomorfo con respecto a otras formas de imperialismo, por cuanto manufactura la transferencia del gusto antes que la tecnología o la inversión'* (Miller e Yúdice, 2015, p.227).

conveniente com as pautas dos países do Sul, muitos deles em intenso processo de descolonização frente às recentes independências, o que fortaleceu as suas pautas identitárias e de fomento ao desenvolvimento endógeno. A imposição de sentidos e de valores culturais por parte dos grandes conglomerados midiáticos das indústrias culturais do Norte, e principalmente dos EUA, representava uma ameaça ao desenvolvimento dos países do Sul. Nesse contexto, o relatório de 1982 destaca:

> Vários delegados do Sul, como também do Norte, manifestaram preocupação com as ameaças impostas a outras culturas pela atual tendência de padronização e difusão mundial de certos modelos culturais que, desse modo, se tornam predominantes. Eles também denunciaram e condenaram a invasão do mundo pela mídia de massa e pelas indústrias culturais pertencentes a empresas transnacionais. Ressaltou-se que o seu impacto chega a tal ponto que os modelos transmitidos, exercendo um verdadeiro imperialismo cultural, mesmo de maneira insidiosa, violam e manipulam diretamente a consciência dos cidadãos e estruturam o inconsciente, alterando e desfigurando a identidade cultural dos outros[136].

Na análise desse processo, há a percepção geral sobre a falta de possibilidades para a competição gerada pela agressividade dos grupos transnacionais no mercado global. Oriundos principalmente dos EUA, esses grupos representavam processos imperialistas com as suas agendas neoliberais nos países do Sul, muitos deles recém independentes. Esse processo incomodava os grupos midiáticos franceses, por exemplo, que viam a tomada do mercado interno francês por grupos norte-americanos, cujo caso emblemático envolvia a indústria cinematográfica de Hollywood. Nesse sentido, a problemática concentrava-se antes na falta de possibilidades de competição que, de fato, na crítica crua à comercialização da cultura. As indústrias culturais e os grupos culturais franceses não teriam condições de competir com as grandes transnacionais norte-americanas. Entretanto, esse combate ao tratamento unicamente comercial da cultura tornava-se oportuno às agendas francesas, ainda mais durante a presidência de François Mitterrand, primeiro presidente oriundo do partido socialista e que governou a França entre os anos 1981 e 1995. Da mesma forma, a difusão de ideologias ultraliberais facilitaria antes o acesso das transnacionais do "Norte" aos mercados do "Sul" que, de fato, à

136 Tradução do autor para: *'Varios delegados del Sur, como también del Norte, mostraron alarma ante las amenazas que representa para las otras culturas la tendencia actual a la estandarización y a la difusión mundial de ciertos modelos culturales que, de este modo, llegan a ser predominantes. También denunciaron y condenaron la invasión del mundo por parte de los medios de comunicación de masas y de las industrias culturales propiedad de las sociedades transnacionales. Se subrayó que su impacto llega a tal grado que los modelos transmitidos, al ejercer un verdadero imperialismo cultural, aun de modo insidioso, violan y manipulan directamente la conciencia de los ciudadanos y estructuran el inconsciente, alterando y desfigurando la identidad cultural de los demás'*. (UNESCO, 1982).

geração de mercados justos e de dinâmicas internas que facilitassem o desenvolvimento das sociedades – daí a emergência dos sentidos do desenvolvimento endógeno.

A década de 1980 trouxe um novo enfraquecimento institucional da UNESCO, que fazia frente às agendas neoliberais e à mercantilização da cultura, empreendidas principalmente pelos EUA e pelo Reino Unido. O discurso duro do ministro francês Jack Lang, quando acusou os norte-americanos de imperialismo cultural, refletiu o impasse gerado nesse período, e a sua abordagem convergiu com as pautas do Sul, cujos interesses estavam associados ao fomento da identidade cultural – em muitos casos ligados aos processos de independência, e ao fomento do desenvolvimento endógeno. Lang foi além do enfoque das relações interestados nas dinâmicas globais e abordou a noção de democracia cultural, por meio da participação ativa dos cidadãos e da busca pela distribuição dos benefícios gerados, contestando a cultura como privilégio de classe, o que incomodava não somente os estados, mas as estruturas classistas internas:

> A cultura procede da comunidade inteira e a ela deve retornar. Não pode se privilégio da elite nem quanto a sua produção, nem quanto a seus benefícios. A democracia cultural supõe a mais ampla participação do indivíduo e da sociedade no processo de criação de bens culturais, na tomada de decisões que concernem à vida cultural e na sua difusão e fruição[137]. (UNESCO, 1982)

As discussões empreendidas na UNESCO permitem algumas reflexões sobre o setor cultural frente às negociações internacionais. Nos acordos intergovernamentais pautados de maneira exclusiva ou preponderante na abertura comercial, os países mais pobres ou em piores condições de negociação acabam por ver os seus setores culturais prejudicados. Há diversos exemplos que permitem essa conclusão, como a forma como o setor cultural mexicano foi duramente afetado pelo acordo de livre comércio entre o México, os EUA e o Canadá (Calabre, 2013). Mesmo as disputas entre os países poderosos apresentam essa perspectiva, vide as contendas entre os EUA e o Canadá no mercado editorial[138] ou entre a França e os EUA nas relações construídas em torno do setor do audiovisual (Álvarez, 2009; Buchsbaum, 2006). O desejo das nações em expandir o mercado para as suas indústrias culturais, associado às vitórias eleitorais dos conservadores no Reino Unido, em 1979, e nos EUA, em 1981, refletiu-se em

137 Tradução do autor para: *'La cultura procede de la comunidad entera y a ella debe regresar. No puede ser privilegio de elites ni en cuanto a su producción ni en cuanto a sus beneficios. La democracia cultural supone la más amplia participación del individuo y la sociedad en el proceso de creación de bienes culturales, en la toma de decisiones que conciernen a la vida cultural y en la difusión y disfrute de la misma'*. (UNESCO, 1982).

138 De acordo com Álvarez (2009), após a assinatura do NAFTA, houve uma disputa entre o Canadá e os EUA no setor de periódicos e revistas. Embora a discussão tenha sido desenvolvida em torno de temas e justificativas culturais, não havia qualquer regramento ou exceção para o setor cultural nos organismos internacionais de arbitragem comercial, o que acabou por favorecer os grupos interessados dos EUA, com argumento comercial, em detrimento do argumento culturalista canadense.

articulações internacionais, ora no interior da UNESCO, ora nas agendas de pactos regionais e globais referentes ao comércio mundial.

Os posicionamentos referendados nos fóruns da UNESCO até o início da década de 1980 incomodaram os grandes grupos internacionais influentes nas decisões políticas dos seus países. Os EUA, governados desde 1981 por Ronald Reagan, comunicaram a sua saída da organização em dezembro de 1984, e o Reino Unido, sob Margareth Thatcher desde 1979, desfiliou-se em 1985[139]. As justificativas para a saída dos dois países coincidiram, pelo que se percebe uma articulação entre as suas agendas conservadoras. Os EUA justificaram a sua saída sob o argumento de que "a agência estava sendo politizada à esquerda e era financeiramente irresponsável"[140] e o Reino Unido seguiu as mesmas orientações, um ano depois, com o argumento de que a instituição apresentava "problemas de ineficiência, politização excessiva e programação obscura por muitos anos"[141]. As discussões na UNESCO, e o processo para o seu enfraquecimento, protagonizado pelos norte-americanos e britânicos nos anos 1980, estavam articuladas ao interesse desses países em integrar os produtos culturais nas agendas comerciais, como foi percebido nas reuniões do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e na formação da Organização Mundial do Comércio (OMC). (Rubim, 2009, p.107; Miller e Yúdice, 2015).

Esses debates foram protagonizados principalmente pelas delegações dos EUA e da França, e envolviam concepções que se colocavam como antagônicas nos embates travados no GATT, na rodada do Uruguai[142] e na OMC (formalizada em 1995). Enquanto os EUA mantinham posições consideradas ultraliberais, de uma maneira que os produtos culturais fossem tratados como qualquer outro produto negociado internacionalmente, a França defendia

139 Para mais informações, ver matéria publicada no Los Angeles Times de 5 de dezembro de 1985, que versa de maneira resumida sobre a saída dos dois países: *'Britain Following Lead of U.S., Will Withdraw From UNESCO'.* (*Los Angeles Times*, 5 de dezembro de 1985).

140 Uma matéria do jornal The Washington Post de 20 de dezembro de 1984, escrita por Joanne Omang, cita a posição norteamericana, que considerar que: *'the agency has been politicized leftward and is financially irresponsible'*. A matéria expressa, ademais, que a relação dos EUA com a UNESCO vinha sofrendo instabilidades nos anos anteriores, como por exemplo no reconhecimento da Autoridade Nacional Palestina pela UNESCO, em 1974, nas sanções da organização contra Israel ou em posições controversas alinhadas ao bloco soviético, segundo as autoridades norteamericanas. (Omang, 1984; *Washington Post*, 20 de dezembro de 1984).

141 Timothy Raison, Ministro do Desenvolvimento Ultramarino (*Minister for Overseas Development*) do Reino Unido, em discurso proferido ao parlamento britânico em 22 de novembro de 1985, expressou os pontos que justificavam a retirada do país: '*UNESCO has been beset with problems of inefficiency, over-politicisation and obscure programming for a great many years. We have in particular been worried by a slow-moving, over-centralised, top-heavy administration, with outdated procedures and poor delegation of authority. Morale in the organisation has been notoriously bad. UNESCO had also become increasingly used as a forum for the propagation of ideas repugnant to the people of this country'*. O ministro referiu-se também ao Relatório MacBride, como expressão de ideologias que não seriam aceitas pelo Reino Unido. (Raison, 1985).

142 A Rodada do Uruguai ocorreu entre 1986 e 1994. O seu principal objetivo foi a regulamentação do comércio mundial, ao tomar por base o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), de 1947. O GATT foi incorporado no processo de constituição da OMC e em 1995 foi também estabelecido o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS). A Rodada do Uruguai foi substituída pela Rodada de Doha, nos anos 2000.

a noção da exceção cultural (*exception culturelle*[143]) para as negociações comerciais, termo que apareceu pela primeira vez no debate público francês em 1993 (Rubim, 2012; Regourd, 2004). Os promotores dessa ideia apregoavam que alguns produtos culturais deveriam ser tratados como exceção às regras estabelecidas para o jogo comercial internacional, assim como outros setores como a educação e a saúde. Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia entre 1985 e 1995, posicionou-se firmemente na defesa da exceção cultural. Delors havia sido Ministro das Finanças da França em 1982[144], quando Jack Lang fixava a posição francesa e europeia, associada aos países do Sul, contra o imperialismo norte-americano no Mondiacult. Durante as negociações do GATT, Delors afirmou que "a cultura não é uma mercadoria como as outras e não deve ser tratada como tal, ou seja, como geladeiras ou automóveis."[145] (Delors, 1989). Esse posicionamento foi amplamente difundido e evidenciava a liderança francesa, atrelada à tendência da promoção da diversidade cultural empreendida por países do Sul, num processo de regulamentação da cultura no âmbito comercial acompanhado de perto pelos meios de comunicação[146]. O funcionamento institucional das organizações internacionais apresentava, nesse contexto, instabilidades pela falta de acordos em algumas pautas. As incompatibilidades eram, então, (e ainda o são hoje) resolvidas não somente pela formação de consensos, mas pelo *lobby* em favor da migração de determinados setores para instituições que correspondessem às intenções dos deliberantes. No caso específico da cultura, conforme observado por Jonathan Buchsbaum,

> existe um sistema duplo operando na arena internacional. Tratados comerciais, como o GATT e a OMC, aplicam-se à troca comercial de mercadorias, mas não necessariamente abrangem bens culturais. Os franceses buscam defender seu caso nas Nações Unidas e, mais especificamente, na UNESCO, a organização da ONU responsável pela cultura. (Buchsbaum, 2006, p.18).[147]

143 Em alguns textos e debates, o termo 'diversidade cultural' é erroneamente estabelecido como um novo termo surgido em substituição à 'exceção cultural'. Ao dissertar acerca do cinema francês, Jonathan Buchsbaum declara que "o governo adotou uma ampla gama de medidas para corrigir os pecados do mercado, no interesse da poção mágica conhecida domesticamente como *diversidade* e internacionalmente como *diversidade cultural*, um termo recém-cunhado que substituiu a *exceção cultural"*. (Tradução do autor para: *'the government pursued a wide array of measures to correct the sins of the market in the interest of the magic potion known domestically as 'diversity', and internationally as "cultural diversity," a newly coined term that replaced the 'exception culturelle'*). (Buchsbaum, 2006, p.19). Entretanto, a diversidade cultural já era discutida no âmbito da UNESCO durante as décadas anteriores. O que ocorreu nos anos 2000 foi a utilização do conceito de forma a atender às agendas de alguns países, principalmente da França e do Canadá, nas instituições internacionais como a UNESCO e a OMC.

144 Delors foi Ministro das Finanças da França entre 1981 e 1984.

145 Tradução do autor para: *'la culture n'est pas une marchandise comme les autres et on ne doit pas la traiter comme telle, c'est-à-dire, comme des frigidaires ou des automobiles'*. (Delors, 1989 apud Vessillier, 1998).

146 Como exemplo, ao propor uma solução alternativa para a OMC em 2001, com a inserção de pautas associadas à diversidade cultural no âmbito comercial, a delegação brasileira foi duramente criticada por organizações culturais. Álvarez (2009, p.265 - 266) cita um artigo do jornal francês *Le Monde* que se refere à proposta brasileira como uma traição à causa da diversidade cultural.

147 Tradução do autor para: *'there is a dual system operating in the international arena. Commercial treaties, such as GATT and the WTO, apply to commercial exchange of goods, but they do not necessarily cover cultural goods. The French seek to*

Nesse contexto, os embates ocorridos na década de 1980 revelaram uma tentativa de trazer as pautas culturais para o âmbito comercial, inicialmente no GATT, e posteriormente na OMC e também no Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS)[148]. Até mesmo os conhecimentos tradicionais foram incorporados nas instituições comerciais, como na emergência, no âmbito da OMPI[149], de políticas específicas para a sua proteção. As instituições e os grupos interessados utilizaram-se da abertura do conceito de cultura, em sua vertente antropológica, para abordar aspectos vinculados a meios de produção tradicionais. Paradoxalmente, a compreensão do sentido antropológico de cultura, associado aos meios de vida, acabou por também ser absorvido pelas pautas comerciais, servindo, muitas vezes, como títulos para a agregação de valores a produtos culturais vendidos no mercado global: o café colombiano e o reconhecimento da paisagem cultural cafeeira; a gastronomia do Mediterrâneo; a cachaça de Minas Gerais e de Paraty; os queijos e vinhos com referências a meios de produção tradicionais; pratos, músicas e ritos incorporados ao mercado mundial de bens simbólicos e do turismo cultural[150], onde a promoção e a venda do típico e do tradicional são inseridas nas dinâmicas mercadológicas.

Os bens culturais passaram a operar nesse sistema duplo mencionado por Buchsbaum, onde confundem-se denominações de origem, saberes tradicionais, os direitos de propriedade intelectual e as expressões tradicionais nas arenas discursivas e institucionais que envolvem patrimônios culturais e propriedades intelectuais e industriais atrelados à diversidade cultural e às diferentes noções de desenvolvimento. Ficavam evidentes aí as tensões, incompreensões e tentativas de convergir projetos de grupos com formações e alinhamentos divergentes, algo já percebido em instâncias locais, nacionais e internacionais, em outros contextos – vide, por exemplo, o interesse do trabalho com comunidades tradicionais por parte da OMPI, e no caso

push their case within the United Nations, and more specifically, UNESCO, the UN organization responsible for culture'. (Buchsbaum, 2006, p.18).

148 O GATS foi estabelecido no âmbito da OMC e entrou em vigor em 1995, como um dos resultados da Rodada do Uruguai. O acordo estendeu o sistema comercial multilateral ao setor de serviços.

149 A OMPI possui um setor exclusivo para o trabalho com os recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007) estabelece os marcos legais para o exercício desses direitos. No tocante ao setor cultural e sua convergência com a propriedade intelectual, o artigo 31 da declaração definiu que: "Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e as manifestações de suas ciências, tecnologias e culturas, compreendidos os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas. Também têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver sua propriedade intelectual sobre o mencionado patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais e suas expressões culturais tradicionais". (ONU, 2007, Art. 31).

150 Ver Peixoto (2002), artigo que aprodunda o debate sobre as relações entre patrimônio cultural e turismo.

brasileiro, os debates sobre patrimônio genético, conhecimentos tradicionais, patrimônio imaterial e propriedade intelectual entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)[151].

O Mondiacult efetivou essas aberturas conceituais da cultura, ao mesmo tempo em que fixou as posições ideológicas das instituições internacionais no embate que se desenvolveria entre a liberalização comercial, a exceção cultural e a emergência e a institucionalização do conceito de diversidade cultural. A afirmação conceitual no âmbito da UNESCO fortaleceu as demandas dos países do Sul, enquanto bloco, numa das poucas organizações na qual as suas intenções e deliberações prevaleciam, por formarem maiorias com demandas articuladas aos interesses de países poderosos, como a maioria dos países europeus no posicionamento contrário à completa liberalização e comercialização do setor cultural. Por outro lado, isso afastou o pragmatismo economicista dos grandes grupos comerciais transnacionais e a representação dos seus países – principalmente EUA e Reino Unido – o que acabou por trazer uma crise financeira sem precedentes à instituição[152].

Em termos conceituais, a Declaração do México encerrou um processo que se iniciara em 1967, na Mesa de Mônaco, e assentou as bases para as discussões sobre as políticas públicas para a cultura a partir dos anos 1980, período a partir do qual a UNESCO passou a enfrentar grandes e recorrentes crises. A definição de cultura elaborada no Mondiacult, expressa nas primeiras páginas do seu relatório final, trouxe as referências de suas dimensões sociológica e antropológica (Botelho, 2001), ao mesmo tempo em que as associou aos direitos humanos fundamentais:

> no seu sentido mais amplo, a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 1982)

A gestão pública do setor cultural abriu-se a diversos meios de vida, em um sentido amplo que se dedica a questões de criação artística ao mesmo tempo em que vinculada a meios

151 Em 2008 elaborei artigo referente ao ofício das paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo, Brasil, que seria posteriormente atualizado e publicado nos anais da Associação Nacional de História (ANPUH), em 2011. A associação que representa as trabalhadoras detentoras desse saber tradicional conseguiu o duplo reconhecimento das autoridades brasileiras: do seu ofício de paneleiras, como patrimônio imaterial, junto ao IPHAN; e a indicação de procedência das panelas produzidas, junto ao INPI. (Murta, 2008; 2011).

152 Somente a participação dos EUA correspondia a cerca de 25% da receita da UNESCO, que tem buscado alternativas para o seu financiamento visto que nas últimoas décadas os norteamericanos estiveram mais ausentes que presentes no financiamento da organização.

de vida do ser humano. A cultura afirmou-se pela sua capacidade de trazer reflexão e criticidade para as opções tomadas por cada indivíduo e pelos grupos sociais. O posicionamento assumido nos informes do Mondiacult é afeto às democracias culturais, nas quais haveria a ideia de que "a política cultural é assunto de todos, de cada indivíduo, de cada país"[153] e envolvem toda a sociedade, independentemente da classe ou do setor de trabalho[154] (UNESCO, 1982).

O que se observou na década de 1970, até a realização do MondiaCult, em 1982, foi um processo caracterizado por, no mínimo, três aspectos: o fortalecimento do setor cultural enquanto parte do estado de bem-estar social; a sua vinculação às agendas de desenvolvimento; e a sua integração ao sistema dos estados nacionais por meio da atenção dedicada à identidade cultural e ao patrimônio, incluindo aí os países recém independentes. Observou-se uma convergência entre a autodeterminação dos povos, patente na década anterior, e os processos de revisão conceitual, descolonização e busca de novos modelos de desenvolvimento durante a década de 1970.

O desenvolvimento endógeno e integral foi afirmado após os anos 1960 e 1970, com a inserção cada vez mais forte dos países do Sul, muitos deles recém independentes e com os seus grupos sociais e políticos interessados em processos que fortalecessem as suas identidades culturais. A noção de desenvolvimento ultrapassou, já nesse contexto, a sua vinculação unicamente economicista, e complexificou-se pela necessidade de compreensões de cada contexto interno, e também em consonância global, onde era possível a percepção de problemas e necessidades compartilhados, ao mesmo tempo em que eram abertas possibilidades a conjunções regionais e convergência de projetos, muitas vezes por meio de alianças regionais considerando aspectos geográficos ou de laços culturais, como na Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), no Mercosul, na União Europeia, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na Comunidade do Pacífico, na União Africana, dentre outras. Essas articulações entre conceitos concernentes ou tangentes ao setor cultural explicitou as demandas locais, afirmadas nos relatórios do Mondiacult:

> a ideia de identidade cultural está no centro das problemáticas do desenvolvimento; identificado desde há muito tempo com o simples crescimento econômico linear, medidos

153 Tradução do autor a partir de excerto do subtítulo 41: *'la política cultural es assunto de todos, de cada indivíduo, de cada país. Abarca a todos los aspectos de la vida nacional'* (UNESCO, 1982).

154 O texto do relatório final da conferência apresenta diversos aspectos sobre a democracia cultural. No subtítulo 43, explicita: *'La democracia cultural – estimó la Conferencia – es el corolario del derecho de todo ser humano a la cultura; es el fundamento de la democracia política y económica'* e referenda o aspecto anteriormente expresso, no subtítulo 42, de que a política cultural *'de ningún modo es – se precisó – asunto de un solo Ministerio o de una clase determinada'* (UNESCO, 1982).

> pelos indicadores de PNB e inspirado em um evolucionismo inconsciente ou inconfesso, o desenvolvimento revelou-se como um processo infinitamente mais complexo, de caráter global e multidimensional, que somente é eficaz se responde à vontade de cada sociedade e se expressa realmente a sua identidade profunda. (...) um verdadeiro desenvolvimento somente poderia ser um empreendimento que emergira do íntimo de uma nação, querida e apoiada conjuntamente por todas as suas forças vivas. Deveria integrar, portanto, todas as dimensões da vida e todas as energias de uma comunidade em que cada pessoa, cada categoria profissional e cada grupo social estivessem convidados a participar no esforço geral e a compartilhar os seus frutos[155]. (UNESCO, 1982).

Iniciou-se também nesse contexto um processo de mudança nas abordagens dadas ao patrimônio cultural, que cada vez mais se abria a conceituações menos elitistas e mais voltadas a práticas sociais e culturais, o que viria a desencadear a posterior emergência das políticas culturais voltadas à salvaguarda do patrimônio imaterial, nos anos 2000. Ao possibilitar essa aproximação a bens imateriais, a UNESCO posicionava-se ao lado de práticas de grupos menos estabelecidos, uma vez que diversificava a abordagem institucional, mantendo a monumentalidade dos patrimônios materiais e naturais (referenciados pela convenção de 1972[156]) ao mesmo tempo em que se aproximava de práticas anteriormente ignoradas ou tratadas como "de menor expressão". A declaração do Mondiacult anunciou claramente essa mudança ocorrida nos anos 1970:

> O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. (...) O conceito de patrimônio evoluiu consideravelmente desde a realização da Conferência de Veneza. Hoje, ele também abrange todos os valores da cultura viva e a sua importância crescente é atribuída a atividades que podem manter vivos os estilos de vida e a expressão que esses valores transmitem. A atenção atualmente dedicada à preservação do patrimônio "não material" pode ser considerada como um dos desenvolvimentos mais positivos da última década.[157] (UNESCO, 1982)

155 Tradução do autor para: *'la idea de identidad cultural se sitúa en el centro de la problemática del desarrollo; identificado desde hace mucho tiempo con el simple crecimiento económico lineal, medido por los indicadores del PNB e inspirado en un evolucionismo inconsciente o inconfesado, el desarrollo se reveló como un proceso infinitamente más complejo, de caráter global y multidimensional, que sólo es eficaz si responde a la voluntad de cada sociedad y si expresa realmente su identidad profunda. (...) un verdadero desarrollo sólo podía ser una empresa que surgiera de lo íntimo de una nación, querida y apoyada conjuntamente por todas sus fuerzas vivas. Debía integrar por lo tanto todas las dimensiones de la vida y todas las energías de una comunidad en la que cada persona, cada categoría profesional, y cada grupo social, estuvieran llamados a participar en el esfuerzo general y a compartir sus frutos'*. (UNESCO, 1982).

156 Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. (UNESCO, 1972).

157 Tradução do autor para: *'El patrimonio cultural de un pueblo comprende las obras de sus artistas, arquitectos, músicos, escritores y sabios, así como las creaciones anónimas, surgidas del alma popular, y el conjunto de valores que dan un sentido a la vida. Es decir, las obras materiales y no materiales que expresan la creatividad de ese pueblo: la lengua, los ritos, las creencias, los lugares y monumentos históricos, la literatura, las obras de arte y los archivos y bibliotecas. (…) El concepto de patrimonio ha evolucionado considerablemente desde que se celebró la Conferencia de Venecia. Hoy engloba también todos los valores de la cultura viviente y se concede una importancia cada vez mayor a las atividades que pueden mantener vivos los estilos de vida y de expreción que transmiten dichos valores. La atención que actualmente se presta a la preservación del patrimonio 'no material' puede considerarse como una de las evoluciones más positivas de este último decenio'.* (UNESCO, 1982).

A declaração trouxe também um posicionamento político que remeteu aos fundamentos da UNESCO, de promoção da paz pela cultura e pelo conhecimento, e esmiuçou debates que abordaram tensões e conflitos em diversas regiões. As intervenções das delegações explicitaram as suas posições, muitas vezes, em caráter de denúncia, a exemplo do posicionamento frente a Israel, ao Líbano e à Palestina (inclusive com ênfase à proteção do patrimônio palestino e com acusações de genocídio aos israelenses), turcos e gregos na questão cipriota, e acusações contra o *apartheid*, contra o racismo e de perseguições políticas nas ditaduras latino-americanas. Os embates na UNESCO, que fervilhavam em 1982, portanto, não se restringiam à disputa entre norte-americanos e franceses no tocante ao tratamento comercial dos bens culturais, mas envolviam também o tratamento de conflitos, num exercício delicado onde a organização questionava o pragmatismo das grandes potências e buscava o favorecimento de aspectos idealistas de sua conformação original.

Nas décadas seguintes, outros documentos foram discutidos, e no ano de 1989 a UNESCO aprovou a Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular (UNESCO, 1989). O documento retomou alguns aspectos sobre o debate em torno da cultura, sua comercialização e a proteção dos direitos de propriedade intelectual, em temas discutidos no âmbito da OMPI, da OMC (associado principalmente aos acordos TRIPS) e da UNESCO. Ao ser publicada a recomendação da UNESCO no fim dos anos 1980, durante e após um período no qual houve a tentativa de desarticulação das negociações multilaterais do setor cultural por parte, principalmente, dos EUA e do Reino Unido, conforme discutido anteriormente, há uma forte tomada de posição por parte da instituição. A recomendação de 1989 buscou a proteção da cultura tradicional e popular, elemento da identidade cultural, e afirmou que:

> A conservação se refere à proteção das tradições vinculadas à cultura tradicional e popular e de seus portadores, segundo o entendimento de que cada povo tem direitos sobre sua cultura e de que sua adesão a essa cultura pode perder o vigor sob a influência da cultura industrializada difundida pelos meios de comunicação de massa. Por isso é necessário adotar medidas para garantir o estado e o estado e o apoio econômico das tradições vinculadas à cultura tradicional e popular, tanto no interior das comunidades que as produzem quanto fora delas. (UNESCO, 1989)

O documento, ademais, recomendou a proteção da propriedade intelectual da produção cultural tradicional e popular, e citou o importante trabalho da UNESCO e da OMPI nesse sentido. Entretanto, a OMPI passou a ser a principal arena de inserção norte-americana em

desafio aos discursos da diversidade cultural fomentados pela UNESCO. Conforme salientam Miller e Yúdice, ao referirem-se às décadas de 1990 e 2000, "a nova estratégia dos Estados Unidos consiste em agrupar os assuntos culturais sob a rubrica geral de propriedade intelectual"[158] (Miller e Yúdice, 2015, p.236).

Em 1998, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, na Suécia, superou o Mondiacult em número de participantes e de países representados[159]. Os relatórios finais da conferência (UNESCO, 1998) inseriram a política cultural como um dos principais elementos das políticas para o desenvolvimento endógeno e sustentável, e citaram o Mondiacult (1982) como um evento que trouxe a cultura para a centralidade dos debates sobre o desenvolvimento, em um longo processo de reflexão nas décadas de 1980 e 1990. A conferência de Estocolmo lançou o Plano de Ação sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, com cinco objetivos gerais: inserção das políticas culturais como componente chave para as estratégias de desenvolvimento; promoção da criatividade e da participação na vida cultural; salvaguarda do patrimônio (material e imaterial) e promoção das indústrias culturais; promoção da diversidade cultural e linguística na e para a sociedade da informação; disponibilização de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento cultural. A análise dos seus documentos finais permite a visualização de como os debates trouxeram elementos econômicos e culturais de forma conjugada, ao destacar a diversidade cultural como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável, e também com a definição de linhas de ação associadas à dimensão econômica da cultura. A conferência, embora não tenha apresentado o mesmo nível de polêmicas que as midiatizadas no Mondiacult, manteve uma veia política, principalmente pela consideração do fortalecimento da paz. As questões identitárias foram abordadas como fontes de conflitos em diversas partes do mundo, e houve um chamado pela tolerância no ponto 201 dos relatórios finais (UNESCO, 1998). As conexões entre a cultura e a segurança foram consideradas durante a conferência (UNESCO, 1998, p.72,73), e essa pauta seria fortalecida nos anos 2000, numa década que se inicia com os ataques às torres gêmeas, nos EUA (Stenou, 2004).

Em todo esse processo, desde a formação da UNESCO no fim da década de 1940, houve uma mudança de forças no eixo internacional das políticas culturais. Há um questionamento

158 Tradução do autor para: *'La nueva estrategia de Estados Unidos consiste en agrupar los asuntos culturales bajo la rúbrica general de propiedad intelectual'* (Miller e Yúdice, 2015, p.236).

159 Realizado entre os dias 30 de março e 2 de abril de 1998, o evento contou com a participação de mais de 2.400 pessoas representando 149 países, 23 instituições intergovernamentais e 135 ONGs. (UNESCO, 1998).

sobre qual seria o papel da UNESCO nas relações internacionais, uma vez que a organização passa, em certa medida, de promotora da paz a provedora de assistência técnica aos países membros em setores associados às suas convenções e instrumentos normativos (Meskell, 2018). O crescimento dos pragmatismos economicistas trouxe pontos de conflito no âmbito internacional e no interior da instituição. E se por um lado houve a incorporação de agendas da cultura em instituições associadas à liberalização e regulação comercial, como a OMC, por outro lado a UNESCO firmou-se como o principal organismo para o debate das políticas culturais internacionalmente. Os organismos internacionais passaram cada vez mais a exercer pressão e influência sobre a cultura, nos caminhos dos direitos culturais, mas também na consideração de aspectos como as indústrias culturais, a economia criativa e a economia da cultura. Os anos 2000 trouxeram então novos debates centrados na institucionalização da diversidade cultural, que, no âmbito da UNESCO, concentra aspectos do multiculturalismo e do pluralismo cultural e do exercício e proteção dos direitos culturais.

> O direito internacional contemporâneo está claramente comprometido com o pluralismo cultural como parte da igualdade dos estados soberanos, com a cultura como um direito humano e com o valor da diversidade para a proliferação de ideias contrapostas. A lei constitui um lugar importante para contestar a hegemonia da doutrina liberal a esse respeito[160]. (Miller e Yúdice, 2015; Carmody, 1999).

O que se percebe, então, é um jogo de pressões, como um cabo de guerra, pela inserção da cultura nas agendas neoliberais e economicistas, seja pela presença do setor cultural em instituições da área econômica, seja pela inclusão da economia no cerne da UNESCO. A sensibilidade para a promoção e defesa dos direitos culturais é essencial para que se evite o esmaecimento e consequente desaparecimento da diversidade cultural frente às dinâmicas mercadológicas globais.

1.5. As agendas da diversidade cultural no século XXI

As políticas culturais, desde o nascimento da UNESCO, assumiram linhas de ação que se associaram cada vez mais à promoção da diversidade cultural. A ideia de convivência pacífica entre os povos, que se construiu a partir do fim da II Guerra Mundial, condizia com o

160 Tradução do autor para: *'La ley internacional contemporánea está claramente comprometida con el pluralismo cultural como parte de la igualdad de los estados soberanos, con la cultura en cuanto un derecho humano y con el valor de la diversidad para la proliferación de ideas contrapuestas. La ley constituye un lugar importante para recusar la hegemonía de la doctrina liberal a este respecto'.* (Miller e Yúdice, 2015; Carmody, 1999).

desejado respeito à diversidade das sociedades e de suas culturas. As principais cartas internacionais do período trouxeram a noção de que o funcionamento pacífico das relações internacionais somente seria possível a partir da aceitação de que há diferentes maneiras de construir sentidos para o mundo, e de que os Estados Nacionais tinham o dever de promover a tolerância e o respeito mútuos, inicialmente entre eles mesmos, e, posteriormente, também internamente, em cada país e nas relações estabelecidas entre as suas diferentes populações. Nas décadas seguintes, os processos independentistas das ex-colônias, a emergência de grupos identitários e o estabelecimento dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais no âmbito dos direitos humanos reafirmaram a necessidade de promoção de uma fraternidade global que endossasse o respeito à diversidade. Os relatórios finais do Mondiacult, discutidos no subcapítulo anterior, declararam em 1982 que

> a diversidade cultural - um corolário da afirmação da identidade cultural –, longe de ser um fator de divisão, pode ser um elemento de enriquecimento e equilíbrio, como evidenciado pelos exemplos de vários países multiétnicos do Norte e do Sul.[161] (UNESCO, 1982)

Entretanto, a construção discursiva sobre a diversidade não se desenvolveu de maneira tranquila. Os posicionamentos interessados de cada país ou grupo social, assim como os agrupamentos de suas demandas, influenciaram diretamente a conceitualização da diversidade cultural, dadas as noções sobre a diversidade, a cultura, e as relações socioeconômicas que se firmavam em cada contexto. Esses debates geraram tensões no âmbito dos direitos culturais e das forças dos mercados, considerando que os grupos econômicos mais fortes agem de maneiras não simplesmente homogeneizadoras – naquela noção de padronização dos produtos culturais – mas concentradora, quando a própria diversidade de produtos culturais atende aos ensejos dos principais conglomerados das indústrias culturais. Isso trouxe uma porosidade no conceito de diversidade cultural, utilizado de maneira interessada, distinguido em cada conjuntura dadas as pressões dos grupos envolvidos.

No início dos anos 2000, no contexto de intensos debates sobre a promoção da diversidade, a então Diretora da Divisão de Políticas Culturais e Diálogo Intercultural da UNESCO, Katérina Stenou, elaborou um relatório sobre a diversidade cultural no âmbito da instituição, trazendo uma linha argumentativa com base em distintos períodos nos quais o

161 Tradução do autor para: '*la diversidad cultural – corolario de la afirmación de la identidad cultural -, lejos de ser un factor de división, puede ser un elemento de enriquecimiento y equilibrio, como lo prueban los ejemplos de varios países multiétnicos del Norte y del Sur'* (UNESCO, 1982).

organismo operou. Esse processo é resumido na divisão em fases proposta pela especialista, que mencionou os diferentes usos da cultura na história da instituição:

> a conexão entre cultura e conhecimento tornou a UNESCO central na busca pela paz; a conexão entre cultura e política tornou a identidade cultural crucial para a busca de independência política; a conexão entre cultura e desenvolvimento permitiu que novos países construíssem poder econômico e se afirmassem no cenário mundial; e a conexão entre cultura e democracia concentrou a atenção em aspectos infraestruturas, bem como nas relações culturais interestatais. Agora, chegando ao século XXI, a conexão implícita entre cultura e segurança também pode servir para reforçar a importância das relações interculturais positivas como pedra angular da paz internacional, com todo o apoio financeiro e administrativo que essa priorização exige.[162] (Stenou, 2004, p.18)

Os discursos da UNESCO, desde a sua fundação, apresentaram distintas abordagens sobre a diversidade. A observação desse processo trouxe um retrato mais bem delineado do tratamento que a instituição empregou à cultura nas últimas décadas. Houve uma modificação paradigmática que deve ser levada em consideração para a compreensão da história institucional da UNESCO, assim como para a compreensão dos processos desenvolvidos na contemporaneidade relacionados à gestão cultural, ao patrimônio, à diplomacia cultural, e à museologia. O paradigma que vigorou inicialmente considerava a "diversidade frutífera das culturas" (UNESCO, 1945), expresso no texto constitucional da instituição pela ideia de preservação das culturas das fronteiras nacionais, com visões que tratavam a diversidade entre as nações, mas que não interiorizavam esse discurso. Nas últimas décadas, frente ao reconhecimento das sociedades multiculturais, a diversidade cultural passou a ser tratada "como um resultado de constantes processos de mudanças e intercâmbios entre os povos, as ideias e a criatividade, sustentados pelo diálogo intercultural"[163]. (UNESCO, 2011). A diversidade cultural passou a ser contemplada paulatinamente como um processo presente no interior de cada território nacional.

Nos primeiros respiros do século XXI, em um contexto de manutenção dos intensos debates entre particularismos e universalismos[164], os eventos de 11 de setembro de 2001[165]

162 Tradução do autor para: *'the connection between culture and knowledge made UNESCO central in the quest for achieving peace; the connection between culture and politics made cultural identity crucial to the quest for political independence, the connection between culture and development allowed new countries to build economic power and to assert themselves on the world stage, and the connection between culture and democracy focused attention on infra-stage as well as inter-state cultural relations. Now, approaching the twenty-first century, the implicit connection between culture and security may also serve to reinforce the importance of positive intercultural relations as a cornerstone of international peace, with all of the financial and administrative support this priority requires'*. (Stenou, 2004, p.18).

163 Tradução do autor para: *'as a result of constant processes of change and exchange among peoples, ideas and creativity, sustained by intercultural dialogue'* (UNESCO, 2011).

164 Para a compreensão desses debates, presentes de maneira distinta na história da UNESCO, ver Stenou, 2004.

165 Atentados às torres gêmeas em Nova York, EUA.

trouxeram novas configurações ao mundo globalizado. E essa preocupação com a segurança, citada por Stenou, foi tratada como algo que associava a valorização da diversidade de culturas de maneira integrada aos processos de desenvolvimento, à promoção da democracia e à pauta inaugural da UNESCO como promotora da paz. Nos meses de outubro e novembro do mesmo ano, na 31ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, foi publicada a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001). A declaração foi aprovada por unanimidade[166] e, de acordo com Katérina Stenou, "foi uma oportunidade para os Estados reafirmarem as suas convicções de que o diálogo intercultural é a melhor garantia de paz, e rejeitarem totalmente a teoria do inevitável choque de culturas e civilizações"[167] – ainda assim, os esforços da UNESCO revelariam-se insuficientes frente às operações das máquinas de guerra e ao aumento da intolerância em todo o mundo nos anos seguintes (Meskell, 2018).

O texto da declaração de 2001, ademais, abordou as especificidades do setor cultural frente às forças do mercado, retomando o intenso debate que ocorria nas décadas anteriores, em torno da discussão inaugurada na França sobre a "exceção cultural". Em seu artigo 8º, a declaração classificou os bens culturais como "mercadorias de um tipo diferente" e que "na medida em que são portadores de identidade, de valores e de sentido, não devem ser considerados como meras mercadorias ou bens de consumo" (UNESCO, 2001, Art. 8º). O problema localizava-se não nos aspectos econômicos da cultura, mas na maneira como os fluxos abertos do livre mercado globalizado poderiam afetar diretamente e de maneira avassaladora os sistemas culturais locais. O seu artigo 11º aprofundou essa compreensão, ao destacar que:

> As forças do mercado, por si só, não garantem a preservação e a promoção da diversidade cultural, a qual constitui condição fundamental para um desenvolvimento humano sustentável. Nesta perspectiva, convém reafirmar o papel fundamental das políticas públicas, em parceria com o sector privado e a sociedade civil. (UNESCO, 2001, Art. 11º).

Essa convergência entre a valorização de aspectos das identidades culturais (nacionais ou locais), por meio do reconhecimento de grupos com direitos culturais historicamente negados ou negligenciados, e a determinação em fixar os bens culturais como diferenciados nos

166 É importante ressaltar, porém, que os EUA não faziam parte da organização nesse momento. O país esteve ausente da UNESCO entre os anos 1984 e 2004.

167 Tradução do autor para: *'It was an opportunity for States to reaffirm their conviction that intercultural dialogue is the best guarantee of peace and to reject outright the theory of the inevitable clash of cultures and civilizations'* (Stenou, 2004). O *'clash of cultures and civilizations'* é referência direta ao trabalho de Samuel Huntigton. O autor, embora não tenha expressado grande simpatia pelo governo Bush e pela sua política externa, possui extenso trabalho sobre os chamados conflitos culturais do período pós-Guerra Fria (Lewin, 2008).

fluxos mercantis globais, facilitou a necessária rede de apoios entre as delegações nacionais no âmbito da UNESCO. Esse movimento já era percebido desde os processos de descolonização dos anos 1970 e nas décadas seguintes, quando a UNESCO, enquanto instituição internacional à qual era delegada a discussão das políticas culturais, canalizava cada vez mais as demandas dos países e povos do hemisfério sul – o que era, em muitas ocasiões, capitalizado ou utilizado de maneira oportuna por países mais poderosos, em muitos casos detentores dos recursos financeiros necessários para a manutenção das discussões e para a elaboração de relatórios de apoio às normativas internacionais.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005) foi articulada nesse contexto de convergência de interesses. A convenção foi desenvolvida com o patrocínio da França e do Canadá, interessados no tratamento diferenciado aos bens culturais no mercado global, numa associação entre a "exceção cultural" e a "diversidade cultural". O processo deliberativo para a sua aprovação encerrou-se em 2005, um ano após a reincorporação dos EUA à UNESCO. As incompatibilidades ideológicas entre alguns países que atuavam na instituição foram evidenciadas pelas pressões exercidas principalmente pelos norte-americanos no seu processo de aprovação. A diplomacia dos EUA tentou, inclusive, renegociar a convenção ao trazer o seu rascunho para a discussão no âmbito da OMC ainda em 2005, na busca de que os países votassem contra a convenção ou que se abstivessem durante a assembleia da UNESCO (Schorlemer e Stoll, 2012, p.14 – 15). Os únicos votos contrários, entre os 191 países membros, foram de Israel e dos EUA. As reservas ao setor cultural foram mantidas e reforçaram as demandas da União Europeia e de diversos países latinos e africanos.

O preâmbulo da convenção estabeleceu "que as atividades, bens e serviços culturais possuem dupla natureza, tanto econômica quanto cultural, uma vez que são portadores de identidades, valores e significados, não devendo, portanto, ser tratados como se tivessem valor meramente comercial" (UNESCO, 2005). Ao discutir os direitos e obrigações das partes, em seu artigo sexto, a convenção estabeleceu que os países poderão adotar medidas protecionistas e promover a diversidade cultural de seus territórios. Tais medidas incluem, por exemplo: a regulação do setor cultural; a facilitação às indústrias culturais nacionais do acesso aos meios de produção, difusão e distribuição; disposições relacionadas às políticas linguísticas; o apoio financeiro público; e a promoção da diversidade da mídia (UNESCO, 2005, art. 6º). As deliberações da UNESCO foram vitoriosas para o grupo de países que buscava o tratamento diferenciado ao setor cultural, e nos anos seguintes houve um novo impulso às políticas

culturais com base na diversidade cultural. Se, nos momentos anteriores, a diversidade cultural apresentava características essencialmente antropológicas, nos apelos identitários efervescentes durante as décadas de 1960 e 1970 e articulados a movimentos independentistas, ao Sul Global e ao Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), nos anos 2000 observou-se o aprofundamento de um debate que já havia sido intenso nos anos 1980: entre os aspectos comerciais e a "exceção cultural", prevaleceram os argumentos daqueles que advogavam pela proteção das referências culturais que tendiam ao desaparecimento frente às ondas homogeneizadoras e/ou concentradoras, e pela inserção das pautas protecionistas para as indústrias culturais nacionais.

O tratamento dado à comercialização da cultura passou, nesse ponto, de um aspecto ameaçador para a sua incorporação nas pautas do desenvolvimento – endógeno, sustentável e posteriormente integrado aos objetivos das Nações Unidas, nos ODM e nos ODS. Nesse sentido, condizente com a articulação responsável entre o setor cultural e o comércio, a diplomata brasileira Vera Cíntia Álvarez argumentou em texto publicado em 2009:

> Não é necessário renunciar *in totum* às negociações comerciais dos mercados culturais, desde que estas sejam feitas à luz dos conceitos acordados na Convenção da UNESCO e desde que os países membros se posicionem de forma a que as regras sejam usadas em favor dos objetivos do desenvolvimento. (Álvarez, 2009, p.273 – 274).

As questões econômicas podem e devem ser consideradas nas abordagens culturais, desde que não se atenham unicamente a questões mercadológicas. Esse posicionamento era articulado pelas representações diplomáticas brasileiras, a exemplo também da conselheira econômica na missão do Brasil em Genebra, Vera Thorstensen, que defendeu o estabelecimento de debates sobre a convenção da diversidade no âmbito da OMC, de modo a evitar contraposições entre as pautas comerciais e culturais. A ideia não consistia na simples consideração dos bens culturais como quaisquer outros bens comercializáveis no mercado global, mas na concertação dos signatários da convenção da diversidade para articular as suas demandas frente às discussões comerciais, justamente para a proposição de que as duas organizações pudessem trabalhar juntas, desde que o desenvolvimento seja focado como objetivo comum. (Dupin, 2009). A demanda pela inserção da diversidade cultural nos debates da OMC era promovida principalmente pelos EUA e não prevaleceu pelo forte apelo da UNESCO, que já tinha grande parte de suas deliberações articulada durante o período em que os norte-americanos estiveram ausentes da organização. Entretanto, a perspectiva econômica,

não por acaso, firmou-se como um dos pilares das políticas culturais dos anos 2000, considerando as suas várias filiações ideológicas, e em equilíbrio com outras dimensões, como a democrática, a cidadã, a antropológica e a simbólica.

Em termos operacionais, a convenção de 2005 estabeleceu uma secretaria, a conferência das partes e um comitê intergovernamental, com as articulações de demandas das delegações nacionais integradas em proximidade com os pleitos das organizações da sociedade civil[168]. Os países signatários comprometeram-se também a enviar relatórios de quatro em quatro anos com a informação das medidas tomadas para a efetivação da convenção. Foi estabelecido, ademais, um fundo específico para o fomento a projetos, denominado IFCD[169] (*International Fund for Cultural Diversity*), muito embora o seu funcionamento com base em contribuições voluntárias traga instabilidades para a sua gestão. (Dupin, 2009). Entretanto, as doações dos países mais ricos têm mantido o funcionamento do fundo, uma vez que a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), através do seu Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), caracterizou as contribuições para o IFCD como 100% "oficiais" (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento – AOD)[170] (UNESCO, 2013).

As convocatórias para projetos financiados pelo IFCD destinam-se aos países em desenvolvimento, e embora esse fomento tenha incentivado o setor em diversas partes do mundo, faltam ainda financiamentos mais robustos e que causem impactos globais mais efetivos[171]. As disputas por recursos nas definições sobre as políticas públicas são sempre acirradas, ainda mais em setores historicamente não priorizados, o que nesse caso expressa-se em uma só fatia do amplo campo de atuação da UNESCO – uma organização que também fomenta os setores da educação, da comunicação e das ciências, e que destina a parcela minoritária dos seus recursos para a cultura. A destinação orçamentária para a promoção da diversidade cultural é apenas uma quantia dessa parcela, que também está dividida em rubricas como o patrimônio material, o patrimônio imaterial, e algumas linhas programáticas para os

168 Art. 11: "As Partes reconhecem o papel fundamental da sociedade civil na proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. As Partes deverão encorajar a participação ativa da sociedade civil em seus esforços para alcançar os objetivos da presente Convenção". (UNESCO, 2005).

169 O IFCD é um entre os vários fundos destinados ao setor cultural da UNESCO, dentre os quais incluem-se: o Fundo para o Patrimônio Mundial, o Fundo para o Patrimônio Cultural Imaterial, o Fundo para a Proteção do Patrimônio em caso de Conflitos Armados, o Fundo para a Promoção do Retorno de Bens Culturais em casos de Apropriação Ilícita. (UNESCO, 2013).

170 O termo 'oficiais' refere-se à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), definida pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) dentro dos compromissos de contribuição assumidos pelos países integrantes da OCDE para o seu sistema de cooperação internacional. Articulados às doações ao fundo, são observados processos como a organização de grupos de empresas, criadores e produtores culturais em torno da diversidade cultural, caso do governo canadense, que em 2019 anunciou que doaria $750.000 divididos em cinco anos entre o IFCD e a Coalizão para a Diversidade de Expressões Culturais (CDEC), organização canadense. (*Government of Canada*, 2019).

171 A campanha *'Your 1% Counts for Creativity'* foi uma das estratégias para a captação de fundos lançada pela UNESCO em 2013. Disponível em: https://en.unesco.org/creativity/node/1287 Acesso no dia 1 de julho de 2020. Os fundos dependem, em grande medida, das contribuições voluntárias de um pequeno grupo de países ricos, o que gera incertezas para a sua gestão.

museus e as artes. Há de se notar, entretanto, o crescente compromisso da organização com as pautas da diversidade, pela sua vinculação com o desenvolvimento e pela sua inserção transdisciplinar nos campos de atuação dos organismos internacionais.

De maneira geral, com o estabelecimento da convenção da diversidade cultural, os apelos identitários convergiram com as demandas dos grupos menos favorecidos frente às pressões mercadológicas internacionais, o que fomentou o desenvolvimento de um duplo aspecto nos discursos sobre a diversidade: a diversificação pela sua compreensão antropológica, no respeito à cosmovisão de cada grupo cultural; e a diversificação interessada na abertura de oportunidades econômicas. Esta última possui também uma dupla face: de um lado, pode gerar uma mercantilização predatória no setor cultural por meio, somente, da diversificação de produtos culturais[172]; por outro lado, ao apresentar os seus compromissos com o desenvolvimento endógeno e sustentável, a diversificação pode gerar oportunidades para que se evite uma pura e simples comoditização da cultura e da produção artística no mercado global. As políticas culturais promovidas pela UNESCO cada vez mais apoiam essas duas percepções – antropológica e econômica – na busca pela diversificação associada à percepção e à aceitação mútua entre as sociedades e seus grupos culturais, diversos como a própria condição humana. A sensibilização à diversidade traz consigo a noção de que temos diferenças que muitas vezes levam a conflitos, e a gestão desses conflitos vincula-se à gestão dos processos culturais, humanos na diversidade que os caracteriza. Nas palavras de Albino Rubim, "em lugar de um mero acervo multicultural, a diversidade cultural deve interpelar as políticas culturais com suas tensões, contradições, dilemas, impasses desvios: enfim, como tudo aquilo que é um desafio demasiadamente humano." (Rubim, 2009, p.112).

A incorporação dos sentidos e intenções sobre a diversidade incentivou os debates para as tomadas de decisão e de posicionamento na UNESCO enquanto principal instituição internacional no lançamento e promoção de diretrizes e orientações relacionadas ao desenvolvimento das políticas culturais acordadas em seus fóruns deliberativos. Seja por um viés identitário e culturalista, ou pelas ideologias mais atreladas ao mercado, as noções que se consolidaram no início do século XXI foram as de que as "políticas culturais, que são as verdadeiras forças condutoras na diversidade cultural, devem fomentar a produção e disseminação de bens e serviços culturais"[173], ao mesmo tempo em que buscam a coesão social

172 Como já foi discutido anteriormente, o problema não está somente na ameaça da homogeneização cultual, mas na concentração econômica de sua produção, que pode ser, sim, diversificada.

173 Tradução do autor para: *'cultural policies, which are the true driving force in cultural diversity, should foster the production and dissemination of diversified cultural goods and services'* (Stenou, 2004, p.20).

das sociedades. (Stenou, 2004, p.20). Esse enlace entre a diversidade cultural e o desenvolvimento tornou-se então o grande motor das políticas culturais no século XXI, associado também à promoção da paz, da democracia e dos direitos humanos. Todos esses elementos – diversidade, desenvolvimento, paz, democracia e direitos humanos – são essenciais para a convivência entre os povos nos sistemas globais gerados, o que é referendado nos instrumentos normativos internacionais e nas cartas de orientação da UNESCO:

> se todos os povos reconhecerem que a humanidade é indivisível e ligada pelas suas particularidades culturais, então a intolerância será desencorajada desde o seu princípio. (...) A capacidade de convivência é medida pela disposição em construir mundos sociais parcialmente compartilhados - de trabalho, política, lazer e informação - com pessoas que podem não compartilhar das mesmas referências culturais. Este é um requisito elementar para a prática do pluralismo cultural diário.[174] (UNESCO, 2011)

A diversidade cultural incorporou, nesse mesmo sentido, o reconhecimento do direito de ser diferente, o que a vincula diretamente ao exercício dos direitos culturais, que estabeleceram que todos os indivíduos podem optar por participar (ou não) na vida cultural das comunidades. Com isso, buscou-se uma articulação entre sentidos individuais e coletivos, dado o reconhecimento do direito de distinção subjetiva e, ao mesmo tempo, de pertencimento a coletivos, num aspecto que envolvia as características de cada pessoa e das suas referências culturais, assim como os seus poderes de decisão sobre as suas próprias vidas. Em poucas palavras, as discussões sobre os direitos culturais e a diversidade trouxeram uma articulação direta entre as referências e as preferências culturais. Essa compreensão conjugada dos aspectos antropológicos da cultura e dos poderes de decisão dos indivíduos associou-se à promoção da diversidade cultural na ideia apregoada pela UNESCO de que "as culturas são forças motrizes que conectam significados, locais de autocompreensão permanente e contestação ou acomodação de diferenças. Como tal, incluem não apenas as artes e a literatura, mas também estilos de vida, sistemas de valores e tradições e crenças."[175] (UNESCO, 2011).

Os mais de 60 anos desde a promulgação dos primeiros instrumentos normativos internacionais após a II Guerra Mundial revelaram falhas na manutenção da paz, tão anunciada

174 Tradução do autor para: *'If all people recognize that their humanity is indivisibly tied up with their cultural particularity, then intolerance is discouraged from the very outset. (...) The capacity for conviviality is measured by the willingness to build partially shared social worlds – of work, politics, leisure and information – with people who may not share the same cherished cultural assumptions. This is an elementary requirement for practical, daily cultural pluralism'*. (UNESCO, 2011).

175 Tradução do autor para: *'Cultures are driving forces connecting meanings, sites of permanent self-understanding, and contestation or accommodation of differences. As such, they include not only the arts and literature, but also lifestyles, value systems and traditions and beliefs'* (UNESCO, 2011).

pela UNESCO. As críticas advêm, por um lado, dos aspectos utópicos observados nos documentos da organização, e por outro lado, ao serem consideradas as sucessivas gerações de operações institucionais demasiado tecnocráticas, o que impediu que o seu espectro de ação fosse ampliado e aprofundado conforme os seus desígnios iniciais (Meskell, 2018). Entretanto, grande parte das críticas recebidas possui interesses escusos, no jogo político de grupos transnacionais com a intenção de trazer todo o debate cultural para o âmbito comercial. Nesse sentido, a UNESCO ainda se apresenta como um fórum de resistência. Mesmo com todos os seus problemas e limitações, as suas decisões mantêm diretrizes programáticas que atendem a algumas demandas do Sul Global. Além disso, os discursos de grande parte das suas cartas internacionais fortaleceram os grupos sociais e culturais prejudicados pelas pressões econômicas dos fóruns comerciais, algo que pode inserir-se no longo debate existente entre as correntes *idealistas* e *realistas* nas relações internacionais e nas ciências políticas.

A primeira década do século XXI continuou a demonstrar as falhas dos países e dos organismos internacionais na manutenção da paz, projeto considerado idealista pelas correntes pragmáticas da *realpolitik*. Esse aspecto idealista é assumido pela UNESCO que, desde a sua origem, tem subsidiado processos relacionados justamente à ideia de uma paz duradoura possível, compromisso que foi admitido pela imensa maioria dos países durante a segunda metade do século XX. Houve, de fato, respostas institucionais internacionais frente às guerras e à destruição de diversas referências culturais e dos seus valores humanos e humanistas, algo que se notou na adoção de instrumentos normativos e convenções internacionais no âmbito da UNESCO e das demais organizações internacionais. Porém, tais instrumentos mostraram-se insuficientes e ineficazes frente à insistência nas soluções bélicas para os mais diversos conflitos, o que tem gerado incomensuráveis perdas ao patrimônio cultural da humanidade. Ademais, os diferentes momentos de crises nas últimas décadas despertaram novamente movimentos nacionalistas e revisionistas, que utilizaram e utilizam os identitarismos de maneira a fomentar a intolerância. A UNESCO e os fóruns de direitos humanos possuem um papel fundamental para a construção e manutenção da paz, e trabalham, nesse aspecto, na busca pela garantia dos direitos culturais. O fomento a essa garantia é o ponto comum e consensuado nas relações internacionais, na academia e nas demandas de muitos dos grupos sociais afetados por políticas que prejudicam o exercício de seus direitos culturais, sejam elas autoritárias, autocráticas ou excessivamente liberais.

Os debates no interior dos organismos internacionais acompanharam esses processos, muitas vezes refletidos em relatórios que demonstraram o posicionamento institucional em cada

período histórico. No caso da UNESCO, houve respostas claras a movimentos globais de desregulamentação e desregulação, frente a estados de espírito que favorecem movimentos questionáveis dados os seus aspectos morais – a exemplo da manutenção colonialista de acervos dos grandes museus do Norte Global, dos *lobbies* de grandes conglomerados da economia da cultura, das afirmações xenofóbicas com base nas tradições e na "cultura", da concentração econômica em setores como o audiovisual, da impossibilidade de integração competitiva de empresas e profissionais de países mais pobres, e em tantos outros casos observados nos setores das artes e da cultura. A UNESCO, nesse ponto, tem fixado algumas bases de resistência a movimentos que ameaçam o exercício dos direitos culturais.

Os contatos interculturais mal-conduzidos, ademais, geram tensões praticamente inevitáveis pela representação de ameaças às referências identitárias. As cartas da UNESCO, nesse ponto, manifestaram a indissociabilidade entre a diversidade cultural e o diálogo intercultural, ao afirmar as políticas culturais como base para o combate à intolerância e para a promoção do respeito aos diversos grupos culturais. Nesse sentido, sugere-se a adoção de políticas em dois eixos: cultura por si – patrimônio e artes; e cultura nos múltiplos setores – educação, ciências humanas, saúde, economia, meio ambiente, comunicação, desenvolvimento urbano e coesão social. Dessa maneira, a compreensão de cada contexto cultural torna-se premente para o desenvolvimento de qualquer política pública. E essa abordagem transversal afirma a cultura como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável – além do social, do econômico e do ambiental (UNESCO, 2010).

A ação institucional ocorre de maneira mais enérgica através da promoção das políticas culturais, vistas tanto pela UNESCO quanto pelos peritos especiais para os direitos culturais do Conselho de Direitos Humanos, como possibilidades de resposta aos extremismos – não como panaceia frente a todos os problemas do mundo, mas como espaço de reflexão para debates e ações culturais que auxiliem na efetivação de um processo de paz global por meio da promoção dos direitos culturais, tido como uma das linhas mestras da UNESCO. Os mais recentes relatórios da instituição reconheceram a insuficiência das ações até então desenvolvidas, em uma leitura do mundo contemporâneo onde "a incerteza e o medo sobre o futuro estabelecem um terreno frutífero para o racismo, a xenofobia e a intolerância, violações dos direitos humanos e, às vezes, conflitos diretos". (UNESCO, 2011). As políticas culturais, ao focarem o exercício dos direitos culturais, possuem um papel ativo para reverter esse processo, dado o reconhecimento do "poder da cultura – em toda a sua diversidade – como pré-requisito para a paz, fonte de bem-estar intelectual, emocional e espiritual", e com base no pressuposto de que

a cultura "como recurso para o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade ambiental é mais importante do que nunca"[176] (UNESCO, 2011).

A percepção da globalização como ameaça trouxe tensões nas relações identitárias internas, e a cultura mantem-se presente nos debates políticos. Os documentos da UNESCO demonstram a sensibilidade da organização na leitura do tempo presente, contra a "estagnação e a degeneração da humanidade", na ideia de que "é necessário afastar-se de políticas essencialistas em relação às culturas, civilizações e religiões que alimentam medos, estereótipos e levam a tensões, violência e conflitos, dentro e entre sociedades." (UNESCO, 2011). Todo esse processo corresponde à conjuntura dos debates internacionais, frente a convenções e recomendações que se concretizavam desde o início do século XXI: Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (2003), Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). As políticas culturais são então promovidas para o favorecimento dos direitos culturais, e as normativas internacionais têm sublinhado a importância do uso de meios contemporâneos, como as novas mídias, e enfatizado a importância de políticas transversais associadas aos jovens, ao meio ambiente, ao desenvolvimento de pesquisas, ao ensino, à ética de entendimentos mútuos, ao desenvolvimento sustentável etc.

Os documentos das duas últimas décadas que alimentaram as políticas culturais recentes estão também alinhados com outras referências de décadas anteriores, muitas das quais associadas a reflexões sobre a memória social e sobre os museus: a Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular (1989), os documentos da Mesa de Santiago (1972), a Declaração de Lisboa (1985), a Declaração de Caracas (1992) e, na região ibero-americana, a Declaração de Salvador (2007)[177]. Essa interlocução entre conceitos, documentos e políticas públicas reuniu condições para uma atmosfera política que favoreceu o desenvolvimento de políticas culturais com base nos direitos culturais. No início da década de 1990, por exemplo, após estar à frente da Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo, a filósofa Marilena Chauí publicou um texto que trouxe referências importantes sobre as políticas culturais e a cultura política no Brasil, em sentidos coincidentes e convergentes com as agendas da diversidade cultural da UNESCO das décadas seguintes. A indicação do conceito de

176 Tradução do autor para: *'uncertainty and fear about the future provide a fruitful ground for racism, xenophobia and intolerance, human rights violations and, sometimes, outright conflict. (...) the power of culture – in all its diversity – as a prerequisite for peace, a source for intellectual, emotional and spiritual well-being and as a resource for socio-economic development and environmental sustainability is more important than ever'*. (UNESCO, 2011).

177 Discutimos esse processo de desenho de políticas culturais para os museus na Ibero-América à luz dos documentos referenciais internacionais em artigo publicado na revista Musas (Chagas & Murta, 2016) e em outro artigo publicado na revista *Museum International* (Diaz & Murta, 2017).

cidadania cultural enriqueceu alguns debates que permanecem nas arenas contemporâneas, e essa percepção permitiu a visualização da cultura enquanto direito, frente às possibilidades abertas para as políticas culturais:

> A cidadania cultural teve em seu centro a desmontagem crítica da mitologia e da ideologia: tomar a cultura como um direito foi criar condições para tornar visível a diferença entre carência, privilégio e direito, a dissimulação das formas da violência, a manipulação efetuada pela *mass media* e o paternalismo populista; foi a possibilidade de tornar visível um novo sujeito social e político que se reconheça como sujeito cultural. Mas foi, sobretudo, a tentativa para romper com a passividade perante a cultura – o consumo de bens culturais – e a resignação ao estabelecido, pois essa passividade e essa resignação bloqueiam a busca da democracia, alimentam a visão messiânica-milenarista da política e o poderio das oligarquias brasileiras. (Chauí, 1995)

O acompanhamento do desenvolvimento das políticas culturais nos países relaciona-se estreitamente à percepção do entendimento dado à diversidade cultural e ao exercício dos direitos culturais. Parte desses processos tem sido desenvolvido na última década pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, por meio da relatoria especial de direitos culturais, conforme já abordado em subcapítulo anterior desta tese. Os relatórios servem, por um lado, para o diagnóstico situacional dos temas abordados, ao mesmo tempo em que trazem orientações para os países membros. A primeira visita oficial da relatora especial Farida Shaheed, em 2010, foi a convite do governo brasileiro. A socióloga paquistanesa relatou a situação dos direitos culturais no país após visitar várias regiões e instituições, com um comunicado à imprensa divulgado pelo site das Nações Unidas no Brasil:

> O Brasil colocou em prática medidas importantes para promover e proteger as expressões culturais e o patrimônio de todos, incluindo pessoas marginalizadas, assim como a disseminação de conhecimento de tais expressões e um patrimônio rico e diverso em um processo muito dinâmico (...). As medidas tomadas incluem o reconhecimento constitucional da cultura como um direito. Foram criadas legislações, políticas e planos por meio de processos de consultas que vão das bases ao nível federal. (Shaheed, 2010 apud ONU, 2010)

As políticas públicas para cultura que estavam em curso no Brasil são reveladoras de um processo que se desenvolvia desde a década anterior, quando buscava-se a ampliação do exercício dos direitos culturais através da valorização da diversidade cultural. A efetivação das políticas culturais aproximava-se do paradigma da ‘democracia cultural’ e da ‘cidadania cultural’, como forma de superar processos de outros contextos que se concentravam somente

na 'democratização cultural'[178]. Havia, assim, uma convergência das cartas internacionais com as políticas empreendidas no país, que serviam de inspiração pelos aspectos abordados pelas diversas dimensões da cultura – sociológica, antropológica, econômica, simbólica, cidadã etc. – que se entrelaçavam de maneira a gerar caminhos possíveis para a gestão das políticas culturais no país. O pluralismo estava presente na percepção da diversidade cultural, assim como na multiplicidade de sentidos possíveis para a cultura.

Em 2010, à época da visita de Farida Shaheed ao Brasil, as propostas do Ministério da Cultura do Brasil estavam em plena execução. O Plano Nacional de Cultura, aprovado em dezembro do mesmo ano, utilizou como base a leitura da cultura em três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica[179]. A visualização dessas três dimensões permitiu a compreensão da maneira como se articulavam as dinâmicas culturais nesse processo: o 'simbólico' referia-se à dimensão antropológica da cultura; a dimensão cidadã, aos processos democráticos, descentralizadores e desconcentradores; e a econômica, da cultura como meio de vida, associada ao trabalho dos cidadãos e à profissionalização do setor. A importância da visita da especialista reside na possibilidade de aproximação da cultura como direito humano fundamental, na interpretação da cultura em suas múltiplas dimensões e no incentivo a políticas públicas que conjuguem os direitos culturais com a diversidade cultural.

Figura 3 - Visita da socióloga paquistanesa Farida Shaheed ao Museu do Índio, no Rio de Janeiro, em 2010.Foto: Blog do Museu do Índio, acessado no dia 20 de março de 2020[180].

178 Vide referências citadas nos subcapítulos 1.3, 1.4 e no segundo capítulo desta tese.
179 Documento de referência: Plano Nacional de Cultura – Diretrizes Gerais. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf Acesso em 25 de março de 2020.
180 Foto publicada na notícia veiculada pelo Blog do Museu do Índio: http://museudoindiorj.blogspot.com/2010/11/representante-da-onu-visita-o-museu-do.html. Acesso em 20 de Março de 2020.

Qual seria o objetivo das políticas culturais? Assim como todas as políticas públicas, estaria ligado a melhorias na qualidade de vida da população e à resolução de problemas identificados em suas comunidades. Isso ocorre de maneira organizada, planejada e com previsões orçamentárias e de fontes para o seu financiamento. Independentemente do setor de ação das políticas públicas, o seu sucesso é medido também pela capacidade de antecipar problemas e de prever soluções. No caso das políticas culturais, o mapeamento das ausências e das insuficiências dos direitos culturais permite o direcionamento de políticas públicas frente aos problemas identificados. "Políticas eficazes implicam estratégias que supõem um conhecimento que, por sua vez, requer outras formas de ação, agora no plano da pesquisa, em que o esforço dos poderes públicos é insubstituível". (Botelho, 2001, p.79 - 80). E, ao operar em diversas dimensões, e de maneiras sensíveis às demandas e necessidades das populações, as políticas culturais visam, justamente, a garantia da cidadania cultural.

Nesse aspecto, o desenvolvimento de diagnósticos e mapeamentos culturais é essencial para a consciência do estado da situação, trazendo contribuições para as tomadas de decisão. Inauguradas nos anos 1960 e 1970 na França, tais pesquisas possuem um papel preponderante no setor cultura, de forma a possibilitar o desenho de políticas culturais mais efetivas. Pierre Bourdieu realizou um primeiro estudo sobre os museus, em 1969, em um modelo que se afirmou nas políticas culturais em todo o mundo, mesmo com inúmeras diferenças de contexto que tornavam impossível a adoção de modelos de pesquisa idênticos (Botelho, 2001, p.80). Nas décadas seguintes foram realizadas pesquisas periódicas para a identificação e questionamento da democratização cultural, e nos anos 1980 e 1990 as investigações revelaram que

> as barreiras simbólicas eram o fator preponderante, impedindo que novos segmentos da população tivessem acesso à oferta da cultura "clássica". Paradoxalmente, este é o resultado da política de democratização da cultura: ela transfere para os mais favorecidos os meios financeiros advindos dos impostos que pesam sobre o conjunto da população. No teatro, por exemplo, o rebaixamento de preços, graças às altas subvenções que reduziram as entradas a 1⁄4 do preço real, facilitou o acesso daqueles que, por sua cultura anterior, já tinham "vontade" ou "necessidade" de frequentá-lo." (...) "não é a redução de preços ou mesmo a gratuidade completa que alterará as desigualdades culturais. Ao contrário, a política de subvenção as reforça, uma vez que favorece a parte do público que já detém a informação cultural, as motivações e os meios de se cultivar. (Botelho, 2001, p.81)

As propostas para o setor cultural, desde o fim dos anos 1960, passaram a evidenciar os aspectos vivos das culturas, percebido na imaterialidade e no fluxo das dinâmicas sociais e culturais que se afirmavam a cada década. A inserção de movimentos contestatórios, a evidência da contracultura e o crescimento de processos participativos alimentaram a

reinvenção das políticas culturais, que foram incorporadas às agendas da UNESCO, na confluência de suas deliberações e no desenho de suas diretrizes, algo que se afirmou de maneira categórica com a convenção da diversidade, em 2005.

Desde 2011, os países signatários da convenção estão comprometidos a elaborar relatórios quatrienais referentes à implementação da convenção. A partir desses informes, a UNESCO publicou, até o momento, dois relatórios com o ponto de situação global (*Re-Shaping Cultural Policies,* em 2015 e 2018). Esses dois relatórios, instrumentos de monitoramento e avaliação da convenção, seguem quatro grandes objetivos estabelecidos pela UNESCO em 2011: (Objetivo 1) – apoio a sistemas de governança sustentáveis para a cultura; (Objetivo 2) – alcance de um fluxo balanceado de bens e serviços culturais e crescimento da mobilidade de artistas e profissionais da cultura; (Objetivo 3) – integração da cultura aos quadros de desenvolvimento sustentável; (Objetivo 4) – promoção de direitos humanos e liberdades fundamentais. (UNESCO, 2015; 2017). Um dos principais aspectos desse processo foi a incorporação dos ODS nos objetivos das políticas culturais. Ainda que a cultura não tenha sido distinguida isoladamente como um dos objetivos de desenvolvimento sustentável, as políticas culturais fomentadas e promovidas pela UNESCO têm buscado essa vinculação direta entre a cultura e o desenvolvimento sustentável.

A convenção de 2005 efetivou, por meio da proteção e promoção da diversidade cultural, a relação que se desenhara nas décadas anteriores entre a cultura e o desenvolvimento. Após a publicação da Declaração Universal da Diversidade Cultural, em 2001, a UNESCO declarou o dia 21 de maio como o Dia Mundial para a Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento[181], em dezembro de 2002, enfatizando esses dois aspectos da instituição: o diálogo intercultural e o desenvolvimento sustentável[182]. Essa resolução também enfatizara "a necessidade de realçar o potencial da cultura como meio para alcançar a prosperidade, o desenvolvimento sustentável e a coexistência pacífica global."[183] (UNESCO, 2003). Em 2015, uma década depois da aprovação da Convenção de 2005, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou unanimemente uma resolução sobre a cultura e o desenvolvimento sustentável[184]. O documento afirmou a contribuição da cultura para as três dimensões do desenvolvimento sustentável, e reconheceu o papel da diversidade cultural e natural para o

181 Por meio da resolução 57/249: *Resolution adopted by the General Assembly [on the report of the Second Committee (A/57/531/Add.3)] - 57/249. Culture and development* (UNESCO, 2003).
182 Pautada na Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +10 (ONU, 2002).
183 Tradução do autor de parte da resolução que diz: *'Emphasizing the need to enhance the potential of culture as a means of achieving prosperity, sustainable development and global peaceful coexistence.'* (UNESCO, 2003)
184 Second Committee of the UN General Assembly - resolution on Culture and Sustainable Development A/C.2/70/L.59, (UNGA, 2015).

desenvolvimento global interdependente e sustentável. Trata-se de um documento que resume as articulações internacionais associadas à diversidade cultural e ao desenvolvimento, como confluência de um movimento que ocorria desde as décadas anteriores e convergia conceitos e pretextos para o desenho de políticas públicas para a cultura.

Um dos pontos talvez mais interessantes do desenvolvimento das políticas culturais diz respeito não às ações e intervenções diretas, com a aplicação de fundos e estruturação objetiva do setor. A geração de "atmosferas" para o desenvolvimento de projetos e processos criativos possui um poder efetivo sobre o setor cultural, seja num movimento de incentivo ou, ao contrário, por meio de bloqueios dados os contextos favoráveis ou desfavoráveis. As políticas culturais não somente fomentam diretamente os projetos, mas também promovem a validação e a legitimação de discursos que ganham um poder de difusão e pulverização, ou, por outro lado, por meio de "autocensuras". Quando o Estado define linhas que legitimam determinadas ações, abre-se a possibilidade de uma reação em cadeia, dentro das instituições, e fora delas. Da mesma forma, os oportunismos aparecem, pela própria propensão social a aceitar ou não tais processos. Essa dinâmica ocorre de maneira orgânica, sendo muitas vezes de difícil monitoramento: os processos criativos reacionários ou revolucionários nascem de maneira concomitante nas instituições e em determinados grupos sociais.

As políticas públicas facilitam os processos dentro de linhas ideológicas estabelecidas. Se o que se busca é a promoção do exercício dos direitos culturais, obviamente as políticas culturais devem basear-se nos princípios associados a esse campo semântico: memória, patrimônio cultural, direitos culturais, direitos humanos, diversidade cultural, multiculturalismo, desenvolvimento social, igualdade de gênero, justiça social etc. Esses paradigmas foram estabelecidos durante décadas de discussões e eventos, com o desenho de linhas mestras que buscam a afirmação da humanidade e do humanismo, das comunidades em convivência pacífica com base nos ideais da liberdade, da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e do humanismo. Um Estado e uma sociedade que atuem na contramão desses paradigmas favorecerão a reedição de eventos catastróficos do passado, de maneira, talvez, mais acelerada e difusa, considerando a potência dos meios contemporâneos. O humanismo está manifesto no horizonte da utopia, sempre incompleto, e a sua negação, muitas vezes por frustração, favorece grupos específicos na construção das distopias. Mesmo com suas diversas e muitas vezes repetidas falhas, a persistência humanista ainda deve ser a bússola da humanidade, por meio do compartilhamento de problemas globais e consciência das

desigualdades que se desenharam no passado e que persistem no presente. Somente por meio do processo de conscientização há motivação para a ação no tempo presente.

De que forma a sociomuseologia poderia associar-se ao desenvolvimento das políticas culturais? O próximo capítulo traz reflexões a esse respeito, por meio da localização conceitual e política da sociomuseologia (Moutinho, 2016) e das possibilidades de sua utilização para o desenvolvimento de políticas públicas, neste caso, de políticas culturais. De que forma isso poderia ser feito? Que atores estariam envolvidos? Que resultados seriam desejados? Que precedentes ou referências haveria para o desenrolar desse processo? A gênese da sociomuseologia parte da identificação de problemas do cotidiano, com uma forte dimensão local, para a intervenção do museu, voltado ao desenvolvimento social das comunidades. O comprometimento social da museologia afirmou-se inicialmente no mesmo contexto de discussão sobre políticas culturais mais democráticas, nos anos 1960 e 1970. E a consolidação da sociomuseologia nas décadas seguintes acompanhou justamente alguns processos similares no cerne dos organismos internacionais e da academia, por meio da afirmação da diversidade cultural, dos direitos culturais, e dos aspectos imateriais da cultura. O *zeitgeist* é o mesmo para a discussão e geração desses conceitos, conforme será abordado nas próximas seções.

Capítulo II
Sociomuseologia e Democracia Cultural

2.1 Instâncias internacionais e disputas conceituais

A formação e o desenvolvimento das instituições envolvem aspectos inter-relacionados que são identificados em cada contexto e de acordo com os jogos e pressões exercidos pelos atores sociais e políticos. Nos subcapítulos anteriores, foi possível perceber certas particularidades ideológicas presentes nas instituições que, frente aos debates e deliberações, tendem a culminar na prevalência de determinados alinhamentos programáticos – ora liberais, ora intervencionistas, ora voltados à facilitação comercial, ora vinculados aos direitos humanos, ora comunais, ora individualistas, dentre outros. Foram identificados alguns dos aspectos ideológicos associados à criação e aos rumos da UNESCO, principalmente frente às diferentes percepções sobre a diversidade cultural e sobre as suas implicações no âmbito internacional e na utilização dos conceitos pelos Estados Nacionais (Stenou, 2004). As perspectivas ideológicas foram também debatidas nas disputas pela cultura nas querelas entre a UNESCO, o GATT, o acordo TRIPs, a OMC e a OMPI (Miller e Yúdice, 2015), nos sentidos da compreensão da cultura como direito ou como produto comercial. Ainda que esses pontos tenham sido evidenciados principalmente na esfera das relações entre as organizações nacionais e internacionais, eles são percebidos em vários níveis e escalas, desde as interpretações levianas e cotidianas em mesas de cafés, até as análises de artigos de jornal, as densas reflexões acadêmicas e algumas produções literárias e artísticas. Esses debates permeiam os processos políticos e institucionais, e alcançam associações comunitárias e de bairros, empresas, poderes locais, assim como as nações, os organismos internacionais e os grupos multinacionais.

As definições sobre as linhas de ação das instituições – e, nesse caso específico, sobre as organizações internacionais – seguem os interesses de diversos grupos, em disputas que envolvem jogos de *lobby* e *advocacy*[185], debates entre nações, grupos étnicos e pressões de corporações em processos deliberativos[186] nos quais permanecem determinados interesses. Embora distintas, essas pressões podem operar em consonância, por exemplo, através do escamoteamento de interesses privados junto a forças ideológicas pela consecução de determinados processos políticos. De qualquer maneira, as ideologias não caminham sozinhas, e uma das suas várias maneiras de inserção nas instituições é através do que Michel Foucault (1996) chama de "disciplina", que o autor destaca como um dos "procedimentos de limitação

185 O *lobby* diz respeito à influência direta ou indireta de determinados grupos com interesses nas tomadas de decisão, e o *advocacy* apresenta-se de maneira mais ampla, com um forte elemento de engajamento social e nos meios de comunicação em torno de uma causa, além de relacionar-se, muitas vezes, às influências ideológicas exercidas por ONGs internacionais. Sobre *lobby*, *advocacy* e relações governamentais, vide Organicom (2011).
186 Sobre processos deliberativos, vide Habermas (1992; 1996; 1997).

de discursos"[187]: "a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras" (Foucault, 1996, p.36). A inserção dos campos disciplinares nas instituições abre possibilidades de abordagem em arenas que espelham as tentativas de primazia dos conceitos e dos seus paradigmas para as suas aplicações em linhas programáticas. Nesse sentido, os delineamentos ideológicos são advogados através dos campos disciplinares, variantes consoante fixações e pressões paradigmáticas que exercem grande influência nas ações empreendidas. Esse caráter disciplinar é observado na institucionalização da cultura, do patrimônio e da museologia nas organizações internacionais, e refere-se aqui às redes de influências dos campos do saber que, a partir de suas bases acadêmicas, orbitam as instituições e exercem pressões para a legitimação dos discursos.

Ao formar-se enquanto instituição global encarregada de resgatar das cinzas da segunda guerra mundial uma utopia pacifista, a UNESCO trouxe elementos de interesse e necessidade gerais – a educação, a ciência e a cultura – para o cerne das preocupações internacionais. A "ordem dos discursos" evidenciou-se na legitimação das falas e influências acadêmicas presentes desde o início da organização, com protagonismos disciplinares diferentes em cada período de sua atuação: a arqueologia, a arquitetura, a conservação, a antropologia e a história, por exemplo. As posições daqueles que detinham os meios de pressão deliberativa predominaram com base nos campos do conhecimento legitimados academicamente em rituais próprios, ao mesmo tempo em que, já nos primeiros anos, as definições de algumas delegações nacionais refletiram-se diretamente nas disposições orçamentárias de cada país[188]. Esses dois processos impuseram limites a nações com menor poder político e a povos subjugados pelos grandes impérios, com o silenciamento de vozes diversas e dissonantes. Os saberes externos às realidades acadêmicas ocidentais, ademais, mantiveram-se por muito tempo alheios às prioridades institucionais da UNESCO, algo problemático para uma instituição dedicada ao conhecimento e à paz.

Em cada momento histórico, os campos disciplinares carregaram paradigmas e linhas ideológicas que foram determinantes para os rumos da UNESCO. A arqueologia prevaleceu nos seus primeiros anos de fundação, facilitada pela posição do seu primeiro diretor, o arqueólogo britânico Julian Huxley. Os processos de continuidade são também evidentes no

187 Foucault destaca a três "procedimentos de limitação dos discursos": a disciplina, o autor e o comentário (Foucault, 1996, p. 63).

188 Meskell (2018) cita o exemplo do cancelamento de expressivos aportes financeiros dos EUA nos primeiros anos do pós-guerra (cerca de US$ 1.000.000,00) após terem as suas sugestões para a direção e para outras posições estratégicas da UNESCO preteridas pela indicação do britânico Julian Huxley e de outros profissionais de outros países. (Meskell, 2018, p. 2)

papel assumido pela UNESCO como herdeira da CICI e do IICI, porém agora com a possibilidade de sanar seus falhanços através da utopia pacifista que fora instalada. As gestões para convenções e documentos internacionais sancionados pela UNESCO revelam essas conexões, como, por exemplo, no fluxo de ideias entre a Conferência do Cairo, realizada em 1937 pela Liga das Nações e pelo CICI, sob a coordenação do Escritório de Museus (IMO) – antecessor da Divisão de Museus da UNESCO e do ICOM – e o financiamento do governo do Egito (Meskell, 2018, p. 6-7). Nas décadas posteriores, observou-se um processo de valorização da monumentalidade do patrimônio, com a influência das áreas da conservação e da arquitetura, algo percebido nas convenções, recomendações e outras orientações lançadas pela organização. Tais aspectos foram notados, da mesma forma, como continuidade – a exemplo da Carta de Atenas (1931), também sob a coordenação do IMO, e que valorizou expressamente a necessária articulação entre arqueólogos e arquitetos[189].

Em seus mais de setenta anos de existência, a UNESCO publicou documentos associados a diversos setores e com várias inspirações ideológicas. Ademais, o que se notou a partir da década de 1970, conforme já discutido nos capítulos anteriores desta tese, foi uma crescente inserção dos direitos culturais nas suas pautas institucionais, o que trouxe abordagens atreladas à imaterialidade dos processos culturais – em uma clara inserção do pensamento antropológico e de abordagens orientais e do Sul Global. Isso esteve patente, por exemplo, na Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989), na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (2003) e na Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005). As normativas da UNESCO assumiram, cada vez mais, um caráter transdisciplinar que caracteriza hoje as linhas programáticas da organização.

As relações entre os vários campos e disciplinas não foram inovações das décadas posteriores à fundação da UNESCO. A Carta de Atenas (1931), por exemplo, já havia recomendado "a colaboração, em cada país, dos conservadores de monumentos e dos arquitetos com os representantes das ciências físicas, químicas e naturais, para conseguir alcançar métodos aplicáveis aos diferentes casos" (Carta de Atenas, 1931). As novidades verificaram-se em no mínimo dois aspectos: por um lado, nas possibilidades múltiplas e articuladas de compreensão dos eventos humanos a partir de cada campo de forma transversal (e não na tomada como áreas isoladas e independentes); e também na presença expressiva das ciências humanas nas ações da UNESCO, principalmente da antropologia e de novas perspectivas historiográficas, que

189 Vide capítulos V e VI do documento sancionado. (Carta de Atenas, 1931).

flexibilizaram e relativizaram alguns discursos das chamadas "ciências duras" – e uma das principais constatações foi a de que o patrimônio cultural estava para além da pedra e do cal[190]. Essa amálgama de fontes de conhecimento ajudou a compor o caráter transdisciplinar que passou a dominar a UNESCO desde a década de 1970 até o início do século XXI (Meskell, 2018, p.23; Droit, 2005), e que permanece hoje vigente nas políticas adotadas em seus principais departamentos, dedicados à educação, à cultura, à ciência e à comunicação. A título de exemplo do clima epistemológico que se instalara, em 1986, a UNESCO organizou o Simpósio "Ciência e as Fronteiras do Conhecimento: o Prólogo do nosso Passado Cultural", que em seu documento final, a Declaração de Veneza, reafirmou a complementaridade entre os conhecimentos tradicionais e os científicos: "nós reconhecemos a necessidade urgente de pesquisas verdadeiramente transdisciplinares através do intercâmbio dinâmico entre as ciências naturais, as ciências sociais, a arte e a tradição." (Declaração de Veneza, 1986)[191].

As referências aos campos disciplinares e às áreas de conhecimento permitem leituras sobre a história da UNESCO que facilitam a compreensão sobre a maneira como são desenhadas as suas linhas de ação. Esses entremeios sofrem influências diretas de grupos interessados, que canalizam os seus interesses ideológicos nas discussões empreendidas para a tomada de decisões. O aspecto continuísta da UNESCO como instituição sucessora do CICI e do IICI é evidente nos seus primeiros anos. Isso ocorreu não na manutenção exata de suas linhas programáticas, mas na sustentação de configurações imperialistas na condução de suas ações nos jogos de voto e poder – lembrando que os principais regimes colonialistas se mantiveram ainda por algumas décadas após o fim da II Guerra Mundial. Por outro lado, observa-se uma espécie de aprendizagem institucional nas décadas seguintes, pelo caráter gregário e aglutinante da organização ao assumir a pauta dos direitos culturais dos povos, posicionar-se contra certas práticas imperialistas e trazer novos atores recém independentes para o palco das negociações internacionais nas áreas do conhecimento, da cultura, da educação e da ciência. Todo esse processo, entretanto, deve ser tratado sem ingenuidades, uma vez que as pressões são uma constante na instituição, seja através de grupos nacionais com forte poder orçamentário ou nas influências de conglomerados econômicos para a assunção de pautas ideológicas, algo que é

190 "Pedra e cal" é uma expressão utilizada de forma corriqueira para referir-se ao patrimônio material, arquitetónico e monumental.

191 Tradução do autor para excerto do 3º ponto da Declaração de Veneza (1986): *'While not wishing to attempt a global approach, nor to establish a closed system of thought, nor to invent a new Utopia, we recognize the pressing need for truly transdisciplinary research through a dynamic exchange between the natural sciences, the social sciences, art and tradition. It could be said that this transdisciplinary mode is inherent in our brain through the dynamic interaction of its two hemispheres. Joint investigation of nature and of the imagination, of the universe and of man, might thus bring us closer to reality and enable us better to meet the various challenges of our time'*. (Venice Declaration, 1986).

evidente nas demandas liberais pelo reconhecimento da cultura como produto rentável (por exemplo, a partir das alusões às indústrias culturais e à economia criativa).

A museologia institucionalizou-se de maneira associada à UNESCO desde a sua fundação. O Centro de Documentação do IMO foi absorvido pela recém-criada Divisão de Museus da organização, que herdou parte das suas funções (Daifuku, 1998). Em 1946, o norte-americano Chauncey Jerome Hamlin, diretor do Museu de Ciências de Buffalo e influente membro da Associação Americana de Museus, enviou uma proposta a delegações de diversos países para a criação de uma associação que viria a constituir o Conselho Internacional de Museus (ICOM). A instituição seguiu o mesmo espírito da UNESCO, voltado para a "cooperação e amizade entre os povos do mundo, ajudando assim a construir a estrutura de paz permanente"[192] (Hamlin, 1948, apud Baghli, Boylan e Herreman, 1998, p.92). De maneira geral, a UNESCO passou a coordenar os programas[193] voltados ao setor museal, enquanto o ICOM firmava-se como associação de profissionais e pesquisadores da museologia, e ambos passaram a operar em buscas por consonância – ainda que sejam verificados alguns momentos de certa tensão em suas histórias institucionais. Um dos principais acontecimentos associados a esses novos arranjos institucionais foi o lançamento de revista *Museum International*[194], que substituiu então a sua antecessora *Mouseion*, do IMO, como importante publicação internacional na área de museus[195]. Na apresentação da revista, o Diretor Geral da UNESCO, Julian Huxley, comentou:

> a UNESCO tem o prazer de lançar a *Museum* para o benefício dos museus do mundo, a quem a UNESCO apela diretamente para a cooperação em seu programa e ajuda em seu trabalho de estabelecer o entendimento intercultural e internacional básico para a paz no mundo.[196] (Huxley, 1948 apud Frin, 1998, p.5)

192 Tradução do autor para: *'co-operation and friendship amongst the peoples of the world, thus helping to build the structure of permanent peace'*. (Hamlin, 1948, apud Baghli, Boylan e Herreman, 1998, p.92).

193 Os programas da área de museus estiveram vinculados a diversos departamentos no organograma da UNESCO: *Museums Section/Division (1947-1948); Department of Cultural Activities – CUA (1948-1965); Division of Museums and Historical Monuments (1950-1951); Preservation of Cultural Heritage of Mankind (1952-1954); Division of Monuments and Museums (1956-1964); Division of Monuments, Sites and Museums (1965-1966.); Monuments and Museums Section (1967-1970); Department of Cultural Heritage – CLP (1972); Standards, Research and Museums Section (1972-1974); Division of Museums (1972); Division of Cultural Heritage (1976-1989); Division of Physical Heritage (1991); Division of Cultural Heritage (1997-2006); Section of Museums and Cultural Objects (2007-2010); e Museums Section* (último registro, em 2011). Informações do website: https://atom.archives.unesco.org/section-of-museums-and-cultural-objects (Acesso no dia 20 de janeiro de 2021).

194 Lista de publicações desde 1948 disponível em: https://www.tandfonline.com/loi/rmil20 (Acesso no dia 19 de janeiro de 2021).

195 O IMO mantinha duas publicações: *Museographie*, dedicada a trabalhos monográficos; e *Mouseion*, publicação periódica dedicada aos museus, focada principalmente no universo europeu. (Daifuku, 1998).

196 Tradução do autor para o original: *'UNESCO takes pleasure in launching Museum for the benefit of the museums of the world, on whom UNESCO calls directly for cooperation in its programme and for aid in its work of establishing the intercultural and international understanding basic to the peace of the world'*. (Huxley, 1948 apud Frin, 1998, p.5).

Nas décadas seguintes, o que se observou foi uma expansão do ICOM, de um clube extremamente exclusivo de museus e dos seus pensadores para uma associação de profissionais que chegaria a alcançar, na segunda década dos anos 2000, mais de 35.000 membros, 119 comitês nacionais, 32 comitês internacionais e 6 alianças regionais[197]. Em 1986, na sua 15ª Assembleia Geral em Buenos Aires, Argentina, o ICOM lançou o "Código de ética profissional", revisado em 2001 e 2004, e que passou a ser a principal referência internacional para os museólogos e profissionais da área. O documento aborda o que chama de "uma norma mínima para os museus" e que inclui pontos como políticas de aquisição, recursos humanos, financeiros e materiais, proteção de acervos, alienação de coleções, exposições e identificação, restituição, devolução e tráfico ilícito de bens culturais, além da boa conduta profissional e questões relativas a conflitos de interesse (ICOM, 2004)[198].

Dentre as principais ações da UNESCO enquanto organismo voltado para a cooperação cultural, figuram os seus seminários internacionais e regionais. As áreas de museus e patrimônio receberam especial atenção da instituição a partir da década de 1950, quando foram organizados diversos seminários que discutiram a atuação dos museus ante temáticas específicas: na década de 1950, os seminários de Nova Iorque (1952), Atenas (1954) e Rio de Janeiro (1958) dedicaram as suas discussões, essencialmente, à função educativa dos museus; na década seguinte, com os seminários de Tóquio (1960), México (1962), Jos e Lagos (1964), Nova Délhi (1966) e Santiago do Chile (1972), as discussões cada vez mais enveredaram-se para a compreensão dos museus como centros comunitários e o seu papel na promoção do desenvolvimento local[199] (Primo, 2007). Ao serem observadas as temáticas tratadas, o caráter aglutinante dos seminários foi também ressaltado na continuidade e na atualização de certos debates, a exemplo das relações entre o papel educativo e as ações culturais, e do tratamento dado à educação para o desenvolvimento. A realização dos seminários resultou em diversos benefícios que ultrapassavam os aspectos formais patentes nos fóruns diplomáticos. A sua

197 Informações disponíveis no website do ICOM: https://icom.museum/en/ (Acesso no dia 19 de janeiro de 2021).
198 Para informações sobre o código de ética, vide: https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/code-of-ethics/ (Acesso no dia 19 de janeiro de 2021).
199 Além dos seminários citados, há diversos outros eventos no universo de cooperação entre a UNESCO e o ICOM que poderiam ser referenciados, dada a sua relevância para o debate em torno da função social e educativa dos museus: em 1951, foi realizado um encontro do *ICOM Commission on Racial Questions*, vinculado ao *International Committee on Museums of Ethnography and Folklore;* no mesmo ano foi também as realizada a *Crusade for museums*, campanha que marcou o início dos debates públicos sobre o papel educativo dos museus; em 1954 foi realizado pelo *Schaffhouse Museum*, na Suíça, o evento *Local museums and Cultural Development Outside Large Centres*; em 1957 a Dinamarca e a Suécia organizaram o *ICOM meeting on open-air museums*; em 1969 foi realizado em Paris o evento *The role of museum in the world of today*; em 1971, a IX Conferência Geral do ICOM foi realizada em Paris e Grenoble com o tema *Museums in the service of man, today and tomorrow – the educational and cultural role of museums*. (*Museum International*, 1980).

ênfase técnica e setorial apresentou o estado da arte sobre as compreensões internacionais e regionais relacionadas a determinados conceitos, e os debates motivaram a atualização e a difusão dos conhecimentos tratados. Ademais, os documentos gerados pelos eventos serviam não somente como fontes para a compreensão dos conhecimentos tratados em seus contextos históricos e geográficos, mas também como referências basilares para a adoção de instrumentos normativos, dada a extensa documentação gerada com deliberações e recomendações setoriais e regionais. A observação dos documentos dos encontros revela retratos de suas épocas, mas também a maneira como traçavam possibilidades e rumos a partir de demandas sociais e culturais de cada período histórico.

As agitadas décadas de 1960 e 1970 trouxeram mudanças também ao setor de museus, tidos à época como uma das representações mais inequívocas da ordem cultural vigente – hierárquicos, elitistas e cúmplices de estruturas imperialistas. Se nos países europeus a distância das diversas realidades sociais que os caracterizava trouxe inúmeros questionamento sobre os seus sentidos de existência, nas colônias, assim como nos países mais pobres, os museus eram vistos como uma das expressões do colonialismo, dadas as coleções de bens culturais saqueados ou expropriados. Além disso, ao serem vistos como espaços de culto limitados a pequenas castas sociais, em recortes classistas evidentes, os museus alimentavam os desejos por transformação protagonizados pelos movimentos da Contracultura. Nessas duas décadas, estudantes e movimentos sociais manifestaram-se contra o *status quo* dos museus, ora pela supressão das instituições, ora com propostas alternativas, a exemplo da transferência de obras de referência para o espaço público – caso da "*La Jaconde au métro*" (Duarte, 2013). Nos EUA foram empreendidas ações, muitas delas associadas às lutas pelos direitos civis, e que culminaram na criação de museus locais, os chamados *neighborhood museums,* voltados a questões e demandas das populações dos bairros, em referências difundidas como o Museu de Anacostia (Washington) e o *Museo del Barrio,* no *East Harlem* (Nova Iorque). No contexto africano, experiências como a do Museu de Niamey e da Medina de Túnis traziam reflexões sobre as relações entre os museus, o meio ambiente, os problemas comunitários e o desenvolvimento local (Varine, 1979; 2013). No México, o projeto da *Casa del Museo* colocava em prática aspectos discutidos nos fóruns internacionais sobre a aproximação entre os museus e as comunidades, como um claro desdobramento da Mesa de Santiago do Chile, de 1972. (Garcia, 1975). Diversos são os exemplos desse período que demonstraram os processos de transformação social que ocorriam nas relações dos museus com a sociedade, como na demarcação das noções de *museu-templo* e de *museu-fórum* (Cameron, 1971). Evidenciou-se,

então, uma noção geral de que os museus deveriam reorientar as suas ações para as dinâmicas sociais locais. A instituição *museu* deveria afirmar-se enquanto "centro de expressão da dinâmica social dos grupos que trabalhavam a partir da memória e das referências do passado para a construção da sua identidade" (Primo, 2014, p.6).

A articulação de vários movimentos sociais colocou os direitos culturais no cerne do debate museológico. Ainda que, na maioria das ocasiões, não os classificasse dessa forma, a museologia convergiu com as principais pautas advogadas pelos movimentos sociais com o advento dos direitos culturais ao trazer para o mesmo escopo questões como as lutas pelos direitos civis, os processos de descolonização, a emergência de identidades locais e a própria compreensão dos processos de desenvolvimento, tópicos que seriam expressos nos pactos de 1966[200]. Em 1968, a Assembleia Geral do ICOM discutiu temas como os museus e o desenvolvimento[201], e em 1971, em um processo de reforma da instituição, a "noção de desenvolvimento foi introduzida explicitamente nos estatutos da organização e se fizeram esforços para encorajar novas formas de museologia: museus locais, ecomuseus, centros de interpretação, museus escolares." (Varine, 2013, p.30). Os seminários da UNESCO e do ICOM responderam ativamente ao contexto, com as suas leituras sobre os conceitos de museus, algo patente nas cartas e declarações oriundas de cada encontro realizado.

Hugues de Varine protagonizou alguns desses principais eventos, como em suas participações na 10ª Conferência Geral do ICOM, em Grenoble, Dijon e Paris, sob o título "O museu ao serviço do homem hoje e amanhã"[202], e na "Mesa Redonda de Santiago do Chile", em 1972. A Mesa de Santiago passou a ser considerada um ponto de viragem no pensamento museológico, uma vez que lançou as bases para as concepções de *Museu Integral* e de *Museu Integrado.*[203] (Valentino e Brulon Soares, 2019; Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972). A relevância do trabalho de Varine relacionou-se não somente a aspectos teóricos, acadêmicos e conceituais, mas a uma vasta experiência em projetos voltados ao desenvolvimento local e sustentável. Isso ficou evidente no desenvolvimento dos ecomuseus, conceito cunhado por Varine em reunião com George Henri Rivière e Serge Antoine[204] em 1971, e anunciado pela

200 PIDESC e PIDCP, pactos complementares à DUDH. Vide capítulo I desta tese.
201 *"Museums and Development"* foi o título da primeira das resoluções da Assembleia Geral, que refletiu sobre as funções a serem desempenhadas pelos museus para servir aos indivíduos e às comunidades. (ICOM, 1968).
202 Tradução do autor para o tema escolhido para o evento: *'The Museum in the Service of Man, Today and Tomorrow'*. (ICOM, 1971).
203 Conceitos posteriormente atualizados na Declaração de Caracas (1992).
204 Serge Antoine é um ambientalista francês que serviu como conselheiro do Ministro do Meio Ambiente Robert Poujade em 1971.

primeira vez por Robert Poujade[205] durante a 9ª Conferência Geral do ICOM em Dijon (Brulon Soares, 2015; Cândido, 2003; Poulot, 2008; UNESCO, 1985). Os ecomuseus firmaram-se como uma das principais referências das mudanças paradigmáticas na área cultural ocorridas no calor dos anos 1960 e 1970, com a utilização do prefixo *eco* em referência aos aspectos naturais, sociais, ecológicos e etnológicos dos museus (Hubert, 1985). De acordo com Hugues de Varine, em texto publicado três décadas depois,

> não significa economia nem ecologia no senso comum, mas, essencialmente, ecologia humana ou social: a comunidade, a sociedade e mesmo a humanidade em geral estão no centro de sua existência, de sua atividade e de seu processo. Essa era a expectativa dos inventores do conceito de ecomuseu no início dos anos 1970[206]. (Varine, 2006, p.226).

Em 1980, George Henri Rivière descreveu a sua interpretação sobre o conceito de ecomuseu, ao atualizar outros textos de sua autoria de 1973 e 1976 e publicá-lo em 1985, na revista *Museum*, sob o título "Definição evolutiva do ecomuseu"[207] (Rivière, 1985, p. 182-184). As suas reflexões tomaram como base as experiências dos parques naturais regionais franceses, dos museus abertos da Escandinávia[208] (*Scandinavian open-air museums*) e do projeto de *Le Creusot Montceau-les-Mines*[209], coordenado por Hugues de Varine. Rivière definiu os ecomuseus como laboratórios, centros de conservação e escolas, voltados para a conscientização sobre a "diversidade ilimitada". Nas palavras do próprio autor, o ecomuseu

> é um espelho em que a população local se vê para descobrir a sua própria imagem, onde procura uma explicação do território a que está ligada e das populações que o precederam, vistas quer circunscritas no tempo, quer em termos de continuidade de gerações. É um espelho que a população local ergue perante os seus visitantes para que seja mais bem compreendida e para que a sua indústria, costumes e identidade imponham respeito[210]. (Rivière, 1985).

205 Robert Poujade foi Ministro do Meio Ambiente na França, em 1971, e prefeito de Dijon.

206 Tradução do autor para: *'The "eco" prefix means neither economy, nor ecology in the common sense, but essentially human or social ecology: the community, society, and even mankind in general, are at the core of its existence, its activity, and its process. This was the expectation of the inventors of the ecomuseum concept in the early 1970s'.* (Varine, 2006, p.226).

207 *'Définition évolutive de l'écomusée'*. (Rivière, 1985, p. 182-184).

208 Alguns autores relatam que os casos escandinavos das "casas de parque", criadas a partir de parques naturais desde 1967, são algumas das principais referências para os *ecomuseus*. (Duarte, 2013).

209 Em entrevista publicada em 2015, Hugues de Varine menciona o histórico mais recente do ecomuseu *Le Creusot Montceau-les-Mines*, além de trazer reflexões sobre o desenvolvimento do conceito de ecomuseu com o passar dos anos. Para mais informações, vide Carvalho, 2015.

210 Tradução do autor para: *'It is a mirror in which the local population views itself to discover its own image, in which it seeks an explanation of the territory to which it is attached and of the populations that have preceded it, seen either as circumscribed in time or in terms of the continuity of generations. It is a mirror that the local population holds up to its visitors so that it may be better understood and so that its industry, customs and identity may command respect'. (Rivière, 1985).*

A busca por definições específicas e fechadas sobre os ecomuseus talvez importe menos que a percepção sobre como os museus e os museólogos reagiram ao contexto das décadas de 1960 e 1970. A diversidade de experiências observadas em todo o mundo revelou uma atuação intensa dos museus e dos seus profissionais frente às mudanças em curso, algo que esteve fortemente presente no âmbito institucional, campo de disputas entre diferentes correntes de pensamento. Esse clima de transformações sociais foi sintetizado na diferenciação entre os museus tradicionais e os museus comunitários observada por Hugues de Varine em intervenções que explicitaram a tríade da *coleção* ao *patrimônio*, do *público* à *comunidade*, e do *edifício* ao *território.* Após mais de trinta anos de experiências e observações sobre a nova museologia e os ecomuseus, já nos anos 2000, Hugues de Varine viria a sintetizar:

> Sua matéria primordial é o patrimônio global de uma comunidade ou de um território, fora de toda noção restritiva de coleção constituída, apropriada, inalienável; seu quadro é territorial, não estando limitado a um ou a vários edifícios especializados; sua criação toma a forma de um processo longo e lento, multiforme, que acompanha o desenvolvimento, no mesmo ritmo que este; a participação dos membros da comunidade ou das comunidades é permanente, instrumental e operacional, o que significa que são os atores locais que decidem o que é bom para eles e que participam na realização de acordo com modalidades variadas; ele é uma fonte de educação popular, de transmissão cultural, de abertura para o mundo e para as outras culturas; a pesquisa e a conservação são um meio de ação, e não um fim em si mesmo, ou obrigações e funções. (Varine, 2013, p.183).

O museólogo André Desvallées, secretário do ICOFOM entre 1980 e 1983, teve uma presença marcante nesse processo de renovação que se iniciara nos anos 1960. Em atuação conjunta com Hugues de Varine e Henri Rivière, Desvallées já havia articulado a disponibilização de fundos para o apoio a novas experiências museológicas na França, a exemplo do *Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines.* Em 1981, ao refletir sobre tais experiências, Desvallées referiu-se à "nova museologia" em um artigo para a *Encyclopedia Universalis* (Mairesse e Brulon Soares, 2019; Desvallées, 1981)[211]. Entretanto, o reconhecimento desses processos como uma "nova museologia" e a sua inserção nas instituições e nas políticas culturais enfrentaram grandes resistências – as diferenças conceituais e de posicionamento político evidenciaram-se no desenrolar de intensos debates no campo da museologia.

211 Desvallées publicou posteriormente, em colaboração com Marie-Odile de Bary e Françoise Wasserman, a obra *'Vagues: Une anthologie de la nouvelle muséologie'* (Desvallées, 1992).

Em 1983, em um simpósio do ICOFOM realizado em Londres, o canadense Pierre Mayrand propôs a criação de um grupo de estudos sobre a "museologia comunitária", reconhecendo que essas diversas experiências mereceriam uma atenção especial desse comitê do ICOM (Mairesse e Brulon Soares, 2019). A desconsideração dessa proposta não foi aceita em silêncio por um grupo de museólogos:

> Desiludidos com a atitude segregadora do ICOM e em particular do ICOFOM, claramente manifestada na reunião de Londres de 1983, rejeitando liminarmente a própria existência de práticas museológicas não conformes ao quadro estrito da Museologia instituída, um grupo de museólogos propôs-se a reunir, de forma autônoma, representantes de práticas museológicas então em curso, para avaliar, conceitualizar e dar forma a uma organização alternativa para uma Museologia que se apresentava igualmente como uma Museologia alternativa. (Moutinho, 1995, p.52).

Esse grupo realizou, no mesmo ano, o I Ateliê Ecomuseus/Nova Museologia, no Ecomuseu *Haute Beauce*, no Québec. Em 1984, a Declaração de Québec foi preparada, onde concretizou-se a decisão pela criação de um movimento alternativo, que foi formalizado em Lisboa, em 1985, no II Ateliê Ecomuseus/Nova Museologia. A Declaração de Québec referenciou diretamente a Mesa de Santiago (1972) e destacou a função social dos museus na criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Na mesma semana, foi também publicada a Declaração de Oaxtepec, no México, documento referenciado pela sua solidariedade às articulações para a criação do MINOM e que anunciou no seu próprio título a tríade território-patrimônio-comunidade[212]. Em 1985, Pierre Mayrand publicou um artigo na revista *Museum*, e proclamou o advento da nova museologia, considerando toda a conjuntura que trouxe o movimento à tona, ao expressar as causas da insatisfação do grupo de museólogos, o que engendrou a criação do MINOM:

> a causa principal é a natureza monolítica do *establishment* museológico, a superficialidade das reformas que propõe e a marginalização de qualquer experimento ou ponto de vista praticado. Por que, por exemplo, as resoluções da mesa-redonda de Santiago em 1972 receberam tão pouca publicidade e acompanhamento? Essas frustrações, somadas àquelas causadas pela rigidez do sistema e dos seus princípios, podem explicar o entusiasmo que caracteriza os novos museólogos.[213] (Mayrand, 1985, p.200).

212 '*Declaratoria de Oaxtepec (1984) – Ecomuseus, Territorio-Patrimonio-Comunidade'.* Disponível em: http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2020/05/declaracao-de-oaxtepec.pdf Acesso no dia 26 de janeiro de 2021.

213 Tradução do autor para: *'the main cause is the monolithic nature of the museological establishment, the superficiality of the reforms which it proposes and the marginalization of any experiment or viewpoint which might be described as at all committed. Why, for example, did the resolutions adopted by the Santiago round table in 1972 receive so little publicity and follow-up? These frustrations, added to those engendered by the rigidity of the system and its principles, might explain the enthusiasm which is characteristic of the new museologists'.* (Mayrand, 1985, p.200).

As abordagens crescentes dadas à função social dos museus nas décadas de 1960 e 1970 tiveram influências claras nas mudanças conceituais e nos desenhos institucionais das décadas seguintes. As reflexões de diversos autores alimentaram uma rede de pensadores e ativistas, principalmente no universo ibero-americano, que se consolidou em produções acadêmicas, políticas públicas e experiências práticas: em Portugal, no seio da Universidade Lusófona; no Brasil, em suas várias experiências de museologia social; no México, no protagonismo dos museus comunitários; e em toda a região da Ibero-América, por meio de políticas culturais e experiências de museus indígenas, quilombolas, de populações migrantes e de grupos que enfatizaram a diversidade cultural de cada contexto.

A leitura sobre esse processo exige olhares transdisciplinares, ao considerar que os atores envolvidos, direta ou indiretamente, são provenientes de diferentes áreas do conhecimento, algo explicitado nas principais intervenções durante a Mesa de Santiago, em 1972[214]. O pensamento de Paulo Freire, por exemplo, influenciou diretamente as atividades de Hugues de Varine[215], numa perspectiva de aplicação de seus métodos pedagógicos à museologia (Chagas, 1996; Alves e Reis, 2013; Varine, 1972), e uma das maneiras para o desenvolvimento desse processo seria através da conversão do homem-objeto em homem-sujeito (Freire, 1987; 1996; Alves e Reis, 2013). A museóloga Waldisa Russio, responsável por algumas das principais reflexões sobre o desenvolvimento teórico da museologia, exerceu esse pensamento transdisciplinar ao trazer para o debate uma derivação da teoria do *fato social*, do sociólogo Émile Durkheim[216], resumida na sua teorização do *fato museal*. A autora expressou as mudanças percebidas não somente nas instituições museais, mas na própria museologia, frente às transformações sociais de seu tempo:

> É assim que a Museologia, em suas origens, uma mera descrição do museu e de suas coleções, vai se alçar à posição de estudo das relações entre o Museu e a Sociedade e, finalmente (estágio atual), à Ciência das relações entre o Homem e a Realidade, segundo Gregorová; ou, das relações entre o Homem e sua Herança Cultural, segundo Van Mensch; ou, segundo o nosso próprio conceito, a Ciência do Fato Museológico, entendido sempre em um processo, e constituído pela relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da

214 As discussões empreendidas em Santiago, assim como as influências de diferentes áreas do conhecimento, serão discutidas no próximo subcapítulo desta tese.

215 Em entrevista a Mario Chagas, em 1996, Hugues de Varine relatou os diversos encontros com Paulo Freire, sobretudo durante as atividades do Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos (INODEP), no início da década de 1970, e na tentativa, frustrada pelo governo brasileiro, de trazê-lo para os debates da Mesa de Santiago, em 1972. (Chagas, 1996; Alves e Reis, 2013).

216 Para mais informações, vide: "As regras do método sociológico", obra originalmente publicada por Émile Durkheim em 1895. (Durkheim, 2007).

> Realidade, da qual o Homem também participa, num cenário institucionalizado, o Museu (Russio, 1986, p.138).

O objetivo deste subcapítulo não foi tomar determinada posição em relação ao conceito de nova museologia, mas compreendê-la como um amplo processo deflagrado, principalmente, a partir da década de 1960, e com claras repercussões percebidas no âmbito dos museus, da academia e das instituições relacionadas às políticas culturais. As querelas conceituais e epistemológicas que envolveram acadêmicos e profissionais em todo o mundo nesse período refletiram-se efetivamente em transformações observadas nos museus e na museologia. Em 1985, em um momento de ruptura com o ICOFOM, Pierre Mayrand mencionou que a nova museologia "mobiliza os apoiadores de uma transformação radical nos objetivos da museologia, e defende mudanças profundas nos pensamentos e nas atitudes dos museólogos[217]". (Mayrand, 1985, p.200). A compreensão dos museus como espaços de ativismo e participação, assim como a percepção e o exercício de suas dimensões poéticas e políticas (Chagas, 2017), passaram a condições imprescindíveis para uma museologia socialmente comprometida com o desenvolvimento humano local, agendas que remontam aos embates dos anos 1960 e 1970.

Nas décadas seguintes, os principais pensadores do MINOM, assim como realizadores de projetos museológicos associados a transformações sociais, reuniram-se em torno da sociomuseologia, que "traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea" (Moutinho, 2007). Nesse aspecto, conforme o destaca Mário Moutinho, "a visão restritiva da museologia como técnica de trabalho orientada para as coleções, tem dado lugar a um novo entender e práticas museológicas orientadas para o desenvolvimento da humanidade" (Idem). O caráter transdisciplinar da sociomuseologia foi reforçado pela articulação e adesão a convenções internacionais associadas à valorização da diversidade cultural, do patrimônio cultural e da imaterialidade da cultura, pontos que são observados em instrumentos normativos e nas orientações para as políticas culturais dos anos 2000. Ademais, a sua interface entre a prática e a teoria, e o compromisso social que caracteriza a museologia social, consolidaram uma museologia humanista, vinculada a processos de desenvolvimento local e de respeito aos direitos culturais, artifícios essenciais que retomam às várias décadas da aprendizagem institucional observada em organismos multilaterais como a UNESCO.

217 Tradução do autor para: *'The new museology is not just an initiative to promote constant innovation. It mobilizes the supporters of a radical transformation of the aims of museology, and advocates profound changes in the thinking and attitudes of the museologist'*. (Mayrand, 1985, p.200).

As evidências da inserção institucional da nova museologia e da museologia social no âmbito das organizações e das políticas culturais internacionais são difusas, mas uma série de eventos e documentos destaca esse processo. Em sua tese de doutoramento defendida em 2007, Judite Santos Primo propôs, inicialmente, analisar a assimilação da nova museologia pelas políticas culturais europeias (Primo, 2007, p. 23). Ainda que a referida abordagem tenha se modificado durante os anos da investigação da autora, a análise apresentada permitiu a percepção das evoluções e aprofundamentos conceituais sobre os museus e suas funções sociais observadas no âmbito da UNESCO e a sua incorporação às agendas das políticas culturais europeias e portuguesas. A autora sugere que quatro documentos compõem o principal escopo para o enquadramento da nova museologia: a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile (UNESCO/ICOM, 1972), a Declaração de Quebec (1984), a Declaração de Oaxtepec (1984) e a Declaração de Caracas (1992)[218]. A análise dos processos políticos e institucionais dos anos 2000, com a emergência de um contexto específico principalmente na América Latina, permite a adição de outras referências a esse processo de inserção institucional, ao considerar, também, conceitos que se sustentaram, ideias que se fortaleceram e processos políticos que se desenvolveram. Se em 2007 era possível perceber a presença da nova museologia nas quatro declarações citadas, mais de uma década depois, em 2020, a continuidade desse processo intensificou-se em uma série de eventos e documentos adicionais que trouxeram a museologia social para o centro da discussão, a exemplo da Declaração de Salvador (2007), da reunião de especialistas da UNESCO no Rio de Janeiro (2012) e da Recomendação Sobre a Proteção e a Promoção dos Museus e Coleções, de sua Diversidade e de sua Função na Sociedade (2015)[219]. Ademais, espera-se que a própria nova definição de museus, em discussão coordenada pelo ICOM desde 2019, incorpore aspectos abordados pelos debates da nova museologia nas décadas anteriores e por novas ondas epistemológicas que chegaram com a museologia social, com as museologias ativistas e participativas, e com as convergências observadas entre os museus, os direitos culturais e as democracias culturais.

2.2 Os anos 1970 e as políticas museológicas dos anos 2000

218 Vide o capítulo 2.2 da tese da autora, intitulado “Para um enquadramento da Nova Museologia: as quatro declarações.” (Primo, 2008, p. 165).

219 Para mais informações sobre o processo de adoção da Recomendação de 2015, vide: http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/museums/recommendation-on-the-protection-and-promotion-of-museums-and-collections/ (Acesso no dia 21 de janeiro de 2021).

A seção anterior destacou como os aspectos ideológicos e paradigmáticos exercem influências diretas e indiretas nas instituições. As disciplinas, os campos do saber e as suas diferentes correntes de pensamento direcionam as definições de políticas culturais, canalizadas por debates deliberativos nos mais diversos níveis – do local ao internacional, nos meios públicos e privados. Os processos em torno da nova museologia culminaram na criação de um movimento específico em 1985: o MINOM, após a sua ruptura com as linhas de pensamento prevalentes no âmbito do ICOFOM/ICOM[220]. Entretanto, os debates em torno da nova museologia não estiveram circunscritos às reuniões e encontros do MINOM, e a sua inserção pode ser percebida em diferentes contextos e instituições. A discussão proposta neste subcapítulo abordará três documentos – e seus processos políticos – que estiveram enredados no desenvolvimento da sociomuseologia e da sua interlocução nos debates institucionais: a Mesa de Santiago (1972), a Declaração de Salvador (2007) e a Recomendação Sobre a Proteção e a Promoção dos Museus e Coleções, de sua Diversidade e de sua Função na Sociedade (UNESCO, 2015). Esse não foi um processo linear e objetivo, e qualquer interpretação nesse sentido poderia gerar compreensões teleológicas equivocadas. Entretanto, a sua observação em retrospecto permite a compreensão de algumas das conexões que subsidiaram o pensamento contemporâneo em torno da sociomuseologia.

Entre os dias 20 e 31 de maio de 1972, a UNESCO organizou em Santiago, no Chile, aquela que é considerada a principal referência de inspiração conceitual e política para a museologia social: a Mesa Redonda sobre o Desenvolvimento e o Papel dos Museus no Mundo Contemporâneo[221]. O seminário deu sequência a uma série de outros eventos organizados em torno dos museus desde a década de 1950, sendo o primeiro a concentrar as discussões em temas abordados por especialistas de outras áreas, que não somente os museus (Frin, 1972, p.25). A organização dos debates foi pautada por quatro temas gerais: os museus e o desenvolvimento cultural no meio rural e o desenvolvimento da agricultura; os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico; os museus e os problemas sociais e culturais do meio; e os museus e a educação permanente. Para cada um dos temas foi convidado um especialista, não necessariamente associado à área de museus, para o debate proposto. Os resultados das

220 Ainda que o MINOM represente essa ruptura, a própria Declaração de Quebec explicitou duas intenções: a criação de um comitê internacional sobre os Ecomuseus/Museus comunitários no âmbito do ICOM; e o estabelecimento de uma federação internacional voltada para a nova museologia, associada ao ICOMOS e ao próprio ICOM (Declaração de Quebec, 1984). O MINOM reestabeleceu o contato com o ICOFOM/ICOM logo após a sua criação, inclusive para o desenvolvimento de ações conjuntas, (Moutinho, 1995).

221 Organizado durante a presidência do ICOM de Hugues de Varine, que relatou um convite feito a Paulo Freire para o evento, processo não autorizado pelo governo ditatorial brasileiro. (Chagas, 1996; Alves e Reis, 2013).

exposições e dos debates foram registrados nos anais da Mesa de Santiago, reeditados em 2012 pelo Programa Ibermuseus nas comemorações dos 40 anos do evento[222].

As relações do museu com o meio rural e o desenvolvimento da agricultura foram discutidas nas primeiras sessões, coordenadas (ou "animadas", de acordo com a denominação utilizada) por Enrique Enseñat, engenheiro e professor na Faculdade de Agronomia da Universidade do Panamá. Entre as matérias destacadas, Enseñat apontou as desigualdades entre os meios rurais e urbanos da região, comprovadas com base nos altos níveis de analfabetismo, na baixa renda, nas crises observadas nos sistemas de subsistência e na vinculação da posse da terra ao poder político, com dados e informações trazidos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ligado ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, e com base em análises de economistas como Raúl Prebish[223]. Os processos de desenvolvimento do setor agropecuário, associados a novos meios científicos e tecnológicos, geraram ganhos de produtividade que não deveriam ser dissociados das mudanças sociais e políticas, de modo que permitam a melhoria da qualidade de vida de todas as populações. As discussões da Mesa de Santiago destacaram o fato de que a justiça social não acompanhou o desenvolvimento produtivo na América Latina, que continuava com necessidades de reformas nas suas anacrônicas estruturas agrárias. Enseñat assinalou o papel dos museus nesse processo:

> (os museus) devem também tornar-se nos elementos de mudança social que, ao lutar pela dignidade do homem do campo, contribuam para o processo de conscientização social dentro do qual ocorrerá a mudança nas estruturas anacrônicas que dificultam o verdadeiro processo do homem que trabalha a terra[224]. (Enseñat, 1972, p.49).

Para o efetivo desenvolvimento desse processo, a organização de exposições deveria contar com equipes multidisciplinares que permitissem o planejamento das atividades do museu de maneira vinculada aos problemas identificados nas comunidades, além de uma visão sistêmica entre os meios rurais e urbanos. Segundo Enseñat, as exposições itinerantes e o trabalho em rede com outros museus seriam de grande valia para o desempenho das funções sociais esperadas para o museu nesses contextos.

222 Publicação disponível em: http://www.ibermuseos.org/pt/recursos/publicacoes/ Acesso no dia 28 de janeiro de 2021.
223 Raúl Prebish foi um economista argentino que serviu como Diretor Executivo da CEPAL. Seus trabalhos foram essenciais para a formação da teoria da dependência, que serviu para a leitura de fenómenos económicos na América Latina a partir da década de 1950.
224 Tradução do autor de excerto da citação: *"Para llenar debidamente su función dentro del ambiente contemporáneo rural, los museos deben también constituirse en el elemento de cambio social que a la vez que luchen por la dignificación del hombre del campo, contribuyan al proceso de concientización social dentro de cuyo marco habrá de ocurrir el cambio de las estructuras anacrónicas, que impiden el proceso verdadero del hombre que trabaja la tierra"* (Enseñat, 1972, p.49).

A segunda mesa foi coordenada por Mario Teruggi, Chefe da Divisão de Mineralogia e Petrologia do Museu de La Plata, na Argentina. O expositor destacou os abismos de desenvolvimento existentes entre os países, o que mantem a dependência tecnológica da América Latina frente aos países mais ricos. A chamada fuga de cérebros (evasão de indivíduos qualificados) da região decorreria de desequilíbrios observados nas frustrações dos cientistas latino-americanos, atraídos por países com melhores condições para fomentar os seus centros de investigação. Teruggi não apresentou soluções simples para os problemas identificados, mas enfatizou a necessária integração entre cientistas, tecnólogos e especialistas de ciências humanas, sociais e políticas (Teruggi, 1972, p. 65). Os museus poderiam servir como apoio aos processos formativos, por meio da promoção de atividades extracurriculares e do estabelecimento de relações integradas ao meio onde estão inseridos, em um processo de comunicação constante entre as comunidades e as instituições culturais. Ao mesmo tempo, os debates enfatizaram a necessidade de atividades extramuros que possibilitassem aos museus a difusão de suas ações, principalmente junto a populações mais isoladas dos grandes centros.

As relações dos museus com os problemas urbanos, terceiro tema abordado, foram discutidas pelo urbanista Jorge Hardoy, do Instituto Di Tella, da Argentina. Os principais núcleos urbanos da América Latina seriam incapazes de responder adequadamente às urgentes pressões geradas pelo *boom* populacional, observadas com o intenso êxodo rural e com as quedas nos índices de mortalidade[225]. Ademais, os problemas ambientais eram notados pela destruição das paisagens naturais e urbanas, o que suscitava uma dupla abordagem para essa questão: "socialmente é injusto, ecologicamente não é ético"[226] (Hardoy, 1972, p.59). Os debates que se desenrolaram após a apresentação de Jorge Hardoy questionaram o papel dos museus nesse processo, no sentido de que as exposições poderiam discutir situações concretas e propor alternativas para a solução de problemas sociais e ecológicos. De acordo com os registros da Mesa de Santiago, o debate coordenado por Jorge Hardoy foi concluído com a ideia de "museu social[227]", proposta por Mario Teruggi:

225 Isso foi, de fato, verificado nas décadas posteriores, quando houve um exponencial aumento nas populações de favelas e em áreas com indisponibilidade de serviços básicos nos grandes centros urbanos da América Latina.

226 Tradução do autor a partir da citação: *"Vivimos en una ciudad en la que unos tratan de ganar en detrimento de los otros – no tratamos, tal vez aún no sabemos ganar juntos – si no cambiamos, es inevitable un retroceso. Recuperar un sistema ecológico puede hacerse por motivación con esfuerzo y con cariño colectivo (Cinturón de La Habana) pero si exprimo al paisaje para sacarle el mayor beneficio especulativo no hay solución (caso Bariloche, Costa Atlántico Sur, Costa Uruguay). Socialmente es injusto, ecológicamente no es ético."* (Hardoy, 1972, p.59).

227 "Museu social" foi o título especificado no relato da discussão empreendida. (*Los Museos y el Medio Urbano – Debate*, 1972, p.63).

> Finalmente, e quase no fechamento da sessão dedicada à missão do museu no meio urbano, foi concretizada como proposta uma ideia que vinha se delineando quase desde o início da mesa redonda. Começa com a integração das problemáticas rurais e urbanas, continua com a contribuição de grupos multidisciplinares para a estruturação de exposições, incluindo sociólogos, antropólogos, educadores. Por fim, o participante da Argentina, Dr. Mario Teruggi, sugere a recomendação para a criação de um novo tipo de museu no qual o homem apareça integrado ao seu ambiente. Qualquer exposição, seja qual for o tema, seja qual for o museu, deve vincular o objeto ao meio ambiente, ao homem, à história, à sociologia, à antropologia[228]. (*Los Museos y el Medio Urbano – Debate*, 1972, p.62 – 63).

O tema escolhido para os últimos debates foi "Museus e Educação Permanente", sob a coordenação do Diretor de Educação Geral e Escolar do Ministério da Educação do Peru, César Picón. A reflexões aprofundaram os problemas históricos percebidos nas incoerências entre os sistemas educativos e as realidades locais na América Latina, numa abordagem crítica sobre a falta de conexão dos processos educativos com a vida real. A rigidez e a reduzida democratização dos sistemas de ensino eram o oposto dos projetos almejados, voltados para o desenvolvimento local e para a aprendizagem a partir das experiências de vida[229]. O papel dos museus nesse processo dar-se-ia pela sua integração à comunidade, numa estreita rede de colaboração multidisciplinar entre educadores e museólogos. Sobre a exposição de objetos pelos museus, o autor menciona que a

> sua apresentação deve ser feita de tal forma que o humanize em um ambiente vivo e dinâmico e fundamentalmente que não seja apenas passado, mas também presente e futuro, ligados à vida do homem e da civilização que lhe deu origem[230]. (Picón Espinoza, 1972, p.75).

As discussões da Mesa de Santiago geraram uma série de resoluções registradas nas atas e nos documentos do evento. O texto final destacou seis recomendações à UNESCO: o necessário enfoque ao museu integral; a ampliação de programas de formação; a criação de um centro regional para a conservação de espécies naturais em Santiago; a atribuição de bolsas de estudo pela UNESCO; a inclusão do setor de museus nos encontros de ministros da UNESCO; e que fosse publicada uma obra de investigação sobre os problemas urbanísticos na América

228 Tradução do autor para: *"Finalmente, y ya casi sobre las postrimerías de la sesión dedicada a la misión del museo en el medio urbano, se concretó bajo la forma de proposición una idea que casi desde el principio de la mesa redonda venía esbozándose. Comienza con la integración de los problemas rurales y urbanos, continua con la contribución de grupos multidisciplinarios para la estructuración de exhibiciones, incluyendo sociólogos, antropólogos, educadores. Finalmente, el participante por Argentinca, Dr. Mario Teruggi, sugiere recomendar la creación de un nuevo tipo de museo en el cual aparezca el hombre integrado en su ambiente. Toda exhibición cualquiera sea el tema, cualquiera sea el museo, debe vincular el objeto al medio, al hombre, a la historia, a la sociología, a la antropología".* (*Los Museos y el Medio Urbano – Debate*, 1972, p.62 – 63).

229 O documento utiliza a expressão *"gran enseñanza de la vida"* (Picón Espinoza, 1972, p.72).

230 Tradução do autor para: *'Si el museo sólo debe exponer objetos, su presentación debe hacerse en forma tal que ello lo humanice en un ambiente vivo y dinámico y fundamentalmente que no sea sólo pasado sino también presente y futuro, ligado a la vida del hombre y de la civilización que le dio origen'*. (Picón Espinoza, 1972, p.75).

Latina, a ser divulgada cientificamente e popularmente, em meios textuais e audiovisuais. O destaque dado ao museu integral na primeira das recomendações ampliou o quadro conceitual proposto para o museu, ao focá-lo como ente "destinado a dar à comunidade uma visão integral – de seu meio ambiente natural e cultural[231]" (Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972, p.29). Os documentos produzidos, ademais, apresentaram os fundamentos para a definição do "museu integrado", justamente pela vinculação dos museus a seus meios e pelas possibilidades abertas para a resolução de problemas sociais encontrados nos meios urbanos e rurais na América Latina[232].

As nomenclaturas utilizadas nos documentos de 1972 apresentaram pouca ou nenhuma diferenciação entre as adjetivações *integral*, *integrado* e *social*, que foram incorporados ao léxico museal em discussões que prosseguiram nas décadas seguintes. Os termos, porém, possuem compreensões com distinções claras sobre os sentidos dados aos museus e à museologia: "Parece indispensável dizer que o 'integral' guarda um desejo de totalidade, de completude, de irrestrição, de absoluto. O integrado, ao contrário, deseja fazer parte, harmonizar-se, adaptar-se, contribuir, participar de modo orgânico" (Chagas, 2018, p.90). O termo *social* não foi utilizado nos documentos finais de Santiago, frente às tensões políticas e ideológicas que talvez tenha gerado durante as discussões em 1972. Entretanto, a sugestão de Mario Teruggi seria posteriormente incorporada às confluências interpretativas no âmbito das discussões da museologia social, da sociomuseologia e das políticas culturais ibero-americanas dos anos 2000. Ainda que apresente certas limitações, a exemplo da própria representatividade dos participantes nos eventos de Santiago – excessivamente masculina e acadêmica –, os documentos de 1972 mantiveram-se entre as principais referências para os questionamentos e para as mudanças conceituais que alimentaram os debates museológicos nos anos vindouros.

Mais de três décadas depois, em 2007, a Mesa de Santiago seria rememorada no I Encontro Ibero-Americano de Museus, realizado em Salvador, na Bahia, e que contou com representantes dos 22 países da Ibero-América[233]. A função social dos museus foi o principal mote do encontro, que referenciou os diversos debates da Museologia e da Cultura que ocorreram desde os anos 1960 e geraram os principais textos internacionais associados às

231 Tradução do autor para: *"La mesa redonda considera que uno de sus logros más importantes ha sido definir e iniciar un nuevo enfoque en la acción de los museos: el Museo Integral destinado a dar a la comunidad una visión integral – de su medio ambiente natural y cultural, y solicita a la UNESCO que emplee los medios de divulgación a su alcance para estimular esta nueva tendencia"*. (Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972, p.29).

232 Há dois textos produzidos durante os encontros: "*Fundamento para la Creación del Museo Integrado*" (p.30) e *"Principio Rectores del Museo Integral"* (p.85). (Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972).

233 Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

políticas culturais e de memória[234]. A Declaração de Salvador (2007), documento elaborado no encontro, foi estruturada não somente com recomendações, aspectos técnicos e diretrizes gerais para as políticas culturais, mas encaminhou orientações pragmáticas para o desenho de um plano de ação e a geração de uma estrutura institucional para a Cooperação Internacional na área de museus na Ibero-América, que viria a constituir-se no Programa Ibermuseus[235].

Em suas considerações iniciais, a declaração invocou quatro documentos internacionais das áreas de museus, cultura e patrimônio: a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), a Carta Cultural Ibero-Americana (2006) e a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972). A associação desses documentos compôs o quadro de orientações que demarcou a conformação do Programa Ibermuseus a partir da convergência de três fatores determinantes: as dinâmicas ideológicas presentes no âmbito da UNESCO, associadas à democracia, à diversidade cultural, aos direitos culturais e à imaterialidade do Patrimônio (Stenou, 2004); a base conceitual da nova museologia e da museologia social, com forte embasamento na Mesa Redonda de Santiago; e uma dinâmica contextual e situacional, considerada a articulação política entre os países ibero-americanos, já institucionalizados na Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e na Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), para a formação de um programa específico com base no assim chamado Espaço Cultural Ibero-Americano[236].

O preâmbulo da Declaração de Salvador reafirmou a contribuição da democracia para o desenvolvimento social, dada a ampliação da acessibilidade, a garantia de representatividade e a proteção aos processos criativos de grupos e indivíduos. Os delineamentos presentes no texto aproximaram-se dos direcionamentos conferidos pela UNESCO, no tocante à diversidade cultural e aos direitos culturais. A memória e o patrimônio foram interpretados como direitos de todos os cidadãos, e os museus foram considerados

> práticas sociais relevantes para o desenvolvimento compartilhado, como lugares de representação da diversidade cultural dos povos ibero-americanos, que partilham no presente

234 Cumpre salientar que os dois documentos nasceram em contexto latino-americano, na articulação de governos com claro direcionamento à esquerda: em 1972, o Chile era governado por Salvador Allende; no início dos anos 2000, vivia-se na América Latina o apogeu da chamada "nova esquerda", com a eleição de Lula no Brasil em 2003, as convulsões do inicio dos anos 2000 e ascensão de Chavez na Venezuela, o *Frente Amplio* no Uruguai (desde 2005), os socialistas no Chile (2006), Evo Morales na Bolívia (2006), Rafael Correa no Equador (2007), dentre outros. Para mais informações, vide: Bresser-Pereira (2000); Santos (2010).

235 Para mais informações sobre o desenvolvimento do Programa Ibermuseus, vide: Lacasta (2009); Murta e Chagas (2016); Díaz e Murta (2017).

236 Para informações sobre o Espaço Cultural Ibero-Americano, vide a Carta Cultural Ibero-Americana (SEGIB, 2006), disponível em: https://www.segib.org/?document=carta-cultural-iberoamericana Acesso no dia 29 de janeiro de 2021.

> memórias do passado e que querem construir juntos uma outra via de acesso ao futuro, com mais justiça, harmonia, solidariedade, liberdade, paz, dignidade e direitos humanos. (Declaração de Salvador, 2007).

O discurso presente na Declaração de Salvador assumiu contornos semelhantes àqueles da Mesa de Santiago, e os museus foram compreendidos como "agentes de mudança e desenvolvimento", como "instâncias políticas, sociais e culturais, de mediação, transformação e desenvolvimento social, tendo por base o campo do patrimônio cultural e natural". (Programa Ibermuseus, 2007). O documento assumiu um posicionamento articulado às bases de grande parte das políticas públicas para a cultura na América Latina, e que tomam como princípios básicos

> a democratização da sociedade, a construção da identidade nacional baseada no multiculturalismo, o respeito pela diversidade cultural e linguística, o papel do patrimônio e dos museus no desenvolvimento e na integração social e a importância de promover processos participativos na construção e desenvolvimento dessas políticas, para que elas respondem aos interesses e necessidades dos cidadãos[237] (Lacasta, 2009, p.21-22).

O encontro de Salvador conseguiu ultrapassar as suas linhas discursivas e propôs, em um apartado específico, as treze linhas de ação que concretizaram os conceitos e ideias apresentados, ao enumerá-los de maneira programática: a criação do Programa Ibermuseus; a formação da Rede Ibero-Americana de Museus; a instituição de um Programa de Formação e Capacitação; o estabelecimento do Cadastro de Museus Ibero-Americanos; a fundação do Observatório dos Museus Ibero-Americanos; o lançamento do Portal Ibermuseus; o fomento à circulação de bens e exposições; o estímulo ao desenvolvimento de sistemas de classificação; a promoção de uma linha editorial; o desenvolvimento de mecanismos para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais; o lançamento do Ano Ibero-Americano de Museus em 2008; a realização de eventos; e a participação integrada dos museus em comemorações de efemérides históricas. Esse delineamento de linhas específicas para a execução de projetos revelou a exequibilidade e a possibilidade de institucionalização daquilo que fora antes estabelecido em definições gerais.

O documento de Salvador foi discutido na X Conferência Ibero-Americana de Ministros de Cultura de Valparaíso (2007), quando as delegações ali presentes concordaram em ratificar

237 Tradução do autor para: *'la democratización de la sociedad, la construcción de la identidad nacional a partir de la multiculturalidad, el respeto por la diversidad cultural y lingüística, el papel del patrimonio y los museos en el desarrollo y la integración social y la importancia de promover procesos participativos en la construcción y desarrollo de esas políticas, de forma que respondan a los intereses y necesidades de los ciudadanos'* (Lacasta, 2009). Ao abordar o Espaço Ibero-Americano, a autora Ana Azor Lacasta exemplificou as políticas culturais desenvolvidas fora da Europa, com exemplos do Brasil, da Colômbia e da Guatemala.

a Declaração de Salvador. No mesmo ano, na XVII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de Santiago do Chile, a proposta foi aprovada como "Iniciativa de Cooperação Ibero-Americana Ibermuseus" e designou-se 2008 como o "Ano Ibero-Americano de Museus". A Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de São Salvador, em outubro de 2008, decidiu, finalmente, aprovar a transformação da iniciativa em Programa Ibermuseus, o que foi garantido pelo compromisso orçamentário de dez Estados Nação para o seu funcionamento[238].

Data	Local	Evento	Resultado
26 a 28 de jun. de 2007	Salvador, Bahia, Brasil	I Encontro Ibero-Americano de Museus	Declaração de Salvador
26 e 27 de jul. de 2007	Valparaíso, Chile	X Conferência Ibero-Americana de Ministros de Cultura	Ratificação da Declaração de Salvador
8 a 10 de nov. de 2007	Santiago, Chile	XVII Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo	Aprovação da Iniciativa de Cooperação Ibero-Americana Ibermuseus / Definição de 2008 como "Ano Ibero-Americano de Museus"
29 a 31 de out. de 2008	San Salvador, El Salvador	XVIII Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo	Transformação da "Iniciativa Ibermuseus" em "Programa Ibermuseus"

Tabela 1 - Cronologia resumida do Programa Ibermuseus. Fonte: elaboração própria com base em informações da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) e a partir de Murta e Chagas (2016).

A partir dos encaminhamentos e compromissos estabelecidos, o escritório do Programa Ibermuseus foi inaugurado em Brasília em 2009[239], junto à sede do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). O seu principal órgão deliberativo, chamado Comitê Intergovernamental, foi instituído com representantes de cada um dos países financiadores, além da OEI e da SEGIB, e passou a reunir-se anualmente para a definição das linhas de ação do programa: educação e museus, patrimônio em risco, curadoria, observatório ibero-americano de museus, formação, capacitação, sustentabilidade, dentre outras. Paralelamente às reuniões, o programa passou a organizar também as edições do Encontro Ibero-Americano de Museus, espaço de trocas e intercâmbios de experiências entre os 22 países ibero-americanos, e que reúne acadêmicos, trabalhadores da área de museus, organizações sociais e representantes governamentais.

238Para ser aprovado como Programa Ibero-Americano, deve-se ter um orçamento operativo mínimo que assegure o seu alcance e a sua sustentabilidade. Este orçamento mínimo anual é de 250.000 euros para os Programas que somente incorporem atividades de cooperação técnica, e de 500.000 euros para aqueles com incorporação de fundos ou outras atividades de Cooperação Financeira. Para a transformação em Programa Ibero-Americano, o Ibermuseus contou então com a inclusão dos seguintes países financiadores, que se juntaram ao Brasil, à Colômbia e à Espanha: Argentina, Chile, Equador, México, Portugal, República Dominicana e Uruguai. Manual Operativo de la Cooperación Iberoamericana. Disponível na Secretaria-Geral Ibero-Americana e na Organização dos Estados Ibero-Americanos.

239 Vide linha do tempo do Programa Ibermuseus, disponível em: http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2018/10/linha-tempo.jpg Acesso no dia 01 de fevereiro de 2021.

Em cada uma das suas reuniões anuais, a emissão de declarações sugere recomendações e diretrizes para as políticas culturais para os museus na região ibero-americana. Além de servirem como documentos de orientação, os resultados de cada encontro definem também pautas comuns, o que possibilita a articulação dos países em blocos coesos no âmbito das organizações multilaterais. Exemplo disso, em junho de 2011, na Cidade do México, houve consenso entre os presentes para "impulsionar o debate no âmbito da UNESCO sobre a necessidade de celebrar um instrumento normativo internacional em relação ao patrimônio museológico" (Programa Ibermuseus, 2011).[240] Nos meses e anos seguintes, as negociações capitaneadas pelo grupo regional ibero-americano deram lugar a uma série de eventos e processos articulados entre a SEGIB, o Programa Ibermuseus, o IBRAM e a UNESCO, com a abertura das discussões para a adoção de um novo instrumento normativo voltado para os museus e coleções de todo o mundo.

As fases para a adoção das normativas da UNESCO, sejam elas recomendações ou convenções, são reguladas por normas próprias advindas da sua Constituição – definidas em seu artigo IV, parágrafo 4º[241] – e regidas por procedimentos definidos pela Conferência Geral da organização[242]. Os ritos iniciam-se com os estudos preliminares relacionados aos aspectos técnicos e legais das questões a serem reguladas no nível internacional, documentos que devem ser submetidos à Direção Executiva que, em seguida, avalia a inclusão da proposta na agenda da Conferência Geral da UNESCO. Após analisar o processo, a Conferência Geral decide sobre a necessidade da regulação proposta e sobre a forma a ser adotada: se uma recomendação, uma convenção ou uma declaração. O processo passa então à recepção e à análise das opiniões dos Estados-Membros e, à luz desses comentários e observações, o Diretor-Geral prepara um relatório final com a proposta de redação do instrumento, que é votado na Conferência-Geral da UNESCO.

Em 2011, a solicitação articulada pelos países ibero-americanos e expressa na Declaração da Cidade do México (Programa Ibermuseus, 2011), foi acolhida pela 36ª

240 Tradução do autor para excerto da Declaração da Cidade do México: *'Solicitan a la SEGIB traslade a las instancias de la Conferencia Iberoamericana la presente Declaración así como impulsar el debate en el ámbito de UNESCO acerca de la necesidad de celebrar un instrumento normativo internacional em relación al patrimonio museológico'*. (Programa Ibermuseos, 2011). Disponível em: http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2014/11/V.EIM_Declaracion_Mexico-2011-ESP-assinada.pdf Acesso no dia 01 de fevereiro de 2021.

241 Texto original do Art. IV, § 4º: *'The General Conference shall, in adopting proposals for submission to the Member States, distinguish between recommendations and international conventions submitted for their approval. In the former case a majority vote shall suffice; in the latter case a two-thirds majority shall be required. Each of the Member States shall submit recommendations or conventions to its competent authorities within a period of one year from the close of the session of the General Conference at which they were adopted'*. (UNESCO, 1945).

242 Vide: '*Rules of Procedure concerning recommendations to Member States and international conventions covered by the terms of Article IV, paragraph 4, of the Constitution'.* (UNESCO, 2012).

Conferência Geral da UNESCO e incluída na agenda da 190ª Sessão do Conselho Executivo da organização[243]. No ano seguinte, o Rio de Janeiro recebeu uma reunião de especialistas para discutir a relevância de um novo instrumento normativo para a "Proteção e Promoção do Patrimônio Museológico e das Coleções", com o apoio do Ibermuseus e do IBRAM. O documento final do encontro foi enviado para o Conselho Executivo da UNESCO, com expressões de preocupação relacionadas à qualificação de pessoal nos museus e considerações sobre a relevância das novas tecnologias e do "avanço da participação social e econômica das instituições museais em todo o mundo" (Programa Ibermuseus, 2015).

Em 2012, o Conselho Executivo encaminhou à Direção Geral da UNESCO a requisição para o desenvolvimento dos estudos preliminares referentes à proposta do novo instrumento normativo (UNESCO, 2012). Foram consideradas, então, duas abordagens para o estudo: uma relacionada a aspectos legais, a cargo de Patrick J. O'Keefe; e outra referente às questões museológicas, coordenada por François Mairesse. A análise de Mairesse fez notar a inserção da nova museologia e da sociomuseologia nos debates para a adoção do novo instrumento normativo, algo que partiu dos documentos e referências que apoiaram as discussões então empreendidas, como a Mesa de Santiago, de 1972, e a Declaração de Salvador, de 2007. O autor destacou:

> a este respeito, este tipo de museologia – museologia social ou sociomuseologia, ecomuseologia ou nova museologia – tem surgido principalmente nos países latinos (de língua francesa, portuguesa e espanhola). O MINOM reúne algumas destas iniciativas a nível internacional, enquanto jornais e blogs especializados, como o de Hugues de Varine, fornecem informações regulares sobre a sua atividade[244]. Nessa perspectiva, destacada em Santiago em 1972, os museus representam uma ferramenta política em todos os sentidos do termo, ligados à vida da cidade ou comunidade e profundamente envolvidos nas questões que elas enfrentam[245]. (Mairesse, 2012, p.23-24).

Do consenso dos estados ibero-americanos em 2011 até a aprovação da recomendação, na 38ª Conferência Geral, passaram-se mais de quatro anos. Por se tratar de uma organização multilateral, com a reunião de países com diferenças abissais, a construção de consensos é

243 De acordo com as atas da Conferência Geral: *'The General Conference (...) Decides to include the examination of this matter in the provisional agenda of the 190th session of the Executive Board under the heading 'Protection and promotion of museums and collections''*. (UNESCO, 2011, p. 57).

244 François Mairesse menciona nessa citação os Cadernos de Sociomuseologia da ULHT e o blog mantido à época por Hugues de Varine (*World Interactions*). (Mairesse, 2012, p.24).

245 Tradução do autor para: *'In this respect, this type of museology – social museology or sociomuseology, ecomuseology or new museology – has emerged mainly in the Latin countries (French-, Portuguese- and Spanish-speaking). MINOM gathers together a number of these initiatives on an international level, while specialised journals and blogs, such as that of Hugues de Varine, provide regular information on their activities. In this perspective, highlighted in Santiago in 1972, museums represent a political tool in every sense of the term, connected to the life of the city or community and deeply involved in the issues that it faces'.* (Mairesse, 2012, p.23-24).

complexa e morosa, ainda que, no caso do instrumento normativo proposto, o processo tenha sido considerado extremamente ágil e fluído (Camacho et al., 2016). A diversidade dos textos presente nas 53 contribuições recebidas de 42 países evidenciou as diferenças de contextos e de interesses de cada delegação nacional no panorama global[246]: aspectos identitários foram evocados por países latino-americanos, como o Equador; a representação da Turquia manifestou a urgência do combate ao tráfico ilícito, por meio, por exemplo, da divulgação e do aprimoramento das *Red Lists;* a delegação do Chade expressou a indispensável necessidade de formação de profissionais de museus, ponto frágil em vários países africanos; a China enfatizou os aspectos econômicos das instituições, considerando também o poder das indústrias turísticas; o privatismo da gestão dos museus foi salientado pela representação da Holanda; e até posicionamentos contrários ao novo instrumento foram destacados, como as considerações norueguesas sobre os custos gerados em tempos de austeridade. Os posicionamentos e as preocupações abordaram desde revisões conceituais e sugestões terminológicas até a evocação de instrumentos relacionados à proteção de bens culturais em conflitos armados, e no dia 17 de novembro de 2015 a UNESCO aprovou o novo instrumento normativo: a Recomendação Sobre a Proteção e a Promoção dos Museus e Coleções, de sua Diversidade e de sua Função na Sociedade (UNESCO, 2015).

Data	**Local**	**Evento**	**Resultado**
8 a 10 de junho de 2011	Cidade do México, México	V Encontro Ibero-Americano de Museus	Consenso dos presentes sobre a necessidade de encaminhamentos à Unesco para a celebração de um novo instrumento normativo.
2 de agosto de 2011	Assunção, Paraguai	XIV Conferência Ibero-Americana de Cultura	Solicitação à Segib que impulsione o debate sobre a criação do novo IN junto à Unesco.
27 de outubro de 2011	Paris, França	36ª Conferência Geral da Unesco	- Acolhimento do pedido da delegação brasileira de proposta de resolução relativa à "*Protection and Promotion of Museum Heritage and Collections*". - Aprovado o exame da matéria na agenda provisória da 190ª sessão do Conselho Executivo da Unesco, com a admissibilidade e valor de uma "década mundial do patrimônio museológico".
11 a 14 de julho de 2012	Rio de Janeiro, Brasil	Reunião de Especialistas na Proteção e Promoção de Museus e Coleções	Documento de referência: "Conclusões e recomendações finais adotadas para o relatório de avaliação".
3 a 18 de outubro de 2012	Paris, França	190ª reunião do Conselho Executivo da Unesco	Requisição à Diretora-Geral da Unesco para o desenvolvimento de estudos preliminares em termos técnicos, legais e museológicos sobre a pertinência do novo IN para a avaliação na 191ª reunião do Conselho Executivo.

246 As contribuições de cada país podem ser consultadas nos documentos enviados pelos mesmos à Unesco e disponíveis no site da instituição: http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/museums/recommendation-on-the-protection-and-promotion-of-museums-and-collections/ Acesso no dia 01 de fevereiro de 2021.

Outubro de 2012 a abril de 2013	-	Estudos preliminares	Estudos preliminares – aspectos técnicos e legais (Patrick J. O'Keefe) e aspectos museológicos (François Mairesse).
10 a 26 de abril de 2013	Paris, França	191ª reunião do Conselho Executivo da Unesco	Recomendação à 37ª Conferência Geral para o convite à preparação do texto preliminar de um novo IN, na forma de Recomendação.
Novembro de 2013	Paris, França	37ª Conferência Geral da Unesco	Decisão pela adoção de um novo IN, na forma de Recomendação.
11 de setembro de 2014	Paris, França	Envio de Relatório Preliminar aos Estados-Parte	Solicitação de comentários e observações.
27 e 28 de maio de 2015	Paris, França	Reunião Intergovernamental de Especialistas (Categoria II)	Texto provisório da recomendação – enviado aos países membros para emendas.
17 de novembro de 2015	Paris, França	38ª Conferência Geral da Unesco	Aprovação da Recomendação.

Tabela 2 - Cronologia resumida de aprovação da Recomendação da UNESCO de 2015. Fonte: elaboração própria a partir de informações do website da Unesco e a partir de Díaz e Murta (2017).

O texto da nova recomendação aprovada foi elaborado num processo de construção de acordos, ponto comum em debates nos organismos internacionais multilaterais, onde as propostas para a redação dos textos normativos são negociadas e articuladas entre as representações nacionais[247]. A diversidade de contribuições recebidas e discutidas gerou um documento amplo e de referência para as políticas culturais para os museus em todo o mundo. Os museus foram identificados na introdução do documento como meios e espaços para a salvaguarda da diversidade cultural no século XXI, e a recomendação apresentou claras aproximações às agendas das Nações Unidas ao abordar a promoção do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos, por exemplo. O documento, ademais, reconheceu a necessidade de políticas de salvaguarda não somente para os acervos dos museus, mas também para outras instituições com coleções museológicas. Em um documento de consenso, com todas as suas limitações, a função social foi explicitamente abordada e colocada no cerne das discussões em torno das políticas culturais dos estados signatários: "A função social dos museus, junto com a preservação do patrimônio, constitui o seu propósito fundamental." (UNESCO, 2015, art. 30).

O ganho de inserção conceitual e política para a sociomuseologia em contexto global deve, sobretudo, ser reconhecido. A função social dos museus foi abordada em um apartado específico, em três parágrafos inseridos entre as "questões para os museus na sociedade": no artigo 16, os Estados foram encorajados a sublinhar a função social dos museus expressa na

247 Para informações sobre esses processos de negociação durante a redação da Recomendação de 2015, a partir do depoimento da representação portuguesa, vide: Camacho et al. (2016).

Declaração de Santiago do Chile; no artigo 17, os museus foram destacados como espaços públicos vitais com um importante papel na construção da cidadania, no desenvolvimento de laços sociais, no compromisso com a acessibilidade física e cultural, e na promoção dos direitos humanos e da equidade de gênero; e o artigo 18 recomendou que os países tomem medidas para relações construtivas entre os museus e as populações indígenas, inclusive com o uso de legislações para a restituição de bens culturais. (UNESCO, 2015).

Para a redação da Recomendação de 2015, a UNESCO realizou reuniões com especialistas dos países membros, onde as contribuições foram debatidas, negociadas e convergiram para os temas comuns expressos no instrumento normativo. A representação ibero-americana foi, através do Ibermuseus, garantida pela presença da colombiana María Cristina Díaz, então representante do Comitê Executivo do programa. Após uma das reuniões realizadas em Paris, aquando da redação do documento submetido à Conferência Geral da UNESCO, a representante colombiana apresentou um relato que sintetizou a importância da recomendação para o setor de museus e para as políticas culturais:

> A proposta liderada pela América Latina, sob a liderança do Brasil, permitiu à Recomendação incorporar, definir, proteger e promover tanto Museus, como entidades com acervo museológico de vocação pública, reconhecendo neste sentido amplo, processos de gestão do conhecimento, acesso ao público e inclusão social. Da mesma forma, o instrumento normativo da UNESCO confirma a importância das funções de preservação, pesquisa e comunicação dos museus e coleções, ratifica a sua função social e estabelece o seu papel no mundo globalizado; e ao mesmo tempo evidencia o seu impacto na economia e na qualidade de vida. Finalmente, o instrumento gera uma plataforma para o desenvolvimento de políticas para os Estados membros aplicarem de acordo com as suas jurisprudências. (...) Esta Recomendação será um farol para o desenvolvimento de políticas setoriais nos países membros[248]. (Díaz, 2015).

Os três processos e documentos analisados apresentam peculiaridades que os aproximam em termos conceituais e paradigmáticos, expressas em vários pontos identificados: os movimentos das décadas de 1960 e 1970; as suas influências na Mesa de Santiago; as contestações no interior de instituições como o ICOFOM; a nascença da nova museologia – como movimento, como teoria e como prática; os aprofundamentos teóricos e práticos da

248 Tradução do autor para: *'La propuesta liderada por Iberoamérica, en cabeza de Brasil, permitió que la Recomendación incorpore, defina, proteja y promueva tanto a los Museos, así como a las entidades con colecciones museográficas con vocación pública, reconociendo en este sentido amplio, procesos de gestión del conocimiento, acceso al público e inclusión social. Así mismo el instrumento normativo de la Unesco corrobora la importancia de las funciones de preservación, investigación y comunicación de los museos y de las colecciones, ratifica su rol social y establece el papel de estas en el mundo globalizado; y al igual que hace evidente sobre su impacto en la economía y la calidad de vida. Finalmente el instrumento genera una plataforma para el desarrollo de políticas para que los estados miembros apliquen de acuerdo a su jurisprudencia. (…) Esta Recomendación será un faro para el desarrollo de políticas sectoriales en los países miembros'*. (Díaz, 2015).

museologia social e da sociomuseologia; os processos políticos dos anos 2000 que facilitaram as articulações ibero-americanas em torno do Ibermuseus e da valorização da função social dos museus; e finalmente os ritos da UNESCO para a aprovação da Recomendação de 2015. Em termos práticos, cada um dos três processos teve resultados distintos: a Mesa de Santiago aprofundou discussões que subsidiaram a emergência da nova museologia, além de exercer influência sobre políticas nacionais para os museus, como no caso do México[249]; a Declaração de Salvador, de âmbito regional, resultou na implementação de um Programa com dotação orçamentária própria, estrutura organizacional e órgãos de decisão política; e a Recomendação da UNESCO, global, gerou um documento de consenso com a convergência de amplas demandas e discussões, e ainda que apresente fragilidades por ser um instrumento não vinculante, trouxe a função social dos museus, apregoada pela nova museologia e pela sociomuseologia, para o centro da mais representativa organização internacional multilateral da área cultural[250].

Ainda que cada processo possa ser analisado isoladamente, considerando, por exemplo, as suas inspirações e resultados, uma observação agrupada, ao sublinhar pontos de conexão entre os processos históricos e sociais, permite uma percepção aprofundada sobre a presença de correntes do pensamento museológico – como a nova museologia e a sociomuseologia – nas instituições. Ao aprovarem a Recomendação de 2015, os Estados não assumiram somente um posicionamento retórico, mas compromissos políticos de vincular os direitos humanos, a cidadania, os direitos culturais e as agendas do desenvolvimento sustentável a políticas culturais socialmente engajadas. Os posicionamentos e compromissos assumidos por cada país expressam, por um lado, uma pressão pela execução orçamentária direta de ações vinculadas à função social dos museus. Por outro lado, facilitam um ponto que talvez seja ainda mais importante: a geração de atmosferas que favoreçam a emergência de novas experiências, com o fortalecimento das redes de profissionais, comunidades, ativistas, artistas e acadêmicos associados à museologia social.

249 Durante as reuniões em Santiago, a representação mexicana ofereceu o Museu Nacional de Antropologia como um centro para o desenvolvimento de um projeto piloto associado ao "museu social". (Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972, p.63). Hugues de Varine mencionou, em 1984, que *'las experiencias de "casa del museo" y de museos locales, e incluso escolares, le deben mucho a la doctrina del museo integral'.* (Varine, 1984).

250 Diferentemente do processo da Declaração de Salvador, não foi criado um programa ou um órgão específico associado ao instrumento normativo, embora o próprio François Mairesse houvesse proposto a criação de um observatório para a execução de ações específicas, sugerido em diversas passagens do relatório apresentado, por exemplo, nas suas páginas 5, 44, 45, 47, 48 e 51. (Mairesse, 2012).

2.3 Sociomuseologia em processo

Pela discussão empreendida no subcapítulo anterior, foi possível perceber como a nova museologia esteve presente nos debates internacionais que resultaram em documentos de referência para as políticas culturais para os museus. O estudo desses processos institucionais e dos documentos gerados pelas organizações – em seminários, mesas redondas e encontros de técnicos, ativistas, acadêmicos, artistas, comunidades, gestores, representações burocráticas etc. – deve ser considerado sob ao menos três prismas: a compreensão dos materiais gerados como documentação histórica referente aos períodos abordados; o entendimento da retroalimentação existente entre as práticas e as teorizações sobre a Cultura, o Patrimônio e a Museologia; e a noção de que as discussões empreendidas ultrapassam o mero exercício retórico, uma vez que legitimam processos e projetos socioculturais vinculados a agendas políticas e ideológicas. O segundo e o terceiro prisma – a retroalimentação teórico-prática e a superação da interpretação da retórica como alienada dos processos sociais e políticos – são também percebidos na análise de suas especificidades em diferentes períodos históricos. Essas três perspectivas atravessam as apreciações propostas neste subcapítulo, que se desenvolve com base nos estudos do autor durante a sua investigação doutoral através das observações de casos em Portugal e no Brasil, de processos registrados na história da nova museologia e das suas inter-relações com o desenvolvimento da sociomuseologia nas últimas décadas.

A história da nova museologia e o surgimento do MINOM estão diretamente relacionadas às manifestações das décadas de 1960 e 1970 e à maneira como o setor museal respondia às demandas sociais do período. Há uma farta massa documental que possibilita essa abordagem histórica com diferentes perspectivas, seja na observação das relações entre os museus e os movimentos sociais, nas respostas institucionais dos poderes locais e das organizações internacionais, na incorporação do museu como ferramenta própria de apoio às demandas das comunidades locais ou nas interpretações e teorizações encontradas no ambiente acadêmico. As experiências de renovação museológica que surgiram a partir desse período emergiram dos processos sociais e políticos observados: os movimentos sociais da Contracultura, as manifestações pelos direitos civis nos EUA, as lutas pela independência em países africanos, movimentos sociais, indígenas e de direito à terra na América Latina, pacifistas, ambientalistas, hippies, feministas e inúmeros outros associados, de uma maneira ou de outra, a lutas pelos direitos humanos e culturais. Além dos contextos e teorizações, alguns exemplos das práticas de renovação estão inerentemente integrados à discussão dessa sociomuseologia em processo, algo que se verifica nas conexões existentes entre experiências

geograficamente dispersas, mas reunidas em pautas globais que trazem para um universo de proximidades museus conceitualizados com diferentes adjetivações e nomenclaturas: museus comunitários, populares, de bairro ou de vizinhança (*neighbourhood museums*), de território, ecomuseus, museus sociais etc.

As experiências de renovação dos museus trouxeram o desenvolvimento local e a mudança social para o centro dos debates, quando grupos de profissionais, instituições, comunidades e acadêmicos passaram a advogar pela participação dos diversos grupos sociais nas experiências museais. Na década de 1970, as reflexões sobre o museu templo e o museu fórum enfatizaram o papel do museu como espaço de debate político (Cameron, 1971; Primo, 2014), e nos anos posteriores, as discussões sobre o ativismo[251], a participação das comunidades (Simon, 2010) e o protagonismo dos museus na promoção da coesão e da justiça social foram aprofundados em todo o mundo. O caso da exposição no Museu de Anacostia, em Washington, destinada à busca de soluções para os problemas da infestação de ratos na região, tornou-se uma das referências para a nova museologia e, posteriormente, para a museologia social (Chagas et al., 2018). Em texto publicado em 1971, o seu diretor, John Kinard, mencionara que "o museu serve aos homens se, de fato, se preocupa diretamente com o homem de hoje e de amanhã"[252] (Kinard, 1971), discurso que ecoou nas discussões que trouxeram as inquietações do tempo presente para os museus, pontos fulcrais da Mesa de Santiago (1972) e da museologia social.

A teorização sobre esses processos desenvolveu-se a partir de contextos sócio-históricos e seus desdobramentos conceituais que culminaram em movimentos epistemológicos como a *ecomuseologia*, as museologias alternativas, ou *alter-museologia* (Mayrand, 2007; 2009), a museologia dos museus integrados e integrais, a *economuseologia* (Simard, 1989; Simard e Trudel, 2014), a nova museologia, a museologia crítica (Lorente, 2006), a museologia social e a sociomuseologia. As nuances de cada uma dessas abordagens foram reveladas a partir dos termos e referências utilizados, das experiências analisadas e dos seus contextos de realização. Algumas das aproximações latinas foram discutidas nas páginas anteriores, nas vinculações entre os ecomuseus, a nova museologia, a formação do MINOM, o Programa Ibermuseus e as articulações em torno da função social dos museus, aprofundadas desde a Mesa de Santiago,

251 A Universidade de Leicester, no Reino Unido, reúne investigações e vários trabalhos sobre museus e ativismo, alguns deles publicados pela série *'Museum Meanings'*, da Routledge / Taylor & Francis Group. Informações em: https://www.routledge.com/Museum-Meanings/book-series/SE0349#:~:text=About%20the%20Series&text=Museum%20Meanings%20presents%20new%20research,as%20within%2C%20the%20cultural%20sphere. Acesso no dia 6 de fevereiro de 2021.

252 Tradução do autor para: *'The museum serves man if, in fact, it concerns itself directly with the man of today and tomorrow'*. (Kinard, 1971).

em 1972. O protagonismo ibero-americano tornou-se então explícito nos processos associados à Recomendação da UNESCO de 2015, com os evidentes aprofundamentos sobre a função social dos museus (UNESCO, 2015, art. 16, 17 e 18). As referências de processos museais em todo o mundo, ademais, enriqueceram esse debate, com reflexões que em muito contribuíram e contribuem para o estudo das problemáticas da museologia social, sintetizadas na ideia de que "a visão restritiva da museologia como técnica de trabalho orientada para as coleções tem dado lugar a um novo entender e práticas museológicas orientadas para o desenvolvimento da humanidade" (Moutinho, 2014, p.426).

As reflexões sobre o que significaram os anos 1960 e 1970 para as relações entre os movimentos sociais, a cultura e os poderes públicos são cruciais para compreender a emergência dos novos pensamentos museais e suas influências nas décadas seguintes, perceptíveis mais de meio século depois em experiências comunitárias, nas políticas culturais e nos debates acadêmicos. No período citado, os Estados Nacionais responderam de maneiras distintas aos movimentos sociais, muitas vezes por meio do exercício autoritário do poder político, como nas ditaduras latino-americanas, na repressão aos movimentos sociais na Europa e nas guerras contra os libertários africanos. Por outro lado, a queda de regimes autoritários, caso da Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, trouxe alguma esperança às utopias desenhadas nos anos anteriores, através das pressões dos movimentos sociais por mudanças na condução das políticas públicas. A Mesa de Santiago surgiu como uma expressão de um projeto voltado ao desenvolvimento local e às transformações sociais frente ao embate político que almejava o silenciamento dos movimentos sociais na América Latina, em um processo que ocorria em toda a região[253]. A fala de abertura do Diretor de Bibliotecas, Arquivos e Museus do Chile (DIBAM), Juvencio Valle, em Santiago,[254] expressou bem o processo histórico latino-americano e as articulações então desenroladas em 1972:

> nossa preocupação de hoje é que chegue a conviver com elas (as musas) o povo tumultuoso. A entidade povo, como conglomerado total, tem estado sempre à margem dessas fontes essenciais para o estudo e a compreensão do passado do homem e de seu ambiente[255] . (Del Valle, 1972, p.23)

253 Em 1972, o Brasil já era governado por uma ditadura militar – razão principal da negação à participação de Paulo Freire na Mesa de Santiago. No caso chileno, em 1973, o golpe do General Pinochet brecou brutalmente os projetos políticos voltados para o desenvolvimento social no país. Outros vizinhos foram também governados por ditaduras militares no período abordado, como o Paraguai (1954 – 1989), a Argentina (1966 – 1973 e 1976 – 1983) e o Uruguai (a partir de 1973).

254 Poeta chileno, foi Diretor de Bibliotecas, Arquivos e Museus do Chile (DIBAM) entre 1971 e 1973. Em 1966, recebeu o Prêmio Nacional de Literatura do Chile.

255 Tradução do autor para: *'nuestra preocupación de hoy es que llegue a convivir con ellas (las musas) el pueblo tumultuoso. La entidad pueblo, como conglomerado total, ha estado siempre al margen de estos resortes clave para el estudio y comprensión del pasado del hombre y de su medio'*. (Del Valle, 1972, p.23)

Os resultados da Mesa de Santiago ajudaram a legitimar agendas políticas específicas, como no caso do fomento a experiências comunitárias no México com o desenvolvimento do projeto *Casa del Museo* e do Programa Nacional de Museus Comunitários, ainda na década de 1970 (Camarena et al, 1994; Méndez Lugo, 2008). Os documentos e conceitos de Santiago foram também utilizados como referência em diversas ocasiões nos anos posteriores, conforme já discutido nesta tese – na emergência da nova museologia, na formação do MINOM e, mais de três décadas depois, como inspiração para a Declaração de Salvador, para o Programa Ibermuseus e para as políticas culturais em vários países, a exemplo do Programa Pontos de Memória, no Brasil (Pereira, 2018; Monteiro, 2016) e do *Plan Museos+Sociales*, na Espanha[256].

Em 2017, após a XVIII Conferência Internacional do MINOM, a Declaração de Córdoba preconizou o princípio de que "a museologia que não serve para a vida, não serve para nada" (MINOM, 2017), mote repetido em diversas ocasiões por pensadores como Mario Chagas (2017) e Pedro Pereira Leite (2017), e que reflete os movimentos observados na Ibero-América a partir do início dos anos 2000. As iniciativas de memória social e comunitária que acompanharam e acompanham esse movimento, que envolve ativistas, artistas, acadêmicos e grupos sociais, trouxeram a percepção dos chamados 'museus biófilos', defendidos por Mario Chagas como iniciativas de amor à vida, opostos à necrofilia e ao amor à morte presentes nos museus tradicionais (Chagas, 2015). Em oposição às grandes coleções colonialistas, assim como às parafernálias robotizadas dos "novos museus imperiais" (Moutinho, 2014; 2016), fez-se notar a biofilia dos museus comunitários e sociais em várias partes do mundo, que trouxeram esse aspecto de museus vivos, conectados à vida social das comunidades:

> Acionados pelos movimentos sociais como mediadores entre tempos distintos, grupos sociais distintos e experiências distintas os museus se apresentam como práticas comprometidas com a vida, com o presente, com o cotidiano, com a transformação social e são eles mesmos entes e antros em movimento (museus biófilos). (Chagas, 2011, p.7).

Um dos exemplos observados durante a pesquisa doutoral foi o Museu do Casal de Monte Redondo (MCMR), em Portugal, caso que reflete de forma clara esse processo de associação entre os conceitos e as experiências no âmbito das instituições, das academias e das comunidades. O museu nasceu no contexto posterior à Revolução dos Cravos (1974), numa convergência entre os desejos de memória das comunidades, o fervor dos movimentos

256 Informações disponíveis em: https://www.culturaydeporte.gob.es/museosmassociales/presentacion.html Acesso no dia 11 de fevereiro de 2021.

associativistas do interior de Portugal e a atuação de personalidades de referência na criação do MINOM, como Mario Moutinho, Pierre Mayrand, Alfredo Tinoco e Hugues de Varine[257]. O MCMR, ademais, esteve presente na história recente da museologia social em Portugal: entre 2018 e 2019, um grupo de alunos e professores do Departamento de Museologia da ULHT desenvolveu, em conjunto com a diretoria do museu e com as comunidades locais, um projeto para a sua reestruturação que foi premiado pelo Programa Ibermuseus[258]. As ações empreendidas envolveram a limpeza dos espaços do museu, a organização das coleções, a higienização, o acondicionamento e a conservação preventiva do acervo. Além disso, após reuniões com as comunidades locais, foram desenvolvidos processos formativos de conservação de coleções pessoais, cidadania e memória, e foram debatidos problemas do tempo presente, como acessibilidade e segurança no trânsito. O projeto foi finalizado com a abertura de uma exposição com curadoria compartilhada entre o museu, a academia e as comunidades.

O Museu do Traje de São Brás de Alportel, outra experiência observada em Portugal, consolidou-se como uma experiência que se vinculou manifestamente à sociomuseologia, dadas a postura nas relações comunitárias, as diretrizes escolhidas para a gestão da instituição e a associação direta ao MINOM. Fundado em 1983 por iniciativa do Padre José da Cunha Duarte[259], o museu dedicou-se, inicialmente, ao colecionismo etnográfico da região algarvia, a partir de campanhas de doação comunitária (Querol e Sancho, 2015; Sancho, 2006). Em 1987, a instituição vinculou-se à Santa Casa de Misericórdia para a formação do Centro Cultural António Bentes, que teve as suas atividades ligadas à agenda cultural da cidade[260], ainda que com recursos escassos. A partir de 1993, houve um crescente interesse pela instituição: "o discurso das assimetrias e do despovoamento do interior do Algarve parece ter vindo em socorro de um Centro Cultural que, apesar de tudo, se vinha afirmando." (Sancho, 2006, p.57). O museu assumiu-se nos anos seguintes como o principal espaço de encontro das diferentes comunidades que habitam a cidade, entre imigrantes e populações locais[261]. A diversidade de ações da

257 Para mais informações sobre o MCMR e o seu contexto de criação, vide: Mayrand e Moutinho (2007); Luiz (2020).
258 O projeto foi elaborado por Katia Filipini, Marcelo Murta e Maristela Simão. A investigadora Nathália Pamio Luiz foi a coordenadora e articuladora local do projeto durante a sua pesquisa de Mestrado, o que foi relatado e discutido em sua dissertação final (Luiz, 2020). Para mais informações, vide o Banco de Boas Práticas do Ibermuseus: http://www.ibermuseos.org/pt/recursos/boas-praticas/renova-museu/ Acesso no dia 9 de fevereiro de 2021.
259 Pároco da Igreja Católica em São Brás de Alportel entre 1981 e 2017. Informações disponíveis em: https://folhadodomingo.pt/padres-cunha-duarte-celebraram-50-anos-de-sacerdocio-36-dos-quais-dedicados-ao-algarve/ Acesso no dia 10 de fevereiro de 2021.
260 No website da instituição há uma série de documentos referentes à história do museu, como estudos regionais, bibliografia de referência e registros oficiais: https://www.museu-sbras.com/docs.html Acesso no dia 10 de fevereiro de 2021.
261 De acordo com as impressões registradas após a estadia de três meses em São Brás de Alportel, entre julho e setembro de 2016, ainda que o museu mantenha uma postura sensível e ativa em relação às comunidades, alguns pontos dificultam as relações entre os grupos sociais, dadas as diferenças culturais e sociais entre portugueses, expatriados e imigrantes. Os próprios

instituição inclui a realização de exposições, festivais de música ucraniana, concertos de jazz, festejos tradicionais portugueses, inventários participativos[262], registros de história oral em comunidades rurais, debates sobre temas contemporâneos de relevância para a comunidade, sessões de informação a comunidades estrangeiras, desfiles e concursos de trajes, cursos de fotografia, noites de fado e encontros no café do museu. A função social do museu foi evidenciada pela superação do colecionismo inicial, associado à guarda da "memória coletiva local", e pela sua crescente efetivação enquanto espaço de participação das comunidades, pela convergência de vários interesses – "tradição, acervo, expectativas da população, recursos disponíveis e sensibilidades individuais" (Ibid., p.58) – e com a realização de atividades que integram associações, coletivos, grupos informais e o poder público.

Para a sua administração, o Museu do Traje adotou uma assim chamada "mobilização museológica interorganizacional", que valoriza os aspectos relacionais da gestão como contraponto a sistemas verticalizados e controladores, e que "consiste na compreensão da organização com fenômeno relacional", onde "tudo está inserido nos processos contínuos e interdependentes das relações sociais, econômicas, políticas e culturais das quais fazem parte" (Cezário e Davel, 2018, p.25). De fato, a gestão das atividades da instituição faz-se a partir de acordos entre os diversos entes que se relacionam na organização, sejam eles parte do seu quadro de pessoal permanente (três funcionários), voluntários, comunidades locais ou membros da associação Amigos do Museu[263], que conta com mais de 800 filiados e autonomia para o desempenho de suas atividades (Querol e Sancho, 2015). O Museu do Traje esteve presente no MINOM em diversas ocasiões, dado o protagonismo de seu diretor, Emanuel Sancho[264], e inclusive com a realização das XVII Jornadas sobre a Função Social dos Museus[265] de 2006 em São Brás de Alportel, quando os participantes trouxeram para o evento discussões que relacionavam a museologia e as utopias, pauta muitas vezes destacada em debates que associam

termos utilizados revelam as barreiras expressas nos preconceitos linguísticos: expatriados para os grupos oriundos dos países do Norte, principalmente Reino Unido, Holanda, Alemanha e França; e imigrantes para os ucranianos e brasileiros.

262 Uma das principais ações nesse sentido é o projeto 'Fotografia, Memória e Identidade' (FMId), investigação colaborativa sobre os acervos fotográficos da cidade. (Querol e Sancho, 2014). Durante o acompanhamento das atividades do museu, em 2016, o grupo reunia-se semanalmente em uma sala com a projeção e discussão sobre acervos selecionados. Interessante observar que em várias ocasiões, enquanto tal atividade se desenvolvia, outros coletivos reuniam-se para outros propósitos nos espaços do museu, como as palestras sobre fotografia organizadas pelas comunidades migrantes reunidas no *Algarve Photographers Group* (ou, nesse caso, "*expatriados*"). Isso revela também uma clara divisão no uso dos espaços do museu entre os grupos e os seus respectivos interesses. Enquanto o FMId focava o inventário participativo associado à história das comunidades portuguesas locais, os encontros dos migrantes do Norte possuía um claro apelo técnico e estético (operação de câmeras, enquadramento, luz, cores etc.), associado aos concursos de fotografia organizados pelo grupo. Informações sobre o grupo disponíveis em: https://www.algarvephotographersgroup.org/ Acesso no dia 17 de fevereiro de 2021.

263 Informações em: http://www.amigos-museu-sbras.pt/pt/index.htm Acesso no dia 10 de fevereiro de 2021.

264 Museólogo e diretor do Museu do Traje desde a década de 1990.

265 Jornadas realizadas em Portugal desde 1988. Informações em: http://www.minom-portugal.org/docs-jornadas.html Acesso no dia 10 de fevereiro de 2021.

os museus ao desenvolvimento das comunidades (Tinoco, 2006). Ao descreverem as atividades do museu em artigo de 2015, Emanuel Sancho e a acadêmica Lorena Querol articularam as ideias da nova museologia, do desenvolvimento endógeno, da participação e da sociomuseologia ao trazerem um questionamento sintético: "Afinal, o que é a sociomuseologia senão a expressão museológica total de uma cultura participativa e comprometida com o desenvolvimento local?"[266] (Querol e Sancho, 2015, p.229). As questões trazidas pela sociomuseologia superaram os aspectos desenvolvimentistas baseados em premissas unicamente econômicas, e a preocupação com o fomento a projetos com escala humana está vinculada a essa percepção conferida ao desenvolvimento local.

Os contextos políticos favorecem o desenvolvimento de determinadas ações não apenas a partir de seu financiamento direto, mas também com a legitimação dos discursos – ponto nevrálgico entre as três premissas apresentadas no início deste subcapítulo. Com a Revolução dos Cravos, em 1974, houve uma difusão de museus locais em Portugal, fruto do processo de democratização pelo qual passava o país (Moutinho, 2019, p.18). A atmosfera política repercutiu diretamente em outras experiências nas décadas seguintes, com a abertura de novos museus, algo que também auxiliou o desenvolvimento epistemológico da sociomuseologia, considerando os profissionais e ativistas envolvidos nesses processos – as experiências reunidas discutiam problemáticas sociais e do direito à memória, favorecidas por uma atmosfera política que facilitava a promoção desses projetos.

No Brasil dos anos 2000, a inserção da museologia social nas pautas das políticas culturais, em um contexto que superava o autoritarismo e o abandono das anteriores gestões públicas da cultura (Rubim, 2008; 2009; 2012), facilitou a pulverização de ações sociomuseológicas por todo o território nacional. Em 2006, ao anunciarem a inauguração do Museu da Maré no Rio de Janeiro, os jornalistas de vários meios de comunicação revelaram um fascínio com as mudanças observadas neste "novo" quadro: a inclusão de grupos historicamente excluídos nessa nova tipologia de museu comunitário (Chagas e Abreu, 2007, p.131). Ainda que não fosse a primeira experiência desse tipo no país, a sua aparição causou estranhamento àqueles familiarizados com as estruturas suntuosas que caracterizam os grandes museus tradicionais mundo afora. O principal ponto a ser observado, entretanto, não é somente o surgimento do museu de maneira isolada, mas o seu contexto de nascimento a partir de ações coordenadas entre a sociedade civil, ONGs e o poder público, algo não muito usual na história

266 Tradução do autor para: *'In the end, what is Sociomuseology, if not, the total museological expression of a participatory culture committed to local development?'* (Querol e Sancho, 2015, p.229).

das políticas culturais no país[267]. A experiência do Museu da Maré foi um desdobramento de ações anteriormente desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) que inspirou outras iniciativas em todo o Brasil, e foi tomada como uma das referências para o desenvolvimento e fortalecimento de políticas culturais para os museus, a exemplo da Política Nacional de Museus e do Programa Pontos de Memória[268] – principais políticas públicas voltadas ao fomento a iniciativas de memória social e comunitária no Brasil, lançados em 2009.

O Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu)[269], localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma das muitas experiências que se desenvolveram a partir desse ambiente favorecido por políticas culturais que passaram a valorizar as iniciativas comunitárias no Brasil. A experiência iniciou-se quando a comunidade local respondeu a episódios de violência policial com a organização das "marchas pela paz" e de movimentos de luta por direitos humanos sob a liderança do Padre Mauro da Silva, pároco católico local. A primeira exposição de longa duração do Muquifu foi inaugurada em 2013 (Silva, 2016; 2018), a partir de quando a instituição passou a identificar-se explicitamente como museu, com inspiração nos exemplos de outras instituições pioneiras como o Museu da Maré e o Museu de Favela (MUF)[270].

O Muquifu foi estabelecido no mesmo espaço onde se localiza uma igreja católica[271], a Paróquia Nossa Senhora do Morro. A iconografia das paredes internas da igreja ficou a cargo dos artistas plásticos Cleiton Gos e Marcial Ávila, que pintaram figuras femininas representativas da comunidade de uma maneira que fossem "entronizadas" ou imortalizadas no museu. Essas chamadas *novas musas*, mulheres que tiveram um papel essencial na história local, foram reconhecidas ao serem retratadas em cenas religiosas com um sincretismo vívido, em uma releitura do *templo das musas*, agora protagonizado pelas representantes da

267 Sobre as tradições das políticas culturais no Brasil, vide: Rubim (2008; 2009; 2012).

268 O programa "Pontos de Memória" desenvolveu-se a partir de uma articulação entre o desenvolvimento local e a memória social, e foi estabelecido através de uma parceria entre o Ministério da Cultura (MinC), o Ministério da Justiça (MJ) e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Em 2009, doze projetos pioneiros foram selecionados para uma iniciativa conjunta com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do MJ. Os critérios para a definição dos projetos combinaram altos níveis de violência e baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) em áreas periféricas de centros metropolitanos. Para mais informações, vide: Pereira, 2018; Monteiro, 2016.

269 Para uma discussão aprofundada sobre a história do Muquifu e suas exposições, vide: Silva (2016; 2018); Braga e Silva (2020); Freitas (2016).

270 Para mais informações sobre o MUF, vide: https://www.museudefavela.org/ Acesso no dia 17 de fevereiro de 2021.

271 Essa relação do museu com a Igreja Católica não deve ser observada de maneira ingênua e superficial. Se, por um lado, a Igreja possui interesses inerentes a seus aspectos missionários, por outro lado, os embates internos e os movimentos que questionam o exercício do seu poder possuem grande relevância na história das ciências humanas e da própria museologia. Exemplos disso podem ser observados na Teologia da Libertação e também das relações estabelecidas entre Paulo Freire e Hugues de Varine no âmbito do Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento dos Povos (INODEP).

comunidade. Em uma das cenas, por exemplo, a primeira mulher local a receber o título de doutora, Josemeire Alves Pereira[272], foi pintada entre os anciãos de um templo judaico, todos homens, como era comum nesses espaços sagrados. Esse posicionamento iconográfico questiona as estruturas sociais historicamente observadas no Brasil, de opressão a negros, mulheres e demais grupos historicamente afastados dos espaços de poder e desfavorecidos pelas políticas públicas.

Os processos de curadoria do Muquifu adotam uma perspectiva que busca a horizontalidade[273] para a definição das exposições como narrativas em primeira pessoa. Nesse sentido, o museu mantém-se como uma "esfera de escuta" aberta à diversidade dos ativismos dos moradores, com exposições que trazem demandas e desejos dos grupos sociais locais, conectados ao exercício dos direitos humanos, à luta contra o racismo e outras formas de opressão. A localização do museu em uma favela com cerca de 16.000 habitantes (Morro do Papagaio), cercada por bairros de classe média alta, coloca o ativismo como central em suas atividades, na luta por direitos culturais e pela representatividade das populações marginalizadas em uma metrópole,[274] ponto comum às regiões periféricas de grandes cidades da América Latina.

Duas das exposições de longa duração apresentadas pelo Muquifu[275] abordam um problema histórico enfrentado pelos brasileiros – as desigualdades nas relações de trabalho[276] e as profissões tradicionalmente atribuídas a populações marginalizadas. Inúmeras mulheres que moram no *Morro do Papagaio* trabalham como empregadas domésticas em residências de classe alta e média onde, muitas vezes, hospedam-se em pequenos cômodos. A exposição "Doméstica, da escravidão à extinção", que reproduziu um desses quartos, foi montada com o apoio das mulheres da comunidade de maneira a conectar a história da escravidão no Brasil com a história das empregadas domésticas contemporâneas, considerando que essas mulheres somente tiveram os seus direitos trabalhistas reconhecidos a partir de legislações específicas

272 Josemeire Alves Pereira desenvolveu um trabalho de investigação sobre o racismo e o planejamento urbano na história da cidade de Belo Horizonte, pela UNICAMP, na área de História Social da Cultura. Para mais informações, vide: Pereira, 2019.
273 O Coletivo Muquifu, responsável pela organização das atividades do museu era, em 2021, composto por: Alexsandro Trigger, Augusto de Paula Pinto, Caroline Oliveira, Catharina Gonçalves, Cleiton Gos, Mauro Luiz da Silva e Samanta Coan.
274 Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Belo Horizonte possui uma população estimada em mais de 2.5 milhões de pessoas, chegando a região metropolitana a 6 milhões de habitantes. Informações disponíveis em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama Acesso no dia 17 de fevereiro de 2021. Para informações sobre o histórico da localidade e a sua relação com as políticas culturais da cidade de Belo Horizonte, vide Pereira (2012).
275 As citadas exposições estiveram abertas no Muquifu durante todo o desenvolvimento da pesquisa doutoral, entre 2015 e 2020.
276 As desigualdades são consideradas aqui de maneira ampla e diversa, ao envolver questões sociais, raciais, de classe, de gênero e nas relações entre trabalhadores, patrões e instituições.

em 2013 e 2015[277]. As paredes do quarto permanecem disponíveis para depoimentos escritos pelas trabalhadoras, e a exposição pode ser alterada todos os dias à medida que novos objetos e declarações são ali depositados. Em outra sala do museu, a exposição 'Pedro Pedreiro'[278] foi desenvolvida a partir da perspectiva dos operários do setor da construção civil que moram na comunidade, propositalmente em uma sala inacabada do museu em construção. A dinâmica do trabalho diário foi exibida com um discurso crítico sobre as suas condições, por meio de materiais de construção, roupas e uniformes, equipamentos de segurança e projeções das rotinas em canteiros de obras. Várias outras exposições discutem a cultura popular, profissões presentes na comunidade e perspectivas de habitantes locais que trouxeram os seus objetos e suas histórias para serem guardados pelo museu.

O surgimento de museus em áreas periféricas, historicamente desprovidas de serviços públicos básicos, não foi apenas um fator simbólico no Brasil, levando em conta que isso se refletiu em projetos que se concretizaram com o passar dos anos. A desigualdade nas grandes cidades, já identificada desde a década de 1970, quando os debates da Mesa de Santiago trouxeram à tona os problemas sociais existentes, não foi resolvida nos cerca de cinquenta anos que se passaram. Com os falhanços no planejamento urbano, as periferias e favelas foram excluídas do que se convencionou chamar "a cidade" – aquelas partes urbanizadas, receptoras de recursos provenientes dos órgãos de decisão política, e com disponibilidade de estruturas e serviços[279]. Os museus sociais, baseados em comunidades, refletem essa instabilidade das cidades e evidenciam os seus problemas sociais. Mas, ao mesmo tempo, valorizam a diversidade cultural que permite aos cidadãos usufruir da função do museu como uma instituição social, seja para o exercício de seus direitos culturais, ou para a busca de soluções para os problemas da sociedade, por meio da conscientização, da participação e com horizontes de mudança social. Esses aspectos refletem o mesmo espírito dos movimentos que se articulavam em todo o mundo em busca de museus mais atrelados às demandas populacionais e ao desenvolvimento local, em que

> os vizinhos são incentivados a se encontrar e conversar; chamar atenção para problemas urgentes; inspirar as pessoas a fazerem o melhor que puderem; patrocinar programas nas artes performativas e visuais; e participar no desenvolvimento de uma variedade de interesses,

277 Proposta de Emenda à Constituição 72/2013 e Lei Complementar 150, de junho de 2015.
278 Alusão à canção "Pedro Pedreiro", composta em 1965 por Chico Buarque de Hollanda.
279 No trabalho de observação junto ao Muquifu, em diversas ocasiões a "cidade" era mencionada como alusão à região central mais urbanizada de Belo Horizonte, em contraponto à "comunidade", em referência ao Morro do Papagaio, favela onde está localizado o museu.

> desde alcoolismo e arqueologia local, até ornitologia e planejamento urbano[280] (Kinard, 1971, p.151-156).

Os estudos desses processos de renovação na museologia podem ser feitos a partir de várias chaves interpretativas, patentes na diversidade de ferramentas metodológicas e de elaboração textual com abordagens transdisciplinares que perpassam as ciências sociais, a gestão, a história e a literatura. Ao analisar alguns textos anglófonos da área de estudos de museus[281], dois conceitos podem ser tomados como referências profícuas às convergências com a sociomuseologia, considerando a atuação dos museus junto ao desenvolvimento comunitário, à coesão social e ao exercício dos direitos humanos e culturais: o ativismo e a participação. Os autores britânicos Eithne Nightingale[282] e Richard Sandell[283], em texto de 2012, destacaram que "embora os museus frequentemente operem de maneira a excluir, marginalizar e oprimir", devem "agir sobre as desigualdades", com a atribuição de atuar e "refletir sobre as relações sociais e políticas e de impactar positivamente as experiências vividas por aqueles que sofrem discriminação e preconceito", contribuindo para "sociedades mais justas e igualitárias"[284] (Sandell e Nightingale 2012, p.3). Em 2006, a norte-americana Elaine Gurian[285] apresentou, em uma coleção de textos com reflexões sobre as suas experiências, perspectivas que enriquecem o espaço do museu fórum, dedicado ao debate de ideias sobre as sociedades do tempo presente, ao assumir que "cada vez mais, os líderes dos museus também estão afirmando que os museus podem se tornar lugares seguros para ideias inseguras, locais de encontro para diversos povos e fóruns neutros[286] para discutir questões de nossos dias.[287] (Gurian, 2006, p.99).

---

280 Tradução do autor para: *'Neighbours are encouraged to meet and talk; call attention to urgent problems; inspire people to do the best they can; sponsor programmes in the performing and visual arts; and participate in the development of a variety of interests from alcoholism and local archaeology, to ornithology and urban planning'.* (Kinard, 1971, p.151-156).

281 Assim designados '*Museum Studies',* área correlata à Museologia presente nas linhas de formação anglófonas.

282 Profissional britânica com larga experiência em estudos de museus, educação, desenvolvimento comunitário e populações migrantes. Atuou em diversos museus londrinos e como técnica de educação do *Camden Council*, vinculada ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as relações interétnicas. Informações disponíveis em: https://www.migrationmuseum.org/distinguished-friends/eithne-nightingale/ Acesso no dia 6 de fevereiro de 2021.

283 Investigador e professor do Departamento de Estudos de Museus da Universidade de Leicester, no Reino Unido.

284 Tradução do autor de excertos de: *'We use the term social justice to refer to the ways in which museums, galleries and heritage organisations might acknowledge and act upon inequalities within and outside of the cultural domain. This usage is underpinned by a belief in the constitutive, generative character of museums; their capacity to shape as well as reflect social and political relations and to positively impact lived experiences of those who experience discrimination and prejudice. Whilst museums have often operated in ways which exclude, marginalise and oppress, there is growing support (and evidence) for the idea that museums can contribute towards more just, equitable and fair societies'* (Sandell e Nightingale 2012, p.3).

285 Acadêmica e consultora norte-americana com experiência em museologia, educação e desenvolvimento comunitário. Informações e seleção de textos da autora disponíveis em: http://www.egurian.com/ Acesso no dia 6 de fevereiro de 2021.

286 Cabe aqui sublinhar o problema da utilização, pela autora, do termo 'neutro', uma vez que os museus, mesmo que o almejem, nunca possuem essa citada neutralidade.

287 Tradução do autor de excertos de: *'Museum professionals generally acknowledge that the traditional mission of museums involves housing and caring for the tangible story of the past, materially illuminating contemporary issues, and creating a physical public consideration of the future. Increasingly, museum leaders are also asserting that museums can become safe places for unsafe ideas, meeting grounds for diverse peoples, and neutral forums for discussing issues of our day. (...) museums*

O aspecto participativo dos museus foi abordado pela autora norte-americana Nina Simon[288], e serve de referência para várias experiências em outras partes do mundo, a partir de obras que destacaram a participação e a relevância dos museus para as pessoas e para as suas comunidades (Simon, 2010; 2016). Se o ativismo trouxe essa perspectiva da ação dos diversos grupos sociais pela dignidade e pelo exercício de seus direitos culturais, a participação tornou-se condição essencial para que o museu exerça a sua função social de maneira democrática. Os dois aspectos foram notados nas experiências analisadas durante a investigação doutoral, sejam elas com base em pesquisa documental ou na observação de casos específicos: o Museu do Casal de Monte Redondo possui imbricados em sua origem a participação e o ativismo das comunidades locais e das redes profissionais promovidas pelo MINOM; o Museu do Traje mantem-se como espaço aberto à participação das diversas comunidades que habitam a cidade; e o Muquifu e outras várias experiências de museus comunitários no Brasil erguem as suas bandeiras no forte ativismo desempenhado nas lutas contra o racismo e pelo respeito aos direitos humanos.

Mais que buscar elementos de validação ou normatização com base em modelos definidos e estruturados para os museus, o que se observa na sociomuseologia é a reunião de experiências diversas com horizontes que convergem em pautas comuns, associadas aos direitos humanos, aos direitos culturais, ao desenvolvimento sustentável e à transformação social. Essas "museologias indisciplinadas" (Britto, 2019), ou "museologias insurgentes"[289] (Cândido, 2020), caracterizam a transgressão paradigmática[290] revelada na museologia e nos processos museais – seja nos anos 1960 na França e nos EUA, na América Latina no contexto da Mesa de Santiago (1972), ou no Brasil dos anos 2000 – e atuam como "uma forma de resistência no limiar entre o normativo e o criativo, um espaço que favoreceria a emergência de outros poderes e saberes, um local privilegiado para o questionamento, a desconstrução e ao exercício da diferença" (Britto, 2019, p.113).

A exemplificação dos chamados processos sociomuseológicos neste subcapítulo partiu das reflexões do autor, ao considerar os projetos com os quais manteve contato e os

are an important part of civic life. (...) museums have become an important agent in the creation of a more cohesive society'. (Gurian, 2006, p.99).

288 Especialista em museus, curadora e designer com atuação em projetos participativos. Trabalhou como Diretora Executiva do *Santa Cruz Museum of Art & History*, na Califórnia/EUA. Informações disponíveis em: http://www.participatorymuseum.org/about-the-author/ Acesso no dia 17 de fevereiro de 2021.

289 *'Les muséologies insurgées: échanges transnationaux'* é o título do projeto desenvolvido pela investigadora Manuelina Maria Duarte Cândido na Universidade de Liège, na Bélgica. (Cândido, 2020).

290 Sobre o conceito de paradigma e suas transgressões na história das ciências, vide: Kuhn (2013). Sobre como a nova museologia e a museologia social podem ser abordadas no âmbito de um paradigma que surgiu em oposição à museologia tradicional, vide: Britto (2019).

entendimentos possíveis sobre as políticas públicas e a atuação das instituições. Nos últimos anos, muitos museus e projetos têm se vinculado aos "princípios" da museologia social, algo que, embora difuso entre várias possibilidades – desenvolvimento sustentável, direitos humanos, participação social, ativismo, transformação social etc. – talvez reúna as suas perspectivas na própria diversidade cultural e na percepção apregoada por Alfredo Tinoco, de que "a única coisa permanente é a mudança. A museologia tem mudado com o Mundo". (Tinoco, 2012, p.221). A museologia social responde ao tempo presente, e por si só, é a expressão da mudança, define-se em sua própria indefinição, e expressa-se na participação e no ativismo dos grupos sociais voltados para o exercício dos direitos culturais e para o desenvolvimento humano.

Em Lisboa, os cursos de especialização em museologia social promovidos pelo professor Mario Moutinho desde o início dos anos 1990[291] enraizaram-se no Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), que ampliou as suas linhas de investigação a partir do Mestrado em Museologia, em 1999, e do Programa de Doutoramento, em 2007[292] (Moutinho, 2019; Biléssimo, 2020; Figurelli e Moutinho, 2016). O termo sociomuseologia foi utilizado pela primeira vez pelo professor Fernando dos Santos Neves, em 1993 (Moutinho, 2019, p.16; p.215), que interpretou esse processo como "uma verdadeira revolução teórica e prática" sintetizado em sua "designação terminológica e epistemologicamente inovadora" (Neves, 1993, p.5). Os Cadernos de Sociomuseologia, publicados desde 1993, reúnem uma densa coleção de artigos e dissertações sobre investigações desenvolvidas no contexto do Departamento de Museologia da ULHT, e também com a contribuição de investigadores externos, com reflexões sobre experiências de museologia social (Figurelli e Moutinho, 2016). Ainda que debates análogos se desenrolem em outras universidades e centros de investigação, a ULHT assumiu o protagonismo como herdeira das abordagens acadêmicas tomadas pela nova museologia desde a Mesa de Santiago, e as linhas de investigação ali desenroladas tornaram-se as principais referências para a sociomuseologia.

2.4 Articulações possíveis entre a Sociomuseologia, os Direitos Culturais e as Políticas Públicas

291 Anteriormente, o Professor Mário Moutinho já havia iniciado esse processo, primeiro na tentativa de abrir uma pós-graduação na Universidade de Lisboa, em 1988, e no ano seguinte, ao apresentar a proposta à Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). (Moutinho, 2019, p.13-14).

292 Para informações sobre as investigações desenvolvidas no doutoramento, vide Biléssimo (2020).

A emergência de um novo paradigma museológico, com a sociomuseologia, trouxe novas "constelações de compromissos[293] marcados pela participação e crítica social", processo patente em diversas áreas das ciências e do conhecimento[294] na segunda metade do século XX (Britto, 2019, p.93). A interpretação das tomadas de posição da sociomuseologia, frente aos temas que trabalha e às problemáticas que aborda, iluminou as possibilidades para a compreensão de suas ações como vinculadas a agendas progressistas voltadas à promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, e promovidas por organismos internacionais e movimentos sociais – nesse caso, os movimentos sociais ibero-americanos, o MINOM e a UNESCO. Esses compromissos convergiram para o que se desenvolveu nas últimas décadas, com os desenvolvimentos epistemológicos que se aprofundaram no início do século XXI com base em discussões que se desenrolavam nas décadas anteriores em torno da democracia cultural, dos direitos culturais e da cidadania cultural.

Algumas experiências na França do pós Maio de 1968 explicitaram o fervor social do período histórico e o curso das mudanças nos paradigmas, dados os questionamentos aos modelos de *democratização cultural* e a aproximação a políticas mais vinculadas às *democracias culturais*[295]. Essas mudanças paradigmáticas, porém, não foram abruptas, no sentido de gerarem revoluções institucionais absolutas, e as políticas que eram contestadas à época subsistiam e conviviam com os processos experimentais nascentes. Os contrastes sociais e culturais eram evidentes em projetos que corriam paralelamente, de acordo com inspirações bastante diferentes, algo exemplificado na inauguração do *Écomusée du Creusout*, em 1972, e do *Centre Georges-Pompidou*, em 1976 (Poulot, 2008, p. 174), sendo o primeiro associado a uma ideia de desenvolvimento local e que poderia se aproximar das *democracias culturais*, e o último, com uma clara inspiração na *democratização cultural*, na linha política de André Malraux[296]. A permanência do colonialismo e do elitismo no acesso às artes e à cultura era percebido com insatisfação pelos movimentos sociais mundialmente, dada essa abordagem que somente possibilitava-lhes o acesso às referências culturais de grupos sociais dominantes, um processo que ainda se mantem ativo nos mais diversos contextos no século XXI. Nesse ponto, o exercício da cidadania torna-se incompleto, justamente por não ter incluídas as referências

293 As "constelações de compromissos" mencionadas por Britto referem-se à "linguagem de especialidade e a relativa unanimidade de julgamentos profissionais, marcados, assim, por generalizações simbólicas" (Britto, 2019, p.86), presentes nos processos de revolução científica e de mudança paradigmática segundo a obra de Thomas Kuhn (2013).
294 Em sua tese de doutoramento, Clovis Carvalho Britto cita alguns desses processos, como a Nova Museologia, o Teatro do Oprimido, a Teologia da Libertação, a Medicina Comunitária, a História Social, a Arqueologia Pública, a Arquitetura Sustentável e o Direito Achado na Rua (Britto, 2019, p.93).
295 Vide o capítulo I desta tese.
296 As políticas culturais implementadas por André Malraux foram discutidas na seção 1.1 desta tese.

culturais de grupos desfavorecidos, que por esse motivo são impedidos de exercer os seus direitos culturais.

O antropólogo Renato Rosaldo criticou a atuação do Estado ao tratar da cidadania cultural de grupos minoritários ausentes das principais esferas de decisão política[297], uma vez que "uma série de instituições estatais podem se tornar locais contestados de privilégio versus exclusão quando um grupo detém autoridade sobre outros que se encontram rebaixados por não terem seus 'próprios' em posições de autoridade[298]" (Rosaldo, 2003, p.5). O que os movimentos da década de 1960 provocaram foi, justamente, o questionamento desses espaços públicos como campos de privilégio, trazendo à tona o aspecto participativo inerente ao exercício da cidadania cultural. Esses processos são observados nas décadas seguintes, em um constante processo de demandas sociais presentes da década de 1960 até os anos 2000, na nova museologia e na museologia social, na contracultura e no protagonismo de coletivos historicamente oprimidos:

> Já não se trata apenas de democratizar o acesso aos museus instituídos, mas sim de democratizar o próprio museu compreendido como tecnologia, como ferramenta de trabalho, como dispositivo estratégico para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro. Trata-se de uma denodada luta para democratizar a democracia[299]. (Chagas, 2011, p. 5)

Essa luta pela "democratização da democracia", apregoada por Mario Chagas com base na obra de Boaventura de Sousa Santos (2002), alinha-se com os conceitos de democracia cultural, trabalhado por Néstor García Canclini (1987), e de cidadania cultural, discutido por Marilena Chauí. Esses dois conceitos, que permeiam todo o texto desta tese, foram relacionados e aprofundados nas suas quatro primeiras seções[300], onde foram verificadas as perspectivas que almejam a ampliação dos processos participativos nos sistemas democráticos e em instituições tradicionalmente tratadas como espaços de privilégios, como o são os museus. Observou-se, a partir das experiências, dos documentos e dos autores analisados durante a investigação doutoral, que os processos sociomuseais possuem uma clara convergência com os conceitos

297 Ainda que a obra consultada se refira a contextos específicos do sudeste asiático, tal percepção pode ser aplicada em diversos contextos, a exemplo dos estudos do autor sobre as comunidades latinas nos EUA.

298 Tradução do autor de excertos de: *'Thus a range of state institutions can become contested sites of privilege versus exclusion when one group holds authority over others who find themselves demeaned by not having their "own" in positions of authority. As this volume demonstrates, other sites of contact and conflict include published national histories, the transnational environmental movement, ritual speech in couplet form, and metropolitan radio news programs'*. (Rosaldo, 2003, p.5)

299 O autor refere-se aqui à seguinte obra: Santos, Boaventura de Souza (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

300 Os conceitos de cidadania cultural foram também discutidos nas seções 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4.

trabalhados por Chauí e García Canclini, a partir das novas "constelações de compromissos" que emergiram com a nova museologia e a museologia social (Britto, 2019). A democracia cultural e a cidadania cultural, assim como a sociomuseologia, trouxeram a participação social, o desenvolvimento sustentável, o ativismo e o respeito aos direitos humanos para o centro dos debates sobre a cultura, tanto em termos declaratórios, como na definição de ações associadas às políticas públicas. Ao resenhar uma coletânea de publicações lançada mais de três décadas após o advento do conceito de democracia cultural (García Canclini, 1987; García Canclini et al., 2019), o investigador Sergio Ricardo Retroz evidenciou essas proximidades conceituais e a relação estabelecida com o desenvolvimento de políticas culturais:

> Assim como Canclini, Chauí (1995) também elabora uma tipologia para classificar os modos de gestão da cultura, em certa medida coincidente com a tipologia desenhada pelo autor argentino. Chauí entende a cultura como direito de todos os cidadãos e defende a democratização dos seus meios de produção, bem como aponta para uma nova cultura política. Trata-se de um conceito em diálogo e consonância com aquele de Canclini, conceito que não se limitou ao pensamento, mas pautou a atividade da brasileira como secretária da Cultura na cidade de São Paulo, entre 1989 e 1992. (Retroz, 2020)

Todos esses fenômenos estão diretamente relacionados à crescente inserção de pautas democráticas e de vozes historicamente silenciadas no âmago das deliberações públicas desde os anos 1970. Ano após ano, os direitos culturais consolidaram-se legalmente e passaram a integrar os textos constitucionais em vários países, o que abriu possibilidades para a participação dos movimentos sociais nas tomadas de decisão e na construção das políticas culturais. A história das constituições europeias – e também das latino-americanas, que possuem uma forte vinculação com os regimes baseados no Direito Romano – pode ser dividida em fases de acordo com os tipos de direitos que estabeleciam e os ideários que evocavam. Da mesma forma, o exercício da cidadania é percebido de maneira distinta, considerando, por exemplo, as áreas que agrega (política, econômica, social e cultural) e as gerações (ou dimensões) dos direitos humanos a que se relaciona.

O constitucionalista espanhol Jesús Prieto de Pedro, em trabalhos associados à história dos direitos culturais e sua inserção nos textos legais, observou os matizes das constituições europeias: o caráter político das constituições liberais do século XIX, econômico e social das constituições do século XX, e o protagonismo crescente da cultura em uma terceira fase de desenvolvimento constitucional. (Prieto de Pedro, 1995; 2011). Nessa terceira fase estão incluídas as promulgações de novas cartas constitucionais que ocorreram em vários países da

Ibero-América em processo de democratização, como em Portugal (1976), na Espanha (1978), no Brasil (1988), na Colômbia (1991), no Paraguai (1992), no Equador (1998 e 2008), no Peru (1993), na Venezuela (1999) e na Bolívia (2009), assim como as revisões empreendidas na Argentina (1994), no México (1992) e na Costa Rica (1989). (Lecanda, 2020; Uprimny, 2011; Miguel, 2003; Cott, 2000; Prieto de Pedro, 1995). Nesse sentido, a autora Donna Lee Van Cott observou, ainda no ano 2000: "sete constituições latino-americanas contêm seções, geralmente próximas ao início do documento, reconhecendo a natureza multiétnica, pluricultural e / ou multilíngue de suas sociedades"[301] (Cott, 2000, p.43).

Em perspectiva aproximada, Toby Miller destacou que esses processos constitucionais geraram três áreas da cidadania, presentes nos direitos atribuídos pelas leis fundamentais: a política, "que confere o direito de residir e votar"; a econômica, que estabelece "o direito de progredir e prosperar"; e a cultural, que amplia para a cidadania "o direito ao conhecimento e à expressão". (Miller, 2011). Nesse sentido, a noção de cidadania, que ingressou no século XXI, ultrapassou as referências legais anteriores, que valorizavam os direitos baseados em aspectos de participação política, nas possibilidades de prosperidade dos indivíduos e no bem-estar, em um processo aproximado às gerações ou dimensões dos direitos humanos (Cunha Filho, 2018; Bonavides, 2006; Vasak, 1977)[302]. O constitucionalismo de fundamento cultural[303] busca assegurar os direitos a partir de outras bases, ligadas às identidades, à natureza e às referências culturais dos povos.

Por outro lado, o exercício dos direitos culturais através da cidadania cultural agita o campo de disputas inerente à cultura. Os aspectos ideológicos evidenciam-se, ora nas pressões por mudanças basilares e ampliações de direitos, ora nas resistências dos chamados "baluartes da tradição"[304], ora nas manipulações da cultura por interesses econômicos, políticos e até mesmo militares, em querelas que se refletem diretamente nos sistemas jurídicos e na legitimação das políticas públicas. Ao abordar as possibilidades para a articulação da cultura pela extensão de direitos no mote da diversidade cultural, Toby Miller discute os significados da cidadania cultural para os diferentes atores sociais:

301 Tradução do autor para: *'Seven Latin American constitutions contain sections, usually near the beginning of the document, recognising the multi-ethnic, pluri-cultural and/or multi-lingual nature of their societies'*. (Cott, 2000, p.43).
302 Alguns autores da geração de 1970, como Vasak, integraram os direitos culturais a uma segunda geração, associada ao PIDESC, de 1966 e aos direitos positivos. Essa discussão foi aprofundada na seção 1.2 desta tese.
303 Para mais informações, vide Cunha Filho (2018) e Reale (2000).
304 Termo utilizado pelo historiador Rodrigo Coppe Caldeira para se referir ao conservadorismo católico brasileiro durante o Concílio Vaticano II (Caldeira, 2009).

> Para os reacionários, a cidadania cultural significa uma perda da unidade nacional e espiritual, pois representa a vitória do sectarismo e do secularismo sobre o patriotismo e a superstição. Para a esquerda e para os estudos culturais, a cidadania cultural está relacionada com a manutenção, desenvolvimento e intercâmbio da linhagem cultural – uma celebração da diferença que também é uma crítica do status quo. Para a direita neoliberal, ela oferece um novo conjunto de nichos mercadológicos e eclesiásticos e espaços de autogoverno. Minha preocupação é que na esquerda cultural conseguimos o que queríamos – situar a cultura no centro da política e das análises sociopolíticas. O problema é que isso não aconteceu através da *Queer Nation* ou de Stuart Hall, mas sim através do consumismo e de Samuel Huntington. Precisamos rearticular a cultura em torno da economia e da política com "P" maiúsculo, e não como uma esfera de idealização antimaterialista e ilusória. (Miller, 2011, p.70)

Ainda que estabelecidas conceitualmente e presentes na realidade de alguns projetos, as democracias culturais necessitam de arcabouços jurídicos que as sustentem para a garantia dos direitos culturais dos indivíduos e das coletividades. Nesse ponto, há de ser clara a distinção entre os direitos e as garantias, no sentido de que os primeiros possuem um caráter declaratório, típico dos documentos internacionais e normativas associadas aos direitos humanos. As garantias, por outro lado, estão atreladas a seu caráter de concretização em linhas programáticas, por um lado, e na clara alusão ao respeito aos direitos dos grupos e indivíduos, inclusive com previsões concretas para a sua proteção e salvaguarda. Segundo o constitucionalista Humberto Cunha Filho,

> no aspecto da efetividade, um direito corresponde a uma simples declaração (ex.: todos podem realizar criações artísticas), já a garantia é o instrumento capaz de concretizar o que o direito declara (ex.: o Estado criará fomentos aos que não têm recursos para realizar as criações artísticas). (...) as garantias são todos os elementos que convergem para que os direitos deixem de ser simples declarações e passem a se materializar na realidade (...). Note-se, por exemplo, que estabelecer um plano de cultura, integrar a comunidade na gestão cultural, destinar recursos para a cultura, estabelecer inventários, registros, vigilância, tombamento[305] e desapropriação, outras formas de acautelamento e preservação do patrimônio cultural e guarnecer os documentos públicos são essencialmente elementos garantidores dos direitos culturais declarados como fundamentais. (Cunha Filho, 2018, p.42)

Os conceitos entrecruzados neste segundo capítulo – sociomuseologia, direitos culturais, cidadania cultural e democracia cultural – possuem bases e horizontes convergentes. A compreensão e a localização dos direitos culturais são imprescindíveis para o desenho de políticas públicas, consideradas a partir de suas possibilidades de efetivação de garantias. Uma das possibilidades para o pleno exercício dos direitos culturais é a promoção de políticas públicas que alimentem atmosferas para a democracia cultural, com base na diversidade cultural, no respeito aos direitos humanos, no desenvolvimento sustentável e na participação

305 No sistema jurídico brasileiro, o termo "tombamento" é utilizado para referir-se à listagem dos bens culturais protegidos pelo Estado. Em Portugal, a denominação utilizada é "classificação".

social. Os museus, por um lado, podem servir como espaços para o exercício dos direitos culturais, desde que favoreçam esses processos a partir de seus posicionamentos políticos e sociais. Por outro lado, uma de suas funções sociais possíveis poderia ser a contribuição direta para o debate e o desenho de políticas públicas, não somente culturais, mas de maneira transversal aos vários setores da administração pública. Ao operar nessa dinâmica dupla – espaço para o exercício dos direitos e instrumento para o desenho de políticas públicas – os museus podem fortalecer a sua função social e contribuir para a garantia efetiva dos direitos culturais, expressos constitucionalmente ou em outras fontes do direito, como as declarações internacionais e a própria jurisprudência.

> Em meio aos debates que envolvem políticas culturais – especialmente pensadas a partir de uma perspectiva dos Estudos Culturais – ganha atenção uma miríade de relações políticas que se constituem entre os aparelhos de cultura e novos projetos de (e para representação da) sociedade. A Museologia, por sua vez, deve participar das referidas discussões localizadas no centro das querelas políticas contemporâneas: projetos de cidade; reconhecimento do Outro – hegemônicos e subalternos; luta por direitos e o debate contemporâneo sobre o sentido do mundo do direito; efeitos do global e suas alternativas – elementos para outras epistemologias. (Barreto et al., 2019, p.130)

Nos próximos dois capítulos será discutido o caso específico analisado por esta dissertação: o processo de elaboração da Política Nacional de Cultura da República do Kiribati, desenhada a partir das dinâmicas sociais presentes no Museu Nacional e nas comunidades locais. O capítulo III apresentará o contexto local, de maneira a facilitar a compreensão das peculiaridades regionais do sul do Pacífico. No capítulo IV, o processo de elaboração da PNC será descrito e discutido, de maneira a compreender de que maneira a abordagem da sociomuseologia pôde contribuir para o exercício e a garantia dos direitos culturais para que se torne imaginada e possível a efetivação da cidadania cultural.

Capítulo III
O Sul do Pacífico e a República do Kiribati

3.1. Descolonização e Permanência Colonialista

Em 17 de maio de 2019, o português Antonio Guterres, enquanto Secretário Geral das Nações Unidas, visitou Tuvalu, país vizinho ao Kiribati. Guterres chamou a atenção para a necessidade de uma reunião de esforços globais para o enfrentamento das mudanças climáticas e do aumento do nível dos oceanos, que afetam de maneira drástica os países insulares. O discurso de Guterres e a expressão publicada em seu twitter – 'necessitamos de uma urgente #AçãoClimática para impedir Tuvalu de submergir, e o mundo de submergir com o país'[306] – refletem as preocupações de inúmeros cientistas e ativistas frente às ameaças das mudanças climáticas e do aquecimento global. No mês de setembro do mesmo ano, a relatora de direitos culturais das Nações Unidas, Karima Bennoune, emitiu um comunicado oficial com informes sobre a sobrevivência cultural de Tuvalu frente aos desafios impostos pelos riscos das mudanças climáticas (Bennoune, 2019). As referências culturais das populações do país e da região, sejam elas associadas aos meios de vida, aos saberes tradicionais ou às expressões artísticas, estariam ameaçadas pelas alterações climáticas e pela insuficiência das respostas locais e globais aos eventos que atingem as ilhas.

Embora as questões climáticas sejam prementes no contexto regional, o Pacífico apresenta uma situação *sui generis* no jogo geopolítico mundial que, associada aos aspectos ambientais, enreda-se numa complexa trama de problemas: os incompletos processos de descolonização, a manutenção de sistemas colonialistas e a permanência de territórios integrantes de potências globais – a exemplo da França, EUA, Inglaterra e Austrália; os desequilíbrios regionais entre países extremamente ricos, como a Nova Zelândia, e os complicados contextos de Papua Nova Guiné, Tuvalu e Kiribati; a dependência econômica do sistema de cooperação internacional; o jogo econômico e militar regional – sobretudo pela presença de bases norte-americanas e nas disputas entre a China e Taiwan pela influência regional. Muitas dessas questões abordadas repetem-se na ordem global, e a compreensão das peculiaridades regionais do Pacífico Sul evidencia os falhanços nas arenas internacionais que dificultam a efetivação das agendas apregoadas pelos organismos internacionais, a exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O funcionamento institucional dos pequenos países insulares é um exemplo de como foram constituídos contextos de desequilíbrios econômicos e sociais através do sistema

306 Tradução do autor para: *'we need urgent #ClimateAction to stop Tuvalu from sinking and the world from sinking with it'.* Disponível em: https://news.un.org/en/story/2019/05/1038661 Acesso em 7 de julho de 2020.

econômico global iniciado após os acordos de *Bretton Woods*[307]. Os processos de descolonização não corrigiram tais aspectos, e mantiveram o fardo da exploração colonial nos países com menos condições competitivas no jogo internacional, algo que está claramente expresso nos principais índices utilizados pelos gestores públicos, organismos internacionais e acadêmicos para acompanhar o desempenho dos países, como o IDH, o PIB, o PIB per capita, o índice GINI etc. Ainda que os índices não permitam a visualização imediata de outros problemas locais, como a falta de fontes de água doce, subnutrição, concentração populacional, violência de gênero, dentre outros, os informes temáticos e setoriais trazem reflexões sobre tais aspectos, a exemplo do relatório "Dificuldade e Vulnerabilidade nos Países Insulares do Pacífico"[308], publicado em 2015 pelo próprio Banco Mundial (Adelman et al., 2015). Isso demonstra as falhas existentes no sistema comercial e financeiro internacional e nos seus mecanismos de cooperação – lembrando, inclusive, que uma das funções do Grupo Banco Mundial é "o encorajamento do desenvolvimento dos países menos desenvolvidos" (Cozendey, 2013, p.167). Na última década, as instituições internacionais vincularam-se às agendas de desenvolvimento dos ODS, e casos como os dos países insulares continuam a desafiar a humanidade a encontrar soluções que superem os colonialismos e neocolonialismos.

País	IDH	PIB	PIB per capita	Índice GINI
Austrália	0.938	1.392.680,59	54.907,1	34.4
Estados Federados da Micronésia	0.614	401,93	3.568,30	40.1
EUA	0.920	21.427.700,00	65.280,70	41.4
Fiji	0.724	5.535,55	6.220,00	36.7
França	0.891	2.715.518,27	40.493,90	31.6
Guam	0.901	5.920,00	35.712,60	n/a
Ilhas Cook	n/a	n/a	n/a	n/a
Ilhas Marianas do Norte	n/a	1.323,00	23.258,70	n/a
Ilhas Marshall	0.698	221,28	3.788,20	n/a
Ilhas Pitcairn	n/a	n/a	n/a	n/a
Ilhas Salomão	0.557	1.425,07	2.127,50	37.1
Kiribati	0.623	194,65	1.655,10	37.0
Nauru	n/a	118,22	9.397,00	n/a
Niue	n/a	n/a	n/a	n/a
Nova Caledônia	n/a	2.682,35	12.579,60	n/a
Nova Zelândia	0.921	206.928,77	42.084,40	36.2
Palau	0.814	283,99	15.859,40	n/a
Papua Nova Guiné	0.543	24.969,61	2.845,20	41.9
Polinésia Francesa	n/a	3.447,54	14.323,80	n/a

307 A conferência de *Bretton Woods* ocorreu após a finalização da II Guerra Mundial, em 1944. Os acordos tiveram como finalidade regular as relações comerciais, financeiras e monetárias mundiais, a partir das negociações dos países aliados. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), posteriormente incorporado ao Grupo Banco Mundial, foram as principais instituições que nasceram dos acordos. (Cozendey, 2013).

308 *'Hardship and Vulnerability in the Pacific Islands Countries'.* (Adelman et al., 2015) Disponível em: https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/ Acesso no dia 18 de julho de 2020.

Samoa	0.707	850,66	4.315,90	38.7
Samoa Americana	0.827	636	11.466,70	n/a
Tokelau	n/a	n/a	n/a	n/a
Tonga	0.717	450,35	4.364,00	37.6
Tuvalu	n/a	47,27	4.059,00	39.1
Vanuatu	0.597	917,06	3.058,10	37.6
Wallis e Fortuna	n/a	n/a	n/a	n/a

Tabela 3 - Dados básicos sobre a situação econômica e de desenvolvimento humano dos países da Comunidade do Pacífico (CP). Dados do PIB em US$, valores correntes, para o ano 2019; Dados do IDH de 2019; Dados do índice GINI aproximados, entre os anos 2017 e 2019. Elaboração do autor a partir dos sites do PNUD, do Banco Mundial e da CIA[309].

Alguns dos principais aspectos que ameaçam a região do Pacífico Sul e suas populações são evidentemente climáticos, corroborados pelas imagens de inundações e da destruição causada pela força das ondas nas ilhas da região. Há, porém, uma diversidade de fatores que, associados, demonstram que a grande maioria dos problemas da região parte de sua história social e política, em processos de exploração que atenderam aos excessos das metrópoles, e que ainda permanecem no século XXI. As disputas históricas entre impérios e os sistemas colonialistas impostos agravaram ainda mais a condição de vida dos povos insulares, o que gerou problemas sociais com soluções difíceis face às articulações internacionais do tempo presente. Os sistemas legais tradicionais mesclaram-se de tal forma com os regramentos impostos pelas potências colonizadoras, que a atuação das administrações públicas locais se baseia em protocolos tradicionais que muitas vezes estão ligados à presença britânica na região. O império britânico utilizou-se, muitas vezes, do discurso tradicionalista que toma características culturais locais para evocar o tradicional e fixar imposições protocolares. Hobsbawm discutiu esse aspecto em seu clássico "A invenção das tradições", trazendo, inclusive, as referências dos *durbars* do *Raj Britânico* na Índia colonial e na maneira como os reinos tradicionais eram incorporados ao império britânico por meio de composições para os ritos públicos (Hobsbawm e Ranger, 2008).

Os protocolos são apresentados como um dos principais aspectos que operam, ora de maneira prescritiva, ora de maneira performativa (Sahlins, 1990), no funcionamento cerimonial dos países do Pacífico, sobretudo em suas relações exteriores. Obviamente, não se trata somente da manutenção de sistemas colonialistas impositivos à vontade do colonizador, ou de performances que atendam às expectativas ocidentais, mas de um exercício de articulação interessada que possibilita o atendimento, também, das demandas de elites locais. Os detentores do poder político recorrem a "sentimentos primordiais", na acepção de Clifford Geertz[310], para

309 Dados disponíveis em: http://www.hdr.undp.org/en/countries; https://datacatalog.worldbank.org/dataset/gdp-ranking; https://cia.org Acesso no dia 18 de julho de 2020.

310 Segundo Rosaldo (2003), esses "sentimentos primordiais" são definidos por Clifford Geertz em artigo publicado originalmente em 1963: *'The Integrative Revolution: Primordial Sentiments and Civil Politics in the New States'* (Geertz,

que sejam "construídos de maneira a parecerem naturais e, por meio de um truque ideológico, parecerem do passado primordial". (Rosaldo, 2003, p.4)[311]. Os atos do presente são visualizados como atos interessados, dada a consciência de contexto dos grupos envolvidos, no caso, as elites locais em negociação com as elites ocidentais.

Ao visualizar esses processos tradicionais, o olhar não deve desconectar-se das análises sociais e históricas, de forma a trazer uma compreensão mais arguta sobre os eventos: "o estudo das tradições inventadas não pode ser separado do contexto mais amplo da história da sociedade, e só avançará além da simples descoberta destas práticas se estiver integrado a um estudo mais amplo" (Hobsbawm e Ranger, 2008, p.20,21). A sistematização e a utilização das tradições são atos pragmáticos, de maneira articulada entre as estruturas performativas e prescritivas de que trata Sahlins. A percepção desses fenômenos no contexto do Pacífico e do Kiribati é essencial para o desenvolvimento de quaisquer programas, projetos ou ações culturais, localmente e/ou associadas às políticas culturais globais empreendidas, por exemplo, pela UNESCO (atrelada às noções de diversidade cultural e desenvolvimento sustentável) e pelo PNUD (com forte apelo econômico). A noção dessas interseções entre as potências colonizadoras, as populações locais e os organismos internacionais é fundamental para a mínima compreensão das relações sociais e políticas que determinaram e continuam a determinar as políticas públicas no sul do Pacífico, algo que se desenhou com o domínio colonial e continua a afetar os rumos das populações insulares.

Diferentemente de outros contextos, como o de várias nações africanas e asiáticas, a descolonização das ilhas do Pacífico, de modo geral, deu-se muito mais por conveniência e concessão que por movimentos independentistas articulados e lutas de libertação[312] (Macdonald, 2001; Howe et al, 1994). Alguns desses processos de descolonização dizem muito mais respeito às mudanças de organização burocrática para os fluxos necessários ao capitalismo global do que, de fato, à decolonização[313] efetiva de seus cidadãos. Registrou-se, nas décadas

1973). O autor desenvolve a ideia em torno dos conflitos entre modernidade e tradição na Indonésia, Malásia, Birmânia, India, Sri Lanka, Líbano, Marrocos e Nigéria: *'It focuses on the conflict between modernizing states and the "traditional" (and competing) layalties of the populace. Geertz calls such loyalties – including language, cultura, race, religion, and regional identifications* – primordial sentiments'. (Rosaldo, 2003, p.4)

311 Tradução do autor de excerto da seguinte passagem: *"In other words, these primordial sentiments are recent creations or else older loyalties that have been newly transformed. They are constructed to seem natural and, by an ideological sleight of hand, appear to date from the ancient past".* (Rosaldo, 2003, p.4).

312 Há algumas exceções, principalmente por parte daqueles países agroexportadores com algum poder de articulação e persuasão, a exemplo da associação realizada em 1965 entre Fiji, Tonga e Samoa Ocidental – *Pacific Islands Producers' Association* (PIPA) – considerada a primeira instituição intergovernamental para a defesa de interesses locais, neste caso, a garantia de preços dos produtos das duas colônias britânicas (Tonga e Fiji) e da Samoa Ocidental (independente em 1962) na Nova Zelândia. (Herr, 1994, p.285 – 286).

313 Foi utilizado o verbete *decolonização* em referência intencional ao discurso decolonial. (Pereira, 2018; Chagas, 2017a; Ballestrin, 2013; Quijano 1992, 2000, 2005).

de 1980 e vindouras, a manutenção da dependência, com o estabelecimento de soberanias limitadas que abandonaram os modelos de exploração e exportação agrária, e vincularam-se a processos associados ao trabalho urbano, à burocratização e aos fluxos financeiros internacionais, algo que se percebe no sistema de Cooperação Internacional, nas relações entre doadores e receptores (principalmente por meio da OECD) e nos termos da vigilância e da defesa dos territórios.

Nos anos 1980, alguns autores buscaram compreender o funcionamento dos microestados insulares em processo de descolonização a partir da sugestão de alguns modelos econômicos. Um dos mais utilizados ficou conhecido como MIRAB, acrônimo para Migração, Remessas, Ajuda e Burocracia[314], e foi proposto por Bertram e Watters (1985; 1986). Nos países e territórios insulares, durante a segunda metade do século XX, segundo os autores, houve um "deslocamento das economias baseadas em recursos para as economias baseadas em rendas, com o crescimento da estrutura ocupacional em atividades burocráticas e não agrícolas"[315] (Bertram e Watters, 1986, p.55). Esse processo refletiu-se na urbanização crescente das principais ilhas e cidades da região, o que demonstrava o evidente trânsito de um modelo produtivo agrícola e exportador colonial para a economia baseada em remessas de emigrantes e rendas de funcionários das burocracias estatais, algo que já ocorria desde os anos 1950. As chamadas 'sociedades MIRAB' apresentariam extrema dependência externa, referentes aos fluxos financeiros internacionais e ao sistema internacional de cooperação internacional, suas burocracias e as ajudas internacionais enviadas pelos países mais ricos[316]. Nos casos de Kiribati e de Tuvalu, segundo o *1972 Rural Socio-Economic Survey of the Gilbert and Ellice Islands*, citado pelos autores Bertram e Watters, os indivíduos das ilhas buscaram cada vez mais trabalhos assalariados em Tarawa, vinculados à administração pública e à burocracia associadas à ajuda internacional britânica (Bertram e Watters, 1986, p.49).

Em publicação de 2006, o próprio Bertram revisitou o conceito e trouxe novas contribuições frente à sua aplicabilidade no século XXI e a coexistência com outros modelos que trazem a importância de setores como o turismo, o financeiro, o diplomático e de

314 Do inglês MIRAB – *Migration*, *Remittances*, *Aid finances* e *Bureaucracy*. (Bertram e Watters, 1986).

315 Tradução do autor de excerto do seguinte trecho: *'The externally-driven MIRAB process, moving the islands from resources-based to rent-based economies and skewing the occupational structure towards bureaucracy and non-agricultural activities, has been mediated through the main town or island in each country.'* (Bertram e Watters, 1986, p. 55).

316 Os autores citam trabalhos desenvolvidos por investigadores como Firth (1959), Finney (1965), Brookfield (1977), Marcus (1981), Loomis (1984), Pitt (1970), Lockwood (1970), Belshaw e Stace (1955), Aikman (1956), Cumberland (1954), Crocombe (1962), Kolff (1965), Johnston (1967), Curson (1973) e Lawrence (1985) que abordaram as mudanças sociais nas ilhas do Pacífico a partir dos processos de descolonização, das mudanças frente à atuação das potências globais (a exemplo dos testes nucleares), de um já presente êxodo com base em novas relações de trabalho com base salarial, da emergência do setor turístico e das mudanças nas dietas locais frente aos fluxos financeiros internacionais.

transportes, nos modelos conhecidos como: PROFIT – Pessoas (imigração), Recursos, Gestão de ultramar (Diplomacia), Finanças and Transporte; SITE – Economias Turísticas de Ilhas de Água Quente; e TOURAB – Turismo, Ajuda e Burocracia[317]. (Bertram, 2006). Tanto Kiribati quanto Tuvalu reproduziram claramente esses processos, seja em sua leitura enquanto modelos MIRAB ou na interpretação dos outros modelos e na intenção dos países de fomentarem o setor turístico, algo que está diretamente associado ao desenvolvimento de políticas nacionais de cultura que buscam aspectos desenvolvimentistas a partir da economia criativa – no plano de desenvolvimento de Kiribati, por exemplo, o "capital cultural" é posto como um dos principais recursos a serem explorados pelo país. (Republic of Kiribati, 2015).

Tuvalu e Kiribati faziam parte da mesma colônia britânica até 1975 – *Gilbert and Ellice Islands*. Em 1974, as Ilhas Ellice separaram-se das Gilbert por referendo[318], o que encaminhou a formação dos dois países nos processos de independência no fim da década: as ilhas Ellice passaram à independência como Tuvalu, nome em língua local que designa o grupo de ilhas pertencente ao arquipélago; e as ilhas Gilbert passaram a República do Kiribati, que se refere à pronúncia local para *Gilberts* – na língua gilbertês, o 'K' e o 'G' possuem a mesma fonética, o "L" não é pronunciado (ou, em alguns casos, pronuncia-se como "R"[319]) e o 'ti*'* é dito como '*s*' ou '*si*', pelo que a pronúncia local de *Gilberts* aproxima-se de *Kiri-bas*. (Macdonald, 2001, p.XV). Ao menos dois aspectos justificam a decisão por manter o nome Kiribati, com a sua referência direta ao nome empregado pelos ingleses, e não adotar o nome *Tungaru*, que era a principal denominação local para o país: a manutenção da reverência ao Reino Unido e aos Estados Unidos após a cessão territorial das Ilhas Phoenix e das Ilhas da Linha, cuja principal ilha, Kiritimati (*Christmas Island*[320]), possui a maior extensão territorial do país[321]; e a dispersão territorial dos arquipélagos que compuseram o país, o que gerou dificuldades para um consenso sobre o nome a ser adotado entre tantos grupos semi-autônomos espalhados em uma área tão extensa (Ibid., p.274 – 275).

317 Do inglês: PROFIT – *People (immigration), Resources, Overseas management (Diplomacy), FInance and Transport*, SITE – *Small (warm water) Island Tourist Economies* e TOURAB – *Tourism, Aid, Bureaucracy*.

318 Uma matéria disponível na revista *Pacific Islands Monthly*, de novembro de 1974, anunciou em seu título: *'Ellice votes the 'E' out of the GEIC'*. A capa da revista apresentou uma criança tocando um búzio, com a indicação: *'Judging by his solemn expression, this young GEIC lad could be heralding something important – perhaps the result of the recent referendum on whether the Ellice people should separate from the Gilbertese?'*. Disponível em: https://nla.gov.au/nla.obj-333519384/view?partId=nla.obj-333571365#page/n2/mode/1up Acesso no dia 15 de julho de 2020.

319 A vila de *London*, em Kiritimati, é pronunciada localmente como *Ronton*, por exemplo.

320 Kiritimati é outro exemplo da pronúncia local para ilhas nomeadas pelas ex-metrópoles: trata-se da pronúncia local para *Christmas* – ou algo próximo de '*Kirisimas*', novamente pelo '*ti*' pronunciado como *'s'* ou *'si'*.

321 Kiritimati possui 388 km^2, o que corresponde a quase metade dos 811 km^2 do país. Em termos populacionais, possuía, em 2015, apenas 6.456 habitantes, correspondente a cerca de 15% da população total do país. (Republic of Kiribati, 2016).

Mesmo com a independência, Tuvalu continuou como uma monarquia constitucional associada ao Reino Unido, com a nomeação de um governador-geral para a representação real no país, situação que persistiu após a rejeição ao modelo republicano em um referendo realizado em 2008[322]. As duas visitas da família real britânica ao país independente ocorreram em 1982, pela Rainha Elizabeth e pelo consorte Philip, e em 2012, pelo Príncipe William e pela Princesa Kate. Os protocolos oficiais para a recepção envolveram procissões em embarcações tradicionais, cânticos locais (com coros indígenas e invocações cristãs) e o desfile em ornamentadas liteiras conduzidas por tuvaluanos[323]. A recepção com o hino britânico, '*God Save the Queen*', e os discursos das autoridades locais e da realeza visitante reconheceram e celebraram a manutenção da soberania da monarquia britânica. O país, inclusive, mantem celebrações oficiais e feriados nos dias dos aniversários da Rainha e do Príncipe de Gales[324].

Kiribati, por outro lado, tornou-se uma república independente em 12 de julho de 1979, em uma cerimônia que contou com a participação da princesa britânica Anne Elizabeth[325], que saudou a opção do país pelo regime republicano. Ambos os casos mantêm o peso colonialista que caracteriza a região, seja em termos simbólicos, pelos cerimoniais envolvidos, seja pela opção em manter o nome utilizado pelo colonizador, ainda que com a escrita e a pronúncia locais, caso do Kiribati. Os dois países são hoje membros da Comunidade das Nações (*Commonwealth of Nations*) e fazem parte da Comunidade do Pacífico (CP)[326], organismo internacional que reúne 26 Estados e territórios: 22 arquipélagos, além de Austrália, Nova Zelândia, França e Estados Unidos, que possuem territórios – ou, dito de outra forma, mantêm colônias – na região.

322 Em sua visita ao Tuvalu, em 1982, a Rainha Elizabeth afirmou a sua soberania ao expressar: *'The friendship between Britain and the people of Tuvalu has existed for the best part of a century, and this has been further strengthened since you became an independent member of the Commonwealth in 1978. I am very glad that my first visit to your country should be as Queen of Tuvalu'*. Informações disponíveis do website da Coroa Britânica: https://www.royal.uk/tuvalu?ch=2#bio-section-1 . Acesso no dia 15 de julho de 2020.

323 A associação das imagens da visita real britânica divulgadas pelos meios de comunicação com aquelas de Debret, quando retratou as liteiras com figuras aristocráticas carregadas por negros escravizados no Brasil do século XVIII, é quase automática para os olhos de um historiador latino-americano, caso do autor desta tese.

324 Informações disponíveis do website da Coroa Britânica: https://www.royal.uk/tuvalu . Acesso no dia 15 de julho de 2020.

325 Única filha da Rainha Elizabeth II e do Príncipe Philip, que ademais teve os filhos Charles (Príncipe de Gales), Andrew (Duque de York) e Edward (Conde de Wessex).

326 A Comunidade do Pacífico (CP) não deve ser confundida com o Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF, do inglês *Pacific Islands Forum*). A CP é uma organização de cooperação internacional mais abrangente por incluir territórios como membros efetivos, enquanto a PIF, com 18 membros, exclui os seguintes países e territórios da condição de membros efetivos: EUA, França, Guam, Ilhas Marianas do Norte, Ilhas Pitcairn, Samoa Americana, Tokelau e Wallis e Fortuna. A diferença entre os dois organismos não está no fato de incorporarem ou não estados independentes, uma vez que a PIF inclui os territórios da Nova Caledônia e das Ilhas Cook, enquanto exclui outros, mas em suas próprias histórias institucionais: a CP foi fundada em 1947 com protagonismo australiano, e a PIF foi fundada em 1971, com o protagonismo neozelandês e a exclusão da Austrália e de outros países do Norte e seus territórios.

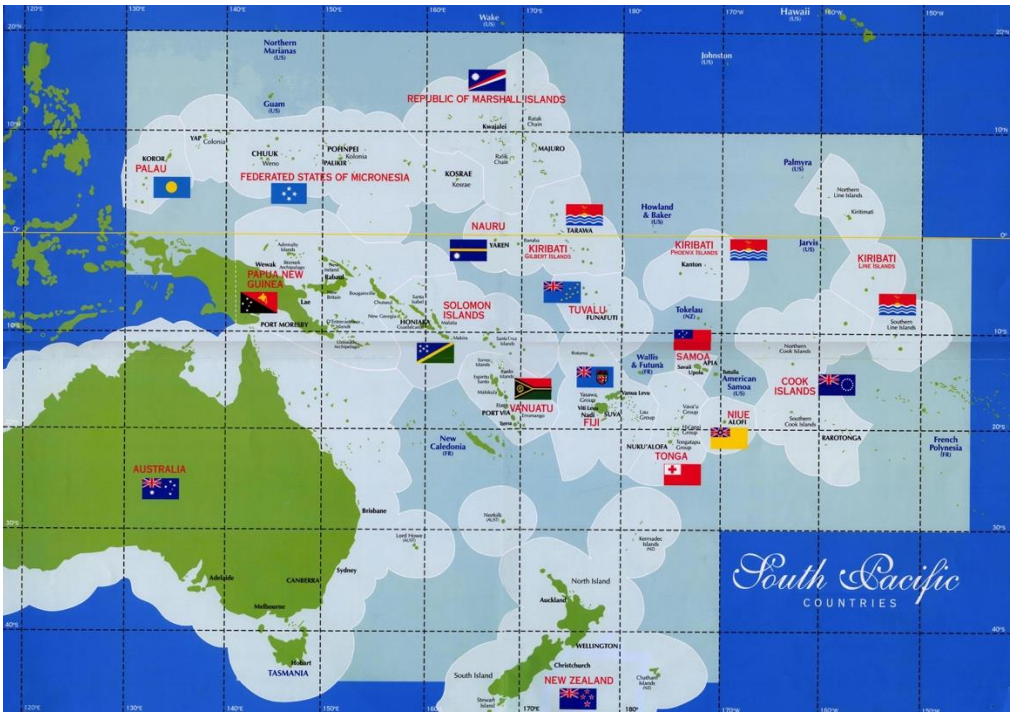


Figura 4 *- Croqui promocional dos países do Pacífico divulgado pelo site Kiritours. Fonte: http://www.kiritours.com/ Acesso em 21 de julho de 2020.*

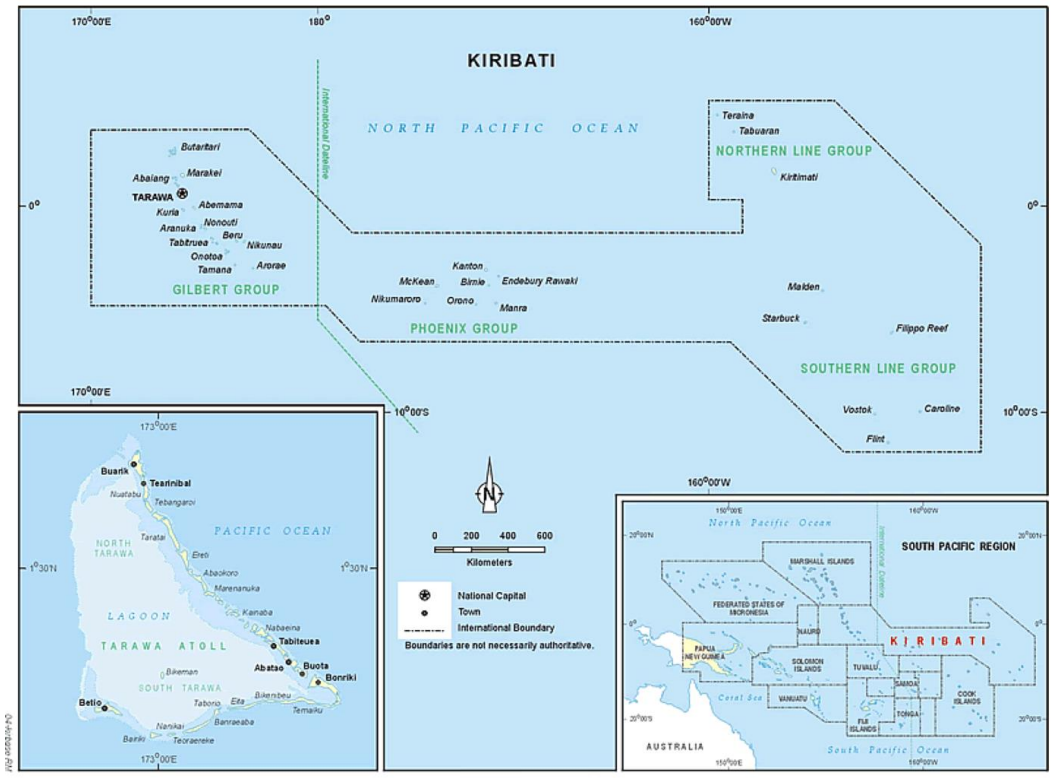


Figura 5 *– Mapa com a localização do Kiribati e de Tarawa no Sul do Pacífico. Fonte: (Lewis, 2015). Disponível em: http://www.geocurrents.info/population-geography/migrations/the-recent-gilbertese-settlement-of-the-line-islands Acesso em 21 de julho de 2020.*

Ron Crocombe, professor emérito da Universidade do Sul do Pacífico (USP), em Fiji, e considerado o "pai dos estudos do Pacífico"[327], produziu uma ampla bibliografia com estudos que vão desde o direito de posse da terra até as relações colonialistas e o aumento da presença asiática na região nas últimas décadas. O acadêmico citou a ocupação da região em três fases: populações nômades provenientes da Indonésia, que chegaram à Nova Guiné e à Austrália, e apenas transitaram pelas ilhas do Pacífico entre 50.000 e 5.000 anos atrás; a expansão de populações de línguas malaio-polinésias entre as ilhas do Pacífico entre 5.000 e 500 anos atrás; e finalmente os últimos 500 anos que envolveram o período colonial e os diversos deslocamentos populacionais na região, em dimensões que aumentaram até alcançarem a escala industrial com as imposições imperiais (Crocombe, 1987). Desde a expansão dos empreendimentos colonialistas, diversos foram os grupos populacionais que migraram, de maneira forçada ou voluntária, na região das ilhas do Pacífico, muitas vezes com limitações de seus direitos: as deslocações de trabalhadores chineses para as *plantations* da Samoa Ocidental e da província de Guangdong para o Tahiti, os comerciantes estabelecidos na Papua Nova Guiné, os deslocamentos para a exploração de fosfato em Nauru, Banaba e Makatea[328], os indianos deslocados pelos ingleses para as Ilhas Fiji[329] e as limitações impostas às populações chinesas em possessões inglesas ou neozelandesas e australianas durante a segunda metade do século XX (Biddick, 1989; Howe et al., 1994). Todos esses processos migratórios geraram tensões e conflitos que permanecem ainda no século XXI, inclusive, nas relações de reconhecimento dos direitos de cada população.

327 Ronald Gordon Crocombe, conhecido como Ron Crocombe, ou *Papa Ron*, nascido na Nova Zelândia em 1929, foi professor da Universidade do Sul do Pacífico (USP), em Fiji. É considerado o "pai dos estudos do Pacífico", linha de investigação desenvolvida no *Institute of Pacific Studies* (IPS). Em notícia sobre o seu falecimento no periódico *'The Journal of Pacific History',* é evidenciado o pioneirismo da instituição fundada por *Papa Ron, 'dedicated to the study of Pacific people by Pacific people'. (Obituary, The Journal of Pacific History, December 2010).*

328 O extrativismo para a exploração das reservas de fosfato praticamente esgotou as reservas insulares de guano. As montanhas das ilhas foram devastadas pela exploração de companhias como a *British Phosphate Commission* (BPC), um consórcio britânico, neozelandês e australiano que manteve a extração de fosfato em Banaba, Nauru e Kiritimati (*Christmas Island*) entre as décadas de 1920 e 1970. Dados disponíveis no *Kiribati Country Profile*, parte do *The Commonwealth Yearbook 2015.* (Commonwealth Secretariat, 2015). Disponível em: http://commonwealthofnations.org/yb-pdfs/kiribati_country_profile.pdf Acesso em 9 de julho de 2020. Não por acaso, como será discutido adiante, a independência de Kiribati foi proclamada em 1979, ao esgotarem-se as reservas de fosfato de suas ilhas, ou na consideração de sua inviabilidade exploratória por parte da BPC. Para mais informações sobre a exploração de fosfato em Banaba, ver Teaiwa, 2015. Para o histórico da Ilha de Banaba, que possui diversas especificidades frente à história de Kiribati, ver Sigrah e King, 2001. Há outros exemplos de exploração de fosfatos no Pacífico, como no caso da Ilha de Makatea, nas Ilhas Cook, que inaugurou o sistema de remessas ao estabelecer que os trabalhadores teriam que enviar 2/3 de seus salários para as suas famílias (Curson, 1973 apud Bertram e Watters, 1986, p. 54).

329 Em Fiji há uma nítida separação entre as populações hindus e muçulmanas, majoritariamente de origem indiana (44% da população do país), nas áreas comerciais das cidades, e as populações melanésias (51% da população), em vilas tradicionais fijianas formadas, na maioria dos casos, por cristãos metodistas convertidos. Os fijianos, inclusive, utilizam esse aspecto tradicional de suas vilas como um ativo turístico, por meio das chamadas vilas culturais, vilas tradicionais, ou *Cultural Villages.* Para mais informações, consultar os dados do *Fiji Bureau of Statistics*, disponíveis em: https://www.statsfiji.gov.fj/statistics/social-statistics/religion Acesso no dia 22 de julho de 2020. Para informações sobre as vilas tradicionais e suas relações com a indústria do turismo, ver Movono, 2012.

Nos séculos XIX e XX, os empreendimentos colonialistas incluíram classificações e definições com base em etnografias voltadas para os interesses geopolíticos exercidos pelos impérios sobre as suas colônias. No caso do sul do Pacífico, o mapeamento hoje utilizado – cuja principal referência cartográfica contemporânea seguiu o modelo produzido pela *Manoa Mapworks*, patrocinada pelo Centro de Estudos do Pacífico da Universidade do Hawai'i (Petersen, 2009, p.18) – baseou-se nas propostas apresentadas para a Sociedade de Geografia de Paris em 1831 pelo cartógrafo Domeni de Rienzi, e sistematizadas no boletim da instituição pelo oficial da Marinha Francesa Dumont d'Urville, em publicação de 1832 (Petersen, 2009). A divisão nas três regiões culturais, embora viciada com alguns artificialismos, baseia-se em estudos históricos, antropológicos, linguísticos, arqueológicos e de história oral que trazem importantes contribuições para a melhor compreensão sobre a região. Essa clássica definição dividiu os países insulares entre a Melanésia, a Polinésia e a Micronésia, assim chamadas regiões culturais.

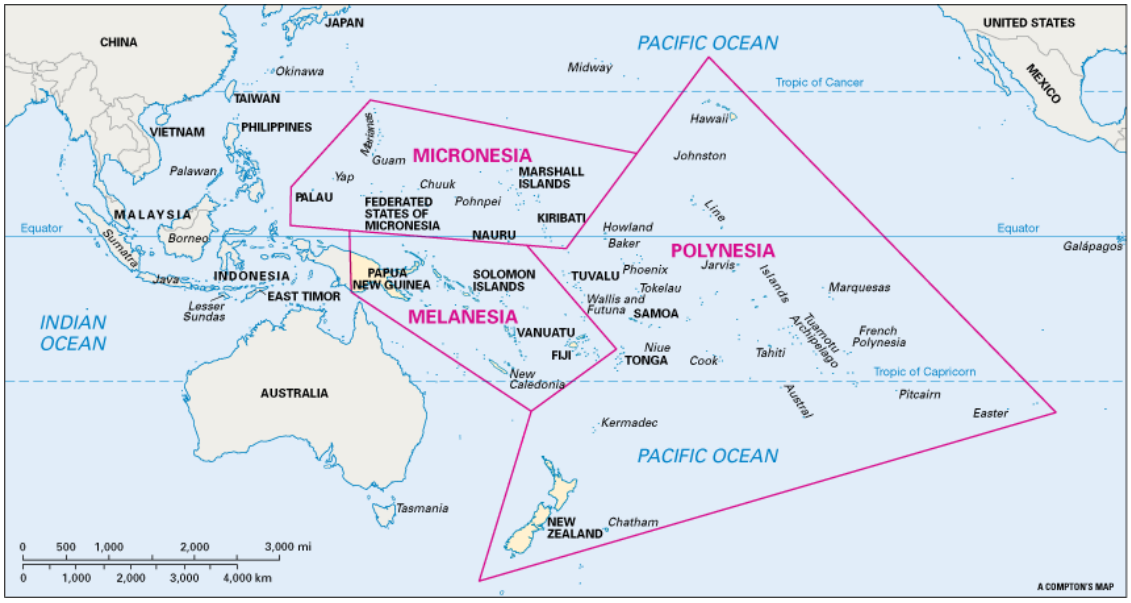


Figura 6 - Exemplo de mapa/croqui com a usual divisão das ilhas do Oceano Pacífico em regiões culturais, utilizado de maneira didática e como referência de enciclopédias. Fonte: https://kids.britannica.com/students/assembly/view/93829 . Acesso em 8 de março de 2020.

Entre as três nomeações das regiões culturais, apenas uma possui referências etimológicas associadas a aspectos étnicos ou raciais: a Melanésia, ou 'ilhas dos negros' (do grego *melano*, negro + *nesos*, ilhas), que envolve as atuais Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Vanuatu e Fiji. As outras regiões culturais possuem referências da sua geografia física: Micronésia (do grego *Micro* + *nesos*), ou 'ilhas pequenas', e Polinésia (*Poli* + *nesos*), referente a 'muitas ilhas'. Porém, segundo autores como Petersen (2009) e Hezel (2013), a Polinésia

possui características culturais e linguísticas que permitem a sua fácil visualização como um conglomerado cultural diferente de outros que a circundam – argumento fortalecido pela identificação de ilhas periféricas polinésias (*Polynesian Outlier*) na Melanésia e na Micronésia. Por outro lado, há diversos pontos comuns de identificação entre os micronésios e entre os melanésios que reforçam os argumentos para a sua classificação, seja pela maioria negra entre as populações da Melanésia, cujas origens de ocupação e expansão foram identificadas como coincidentes com a dispersão populacional dos aborígenes australianos[330], seja na percepção dos sistemas matrilineares que dominam os sistemas sociais micronésios, dentre outros.

O caso do Kiribati, entretanto, pode ser visualizado como um testemunho das artificialidades dessas divisões, uma vez que o país, considerado micronésio, está em uma zona de transição com a Polinésia. Embora a maior concentração populacional do país esteja localizada na Micronésia, algumas de suas características estão vinculadas à polinésia, como na prevalência dos sistemas sociais patrilineares (Petersen, 2009). Além disso, as suas primeiras populações migrantes consistiram em negros provenientes da Melanésia que posteriormente misturaram-se às ondas migratórias de outras regiões (Macdonald, 2001; Crocombe, 1987). Ademais, qualquer classificação estática, principalmente no caso da Micronésia, ignora o principal aspecto da região, associado à existência de organizações semiautônomas em constante deslocamento. Antes da sua divisão entre as potências colonizadoras e as misturas geradas pelas migrações populacionais forçadas, a região apresentava intenso fluxo de trocas entre os seus grupos populacionais, dadas as conexões marítimas entre os grupos de ilhas e as relações familiares que se estabeleciam entre os clãs.

> Os micronésios, especialmente os povos das terras baixas, são erráticos, e a região só pode ser entendida considerando o intercâmbio contínuo, a mistura e a difusão de características linguísticas, sociais e culturais. As línguas da Micronésia não podem ser entendidas simplesmente em termos de descendentes que, a partir de raízes comuns, se diferenciaram. Padrões de interação social produzem influências que moldam continuamente as linguagens[331]. (Petersen, 2009, p.17).

330 A terminologia *aborígene* é utilizada de maneira generalizada por autores da região como referência às populações originárias, embora haja alguma resistência pelas generalizações que evoca, principalmente no contexto australiano. Há, também, problemas quanto à tradução do termo, nas diferenças do inglês entre *'aboriginal'* e '*aborigine'*. De acordo com o '*General Information Folio 5: Appropriate Terminology, Indigenous Australian Peoples',* publicado pela Universidade de Adelaide, as formas mais apropriadas seriam '*Indigenous Australian people/s', 'Aboriginal people/s'* e *'Aboriginal person',* e as menos apropriadas seriam *'Aborigines'*, *'The Aborigines'*, '*The Aboriginal people'*, '*Aboriginal'* e '*Aborigines'*. Fonte: https://www.ipswich.qld.gov.au/__data/assets/pdf_file/0008/10043/appropriate_indigenous_terminoloy.pdf Acesso no dia 22 de julho de 2020.

331 Tradução do autor para: *'Micronesians, especially the peoples of the low lands, are mobile, and the region can be understood only in terms of continual interchange, intermixing, and diffusion of linguistic, social, and cultural characteristics. Micronesian languages cannot be understood simply in terms of diverging descent from common roots. Patterns of social interaction produce influences that continually shape languages'*. (Petersen, 2009, p. 17).

As ilhas do sul do Pacífico carecem de fontes de água doce e de terras cultiváveis – Kiribati, por exemplo, não possui rios, e o fornecimento de água doce para toda a população dá-se, principalmente, por meio de poços artesianos e cisternas com água salobra. As dificuldades de sedentarização e de urbanização das populações caracterizam essa região onde a única permanência é o trânsito, onde as fronteiras são fluídas e o funcionamento das nações no tabuleiro global manteve uma situação de dependência econômica extrema. Mesmo com as suas emancipações, os países insulares mantiveram relações de extrema dependência – sobretudo econômica e política –, com a definição de relações de soberania limitada, subordinados às suas ex-metrópoles ou submetidos a novos atores no jogo geopolítico regional e global. De uma forma ou de outra, mesmo que seguissem critérios dos colonizadores ocidentais, que chapavam especificidades culturais na tentativa de estabelecer grupos territoriais para a sua conveniente exploração, tais classificações são as mais utilizadas na região atualmente para questões descritivas, de pesquisas acadêmicas, para a integração de projetos nos mais diversos setores, nas articulações geopolíticas regionais e no próprio desenho de políticas públicas nacionais e supranacionais.

3.2. Desconstruções entre o abandono e o idílio

As leituras superficiais e jornalísticas sobre a região do Pacífico Sul proporcionam interpretações paradoxais entre as imagens do abandono e do idílio. Curiosamente, as duas imagens trazem a ideia da distância, seja no abandono de algo que foi deixado em um lugar remoto ou na construção idílica e imaginativa de sítios que se associam ora à pureza, ora ao paraíso terreno. Grande parte dos registros escritos sobre o Kiribati que chegaram aos países ocidentais nos dois últimos séculos faz parte da produção acadêmica e literária de ex-administradores coloniais e funcionários que trabalharam nas Ilhas Gilbert e Ellice, enquanto colônias britânicas. As obras são abrangentes e as mais famosas incluem a literatura de Arthur Grimble e os estudos históricos e antropológicos de Henry Evans Maude[332]. Os autores deixaram grandes contribuições para a leitura contemporânea da região, sendo fontes que,

332 As obras mais conhecidas de Arthur Grimble versam sobre o seu destacamento enquanto oficial britânico nas Ilhas Gilbert e Ellice: *'A pattern of Islands'* (Grimble, 1984) e *'Return to the Islands'* (Grimble, 1957). O autor, ademais, protagonizou uma série de programas da radio BBC sobre o seu período no Pacífico. Henry Evans Maude, antropólogo e historiador, também trabalhou como oficial britânico no arquipélago e publicou diversas obras de referência, dentre as quais *'Tungaru Traditions: Writings on the Atoll Culture of the Gilbert Islands'* (Maude, 1989) e *'An Anthology of Gilbertese Oral Traditions'* (Maude, 1994).

embora reflitam o olhar do colonizador, trazem referências para a discussão nos tempos contemporâneos. Por outro lado, esses olhares fortalecem um distanciamento que não dá conta da diversidade da região, com a romantização de certos aspectos que se associaram a uma ampla difusão de imagens de ilhas paradisíacas e de povos autóctones que hoje são vendidas como destinos turísticos "exóticos" e diferenciados[333]. Com a independência do país, em 1979, houve reconhecidos esforços para a publicação de autores locais, a exemplo da publicação *'Kiribati: Aspects of History'* (Talu et al, 2002). Entretanto, tais obras continuam restritas aos círculos locais e de pesquisadores que estudam a região, não havendo, de fato, uma grande difusão dessas edições. As leituras com as lentes analíticas que permitem a análise do abandono à pobreza frente às inconsequências do desenvolvimento industrial global e dos seus impactos climáticos e sociais, ainda que mais próximas da realidade, não trazem, tampouco, uma compreensão holística sobre a região. O que há, de fato, não é propriamente o abandono da região, mas a exploração interessada de seus recursos e de suas populações, e a consequente resignação de suas aspirações individuais e coletivas. As chaves interpretativas restritas às ideias do abandono e do idílio são insuficientes para a compreensão dos problemas regionais, e faz-se necessária uma análise que leve em conta a complexidade da região, sem simplismos atinentes a interpretações distanciadas das realidades locais.

As relações contemporâneas entre os jovens países independentes apoiam-se na multiplicidade de referências culturais encontradas na região e nas suas interlocuções globais, longe de um purismo ingênuo frente à ideia de supostas "culturas intocadas". Os desequilíbrios existentes no jogo das nações mantiveram os novos países à mercê do pragmatismo economicista para o desenvolvimento de projetos de exploração de mão de obra barata empreendidos por empresas transnacionais – como no exemplo da captação de trabalhadores para os setores da pesca e da navegação[334], ao mesmo tempo em que gerou cadeias de

333 O próprio *slogan* do Ministério do Turismo diz: *'Kiribati – for travellers'*. Essa distinção entre 'viajantes' e 'turistas' é patente na promoção do turismo no país: *'Kiribati is for travellers – those who have a passion for exploring and discovering, people who like an adventure off the tourist trail to places where few have been before, and people who want to understand a country – not just see it'.* Fonte: https://www.kiribatitourism.gov.ki/ Acesso no dia 16 de julho de 2020. Por outro lado, há também a intenção de alcançar o público turístico de grandes resorts nos projetos desenvolvidos pelo governo local, ainda que seja negada a intenção do turismo de massas.

334 Em Tarawa do Sul há uma moderna instalação do *Kiribati Marine Training Centre* (MTC) dedicada à formação em engenharia naval, mecânica e de pessoal para o trabalho a bordo dos navios. O MTC foi fundado por companhias alemãs na década de 1960 – dentre as quais a gigante Hamburg Süd – reunidas na *South Pacific Marine Services* (SPMS), e é atualmente operado pelo Governo do Kiribati com o apoio direto dos governos da Austrália, da Nova Zelândia, do Japão e da Alemanha. O MTC tem gerado em média 936 empregos por ano a cidadãos do Kiribati que, por meio de remessas às suas famílias, têm incrementado a economia local. (Informação disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/partnership/?p=7942 Acesso no dia 13 de julho de 2020). Há, entretanto, um aspecto crítico na leitura desse processo, uma vez que tais relações formativas e laborais envolvem injustiças na divisão internacional do trabalho. Ainda que o MTC seja a única instituição do sul do Pacífico inscrita da *White List* da Convenção do Trabalho Marítimo (OIT, 2006) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tais processos ocorrem mais por pragmatismo das companhias transnacionais, interessadas em mão de obra mais barata e eficiente, que, de fato, pelo interesse no desenvolvimento dos países insulares, como é apregoado pelas agências

comercialização de produtos culturais "exóticos", associados ao setor do turismo. As ideias do abandono e da negligência foram corroboradas pela reprodução midiática dos impactos climáticos na região, muitas vezes trazidas pelas vozes dos líderes insulares nos fóruns globais. O idílio permanece como constante no desenvolvimento dos projetos turísticos para a região, algo que segue os exemplos de sucesso empresarial das indústrias turísticas da Polinésia Francesa, do Hawai'i ou das Ilhas Fiji, mas que permanece de difícil execução nas ilhas mais pobres dadas a distância, a falta de meios de transporte, as carências infraestruturais e a baixa competitividade frente aos outros destinos.

O Pacífico Sul despertou os interesses das grandes potências pelas rotas comerciais desde o século XVI, cujo exemplo mais evidente talvez seja o Galeão de Manila, rota que dominou o Pacífico até o início do século XIX, patrocinada pelos espanhóis para a conexão entre a Europa e as suas colônias na Oceania, na Ásia e na América. Ao mesmo tempo, a expansão colonialista era acompanhada por missionários de várias religiões cristãs na agressiva disputa em um "mercado de almas" que ainda hoje se faz presente na região. As primeiras missões cristãs chegaram ao Kiribati em 1853, em uma corrida entre protestantes e católicos em todo o Pacífico Sul. Houve uma conversão quase geral das populações da região ao cristianismo em suas várias vertentes, e que na maior parte dos países insulares do Sul do Pacífico corresponde a mais de 90% das suas populações, de acordo com os dados dos censos realizados. As religiões locais continuam a ser associadas a práticas demoníacas, e são praticadas de maneira disfarçada e com poucos apoiantes. No caso de Kiribati, Etekiera (1979) afirma que houve, de fato, a passagem de uma época para a outra:

> daquele tempo em que os gilberteses acreditavam em seus espíritos ancestrais àquele em que quase toda a população afirma ser cristã. A maioria pertence à Igreja Protestante das Ilhas Gilbert. Os outros cultos (Baha'i, Igreja de Deus da Carolina do Norte, Mórmons e Adventistas do Sétimo Dia) têm alguns adoradores, em menor número. Isso não significa, no entanto, que os Gilberteses tenham abandonado completamente as suas antigas crenças: os espíritos ancestrais e os rituais mágicos a eles associados ainda são de importância relativa na vida cotidiana de algumas pessoas.[335]. (Etekiera, 1979, in Talu et al., 2002, p.80)

de cooperação internacional. Em documentário exibido pela DW, o relato do responsável local pela contratação de mão de obra para 6 empresas alemãs, Andrew Heinzen, surpreende pelo tratamento dado aos trabalhadores: *'Firstly the people who grew up on these islands have a strong connection to water. They've been fishing and spending time on the water since childhood. They're strong. In my experience it takes just one i-Kiribati to do a job that needs two Filipinos. These 15 months are a process. They have to be on-time, be clean and well-dressed because they'll be confronted with a completely different world'.* (Henssler, 2017: 29'44'' – 30'15''). Em conversas com engenheiros alemães durante o trabalho de campo, em 2018, ouvi relatos sobre as percepções de um dos informantes frente a mais de 15 anos de trabalho, e a sua impressão era a de que os mesmos problemas sociais e ambientais ocorriam desde quando iniciou as visitas técnicas ao país.

335 Tradução do autor para : *'celle où les Gilbertais croyaient en leurs espirits ancestraux à celle où presque toute la population se dit chrétienne. La majorité appartient à l'Eglise protestant des Iles Gilbert. Les autres cultes (Baha'i, L'Eglise de Dieu des Carolines du Nord, les Mormons et les Adventistes du Septième Jour) comptent quelques fidèles moins nombreux.*

A exposição de longa duração presente no Museu de Fiji, na capital do país, Suva, retrata esse processo ao trazer a imagem das "religiões antigas" associadas à guerra e ao sofrimento, em tonalidades vermelhas que remetem à ideia do inferno cristão, enquanto a "nova religião", em tonalidades azuis, traz a referência à salvação e à paz, inclusive com a imagem da pomba branca. Esse "elogio da colonização" está presente na expografia do museu e alia-se, por exemplo, aos discursos das lideranças políticas contemporâneas em Kiribati, que apoiam a utilização da cultura local como recurso turístico e cenográfico, sem o fomento ao que chamam de "aspecto espiritual" da cultura[336]. Mesmo as encenações de rituais em Fiji estão muito mais associadas ao retorno pecuniário que a sua utilização turística traz do que, de fato, à sua resistência e continuidade enquanto prática espiritual[337]. O sistema colonialista gerado persiste em diversos aspectos, formais, protocolares e estéticos, e a presença da religião cristã é oficializada em textos constitucionais de quase todos os países do Pacífico Sul, e mesmo o único reino da região com uma dinastia local, Tonga, é essencialmente cristão, e os juramentos retratados em sua constituição, inclusive para a coroação do rei, apresentam a reverência ao "Deus todo poderoso"[338] (Kingdom of Tonga, 1988). Essas relações cruzadas entre o Estado e a Igreja não são, obviamente, exclusivas da região, e no mundo contemporâneo alcançam mais de 40% dos países do mundo[339]. Entretanto, o que interessa nesta análise é a prevalência de estruturas religiosas nas relações colonialistas para a organização dos países do Pacífico Sul.

Cela ne signifie cependant pas que les Gilbertais aient totalement abandonné leus anciennes croyances: les espirits ancestraux et les rites magiques qui leur sont associés revêtent toujours une relative importance dans le quotidien de certaines personnes'. (Etekiera, 1979, in Talu et al, 2002, p. 80).

336 Em entrevistas realizadas com lideranças políticas em Kiribati, foi possível notar que o apoio ao setor cultural estaria condicionado à sua utilização como recurso estético, protocolar e cenográfico, sem o apoio ao que chamaram de "seus aspectos espirituais". (Expressão repetida por no mínimo dois informantes entrevistados no Museu Nacional, em Tarawa, em novembro de 2018).

337 As formas de utilização dos recursos tradicionais envolvem as práticas culturais e também as referências da cultura material. Ao discutirem a formação de coleções melanésias, polinésias e micronésias em museus ocidentais, Specht e Bolton (2005) relatam que grande parte do acervo formado é proveniente da encomenda e venda desses objetos pelas populações insulares que ocorriam desde o século XIX, ainda que esses processos não possam ser resumidos como 'meras formas de arte turística': *'They are important documents of Pacific socio-economic history that reflect the Islanders' engagement with – and even manipulation of – the expectations of their nineteenth-century visitors far beyond what has generally been acknowledged. The Islanders had an active influence on which categories of artefacts entered museum collections'.* (Specht e Bolton, 2005, p.65).

338 O reino não possui uma religião oficial, embora apresente reverências ao Deus cristão em seus textos legais. As principais religiões do país são protestantes, e as mais representativas são a *Free Wesleyan Church of Tonga* e a *Free Church of Tonga*, além de mórmons e católicos.

339 Dados de investigação desenvolvida pelo Pew Research Center, em 2017. De acordo com os resultados da pesquisa, 22% dos 199 países pesquisados possuem uma religião oficial e 20% possuem alguma religião preferencial nas relações com o Estado. (Pew Research Center, 2017). Ademais, algumas relações não foram contabilizadas no estudo, a exemplo dos EUA, tratados como "sem religião oficial ou preferencial", mas que, desde 1937, em cerimônias de posse presidencial, por exemplo, contam com bençãos de várias congregações cristãs (informações do website da *Washington National Cathedral*: https://web.archive.org/web/20090120055714/http://nationalcathedral.org/about/presidentialInaugurals.shtml - acesso no dia 20 de janeiro de 2021). Tais aspectos poderiam ser discutidos sob os prismas das diferenças entre a laicidade e a secularidade do Estado, pontos que, por opção do pesquisador, não foram aprofundados nesta investigação doutoral.

As ideias de idílio e abandono são oportunamente tomadas pelos grupos religiosos em busca de conversões para as suas congregações, que se misturam ao Estado de maneira praticamente indissociável – seja formal ou informalmente.

Figura 7 - Vista geral da exposição de longa duração no Fiji Museum, em Suva, Fiji. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

O idílio e o abandono são praticamente ignorados quando as interpretações sobre a região recaem sobre seus recursos naturais e sobre o seu posicionamento geopolítico, expressos na maneira como a região encampou disputas globais no correr da história moderna e contemporânea. O idílio pode ser substituído por um pragmatismo associado aos interesses das metrópoles, e o abandono, pelo controle exercido sobre a região para a exploração de seus recursos naturais, de suas rotas comerciais e pelo interesse militar. O sul do Pacífico tem sido palco de constantes disputas geopolíticas e geoestratégicas desde que foi iniciada a sua exploração pelos impérios ocidentais. No fim do século XIX, as disputas territoriais pelo Pacífico foram negociadas na repartição da região em diversos acordos bilaterais, como as Declarações Anglo-Germânicas, de 1886[340], que efetivaram a divisão das colônias entre os dois países, permanecendo a Papua Nova Guiné (da qual faziam parte as Ilhas Marshall) e Nauru com os alemães, e concretizando-se a colonização britânica das Ilhas Gilbert e Ellice. Outras áreas coloniais de impérios como o francês e o espanhol permaneceram sob outros acordos regionais e bilaterais.

340 As declarações citadas referem-se aos dois documentos: *'Declaration between the Governments of Great Britain and the German Empire relating to the Demarcation of the British and German Spheres of Influence in the Western Pacific'*, de 6 abril de 1886, e *'Declaration between the Governments of Great Britain and the German Empire relating to the Reciprocal Freedom of Trade and Commerce in the British and German Possessions and Protectorates in the Western Pacific'*, de 10 de abril de 1886.

Com o fim da I Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes determinou o funcionamento de protetorados após a expulsão dos alemães da região, embora várias ilhas permanecessem sob disputa, a exemplo de Nauru, com suas ricas reservas de fosfato e os contenciosos entre os britânicos e os australianos, algo que foi negociado com o mandato da BPC – *British Phosphate Commission*. Durante a II Guerra Mundial, importantes e decisivas batalhas foram travadas na região, o que determinou os rumos da guerra a partir de Pearl Harbor e da reação dos aliados nas batalhas do Pacífico, dentre as quais, a batalha de Tarawa[341], na qual morreram mais de 6.000 japoneses e norte-americanos[342]. Após a vitória dos aliados, a região permaneceu instável, em um exercício equilibrista entre os países ocidentais, a expansão econômica japonesa, a disputa entre Taiwan e a China, e num processo que visou evitar, na segunda metade do século XX, que os soviéticos exercessem alguma influência na região[343]. A militarização industrializada fez-se perceber pelos traumas da guerra, nos intensos conflitos que ocorreram na região. Entretanto, os tempos de paz trouxeram outros problemas associados à ocupação militar e ao desenvolvimento das armas de destruição em massa.

Diversos foram os testes nucleares empreendidos pelos britânicos, norte-americanos e franceses nas suas colônias no sul do Pacífico, em operações como a *Operation Dominic* (31 explosões de bombas norte-americanas, em Kiritimati, em 1962) e a *Operation Grapple* (9 explosões de bombas britânicas, principalmente em Kiritimati entre 1957 e 1958). Os testes, atos que ignoravam o pacifismo difundido pelo Apelo de Estocolmo[344] (1950), envolviam ingerências locais com evidentes desrespeitos aos povos locais, seja pelos deslocamentos forçados de populações, seja pelos próprios danos ambientais causados. O caso do Atol de Bikini[345], nas Ilhas Marshall, com as 67 explosões realizadas pelos norte-americanos entre 1946

341 A batalha de Tarawa, conforme será discutido no subcapítulo referente ao Museu Nacional de Kiribati, é referenciada por diversas leituras ocidentais que consideram como de grande importância o seu papel para o desenvolvimento da ilha. Essa perspectiva está presente principalmente em obras produzidas por norte-americanos e britânicos, a exemplo de Peter McQuarrie, que ao investigar a história da batalha, mencionou: *'The war was a turning point after which the people moved more rapidly along a new road of increased education, training and self-determination'* (McQuarrie, 2012, p. X). Ainda que, em perspectiva ocidental, seja evidente que com a ocupação tenham sido construídas estruturas para a formação e capacitação, por exemplo, tais pontos estão muito mais conectados ao atendimento a demandas globais na divisão internacional do trabalho do que, de fato, ao desenvolvimento local e sustentável.

342 Ainda hoje existem expedições arqueológicas norte-americanas em busca dos corpos de soldados desaparecidos. Esse ponto será abordado mais a frente nesta tese, uma vez que a instituição de Kiribati responsável pela autorização de tais intervenções é o Museu Nacional, algo que tem sido ignorado nos processos ocorridos no país. Informações sobre a ONG responsável pelas escavações e repatriamentos disponíveis em: https://historyflight.com/ Acesso no dia 23 de julho de 2020.

343 De acordo com George K. Tanham (1988), a presença soviética no Pacífico Sul consolidava-se muito mais a partir de esforços comerciais, de cooperação internacional e de infraestrutura que, de fato, com a construção de bases militares, como faziam os norte-americanos.

344 Apelo lançado em 1950 por intelectuais, políticos e ativistas em Estocolmo, na Suécia, pelo fim das armas nucleares. Informaçoes em: https://www.cppc.pt/component/tags/tag/apelo-de-estocolmo Acesso no dia 22 de fevereiro de 2021. Em 1949, no Congresso Mundial dos Partidários da Paz, em Paris, os participantes já haviam lançado um manifesto em defesa da paz e contra a proliferação de armas nucleares. (Manifesto do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, 1949).

345 Para mais informações sobre o caso do Atol de Bikini, ver Niedenthal, 2002.

e 1958[346], talvez seja o caso mais conhecido e escandaloso, uma vez que causou danos irreversíveis às povoações e à natureza local. Esse agressivo ato deixou vestígios da barbárie humana por meio de deslocamentos populacionais forçados e contaminações que ainda hoje mantêm o atol inabitável. Em 2010, a sua inclusão na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO ilustrou a discussão de Walter Benjamin em 1940, em suas "teses sobre o conceito da história", quando o autor concluiu que "nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie" (Benjamin, 1987). A monumentalização de um arquipélago onde toda alimentação deve ser importada, dados os prevalentes níveis de radiação dos frutos locais (Niedenthal, 2002), suscita profundas reflexões a respeito da função social do patrimônio, dos museus e dos espaços de memória, e as próprias justificativas presentes no relatório enviado pelo governo das Ilhas Marshall à UNESCO revelam o quão traumático foi o período para as populações da região:

> O Atol de Bikini permanece como um monumento e um memorial ao despertar da era nuclear. Em Bikini, um paraíso tropical por excelência, amado por nossa cultura moderna como um lugar de paz e simplicidade, é justaposto aos artefatos de testes de bombas nucleares, evocando a lembrança de um tempo de inocência perdida – quando os homens mantiveram e usaram um poder reservado aos Deuses. (Republic of the Marshall Islands, 2009)[347]

As populações da região sofreram não somente com deslocamentos pontuais, mas com a impossibilidade de retornarem às suas casas e aos seus meios de vida. A bandeira das Ilhas Bikini possui três estrelas negras no canto superior direito, que representam as três ilhas vaporizadas pelos testes atômicos, e duas estrelas dispostas no canto inferior direito e em representação ao atual lar das populações expulsas do atol. Os dizeres *"Men otemjej rej ilo bein anij",* que em língua local significam "Tudo está nas mãos de Deus", comunicam a tragédia do evento, e a falta de capacidade de ação dos habitantes de Bikini frente a tais acontecimentos do século XX[348]. Na carta de apresentação para o relatório enviado à UNESCO, as palavras do senador do povo do atol de Bikini, Tomaki Juda, expressam a importância que o reconhecimento enquanto patrimônio mundial traria frente à barbárie humana e à necessidade

346 Informações no website da UNESCO: https://whc.unesco.org/en/newproperties/date=2010&mode=list Acesso no dia 24 de julho de 2020.
347 Tradução do autor para: *'Bikini Atoll stands as a monument and memorial to the dawn of the nuclear age. At Bikini, the quintessential tropical paradise, beloved by our modern culture as a place of peace and simplicity, is juxtaposed with the artifacts of nuclear bomb testing, evoking a remembrance of a time of lost innocence—when men held and wielded a power reserved for gods'*. (Republic of the Marshall Islands, 2009).
348 Interpretação sobre os símbolos da Bandeira do Atol de Bikini disponíveis em: https://www.infomarshallislands.com/atolls-a-l/bikini-atoll/ Acesso no dia 29 de julho de 2020.

de imaginação de um futuro de paz mundial, com a proibição das corridas armamentistas que dizimaram as populações insulares do Pacífico:

> Nós, o povo de Bikini, sempre lembraremos do Atol de Bikini como a nosso pátria amada e sempre sentiremos dor pelo que perdemos. Como Patrimônio Mundial, o Atol de Bikini lembrará a todos nós, em todo o mundo, da necessidade de paz global e da eliminação de armas de destruição em massa. O Atol de Bikini pode então realmente cumprir a promessa pela qual deixamos a nossa pátria, há mais de 64 anos, "pelo bem da humanidade e pelo fim de todas as guerras mundiais".[349] (Republic of the Marshall Islands, 2009)

Tomaki Juda, quando citou a justificativa de abandono da pátria "pelo bem da humanidade", referiu-se à afirmação do oficial norte-americano Ben Wyatt em 1946, quando esteve no Atol de Bikini reunido com a população local. O militar convenceu os 167 nativos a saírem temporariamente do arquipélago (algo que posteriormente não seria respeitado), decisão que foi aceita pelo Rei Juda, que teria expressado: "Nós iremos sair, acreditando que tudo está nas mãos de Deus"[350]. Obviamente, as possibilidades de resistência das populações locais eram mínimas frente às pressões exercidas pelos norte-americanos. A definição da região para os testes militares traz a noção do descuido para com as populações de localidades distantes dos centros de poder político – e de votos – das potências. Entretanto, não são regiões abandonadas, antes pelo contrário, são zonas alheias ao controle militar das potências nucleares e seus interesses colonialistas. A maneira como as potências manejaram as populações fortalece o argumento da continuidade colonialista na região, uma vez que toda ação militar segue as demandas das potências, que mantém o domínio sobre as suas colônias.

> O processo do colonialismo nuclear em todo o mundo é exemplificado por Bikini, desde a seleção de Bikini como um local remoto, distante da população das nações que faziam os testes, à representação de Bikini como *terra nullius*, ao deslocamento dos biquinianos e o deslocamento de pessoal marshallês e militar. Bikini foi o primeiro local do colonialismo nuclear e continua sendo a ilustração mais marcante desse estágio significativo da história da humanidade.[351]. (Republic of the Marshall Islands, 2009)

---

349 Tradução do autor para: *'We, the people of Bikini, will always remember Bikini Atoll as our beloved homeland and will always feel pain for what we have lost. As a World Heritage site, Bikini Atoll will remind all of us, around the world, of the need for global peace and the elimination of weapons of mass destruction. Bikini Atoll may then actually fulfill the promise for which we reluctantly left our homeland, more than 64 years ago, "for the good of mankind and to end all world wars."'* (Republic of the Marshall Islands, 2009).

350 Tradução do autor para: *'We will go believing that everything is in the hands of God'*, de acordo com matéria do jornal britânico The Guardian de 6 de Agosto de 2002 (Niedenthal, 2002).

351 Tradução do autor para: *'The process of nuclear colonialism around the world is exemplified by Bikini, from the selection of Bikini as a remote site, distant from the population of the testing nations, to the representation of Bikini as a* terra nullius*, to the displacement of the Bikinians and the irradiation of Marshallese and military personnel. Bikini was the first site of nuclear*

O caso de Bikini ficou famoso pelos impactos que gerou, dado que foi o local da mais intensa explosão termonuclear norte-americana, a *Castle Bravo*, parte da operação *Castle,* algo que ficou marcado na história mundial e na cultura popular[352]. As explosões da *Operation Grapple*, em Kiritimati, ainda que tenham sido igualmente traumáticas, não receberam a mesma repercussão midiática. A ilha permanece com algumas das estruturas utilizadas para os testes, como *bunkers* e aterros que abrigaram os militares, mas há um silenciamento sobre o evento na ilha, que não possui um espaço de memória, e também no Museu Nacional, em Tarawa, onde não há qualquer menção à operação.

Não há novidades na premissa de que os exercícios colonialistas vêm acompanhados de diásporas e deslocamentos forçados. Ainda que as populações da região sejam historicamente erráticas, quando o faziam por seus meios, de acordo com suas demandas, necessidades ou mesmo contenciosos internos, não o faziam com a mesma escala dos tempos modernos e contemporâneos. Houve incontáveis casos que marcaram a região com problemas duráveis, não somente nas operações militares como na *Operation Grapple* ou nos testes nas Ilhas Marshall. Mas também com os deslocamentos para as explorações das *plantations* de Kiritimati, Fiji e nas Ilhas Salomão (Schutz e Tenten, 1979 in Talu et al, 2002), com os conflitos trazidos pela exploração do fosfato em Makatea e em Banaba, de onde emigraram grupos para a ilha de Rabi, em Fiji (Teaiwa, 2015; Sigrah e King, 2001; Talu et al, 2002), com o caso da diáspora *namoluk* dos Estados Federados da Micronésia para os EUA, em Guam ou no Hawai'i (Marshall, 2004), dentre vários outros. As populações insulares do Pacífico são insistentemente negligenciadas nos processos colonialistas que se impõem sobre as ilhas da região, que permanecem estratégicas no tabuleiro das grandes potências.

Os impactos ambientais evidenciados nas últimas décadas destacaram outro ponto que é associado aos problemas econômicos e migratórios da região: o caso dos refugiados climáticos. Tuvalu e Kiribati hoje concentram as suas populações nas capitais Funafuti e Tarawa, onde se encontram os principais serviços e estruturas dos países. Isso gerou o superpovoamento dessas ilhas, de maneira a que os serviços básicos não pudessem ser minimamente atendidos. Logo, uma parte considerável das populações que antes se dedicavam à exploração agrícola e pesqueira nos outros arquipélagos do país passou ao subemprego e a condições de empobrecimento agravadas drasticamente pelos impactos das mudanças

colonialism and remains the outstanding illustration of this significant stage in human history'. (Republic of the Marshall Islands, 2009).

352 A título de exemplo, a primeira gravação do filme *Godzilla* – ou *Gojira*, no original japonês de 1954 dirigido por Ishirō Honda – é uma alegoria do poder destrutivo das bombas nucleares e das experiências no Atol de Bikini, que causaram danos sérios à tripulação de um barco pesqueiro japonês (*Daigo Fukuryū Maru*) que permanecia na zona considerada 'segura'.

climáticas. A sedentarização e a concentração populacional repentina nas últimas décadas associou-se à subida no nível dos oceanos que inundou partes consideráveis dos atóis – o que constituiu um caminho infindável de dificuldades, uma vez que as migrações também se associam à impossibilidade de permanência em ilhas mais remotas, dadas a ausência de estruturas, as inundações e a falta de meios de vida. Nesse ponto, parte considerável da população vê como única solução para a sua subsistência a emigração em busca de oportunidades em outros países – ponto tratado, inclusive, em políticas públicas, a exemplo do conceito de 'migração com dignidade'[353], lançado pelo governo de Kiribati na década de 2010.

Esse processo gerou um caso recente inédito para a criação da categoria de refugiados climáticos no direito internacional. Em 2013, Ioane Teitiota, cidadão de Kiribati que na época residia na Nova Zelândia, entrou com uma petição para a sua permanência no país em virtude das ameaças climáticas e da impossibilidade de sua subsistência no Kiribati: da mesma forma que um cidadão de um país em guerra poderia solicitar o estatuto de refugiado pelas ameaças à sua vida, também os cidadãos de localidades sob ameaça climática poderiam solicitá-lo[354]. Após esgotados os recursos judiciários internos na Nova Zelândia, o advogado de Teitiota denunciou o caso ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Embora a resposta do conselho tenha sido negativa, os seus argumentos abriram precedentes no sentido de que nenhum país poderia deportar cidadãos para localidades que sofriam ameaças das mudanças climáticas. Nesse caso específico, o conselho entendeu que ainda haveria tempo – entre 10 e 15 anos – para ações dos governos que impedissem a chegada a um quadro mais grave, de maneira que a possibilidade de subsistência dos cidadãos pudesse ainda ser alcançada[355]. Entretanto, o precedente foi lançado no direito internacional.

A região do sul do Oceano Pacífico aglutina onze fusos horários diferentes, em milhares de ilhas que apresentam um altíssimo grau de complexidade considerando aspectos de desenvolvimento local frente aos sistemas políticos e econômicos do mundo contemporâneo. Atualmente, muitas das ilhas da região são extremamente dependentes de outros países e do sistema global de Cooperação Internacional, que exerce um papel dúbio de garantidor de

353 *'Migration with dignity',* conceito trabalhado nas políticas públicas do país frente aos desafios das mudanças climáticas. Para mais informações, ver: Republic of Kiribati, 2015. Disponível em https://www.unescap.org/sites/default/files/Kiribati%20National%20Labour%20Migration%20Policy.pdf Acesso no dia 25 de julho de 2020. O governo de Kiribati chegou, inclusive, a adquirir terras nas Ilhas Fiji, para permitir a emigração de seus cidadãos.

354 O estatuto dos refugiados, de 1951, não reconhece as ameaças climáticas como justificativa para as solicitações de acolhimento.

355 *'Views adopted by the Committee under article 5 (4) of the Optional Protocol, concerning communication No. 2728/2016'* (United Nations, 2020). Notícia oficial do Comitê de Direitos Humanos do PIDCP e documento com a deliberação disponíveis em: https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25482 Acesso no dia 25 de julho de 2020.

estabilidade[356], e que conforma as zonas de influência dos neocolonialismos contemporâneos, via dependência econômica e pela manutenção de áreas estratégicas para chineses, norte-americanos, australianos, neozelandeses, japoneses etc. Essa complexidade regional é expressa, por exemplo, na divisão do mapa do Pacífico Sul entre grupos pró Taiwan e aqueles apoiadores da "Política de uma China única"[357]. Na entrada do século XXI, talvez a questão geoestratégica mais presente na região seja a expansão de Beijing como esfera de influência efetiva, por meio do estabelecimento de relações diplomáticas com diversos países, e o enfraquecimento de Taipei, pela perda do espaço estratégico taiwanês.

A disputa por influências regionais entre Taiwan e China é instável, com sucessivas viragens nas relações diplomáticas dos países do Pacífico durante os séculos XX e XXI. A expansão chinesa é atualmente atraente para os países insulares, que manifestam a necessidade de investimentos externos. A relação é pragmática, na qual a disponibilidade de fundos seduz as decisões estratégicas dos líderes dos pequenos países do Pacífico Sul. Nesse contexto, a região pode ser compreendida menos como grupos de ilhas desertas e paradisíacas, de populações isoladas e intocadas, e mais como palco de intensas disputas por rotas de comércio, áreas para bases militares e zonas para exploração econômica, seja por meio da pesca ou para a prospecção dos recursos minerais ali existentes. Tais desenhos geopolíticos mudam de forma constante, a depender do poder e dos interesses das esferas de influência. Kiribati mantinha relações com Taiwan desde 2003, quando Anote Tong foi eleito e denunciou o uso para fins de espionagem de uma base de acompanhamento de satélites pela República Popular da China, encerrando as relações diplomáticas com Beijing[358]. O alinhamento do país com Taiwan era evidente também nos fóruns internacionais, a exemplo do pronunciamento do presidente Taneti Maamau, em setembro de 2018, quando o mandatário afirmou que:

> O tema da ONU será entregue nos próximos 12 meses, ou melhor, a ser entregue para os próximos 12 meses é sobre todas as pessoas que vivem neste planeta. Esse tema será irrelevante se a ONU continuar a ignorar as 20 milhões de pessoas que vivem e contribuem para o nosso lar compartilhado e continuarem a excluí-los do processo. Somos uma família e, portanto, apelamos a uma abordagem inclusiva para que Taiwan participe nos processos

356 No sistema internacional de cooperação internacional, são chamados 'países menos avançados' – ou *Least Developed Countries* (LDC) – aqueles países com evidentes dificuldades de inserção no sistema global, devido à falta de infraestruturas e condições de competição económica. A lista é considerada pela OCDE como prioritária para o recebimento de financiamento do clube de países ricos filiados à OCDE.

357 O *"One-China policy"* é apregoado pelo governo Chinês (República Popular da China) em oposição ao reconhecimento de Taiwan (República da China) como estado soberano.

358 Para mais informações, ver notícia do *The Washington Post* de 27 de novembro de 2003, disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2003/11/27/tiny-republic-embraces-taiwan-and-china-feels-betrayed/ab921d4f-05f8-48cc-af34-f1ef657b8880/ Acesso no dia 10 de setembro de 2020.

> internacionais e que isso permita que o país contribua na abordagem de áreas de preocupação desse órgão da ONU (Assembleia Geral). E incluindo a implementação dos ODS. (Maamau, 2020)[359]

Durante o período de trabalho de campo para a escrita desta tese, foi observada a presença de Taiwan através dos vários materiais de comunicação sobre projetos de cooperação internacional existentes em Kiribati. Por toda a ilha de Tarawa foram avistados materiais de comunicação sobre os projetos de cooperação de Taiwan: no hospital central, nas fazendas de experimentação agrária e de aquacultura, e até mesmo em carrinhos de transporte de malas no principal aeroporto do país. Já no final de 2019, o governo de Kiribati não resistiu às pomposas promessas de fundos e outros recursos por parte dos chineses, e decidiu por romper com Taiwan e reestabelecer relações diplomáticas com a China, dias após as Ilhas Salomão terem feito o mesmo[360].

País	Ex-metrópole	Ano de independência	Moeda circulante	Relação com Taiwan	Relação com a RPC
Austrália	Reino Unido	1901 / 1942 / 1986	Dólar australiano	Informal	Formal
Estados Federados da Micronésia	EUA	1986 (Pacto de Associação Livre com os EUA).	Dólar americano	-	Formal
EUA	Reino Unido	1776	Dólar americano	Informal	Formal
Fiji	Reino Unido	1970	Dólar fijiano	-	Formal
França	-	-	Euro	Informal	Formal
Guam	-	Território não incorporado aos EUA	Dólar americano	*	*
Ilhas Cook	-	Estado associado à Nova Zelândia	Dólar neozelandês	-	Formal
Ilhas Marianas do Norte	-	Território não incorporado aos EUA	Dólar americano	Informal	Formal
Ilhas Marshall	EUA	1979	Dólar americano	Formal	-
Ilhas Pitcairn	-	Território britânico	Dólar neozelandês	*	*
Ilhas Salomão	Reino Unido	1976	Dólar das Ilhas Salomão	-	Formal

359 Tradução do autor para excerto do discurso de Taneti Maamau proferido na Assembleia Geral da ONU no dia 26 de setembro de 2018: *'The UN theme will be delivered in the next 12 months, that is, to be delivered in the next 12 months is about all the people living on this planet. This theme will be irrelevant if the UN continues to ignore the 20 million people who live and contribute to our shared home and continue to exclude them from the process. We are one family and we therefore call on an inclusive approach to have Taiwan participating in the international processes and to allow it to contribute to address areas of concern to this UN body. And including the implementation of the SDGs'. Kiribati - President Addresses General Debate, 73rd Session - 26 Sep 2018 - Taneti Maamau, President of the Republic of Kiribati, addresses the general debate of the 73rd Session of the General Assembly of the UN (New York, September 25 – October 01, 2018). (19'56" até 20'50").* Disponível em: http://webtv.un.org/watch/kiribati-president-addresses-general-debate-73rd-session/5840610680001/ Acesso no dia 4 de agosto de 2020.

360 Para mais informações, ver notícia da agência *Reuters*, publicada no dia 28 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-china-kiribati/china-restores-ties-with-kiribati-site-of-space-tracking-station-idUSKBN1WC2KB Acesso no dia 10 de setembro de 2020.

Kiribati	Reino Unido	1979	Dólar australiano	-	Formal
Nauru	Protetorado da ONU - Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália	1968	Dólar australiano	Formal	-
Niue	-	Estado associado à Nova Zelândia com relações externas independentes.	Dólar neozelandês	-	Formal
Nova Caledônia	-	Território francês	Franco CFP**	*	*
Nova Zelândia	Reino Unido	1907	Dólar neozelandês	Informal	Formal
Palau	Protetorado dos EUA	1981	Dólar americano	Formal	-
Papua Nova Guiné	Austrália	1975	Kina de Papua Nova Guiné	Informal	Formal
Polinésia Francesa	-	Território francês	Franco CFP**	*	*
Samoa	Nova Zelândia	1962	Tala de Samoa	-	Formal
Samoa Americana	-	Território não incorporado aos EUA	Dólar americano	*	*
Tokelau	-	Estado associado à Nova Zelândia	Dólar neozelandês	*	*
Tonga	Reino Unido	1970	Pa'anga	-	Formal
Tuvalu	Reino Unido	1978	Dólar australiano	Formal	-
Vanuatu	França e Reino Unido	1980	Vatu	-	Formal
Wallis e Fortuna	-	Território francês	Franco CFP**	*	*

*Os territórios e colônias mantém as suas relações exteriores de acordo com as suas administrações centrais, à exceção de Niue, que território neozelandês com política externa intependente. ** O Franco CFP refere-se à moeda utilizada nas colônicas francesas, sendo o CFP acrônimo de *Colonies Française du Pacifique.*

Tabela 4 - Situação política, moeda circulante e relações dos países da Comunidade do Pacífico frente à One China Policy em 2020. Elaboração do autor a partir de sites dos órgãos de relações exteriores dos países da CP, de Taiwan e da República Popular da China (RPC).

Muitas das ilhas localizadas no sul do Pacífico são atóis, que geralmente correspondem a grupos com formações coralíneas e baixíssimas altitudes. Isso faz com que tais territórios sejam extremamente sensíveis às subidas nos níveis dos oceanos, como no caso de Kiribati, que possui 32 de suas 33 ilhas, inclusive a capital Tarawa, com altitudes máximas inferiores a 3 metros[361]. Tal situação é agravada pela concentração populacional nas capitais, onde estão presentes os serviços básicos de ensino, saúde e infraestruturas de transportes, no espelhamento dos êxodos rurais que ocorrem por todo o mundo. Porém, com o agravante climático que expulsa populações de ilhas já em péssimas condições para habitação, em regiões com pouquíssimas extensões territorial cultiváveis, imensas distâncias marítimas entre os arquipélagos e condições infraestruturais mínimas – caso do êxodo de Tarawa do Norte, por exemplo, já em piores condições de habitação.

361 A única exceção corresponde à praticamente desabitada ilha de Banaba, arrasada pela exploração de fosfato.

A República do Kiribati, com seus mais de 110.000 habitantes em toda a sua extensão territorial, abriga mais de 55.000 em Tarawa do Sul, capital do país, que possui apenas 15 km^2 de área total[362]. As condições de segurança alimentar, agravadas pelas reduzidas áreas aproveitáveis para o cultivo de fontes de carboidratos, muitas vezes se deterioraram pela geração de uma situação de dependência externa extrema. Ainda que haja fontes de carboidratos, por exemplo, a partir da fruta pão, do taro[363] e de outras espécies, dois fatores colaboraram para a geração de uma situação ainda mais grave de dependência alimentar: a concentração populacional, principalmente em Tarawa do Sul, que aumentou a demanda de maneira que não pudesse ser suprida pela produção local; e a mudança de hábitos alimentares em massa frente aos imensos fluxos de doações de excedentes produtivos de países mais ricos, como no caso do arroz e da farinha de trigo que chegam ao porto de Betio, em Tarawa. Ademais, as ilhas possuem poucas fontes de água doce consumível, considerando a ausência de rios e a condição das águas salobras de cisternas e poços artesianos.

Em termos de área marítima, as incongruências são ainda mais evidentes nessas regiões do Pacífico. Kiribati possui 3.441.810 km^2 de zona econômica exclusiva, figurando entre os 12 países com mais extensa área exclusiva para exploração marítima, superando a área marítima do México e da Índia, por exemplo, e muito próxima da área marítima brasileira[364]. Essa gigantesca área marítima desperta os interesses das grandes nações e dos seus grupos empresariais, dada a possibilidade de pesca industrial em toda a região. Não por acaso, a participação da venda de licenças de pesca para outros países é uma das participações mais promissoras no PIB do Kiribati, que tem apostado no setor como estratégico para o seu desenvolvimento futuro: desde 2011 as receitas do país vêm crescendo de forma expressiva, passando de 29,5 milhões de dólares australianos a 197,8 milhões em 2015, devido, principalmente, à estruturação do setor[365]. A região acaba por ficar alheia ao oportunismo de corporações pesqueiras transnacionais, uma vez que os empreendimentos locais não possuem meios e estruturas para a sua eficiente exploração para comercialização no mercado global, e muitas vezes isso nem mesmo faz parte de seus horizontes de desejos. Por outro lado, no caso

362 De acordo com dados do Censo 2015, a população de Kiribati nesse ano correspondia a 110.136 habitantes, e a da capital, Tarawa do Sul, 56.388, o que corresponde a mais de 50% da população do país. (Republic of Kiribati, 2016). Disponível em: http://www.mfed.gov.ki/publications/census-report-2015-volume-i-final-report Acesso em 10 de julho de 2020.

363 Planta chamada de *babai* no Kiribati e correspondente à espécie *Cyrtosperma merkusii*.

364 A título de exemplo, o Brasil possui mais de 8,5 milhões de km^2 de área territorial e mais de 3,6 milhões de km^2 de zona econômica exclusiva, enquanto o Kiribati possui apenas 811 km^2 de extensão territorial e mais de 3,4 milhões de km^2 de zona marítima. Fontes consultadas: Comunidade do Pacífico (https://www.spc.int/our-members) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (https://www.ibge.gov.br/). Acesso em 10 de julho de 2020.

365 O documento KV20 – Kiribati Vision 20 apresenta dados referentes aos setores econômicos do país. (Republic of Kiribati, 2015). Disponível em: http://www.president.gov.ki/kiribati-20-year-vision-kv20/ Acesso em 10 de julho de 2020.

de Kiribati, a pesca tradicional continua como uma das principais fontes de subsistência para grande parte das famílias, o que evidencia a importância do mar para as populações das ilhas, que foge do aspecto economicista global e abarca as relações existentes entre as comunidades. Nesse sentido, há projetos comunitários em desenvolvimento que buscam a geração de possibilidades sustentáveis para o país, que colocou a pesca como uma de suas prioridades de investimento, ao lado do turismo. Seja em escala industrial ou comunitária, a pesca é estratégica para as próximas duas décadas, pontos expressos no plano KV20 – ou *Kiribati Vision* 20, documento base para o planejamento de desenvolvimento do país entre 2016 e 2036.

País ou território	População total	Área territorial (km^2)	Zona econômica exclusiva (km^2)
Austrália*	25.364.310	7.700.000	8.200.000
Estados Federados da Micronésia	113.810	701	2.996.420
EUA*	328.239.520	9.800.000	11.351.000
Fiji	889.950	18.333	1.282.980
França*	67.059.890	675.000	11.691.000
Guam	167.290	541	221.504
Ilhas Cook	17.500	237	1.830.000
Ilhas Marianas do Norte	57.220	457	749.268
Ilhas Marshall	58.790	181	1.990.530
Ilhas Pitcairn	49	47	836.108
Ilhas Salomão	669.820	28.230	1.553.440
Kiribati	**117.610**	**811**	**3.441.810**
Nauru	12.580	21	308.480
Niue	1.624	259	450.000
Nova Caledônia	287.800	18.576	1.422.540
Nova Zelândia*	4.917.000	270.500	4.083.744
Palau	18.010	444	603.978
Papua Nova Guiné	8.776.110	462.840	2.402.290
Polinésia Francesa	279.290	3.521	4.767.240
Samoa	197.100	2.934	127.950
Samoa Americana	55.310	199	404.391
Tokelau	1.400	12	319.031
Tonga	104.490	749	659.558
Tuvalu	11.650	26	749.790
Vanuatu	299.880	12.281	663.251
Wallis e Fortuna	11.700	142	258.269

*A França, a Austrália, a Nova Zelândia e os EUA possuem territórios ultramarinos que fazem parte da CP. O Reino Unido também possui territórios na região, a exemplo das Ilhas Pitcairn, mas não faz parte, diretamente, da CP.

Tabela 5 - População, área e zona econômica exclusiva dos países e territórios da Comunidade do Pacífico (CP). Elaboração do autor a partir de dados do Banco Mundial (https://data.worldbank.org/indicator/sp.pop.totl) e da CP (https://www.spc.int/our-members). Acesso no dia 11 de julho de 2020.

Nos dias atuais, frente à expansão dos meios de comunicação digital, as notícias sobre a situação das populações locais evidenciam-se rapidamente, algo completamente diferente do contexto de testes nucleares na segunda metade do século XX. A chegada da internet a baixo custo trouxe possibilidades para canais de denúncia que alcançaram a região, e a articulação local e global tem facilitado a comunicação dos problemas e demandas das populações do Pacífico Sul. Conforme foi discutido neste subcapítulo, o idílio e o abandono são chaves insuficientes e demasiado romantizadas para as interpretações sobre a região. Ainda que haja, de fato, um processo de incentivo ao turismo para as suas ilhas paradisíacas, como destinos de férias exclusivas de redes de abastados de todo o globo, ademais do extrativismo de recursos marinhos que cresce a cada ano, qualquer leitura sobe a região exige uma percepção alargada: pragmática, frente à situação geopolítica, social, econômica, e às suas raízes históricas; realista, sobre os jogos de poder entre os grupos que atuam localmente e o papel que a cultura exerce no cotidiano; e idealista, na imaginação de futuros mais justos para a população insular. O que se notou nas últimas décadas foi que as decisões das potências globais afetam diretamente os povos da região, seja no tabuleiro geoestratégico, seja nos impactos das mudanças climáticas e na dificuldade de reação local. Isso traz impactos, inclusive, nos meios políticos e eleitorais das potências ocidentais, frente à noção dos vários problemas ambientais, migratórios e econômicos mundiais que se manifestam de maneira evidente e devastadora nas ilhas do Pacífico.

A convergência historicamente construída da colonização por interesses econômicos (entrepostos comerciais), ocupações militares (bases de apoio) e a conversão de almas (missionários) foi patente nos dois últimos séculos, dadas as grandes possibilidades de associação entre rotas comerciais e de exploração econômica dos mares do Pacífico, e considerando o grande "mercado de almas" da região, que conformou o sistema colonial e posteriormente formou países de soberania econômica extremamente limitada e oficialmente cristãos. Associado a esse processo histórico, há hoje uma percepção pragmática frente à viragem nas opções de desenvolvimento dos países, considerando os principais aspectos presentes nos planos desenvolvimentistas: a pesca, os recursos naturais e o turismo.

3.3. *Te Mauri, Te Raoi ao Te Tabomoa*

A saudação em língua gilbertesa, presente no brasão de armas do Kiribati, evoca o lema do país – *Te Mauri* (Saúde), *Te Raoi* (Paz) e *Te Tabomoa* (Prosperidade). Esses três conceitos estão corriqueiramente presentes nas mensagens dirigidas pelos principais líderes locais e orientam as discussões sobre os seus rumos políticos, a servir de inspiração para os horizontes imaginados pelos seus cidadãos. Desde a sua independência, em 1979, o país tem buscado modelos próprios de desenvolvimento que amenizem a sua dependência econômica externa e a condição limitada de sua soberania. Nas últimas quatro décadas, o país viu poucas alternativas frente à extinção de suas reservas de fosfato na ilha de Banaba e ao abandono de um modelo agroexportador com a exploração das poucas áreas cultiváveis nos atóis. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se um processo de urbanização descontrolada em sua capital, Tarawa, que hoje abriga metade da população do país. Essa concentração populacional traz diversos problemas sociais para os cidadãos, o que representa um enorme desafio para a sociedade de Kiribati. Os novos meios de vida semiurbanos, em localidades onde faltam infraestruturas básicas, são desafiados por problemas locais, a exemplo da pobreza extrema e da subnutrição, e ameaças globais, como as mudanças climáticas. Ainda distante das linhas traçadas como seu horizonte de prosperidade, paz e saúde, Kiribati marcha em sua história com promessas que seguem diretrizes carregadas de aspectos religiosos, ao mesmo tempo em que tocam utopias desenhadas com base em imagens exploradas pelo mundo ocidental, em um constante conflito entre os usos das tradições e os processos de modernização[366].

Kiribati possui uma área de 811 km^2 distribuídos entre 33 grupos de ilhas espalhadas pelo Oceano Pacífico. Os arquipélagos que compõem o país ocupam os quatro hemisférios do globo, uma vez que tanto a linha internacional da data, quanto a linha do Equador, atravessam o país. O país está dividido em três regiões: as ilhas Gilbert, com 16 ilhas, anteriormente subdivididas entre norte, centro e sul; as ilhas da linha, subdivididas em suas regiões norte, centro e sul, que abrigam 8 ilhas; e as ilhas Phoenix, também com 8 ilhas. A ilha de Banaba, a oeste das ilhas Gilbert, completa as 33 ilhas que formam o país. As ilhas ao norte de Tarawa possuem índices pluviométricos mais elevados, o que permite que sejam cultivados frutos de maneira mais produtiva, a exemplo da banana, distribuída para o resto do país a partir de Butaritari. As demais ilhas são áridas, com poucas chuvas durante o ano, e a maioria da população se dedica a trabalhos ligados ao mar. A área de exploração exclusiva marítima do

366 Sobre a cultura e os processos de modernização, ver García Canclini (2000). Sobre os usos da tradição ver Hobsbawm e Ranger (2008) e Lawson (2008).

país é uma das maiores do mundo, ocupando quase 3,5 milhões de km^2, o que estabelece o Kiribati como um dos países com o maior rácio de área marítma por área terrestre do planeta[367]. Mais de 10% dessa área marítima faz parte da Área de Proteção das Ilhas Phoenix (*Phoenix Island Protected Area* – PIPA), maior área de proteção marítima do planeta, inscrita na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO em 2008[368].

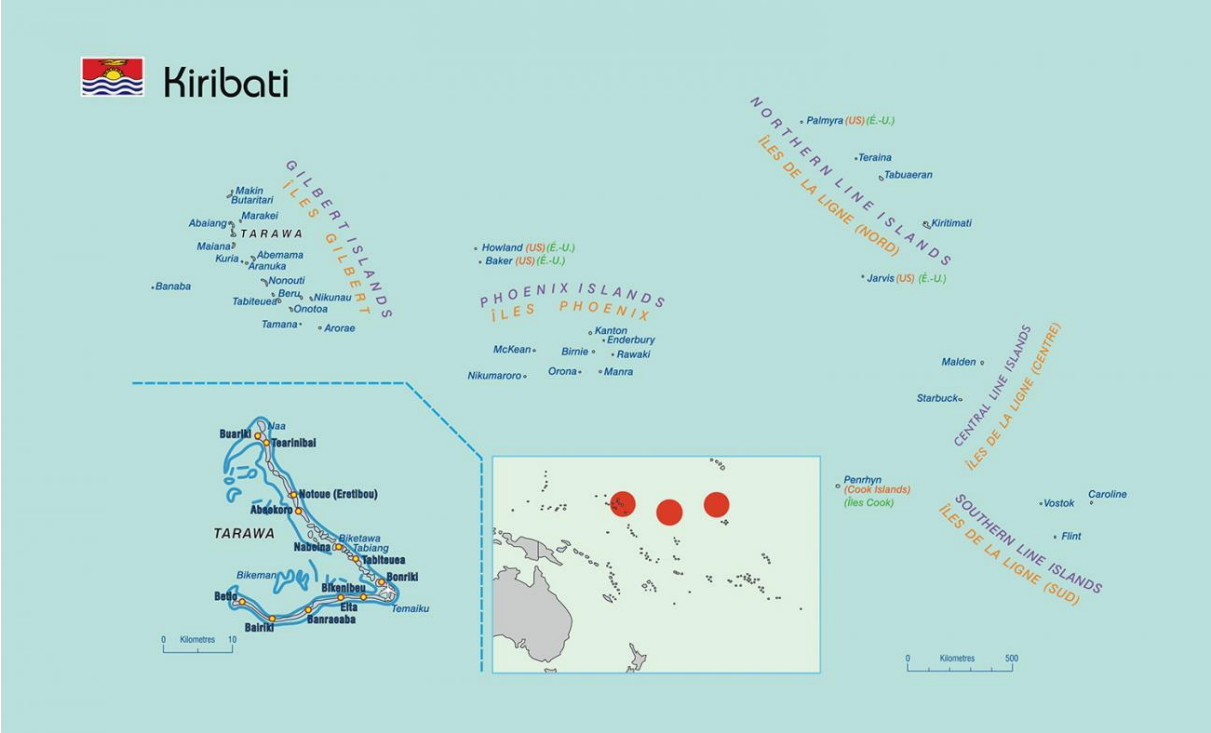


Figura 8 – Mapa/Croqui da República do Kiribati disponibilizado pela Comunidade do Pacífico. Fonte: https://www.spc.int/our-members/kiribati/details Acesso em 28 de julho de 2020.

Com tamanha extensão marítima, a população do país desenvolveu-se com a sua base econômica voltada para os mares. Mesmo que, durante o período colonial, o extrativismo e a exploração agrária por meio de *plantations* tenham sustentado a integração colonialista do país, a pesca tem sido a principal atividade econômica do país, não somente em termos de quantificação monetizada, mas enquanto meio de vida e de subsistência geral. A pesca e a navegação estão associadas à dieta, aos mitos fundacionais e também à hierarquização dos clãs

367 Há outros países insulares com um rácio próximo ao de Kiribati, a exemplo dos Estados Federados da Micronésia, com 702 km^2 de área terrestre e quase 2 milhões de km^2 de Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Talvez o que torne o caso de Kiribati peculiar seja a dispersão das suas ilhas, a concentração populacional nas ilhas do grupo Gilbert e o fato de ter em Kiritimati mais da metade da sua extensão territorial com menos de 10% da população total do país. Kiritimati, ademais, está distante dos centros decisórios do país, inclusive com a inexistência de rotas aéreas diretas que a conectem com a capital à data da pesquisa de campo, em 2018 e 2019.

368 Informações sobre a inscrição da PIPA na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO disponíveis em: https://whc.unesco.org/en/list/1325/ Acesso no dia 28 de julho de 2020.

da sociedade de Kiribati[369], uma vez que reúnem alguns dos principais ofícios e saberes da população local. Há um aspecto ritual que acompanha todo o processo da pesca – da extração da madeira para a elaboração das canoas – *te wa*, até as navegações e o ato da pesca em si. E os conhecimentos tradicionais associados a esses ofícios são guardados por determinados clãs que possuem uma posição social respeitável. Nos dias atuais, a pesca é valorizada, por um lado, enquanto aproveitamento dos recursos econômicos do país, por meio de vendas de licenças para exploração no mercado global, e por outro lado, na manutenção dos meios de vida tradicionais, com programas do governo para o financiamento e a facilitação de materiais para a salvaguarda da pesca tradicional nas comunidades insulares[370].

Figura 9 - Te Wa – canoa tradicional de Kiribati. Nos dias atuais, alguns pescadores e navegadores utilizam o plástico em substituição aos materiais locais. Imagem reproduzida de Whincup, 2009, p.81.

Um ponto comum às sociedades do Pacífico Sul diz respeito à estratificação social de suas comunidades e à conexão religiosa presente nas relações cotidianas e nas esferas de poder. Esses aspectos se refletem em seus centros decisórios, no caso polinésio, materializados em estruturas construídas para as reuniões comunitárias, a exemplo das *aahigas* ou *maneapas* em

369 Para mais informações sobre as canoas tradicionais, a pesca e os elementos míticos existentes em torno dessas práticas, ver Whincup, 2009.

370 A Política Nacional de Pesca 2013/2025 – *Kiribati National Fisheries Policy 2013 – 2025* (Republic of Kiribati, 2013) inclui em suas estratégias a identificação de ofícios tradicionais (*traditional* skills). Um dos programas desenvolvidos pelo Ministério da Pesca e do Recursos Marinhos (MFMRD), intitulado '*Waa n Oo'*, destina-se ao fomento à pesca tradicional para a segurança alimentar e o crescimento econômico: *'The long term key objective of this project is to reach out to the individual fishing household in providing affordable fishing canoes to enhance food security and promote economic growth within the fishery sector'*. Informação disponível em: https://www.mfmrd.gov.ki/departments/policy-development-division-pdd/ Acessado no dia 30 de julho de 2020.

Tuvalu, das *fale tele* em Samoa, das *marae* em diversas sociedades polinésias e das *maneabas*, em Kiribati[371]. As investigações empreendidas durante o trabalho de campo em Kiribati e a literatura acessada permitem observar que parte significativa da vida social no país desenvolve-se em torno das *maneabas*, edificações locais carregadas de aspectos simbólicos e utilizadas para reuniões, ritos, celebrações e decisões políticas. A referência mais citada em Kiribati encontra-se na ilha de Beru, que herdou os meios construtivos e as tradições de imigrantes provenientes de Samoa, e cujas referências polinésias servem como um arquétipo para as outras regiões do país[372]. A construção das *maneabas* é coordenada por alguns membros iniciados conduzidos pelos anciãos, chamados localmente de *Te Unimwane*[373], e o trabalho envolve a seleção da madeira utilizada e a fixação por meio de laços específicos, frutos de um saber tradicional transmitido oralmente nas comunidades. Durante o processo colonial, os missionários cristãos incorporaram as *maneabas* como parte das estruturas eclesiásticas, e as igrejas, de maneira geral, foram construídas ladeadas pelas estruturas locais, onde são muitas vezes celebrados os ritos cristãos e os ritos locais. Os próprios cânticos tribais foram incorporados em coros cristãos, num processo de conversão que não logrou o completo apagamento das referências religiosas locais, que se mantêm por meio de subterfúgios encontrados pelos habitantes locais[374].

No interior das *maneabas* há espaços e tempos definidos para cada clã. As hierarquias sociais estão refletidas espacialmente no denominado *Te Boti*[375], área destinada a cada família ou grupo de famílias. Cada grupo está ligado hereditariamente a ofícios tradicionais, cada qual com seus regramentos internos e com saberes tradicionais guardados como segredos de cada clã, associados, por exemplo, às técnicas e rituais para a navegação, para a fabricação de canoas, para a medicina tradicional, para as composições de cânticos cerimoniais e para as danças tradicionais. As entradas no espaço são acompanhadas de ritos e trajetos que devem ser respeitados de acordo com a posição social de cada indivíduo na comunidade, e as reuniões

371 Há diversos trabalhos sobre os locais de reunião nas sociedades do Pacífico. Para mais informações sobre o funcionamento social das *maneabas* e os seus métodos construtivos em Kiribati, ver Maude (1980). Para uma perspectiva sociológica e histórica, com a análise dos impactos a partir da incorporação de novos materiais construtivos nas últimas décadas, ver Whincup (2010).

372 A sua estrutura coincide com várias outras da Polinésia, sendo mais marcadas nas ilhas do centro e sul do grupo *Gilbert*, que possuem mais laços com as sociedades polinésias (Koch, 1986). Nas ilhas do Norte, a exemplo de Butaritari, o chamado sistema social das *maneabas* é mais fraco, dada a coexistência de sistemas hierárquicos com base em chefes locais, mais que em clãs familiares e seus aspectos deliberativos em centros comunitários.

373 Em algumas ocasiões, o termo é grafado *unimane*.

374 Esses processos aproximam-se dos sincretismos e também das resistências de manifestações religiosas em outros contextos coloniais, a exemplo da América Latina, do Caribe e de algumas regiões dos Estados Unidos. Ver subcapítulo anterior, onde há uma discussão sobre colonialismo e religião que se associa a esse processo.

375 Para mais informações sobre o *Te Boti* e as suas mudanças na sociedade de Kiribati sob uma perspectiva etnohistórica, ver Maude, 1977.

realizadas nas *maneabas,* chamadas *botaki*, são geralmente precedidas de apresentações de danças tradicionais[376], elemento presente em diversos componentes da vida cotidiana no Kiribati. As danças realizam-se em rituais específicos, mas também em quaisquer reuniões realizadas pelas comunidades, desde debates políticos até recepções para delegações estrangeiras, e os visitantes, em momentos específicos, são convidados a dançar. As visitas externas, ademais, possuem um trajeto específico de acordo com o evento ali celebrado, e a bebida local que é servida representa as boas-vindas em um sentido de agregação material, uma vez que a substância não é simplesmente consumida, mas incorporada, e a pessoa que a ingere passa a fazer parte da mesma substância que compõe a terra local, em uma comunhão entre o os elementos sorvidos e o corpo que é embebido[377]. As *maneabas* acumulam, assim, elementos religiosos e seculares, em ritos e celebrações carregados de referências simbólicas que agrupam as dimensões sagrada e temporal do exercício do poder.

As deliberações políticas conduzidas no interior das *maneabas,* em grande parte das vezes articuladas pelos anciãos de cada comunidade, são soberanas em termos práticos. Tais decisões são as mais amplas possíveis, e variam entre distribuição de recursos e trabalhos, associação a projetos e processos políticos e, tradicionalmente, também decidem sobre o estado de guerra ou de paz (Whincup, 2009; 2010). Ainda que a lei escrita trazida pelos administradores coloniais tenha estabelecido o funcionamento dos Conselhos Insulares (*Island Councils*) como estruturas formais para a tomada de decisões locais, a sua validade é na maioria das vezes meramente protocolar, e o que prevalece são as decisões dos conselhos de anciãos (*Te Unimwane*), estabelecidos em cada comunidade de acordo com as tradições orais. Há casos, inclusive, de decisões dos conselhos formais questionadas pelos conselhos de anciãos e, mesmo na insistência dos membros dos conselhos formais, o que impera é a decisão dos *unimwane*.

O funcionamento das *maneabas* foi abordado pelo antropólogo Barrie Macdonald em suas diversas investigações sobre a região, seja no período colonial ou após a independência do país[378]. Na década de 1970, o autor relatou a redução das funções das *maneabas* frente ao

376 Para mais informações sobre as danças tradicionais em Kiribati, ver Whincup e Whincup, 2001.

377 Sahlins discutiu processos semelhantes em sociedades polinésias e trouxe o exemplo do caso havaiano: "Para os havaianos, morar em e alimentar-se de uma certa porção de terra, faz com que as pessoas sejam da mesma substância que esta terra, da mesma maneira que uma criança é da mesma substância de seus pais (no Havaí isto acontece não só por nascimento, mas também por criação). Um estranho é assim metamorfoseado em filho da terra com direitos iguais aos dos 'filhos reais'." (Sahlins, 1990, p. 12). O fato de tomar a substância da terra, no caso em Kiribati, entretanto, talvez simbolize muito mais um aspecto de "protegido na terra" que, de fato, a uma consideração do visitante como "parte daquela terra", até pelo estado de "visitante". Mas há uma proximidade de interpretações frente aos sentidos de pertença e aceitação com base na matéria do corpo e da terra.

378 Barrie Macdonald, em sua tese de doutoramento, elabora um histórico sobre a estrutura social com base nas *maneabas*, que teriam sido adotadas após a invasão dos samoanos, que adotavam um modelo semelhante em Samoa. Antes disso, a sociedade local funcionava, resumidamente, com base em quatro classes: *uea*, *toka*, *inaomata* e *kaunga*, que se aproximaria de

esmaecimento das práticas culturais locais, principalmente entre as camadas mais jovens da população:

> A *maneaba* permanece no centro da vida social nas Ilhas Gilbert, mas com funções um pouco mais restritas do que nos tempos antigos. Embora a maioria dos adultos ainda possa identificar o *boti* da família, o padrão formal de assento é usado apenas ocasionalmente. Os *unimwanes* ainda se reúnem na *maneaba* para ouvir e resolver reclamações, especialmente aquelas decorrentes de disputas de terras, apresentadas pelo povo da aldeia e para considerar assuntos da ilha, mas os dias em que permaneciam longos períodos discutindo tradições e genealogias estão passando rapidamente; muitos jovens não conseguem rastrear seus ancestrais além de duas ou três gerações.[379]. (Macdonald, 1971, p.171)

Ainda assim, durante a investigação foi possível notar a centralidade das *maneabas* na vida social de cada comunidade, com construções recentes tomando por base as estruturas tradicionais. Talvez a independência do país tenha trazido a necessidade de se fortalecerem os discursos tradicionais, justamente para estimular o funcionamento de Kiribati enquanto Estado-Nação. Há uma percepção geral da constatação das *maneabas* enquanto elementos centrais nas comunidades, ainda que, na maior parte das vezes, incorporadas por igrejas cristãs. Não obstante, os protocolos internos possuem muito mais ligação com os elementos tradicionais – por meio da integração das performances, danças e ritos executados – do que, de fato, à centralidade ritual cristã.

Também em termos historiográficos houve uma deslocação para os elementos locais quando, em 1979, foi lançada uma publicação sobre a história de Kiribati somente com autores nacionais[380]. A ideia foi, justamente, trazer as perspectivas dos cidadãos locais, de modo a avançar novas perspectivas para além daquelas deixadas por escritores, historiadores e antropólogos ocidentais, a exemplo de Henry Maude e Arthur Grimble. O primeiro presidente do país, Ieremia Tabai, manifestou na introdução do livro que

chefes, nobres, comuns e escravos. Com a chegada dos colonizadores europeus, houve conflitos de poder entre os *unimwane*, os antigos *uea* e as igrejas cristãs, algo que se mantém ainda no século XXI. (Macdonald, 1971).

379 Tradução do autor para: *'The* maneaba *remains at the centre of social life in the Gilbert Islands but with rather more restricted functions than in former times. While most adults could still identify their family* boti*, the formal seating pattern is only occasionally used. The* unimwane *still gather in the* maneaba *to hear and settle complaints, especially those arising out of land disputes, brought before them by the people of the village, and to consider island affairs, but the days when they would spend long periods discussing traditions and genealogies are rapidly passing; many younger people cannot trace their ancestry beyond two or three generations'.* (Macdonald, 1971, p. 171).

380 Foram 26 os autores que participaram da publicação: Sister Alaima Talu, Mikaere Baraniko, Keina Tito, Meita Beiabure, Kunei Etekiera, Uentabo Fakaofo, Maunaa Itaia, Bureieta Karaiti, Maorerei T. Kirion, Biritake Mamara, Ahling Onorio, Betty Schutz, Tangitang Taam, Nakibae Tabokai, Abureti Takaio, Arobati Tautua, Baie Teanako, Rumaroti Tenten, Francis Tekonnang, Tetika Teraku, Tebouaki Tewei, Tebaubwebwe Tiata, Uriam Timiti, Sister Tiura Kaiuea, Kumon Uriam e Baranite Kirata.

> todas as obras sobre o Kiribati, mesmo aquelas dedicadas a nossas próprias ilhas e ao nosso povo, foram escritas por estrangeiros. Apreciamos muitas de suas contribuições úteis, mas o seu impacto geral teve um efeito desigual, pois tudo foi desenvolvido a partir de perspectivas estrangeiras. A consequência não intencional foi minar a confiança de nosso povo em suas próprias capacidades e opiniões. A independência política deve ser acompanhada de uma maior confiança e da necessidade de sensibilidade às nossas próprias percepções e pontos de vista. Este é talvez o aspecto mais fundamental do processo de desenvolvimento[381]. (Tabai, 1979 in Talu et al, 2002)

O presidente Tabai, ainda que tenha se manifestado de maneira afirmativa à conformação do Estado-Nação recém-criado, trouxe uma perspectiva muito mais de consenso do que, de fato, de ruptura radical. Desde o início do processo de independência, houve a percepção de que se tratava de um processo negociado, devido à evidente dependência econômica das ilhas. A participação da princesa Anne Elizabeth nas cerimônias de independência, as negociações para a gestão dos fundos soberanos sobre os *royalties* do fosfato[382], a imediata incorporação de Kiribati à *Commonwealth*, são alguns dos elementos que revelam esse aspecto consensuado da independência, negociado com a ex-metrópole e efetivado na manutenção das suas relações diplomáticas e de cooperação internacional.

Durante o trabalho de campo em 2018 e 2019, foi possível perceber que as estruturas tradicionais estão fortalecidas, também, pelo papel do Estado na promoção das práticas sociais e culturais locais. Em visita à ilha de Abaiang entre os dias 18 e 21 de novembro de 2018, para o acompanhamento de reuniões dos conselhos locais e para a realização de entrevistas, foi possível perceber a realização de reuniões em simultâneo: os conselheiros da ilha na *maneaba* construída em alvenaria e, a poucos metros dali, grupos de *unimwane* reunidos em maneabas tradicionais. Todos esses processos misturam-se nas relações sociais, religiosas e de poder nas comunidades, e as decisões não são tomadas isoladamente pelos conselhos formais, mas em consonância com as demandas e exigências dos *unimwane*. Há, inclusive, um processo em curso para a elaboração de uma legislação ou de uma política pública própria para os anciãos[383], algo

381 Tradução do autor para: *'tous les ouvrages sur Kiribati, même ceux consacré à nos propres îles et notre peuple, ont été écrits par des étrangers. Nous avons apprécié nombre de leurs contributions utiles, mais leur impact général a eu un effet inégal, car tout y est développé selon les points de vue étrangers. La conséquence involontaire en a été la sape de la confiance de notre peuple dans ses propres capacités et opinions. L'indépendence politique doit s'accompagner d'une plus grande confiance et d'un besoin plus sensible de nos propres perceptions et points de vue. C'est peut-etre l'aspect le plus fondamental du processus de dévelopment'*. (Tabai, 1979 in Talu et al, 2002).

382 Em 1956 foi estabelecido um fundo soberano para a gestão dos *royalties* da extração de fosfato, chamado *Revenue Equalization Reserve Fund* (RERF). A gestão do fundo passou foi repassada ao Kiribati com a sua independência, em 1979, mesmo ano da exaustão das minas e da suspensão de sua exploração. Para mais informações sobre o fundo, consultar os relatórios do *Strengthening Fiscal Stability Program*, do Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB), disponível em: https://www.adb.org/sites/default/files/linked-documents/47314-001-sd-03.pdf Acesso no dia 4 de agosto de 2020.

383 Para mais informações sobre o processo em desenvolvimento, ver *'Concept Notes on Unimwane Policy as of 30th of October 2018'*, documento disponível entre os anexos desta tese.

que suscita antagonismos entre os sistemas legais escritos e o direito costumeiro vigente. A estruturação física dos espaços decisórios acompanha esse processo e os próprios ministérios do país discutem a construção e reconstrução de *maneabas* tradicionais[384], a exemplo da construída junto ao Museu Nacional. As dinâmicas de poder do país funcionam em torno das *maneabas*, e com a independência, o próprio centro decisório da república recém-instalada, em seu parlamento, adotou o nome de *Maneaba ni Maungatabu*, que em tradução direta significa a *Maneaba no Monte Sagrado*[385].

Figura 10 - Maneabas tradicionais, modernas e o Parlamento de Kiribati. Maneabas *tradicionais na Ilha de Abaiang (acima);* Maneaba *com materiais construtivos modernos em Tarawa (abaixo, esquerda); Maneaba ni Maungatabu – Parlamento de Kiribati (abaixo, direita). Fotos: Marcelo Murta, entre outubro de 2018 e março de 2019 (*Maneabas *em Abaiang e Tarawa); Site oficial da Comunidade do Pacífico: https://www.spc.int/ Acesso ao site no dia 29/07/2020.*

384 Em reunião com técnicos do Ministério de Infraestruturas e Desenvolvimento Sustentável (MISE) no dia 16 de novembro de 2018, os entrevistados informaram que há um processo de associação entre práticas tradicionais e os conhecimentos técnicos da engenharia, algo que se desenvolve também nas universidades e institutos técnicos, onde são estudadas e ensinadas as técnicas construtivas tradicionais, conforme constatado em visita no dia 22 de novembro de 2018 ao Kiribati Institute of Technology (KIT). Para mais informações, consultar o relatório de viagem disponível nos anexos e apêndices desta tese. (Murta, 2018).

385 O termo *tabu*, na acepção utilizada em Kiribati, diz respeito ao sagrado, ao mesmo tempo que ao proibido, uma vez que traz a noção de que certos aspectos são guardados de tal maneira que ocupam o espaco do sagrado e do restrito, ou seja, proibido aos não iniciados ou àqueles que não fazem parte de determinados grupos. As discussões sobre o *tabu* foram trabalhadas por uma infinidade de pensadores e há extensa bibliografia que pode ser consultada sobre o assunto.

Os fóruns políticos quiribatenses, desde as *maneabas* nas ilhas remotas até o parlamento em Tarawa, têm deliberado sobre as políticas públicas do país de uma maneira que articula os acontecimentos locais aos globais. Os últimos governos do país assumiram de forma contundente o discurso de denúncia sobre os efeitos das mudanças climáticas nos países insulares, dadas as catastróficas implicações observadas localmente. Isso foi feito de maneira evidente durante o governo de Anote Tong, entre os anos 2003 e 2016, quando o país trouxe para os fóruns globais as demandas dos habitantes das ilhas do Pacífico Sul. Kiribati e Tuvalu são dois dos países constantemente referenciados como os primeiros a desaparecerem em médio prazo, e suas demandas dizem respeito à exigência de tomadas de posição global que minimizem os efeitos do aquecimento global, ao mesmo tempo em que possibilitem condições de vida digna para os cidadãos do Sul do Pacífico.

Uma das políticas aplicadas de maneira transversal foi chamada de "Migração com Dignidade" – *Migration with Dignity*. Esse programa buscou o fomento a planos de migração com o respeito à cidadania, de modo a reduzir a pressão populacional na capital do país, ao mesmo tempo em que eram procuradas alternativas dignas para as suas populações. O governo de Kiribati, inclusive, possui mais de 2.000 ha de terras em Fiji[386], e tem anunciado empreendimentos agrícolas no local desde 2017[387]. O governo Tong recebeu severas críticas internas pela maneira como sustentava o discurso de resistência às mudanças climáticas nos fóruns globais sem, entretanto, articular um projeto robusto para o desenvolvimento econômico local, como expresso na fala do ex-presidente Teburoro Tito, relatada em dissertação de 2012 do pesquisador quiribatiano Taberannang Korauaba: "Anote e o seu governo foram longe demais. Nosso povo não chegou ao ponto onde a sua única esperança seja abandonar o país[388]" (Korauaba, 2012, p.105). A linha programática de Tong sofreria um revés com a eleição de Taneti Maamau em 2016, com a definição de planos distintos de desenvolvimento local principalmente através do anúncio do *Kiribati 20-Year Vision* (KV20). Todos esses processos, entretanto, enfrentam desafios que superam as deliberações racionais, frente à supremacia do discurso religioso sobre o discurso político. Ainda que as discussões tragam aspectos racionalizados, por exemplo, entre as agendas políticas de denúncia e advocacia global, tocadas

386 A população de Kiribati tem redes migratórias em Fiji principalmente pela questão de Banaba e os vários deslocamentos populacionais para a Ilha de Rabi. Para mais informações, ver Teaiwa, 2015 e Sigrah e King, 2001.

387 Sobre os empreendimentos agrícolas em Fiji, ver: Caramel,2014; Ellsmoor e Rosen, 2016. A intenção do governo de Kiribati, com esses projetos, não está somente ligada às questões migratórias, conforme propagandeado pela maior parte dos meios de comunicação. A sua aquisição relaciona-se, também, à possibilidade de produção de alimentos e ao fato de ter as propriedades como investimentos seguros. Entretanto, há outros aspectos associados à legislação fundiária, à presença de outras populações migrantes e à soberania que limitam o espectro de ação do governo de Kiribati.

388 Tradução do autor para: *'Anote and his government has gone too far. Our people have not reached a point where their only hope is to abandon their country'*. (Korauaba, 2012, p. 105).

por Tong, e as desenvolvimentistas, tocadas por Maamau, e que todo o processo político se submeta ao pragmatismo geoestratégico[389], o que se mantém internamente, inclusive em estratégicas de comunicação política, são os discursos religiosos.

As interpretações sobre os eventos climáticos nas ilhas do Pacífico seguem premissas religiosas fomentadas pela crença cristã e pelas suas mesclas com os universos simbólicos das culturas tradicionais locais. Em cada contexto os eventos bíblicos são incorporados às leituras dos acontecimentos locais de uma maneira diferente[390]. (Fair, 2018; Korauaba, 2012; Reed, 2011). No caso de Kiribati, o pacto entre Deus e Noé, relatado no Antigo Testamento, no Gênesis, é tomado como principal referência para a interpretação dos eventos climáticos: "E eu convosco estabeleço a minha aliança, que não será mais destruída toda a carne pelas águas do dilúvio, e que não haverá mais dilúvio, para destruir a terra". (Gênesis 9:11). A tomada das ilhas pelas ondas e a sua associação com as mudanças climáticas são ignoradas por parte da população, que segue os preceitos cristãos e recebe orientações dos líderes religiosos – de acordo com o censo de 2015, mais de 95% da população do país era cristã.

A leitura geral da situação baseia-se em prescrições bíblicas, e uma vez que Deus prometera não mais acometer o mundo com inundações e desastres climáticos, não haveria, para os grupos negacionistas, sentido em seguir as orientações científicas. Mesmo as evidências cotidianas são associadas a passagens bíblicas, e não ao conhecimento científico. A existência do arco-íris, por exemplo, seria a prova cabal da aliança de Noé: "E estará o arco nas nuvens, e eu o verei, para me lembrar da aliança eterna entre Deus e toda a alma vivente de toda a carne, que está sobre a terra". (Gênesis 9:16). De acordo com Fair (2018), essa associação é facilitada também pelas cosmologias tradicionais da região, delineadas em visões de mundo com fortes relações entre elementos culturais e naturais, e suas interconexões entre a terra e a infinitude do céu e do mar. As construções teológicas, ademais, associam mitos e deuses aos eventos climáticos, e as ações humanas seriam, nesse caso, inócuas frente às forças indissociáveis das divindades e da natureza.

389 Em 2016 havia três partidos políticos principais em Kiribati: *Boutokaan Te Koaua (BTK)*, *Karikirakean Te I-Kiribati (KTK)* e *Maurin Kiribati*. A partir da união desses dois últimos, foi criado o *Tobwaan Kiribati Party (TKP)*, partido do atual presidente, Taneti Maamau. Em 2020, o BTK, do ex presidente Anote Tong, juntou-se com o recém-criado *Kiribati Moa Party* (KMP) – *'Kiribati First',* que reuniu dissidentes governistas contrários à aproximação com a China, inclusive Banuera Berina, candidato à presidência em 2020 – para formar o principal partido de oposição a Maamau, o *Boutokaan Kiribati Moa Party* (BKM). Esses processos políticos relacionam-se diretamente ao posicionamento dos partidos frente ao *'One China Policy'*, sendo o BKM favorável às relações com Taiwan e o TKP associado ao projeto da China.

390 Fair (2018) sugere a possibilidade de utilização dos aspectos religiosos como recursos para as pautas ambientais, a partir de epistemologias múltiplas. Para tanto, apresenta um estudo no sul do Pacífico com a interpretação dos eventos climáticos com três abordagens diferentes para a narrativa do Gênesis, sobre a aliança entre Deus e Noé: a negação dos eventos climáticos frente aos acordos do arco-iris de Noé; a arca como possibilidade de preparação para enfrentamento de eventos climáticos; e a noção dos excluídos da arca, frente às injustiças globais e à necessidade de reação a esse processo, em uma interpretação próxima à teologia da libertação.

As interpretações bíblicas estão presentes na comunicação política, na cultura popular e na voz dos líderes comunitários e religiosos de Kiribati. Da mesma forma que as *maneabas* acumulam os aspectos sagrados e profanos do poder, todo o espaço de deliberação pública é acompanhado por esses elementos, exercidos, principalmente, pelas igrejas cristãs. Os discursos são direcionados de maneira oportunista, de acordo com os princípios do livro cristão e para uma conveniente interpretação da realidade. E as ações são planejadas e executadas também com essa mesma lógica, pautadas pela evangelização. Antes do *Jubileu* do ano 2000, fervilharam previsões apocalípticas por todo o mundo, e os anúncios sobre os impactos da subida no nível dos oceanos, refletidos no destino trágico das ilhas do Pacífico, seriam a negação da ideia bíblica já consolidada do pacto de Noé. Harry Tong, político do Kiribati que perdeu as eleições presidenciais em 2003 para o seu irmão Anote Tong, assumiu esse discurso negacionista ao declarar:

> A mudança climática é um fenômeno totalmente natural. Você não pode, na realidade, fazer muito sobre isso, a menos que possa falar com Deus e com Ele negociar... Ele fez uma promessa a Noé de que nunca mais destruirá esta terra com enchentes[391]. (Tong apud Reed, 2010; Fair, 2018)

Durante o seu mandato, quando o presidente eleito Anote Tong levantou a bandeira de denúncia das mudanças climáticas nos principais fóruns globais, a oposição de seu país passou a tachá-lo de anticristão (Reed, 2011; Korauaba, 2012, p.105). Essa articulação da oposição ganhou força durante os seus três mandatos, ao levar em conta o poder que a argumentação com base nos fundamentos bíblicos possui em um país onde a política e a religião estão misturadas de maneira orgânica. A persistência dos problemas sociais e econômicos internos e as seguidas denúncias de má utilização dos fundos internacionais destinados às infraestruturas do país foram alguns dos fatores que enfraqueceram os partidários de Tong. Essa associação entre o sentimento de insuficiência material e o forte *lobby*, principalmente de igrejas evangélicas, preparou o terreno para as mudanças políticas nos anos seguintes. Um cântico popular de uma igreja protestante citado por Korauaba (2012) ilustra esse aspecto ao negar as previsões científicas e reafirmar o discurso religioso:

391 Tradução do autor para: *'Climate change is an all-natural phenomenon. You can't really do much about that, unless you can talk to God and negotiate with God ... He made a promise to Noah that he will never again destroy this earth with flood.'* (Tong apud Reed, 2010; Fair, 2018).

Somos surpreendidos por previsões da ciência
De que o mundo se inundaria pela subida dos oceanos.
Foi Deus quem criou este mundo
Ele governa sobre tudo, e ninguém mais neste mundo.[392]
(Atara e Otintai, 1997, apud Korauaba, 2012).

Durante o governo Tong havia uma percepção de que, ao assumirem a situação de calamidade, os governantes estariam implicados na capitulação do país após um projeto de nação que se desenhara nas décadas anteriores. Com a eleição de Taneti Maamau, em 2016, o nacionalismo religioso foi associado à resiliência das populações insulares frente aos problemas ambientais. A afirmação de que o país não estaria com os dias contados alinhou-se ao discurso religioso, dado o registro da promessa divina a Noé. E por outro lado, a resiliência de sua população garantiria o enfrentamento das ameaças climáticas. Esses pontos são refletidos nos discursos do presidente nos fóruns globais e em suas manifestações nos meios de comunicação. Se, internamente, há uma relativização sobre as mudanças climáticas de acordo com os interlocutores e com os interesses eleitorais junto a grupos religiosos, nos fóruns globais a ciência é reverenciada, de modo a vincular os projetos do país aos programas e financiamentos globais e às exigências para doações de ajuda para o desenvolvimento (AOD), coordenadas pela OECD. Com máximas que recorrem a frases de efeito, metáforas e outros recursos retóricos, o presidente tem firmada a sua posição, a exemplo de sua declaração durante a Assembleia Geral da ONU, em 2019, quando afirmou que "nós não estamos afundando, nós estamos lutando"[393], e em 2017, quando expressou: "nós não acreditamos que o Kiribati afundará como o navio Titanic. Nosso país, nossas lindas terras, foram criadas pelas mãos de Deus"[394]. O Titanic, criado pelas mãos humanas, estaria sujeito à falha. Kiribati, criado pelas mãos de Deus, não poderia simplesmente submergir.

392 Tradução do autor para a versão em inglês: *'We are surprised by scientific predictions; That the world would be flooded due to sea level rise. It is God who created this world; He ruled over everything, no one else on this world'* (Korauaba, 2012). Versão original, em gilbertês, dos compositores Atara e Otintai (1997): '*Ai kamimira taeka n rabakau / Ake a taekinaki / Bwa e na iekaki aonnaba / Ni korakoran te iabuti / Cho/ Bon te Atua ae karika aonnaba /Ma kanoana nikabane / Ao E tautaeka iaon bwaai nako / Akea riki n te aonnaba aei'* (Atara e Otintai, 1997).

393 Tradução do autor para excerto do discurso de Taneti Maamau, proferido na Assembleia Geral da ONU no dia 25 de setembro de 2019: *'And I challenge you to come along to the islands. And particularly to hear the voice of our youth calling: We are not sinking, we are fighting'.* Fonte: *Taneti Maamau, President and Head of Government and Minister for Foreign Affairs and Immigration of the Republic of Kiribati, addresses the general debate of the 74th Session of the General Assembly of the UN (New York, 24 – 30 September 2019).* http://webtv.un.org/watch/kiribati-president-addresses-general-debate-74th-session/6089510443001/ (17'30" – 17'50"). Acesso no dia 4 de agosto de 2020.

394 Tradução do autor para: '*we don't believe that Kiribati will sink like the Titanic ship. Our country, our beautiful lands, are created by the hands of God*'. Disponível em: https://www.cbsnews.com/news/climate-change-kiribati-president-taneti-maamau/ Acessado no dia 30 de julho de 2020. Durante o trabalho de campo, na visita a Kiritimati em fevereiro de 2019, presenciei fala semelhante do presidente em sua recepção em uma da *maneabas* da ilha, com as mesmas associações ao *Titanic*.

Em seu discurso na Assembleia Geral da ONU, em 2019, Maamau reiterou a necessidade de ações urgentes frente aos efeitos das mudanças climáticas no país: "De repente, mal podemos esperar. O dano dos câmbios climáticos é uma experiência diária para nossas vidas." (Maamau, 2019) [395] No mesmo discurso foi enfatizada a colaboração do Kiribati para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente a partir da resiliência de sua população na execução da Política Nacional de Mudanças Climáticas (*Climate Change Policy*) e da manutenção da maior área protegida marítima do mundo, nas ilhas Phoenix, e correspondente a 11% da área oceânica do país. Foram, ademais, tecidos agradecimentos a doadores de ajuda internacional ao país: a Nova Zelândia, pelo apoio aos programas sanitários; a Austrália pelo apoio ao sistema educativo; o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), pela assistência financeira. As dificuldades enfrentadas pelo país, com acentuada pobreza principalmente nas ilhas mais remotas e pela dificuldade de acesso à água consumível, são desafiadas por alternativas para o desenvolvimento local e sustentável, com base comunitária e nos conhecimentos tradicionais repassados pelos anciãos. Nesse ponto, o presidente apresenta o principal plano de desenvolvimento implementado pelo país atualmente, o *Kiribati Vision 20* (KV20), focado nos setores estratégicos da pesca e do turismo. Ainda que os discursos oficiais mantenham aspectos pragmáticos, com a citação de programas e planos nacionais, e com a apreciação de compromissos internacionais, a questão religiosa é um moto-contínuo, e aparece de alguma maneira nos posicionamentos oficiais. Na finalização da sua comunicação na Assembleia Geral da ONU em 2018, o presidente Taneti Maamau voltou a focar os aspectos religiosos, quando afirmou:

> Lembremos a nós e a esta família da ONU uma responsabilidade igualmente importante de reconhecer um espaço para um dia de oração da ONU. O objetivo é buscar orientação divina para guiar a nossa agenda de trabalho. Muitas vezes passamos a ignorar a importância da orientação divina como uma ferramenta poderosa que pode realmente unir nossos corações por uma aspiração compartilhada em tornar as Nações Unidas uma instituição verdadeiramente global para todas as pessoas e em construir essa confiança. O respeito permite que todos nós façamos uma grande diferença. Que a graça e a compaixão de Deus

Maamau, ademais, fez uma analogia das possibilidades de desenvolvimento da ilha de Kiritimati com países do Oriente Médio, comparando os recursos do petróleo com os recursos turísticos possibilitados pela construção de *resorts*.

395 Tradução do autor para excerto do discurso de Taneti Maamau, proferido na Assembleia Geral da ONU no dia 25 de setembro de 2019: *'Suddenly, we can't wait. The damage of climate change is a daily experience to our lives'.* Fonte: *Taneti Maamau, President and Head of Government and Minister for Foreign Affairs and Immigration of the Republic of Kiribati, addresses the general debate of the 74th Session of the General Assembly of the UN (New York, 24 – 30 September 2019).* Disponível em: http://webtv.un.org/watch/kiribati-president-addresses-general-debate-74th-session/6089510443001/ (8'14" – 8'24") Acesso no dia 4 de agosto de 2020.

> continuem abençoando nossos corações enquanto nos esforçamos para fortalecer a nossa organização[396] (Maamau, 2018)

Tais afirmações ilustram os processos contemporâneos de negação da ciência pela fé, com o fortalecimento do obscurantismo frente ao conhecimento científico. Da mesma forma, são alimentados discursos populistas de fácil digestão. No caso de Kiribati, as confusões entre os negacionismos e a assunção de compromissos climáticos apresenta um caráter ao mesmo tempo dúbio e pragmático: com fins eleitorais, no agrado a lideranças religiosas locais a partir do reconhecimento das passagens bíblicas; e de reconhecimento da ciência, com a finalidade de manter os fundos internacionais associados à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Entretanto, os vários aspectos que beiram os negacionismos frente aos desafios enfrentados pelo país apontam para caminhos questionáveis no contexto contemporâneo, principalmente quando são guiados somente pela fé.

As referências religiosas cristãs estão fortemente presentes não só nos discursos, mas também nas instituições políticas do Kiribati, fruto dos processos colonialistas e de mais de um século de conversões. Os ritos públicos no país são iniciados com preces cristãs e mesclam os elementos tradicionais incorporados – como as danças, os coros, a indumentária e as ofertas de bebidas – com a religião cristã. Isso reflete os preceitos constitucionais, que traduzem as tradições e a cristandade como partes de um mesmo universo: o texto constitucional de 1979 foi promulgado com o reconhecimento de "Deus como o Pai Todo-Poderoso em quem depositamos a nossa confiança", e os valores religiosos são firmados "com a fé no duradouro valor de nossas tradições e patrimônio" (Republic of Kiribati, 1979)[397]. Essa conexão entre a cristandade e a fé nos valores das tradições e do patrimônio, de certa forma, oficializa o cristianismo como tradição, e ignora quaisquer outras referências culturais que afirmem o lado espiritual das culturas originárias. Ainda que o artigo 11 da constituição garanta a liberdade religiosa[398], o que se observa em termos práticos é muito mais a afirmação da cristandade do

396 Tradução do autor para excerto do discurso de Taneti Maamau proferido na Assembleia Geral da ONU no dia 26 de setembro de 2018: *'Let us remind ourselves and this UN Family of an equaly important responsibility of recognizing a space for a UN prayer day. The objetive is to seek divine guidance to guide our work agenda. Quite often we turn to overlook the importance of divine guidance as a powerfull tool that can really unite our hearts for a shared aspiration in making the United Nations a trully global institution to all people and in building that trust. Respect allow that we all need to make a real big difference. May God's grace and compassion continue to bless our hearts as we strive to strengthen our organization'. Kiribati - President Addresses General Debate, 73rd Session - 26 Sep 2018 - Taneti Maamau, President of the Republic of Kiribati, addresses the general debate of the 73rd Session of the General Assembly of the UN (New York, September 25 – October 01, 2018)*. (21'09" até 22'10"). Disponivel em: http://webtv.un.org/watch/kiribati-president-addresses-general-debate-73rd-session/5840610680001/ Acesso no dia 4 de agosto de 2020.

397 Tradução livre do extrato da constituição do Kiribati: "*acknowledging God as the Almighty Father in whom we put our trust and with faith in the enduring value of our traditions and heritage*". (Republic of Kiribati, 1979).

398 O artigo refere-se à proteção da liberdade de consciência, e em seu primeiro parágrafo, diz: *'Except with his own consent, no person shall be hindered in the enjoyment of his freedom of conscience, and for the purposes of this section the said freedom*

que, de fato, a busca de pensamentos ecumênicos ou a garantia do exercício de práticas diversas, tidas em muitas ocasiões como ritos perigosos ou de "magia negra"[399]. A resistência de práticas religiosas com origens anteriores à chegada dos colonizadores está presente na vida espiritual cotidiana das comunidades, e, mesmo com a imposição e a afirmação da cristandade, as referências ancestrais permanecem atuais, como relatado neste trecho de relatório da UNESCO, publicado em 2015:

> depois de 120 anos, há poucas dúvidas de que o cristianismo se tornou parte integrante de nosso modo de vida atual, mas é surpreendente como muitas das velhas crenças e superstições têm sido persistentes, por exemplo, em remédios, nos espíritos, etc.[400] (UNESCO, 2015, p.7)

A cultura é um elemento de poder nas sociedades, e há uma preocupação dos grupos religiosos dominantes com a abordagem dada ao setor pelas instituições públicas. O processo de elaboração de uma política nacional de cultura pode representar tanto uma oportunidade para os setores dominantes como uma ameaça ao *status quo*. No caso de Kiribati, se por um lado há uma valorização sobre os estilos de vida e práticas tradicionais, por outro lado, o aspecto espiritual da cultura aparece como ameaça, a não ser que ele seja um elemento dominado e controlado. Em entrevista concedida por um informante da Igreja Católica no dia 15 de novembro de 2018, por exemplo, o posicionamento eclesiástico pareceu claro, quando debatido o processo para a elaboração de uma Política Nacional de Cultura para o Kiribati:

> Muitos dos elementos da cultura aqui, que são muito bons, podem ter uma seção que é muito, muito... preocupante. É algo para se preocupar. Precisamos abordá-lo com cautela. Muita cautela. É muito, muito delicado. (...) Na igreja, já chamamos isso de inculturação. Inculturação, o que significa que tentamos inserir os elementos da cultura em nossos serviços religiosos. Mas frequentemente examinamos esses elementos quando eles aparecem. Mas às vezes você fica chocado. Se esses elementos forem divulgados publicamente, você estará ciente da espiritualidade da cultura que já está incluída nessa prática. Então temos que tentar

includes freedom of thought and of religion, freedom to change his religion or belief, and freedom, either alone or in community with others, and both in public and in private, to manifest and propagate his religion or belief in worship, teaching, practice and observance'. (Republic of Kiribati, 1979).

399 Durante as entrevistas foi possível observar que o universo semântico para se referir às religiões originárias inclui termos como *black magic*, *curse* e *bad spirits*. Havia, em alguns contextos, resistência para abordar tais assuntos, por serem considerados, por um lado, renegados pelas igrejas cristãs, e por outro lado, *tabu*, no sentido etimológico polinésio de reserva, segredo e proibição de acesso aos não iniciados.

400 Tradução do autor para o trecho: *'after 120 years there is little doubt that Christianity has become an integral part of our present way of life, but it is surprising how persistent many of the old beliefs and superstitions have been. e.g., medicine, spirits, etc.'* (UNESCO, 2015, p. 7)

> abordar também esse ponto. Algo que não podemos... as pessoas estão fazendo isso escondidas. Até os mais instruídos agora estão sempre fazendo isso (informação verbal).[401]

De acordo com o entrevistado, a valorização da cultura é bem-vinda pelas igrejas cristãs no Kiribati, desde que limitada aos meios de vida, aos sistemas alimentares, às formas de expressão e aos conhecimentos tradicionais. Já o domínio sobre a parte espiritual da cultura reserva-se às igrejas cristãs, em processos tutelados de reinvenção de aspectos simbólicos e imateriais – presentes nos ritos públicos, nas canções e nas performances no interior das *maneabas*, por exemplo. Nesse ponto, é interessante observar como as religiões minoritárias nas ilhas – principalmente o islamismo e a fé Bahá'í[402] – não estavam previstas na investigação e nos roteiros de entrevistas sugeridos pelos representantes locais para os diagnósticos que subsidiariam a política nacional de cultura. Da mesma forma, as visitas aos líderes espirituais ocorreram sob a estreita observação dos membros designados pelo governo[403]. Atualmente, o poder é disputado, principalmente, entre católicos, que formam pouco mais de 55% da população do país, e a *Kiribati Uniting Church* (KUC), surgida em 2014, a partir da reunião de diversas congregações protestantes, e que hoje é a segunda religião com mais fiéis convertidos no país[404]. A promoção da diversidade, enquanto projeto político e processo em andamento, resume-se às entidades cristãs, na observação das disputas entre católicos, protestantes, mórmons, evangélicos, adventistas e demais religiões surgidas nos últimos anos.

A cultura, as tradições e o patrimônio são elementos instrumentalizados nos discursos dos indivíduos e dos grupos sociais de acordo com os seus interesses. No caso de Kiribati, a defesa das tradições e da cultura esbarra em opções que estão relacionados a processos mais amplos, ora com vistas a conveniências escamoteadas, ora para a defesa de culturas perseguidas,

401 Entrevista realizada pelo autor em Tarawa, no dia 15 de novembro de 2018, com um representante da Igreja Católica. Tradução de excerto da transcrição da entrevista: *'Many of the elements in culture here which are very good can have a section which is very, very... worry. It is something to worry about. We need to approach it with caution. A lot of caution. It is very, very delicate. (...) In the church we've already called it inculturation. Inculturation, which means we try to put in the elements of culture in our church services. But we oftenly scrutinize these elements when they come. But sometimes you get shocked. It comes out very publicly these elements then you are aware of the culture spirituality which is already included into that practice. Then we have to try to address it also, that point. Something that we cannot… the people are doing it hidden. even the most educated now always are doing it'*. (11'35" até 12'50"). As fichas com as referências às entrevistas realizadas estão disponíveis entre os anexos desta tese.

402 A fé Bahá'í tem a sua origem no século XIX no Irã e atualmente é uma religião proibida em diversos países e com fortes perseguições principalmente no Irã e no Egito. A comunidade Bahá'í em Kiribati exerce a sua liberdade religiosa, ainda que sofra diversos preconceitos no país, de acordo com as observações e os depoimentos durante o trabalho de campo.

403 O próprio funcionário designado para o acompanhamento da visita de campo pertencia à Igreja Adventista do Sétimo Dia. Essa situação foi parcialmente contornada através do estabelecimento de contatos e da organização de algumas visitas de maneira autônoma.

404 Dados do censo 2010, do censo de 2015 e do relatório publicado em 2016 pelo Departamento de Estado dos EUA: *Report on International Religious Freedom – Kiribati.* Disponível em: https://www.refworld.org/docid/59b7d88e13.html#:~:text=Section%20I.&text=According%20to%20the%202010%20census,%2Dday%20Saints%20(Mormons). Acesso no dia 6 de agosto de 2020. O censo de 2015 ainda considera apenas a *Kiribati Protestant Church* (KPC), sem incorporar em sua investigação a *Kiribati Uniting Church* (KUC).

ora em favor dos donos do poder. O ocidente como ameaça, por exemplo, é um aforismo repetido em diversos contextos para a construção dos argumentos no sentido de proteção da cultura local. Há, porém, um limite estabelecido pela própria fé cristã, paradoxalmente, elemento com origem no mesmo ocidente que invadiu e colonizou os territórios insulares. A colonização cristã disseminou a religião de maneira agressiva e eficaz, num sentido de colonização das mentes e corações (Paz, 1984)[405] que prevalece no século XXI: os filhos das terras insulares nascem e são batizados na fé cristã, por pastores nascidos e criados nos territórios insulares, e ainda que muitos exerçam a fé e os ritos ancestrais, o fazem de maneira oculta. O processo de decolonização não ocorre somente pela afirmação de referências culturais das comunidades locais, mas passa também pela desconstrução dos próprios interlocutores, nesse caso, na compreensão da colonização empreendida por grupos cristãos durante o processo colonial e que conformam, no tempo presente, a fé desses grupos. A promoção dos direitos culturais, nesse sentido, é de suma importância para a compreensão de que os grupos culturais podem optar pelas referências culturais, num sentido de fazer ou não partes de coletivos culturais e religiosos[406]. Em várias entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, como será abordado nas próximas seções da tese, há uma interpretação de que os direitos humanos chocam com os direitos culturais, numa deturpação que beira o relativismo absoluto em sua paixão pelo exercício das práticas culturais, inclusive aquelas que violam os direitos fundamentais.

De modo a evitar um certo vício impositivo de sentidos ocidentais, os direitos culturais devem ser tratados com cautela. Se, no período colonialista dos séculos passados, as imposições cristãs causaram todos os danos às referências culturais, algo já trabalhado de maneira exaustiva por historiadores, sociólogos e antropólogos, os direitos culturais, os direitos humanos e quaisquer referências epistemológicas devem ser trabalhadas de maneira a, justamente, evitar a repetição de uma ideia de "purificação". A antropóloga Hannah Fair discutiu, em diversos artigos (2015; 2018; 2019), o papel da fé nos ativismos climáticos, com investigação específica nas ilhas de Vanuatu. A autora argumenta que, se a proposta é horizontalizar as relações e buscar a compreensão epistêmica para a solução de problemas do tempo presente, inclusive, para a elaboração de políticas públicas, as interpretações religiosas, inclusive as cristãs e com fundamentos bíblicos, devem ser consideradas nos debates propostos:

405 Sobre a colonização de mentes e corações, ver a obra clássica do mexicano Octávio Paz: O Labirinto da Solidão. (Paz, 1984).
406 Em seção anterior, os direitos culturais foram tratados a partir de suas referências legais, institucionais e antropológicas.

> Ironicamente, muitos dos mesmos autores que estão marginalizando entendimentos religiosos também estão pedindo um maior reconhecimento de respostas culturalmente apropriadas e localmente conduzidas às mudanças climáticas. (…) Essa aceitação de conhecimentos múltiplos e divergentes contraria a ortodoxia da purificação do conhecimento na literatura e indica um caminho pelo qual os conhecimentos religiosos podem ser adotados como parte de uma resposta às mudanças climáticas e desastres naturais (Fair, 2018, p.6).[407]

As bases morais no Kiribati estão solidamente calcadas nos conhecimentos tradicionais e no aspecto espiritual, seja por meio das crenças em religiões locais, seja nas diversas fontes do cristianismo. Utilizar a religião como um recurso é um desafio, afeto à diversidade cultural e à possibilidade de provocar o pensamento divergente dentro dos próprios sistemas de crenças. Ainda que o pensamento cristão reflita o sistema colonialista, qualquer desejo pela sua omissão beira, também, o colonialismo pela hierarquização de saberes. Para quaisquer projetos desenvolvidos, o conhecimento religioso deve ser considerado, mesmo para questões seculares como as mudanças climáticas, uma vez que se trata de um sistema de crenças vigente e sedimentado entre as comunidades insulares. Em Kiribati, os líderes religiosos e suas crenças estão inseridos e amalgamados às comunidades de tal forma que, se os aspectos culturais associados às religiões cristãs são ignorados, qualquer política pública é ameaçada em sua efetividade. A investigação para a elaboração da política nacional de cultura, por exemplo, só foi possível após reuniões com as lideranças cristãs, que, de um lado, exerciam o papel de lideranças comunitárias e mantinham os contatos com os trabalhadores do setor cultural, e, por outro lado, entrelaçavam os processos no trânsito político e burocrático. Somente dessa forma foi possível agregar aos debates a posição de grupos diversos e comumente excluídos dos processos decisórios, como religiões minoritárias e pessoas alheias aos processos eclesiásticos.

O posicionamento de Hannah Fair envolve um debate que traz reflexões em torno de ao menos três processos: o negacionismo, o relativismo e o pragmatismo. No caso dos eventos climáticos, ao convergir os argumentos religiosos com os científicos, poderia haver não o negacionismo, mas um exercício relativista que busca a consecução de objetivos pragmáticos estabelecidos após consensos científicos, refletidos na ação das organizações internacionais – ainda que tal processo possa ter um viés manipulador. Ademais, esse é um processo perigoso, uma vez que a base para as decisões estaria, ainda, nos textos bíblicos. Mesmo que, em alguns momentos, haja essa convergência, ela poderia inexistir em outros, o que fomentaria a prática

407 Tradução do autor para: *'ironically, many of the same authors who are marginalising religious understandings are themselves also calling for greater recognition of culturally appropriate and locally led responses to climate change. (…) This acceptance of multiple and divergent knowledges counters the orthodoxy of knowledge purification within the literature and indicates a path by which religious knowledges can be embraced as part of a response to climate change and natural disasters'* (Fair, 2018, p. 6).

negacionista. Enquanto metodologia, talvez seja uma estratégia para a aproximação a comunidades convertidas, de modo a não gerar resistências à partida, e possibilitar meios de inserção de processos educativos que separem o ensino religioso e o ensino secular, por exemplo. No caso das políticas culturais, poderiam ser buscadas maneiras de fomentar discussões como aquelas referentes à diversidade cultural, ao patrimônio material e imaterial, à memória, à história, ao papel das tradições nos grupos sociais, e ao exercício dos direitos culturais, tanto no fomento a práticas, como no respeito à participação, ou não, em grupos culturais.

Conforme discutido nos parágrafos anteriores, qualquer processo para o desenvolvimento de políticas públicas no Kiribati passa também pelo crivo de lideranças cristãs, que em suas comunidades formam as bases políticas e eleitorais para a governabilidade do país. A definição por desenvolver uma política cultural, ademais, atravessa as mesmas questões discutidas nos capítulos anteriores, de disputas pelo campo cultural entre ondas que poderíamos chamar de economicistas liberais e antropológicas protecionistas, protagonizadas, no âmbito internacional, principalmente pela OMC e pela UNESCO. O processo para o desenvolvimento da política nacional de cultura foi financiado com um claro apelo economicista, voltado para o setor turístico no país e sua vinculação ao KV20, a partir de solicitação do Ministério de Comércio, Indústrias e Cooperativas (MCIC) do país, com a gestão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Fiji, e o financiamento por parte do *Enhanced Integrated Framework* (EIF)[408], fundo destinado a apoiar o desenvolvimento dos países da lista LDC – relação dos países menos desenvolvidos no mundo organizada pela OECD. A execução do projeto ficou a cargo do Museu Nacional (*Te Umwanibong*) e da Secretaria de Cultura, subordinada ao Ministério de Assuntos Internos (MIA). Esse nó institucional envolve uma variedade de interesses e disputas, e a sua dificuldade de gestão parte tanto da confusão entre inúmeros órgãos, como das disputas conceituais, nesse caso, pela cultura. Foi esse entrelaçamento, porém, que facilitou o trabalho com a cultura em suas várias dimensões, considerando não somente os aspectos econômicos, mas também os simbólicos e identitários, para além dos democráticos, enquanto sistema de governança.

Durante a investigação houve um cuidado especial na abordagem do setor cultural, de modo a evitar que os seus usos fossem reduzidos somente à indústria turística. Nos processos

408 O EIF, sediado em Genebra, consiste em um fundo patrocinado por 23 países e pela União Europeia: Alemanha, Arábia Saudita, Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Islândia, Japão, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia, além da Comissão Europeia. A sua finalidade é fomentar o comércio dos países da lista LDC para o seu desenvolvimento econômico. Para mais informações: https://www.enhancedif.org/en Acesso no dia 7 de agosto de 2020.

consultivos foi possível identificar os diversos aspectos simbólicos para a elaboração dos documentos de trabalho, com o desafio de fomentar a diversidade cultural em todas as suas dimensões. A opção de 2016, de focar o turismo e a pesca como setores prioritários da economia, parecia promissora antes de 2020, quando o setor turístico apresentava uma expansão sem precedentes na história do país (a deflagração da pandemia do COVID-19 trouxe novas questões, ainda sem horizontes claros). A elaboração e o desenvolvimento do KV20 apresentaram linhas de ação estratégicas para o Kiribati, e a área cultural aparecia como vinculada ao desenvolvimento turístico. O componente cultural foi tratado pela sua associação às oportunidades do turismo e também pelo incremento da educação no país, de maneira a capacitar os cidadãos locais. Um dos desafios dessa proposta, como será discutido adiante, foi justamente trazer uma perspectiva cidadã e emancipatória que superasse simplesmente o fator econômico, razão pela qual optou-se pela consideração da cultura em suas múltiplas dimensões. Ademais, o desenvolvimento de uma política nacional de cultura no Kiribati não é um processo isolado, e está associado a um contexto mais amplo e articulado entre os países do Pacífico, as organizações regionais e internacionais.

3.4. *Te Umwanibong:* dinâmicas sociais e políticas no Museu Nacional

Em suas acepções modernas, os museus estiveram diretamente vinculados aos projetos colonialistas, que geravam espólios e abasteciam as instituições da Europa e suas universidades, baseados nos colecionismos inaugurados pelo *Ashmolean Museum*[409] desde os finais do século XVII. Esse era um complexo processo que envolvia a expropriação dos grupos locais, trocas comerciais e o deslocamento de missões científicas coletoras, e a sua avaliação requer mapeamentos precisos para a identificação do histórico de cada objeto ou grupo de objetos (Specht e Bolton, 2005). Mais de dois séculos depois, os processos de descolonização trouxeram graves questionamentos frente ao elitismo e ao colonialismo dos museus e dos seus acervos. A formação dos novos Estados independentes articulava-se a processos de reparação histórica e à constituição de instituições que oficializassem as suas memórias. Ademais, as tradicionais instituições localizadas nas antigas metrópoles tiveram, nas últimas décadas, contestadas as suas coleções etnográficas, por meio de demandas de grupos interessados. As discussões públicas sobre o tema e o recurso a processos legais para a repatriamento de acervos

409 Fundado em 1683, o *Ashmolean Museum* é considerado o primeiro museu universitário moderno, vinculado à Universidade de Oxford, no Reino Unido.

estão já previstos no direito internacional desde a década de 1950, a exemplo da Convenção de Haia (1954) e da Convenção da UNESCO contra o Tráfico Ilícito, de 1970. Além disso, o tema tem suscitado posicionamentos políticos e processos legislativos em muitos países, onde frentes parlamentares trouxeram esse debate para os fóruns deliberativos nos últimos anos, com a sua inserção nas políticas públicas para a cultura e a memória[410].

No Pacífico Sul, nos fins do século XIX foram criadas instituições e promovidos eventos de afirmação imperialista e de dominação, a exemplo das exposições coloniais inauguradas em 1866 com a exposição de Melbourne, na Austrália (Bertin, 2020, p.96)[411]. Grande parte das coleções, entretanto, foi apropriada pelas nações colonizadoras e por potências regionais que emergiram nos séculos XIX e XX, e muitos dos acervos expropriados estão hoje também em países como a Austrália e a Nova Zelândia, atores centrais nas relações de dependência estabelecidas no Sul do Pacífico, e que hoje fazem parte do chamado Norte Global. Assim como as demais ex-colônias do Pacífico Sul, o Kiribati também teve seus acervos deslocados, e há coleções do país espalhadas por ao menos 27 instituições museológicas da Inglaterra, dos EUA, da Austrália, da Espanha, da França, do Japão, da Noruega, da Nova Zelândia, da Suécia e da Suíça[412]. Esses levantamentos, entretanto, não dão conta de todos os acervos das ilhas do Pacífico espalhados pelos museus do mundo, principalmente quando estão sob a guarda de organizações privadas, eclesiásticas ou de pequenos museus. As instituições religiosas, por exemplo, possuem coleções em museus próprios, que também refletem o processo colonialista frente à propagação de sua fé, a exemplo do *South Sea Islands Museum,* instituição vinculada à Igreja Adventista do Sétimo Dia, localizada próximo a Sydney, na Austrália, e que reúne o

410 Durante as últimas décadas foram diversos os processos desenrolados, alguns com apelo midiático mais evidente, a exemplo da contenda existente entre o Museu Britânico e o governo grego pela guarda da coleção do *Parthenon* grego. Há outros casos mais recentes, como o estabelecimento de uma comissão para o repatriamento de coleções de ex-colônias francesas pelo governo Macron, em 2018. Ainda assim, muitos desses casos talvez tenham uma função muito mais retórica que, de fato, de projetos efetivos, dada a resistência por parte de alguns dos museus que detêm esses acervos.

411 A *Victorian Intercolonial Exhibition* foi realizada em Melbourne, na Austrália, em preparação para a Exposição Universal de Paris, realizada em 1867. O catálogo da exposição de Melbourne pode ser consultado no seguinte link: https://viewer.slv.vic.gov.au/?entity=IE4531816&file=FL17087302&mode=browse Acesso no dia 13 de agosto de 2020.

412 De acordo com a rede Pacific-Studies.net, formada principalmente por investigadores baseados em instituições europeias, foram identificadas as seguintes instituições com coleções de Kiribati: *American Museum of Natural History* (Nova York, EUA), *Australian Museum* (Sydney, Australia), *Bernice Pauahi Bishop Museum* (Honolulu, EUA), *British Museum* (Londres, Reino Unido), *Burke Museum* (Seattle, EUA), *California Academy of Sciences* (San Francisco, EUA), *Horniman Museum & Garden* (Londres, Reino Unido), *Metropolitan Museum of Art* (Nova York, EUA), *Museum of Anthropology* (Vancouver, Canada), *Museo Nacional de Antropologia* (Madri, Espanha), *Museum Volkenkunde Leiden* (Leiden, Holanda), *Museum of Archaeology and Anthropology* (Cambridge, Reino Unido), *Musée Royal de L'Afrique centrale* (Tervuren, Bélgica), *Musée d'Ethnographie de Genève* (Genebra, Suíça), *Musée du quai Branly* (Paris, França), *National Museum of Ethnology* (Osaka, Japão), *Peabody Museum of Archaeology and Ethnology at Harvard University* (Cambridge, EUA), *Penn Museum* (Philadelphia, EUA), *Phoebe A. Hearst Museum of Anthropology* (Berkeley, EUA), *Pitt Rivers Museum* (Oxford, Reino Unido), *Smithsonian Institution* (Washington, EUA), *Te Papa Tongarewa* (Wellington, Nova Zelândia), *Tropenmuseum* (Amsterdam, Holanda), *University College London Museum* (Londres, Reino Unido), *Universitetets Kultuhistoriske Museer* (Oslo, Noruega), *Världskultur Museerna* (Gothenburg, Suécia), *Yale Peabody Museum of Natural History* (New Haven, EUA). Informações disponíveis em: https://www.pacific-studies.net/ Acesso no dia 11 de agosto de 2020.

acervo trazido por missionários cristãos que operam nas ilhas do Pacífico Sul[413]. Todos esses processos foram discutidos em artigo publicado na revista do ICOFOM em 2020 pela pesquisadora Marion Bertin, que questiona em seu título: "*que museologia para os museus nacionais do Pacífico Sul?"*[414]. O que se nota, de fato, é que há especificidades nos museus da região, principalmente pela maneira como eles integram as suas atividades às dinâmicas comunitárias cotidianas.

As discussões empreendidas nas últimas décadas, sobre o papel desempenhado pelos museus nas diversas sociedades, têm enfatizado cada vez mais a sua função social. Desde as quebras paradigmáticas da década de 1960 e 1970, patentes nos debates da Mesa de Santiago do Chile em 1972, uma certa crise de identidade dos museus confluiu no reconhecimento social de suas ações, ratificado recentemente na Recomendação da UNESCO de 2015[415]. De maneira geral, a identificação dos "desejos de memória" e o foco em museologias que interessam à vida (Chagas, 2010; 2015) trouxeram uma centralidade para os museus que é facilmente identificada nos centros comunitários do Pacífico Sul, e no caso de Kiribati, nas *maneabas* e na maneira como o Museu Nacional (*Te Umwanibong*) tem trabalhado as memórias e os desejos das comunidades locais. Esses desejos de memória, independentemente de sua manifestação ou não em momentos anteriores à colonização europeia, foram oprimidos pelas pressões colonialistas ou instrumentalizados como meios de dominação das metrópoles. Durante o processo de descolonização e a partir da independência dos países do Pacífico, tais desejos explodiram na criação dos museus e centros culturais da região.

Alguns autores identificaram algumas particularidades sobre os museus da região, especificamente na sua aproximação a modelos de centros culturais. Se desde o início do século XX já havia experiências de museus abertos, com a sua integração paisagística e a vinculação a referências culturais locais, a exemplo da experiência de Richard Thurnwald em Buin, na Papua Nova Guiné[416] (Stanley, 2007), tais experimentos possuíam um caráter de afirmação das dominações colonialistas, algo diferente dos projetos voltados à afirmação da representação política e cultural de nações em processo de descolonização e independência que se desenvolveram a partir da década de 1970 (Bertin, 2020; Stanley, 2007; Danielsson, 1980;

413 Para mais informações, consultar o website da instituição: http://www.ssimuseum.adventistconnect.org/ Acesso no dia 12 de agosto de 2020.
414 *'Le futur de la tradition: quelle muséologie pour les musées nationaux du Pacifique Sud?'* (Bertin, 2020).
415 Os documentos internacionais que realçaram da função social dos museus foram discutidos em seção anterior desta tese. O documento citado, da UNESCO, refere-se à 'Recomendação Sobre a Proteção e a Promoção dos Museus e Coleções, de Sua Diversidade e de Sua Função na Sociedade' (UNESCO, 2015).
416 A experiência de Buin, localizada em Papua Nova Guiné, em arquipélago próximo às Ilhas Salomão, consistiu de reproduções de modelos construitivos de casas do sul do Pacífico. A sua aproximação aos *open air museums* é uma amostra das experiências museais europeias em suas colônias no Pacífico Sul. (Stanley, 2007, p.2).

Mead, 1983). Sidney Moko Mead, antropólogo com trabalhos desenvolvidos no Canadá e na Nova Zelândia, abordou as *custom houses*, na Melanésia e as *Marae*, entre os povos Maori, como estruturas que possuem funções similares aos museus ocidentais, associados à reunião de objetos ancestrais para a sua contemplação e investigação, à maneira dos aspectos locais para a discussão dos saberes tradicionais. Mead relatou as suas percepções sobre uma visita à ilha de Santa Ana, nas Ilhas Salomão:

> No contexto das pequenas vilas, as *custom houses* serviram a um propósito valioso ao apresentar aos artesãos belos exemplos dos estilos de escultura locais. Através dessa estrutura, os homens puderam examinar as obras de arte feitas cinquenta anos antes. As grandes colunas das casas duravam mais tempo e, portanto, proporcionavam uma maior sensação de continuidade com o passado. Havia uma grande variedade de objetos para observar e estudar. Na verdade, quanto mais se pensava na noção de museu, mais as *custom houses* se pareciam com essa ideia[417]. (Mead, 1983, p.100)

Em 2006, a Associação de Museus das Ilhas do Pacífico (PIMA), filiada ao ICOM e com sede em Vanuatu, publicou um código deontológico próprio. O documento ateve-se à noção de "valor cultural" dos recursos culturais como prevalente sobre os valores monetários, em um processo de resistência frente à crescente monetização das sociedades insulares. Os três primeiros pontos elucidados pelo código fixaram a conexão que os museus e os centros culturais possuem com as comunidades, e o seu papel na salvaguarda dos patrimônios imateriais das sociedades do Pacífico Sul:

> Os museus e centros culturais das Ilhas do Pacífico: 1. são os guardiões das coleções de recursos culturais que eles mantêm sob custódia, em primeiro lugar, para suas comunidades criadoras e para os povos do Pacífico, e em segundo lugar, para o benefício de pessoas e comunidades de outros lugares; 2. têm a responsabilidade primária de ajudar as comunidades a manter e a salvaguardar o seu contínuo patrimônio cultural imaterial; 3. constroem e mantêm relações de compreensão cultural e respeito mútuo com as comunidades a que servem;[418]. (Pacific Islands Museums Association, 2006)

417 Tradução do autor para: *'In the context of the village the custom house served a valuable purpose in presenting to the carvers fine examples of the local carving styles. Through the structure the men were able to examine art works done fifty years earlier. The large house posts lasted longer and so provided a greater sense of continuity with the past. There was a wide selection of objects to observe and study. In fact, the longer one thought about the idea of the museum the more the custom house seemed like one already.'* (Mead, 1983, p.100).

418 Tradução do autor para excerto do código de ética da Associação de Museus das Ilhas do Pacífico: *'Pacific Islands museums and cultural centres: 1. are the custodians of collections of cultural resources that they hold in trust, foremost for their creator communities and the peoples of the Pacific, secondly for the benefit of people and communities elsewhere; 2. have a primary responsibility to assist communities to maintain and safeguard their continuing intangible cultural heritage; 3. build and maintain relations of cultural understanding and mutual respect with the communities they serve'.* (Pacific Islands Museums Association, 2006).

Essa aproximação de funções e papeis reflete-se na percepção geral de que os museus da região assumem também o papel de centros culturais (Danielsson, 1980; Stanley, 2007; Bertin, 2020), o que se observa nas programações promovidas pelas instituições e na maneira como são utilizadas pelos grupos sociais. Os espaços museais (ou centros culturais) são utilizados para os mais diversos propósitos, algo que os conecta com as relações cotidianas e enfatiza a importância desses espaços para a vida em comunidade – pontos coincidentes com as experiências sociomuseológicas nos mais diversos contextos. De acordo com Bertin,

> os programas de investigação e a recolha de saberes e de tradições imateriais são empreendidos neste sentido pelos museus, que permitem então um programa que valoriza culturas dinâmicas através de danças, visitas guiadas e comentadas por detentores de conhecimentos ou através da preparação de pratos culinários[419]. (Bertin, 2020, p.100).

Outro fator de diferenciação das instituições do Pacífico Sul, observado pelo autor Sidney Mead, diz respeito à conservação material dos objetos, algo tomado como primordial nas instituições ocidentais e deixado em segundo plano nas instituições da região. A permanência dos saberes tradicionais nas sociedades oceânicas está associada à oralidade, e importaria mais a preservação das formas e dos ritos para produção material no museu – o que o conecta de forma direta e essencial ao conceito de patrimônio imaterial – do que, de fato, a conservação dos objetos. Por outro lado, o autor destaca a importância de se encontrarem métodos mais baratos e sustentáveis para a conservação dos objetos em seus locais de produção, de modo a facilitar a continuidade das práticas locais, uma vez que, no caso estudado, "a tarefa de manter uma tradição artística é a principal preocupação de uma comunidade. A exibição e a conservação são de importância secundária."[420] (Mead, 1983). Nesse ponto, a função social dos museus, de garantidores das práticas locais, possui um aspecto político de suma importância frente à dominação colonialista dos últimos séculos. Os museus estão categoricamente conectados aos processos de colonização e de descolonização, seja pelas imposições das estruturas das metrópoles e nos seus colecionismos exotizantes, seja nas afirmações nacionais

419 Tradução do autor para: *'des programmes de recherches et de collectes des savoirs et traditions immatériels sont engagés en ce sens par les musées, qui permettent ensuite une programmation mettant en évidence des cultures dynamiques à travers danses, visites guidées et commentées par des tenants des savoirs ou préparation de plats culinaires'*. (Bertin, 2020, p.100).
420 Tradução do autor para: *'The task of maintaining an art tradition is the primary concern of a community. Display and conservation are of secondary importance'.* (Mead, 1983, p.100).

ocorridas principalmente desde a década de 1960, quando os museus passaram a comunicar os ensejos decoloniais das populações locais.

Em meados dos anos 1960, havia um processo para a organização da descolonização dos países do Pacífico que se verificava, também, nas articulações em torno dos museus e do setor cultural. Em 1965, o comissionário inglês em Tarawa, V. J. Anderson, sugeriu a formação de um centro cultural em Kiribati, que não foi construído por falta de recursos. (Planel e Thomas, 2018). Nos anos 1970, a UNESCO patrocinou um projeto para identificar e inventariar as coleções originárias da região e presentes em museus em todo o mundo, como parte de um amplo processo voltado ao fortalecimento e à redefinição das identidades culturais do Pacífico durante a descolonização (Specht e Bolton, 2005). Durante esse mesmo processo, as administrações locais das ex-colônias foram encorajadas a desenvolver as suas próprias instituições museológicas ou centros de referência, associados, assim, aos processos de independência em curso, ponto que foi discutido em 1971 durante um encontro sobre culturas oceânicas organizado pela UNESCO em Suva, Fiji (Planel e Thomas, 2018). O Museu de Kiribati – *Te Umwanibong* – foi fundado nesse contexto, após o estabelecimento, em 1973, da *Tungavalu Society*, uma associação formada por um grupo de expatriados e de pessoas das Ilhas Gilbert e Ellice, durante a preparação para a independência dos países da região[421]. Em setembro de 1974, a associação iniciou a publicação de um periódico – *Banan Tungavalu*[422] – para a divulgação da cultura das ilhas, com o lançamento de um concurso de artesanato no ano seguinte. Em uma publicação de 1975, em uma seção de notas e anúncios do *The Journal of the Polynesian Society*, foi comunicado:

> A *Tungavalu Society* é composta por um grupo de pessoas – gilberteses, Ellice e expatriados – interessados em promover a investigação e o desenvolvimento de conscientização sobre a cultura, a história e a pré-história das Ilhas Gilbert e Ellice. Como parte fundamental de seu projeto, eles estão trabalhando para o estabelecimento de um Centro Cultural em Tarawa, que desejam ver devidamente formado e equipado por pessoas locais qualificadas nas várias áreas necessárias para a ampla gama de trabalhos antropológicos e arqueológicos que precisam ser desenvolvidos (The Journal of the Polynesian Society, 1975) [423]

421 Informações disponíveis no website: https://institute-ergosum.org/kiribati-national-museum-and-cultural-centre-tarawa/ Acesso no dia 11 de agosto de 2020.

422 Foram consultadas apenas referências a tais publicações. Um estudo mais aprofundado sobre o *Banan Tungavalu* talvez traga novas perspectivas sobre o processo de formação das instituições culturais de Tuvalu e Kiribati.

423 Tradução do autor para o excerto: *'The Tungavalu Society is a group of people – Gilbertese, Ellice and expatriate – interested in promoting research into and developing awareness of the culture, prehistory and history of the Gilbert and Ellice Islands. As a key part of their work they are working towards the establishment of a Cultural Centre on Tarawa which they are anxious to see properly staffed and equipped by local people qualified in the various fields necessary for the wide range of anthopological and archaeological work that needs to be done'.* Seção *Notes and News* da revista *The Journal of the Polynesian Society*, vol. 84, No. 3, de setembro de 1975, pags. 263 - 265. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20705083?read-now=1&seq=2#page_scan_tab_contents Acesso no dia 11 de agosto de 2020.

A associação informou, na mesma nota, o endereço para contato de interessados em apoiar o projeto, o que permitiu a expansão de uma rede de colaboradores e a possibilidade de incremento das coleções do nascente museu. A fundação da instituição, ainda com sede nos escritórios em Bairiki, foi contemporânea ao processo de independência do Kiribati e de sua separação de Tuvalu, e trouxe as referências culturais para a sedimentação de uma identidade nacional que se idealizava nesse contexto.

No ano anterior, em 1974, a curadora do Museu Nacional das Ilhas Salomão, Anna Craven, havia sido contratada pelo governo do Reino Unido para o apoio na formação do museu em Kiribati, que já contava com coleções doadas por cidadãos locais e expatriados britânicos (Planel e Thomas, 2018). Um órgão específico para a gestão da cultura e do patrimônio cultural do país foi então estabelecido em 1977, chamado *Cultural Unit*, integrante do Ministério da Educação, Capacitação e Cultura[424] e sediado em Bairiki. Em 1979 foi organizada uma exposição para a celebração da independência do Kiribati, com objetos ofertados por cidadãos de diversas ilhas do país, além de doações de Fiji, Samoa e Tokelau, e em 1987, o museu finalmente ganhou certa autonomia, após a cooperação de dois agentes neozelandeses[425] que ministraram capacitações a técnicos locais. As edificações atuais do museu e de sua *maneaba* em Bikenibeu foram inauguradas em 1991, também com o apoio do governo da Nova Zelândia. A *maneaba* foi edificada com a utilização de madeira da ilha de Abaiang e com corais extraídos na ilha de Tarawa, com o emprego do trabalho de mestres de ofícios tradicionais. Além das coleções iniciais, o acervo da instituição foi constituído desde a década de 1970 por investigações etnográficas que reuniram gravações de entrevistas e vídeos referentes a práticas de cada ilha, e à coleta de materiais durante as expedições. Além disso, produções de artistas contemporâneos foram doadas ao museu, de modo a complementar as suas coleções, e na última década, um dos principais projetos desenvolvidos pela instituição – *Cultural Mapping* – almeja a investigação para o mapeamento e inventário do patrimônio imaterial do país.

424 *Ministry of Education, Training and Culture*, dirigido entre 1977 e o início da década de 1990 por Bwere Eritaia. Com a inauguração das instalações do museu, em 1991, a instituição foi coordenada por Tekautu Ioane até 2006. Posteriormente, em 2014, Pelea Tehumu foi nomeada para a direção do museu, como oficial senior (Planel e Thomas, 2018). Durante a realização do trabalho de campo, entre 2018 e 2019, Pelea Tehumu continuava com a mesma função.

425 Oficiais do governo neozelandês: *New Zealand Development Aid Officers* (Planel e Thomas, 2018), provavelmente funcionários da instituição que viria a formar o NZAid - *New Zealand Aid Programme.*

Figura 11 - Edifício principal do Te Umwanibong e Maneaba construída junto ao Museu Nacional. Fotos: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

Desde a sua inauguração, o museu tem afirmado a sua posição como a principal instituição cultural do país. Os processos realizados pelo *Te Umwanibong* envolvem as suas responsabilidades burocráticas, associadas à administração pública do setor cultural, técnicas e investigativas, voltadas à gestão das atividades do museu, e a sua função social, comunitária e educativa, que é percebida no cotidiano da instituição. Grande parte dos visitantes do museu é proveniente das escolas do país. A ação educativa está presente na coordenação das visitas, que incluem tanto a interpretação das coleções da edificação principal do museu, quanto a realização de reuniões na *maneaba*. Entre fevereiro de 2016 e novembro de 2018, foram registradas 1766 visitas, de acordo com os livros de visita do museu. Cerca de 65% dos visitantes foram provenientes do próprio país, sendo que metade desse número visitou a instituição para atividades escolares[426]. A pouca afluência turística ao país justifica os poucos turistas estrangeiros no registro de visitas, e a sua importância está muito mais ligada a aspectos cotidianos que, embora não quantificados pelos registros estatísticos, são referendados pelos habitantes locais.

426 Dados de relatório apresentado ao PNUD em 2019 e anexado a esta tese. (Murta, 2019). Salienta-se a limitação de tais dados, frente à escassez de registros encontrados – 15% dos registros são de origem desconhecida, 10% da Austrália e EUA e 10% de diversas outras proveniências.

Figura 12 - Visitas escolares ao Museu Nacional – Te Umwanibong. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

Um aspecto observado em diversos museus do Pacífico Sul diz respeito à ampliação do espaço para além das paredes das edificações que abrigam as exposições. (Foana'ota, 1991; 2007; Bertin, 2020). O museu não se resume às suas coleções de objetos, e o seu sentido existe na superação das suas edificações principais, na expansão para o seu entorno, e na sua integração junto às comunidades nas quais estão inseridos, e às quais servem como espaços de convivência e de encontro.

> A exposição não se encerra nos muros do museu, e os jardins e espaços exteriores também são importantes: vários museus integram nos seus jardins reproduções de casas e locais de convivência habituais, como no MNC ou no BNM, em Koror. Esses espaços também são utilizados para programas culturais, que vão além de uma abordagem estritamente material, e integram muitos encontros, festas e cerimônias[427]. (Bertin, 2020, p.101)

427 Tradução do autor para: *'L'exposition ne s'arrête pas aux murs du musée, et les jardins et espaces extérieurs ont aussi leur importance: plusieurs musées intègrent ainsi des reproductions de maisons et lieux de rassemblements sociaux coutumiers dans leurs jardins, comme au MNC ou au BNM à Koror . Ces espaces servent en outre aux programmations culturelles, qui dépassent une approche strictement matérielle, pour intégrer de nombreux rassemblements, fêtes et cérémonies'.* (Foana'ota, 1991; Bertin, 2020, p.101).

Nesse aspecto, os centros comunitários, a exemplo das *maneabas* em Kiribati, fazem parte das estruturas principais das instituições museais, e todos os espaços de reunião apresentam-se com igual ou maior importância que os espaços onde se guardam as coleções, numa assumida perspectiva de que a reunião das pessoas é o principal fator garantidor da salvaguarda das referências culturais locais. Construída à maneira tradicional, com a disposição de todos os elementos e arremates coordenados por mestres de ofício, a *maneaba* do *Te Umwanibong* serve a diversos propósitos: reuniões comunitárias, celebrações, rodas de conversa e refúgio, como em um caso observado durante uma das visitas ao museu, quando a sua *maneaba* foi utilizada para o abrigo a famílias necessitadas que tiveram as suas casas destruídas por enchentes, o que exemplifica a importância da função social do museu para além de seus papéis clássicos. A *maneaba* é o espaço mais acolhedor para a recepção dos visitantes e para as atividades do museu. O espaço, em si, carrega significados, práticas culturais, referências materiais e imateriais com as quais os visitantes nacionais se identificam, de uma maneira a revelar uma familiarização com o sentido do lugar. Da mesma forma, para a recepção aos visitantes são utilizados códigos culturais locais, referências culturais ancestrais presentes nas práticas cotidianas.

Figura 13 - Famílias abrigadas na maneaba do Museu Nacional, em Tarawa. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

O museu abrange todo o seu entorno, a exemplo dos usos sociais e culturais da *maneaba*. A sua integração à paisagem é patente nas dinamizações socioculturais que possibilita e nas relações com a natureza circundante, seja através da afinidade com os mares ou com a vegetação

presente nos arredores do museu. A recente instalação de um conjunto de painéis solares e de uma subestação de energia ao lado do museu, por exemplo, gerou incômodos à comunidade local. De acordo com entrevistas realizadas[428], o espaço era anteriormente ocupado por um jardim botânico com espécimes representativas da região, e o relatório *Heritage Matters*, de 2018, mencionou que, na década de 1990, "jardins botânicos, com foco em plantas utilizadas na medicina tradicional, foram criados no terreno do museu para complementar as atividades da Unidade Cultural."[429] (Planel e Thomas, 2018, p.10). Os painéis solares foram instalados a partir do financiamento da agência de cooperação japonesa – JICA[430], e o jardim botânico foi removido em sua quase totalidade. A instalação dos painéis e dos seus transformadores não somente eliminou o jardim botânico e prejudicou a paisagem do museu, mas a emissão de ruídos constantes interferiu na realização de atividades na *maneaba*. Há uma percepção geral sobre a necessidade de geração de energia elétrica barata na ilha, porém, embora houvesse alternativas para a sua instalação em locais mais discretos, afastados das benfeitorias existentes, a opção foi por uma localidade central e visível no terreno do museu, para atender a demandas publicitárias dos financiadores japoneses[431].

Figura 14 - *Plantas solares e gerador instalados ao lado do edifício do museu e de sua maneaba. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.*

428 Entrevistas realizadas com informantes durante os workshops para a política nacional de cultura em fevereiro e março de 2019.

429 Tradução do autor para: *'botanical gardens, with a focus on plants used in traditional medicine, were opened in the museum grounds to complemente the Cultural Unit's activities.'* (Planel e Thomas, 2018, p.10)

430 A JICA possui outros projetos de infraestrutura em Tarawa, a exemplo da única ponte de ligação entre Betio, onde está localizada a zona portuária de Tarawa, e Bairiki, onde estão concentrados ministérios, consulados e embaixadas. Além disso, o Japão mantem o apoio à infraestrutura do país para a pesca, a exemplo de estruturas para o beneficiamento de pescados, dado o interesse econômico de suas empresas e embarcações.

431 Informações de acordo com entrevistas e conversas informais realizadas entre fevereiro e março de 2019 com técnicos do museu e habitantes da ilha. Um dos informantes relatou que houve o interesse em construir os painéis em local visível, próximo à estrada que liga o aeroporto de Tarawa aos centros decisórios da ilha, de maneira a manter um fator promocional para a JICA.

O edifício principal do museu, localizado em frente à *maneaba*, foi construído em madeira e alvenaria, e guarda as coleções materiais e os acervos constituídos a partir das investigações empreendidas pela instituição. Além disso, são ali realizadas as reuniões e deliberações técnicas e formais para a gestão cultural do país, sobretudo no tocante à salvaguarda do patrimônio cultural. As exposições de longa duração estão dispostas em uma sala única e ampla com núcleos específicos sobre temáticas variadas em torno da cultura de Kiribati: aspectos construtivos das *maneabas* e das palafitas presentes nas ilhas; acervo arqueológico; objetos rituais e das relações tribais doados por administradores coloniais; coleções da II Guerra Mundial e da batalha de Tarawa; canoas tradicionais (*te wa*); indumentárias utilizadas nas danças tradicionais; padrões tradicionais de tapetes artesanais; armamentos e armaduras feitos com ossos e dentes de peixes e tubarões; e uma biblioteca com referências bibliográfica sobre as culturas do Kiribati e do Pacífico. As paredes são adornadas com quadros de artistas locais, porém com escassa identificação e comunicação[432], e na sala de reuniões, estão expostas pequenas coleções referentes à participação do Kiribati nos FESTPACs (*Festival of Pacific Arts*) e aos intercâmbios entre as ilhas do Pacífico. Os arquivos e a reserva técnica do museu abrigam, também, coleções com gravações de entrevistas e registros de visitas técnicas dos técnicos do museu às várias ilhas do país, num processo que alimentou o mapeamento cultural que se associa hoje aos projetos de patrimônio imaterial. Em sua reserva técnica estão também guardados diversos objetos e espólios em processo de identificação, como esqueletos humanos[433] e objetos rituais.

432 Alguns artistas contemporâneos de Kiribati têm participado de feiras, bienais e exposições em diversos países, como em Taiwan, na China, na Austrália e, desde 2017, na bienal de Veneza: https://institute-ergosum.org/kiribati-national-museum-and-cultural-centre-tarawa/ Acesso no dia 20 de agosto de 2020.

433 Um dos esqueletos guardados voltou aos noticiários recentemente em Fiji e nos EUA, dada a suposição de serem os restos mortais da aviadora Amelia Earhart. Fonte: https://www.fijitimes.com.fj/a-skull-that-could-be-amelia-earharts-will-be-dna-tested/#:~:text=LONDON%2C%2030%20AUGUST%202019%20(MAIL,was%20sent%20for%20DNA%20testing. Acesso no dia 23 de agosto de 2020.

Figura 15 - Visão geral da sala principal do Museu Nacional – Te Umwanibong. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

Figura 16 - Detalhes da exposição de longa duração - Museu Nacional – Te Umwanibong. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

Entre os objetos expostos nas vitrines do museu, chama a atenção uma garrafa plástica com água, que se destaca entre as diversas coleções etnográficas. A descrição em gilbertês informa que a água é proveniente de Makin, ilha localizada ao norte de Tarawa, e faz parte de protocolos de boas-vindas aos visitantes à ilha. Segundo relatos de técnicos do museu, a água pertence à divindade *Nakaa*, cujos ancestrais ainda estão vivos na porção norte da ilha. Essa área é coberta pela gigantesca língua de *Nakaa*, e na extremidade da ilha, há uma roda d'água. Há um protocolo tradicional na ilha para a recepção dos visitantes, que em suas primeiras viagens devem provar da água dessa fonte. No caso de que a água tenha um bom sabor, os visitantes são bem-vindos à ilha[434]. A sua presença nas vitrines contrapõe-se aos objetos coletados por antropólogos e etnógrafos, visto que se refere a uma prática tradicional, que se encontra ativa nas comunidades insulares, e apresenta-se no museu como referência de um patrimônio vivo.

434 Relato de observação do autor às visitas ao museu com explicações de técnicos em feveiro de 2019.

Figura 17 - Exposição etnográfica e detalhe da garrafa da água de Makin - Museu Nacional – Te Umwanibong. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

O módulo expositivo centrado na Batalha de Tarawa ilustra um dos aspectos mais representativos sobre a manutenção dos colonialismos contemporâneos na expografia do Museu Nacional do Kiribati. A vitrine reúne armas, munições, equipamentos militares e uma comunicação museográfica que descreve o período da II Guerra Mundial e os fatores decisivos da batalha sem, entretanto, trazer referências sobre os habitantes locais de Kiribati. Em *workshop* realizado no dia 3 de março de 2019, junto com funcionários do museu, foi lançada uma pergunta: *Por que esse material está exposto aqui e qual a importância dele para o Kiribati?* As respostas foram unânimes no sentido da importância da coleção para a história de Kiribati, sem, porém, aprofundar a questão sobre os impactos da guerra para as populações locais. A comunicação sobre a importância da batalha está centrada nos soldados norte-americanos e japoneses caídos e na vitória dos aliados, sem menções às populações locais, numa clara manutenção dos discursos ocidentais sobre Tarawa, unicamente, como um teatro de operações militares das potências envolvidas na II Guerra.

A abordagem dada pelos norte-americanos aos eventos de Tarawa pode ser observada no *National Museum of Marine Corps*, na Virgínia (EUA)[435], com seus dioramas e recursos expositivos muito mais pomposos do que os presentes no *Te Umwanibong*, numa repetição da concentração de acervos em grandes instituições ocidentais, algo já observado para as coleções etnográficas. As funções atribuídas ao *Te Umwanibong* e à C&MD ultrapassam a gestão do museu, e algumas das suas competências estão ligadas às autorizações e aos acompanhamentos das investigações e escavações realizadas pelo governo dos EUA, ou por instituições

435 Mais informações sobre o museu disponíveis em: https://www.usmcmuseum.com/ Acesso no dia 22 de agosto de 2020.

encarregadas, para o repatriamento de corpos de soldados da Batalha de Tarawa, além do tratamento do espólio encontrado. Esses processos foram identificados durante o trabalho de campo[436], dada a observação da presença da ONG norte-americana *History Flight*[437], que coordena as escavações e processos de repatriamento junto aos militares dos EUA. A formação dessas coleções continua em processos do tempo presente, e ainda que haja intenções e regramentos de gestão dos espólios pelos responsáveis em Kiribati, o que se observa é a permanência da autoridade estrangeira sobre o patrimônio local. Com a intenção contemporânea de se abrir um museu específico em Kiribati sobre a Batalha de Tarawa, esse ponto poderia ser tratado com vistas à gestão do patrimônio local pelos nacionais quiribatenses. Porém, ainda que esse projeto esteja em discussão, até o início de 2019 não havia ainda clareza sobre a sua realização.

Figura 18 - Coleção da Batalha de Tarawa e armaduras do guerreiro insular - Museu Nacional – Te Umwanibong. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

436 Entre os técnicos e a direção do museu, durante as visitas de campo, não havia a consciência sobre os acordos celebrados entre o governo dos EUA e o governo de Kiribati no tocante às escavações empreendidas pelos norte-americanos no país. (Observação do autor, após reuniões com a direção do museu e reunião de documentos do Ministério de Relações Exteriores do Kiribati entre novembro de 2018 e fevereiro de 2019). O documento assinado entre os dois países foi o *'Memorandum for Record between the Joint POW/MIA Accounting Command and the Ministry of Foreign Affairs and Immigration on Republic of Kiribati'*, firmado no dia 17 de setembro de 2010.

437 Informações disponíveis no website da instituição: https://historyflight.com/ Acesso no dia 22 de agosto de 2020.

A partir da descrição do museu e de seus aspectos expositivos, é possível observar ao menos três processos simultâneos: as exposições de acervos com um olhar tradicional em vitrines semelhantes a gabinetes de curiosidades, seja para a apresentação de objetos etnográficos (com caráter exotizante), seja para a apresentação de objetos da II Guerra Mundial (centrado apenas nos soldados americanos e japoneses); as produções artísticas contemporâneas, que buscam se integrar às dinâmicas internacionais das artes, dada a crescente participação de artistas em exposições internacionais e a composição de obras que se aproximam dos circuitos artísticos contemporâneos; e a investigação e a salvaguarda do patrimônio imaterial, observados no mapeamento cultural empreendido pelos técnicos do museu, nos acontecimentos que ocorrem na *maneaba* e em especificidades como a água da Makin. Ainda que alguns desses aspectos revelem uma falta de conexão com as dinâmicas sociais e culturais locais, dada a exotização de algumas coleções, outros processos expressam as forças insurgentes das cosmovisões de culturas locais e suas relações no tempo presente, a exemplo da água de Makin e da produção cultural que exprime a pulsão dos movimentos artísticos contemporâneos. Ao ser considerado o seu eixo de participação, as experiências observadas nos museus do Pacífico Sul aproximam-se muito das propostas da sociomuseologia, de um museu integrado às comunidades, às suas práticas culturais, e associado à vida das pessoas (Chagas, 2015; 2017). As ideias de grandes instituições coletoras, presentes nos países mais poderosos do ocidente, não somente é impraticável no contexto do Pacífico, como não interessa às comunidades locais, uma vez que está muito mais relacionado aos grandes projetos colonialistas que às dinâmicas sociais locais.

> O museu local ou centro cultural deve ser uma estrutura integrada na vida das pessoas e da comunidade. Uma estrutura modelada no conceito ocidental não é só muito cara para se construir, mas também muito difícil de se manter. Vai se tornar um elefante branco[438]. (Mead, 1983, p.101)

O *Te Umwanibong* assumiu-se como a principal instituição do país nos debates sobre as políticas públicas para a cultura. As agendas da diversidade cultural, presentes nas políticas culturais nos mais diversos contextos, pautam-se em propósitos que convergem: o desenvolvimento – em sua condição humana; as identidades – vinculadas ao respeito aos

438 Tradução do autor para: *'The local museum or culture centre ought to be a structure that is integrated into the life of the people and of the community. A structure that is modelled on the Western concept is not only too expensive to build in the first place but it is also too difficult tomaintain. Itwill become a whiie elephant'.* (Mead, 1983, p.101).

direitos culturais; e a democracia – no exercício da cidadania cultural. Nesse sentido, há uma percepção clara sobre a função social dos museus, dados os horizontes de desenvolvimento vislumbrados pelas populações locais e os compromissos assumidos internacionalmente, a exemplo dos pactos de direitos humanos (econômicos, sociais, culturais, civis e políticos). Nesse ponto, o museu enfatiza a sua relevância, enquanto instituição que reúne aspectos identitários, vestígios da memória, artefatos de diversos períodos e, principalmente, aglutina as comunidades e os seus desejos. Algumas agendas semelhantes aos debates da Mesa de Santiago, de 1972, que vincularam os museus a problemáticas do tempo presente e ao desenvolvimento sustentável, foram retomadas pelo relatório *Heritage Matters*, preparado em 2018 por especialistas do Museu de Arqueologia e Antropologia de Cambridge em conjunto com os técnicos do *Te Umwanibong*, e que indagam que

> os museus, como instituições de patrimônio, estão em uma posição ideal para abordar as questões de desenvolvimento. Eles disponibilizam os espaços físicos e os artefatos materiais que encorajam mentes ativas a questionarem e discutirem ideias sobre mudança, patrimônio e identidade. Eles também podem promover o desenvolvimento cultural por meio do incentivo ao crescimento econômico e social local, onde práticas e artefatos culturais podem ser fontes de renda e de bem-estar social. No Pacífico, uma série de desafios globais estão tendo implicações locais: êxodo rural, superpopulação, desemprego e mudanças climáticas são alguns fatores que estão modificando os nossos modos de vida e o nosso meio ambiente. Há, portanto, o potencial para os museus, como instituições públicas que trabalham para as suas comunidades, para desempenhar um papel importante na coordenação das pessoas para a reação e o enfrentamento a esses desafios[439]. (Planel e Thomas, 2018, p.6).

Ao 'abordar as questões de desenvolvimento', os museus são protagonistas no questionamento do passado e do presente, e na imaginação de futuros possíveis. As perspectivas sociomuseológicas são guiadas pelas possibilidades de futuro, mais que pela reprodução do passado em uma linha preservacionista voltada à eternização ou entronização de tudo que se considera "tradicional". O museu pode ser, assim, um espaço para o diálogo e para a emancipação dos sujeitos, com a crítica perene aos processos históricos. As dinâmicas sociomuseais pautam-se pelo respeito às referências culturais e às suas práticas simbólicas, mas, antes disso, pelas ambições de bem-estar, de fruição e de todos os conceitos norteadores de uma

439 Tradução do autor para: *'Museums, as heritage institutions are ideally placed to address issues of development. They provide the physical spaces and material artefacts that encourage active minds to ask questions and discuss ideas about change, heritage and identity. They can also promote cultural development through encouraging local economic and social growth, where cultural practices and artefacts can be both sources of income and sources of social wellbeing. In the Pacific, a number of global challenges are having local implications: urban-drift, over-population, unemployment and climate change are some factors changing our ways of life and our environments. There is therefore the potential for museums, as public institutions that work for their communities, to play an important role in facilitating how people react to and address these challenges'.* (Planel e Thomas, 2018, p.6).

convivência possível com o respeito aos direitos humanos e culturais de cada pessoa e de cada grupo social. O Museu Nacional do Kiribati apresenta essa diversidade de discursos, e, ao se considerar que a instituição é responsável pelas políticas culturais no país, manifesta-se um potencial aglutinador para os debates sobre os rumos da cultura do país. Para a construção da política nacional de cultura do país, os trabalhos foram desenvolvidos em três fases: investigação histórica e etnográfica para a elaboração de um diagnóstico cultural; facilitação de debates democráticos com diversos setores da sociedade; e a geração dos documentos orientadores e linhas de ação para passarem, finalmente, por escrutínio público. Esse processo será relatado e discutido no quarto e último capítulo desta tese.

Capítulo IV
A construção coletiva da Política Nacional de Cultura do Kiribati

4.1. As políticas culturais em Kiribati: da independência aos processos contemporâneos

Uma das justificativas utilizadas pelos britânicos para a manutenção de suas colônias em grande parte do século XX foi uma lógica de que o império se sustentava por uma suposta rede estável de nações, algo que dominava os discursos das autoridades. Durante as negociações para o estabelecimento da paz internacional após a I Guerra Mundial, que viria a consolidar-se, ao menos de modo institucionalizado, na Liga das Nações, o primeiro-ministro do Reino Unido, David Lloyd[440], afirmara: "Eu sou a favor de uma liga de nações. Na verdade, a liga das nações começou. O Império Britânico é uma Liga das Nações.[441]" (Andrews, 2019; Meskell, 2018, p.9). O surgimento da organização internacional plasmou-se pela manutenção das colônias das potências europeias, e a ideia de "nação" descolada da soberania local aprofundou a exploração colonial tardia que se expandia em escala industrial e global, inclusive pelos mares do Pacífico. As populações locais sofreram profundas modificações nas suas estruturas familiares e nas relações cotidianas, algo verificado, por exemplo, na monetização das relações de trabalho e salário (para a instalação das *plantations*, para a exploração do fosfato e para a pesca contratada por transnacionais), na imposição de um ordenamento penal ocidental, na violência dos deslocamentos populacionais para os testes nucleares, na substituição de dietas, nas missões religiosas, dentre outros.

À medida que os países insulares do Pacífico Sul se tornavam independentes, o poder político passava a funcionar a partir de combinações conflitantes, dados os interesses e as práticas dos grupos sociais empreendidos através de meios modernos e tradicionais. No caso de Kiribati, esse processo era evidente nos embates entre as leis costumeiras e as legislações escritas, questão que perdurou nas contendas entre os *unimwanes* (conselhos de anciãos) e os conselhos insulares eleitos nos moldes ocidentais (Teiwaki, 1980; MacKenzie, 2010; MIA, 2018). As relações existentes entre os modos de vida tradicionais e a administração colonial britânica reverberaram nas relações do nascente país e da sua gestão pública articulada ao sistema do mundo moderno globalizado, com a substituição da subordinação britânica por um sistema dependente da cooperação internacional e com base nos modelos econômicos utilizados para pequenos países insulares – TOURAB, MIRAB, PROFIT, SITE etc., debatidos no capítulo 3.1 desta tese. O desenvolvimento da gestão pública no Kiribati ocorreu nesse alinhamento já

440 Primeiro-Ministro britânico entre 1916 e 1922.
441 Tradução do autor para: *'I am for a league of nations. In fact the league of nations has begun. The British Empire is a League of Nations'* (Andrews, 2019; Meskell, 2018, p.9).

existente entre os modos de vida tradicionais e as estruturas modernas – processo que não é pacífico e nem estável, sendo parte das permanências colonialistas.

De maneira geral, desde o início dos anos 1980, os objetivos das políticas públicas do Kiribati, inclusive no setor cultural, estiveram relacionados à compreensão e à promoção de sua identidade cultural. De acordo com Roniti Teiwaki, os intelectuais, políticos e atores sociais do país buscavam a "determinação para desenvolver a nossa nova nação de maneira que se adapte às nossas próprias necessidade e aspirações".[442] (Teiwaki, 1980). Os processos de descolonização trouxeram ondas de mudanças nos anos seguintes, e o país buscou encontrar meios para sustentar a sua autodeterminação. A utilização de recursos próprios e o foco na resolução dos problemas locais aderiam aos ideais de desenvolvimento endógeno, ao mesmo tempo em que a integração do país nos sistemas regionais e globais fazia-se necessária pelas carências de recursos básicos, como água e energia. O desafio contemporâneo para as políticas públicas do país vincula o desenvolvimento social à diversificação econômica a partir de setores estratégicos, como o são a cultura e o turismo, ao mesmo tempo em que o país se equilibra entre as disputas geopolíticas regionais de interesse para as grandes potências – ponto explícito nas variações de posicionamento do Kiribati nos fóruns globais frente às ações da China, de Taiwan e dos EUA. O setor cultural também está presente nessa arena política, e as definições para as políticas culturais seguem essa instabilidade, verificada nas disputas pela cultura que estão presentes dos níveis locais, nacionais e nas relações entre as instituições multilaterais[443].

Com a independência do Kiribati, em 1979, houve um movimento pela afirmação da identidade cultural do país, pauta comum nos processos de descolonização. A população das Ilhas Ellice, na vizinha Polinésia, havia decidido pela sua separação no referendo de 1974, e o país independentizou-se como Tuvalu em 1978. As Ilhas Gilbert, com a maioria da população em Tarawa, Micronésia, mas também com possessões territoriais na Polinésia, trilharam caminho próprio de emancipação política, e constituíram o Kiribati em 1979.

> Os gilbertenses são da Micronésia e, embora as ligações anteriores com Samoa sejam sugeridas pela tradição oral, eles têm poucas afinidades culturais próximas com a Polinésia. Por outro lado, os ilhéus de Ellice são predominantemente de origem samoana e tonganesa e,

442 Tradução do autor para: *'determination to develop our new nation in the way which suits our own needs and aspirations'* (Teiwaki, 1980).
443 Debates conceituais entre as instituições desenvolvidos na seção 2.1 desta tese.

> ao longo do período colonial, mantiveram laços estreitos com Samoa[444] (Macdonald, 1975, p.84).

As diferenças culturais observadas entre os dois grupos de ilhas foram determinantes para a independência dos dois países, inclusive para a definição de suas respectivas políticas culturais. A primeira intenção registrada de preservação e transmissão do patrimônio do Kiribati foi manifestada em 1975, quando o então Ministro da Educação, Capacitação e Cultura, Roniti Teiwaki, solicitou o apoio da Universidade do Sul do Pacífico (USP) para o desenvolvimento da discussão e a definição de linhas políticas para a cultura. A USP designou o professor Ron Crocombe para a tarefa, que enfatizou a necessidade de registro e proteção do passado e do presente da cultura do país, mas que "uma das áreas de atividade mais importantes para o Ministério será, sem dúvida, o estímulo ao processo contínuo de criação cultural que ocorre em qualquer sociedade – refletindo as realidades da vida à medida que são vividas[445]" (Crocombe, 1975 apud Republic of Kiribati, 2018). Em 1980, Roniti Teiwaki publicou um artigo intitulado "*The Future of Kiribati Culture*", onde refletiu sobre os rumos do setor cultural no país. O autor explanou como a cultura local fora afetada pelos processos colonialistas, ao acentuar a desestabilização das estruturas anteriormente vigentes:

> antes da chegada dos europeus, Kiribati era um lugar estável, baseado no uso de recursos locais para subsistência (*pandanus*, coco, peixe, *babai*, *toddy* e fruta-pão). A vida social foi desenvolvida em torno dos sistemas *Maneaba* (local de encontro) e *Unimwane* (anciãos) - com cada família e clã com o seu próprio *boti* (lugar reservado dentro das *Maneabas*) e porta-voz dos Conselhos de Anciãos.[446] (Teiwaki, 1980)

Anteriormente ao trabalho debatido nesta tese, o processo mais recente para a implementação de uma Política Nacional de Cultura (PNC) para o Kiribati ocorrera em 2013, com a elaboração de um documento provisório em 2014. A proposta apresentou diversas linhas de ação para o setor cultural, e utilizou duas perspectivas – o *tradicional* e o *moderno* – para a preservação, a proteção, o desenvolvimento e a promoção da cultura material e imaterial do

444 Tradução do autor para: *'The Gilbertese are Micronesian and although former links with Samoa are suggested by oral tradition, they have few close cultural affinities with Polynesia. By contrast, the Ellice islanders are predominantly of Samoan and Tongan origin and have, throughout the colonial period, maintained close ties with Samoa'*. (Macdonald, 1975, p.84).
445 Tradução do autor para: *'one of the most important areas of activity for the Ministry will no doubt be in the stimulation of the continual process of cultural creation that goes on in any society – reflecting the realities of life as they are lived'* (Crocombe, 1975 apud Republic of Kiribati, 2018).
446 Tradução do autor para: *'before the arrival of Europeans, Kiribati was a stable place, based on uses of local resources for subsistence (pandanus, coconut, fish, babai, toddy and breadfruit). Social life was developed around Maneaba (meeting place) and Unimwane systems (elders) - with each family and clan with their own boti (reserved place within Maneabas) and spokesman for Elders Councils'.* (Teiwaki, 1980).

país. O documento, de doze páginas, proporcionou uma ampla gama de possibilidades de atuação para a gestão cultural do Kiribati, considerando a diversidade cultural do país, e já com definições conceituais e atribuições de funções para os órgãos do governo, mas ainda de maneira superficial e sem estratégias claras para o seu desenvolvimento (MIA, 2014). Após as eleições de 2015, o documento não foi concluído e submetido à apreciação pública devido às mudanças instituídas pelo novo governo no tocante à substituição de cargos públicos e nos interesses do grupo político vencedor.

O desenvolvimento das políticas públicas associadas de modo transetorial à cultura está presente nas discussões de vários ministérios do Kiribati, ponto que caracteriza as disputas interessadas pelo domínio do setor cultural. O Ministério de Comércio, Indústrias e Cooperativas (MCIC) do país desenvolveu a Política Nacional para a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais e Formas de Expressão Cultural – PNCEC[447] (Republic of Kiribati, 2018) no mesmo contexto em que se discutia a PNC, esta última atrelada à Divisão de Cultura e Museu Nacional (C&MD) do Ministério de Assuntos Internos (MIA). Ainda que as interlocuções entre a PNC e a PNCEC sejam explícitas, as ações para a proteção e o respeito às culturas tradicionais promovidas pelo MCIC operam no campo comercial e da propriedade intelectual, enquanto o MIA, através da C&MD, vincula-se diretamente aos recursos identitários atinentes ao campo do patrimônio cultural. O rascunho do MCIC buscou a convergência de diversas instituições frente à cultura, com base em definições de proteção da propriedade intelectual apregoadas pela OMPI, na promoção da diversidade cultural da UNESCO, nos princípios das políticas culturais em outros países insulares da região (Teaiwa, 2007) e nas referências às políticas públicas regionais do sul do Pacífico, promovidas pelo Secretariado da Comunidade do Pacífico (SPC). O documento apresentou, finalmente, o conceito de "Segurança Cultural", sugerido como uma das bases de referência para a proteção aos conhecimentos tradicionais, e que diz respeito à

> capacidade de uma sociedade conservar o seu carácter específico apesar das condições mutáveis e ameaças reais ou virtuais: mais precisamente, envolve a permanência de esquemas tradicionais como de língua, cultura, associações, identidade e práticas nacionais ou religiosas, permitindo mudanças que são consideradas aceitáveis[448]. (Weaver, 1995 apud Republic of Kiribati, 2018)

447 Abreviação utilizada pelo autor e ausente dos documentos oficiais.

448 Tradução do autor para: *'the capacity of a society to conserve its specific character in spite of changing conditions and real or virtual threats: more precisely, it involves the permanence of traditional schemas like of language, culture, associations, identity and national or religious practices, allowing for changes that are judged to be acceptable'* (Weaver, 1995 apud Republic of Kiribati, 2018).

Nessa mesma conjuntura, o governo do país reiniciou as discussões para a PNC, num ambiente que manteve as disputas conceituais pela cultura: a proposta para o financiamento da PNC foi apresentada pelo MCIC ao programa *Enhanced Integrated Framework* (EIF), afiliado à OMC e com a administração dos contratos por parte do PNUD[449]. A execução do projeto ficou a cargo do MIA, com a coordenação da equipe do C&MD e a contratação de consultoria externa, o que ocorreu em meados de 2018. A principal instituição definida para a coordenação da PNC – o *Te Umwanibong*, subordinado à C&MD – não só concentra a gestão dos acervos arqueológicos, documentais e históricos do país, mas, principalmente, promove as articulações para o desenvolvimento das políticas culturais nacionalmente. Para que isso ocorra com eficácia, torna-se imprescindível, por um lado, a prerrogativa de comunicação institucional do MIA em suas relações com outros ministérios, de maneira a desenvolver ações transetoriais. Por outro lado, o poder de atuação do museu junto a associações da sociedade civil, universidades, escolas, igrejas e ONGs permite a ampliação da participação comunitária nos processos públicos e a própria afirmação das funções sociais do museu, relacionadas à identificação de problemas do tempo presente e na imaginação de futuros possíveis e desejáveis pelas comunidades. Além disso, todo o processo foi facilitado pela articulação do MIA com as ilhas remotas do país, uma vez que o órgão é o responsável pelas políticas públicas desconcentradas e desenvolvidas junto a cada conselho insular.

A elaboração da PNC desenvolveu-se entre o segundo semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019, e a consultoria contratada para a sua elaboração articulou-se com os trabalhos de campo referentes ao doutoramento através do estudo bibliográfico, da observação participante durante as duas visitas ao país, da análise documental, da realização de entrevistas, das consultas públicas e de outros processos investigativos e participativos. Essa aproximação entre o olhar acadêmico e a concepção da PNC foi essencial para os dois processos, uma vez que isso trouxe para o âmbito universitário a discussão de um projeto público em curso, ao mesmo tempo em que as elaborações conceituais foram postas à prova no desenvolvimento de uma política pública concreta. Após a designação do MIA para a elaboração da PNC, os processos foram reunidos no Museu Nacional, que iniciou a sua coordenação com a consultoria contratada, e por meio da realização de consultas públicas, de entrevistas, de reuniões de

449 O EIF possui as seguintes agências e instituições parceiras: OMT, UNIDO, FMI, Banco Mundial, UNCTAD, ITC, UNDESA, STDF e COMESA. Informações em: https://enhancedif.org/ Acesso no dia 23 de fevereiro de 2021.

investigação, de missões de trabalho, e de debates em suas instalações e nas diversas *maneabas* do país.

O processo de elaboração da PNC foi desenvolvido em três fases: diagnóstico cultural (I), oficinas para deliberações públicas e contribuições à redação (II) e, finalmente, o envio do documento para escrutínio e validação pública (III). Ainda que, na apresentação das ações desenvolvidas, na organização dos dados e na interpretação dos processos de trabalho as dinâmicas pareçam lineares e tranquilas, ilustradas pelo fluxograma utilizado e pelos produtos entregues após a conclusão de cada etapa, a realidade do trabalho de campo apresentou instabilidades inerentes aos processos de investigação e de construção conjunta de políticas públicas. Algumas das entrevistas relacionadas na fase I, por exemplo, foram realizadas durante a segunda visita de campo, destinada à segunda fase do projeto – no caso de Kiritimati, optou-se por realizar as entrevistas (fase I) na mesma viagem destinada à realização das oficinas (fase II), uma vez que somente seria possível uma visita ao atol, durante a segunda missão ao país. Isso não alterou a realização do projeto e tampouco prejudicou a interpretação dos dados, e a flexibilidade possibilitou a ampliação das informações disponíveis e do espectro de análise, considerando as dificuldades de realização de várias viagens de campo. A organização das informações e a interpretação de todo o processo de trabalho foram então descritas e discutidas em seções específicas desta tese (subcapítulos 4.3, 4.4 e 4.5).

O trabalho de campo foi organizado com a definição de duas viagens ao Kiribati, com a permanência de cerca de quarenta dias por estadia. A maior parte do tempo de investigação de campo ocorreu na principal ilha do país, onde está localizada a capital, Tarawa. Além disso, foram organizadas visitas a Kiritimati, Abaiang e a outras ilhas selecionadas para a coleta de dados para o diagnóstico cultural (fase I) e para a coordenação de reuniões e *workshops* com as equipes locais e com os grupos sociais e culturais interessados (fase II). A primeira viagem de campo foi realizada em novembro de 2018, quando foram efetuadas as investigações para a elaboração do diagnóstico cultural, voltado para a compreensão da complexidade do funcionamento das instituições locais e nacionais, e para o mapeamento das dinâmicas sociais existentes, sempre com o acompanhamento de técnicos ministeriais e do Museu Nacional (*Te Umwanibong*). A segunda visita ao país foi realizada entre fevereiro e março de 2019, quando foram concluídas as duas primeiras fases e coletados os dados pendentes para a redação do texto da PNC. O diagrama 1, a seguir, resume o processo de trabalho apresentado às autoridades do Kiribati:

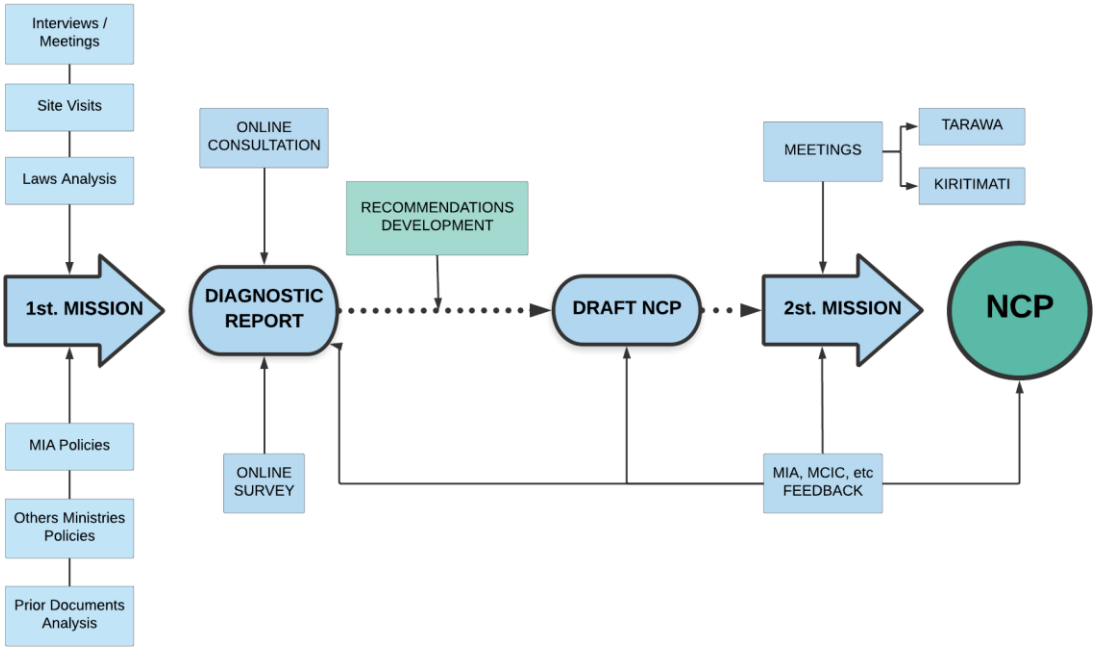


Diagrama 1 - Fases e produtos dos processos de consultoria e de investigação. Fonte: elaboração própria apresentada no Diagnostic Report and Policy Recommendations, 2019 *e em publicação de Murta, Abreu e Pamio, 2019.*

O diagnóstico gerado com a finalização da pesquisa de campo, e a partir da coleta de informações on-line, apresentou uma análise extensa sobre a cultura e a economia criativa no Kiribati. Durante a segunda missão ao país, em fevereiro e março de 2019, foram realizados quatro *workshops* e reuniões nos seus extremos geográficos (considerando os principais grupos de ilhas habitadas, *Gilbert Islands* e *Line Islands*), de modo a avaliar o processo em curso e para inserir nos documentos oficiais os pontos definidos pelos participantes (fase II). Os encontros foram realizados em Kiritimati, Betio e Tarawa, com uma presença média de 40 participantes em cada oficina, e o último encontro foi realizado no Museu Nacional, na forma de um grupo de discussão com a participação dos funcionários da instituição. O texto final da PNC foi elaborado após o retorno a Portugal, quando foi finalmente enviado às autoridades públicas e aos grupos de interesse para escrutínio público e validação em março de 2019 (fase III). As três próximas seções apresentarão os resultados das três fases para a implementação da PNC: o diagnóstico cultural, as oficinas e grupos de discussão, e o documento final gerado após todo o processo de trabalho.

4.2. Diagnóstico cultural

A elaboração de um diagnóstico é o primeiro passo para o desenho das políticas culturais. Somente a partir da identificação do ponto de situação do setor cultural é possível o desenho de políticas públicas efetivas – realistas e com possibilidades para o seu monitoramento e avaliação por parte dos cidadãos e das instituições. Os diagnósticos culturais são elaborados por meio de mapeamentos que permitam a percepção, em um dado contexto, da cultura como um setor, em toda a sua diversidade, e expressa na situação dos artistas, produtores, gestores, detentores e de outros atores relacionados ao meio cultural. Em um sentido de compreensão da cultura como um processo presente invariavelmente na vida de todas as pessoas, o diagnóstico busca, também, a identificação de demandas dos cidadãos, de frustrações frente a processos correntes, de sonhos e desejos dos indivíduos e dos seus coletivos, de maneiras para lidar com os problemas existentes e de possibilidades para pensar a cultura de maneira estratégica e multidimensional. O diagnóstico retrata a situação da cultura no contexto escolhido a partir das opções do passado e do presente, de maneira a subsidiar políticas públicas que esbocem o que se espera para a comunidade, para o país e para o mundo nos anos vindouros. Desse modo, vincula os projetos locais a agendas e convergências internacionais, a exemplo dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável e, no caso da cultura, das normativas apregoadas pela UNESCO.

Durante o processo para a elaboração da PNC, a cultura foi pensada em várias dimensões, segundo abordagens de diferentes autores e contextos: a social e a econômica, utilizadas nas referências para as políticas desenvolvidas regionalmente no Pacífico Sul (Teaiwa, 2012); a sociológica e a antropológica, utilizadas por Isaura Botelho para analisar o universo cultural e pensar estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas (Botelho, 2001); a cidadã, com a incorporação de experiências empreendidas em outras conjunturas, como a do Brasil nos anos 2000[450], inclusive com a intenção de dar um impulso às democracias culturais (Retroz, 2020; Souza, 2017; Chauí, 2008; García Canclini, 2001; 1987). Essas dimensões, assim como outras específicas que possam ser identificadas nas relações entre os grupos sociais e suas expressões culturais, convergem com as ideias de desenvolvimento integral e endógeno, defendidas em documentos da UNESCO desde a década de 1980 (UNESCO, 1982). A promoção da diversidade manifesta-se como elemento chave para a

450 Dimensões Simbólica, Cidadã e Econômica, presentes nas diretrizes do Plano Nacional de Cultura. Ministério da Cultura, 2008. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf Acesso no dia 4 de setembro de 2020.

fruição da cultura em suas diferentes dimensões, e a importância da cidadania para a efetividade de políticas culturais abrangentes manifesta-se com a salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial, com a promoção da produção artística contemporânea, com a participação social para a definição das pautas de ação, e por meio da abertura de campos de atuação para os detentores dos bens culturais – todos eles elementos indispensáveis para o desenvolvimento em suas concepções mais humanistas e menos economicistas (ou financistas).

As abordagens sobre essas dimensões são opções escolhidas pelos grupos interessados no desenvolvimento das políticas culturais em cada contexto específico, com pressões exercidas de acordo com demandas, expectativas e interesses dos envolvidos nos processos sociais e políticos. Para a realização da PNC do Kiribati, após a consideração de trabalhos prévios empreendidos na região e em outras partes do mundo, e por meio da articulação de reuniões, debates e oficinas especialmente preparadas para esse processo de trabalho, as dimensões foram sintetizadas em: econômica, identitária e democrática, verificados no documento final entregue às autoridades quiribatenses – *"Final Report: National Cultural Policy"* (Republic of Kiribati, 2019, p.11). A dimensão econômica atrelou-se à economia da cultura e às possibilidades de geração de emprego e renda a partir do setor cultural. A dimensão identitária foi utilizada para uma compreensão antropológica sobre a cultura, diretamente associada às diversas referências culturais das comunidades quiribatenses. E finalmente, a democrática, referiu-se à participação social nos processos decisórios, ao respeito aos direitos humanos e ao fomento à democracia e à cidadania cultural.

O diagnóstico cultural foi iniciado com uma revisão bibliográfica para a compreensão sobre as várias regiões do Pacífico, que perpassava a contextualização geopolítica e leituras de historiadores, antropólogos e escritores com estudos desenvolvidos sobre a região. Os trabalhos de autores como Bronislaw Malinowski[451] (1976), Marcel Mauss[452] (2003) e Marshall Sahlins[453] (1990), e obras literárias como as viagens de Arthur Grimble (1957; 1984) trouxeram, evidentemente, referências de suma importantes para o desenvolvimento da investigação, ainda mais porque o pesquisador não apresentava familiaridade com a região. Mas a pesquisa não poderia limitar-se a autores ocidentais. Em Tarawa, durante o trabalho de campo, foram então feitas visitas à Biblioteca Nacional para o levantamento de referências básicas e de orientações

451 Antropólogo polonês que desenvolveu trabalhos de campo na Melanésia para a realização de sua obra "Argonautas do Pacífico Ocidental", publicada em 1922, no que foi considerado como uma das primeiras etnografias realizadas na história do século XX.

452 Sociólogo a antropólogo francês cuja obra consultada, "Ensaio sobre a dádiva", publicado inicialmente em 1925, trouxe grandes contribuições para o conhecimento antropológico sobre as populações do Pacífico.

453 Antropólogo norte-americano, sua obra "Ilhas de História" permitiu uma compreensão sobre estruturas performativas e prescritivas em diferentes sociedades.

junto a intelectuais locais. Isso possibilitou que a investigação fosse ampliada pela indicação de obras de referência de autores como Roniti Teiwaki, Katerina Teaiwa, Ron Crocombe e Uentabo MacKenzie, quiribatenses citados em diversas passagens desta tese.

Todas as viagens ao Kiribati passaram pelas Ilhas Fiji, uma vez que a única companhia aérea que operava no país entre 2018 e 2019 era a Fiji Airways. Mesmo para alguns deslocamentos internos, a exemplo da viagem de Kiritimati a Tarawa, foi necessária a passagem por Nadi, onde se situa o movimentado aeroporto internacional fijiano. Cada uma das cinco conexões aéreas em Fiji foi prolongada por dois ou três dias, de maneira a facilitar as visitas a instituições locais, como a biblioteca da Universidade do Sul do Pacífico (USP), o Museu Nacional de Fiji e a livraria universitária, todos na capital Suva, a cerca de 200 km de Nadi. Essas investidas foram imprescindíveis para a identificação de documentos e de textos de referência, além da aquisição de livros essenciais na livraria da USP. Finalmente, foi organizada uma conversa com o Dr. Frank Thomas, arqueólogo com experiência em Fiji e no Kiribati, professor e investigador do Centro para as Artes, a Cultura e os Estudos do Pacífico (*Oceania Centre for Arts, Culture and Pacific Studies*), e que trouxe esclarecimentos para a melhor compreensão sobre a situação da gestão cultural e dos estudos sobre o patrimônio cultural no Kiribati e nos outros países da região.

A investigação prosseguiu com a realização de entrevistas semiestruturadas, realizadas de maneira articulada à imersão bibliográfica e às visitas aos sítios de interesse. Essa foi uma das etapas mais importantes para a realização do diagnóstico cultural, uma vez que possibilitou os primeiros contatos diretos com a cultura do Kiribati e o estabelecimento de relações de confiança com os interlocutores locais. A lista inicial dos grupos de interesse para as consultas e entrevistas – ou *stakeholders*, no jargão anglófono do mundo do *business* incorporado aos organismos internacionais – foi definida pela coordenação local do MIA. Essa seleção abarcou representantes de diversos setores da administração pública (incluídos aí todos os ministérios do país), coletivos de artistas, líderes religiosos e comunitários, políticos, mestres de ofícios, corais e grupos de dança, pescadores, construtores de canoas e detentores de saberes tradicionais, como a medicina local e a gastronomia. Outros grupos que não foram considerados na listagem inicial, como algumas associações de religiões minoritárias – a exemplo dos grupos islâmicos –, foram incluídos durante o processo de investigação. A realização das entrevistas foi articulada com visitas a sítios históricos e arqueológicos, instituições relacionadas às práticas culturais, ONGs, associações, ruínas, construções remanescentes da batalha de Tarawa, templos religiosos e instituições públicas como ministérios e autarquias. No total, foram

realizadas 132 entrevistas[454], sendo 111 nas Ilhas Gilbert (69 em Tarawa, 39 em Abaiang e 3 em comunidades nas ilhas menores de Abaiang) entre os dias 12 e 26 de novembro de 2018, e 21 em Kiritimati (nas comunidades de London, Paris, Poland, Banana e Tabwakea), entre os dias 6 e 13 de fevereiro de 2019[455].

Nas entrevistas semiestruturadas, os participantes foram encorajados a falar de maneira livre sobre alguns temas já selecionados e outros que eram abordados durante as conversas: a situação geral da cultura no país e nas comunidades; as dificuldades enfrentadas nas suas áreas específicas de trabalho; os entendimentos sobre a atuação do Estado na gestão das políticas culturais; os obstáculos observados no empreendimento das políticas públicas; os horizontes almejados para a cultura no país e para os setores específicos dos entrevistados; as relações possíveis entre os diversos setores da administração pública e da sociedade em geral; as relações setoriais já existentes; as limitações sociais e econômicas para o desenvolvimento humano observadas no país e nas comunidades; a compreensão geral sobre conceitos como cultura, políticas públicas e outros adjacentes, como educação, direitos humanos, direitos culturais, arte, patrimônio, identidades etc.; e outros pontos considerados pelos entrevistados e que surgiam durante as conversas. Muitas dessas entrevistas foram realizadas em grupos, de maneira extremamente informal, nas instalações do Museu Nacional, nas diversas *maneabas* existentes nas ilhas do país, nas residências e também nos locais de trabalho dos respondentes. Ademais, seguiam ritos específicos para cada situação, muitas vezes associados a cânticos, danças e refeições comunitárias, em protocolos definidos pelas comunidades. Para a realização das entrevistas, o MIA e o MCIC disponibilizaram o necessário apoio logístico, com o acompanhamento da diretora do Museu Nacional, Pelea Tehumu, e do técnico sênior Maiaa Iona, importantes atores para a tradução de códigos locais e da língua gilbertês, quando necessário. As tabelas 4 e 5 apresentam a identificação geral dos grupos entrevistados, que estão detalhados no anexo 2 e no apêndice 3 desta tese.

454 A lista de entrevistados encontra-se entre os anexos desta tese. No total, foram registradas mais de 40 horas de entrevistas, gravadas com a autorização verbal dos interlocutores.

455 As entrevistas foram realizadas em Kiritimati durante a mesma viagem de campo empreendida para a realização das oficinas, correspondentes à fase seguinte do processo de investigação, abordado na próxima seção desta tese.

Identificação dos grupos entrevistados	
Grupos Culturais, Associações, Cultura Tradicional, Artistas e Privados	60
Poder Público Central	30
Representações Eclesiásticas	16
Poder Público Local	14
Museu Nacional	7
Meios de Comunicação	4
Academia	4
Total	**135**[456]

Tabela 6 - Identificação dos grupos entrevistados. Elaboração própria do autor.

Detalhamento dos grupos culturais entrevistados	
Cultura Tradicional (Rituais, Conhecimentos Tradicionais e Formas de Expressão)	31
Artistas Visuais, Artesãos e Privados	17
Te Unaine (Anciãs)	7
Te Unimwane (Anciãos)	5
Total	**60**

Tabela 7 - Detalhamento dos grupos culturais representados. Elaboração própria do autor.

A maior parte das entrevistas foi realizada com membros de grupos culturais, sendo mais da metade deles detentores de conhecimentos tradicionais. Foi percebida uma distinção clara entre aqueles grupos associados às práticas tradicionais – medicina, parteiras, coros, danças, modos de fazer associados à construção de *maneabas* e canoas, conhecimentos de navegação e de pesca, artesanato e sistemas alimentares (principalmente à base de *babai*, *toddy* e fruta pão) – e aqueles vinculados a práticas contemporâneas, inclusive com a dependência de importações de matérias primas e de apoio para a produção artística – tintas e materiais de pintura para artistas visuais, instrumentos musicais e equipamentos eletrônicos para músicos e DJs. Entretanto, qualquer separação absoluta entre essas duas categorias seria extremamente artificial, considerando que toda prática contemporânea possui referências tradicionais, assim como as práticas assim chamadas tradicionais estão sempre em atualização, consoante os contextos históricos vivenciados. O debate entre o tradicional, o moderno e contemporâneo é uma constante, e suas abordagens variam de acordo com os grupos e interesses envolvidos – na afirmação de identidades nacionais e locais, na proteção da propriedade intelectual, nas

456 A soma contabilizada supera em três o número de entrevistados, uma vez que algumas pessoas declararam representar mais de um grupo ou associação.

resistências identitárias, na salvaguarda do patrimônio cultural, e nas estratégias desenhadas para a inserção mercadológica dos bens culturais.

As representações eclesiásticas foram diversas, com a participação das comunidades católica, protestante (KUC e KPC), adventista, mórmon, muçulmana e bahá'i, mas ainda com poucos representantes assumidamente de religiões tradicionais – exceções que foram observadas principalmente nas visitas a ilhas próximas a Abaiang, onde foram feitas oblações (*mweaka*) aos guardiões espirituais, posição assumida por lideranças locais na proteção de sítios sagrados tradicionais. Durante as entrevistas, por outro lado, a maior parte dos interlocutores apresentou referências às religiões tradicionais, que embora tenham sofrido graves perseguições por parte dos dominadores cristãos, subsistem de maneira ora sincrética – na figura de santos e santas –, ora na camuflagem de suas práticas – na figura dos espíritos, da magia e dos tabus[457]. Essas estratégias para a sobrevivência de referências religiosas e culturais, em muitos aspectos, se aproximam das práticas observadas em outros contextos colonialistas, a exemplo das religiões afro-brasileiras e de outros processos notados na América Latina, onde os grupos sociais mantêm protocolos próprios para a celebração de suas ancestralidades.

Os conselhos de anciãos (*Te Unimwane*) e anciãs (*Te Unaine*) também foram bem representados, com a realização de doze entrevistas, e embora tenha sido notada a maior participação de mulheres, o caráter patriarcal foi explicitado nas definições de seus papéis na sociedade – enquanto os *Te Unaine* estão envolvidos em questões comunitárias e de convívio social, os *Te Unimwane* estão presentes nas representações dos *botis* dos clãs e no protagonismo para as decisões políticas. Em termos gerais, 35% dos entrevistados foram mulheres (45 de um total de 132 entrevistas), o que reforça a percepção de como a sociedade quiribatense estrutura-se em bases patriarcais, uma vez que as entrevistas foram conduzidas junto às representações e às lideranças definidas pelos grupos culturais. Por outro lado, deve ser salientado o associativismo feminino existente em alguns setores, com iniciativas ligadas ao artesanato, à produção de tecelagem, aos coros tradicionais, à medicina, aos ofícios de parteiras, à gastronomia e a projetos educativos relacionados ao meio ambiente e à busca de soluções locais no tocante à resiliência frente aos efeitos das mudanças climáticas. Muitas dessas iniciativas são empreendidas por mulheres, e há uma tentativa de fortalecer esse protagonismo feminino, por exemplo, por meio das políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Ministério das Mulheres, Jovens, Esportes e Relações Sociais (MWYSA).

457 Alguns pontos referentes à compreensão das abordagens dadas ao termo *tabu*, referência indispensável para os estudos das sociedades do Pacífico, foram discutidos na seção 3.2 desta tese.

A investigação junto a integrantes do governo central e dos conselhos insulares constituiu também uma parcela considerável do trabalho de campo, e foram realizadas quarenta e quatro entrevistas (ou cinquenta e cinco, se forem considerados nesse grupo o Museu Nacional e a Autoridade de Publicações e Radiodifusão – BPA, que também são órgãos públicos nacionais). A intenção das entrevistas foi identificar a transetorialidade da cultura, presente não somente no desenvolvimento das atividades de órgãos cuja finalidade destina-se especificamente ao setor cultural, mas também nas ações de outros ministérios que, aparentemente, não teriam relação com o setor. Todos os ministérios do país (dezessete) foram incluídos no diagnóstico, e as entrevistas partiram da sensibilização desses órgãos para a importância do fomento à cultura em suas várias dimensões. Mesmo que não houvesse uma proposta clara de ação direta dos diferentes ministérios para o fomento à cultura, essa abordagem foi indispensável para discutir a efetivação de suas ações de maneira articulada à cultura local – a exemplo da necessidade de estudos sobre métodos construtivos tradicionais para a realização de obras públicas sustentáveis, do respeito à pesca tradicional durante as concessões de licença a empresas piscatórias, do mapeamento de sistemas alimentares para a promoção da segurança alimentar e nutricional, dos estudos linguísticos para a valorização das línguas locais no sistema de ensino, da identificação de saberes tradicionais para a melhor gestão da saúde pública, da consideração dos direitos culturais pelo sistema judiciário, etc. Os pontos levantados a partir dos encontros com os setores da administração pública foram incorporados às discussões para o documento da PNC, o que reafirmou a transetorialidade da investigação realizada e do processo de consultoria empreendido.

Figura 19 – Maiaa Iona durante a realização de entrevistas em Abaiang (E) e a aplicação de questionários em Kiritimati (D). Foto: Marcelo Murta, novembro de 2018 e fevereiro de 2019.

Figura 20 - Te Unimwane e Associação de mulheres em Kiritimati. Foto: Maiaa Iona e Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

Após a finalização da primeira visita ao país, no fim de 2018, foram elaborados os questionários para o aprofundamento da coleta de dados. Os temas abordados pelos entrevistados e discutidos nos grupos de trabalho constituíram a principal fonte para a elaboração das questões, que incluíram frases e temas repetidos pelos próprios entrevistados durante a primeira viagem para o trabalho de campo. Ademais, foram adicionadas perguntas associadas a processos mais amplos, como os conceitos de cultura, de políticas culturais e de direitos culturais abordados pela academia, pelas instituições governamentais e pelos organismos internacionais. Mesmo que grande parte das informações já estivesse disponível após o primeiro grupo de entrevistas, a análise do material preenchido foi importante para o esclarecimento de pontos sensíveis, como o funcionamento das *maneabas* e dos conselhos de anciãos (*Te Unimwane*), e para a confirmação de dados, avaliação de controvérsias e para uma compreensão próxima sobre os entendimentos locais sobre a cultura, as artes e o patrimônio. Após acordo com o MIA, os questionários foram aplicados de maneira mista: pessoalmente, com o apoio de funcionários do Museu Nacional e dos Conselhos Insulares; e on-line, ao permaneceram disponíveis para preenchimento com o uso da plataforma *GoogleForms*. Ademais, os formulários foram traduzidos para o gilbertês, para o acesso daqueles que não dominavam a língua inglesa, e a equipe de apoio local auxiliou os respondentes que não possuíam acesso à Internet, por meio de preenchimentos junto aos escritórios locais dos conselhos insulares.

Os questionários utilizados para a coleta de informações foram preparados de acordo com grupos de interesse selecionados em comum acordo com a equipe local. Foram definidas seis tipologias para o instrumento de coleta, dadas as percepções sobre a organização social local e o papel das instituições, coletivos e indivíduos na vida cultural das comunidades. Ainda que, de maneira geral, as perguntas elaboradas tenham sido praticamente as mesmas, as

adaptações seguiram as funções sociais de cada grupo abordado – muitas vezes com a simples substituição de termos para se referir de forma clara às suas ações. O primeiro formulário – Q1 – destinou-se aos governos locais, de modo a trazer uma visão geral sobre o funcionamento das estruturas administrativas do setor cultural local. O Q2 foi aplicado a grupos religiosos e seus líderes, com foco nas atividades culturais realizadas pelas suas comunidades. Os ministérios e autoridades públicas nacionais foram abordados pelo Q3, que buscou levantar informações das políticas públicas para a cultura empreendidas em diferentes setores da administração pública central. O Q4 abordou os grupos culturais e artistas, com a identificação de suas atividades, demandas e expectativas frente às políticas culturais. O Q5 foi direcionado às universidades, com o foco na identificação de programas de formação e capacitação, e o Q6 foi desenhado para as indústrias da comunicação e da informação.

A intenção da separação em seis grupos diferentes foi facilitar a análise dos dados, para otimizar a gestão, o acompanhamento e a avaliação do processo de investigação, uma vez que cada grupo tinha especificidades atinentes às suas atuações no setor cultural. Entretanto, após a realização das entrevistas, e considerando que a amostra acabou por demonstrar-se desequilibrada, optou-se por uma análise conjunta, considerando os blocos comuns de questões, ainda que os pontos específicos tenham sido incluídos no diagnóstico apresentado ao PNUD e às autoridades do Kiribati, no documento *"Diagnostic Report and Policy Recommendations"* (Republic of Kiribati, 2019). Ademais, os tópicos discutidos nas questões abertas foram trazidos para o debate nas oficinas, e a maioria dos pontos identificados para a PNC já havia sido abordada pelas entrevistas anteriormente realizadas. De maneira geral, mais que coletar novos dados que permitissem uma análise quantitativa profunda, os questionários serviram para verificar a pertinência dos temas trabalhados nas entrevistas, de maneira a confirmar, desconstruir ou dar força aos argumentos empregados no processo de consultoria e de investigação que viriam a constituir os documentos principais da PNC.

Ao final do período de coleta de dados, foram respondidos e validados quarenta e cinco (45) questionários: três pessoas responderam ao Q1; cinco responderam ao Q2; cinco responderam ao Q3; trinta e um responderam ao Q4; uma pessoa respondeu ao Q5; e não houve respondentes para o Q6. Conforme explicitado, a representatividade da amostra concentrou-se entre os grupos culturais, associações e indivíduos, para os quais foi distribuída a maior parte dos questionários. Os grupos sub-representados foram abordados anteriormente nas entrevistas e alguns pontos focais não responderam ao questionário simplesmente por entenderem que já haviam abordado as temáticas nas entrevistas anteriormente realizadas – exemplo das empresas

de comunicação e das universidades. Ademais, as suas inquietações e propostas foram incorporadas à PNC após as suas participações nas oficinas (fase II).

Identificação dos grupos que responderam ao questionário	
Representantes de grupos culturais (Q4)	31
Funcionários Públicos - Poder Central (Q3)	5
Lideranças religiosas (Q2)	5
Funcionários Públicos - Poder Local (Q1)	3
Diretor Acadêmico (Q5)	1
Total	**45**

Tabela 8 - Identificação dos grupos que responderam ao questionário. Elaboração própria do autor.

A observação da amostra de questionários, por mais que seja reduzida e não permita grandes conclusões em termos estatísticos, trouxe certas reflexões sobre alguns pontos que corroboram as observações de campo e a análise das entrevistas anteriormente realizadas. A amostra caracterizou-se, por um lado, pela reprodução das relações de gênero observadas no país, e por outro lado, pela diversidade regional e de setores culturais representados. Cerca de 65% dos questionários foram respondidos por homens, o que confirma a tendência de representatividade já verificada nas entrevistas. Entre os respondentes das representações do poder local, dos conselhos insulares e das lideranças religiosas, todos os respondentes foram homens, tendência invertida quando se trata do poder central (ministérios), onde quatro dos respondentes foram mulheres e somente um homem. Ademais, o questionário contou com respostas de todos os grupos de ilhas habitadas do país, correspondendo a vinte e uma localidades diferentes. Entre os grupos culturais, foram observados fabricantes de canoas, coros tradicionais, grupos de dança, curandeiros, praticantes de medicina tradicional, associações de jovens, de costureiras, de pescadores, de artesanato, *Te Unimwane*, *Te Unaine*, mestres de navegação, construtores de maneabas etc., o que confirma a diversidade da pequena amostra. Além disso, do total de entrevistados, cerca de 40% declararam-se católicos, e os outros equilibraram-se entre adventistas, mórmons, muçulmanos, KPC, KUC e Assembleia de Deus, e cerca de 25% deixaram o campo sem resposta.

Figura 21 - Te unimwane em Kiritimati. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

O bloco comum de questões abordou temas específicos, divididos em sete abas: *Cultura e direitos*, com onze questões referentes aos direitos culturais no Kiribati; *Música e Dança*, com sete questões; *Maneabas, Vilas e Comunidades*, com doze questões; *Artes e Artesanato*, com seis questões; *Meio Ambiente, Desenvolvimento Local e Segurança Alimentar*, com dez questões; *Patrimônio e Arqueologia*, com treze questões; e *Línguas, Conhecimentos Tradicionais e Tradições Orais*, com treze questões. Cada uma dessas questões, elaboradas a partir das entrevistas da primeira viagem de campo, e com base em investigação documental e consultas junto aos técnicos do *Te Umwanibong*, era posta como uma afirmação onde os entrevistados deveriam marcar entre as opções *concordo plenamente, concordo, discordo, discordo totalmente*. A utilização de frases diretamente associadas ao contexto local, sendo muitas delas extraídas de repetições dos entrevistados na primeira viagem de campo, trouxe pertinência ao questionário, que tratava de pontos considerados nos cotidianos dos grupos de interesse. A avaliação do núcleo comum de questões, com o agrupamento de todos os quarenta e cinco questionários respondidos, confirmou diversos aspectos anteriormente abordados nas entrevistas e que pautariam as oficinas realizadas na terceira fase do trabalho de campo. A seguir, apresenta-se uma breve análise das respostas às afirmações com base nos sete temas elencados no questionário. A sua visualização permitiu a confirmação de diversos aspectos que foram aprofundados no documento final da PNC.

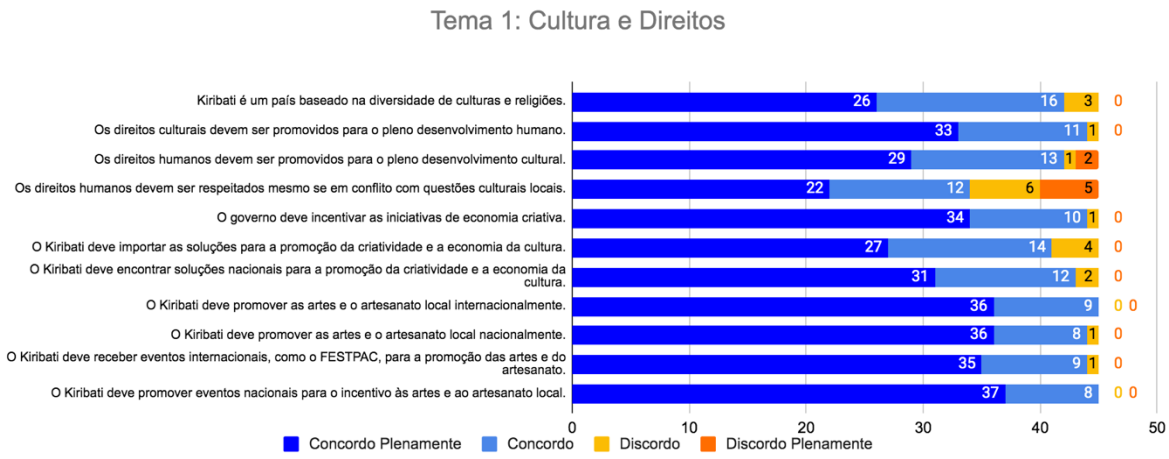


Gráfico 1 – Respostas ao primeiro bloco comum de perguntas do questionário. (Murta, 2019).

O primeiro tema reuniu um grupo de afirmações gerais sobre o setor cultural no Kiribati, associadas à diversidade, aos direitos culturais, à economia criativa e às possibilidades de diretrizes para as políticas públicas. Durante as entrevistas semiestruturadas, a diversidade cultural havia sido posta como um empecilho por parte de algumas lideranças religiosas, uma vez que suas igrejas advogavam pela afirmação das referências culturais do Kiribati em torno da ideia de unidade cristã coesa. Nesse ponto, alguns interlocutores apresentaram resistência ao reconhecimento das crenças locais, ao mesmo tempo em que as religiões não cristãs eram postas como ameaça à cultura das comunidades, que segundo eles, deveria basear-se no cristianismo – ponto referenciado pela própria constituição do país[458]. Ao contrário das afirmações dos líderes cristãos durante as entrevistas, as respostas verificadas nos questionários afirmaram o valor da diversidade cultural e religiosa, dada a maior participação dos grupos culturais do país.

Fato semelhante ocorreu com as referências aos direitos culturais e aos direitos humanos, uma vez que durante algumas entrevistas, uma abordagem relativista fora assumida para justificar a manutenção de relações de opressão, sejam elas de gênero, religiosas ou dos poderes locais. Sob o argumento de "respeito à cultura local", algumas lideranças tentavam reafirmar as suas posições, muitas vezes em conflito com direitos humanos – a exemplo da autoridade do homem nas relações conjugais, em episódios que poderiam justificar inclusive crimes como a violência doméstica. As confusões entre os direitos humanos e os direitos culturais estiveram presentes numa percepção de que os direitos culturais estariam vinculados a regramentos locais e ao seu relativismo absoluto, e não na sua compreensão enquanto direito universal atrelado aos direitos humanos. Observou-se que a valorização da diversidade cultural,

458 Vide seção 3.3 desta tese.

o respeito aos direitos humanos e aos direitos culturais deveria ser explicitamente debatido nas oficinas e inserido nas pautas da PNC, partindo, por exemplo, da ratificação de convenções internacionais e da promoção de projetos de conscientização a partir de ministérios chave, como o MWYSA e o MOJ.

As afirmações referentes à promoção da economia criativa apresentaram certa consonância, no sentido de projeção econômica da cultura do país e considerada a necessária sustentabilidade financeira das famílias. Ainda que certas respostas apresentem contradições – como o fato de haver pouca oscilação entre as aprovações às buscas de soluções nacionais ou importadas, por exemplo –, o conjunto de questões convergiu para a aprovação de políticas voltadas à promoção da economia criativa do Kiribati, nacional e internacionalmente, por meio de incentivos públicos para a produção cultural, para a participação dos artistas quiribatenses em eventos nacionais e internacionais, e a promoção de festivais como o FESTPAC – Festival de Artes e Cultura do Pacífico.

Gráfico 2 - Respostas ao segundo bloco comum de perguntas do questionário. (Murta, 2019).

As contradições observadas nas respostas ao segundo grupo de questões são sintomáticas de um contexto em que as tradições e a modernidade estão em um processo constante de conflito e de recriação. Ao mesmo tempo em que as resistências às mudanças aparecem entre os cidadãos, o vislumbre de oportunidades para a produção artística chama a atenção de jovens músicos que transitam entre as referências regionais trazidas de Samoa ou de Fiji, e as influências das redes possibilitadas pelas novas tecnologias, considerada a chegada tardia da internet ao país. As fusões são percebidas nas obras de músicos como Teidy Boy e outros grupos de DJs que em 2018 e 2019 lotavam as festas realizadas em Tarawa, com misturas

de referências polinésias, micronésias, do *hip hop*, do *reggae*, do *zouk*, do *reggaeton* e de outros ritmos com presença global (muito deles a partir das influências samoanas e havaianas).

Figura 22 – Ensaio de coro com tábua percussiva ao centro e performance feminina em Abaiang (E) e Performance durante um Botaki (Celebração de Boas-Vindas) em Tarawa (D). Foto: Marcelo Murta, novembro de 2018 e fevereiro de 2019.

A intensa afluência de estudantes para a conclusão de suas formações em outros países, principalmente Fiji e Taiwan, trouxe também referências para a música e para a dança. A diversidade musical fijiana, com a qual os estudantes quiribatenses mantêm estreita relação, é percebida nas *meke* (ritmos tradicionais fijianos), nas músicas de *Bollywood* (cerca de metade do país tem ascendência indiana), e também em fusões musicais que incorporam várias influências, algo exemplificado na canção *Valu ni Vanua*, do grupo *Black Rose*, com elementos fijianos, indianos e ingleses (Carey, 2006). Não se trata, porém, de um processo simples de fusão e complementariedade, uma vez que essas composições envolvem também conflitos e resistências por uma parte considerável das populações insulares, consideradas as suscetibilidades sobre as apropriações culturais. A própria tradução do título da citada canção – Guerra da terra – revela essas querelas.

As entrevistas e as respostas aos questionários revelaram um claro desejo de preservação das referências tradicionais, mas com um olhar que permita a sua promoção no tempo presente, inclusive como produto turístico do país. Os cânticos e as danças fazem parte do cotidiano da população quiribatense e estão presentes nas reuniões das famílias, das comunidades, das igrejas e da administração públicas, cujos protocolos seguem regras estritas mantidas e controladas por mestres detentores dos saberes tradicionais. Ainda assim, os protocolos tradicionais acabam por incorporar elementos contemporâneos, observados nos ritmos eletrônicos e nos movimentos coreográficos realizados durante as cerimônias. Por outro lado,

durante o trabalho de campo foi possível perceber os cânticos tradicionais, em sua maioria, são baseados em músicas cristãs, de modo que a seleção pelo que é ou não é tradicional relaciona-se à noção de que tais interpretações são frutos de processos do tempo presente, onde os interesses dos grupos culturais exercerão mais ou menos influência sobre as definições sobre que aspectos devem ser preservados como tradicionais. A nomeação do "tradicional" é um processo do tempo presente (Hobsbawm e Ranger, 2008), e no Kiribati está diretamente associado ao domínio exercido pelas igrejas cristãs sobre as referências culturais.

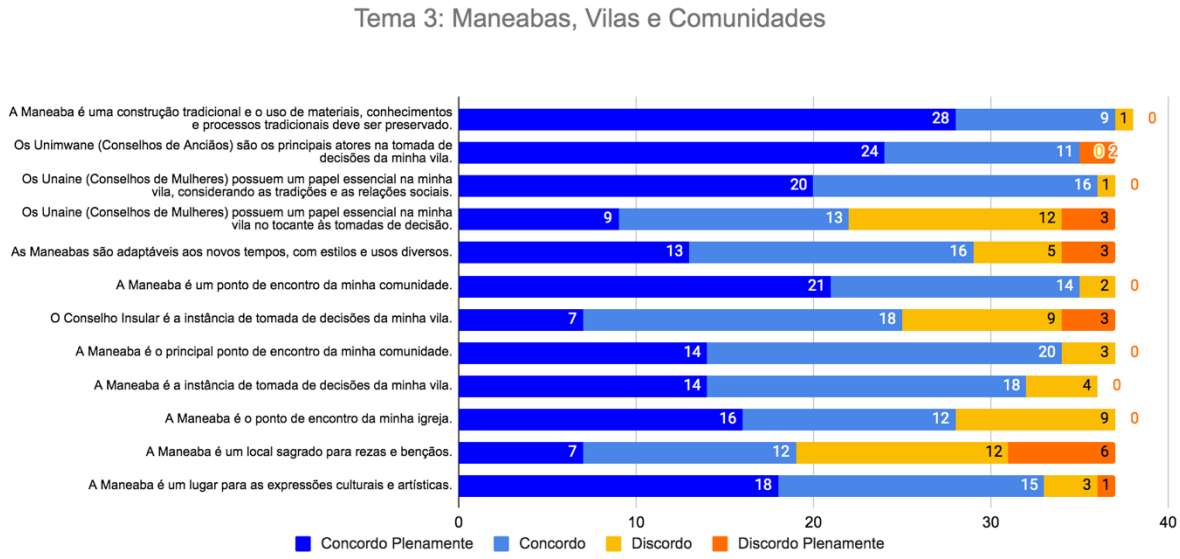


Gráfico 3 - Respostas ao terceiro bloco comum de perguntas do questionário. (Murta, 2019).

O terceiro bloco abordou as relações entre as *maneabas*, as vilas e as comunidades. A compreensão local sobre esses três termos foi imprescindível para a elaboração da PNC: as *maneabas* referem-se aos sistemas tradicionais de funcionamento dos clãs, sendo o principal espaço para as manifestações culturais, religiosas e políticas em cada ilha; as vilas referem-se à administração formal estabelecida pelo governo, como divisões regionais das ilhas; e as comunidades, em grande parte das entrevistas, foram compreendidas como desterritorializadas, referindo-se, principalmente, às afiliações religiosas. Observou-se uma tendência à preservação dos materiais e métodos construtivos das *maneabas*, ainda que os seus usos contemporâneos estejam associados não somente às reuniões clânicas, mas a todo tipo de reunião entre os habitantes de cada localidade. Por outro lado, a administração pública tem construído estruturas em alvenaria e com materiais metálicos industrializados, porém com arquitetura próxima às *maneabas*. Exemplo disso, o Parlamento Nacional – *Maneaba ni Maungatabu* – foi construído

com materiais industrializados, ainda que mantenha, ao seu lado, uma *maneaba* tradicional. As reuniões do parlamento realizam-se no interior do edifício moderno, mas vários eventos públicos ocorrem na construção tradicional, inclusive no caso de uma das oficinas para a discussão da PNC. Os respondentes, em sua maioria, discordaram que as *maneabas* sejam espaços para rezas e bênçãos, algo dissonante da sacralidade do espaço declarada em entrevistas com mestres de ofício associados aos processos tradicionais de construção. As rezas e bênçãos estariam associadas às religiões cristãs, e a sacralidade das *maneabas* poderia ser interpretada como heresia por padres e pastores, ponto que mereceria uma investigação aprofundada específica sobre os espaços sagrados tradicionais.

As respostas sobre as instâncias de tomadas de decisão também apresentaram peculiaridades sobre as relações sociais e políticas locais. As *maneabas* prevalecem como mais representativas e com mais legitimidade para as decisões políticas do que os Conselhos Insulares, uma vez que elas abrigam as reuniões dos *Te Unimwane*, cujas decisões imperam sobre as decisões administrativas dos conselhos formais, ponto já discutido na seção 3.3 desta tese. Entretanto, os conselhos de anciãos reafirmam as relações patriarcais existentes no país, dada a prevalência de decisões tomadas por conselhos formados exclusivamente por homens idosos. Os *Te Unaine*, conselhos de mulheres anciãs, reúnem-se em torno de questões sociais e rituais cotidianas referentes às relações entre as famílias, os clãs e as comunidades cristãs, ponto importantíssimo para a coesão social, mas que não possuem poder deliberativo sobre as questões políticas. Nesse ponto, a resistência às mudanças contemporâneas ancora-se em uma má interpretação dos direitos culturais, instrumentalizados para a manutenção de estruturas de opressão nas constantes afirmações de que "isso é parte da nossa cultura e da nossa tradição, que devem ser preservadas". Esse ponto foi verificado, inclusive, na intenção de uma legislação específica para a proteção dos *Te Unimwane* com base em argumentações de salvaguarda cultural (vide anexo 6). Conforme já discutido anteriormente, duas das principais bases dos direitos culturais são o direito à participação e o direito de dizer não, pontos conflitantes com estruturas que mantêm exclusões baseadas no gênero.

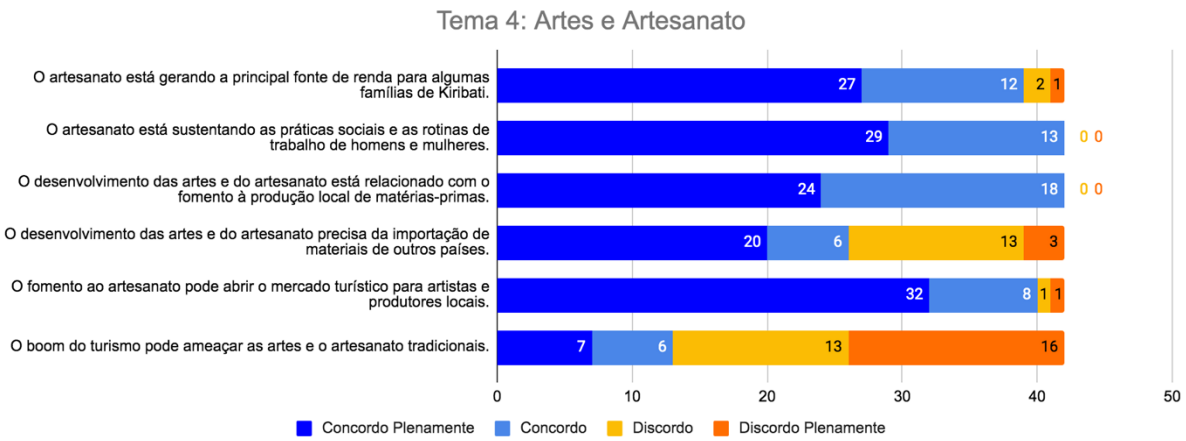


Gráfico 4 - Respostas ao quarto bloco comum de perguntas do questionário. (Murta, 2019).

O reconhecimento e a valorização dados ao artesanato local foram percebidos nas entrevistas, nos questionários e nas investigações de campo. O governo tem apoiado a realização de Feiras Nacionais e a presença de artistas e artesãos em eventos internacionais, e a promoção do artesanato está incluída em ações de diversos ministérios, como o MWYSA, o MCIC e a Oficina de Turismo, ao mesmo tempo em que possui menções específicas no KV20. O artesanato do Kiribati desenvolve-se a partir de matérias primas regionais, ligadas principalmente aos recursos marinhos, às folhas de plantas locais e a saberes tradicionais presentes nas diversas regiões do país. Em algumas localidades, por outro lado, observou-se a falta de estruturas que possibilitem a comercialização dos produtos locais, dada a fragilidade de cadeias econômicas e a concorrência com outros produtos regionais em países com o setor turístico mais estruturado, a exemplo de Fiji, Samoa, Ilhas Marshall e do próprio Havaí. A origem da maior parte dos voos para o Kiribati, inclusive, parte do Havaí e de Fiji, localidades nas quais o artesanato serve como modelo para a região, seja em seus produtos ou no seu desenvolvimento enquanto setor econômico.

Figura 23 – Produção artesanal de coberturas e tapetes em Kiritimati (Superior), Artesanato local em feira (E) e no comércio local (D) em Tarawa. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

Em Kiritimati, ainda que houvesse um fluxo semanal constante de turistas entre 2018 e 2019, os interesses dos visitantes voltavam-se quase que exclusivamente para a pesca, sem interesse na cultura local e na aquisição de produtos artesanais. De acordo com as entrevistas e com a observação de campo, os grupos de visitantes eram formados majoritariamente por homens, interessados unicamente nas excursões para a pescaria, em divertimentos noturnos e em práticas que têm gerado problemas sociais gravíssimos relacionados à prostituição, à gravidez precoce e a gerações de crianças com a paternidade desconhecida e desresponsabilizada. Tais pontos foram abordados nas oficinas e entrevistas realizadas em Kiritimati, de maneira que a PNC pudesse auxiliar na busca por soluções para um problema já existente e que poderá agravar-se com a ampliação do turismo planejada pelo país. Nesse ponto, as políticas culturais devem afastar-se de abordagens unicamente econômicas para o desenvolvimento turístico, uma vez que os impactos gerados podem ter consequências graves para a coesão social e para o desenvolvimento humano local.

As artes visuais foram também abordadas pelas entrevistas e questionários, e foram consideradas estratégicas para a inserção cultural do país regionalmente e internacionalmente.

Os grupos de artistas visuais entrevistados possuem carreiras desenvolvidas principalmente no exterior, com a participação em feiras e bienais na China, em Taiwan, na Austrália e na Europa – inclusive, com a manutenção de um pavilhão na Bienal de Veneza desde 2017. Ademais, para o desenvolvimento de suas obras, esses artistas necessitam da importação de materiais essenciais, como tintas, pincéis e telas, uma vez que não há uma produção local. Ainda assim, alguns artistas têm conseguido descobrir tonalidades e outras fontes dos materiais necessários a partir de pesquisas sobre a matéria prima local. Entretanto, a dependência externa permanece. O desenvolvimento econômico almejado através do turismo foi visto como oportuno, uma vez que promoveria as cadeias econômicas das artes e facilitaria a chegada dos materiais necessários. De maneira geral, os impactos do crescimento turístico no país, de acordo com a investigação, possuem essas duas faces: positivo, em termos das possibilidades de desenvolvimento econômico e de incremento nas redes comerciais e na própria canalização de produtos culturais; e negativo, considerando os efeitos da exploração descontrolada, o incremento das desigualdades e a ruptura nos laços de coesão social local.

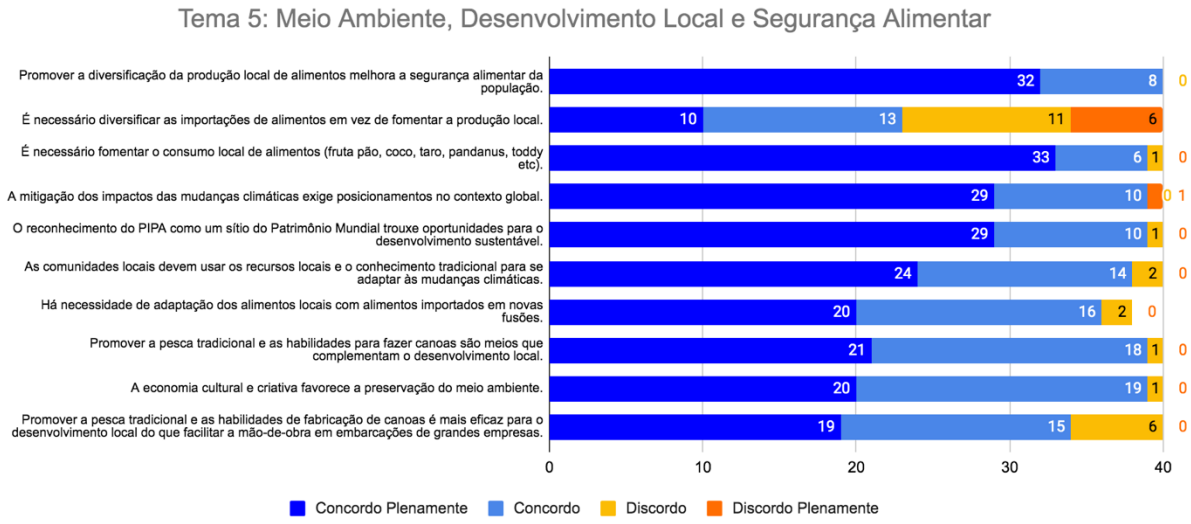


Gráfico 5 - Respostas ao quinto bloco comum de perguntas do questionário. (Murta, 2019).

O quinto bloco de questões reuniu algumas das preocupações centrais na gestão das políticas públicas no Kiribati, ao associar as políticas ambientais à cultura e ao desenvolvimento local. De acordo com diversos relatórios internacionais, sejam eles produzidos por agências das Nações Unidas ou por organismos não governamentais independentes, o país já sofre os efeitos das mudanças climáticas observados globalmente. Em relatório publicado em agosto de 2020, a Relatora Especial da ONU para os Direitos Culturais, Karima Bennoune salientou, de um

lado, os irreversíveis impactos sofridos pelo setor cultural frente às mudanças climáticas. Por outro lado, o próprio setor cultural poderia responder de maneira positiva a esse processo global, seja através da mitigação dos seus efeitos com o incentivo a práticas sustentáveis, seja através de estratégias de resiliência (Bennoune, 2020). Essas abordagens são utilizadas nas políticas do governo quiribatense, nomeadamente pelo Gabinete do Presidente, através de seu Escritório de Mudanças Climáticas. Os posicionamentos internacionais do país, que nos últimos anos chamaram a atenção para os efeitos das mudanças climáticas nos fóruns globais, foram também aprovados pela maioria dos respondentes ao questionário.

Figura 24 - Extração manual de copra em Abaiang (Superior Esquerdo), venda de pescados em Tarawa (Superior Direito) e Maiaa Iona na feira popular em Tarawa. Foto: Marcelo Murta, novembro de 2018.

O questionário abordou alguns pontos referentes às possíveis atuações do setor cultural frente a problemáticas ambientais e de desenvolvimento endógeno. A segurança alimentar, por exemplo, tem sido um desafio para o Kiribati, considerando o crescimento populacional em Tarawa e a ausência de terras cultiváveis suficientes para suprir as necessidades alimentares, ponto agravado pela subida no nível dos oceanos. Ainda que a disponibilidade de recursos marinhos possibilite a produção abundante de pescados, as fontes de carboidratos são insuficientes nas ilhas, o que mantém a dependência do país da importação de alimentos. Muitos dos processos de cooperação internacional, por contradição de suas finalidades, têm piorado

essa situação, quando abarrotam os portos de Betio com a doação de alimentos como arroz e farinha de trigo, o que influencia diretamente a dieta do país. O excesso de oferta, com a chegada de produtos baratos aos mercados locais, tem desencorajado a diversificação da produção de fontes tradicionais como o *babai*, o *pandanus*, a fruta pão e o *toddy*, por exemplo. De maneira geral, a importação de alimentos é vista como um problema para a segurança alimentar local, ainda que haja uma percepção sobre a dependência nutricional do país. Trata-se de um problema de difícil solução, mas que poderia ser mitigado pela promoção da produção tradicional local, com o fomento à diversificação econômica e o incentivo a meios de produção mais sustentáveis local e globalmente. Ademais, a valorização da gastronomia local envolve, necessariamente, o incentivo aos sistemas alimentares tradicionais.

As outras questões envolveram o reconhecimento da área PIPA como patrimônio mundial pela UNESCO, que trouxe grandes expectativas aos habitantes de Kiribati, e a geração de oportunidades de emprego pelo setor pesqueiro. A vigilância da área PIPA tem se desenvolvido com o apoio da cooperação internacional e os planos para a sua gestão foram desenvolvidos em parceria com universidades dos EUA e da Austrália. (Republic of Kiribati, 2018). A proteção da área representa um contributo à preservação do meio ambiente no Pacífico Sul, uma vez que protege 11% da área marítima do Kiribati. Por outro lado, a pesca tradicional tem sido fomentada pelo governo do país, com projetos desenvolvidos pelo Ministério da Pesca e Gestão de Recursos Marinhos (MFMRD), ponto valorizado nas respostas ao questionário. Porém, foi possível também observar durante a investigação que as oportunidades oferecidas pelas grandes companhias pesqueiras e pelas empresas de navegação, ainda que estabeleçam condições de trabalho questionáveis, acabam por ser mais atraentes para os jovens quiribatenses (vide seção 3.2 desta tese). A monetização e urbanização da sociedade quiribatense acaba por gerar forte pressão sobre esses processos, em que as possibilidades de consumo são interpretadas de maneira equivocada como meios de inclusão cidadã – nos embates entre consumidores e cidadãos já desenvolvidos em diversos contextos (García Canclini, 1999).

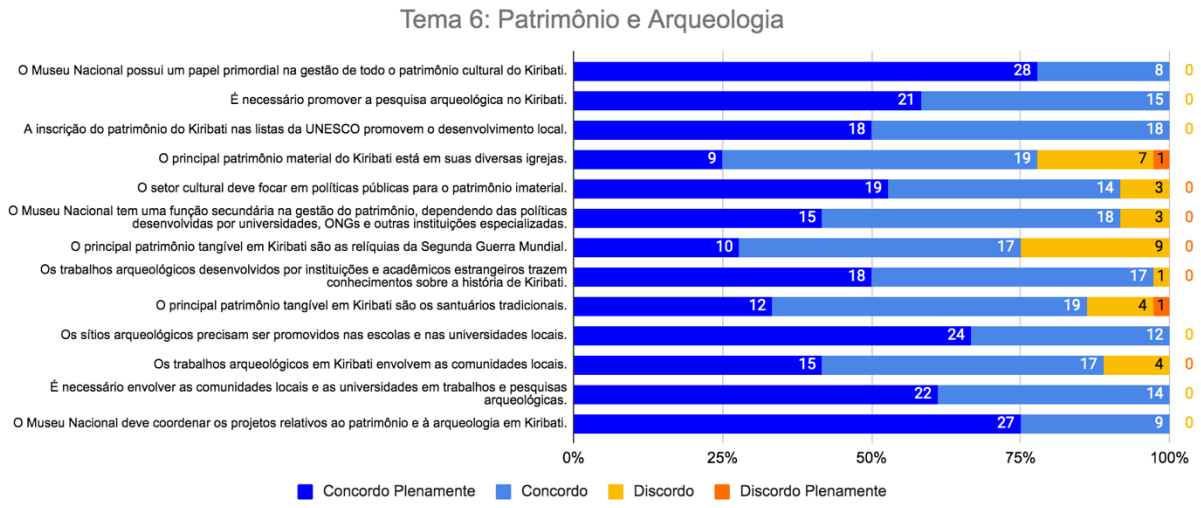


Gráfico 6 - Respostas ao sexto bloco comum de perguntas do questionário. (Murta, 2019).

O Museu Nacional, subordinado à C&MD, é a principal instituição responsável pela gestão do patrimônio cultural no Kiribati, aspecto que foi reconhecido de maneira geral pelos grupos entrevistados e por aqueles que responderam ao questionário. Ainda que algumas políticas governamentais busquem a priorização da salvaguarda do patrimônio material do país – a exemplo do interesse do Escritório de Turismo em proteger e sinalizar as ruínas da II Guerra Mundial –, o patrimônio cultural imaterial do país foi classificado como mais importante pelos respondentes. O Museu Nacional tem promovido as políticas de proteção do patrimônio imaterial no país, por meio de inventários, expedições para o mapeamento cultural e a coleta de relatos de história oral, participação em eventos internacionais e capacitação de seus funcionários. Como órgão responsável pelas políticas culturais no país, ademais, é atribuída à C&MD a salvaguarda do patrimônio tangível no país. A maioria dos entrevistados e respondentes manifestou também o necessário zelo pelos santuários relacionados às religiões tradicionais e pelas igrejas construídas durante o período colonial, ainda que tais aspectos não tenham sido tão referenciados como a salvaguarda do patrimônio imaterial.

Figura 25 - Ruínas da II Guerra Mundial. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no país são de atribuição do Museu Nacional, ponto reconhecido pelas normativas públicas e pela percepção geral dos entrevistados e respondentes durante o trabalho de campo. A atuação de grupos norte-americanos na exploração arqueológica, entretanto, tem gerado preocupações no Kiribati. Os técnicos e acadêmicos estrangeiros, acautelados pelas missões militares norte-americanas, executam os trabalhos de prospecção em busca de corpos e remanescentes da batalha de Tarawa, que ocorreu em 1943. Embora haja um Memorando de Entendimento entre o Kiribati e os EUA que atribui ao Museu Nacional a responsabilidade sobre a fiscalização das empreitadas realizadas (vide anexo 3), durante a visita de campo foi possível identificar que esse processo não ocorria da maneira acordada, e o Museu Nacional não era nem sequer avisado sobre os projetos desenvolvidos pelos militares e técnicos estrangeiros. Os respondentes ao questionário manifestaram também a necessidade de envolvimento de escolas, universidades e comunidades nas investigações arqueológicas que, sob a coordenação do Museu Nacional, deveriam trazer os devidos benefícios sociais e culturais à população do país, inclusive na patrimonialização e gestão do espólio e das relíquias da II Guerra Mundial.

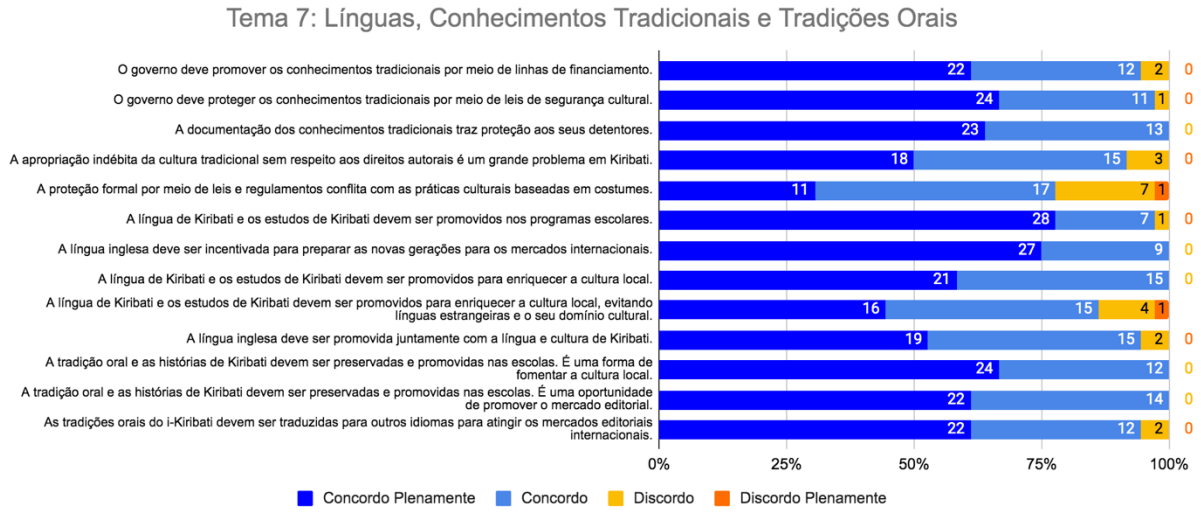


Gráfico 7 - Respostas ao sétimo bloco comum de perguntas do questionário. (Murta, 2019).

O último bloco de questões tratou da promoção das tradições orais, da inserção linguística nos processos formativos e da proteção aos conhecimentos tradicionais. O Museu Nacional tem empreendido investigações sobre as tradições orais no país, e o Ministério da Educação possui publicações específicas sobre a história local que são utilizadas no sistema educativo – um processo que pode ser enriquecido pelas aproximações entre os órgãos do governo. O ensino da língua e da cultura local é obrigatório nas escolas do país, que possuem uma disciplina específica denominada *Kiribati Studies*, que aborda questões associadas ao conhecimento tradicional do país. Por outro lado, os conhecimentos tradicionais são abordados pelas políticas públicas desenvolvidas pelo MCIC, com abordagem direcionada à gestão dos sistemas de propriedade intelectual – que não logram o alcance esperado nas comunidades locais do Pacífico Sul. Mesmo com uma percepção geral sobre a necessidade da proteção dos conhecimentos tradicionais, a efetividade da sua salvaguarda apresenta falhas sistêmicas observadas no distanciamento entre a realidade das comunidades e os processos legais e tecnocráticos exigidos pelos sistemas internacionais, e também nos próprios sistemas de remuneração de patentes e direitos autorais.

Ainda que não apresente grande validade estatística, considerando a quantidade de formulários completos e as suas possibilidades de análise, a amostra de 45 questionários foi extremamente útil para a confirmação de informações já coletadas anteriormente durante o trabalho de campo. A compilação dos dados convergiu com o tratamento dos dados qualitativos obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas, e estabeleceu as bases para a elaboração da PNC. Ademais, a seleção de uma gama diversificada de respondentes, todos eles vinculados a

alguma atividade do setor cultural – seja ela na administração pública ou nas relações comunitárias – conferiu qualidade para o tratamento das informações obtidas. Os dois instrumentos de coleta foram complementares, o que possibilitou a elaboração da tese com base nos trabalhos de campo, na pesquisa documental e na realização dos processos participativos. Na parte final do questionário, dezenove questões foram propostas de maneira a avaliar a satisfação dos cidadãos frente às políticas culturais então existentes, e uma série de questões abertas referentes à cultura e ao desenvolvimento permitiu a livre expressão dos entrevistados, considerando a cultura local, nacional e os desafios e oportunidades no âmbito da PNC.

Além da análise dos projetos do MIA e do Museu Nacional, cujas finalidades vinculam-se diretamente ao setor cultural, o diagnóstico elaborado contou também com o mapeamento das ações desenvolvidas pela administração pública através dos vários ministérios existentes. Os mesmos instrumentos utilizados para a compreensão setorial da cultura trouxeram também os dados sobre as atividades realizadas pelos ministérios, de maneira transetorial. Foram identificadas ações correlatas em doze ministérios, a exemplo dos projetos de construção de *maneabas* por parte do Ministério de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável (MISE), da promoção da pesca tradicional pelo Ministério da Pesca e Gestão de Recursos Marinhos (MFMRD), da gravação e divulgação de músicas tradicionais pela Autoridade de Publicações e Radiodifusão (BPA), da discussão sobre a proteção dos conhecimentos tradicionais pelo MCIC, e do desenvolvimento de exposições de artesanato por parte do MWYSA. Muitas vezes, porém, não há canais efetivos de comunicação entre os ministérios, o que traz um risco de repetição de projetos semelhantes em diversos setores da administração pública. A proposta de uma PNC com um conselho gestor (vide as próximas seções desta tese), com cadeiras de vários setores, trouxe essa possibilidade de manutenção de um meio constante de diálogo e de troca de experiências, de maneira a evitar as repetições de esforços e de projetos por parte dos ministérios, e com a finalidade de trazer eficiência à gestão pública.

Ao final do diagnóstico cultural, foram incorporadas vinte e oito recomendações para o desenvolvimento da PNC, associadas à criação de instâncias participativas para a gestão das políticas culturais (*National Culture Commission*), à promoção internacional da cultura do Kiribati, à ratificação de convenções internacionais (a exemplo da Convenção da Diversidade e do PIDESC), ao fortalecimento de sistemas estatísticos, ao estabelecimento de uma Política Nacional voltada à proteção de sítios arqueológicos, ao estabelecimento de ações de capacitação e de formação junto a universidades, ao desenvolvimento de políticas setoriais para os museus e para as bibliotecas, à promoção dos direitos autorais, à ampliação de ações relacionados aos

outros ministérios do país, à regionalização e descentralização da gestão, dentre outras. Todos esses pontos foram detalhados, incorporados ao diagnóstico (Republic of Kiribati, 2019) e trazidos para os debates e consultas públicas posteriores. O passo seguinte foi a realização de workshops e oficinas participativas para a discussão, redação e validação do documento final da PNC.

4.3. Oficinas e grupos de discussão

A última fase do projeto foi organizada a partir de uma série de quatro oficinas e grupos de trabalho para a discussão dos pontos centrais da PNC, para a incorporação de demandas dos diversos setores representados e para a validação de todo o processo em desenvolvimento. Foram realizadas uma oficina em Kiritimati e duas em Tarawa – a primeira na *maneaba* do Parlamento Nacional (TUC), e a segunda em Betio (BTC). O último encontro foi organizado no Museu Nacional, junto com os funcionários da instituição, para a discussão das ações do museu, das suas funções sociais, das normativas internacionais ratificadas pelo país, da Recomendação de 2015 da UNESCO e dos próximos passos para a efetivação da PNC. No total, foram registrados cento e um (101) participantes nas oficinas, com uma média de cerca de trinta pessoas nas três primeiras, e sete na última. A proporção de participantes por setor pode ser verificada na tabela e no gráfico abaixo, e os seus detalhamentos estão disponíveis nos anexos 2 e 3 desta tese.

Número de participantes por setor em cada oficina realizada					
Setor / **Localidade**	**Kiritimati**	**TUC**	**BTC**	**C&MD**	**TOTAL**
Poder Público Central	8	3	9	7	**27**
Poder Público Local	8	13	7	0	**28**
Representações Eclesiásticas	8	0	5	0	**13**
Sociedade Civil, Academia e Setores Culturais	15	10	8	0	**33**
TOTAL	**39**	**26**	**29**	**7**	**101**

Tabela 9 - Número total de participantes por setor em cada oficina realizada. Elaboração própria.

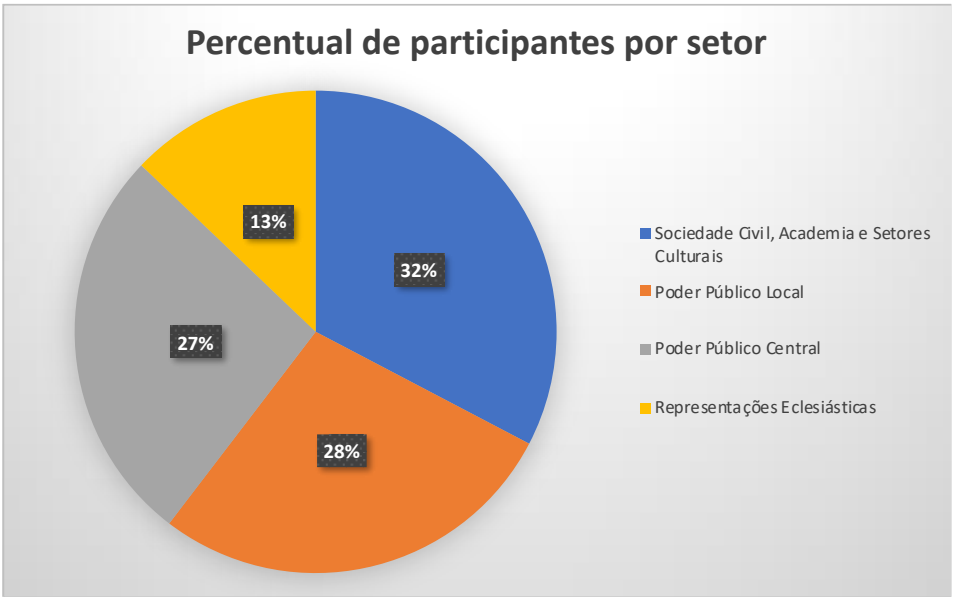


Gráfico 8 - Percentual de participante por setor. Elaboração própria.

A participação nas oficinas foi equilibrada entre membros do governo central, dos conselhos insulares e da sociedade civil, e a presença de várias denominações religiosas fez-se notar nas três oficinas realizadas nas *maneabas*, o que evidenciou o interesse das instituições clericais pelos processos políticos. Ainda que elas pudessem ser categorizadas como representações da sociedade civil, optou-se por separá-las, uma vez que seus interesses estão profundamente imbricados nas articulações políticas no país. Durante as dinâmicas de trabalho, em muitas ocasiões, os debates foram protagonizados pelas representações eclesiásticas, entre católicos, protestantes (KUC e KPC), mórmons, muçulmanos, adventistas, testemunhos de Jeová e demais religiosos, assim como por parte de algumas associações de mulheres e de jovens cristãos. Em alguns momentos, a cristandade foi afirmada como um dos pilares da cultura local, o que trouxe incômodo a minorias não cristãs. Ainda assim, o posicionamento adotado na gestão das oficinas voltou-se para a mescla entre os religiosos de diferentes denominações nos grupos de trabalho, na tentativa de fortalecer os debates sobre a diversidade cultural e religiosa e de evitar a promoção de discursos intolerantes nas deliberações para as políticas públicas em desenvolvimento.

As discussões sobre a diversidade cultural foram inseridas por acadêmicos, como professores e ex-professores da USP, que enfatizaram os aspectos sociológicos e antropológicos da cultura local e, inclusive, problematizaram os processos colonialistas – a exemplo das intervenções de dois investigadores quiribatenses que chamaram a atenção para o problema das percepções ocidentais moldadas, quase que exclusivamente, por textos de autores britânicos, o

que reafirmava a exotização das populações locais. Esses posicionamentos trouxeram certo equilíbrio nos debates, ao fazer frente a discursos religiosos mais efusivos e aprofundar questões diretamente vinculadas a populações e práticas que sofreram perseguições históricas – a exemplo dos líderes locais, guias espirituais, curandeiros e detentores de saberes tradicionais, associados pejorativamente e de maneira preconceituosa à *magia negra*. Muitos desses detentores, por outro lado, são vinculados a alguma denominação cristã, estratégia de sobrevivência frente às incursões colonialistas, e de resistência, pela manutenção de suas práticas. Em algumas reuniões públicas, inclusive, são os próprios *unimwane* a iniciar as preces cristãs incorporadas aos protocolos oficiais.

A sociedade civil esteve representada nas oficinas por meio dos diversos setores conectados à cultura, em trânsitos possíveis entre a tradição e a modernidade. Isso foi destacado pela diversidade cultural do país, com a participação de artesãos, designers, pescadores, anciãos (*Te Unimwane*), anciãs (*Te Unaine*), artistas visuais, detentores de conhecimentos tradicionais da nutrição e da medicina, compositores, curandeiros e coristas, além de escolas, ONGs, empresas da extração e tratamento de copra, da gastronomia e do turismo, dentre outros. Os debates trouxeram convergências possíveis para o fomento à economia da cultura, de uma maneira que respeitasse as identidades locais e as práticas tradicionais. Nesse mesmo sentido, a representação do poder central, em seus diversos ministérios – MIA, MISE, MOJ, MOE, MFMRD, MWYSA, MLPID, MELAD, MHMS, TO, BPA etc. – e do poder local, através dos conselhos insulares, enfatizou o interesse pela compreensão transetorial da cultura para o planejamento das políticas públicas – com a devida menção à necessidade de manutenção de canais de diálogo e deliberação entre os diversos órgãos e setores da sociedade.

Ainda que os roteiros estabelecidos inicialmente para as oficinas tenham sido os mesmos, cada uma delas seguiu dinâmicas próprias, considerando a maneira como as discussões se desenvolviam e os pontos de interesse acordados entre os participantes. Todos os eventos foram iniciados com os protocolos próprios do Kiribati, associados aos cânticos, orações, discursos de autoridades políticas, apresentação de todos os participantes e realização de refeições comunitários. Os processos de trabalho continuaram com a apresentação do diagnóstico cultural e das recomendações elaboradas a partir da primeira visita de campo. Após a distribuição dos materiais de apoio, foram abertas rodada de discussões sobre as dimensões da cultura, com a divisão em grupos para o debate sobre os pontos fulcrais da PNC: princípios, valores, definição de sua missão e de sua visão, objetivos, metas e recomendações para a sua implementação. As percepções de cada setor foram expressas nos grupos de trabalho, que

contaram com o apoio dos técnicos do C&MD para a relatoria de todo o processo e reunião das informações coletadas em relatórios específicos.

Em Kiritimati, o Conselho Insular e os funcionários da administração pública central lotados na ilha auxiliaram na localização dos grupos interessados e na divulgação da oficina, de modo a ampliar a participação à diversidade da cultura local. Foram enviados quarenta e seis convites formais por parte da administração local, e as visitas aos sítios de interesse serviram para reforçar o convite à participação na elaboração da PNC e para subsidiar a investigação de maneira a complementar o diagnóstico cultural. A visita a Kiritimati, ademais, acompanhou uma missão do governo central que contou com a presença do presidente do país, Taneti Maamau, e de diversos políticos quiribatenses. Nesse ponto, cumpre salientar a importância dos encontros informais e das articulações que ocorriam nos bastidores, junto a autoridades, de modo a fortalecer politicamente a PNC e trazer os diversos ministérios para as mesas de discussão. A primeira oficina foi então realizada em Kiritimati, no dia 11 de fevereiro de 2019, com o registro de trinta e nove participantes, as falas inaugurais protagonizadas por dois ministros (MIA e MLPID) e as preces iniciais empreendidas pelos *unimwane*. Após o retorno a Tarawa, foram realizadas duas oficinas, no dia 27 de fevereiro de 2019, na *maneaba* vizinha ao Parlamento Nacional, e no dia 1 de março, na *Maneaba Nippon,* em Betio.

As três oficinas realizadas seguiram programações semelhantes, com adaptações específicas de acordo com o direcionamento dos debates. Todos os encontros adotaram os mesmos protocolos oficiais, com as preces, falas ministeriais, apresentações dos participantes e o *morning tea* anteriores ao início das sessões. As reuniões foram iniciadas com as apresentações do diagnóstico cultural, e os debates enveredaram para as percepções sobre as dimensões da cultura em Kiribati, a partir de quatro abordagens diferentes: as compreensões sobre o conceito de cultura; as percepções sobre a cultura no cotidiano de cada pessoa; a maneira como a cultura é tratada pelas instituições e nas dinâmicas de trabalho; e os sentidos e objetivos centrais para o desenvolvimento de políticas públicas específicas para o setor. Os participantes foram divididos em grupos de trabalho, onde debateram cada um dos tópicos e definiram os relatores para as apresentações nos debates posteriores, junto a todo o grupo. As discussões e as apresentações foram feitas na língua local e contaram com tradução simultânea por parte dos oficiais do MIA. Todo o processo contou com relatores que prepararam os informes de cada encontro, com tradução para a língua inglesa.

Figura 26 - Workshops realizados em Kiritimati (E) e Tarawa (D). Foto: Maiaa Iona e Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

Nos debates e nas apresentações, foi possível perceber a diversidade dos sentidos dados à cultura pelas populações locais. Ao questionarem o que seria a cultura, muitos dos participantes trouxeram noções gerais associadas à hospitalidade, à generosidade e ao respeito aos mais velhos, pontos algumas vezes acompanhados por abordagens religiosas. De maneira geral, entretanto, os intervenientes enfatizaram o lado antropológico da cultura, associado às práticas comunitárias, às crenças, aos conhecimentos tradicionais e ao patrimônio cultural imaterial, repetido por representantes do governo e da sociedade civil em todas as oficinas realizadas. Os debates em torno da cultura e do patrimônio imaterial invariavelmente confluíram para a necessária salvaguarda do *sistema maneaba*, afirmado como uma das principais características da cultura local, dada a sua relação direta com os conhecimentos tradicionais. A inserção desses saberes nos sistemas formais da educação e da cultura – expressos pelas atuações do Museu Nacional e das escolas – foi visto como insuficiente, o que fortalece o papel da PNC na articulação transetorial junto à administração pública e na incorporação dos sentidos tradicionais nas pautas das políticas culturais. Por outro lado, houve também a manifestação de uma visão da cultura como oportunidade de geração de emprego e renda, por meio do fortalecimento das relações entre o setor público e as iniciativas privadas, pauta comum nas abordagens da economia criativa e suas relações com o turismo cultural. Após a discussão sobre as dimensões da cultura, os participantes propuseram debates específicos sobre problemáticas locais e as possibilidades de sua incorporação à PNC.

Um dos pontos mais sensíveis considerados na discussão em Kiritimati foi a prostituição, que está presente na ilha de uma maneira grave, relacionada ao turismo de pesca, à falta de oportunidades locais para muitas mulheres e às carências estruturais do governo que impedem a fiscalização efetiva dos abusos cometidos por turistas homens – oriundos,

principalmente, do Havaí. A PNC foi vista como uma oportunidade de emprego e renda para as populações locais, embora a concentração no setor turístico, se não for pensada de maneira estratégica, possa piorar a condição social de muitas mulheres quiribatenses. Por esse motivo, foi reforçado o pensamento multidimensional da cultura, nas suas dimensões social, identitária e econômica, mas também integrada como parte dos direitos humanos fundamentais.

Outro ponto tratado nas discussões foi a necessidade de valorização das línguas locais pelas instituições governamentais. Um dos participantes, inclusive, questionou o fato de que as apresentações iniciais das consultas públicas tenham sido feitas em inglês, com a coordenação de um consultor internacional, ainda que com tradução simultânea para a língua local. Os presentes concordaram, por fim, com a pertinência da elaboração dos documentos da PNC em formato bilíngue: em gilbertês, pela coerência de uma política pública que se volta para as identidades locais, para a salvaguarda do patrimônio imaterial, para a promoção da diversidade cultural e para a valorização das expressões culturais das diferentes comunidades; e em inglês, ao considerar a importância da integração da PNC aos sistemas regionais e internacionais, algo indispensável para a solicitação de fundos de cooperação internacional e para o fortalecimento das redes no Pacífico Sul. O inglês é utilizado como principal língua de comunicação oficial e de diálogo político internacionalmente – inclusive entre os países insulares da região. A disponibilização dos documentos em inglês serve para facilitar os processos formais junto aos organismos multilaterais, assim como favorece os intercâmbios desejáveis para a constante troca de experiências na região. Em suma, por um lado, a valorização da língua local atende aos anseios das comunidades e alinha-se com diretrizes internacionais para a promoção da diversidade linguística, processo patente no âmbito da UNESCO. Por outro lado, a utilização da língua inglesa segue uma pragmática relacionada ao fortalecimento regional e ao incremento nas possibilidades de financiamento das políticas desenvolvidas no país.

Após a realização das três oficinas, a equipe do C&MD preparou os relatórios com os principais temas abordados nos debates, o que foi compilado de modo a fomentar o documento da PNC com as seguintes indicações: o MIA e o MOE deverão atuar coletivamente para a padronização da língua quiribatense; os sistemas legais deverão ser harmonizados com o funcionamento social local e com os direitos humanos; os mitos e lendas do Kiribati deverão ser promovidos através de documentação e radiodifusão; as legislações serão adaptadas para a proteção e promoção do patrimônio material e imaterial; serão estabelecidos mecanismos de controle de qualidade para os produtos artesanais locais; serão promovidos meios de acessibilidade e inclusão para os sítios de interesse cultural; os sistemas estatísticos associados

à cultura serão aprimorados; serão estabelecidos centros e galerias voltados às artes e ao artesanato; serão promovidos programas de formação e capacitação para a preservação do patrimônio destinado a funcionários do governo; será indicado o incremento no orçamento público; os cidadãos deverão ser envolvidos nas tomadas de decisão, com a inclusão de pessoas com deficiências. Outros pontos específicos foram discutidos e documentados, e sua inserção no documento da PNC foi debatido com a equipe da C&MD, de modo a promover uma política pública que considere as demandas dos diversos setores da sociedade quiribatense.

No dia 3 de março, foi realizada a última rodada de trabalhos junto aos funcionários do Museu Nacional. As discussões relacionaram-se à Recomendação da UNESCO de 2015 e às funções do museu para o desenvolvimento sustentável local. Ademais, foram abordados temas específicos, como o papel da instituição frente à interferência externa empreendida por projetos de prospecção arqueológica – a maior parte associada à Batalha de Tarawa – e as ameaças referentes ao tráfico ilícito de bens culturais oriundas de explorações descontroladas. A função do museu na busca por soluções para os problemas locais e globais – ponto patente nas referências da sociomuseologia – foi abordada a partir dos exemplos das sucatas dos carros espalhadas pelas ilhas, do lixo urbano e do meio ambiente, com referências às necessidades de tomadas de posição nacionalmente e globalmente. Os trabalhos foram finalizados com o tratamento de todos os relatórios de campo referentes às duas missões realizadas no país, de maneira a compilá-los para subsidiar a redação do documento da PNC.

Figura 27 - Workshop organizado em Tarawa. Foto: Marcelo Murta, fevereiro de 2019.

4.4. PNC: documento gerado e escrutínio público

Após as duas visitas ao Kiribati para a realização dos trabalhos de campo e das oficinas, o relatório final da PNC foi finalizado em Lisboa. No documento, foram relatadas todas as etapas do processo, com uma introdução que apresentou o contexto cultural de Kiribati, a justificativa para o desenvolvimento de políticas culturais no país, as suas perspectivas regionais e internacionais, e as metodologias utilizadas durante todo o processo de trabalho. O documento foi então dividido em cinco partes, referentes aos princípios e valores da PNC, à sua visão e missão, aos seis objetivos gerais estabelecidos, aos objetivos específicos e, finalmente, ao processo de implementação, que incluiu a responsabilidade institucional, o financiamento, o cronograma e as estratégias para monitoramento e avaliação.

Os princípios e valores definidos pela PNC enfatizaram a hospitalidade, a generosidade e a respeitabilidade dos costumes quiribatenses, percebidos no *sistema maneaba* e nos seus protocolos de boas-vindas. A proteção e a promoção dos conhecimentos tradicionais, associados às relações estabelecidas entre as comunidades e o meio ambiente, foram definidos como pontos cruciais para o desenvolvimento humano local, baseado no exercício dos direitos culturais. A diversidade das religiões do país foi considerada de maneira a integrar diferentes congregações e evitar atos persecutórios a determinadas minorias, como os islâmicos, e às crenças tradicionais, especialmente nos conjuntos de ilhas mais afastadas da capital. Alguns temas indispensáveis foram incorporados de maneira transversal, de modo a operar em todas as linhas de ação empreendidas a partir da PNC, como a equidade de gênero, o empoderamento de jovens e a acessibilidade. Todos esses aspectos foram situados a partir das três dimensões pensadas para a cultura: a identitária, a econômica e a democrática.

A missão e a visão são conceitos trabalhados na cultura empresarial, presentes nos planejamentos estratégicos das organizações e nos planejamentos de curto, médio e longo prazos. A sua ampla utilização no desenho das políticas culturais no sul do Pacífico, com a incorporação de vocabulários e metodologias que muito se aproximam do mundo corporativo, enfatiza o pragmatismo de projetos que são desenhado por escritórios e instituições com íntima relação com os interesses de investidores internacionais, na reprodução de modelos econômicos integrados às agendas políticas da região – TOURAB, MIRAB, PROFIT e outros modelos aplicados às regiões insulares com potenciais econômicos (ou financistas) identificados. Por outro lado, ao ser apropriada pelas populações locais, a definição dessas duas perspectivas trouxe imensas contribuições para o mapeamento de expectativas dos cidadãos e para as tomadas de posição do Kiribati: a visão como ambição futura, no que o país buscaria se tornar

através de suas políticas culturais; e a missão como estratégia no tempo presente para o alcance dos pontos definidos pela visão. No desenvolvimento da PNC, o pensamento estratégico ultrapassou as ambições financistas e adotou posições gregárias com uma vasta e aberta integração das comunidades. As contribuições dos participantes nas oficinas foram incorporadas à PNC e o texto acordado com os oficiais do MIA foi o que segue:

> A visão da PNC é buscar um futuro melhor, reconhecendo o lugar do desenvolvimento cultural, e o capital cultural como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável, respeitando as tradições e preservando, protegendo e promovendo as artes e o patrimônio material e imaterial do Kiribati. A missão da PNC é proteger, preservar e promover a cultura, o patrimônio e as tradições quiribatenses e fomentar a economia criativa e a produção cultural contemporânea para exortar o desenvolvimento sustentável democrático, com instituições fortes e responsabilidades compartilhadas[459] (Republic of Kiribati, 2019).

A PNC foi definida com seis objetivos gerais e cinquenta e um objetivos específicos, que foram enquadrados em categorias para a sua efetivação: legislação, gestão, museus, mapeamentos culturais, preservação, promoção, redes, eventos, capacitação, investigação, normativas internacionais e promoção internacional. A divisão nessas categorias facilitou a visualização da efetivação da PNC, uma vez que reuniu processos com similaridades que otimizam a sua gestão. Além disso, as articulações necessárias à sua realização ficaram claras a partir da definição de instituições responsáveis, dos recursos atribuídos e dos mecanismos necessários para que os objetivos sejam alcançados.

O primeiro objetivo geral – fortalecimento institucional – foi definido para o aprimoramento das atividades do MIA, responsável pela gestão das políticas culturais, mas também para fortalecer o acompanhamento de processos transetoriais de interesse cultural nos outros ministérios. O segundo objetivo geral – proteção, preservação e promoção do patrimônio do Kiribati para o desenvolvimento sustentável – foi definido pela importância dada aos conhecimentos tradicionais, aos seus detentores e à sua prática junto às comunidades. O terceiro objetivo geral voltou-se para a produção cultural contemporânea e para o fomento às artes. Os programas de formação e a capacitação foram integrados ao quarto objetivo geral, o desenvolvimento de estratégias de financiamento ao quinto e a internacionalização foi estabelecida como o sexto objetivo da PNC.

459 Tradução do autor para: *'The NCP vision is to seek for a better future, acknowledging the place of cultural development and the cultural capital as a tool for sustainable development, respecting the traditions and preserving, protecting and promoting Kiribati arts and tangible and intangible heritage. The NCP mission is to protect, preserve and promote i-Kiribati culture, heritage and traditions and foster creative economy and contemporary cultural production to enhance a democratic sustainable development, with strong institutions and shared responsibilities'.* (Republic of Kiribati, 2019).

A criação de uma Comissão Nacional para a Cultura e as Artes (NCCA) foi estabelecido como o primeiro objetivo específico da PNC, com a sugestão de sua composição segundo os diversos setores da administração pública e da sociedade. A sua função estaria associada à gestão das políticas culturais de maneira ampla, ao integrar as ações do MIA e servir como meio de acompanhamento e debate das políticas de outros ministérios que tivessem interlocuções com o setor cultural. Uma vez que o poder político é exercido de maneira mesclada entre estruturas formais e meios tradicionais, foi proposto também o estabelecimento de uma política específica para os conselhos dos *unimwane*, de maneira a integrá-los de maneira formal nos órgãos decisórios – questão que foi posta pelos próprios anciãos. Ademais, foi estabelecido um objetivo específico para o aprimoramento do poder local, através da formalização de delegações oficiais responsáveis pelo setor cultural nas unidades descentralizadas, principalmente nas ilhas mais distantes da capital

A elaboração de uma política específica para as escavações arqueológicas e para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais foi também estabelecida como objetivo específico, de maneira a organizar e fiscalizar essas intervenções, muitas vezes executadas informalmente e sem o respeito a trâmites já existentes (vide o Memorando de Entendimento entre o MIA e o MFAI, anexo 5). Os outros objetivos específicos atrelados ao fortalecimento institucional envolveram o estabelecimento de quadros estatísticos para os censos, a inserção do MIA nas instâncias decisórias relativas à gestão da PIPA, a promoção de políticas de indicações geográficas, denominações de origens e direitos autorais junto ao MCIC, e o estabelecimento de estratégicas de financiamento, inclusive com o mapeamento de possibilidades para o incentivo fiscal.

O grupo de objetivos específicos associados à salvaguarda do patrimônio cultural foi o mais amplo, dada a importância que a população local confere aos conhecimentos tradicionais. O suporte aos mapeamentos culturais desenvolvidos pelo C&MD foi reafirmado, com o estabelecimento de um objetivo específico relativo ao desenvolvimento de metodologias, à promoção bilíngue (gilbertês e inglês) e ao uso de novas tecnologias para a disseminação da cultura, mas com posicionamentos éticos que conferissem a devida proteção aos saberes ancestrais. O uso dos mapeamentos culturais foi indicado também como suporte a políticas específicas de outros ministérios, a exemplo da promoção da pesca tradicional e da fabricação de canoas pelo MFMRM, da construção de *maneabas* pelo MISE, da promoção da música tradicional pelo BPA e pelo Arquivo Nacional, da promoção da gastronomia local para a segurança alimentar, e da propriedade intelectual por parte do MCIC.

O Museu Nacional foi considerado uma peça central para a implementação da PNC, com vários dos objetivos específicos vinculados diretamente às suas funções junto ao C&MD. Foi assinalada a necessidade de desenvolvimento de um Plano Museológico, assim como o estudo e a disseminação, através de eventos, de documentos tais como a Recomendação de 2015 da UNESCO, o Código de Ética do ICOM e o Código de Ética para Museus do Pacífico. O fortalecimento das políticas de descentralização do *Te Umwanibong* foi indicado, com a possibilidade de abertura de centros de memória e unidades do museu com temáticas específicas, a exemplo da história local, do meio ambiente, da II Guerra Mundial, da Operação Grapple, dentre outros. O mapeamento e a investigação sobre acervos quiribatenses em outros países foi também especificado em um dos objetivos, uma vez que há coleções já identificadas em diversos museus dos países mais ricos, como Austrália, Nova Zelândia, EUA, Reino Unido e França, e faz-se necessária a promoção de debates sobre possibilidades para a sua interpretação, conservação e inclusive a aberturas de processos de repatriamento. Foram definidos também objetivos relacionados à promoção de eventos, ao desenvolvimento de políticas de conservação e restauração em conjunto com o Arquivo e a Biblioteca Nacional, à promoção da língua quiribatense por meio de publicações junto ao MOE, ao uso da *maneaba* do museu como centro de eventos culturais, à promoção de estratégias de resiliência frente aos efeitos climáticos, à salvaguarda do patrimônio material de igrejas e santuários tradicionais, à articulação com a gestão da área PIPA para a proteção de seus bens culturais, ao estabelecimento de um jardim botânico junto ao museu e à incorporação dos bens culturais protegidos às cadeias econômicas do turismo.

Entre os objetivos específicos associados à promoção das artes contemporâneas e da produção cultural destacou-se o estabelecimento de um centro de exposições para as artes visuais e para o artesanato. Ainda que o *Te Umwanibong* possua alguns espaços destinados a exposições contemporâneas, foi discutida a necessidade do seu aprimoramento, seja junto ao museu ou em algum sítio específico. A promoção de redes de produtores culturais nas feiras de arte e artesanato já ocorre no país, mas o seu melhoramento é indispensável para a promoção da cultura quiribatense e da economia criativa. Os objetivos enfatizaram, ademais, a facilitação do acesso a matérias primas para a criação artística e a promoção dos artistas de Kiribati em festivais nacionais e internacionais, a exemplo do FESTPAC.

A formação, a capacitação e a investigação foram abarcadas por uma série de objetivos direcionados à promoção de programas específicos para os funcionários do C&MD, para jovens e mulheres, para os habitantes das ilhas mais distantes e relacionados aos mapeamentos

culturais. Foi estipulada a formação de uma cátedra específica para os estudos sobre o Kiribati, envolvendo áreas como a gestão cultural, o turismo, o patrimônio e outros campos das ciências sociais e humanas. A articulação com universidades locais e estrangeiras foi sublinhada como essencial à produção e disseminação de conhecimentos, em processos que poderão ser liderados por grupos da USP e do KIT. As revisões curriculares foram propostas de maneira associada ao MOE, com a inclusão dos conhecimentos tradicionais no ensino formal e a padronização do gilbertês, a ser desenvolvido por grupos de especialistas quiribatenses.

A busca por estratégias de financiamento foi estabelecida como um objetivo geral, considerando as dificuldades enfrentadas pelo setor cultural no país. A definição de programas de financiamento incluiu o incremento dos orçamentos públicos e as possibilidades de incentivo fiscal e de formação de parcerias com o setor privado. A descentralização dos fundos, ademais, foi posta como uma necessidade para o desenvolvimento de projetos culturais nas ilhas distantes de Tarawa. A internacionalização, por outro lado, sexto objetivo geral, foi definida estrategicamente por meio de seus objetivos específicos, com a possibilidade de abertura de centros culturais junto a missões diplomáticas, universidades e outras instituições de países parceiros, com a promoção da participação de artistas do Kiribati em eventos externos e por meio da articulação da PNC com as políticas setoriais do turismo. A ratificação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) e do PIDESC (1966), e o fortalecimento dos sistemas de proteção à propriedade intelectual, fecharam a lista de objetivos específicos da PNC.

A implementação da PNC foi estabelecida com planos de curto e médio prazos (3 anos e 6 anos), com uma revisão prevista no seu quarto ano de vigência. A coordenação da PNC ficou a cargo do MIA, com a corresponsabilização de diversos ministérios e setores da sociedade, em comum acordo estabelecido durante as consultas públicas. A NCCA foi sugerida como principal órgão consultivo e deliberativo para a gestão das políticas culturais, e foi sugerida que a sua composição fosse balanceada entre representantes do poder público e da sociedade civil (vide tabela 10). As primeiras reuniões da comissão, ademais, deveriam ser direcionadas à redação de estatutos para o seu funcionamento. O relatório final associado aos processos de consulta pública seguiu os acordos firmados regionalmente no Pacífico Sul, de advogar pelo incremento nos financiamentos culturais para até 2% dos orçamentos públicos nos próximos anos. Finalmente, o monitoramento e avaliação da implementação da PNC, assim como o acompanhamento das políticas culturais do país, ficaram a cargo do MIA e da C&MD, por meio da NCCA.

NCCA suggested seats			
Presidency: C&MD Director			
Ministries seats			
MCIC	MFED	MOE	MOJ
MFAI	MFMRM	MELAD	MHMS
MICTTD	MISE	MLPID	MWYSA
Local Government			
North Gilbert Islands	South Gilbert Islands	Central Gilbert Islands	Kiritimati
Churches			
Catholic	KUC	LDS	7th Day Adventist
KPC	Assembly of God	Baha'i	Muslim
Civil Society			
NGO's (3 seats)	Unimwane (2 seats)	Unaine (2 seats)	Handicap
Culture & Arts Stakeholders			
Trad. Choirs	Maneaba builders	Trad. Dancing	Trad. Navigation
Handicraft	Fashion designers	Visual Artists	Contemporary Musician
Youth Association	ICT's expert		
Universities			
USP		KIT	
International Orgs. (Observers)			
UNDP	UNW	UNICEF	CP

Tabela 10 - Composição sugerida para o NCCA. (Republic of Kiribati, 2019).

Ainda que, ao final do processo de trabalho, o documento tenha sido considerado satisfatório às necessidades das instituições locais, houve o interesse de que, antes de sua implementação, passasse por escrutínio público em todas as ilhas do país. As equipes do MIA e do MCIC prosseguiram com o desenvolvimento de consultas públicas durante todo o ano de 2019, quando o documento foi apresentado para validação pública durante as viagens organizadas pelos órgãos do governo. Isso evidenciou o caráter democrático do processo, uma vez que não se tratou de uma imposição do governo central, das instituições internacionais ou de grupos financeiros com interesse de investimento e retorno, mas de uma intervenção que serviu como um impulso para a legitimação e efetivação da Política Nacional de Cultura do Kiribati.

Considerações finais

A epígrafe que abriu esta tese retrata bem um processo de investigação que se desenvolveu frente à imprevisibilidade dos caminhos que a vida nos proporciona. Durante a preparação do projeto de investigação, esboçou-se para o futuro uma trilha com horizontes claramente delineados, refletidos em objetivos, metodologias e hipóteses mensuráveis e verificáveis: a correlação entre os processos museais observados no *Museo del Barrio*, em Nova Iorque, e os princípios apregoados pela sociomuseologia, associados ao desenvolvimento sustentável e à valorização de museologias humanistas. O aprendizado que a investigação nos trouxe desvelou a artificialidade de previsões enrijecidas. As dificuldades iniciais associadas aos meios de financiamento, as falhadas buscas por referências e apoios para o projeto inicialmente proposto e os encontros aleatórios em Lisboa e pelo mundo redirecionaram radicalmente o processo de investigação, que se tornou, cada vez mais, atrelado à imaginação dos horizontes possíveis no caminho das utopias, e não à sua estruturação como um retrato imutável. A tese não direcionou uma vida, mas reuniu reflexões sobre muitos dos processos vividos durante o período de investigação, não de uma maneira verificável em laboratórios sociais, mas nas trocas e nos devaneios inerentes à existência humana.

Os devaneios trouxeram a possibilidade da imaginação poética sobre os museus, em leituras de obras do realismo mágico que, mais que nos fixar no conforto das certezas, conduziram-nos ao calafrio das dúvidas. Os debates desenvolvidos na ULHT nos primeiros meses de doutoramento reafirmaram a percepção de que haveria possibilidades de diversificação discursiva no âmbito acadêmico que fugiriam à aspereza proposta pela normatividade comum às ciências. Evidência disso, a paráfrase proposta pelo professor Mario Chagas da "gota de sangue em cada museu" (Chagas, 1999) fortaleceu a diversificação de possibilidades de interlocuções literárias para a compreensão dos museus e da museologia. Nesse contexto, as observações conferidas pelas ciências humanas foram enriquecidas pela percepção de que algumas das interpretações mais interessantes sobre os museus não advém das construções teóricas robustas das ciências duras, mas de leituras abertas pela arte e por outros processos criativos.

Esse flerte com as obras literárias, na criatividade, na imaginação e na fantasia necessárias à nossa vivência cotidiana, aprofundou as reflexões sobre os museus e a memória – sejam elas no "Museu da Inocência" de Orhan Pamuk (2010), nas "Reminiscências da Memória" de Aanchal Malhotra (2018), nas "Cidades Invisíveis" de Ítalo Calvino (2015), no "Museu do Silêncio" de Yoko Ogawa (2016), ou em obras de Mia Couto, de Jorge Luis Borges

e de tantos outros escritores e poetas. Isso provocou interpretações variadas sobre as maneiras utilizadas pelas pessoas para a leitura dos museus e do patrimônio nas realidades em constante desconstrução. A imaginação dos *museus de areia*, em uma paráfrase dos livros de areia de Jorge Luis Borges (1975), serviu então como uma ferramenta para a desconstrução da realidade e da memória, e ainda que todas essas reflexões não estejam explicitamente presentes no texto da tese, auxiliaram a elaboração discursiva e deram sentido à compreensão dessas museologias indisciplinadas (Britto, 2019) e insurgentes (Cândido, 2020) que trazem os incômodos necessários aos processos de transformação social.

Durante os três primeiros anos de investigação, foram verificadas duas mudanças expressivas na condução dos trabalhos de campo. Após investigações e articulações junto ao Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa, foi preparada uma proposta para a pesquisa sobre as coleções dos Ticuna presentes em Portugal e a atuação do Museu Magüta, na Amazônia. Os processos decoloniais empreendidos por lideranças Ticuna trariam grandes contribuições ao trabalho em curso, e sem dúvida alguma, para um debate sobre o colonialismo e as repatriações que estava em curso em vários centros de investigação pelo mundo afora. Entretanto, devido a questões logísticas e de financiamento, decidiu-se por direcionar a investigação para o Museu de Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu), em Belo Horizonte, no Brasil, e para a Museu do Traje de São Brás de Alportel, em Portugal. A principal contribuição dessas inserções no campo, durante os três meses de acompanhamento das atividades em cada uma das instituições, foi a ampliação do leque de compreensões para a sociomuseologia. As reflexões desenvolvidas a partir da participação nas atividades cotidianas nos dois museus, em associação direta com a percepção sobre as políticas públicas em Portugal e no Brasil, compuseram o arcabouço teórico principal da tese, aprofundado em seus dois primeiros capítulos na articulação entre os direitos culturais, as políticas culturais, a diversidade cultural, a democracia cultural e a sociomuseologia.

Os anos de 2018 e 2019 foram, então, decisivos para as tomadas de decisão e para o direcionamento da investigação. Ainda que já houvesse material suficiente para o prosseguimento das atividades de pesquisa e para a finalização da escrita da tese, faltava-lhe um elemento interventivo diretamente associado às práticas da museologia social. Durante esses dois anos, período que coincidiu com a finalização do financiamento da investigação doutoral pela CAPES, foi desenvolvido um processo de consultoria junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o estabelecimento da Política Nacional de Cultura (PNC) da República do Kiribati. A percepção de que a PNC seria pensada a partir

do Museu Nacional do país emergiu como uma oportunidade para verificar as funções sociais dos museus por meio do desenvolvimento de um projeto articulado ao exercício dos direitos culturais e à promoção da diversidade cultural e do desenvolvimento local e sustentável. Os diálogos entre a academia, as comunidades e as instituições empenhadas no desenvolvimento de políticas públicas no país trouxeram ricas possibilidades de troca, servindo os conceitos para o desenvolvimento de práticas essenciais ao desenvolvimento humano do país, ao mesmo tempo em que os debates em torno da salvaguarda dos conhecimentos tradicionais foram trazidos para a universidade.

A decisão pela "interrupção da tese", referência utilizada pelo orientador deste trabalho, Mario Chagas, foi tomada a partir da avaliação do ponto de amadurecimento dos debates durante o processo vivenciado. As cadeias de desenvolvimento de ideias são infinitas, e a deliberação pela finalização dos trabalhos de investigação tem mais a ver com a suspensão de um processo do que, de fato, com a sua conclusão absoluta. O momento mais oportuno para essa progressão do trabalho de investigação foi definido após o retorno a Lisboa, em 2019. A sistematização das informações sobre o processo de trabalho no Kiribati e as discussões sobre as articulações percebidas entre a academia e o desenvolvimento de políticas públicas junto às comunidades do país oceânico foram suficientes para determinar essa tomada de decisão. A tese pôde, finalmente, ganhar a coesão necessária aos trabalhos acadêmicos, não de maneira finalizada, mas como um retrato das reflexões sobre as referências teóricas, as diversas observações de campo e as considerações possíveis após uma ação interventiva voltada ao desenvolvimento de políticas públicas para a cultura e para os museus.

A parte inicial da tese, além de aprofundar as referências teóricas utilizadas durante o trabalho de investigação, colaborou também para a percepção sobre o funcionamento das organizações internacionais e das relações estabelecidas com os Estados Nacionais. Os relatórios e textos normativos refletem os posicionamentos consensuados durante as reuniões para a sua elaboração, quando os jogos de pressão de cada ator influenciam mais ou menos a definição dos documentos finais. Entretanto, há alguns aspectos a serem considerados a esse respeito, uma vez que parte desta investigação se baseou na análise de alguns desses documentos. Há uma ilusão na percepção dos votos para a aprovação de cada documento, em um falso equilíbrio manifesto nas votações e posicionamentos dos países, na lógica de "um país, um voto". Os países mais poderosos possuem equipes especializadas muito maiores, assessores que apoiam cada decisão e descontroem os argumentos de outras delegações em favor de seus posicionamentos.

Ademais, as articulações informais e os pontos acordados nos corredores e cafés das instituições obviamente não aparecem nas cartas e nos registros formais. As análises observadas nesta tese seguiram os documentos finais acordados, em seus aspectos formais, assim como alguns posicionamentos oficiais das delegações envolvidas. Um exercício antropológico ou jornalístico sobre os bastidores dos encontros internacionais seria um interessante caminho para a observação desses processos, mas o tempo empreendido, as abordagens definidas e as escolhas de caminhos para o desenvolvimento desta tese levaram-nos a percursos diferentes. Ainda assim, foi possível traçar algumas observações a partir das experiências profissionais do autor, e esses pontos foram percebidos claramente nas reuniões do Comitê Intergovernamental do Programa Ibermuseus, quando, em discussões para a tomada de decisões, para aprovação de diretrizes e para o próprio orçamento do programa, havia um desequilíbrio evidente na presença das delegações – por exemplo, na força da representatividade espanhola, brasileira, mexicana e colombiana, com assessorias mais robustas, enquanto outras delegações, como a paraguaia, a uruguaia, a equatoriana e a cubana atuavam, muitas vezes, por meio de representações isoladas, sem um corpo auxiliar[460]. O fato de um país ser o anfitrião de reuniões deliberativas internacionais, em si, já abre possibilidades para desequilíbrios, dada a soberania exercida em seu território e a facilidade de articular meios de pressão nas reuniões. Esse processo foi observado em diversas reuniões das Nações Unidas, com casos recorrentes e recentes, por exemplo, de negação de vistos a delegados de determinados países por parte das autoridades norte-americanas[461].

Outro ponto a ser destacado sobre os desenhos normativos internacionais diz respeito ao financiamento e à articulação política de cada processo. No caso de algumas das mais recentes normativas da UNESCO, os seus estudos de viabilidade e a organização de fóruns setoriais ocorreram por conta de contribuições voluntárias extraordinárias dos países mais interessados em sua aprovação, e não com base unicamente no orçamento ordinário da organização a partir das contribuições dos países. Para a adoção dos instrumentos normativos, é necessário um trabalho prévio que envolve o desenvolvimento de estudos de viabilidade

460 Observei esses aspectos ao participar como consultor e coordenador de projetos das reuniões do Programa Ibermuseus. Havia outros fatores que justificavam esse desequilíbrio, como o fato do Brasil exercer a presidência do programa por sucessivos mandatos, e, no caso espanhol, pela presença da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), que em diversos anos foi a principal fonte de receitas para a execução das ações do programa. Havia outros aspectos, alguns óbvios como a maior presença de assessores dos países anfitriões das reuniões, ou políticos, como a intenção de exercício futuro da presidência, caso mexicano.

461 A título de exemplo, diversos meios da imprensa internacional acusaram o governo dos EUA de negar vistos e adotar procedimentos que não obedecem aos regramentos do direito internacional a autoridades de determinados países, como a Síria, a Rússia e a Coreia do Norte. (Lynch, 2019). Disponível em: https://foreignpolicy.com/2019/11/05/trump-administration-un-diplomats-united-nations-makes-life-difficult/ Acesso em 6 de julho de 2020.

técnica, jurídica e conceitual, a realização de reuniões regionais e a articulação para os votos nas Conferências Gerais da UNESCO, realizadas a cada dois anos. Dois casos apresentados nesta tese evidenciaram esse aspecto, como na aprovação da Convenção de 2005, relativa à proteção e à promoção da diversidade cultural, que foi financiada pela França e pelo Canadá, em articulação com diversos países do chamado Sul Global, e na Recomendação de 2015, referente aos museus, financiada pelo Brasil e apoiada em bloco pelos países ibero-americanos. Ainda que as análises nesta tese tenham trazido aspectos sobre as articulações entre os países, considerando os posicionamentos públicos das delegações nacionais e de representantes do setor cultural das nações envolvidas, a parte mais substancial desta investigação doutoral diz respeito aos documentos gerados e às interpretações sobre os mesmos.

A passagem dessas análises institucionais a um processo interventivo de cooperação para a elaboração de uma política cultural concreta e específica apresentou, também, diversos percalços característicos de todos os trabalhos de campo. As dificuldades e os desafios enfrentados no Kiribati foram vários, patentes nas diferenças culturais e na compreensão sobre as maneiras que as populações lidam com os processos políticos e com os problemas locais. Logo de início, a centralidade das referências culturais foi percebida no cotidiano do país, seja nos encontros organizados pelas comunidades, nos cânticos, nas danças, nos protocolos de reunião política no interior das *maneabas*, e nas relações estabelecidas com os mares – recheadas de mitos, lendas e poesia. O oceano é o principal aspecto das paisagens culturais locais, uma vez que, invariavelmente, compõe todos os horizontes das ilhas do país, na sua variação de matizes do azul. Os mares são a representação máxima dos paradoxos vividos pela população, como fonte de vida e de morte: por um lado, é o lugar do trabalho, da alimentação e do encontro, exercidos pelas artes da pesca e da navegação que facilita os contatos entre as populações insulares; por outro lado, é de onde vêm as ameaças das tempestades e das inundações, num país cuja altitude máxima de três metros de suas áreas povoadas expõe as pessoas e as comunidades aos efeitos imediatos das mudanças climáticas.

Em vários debates, entrevistas e documentos públicos quiribatenses, a cultura foi afirmada como o principal recurso e referência das populações locais, seja enquanto bastião das ancestralidades ou como grito de resistência e resiliência frente às continuidades colonialistas e às ameaças ambientais. A questão climática foi denunciada globalmente nos anos 2000, principalmente nas atuações do Kiribati nos fóruns internacionais através de seu ex-presidente Anote Tong. A gravidade da situação assumiu grandes proporções, e o caso do cidadão quiribatense Ioane Teitiota gerou precedentes no direito internacional frente à nova categoria

de "refugiados climáticos": em 2020 o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas entendeu que os países não poderiam deportar as pessoas para lugares onde fossem expostas aos riscos das mudanças climáticas. A promoção de políticas associadas aos processos migratórios – *Migration with Dignity* – trouxe a cultura e os direitos culturais para o âmago da garantia da dignidade humana dos cidadãos insulares, ponto que foi reafirmado nos posicionamentos da relatora especial da ONU para os direitos culturais, Karima Bennoune, que, após visita oficial à região, elaborou um relatório específico: *"Climate Change, Culture and Culture Rights"*[462]. Frente aos processos globais que forçam a migração das comunidades insulares, seja devido às alterações climáticas ou às pressões econômicas geradas por melhores oportunidades no estrangeiro, a cultura prevalece como a referência que dá sentido à história e à existência das comunidades. Por um lado, o uso dos recursos culturais locais é estratégico nas buscas por respostas para os desafios que o país enfrenta, e a resiliência de suas populações evidencia-se na manutenção e na promoção de práticas e saberes tradicionais. O exercício dos direitos culturais pelas populações emigrantes, por outro lado, busca a garantia da continuidade de práticas que mantêm a conexão dos quiribatenses com as suas origens.

Outro desafio encontrado durante a investigação relacionou-se aos usos políticos das tradições e aos conflitos em torno das compreensões sobre os direitos humanos e culturais. As evocações da tradição por meio do uso recorrente e defensivo da expressão "*it's our culture*" foram percebidas como estratégias utilizadas por determinados grupos para bloquear processos que ameaçassem estruturas sociais dominantes e hegemônicas, muitas vezes pautadas pelo machismo, pela violência de gênero e pela manutenção do *status quo*. Essas estruturas mantêm-se por relações interessadas entre instituições, como as igrejas cristãs, e grupos que dominam as relações sociais e políticas em cada vila observada, a exemplo dos próprios conselhos de anciãos (*Te Unimwane*). A investigação doutoral permitiu a observação de como as famílias e os clãs exercem o poder local através de sistemas tradicionais, absorvidos ou não por instituições que se fixaram no país durante a colonização, na figura das igrejas cristãs e do governo britânico. Se os colonizadores se utilizaram dos sistemas locais para a facilitação do seu domínio, muitas vezes articulados aos interesses de determinados grupos tradicionais radicados no território, em contrapartida, as elites que se fixaram localmente durante os massacres coloniais mantiveram estruturas de tomadas de decisão determinadas de maneira paralela às instituições espelhadas em modelos ocidentais. As *maneabas* passaram a exercer

462 Informacoes sobre o relatório disponíveis em: https://www.ohchr.org/EN/Issues/CulturalRights/Pages/ClimateChange.aspx Acesso no dia 7 de março de 2021.

esse papel, e os *unimwane* sobrepuseram o seu direito costumeiro ali existente ao direito escrito imposto pelos britânicos. Essa rede de interesses das instituições, dos seus interlocutores e dos poderes que exercem determina, em muitos casos, a ação política local. O exercício do poder nas deliberações públicas é uma escolha em arenas discursivas que funcionam sob a influência de ideologias e pressões de interessados, e as políticas culturais operam nesse campo de opções, entre o que salvaguardar, o que preservar, o que não preservar, o que fomentar, o que lembrar, e também o que esquecer. Durante o desenvolvimento do processo de implementação da PNC, a utilização das referências da UNESCO e da academia para a promoção da diversidade cultural, do patrimônio imaterial, dos direitos culturais, e do desenho de horizontes que almejam as democracias culturais, intencionou, justamente, romper com estruturas de opressão, ponto notório nos princípios da sociomuseologia.

Com a independência do Kiribati em 1979, o seu texto constitucional explicitou a combinação de poderes oriundos das igrejas e dos grupos tradicionais: a carta foi promulgada com a afirmação da cristandade somada ao tradicionalismo local, dada a busca que se fazia pelas referências para a identidade nacional. Ainda que, por opções metodológicas, esta tese não tenha se dedicado a aprofundar a história da colonização do Pacífico Sul, o que se observou no processo de pesquisa foi uma amálgama estrutural nas instâncias políticas com adaptações e tomadas de posição em trânsitos entre o ritualístico e o pragmático. A percepção ocidental sobre os problemas observados nas misturas entre o Estado e a Igreja causou estranhamentos durante o trabalho de campo. Inicialmente, a recepção e o acompanhamento dos processos de consultoria por parte de lideranças eclesiásticas revelaram-se problemáticos. Porém, a laicidade ou a secularidade do Estado dificilmente seriam afirmadas num país onde os ritos públicos iniciam-se com preces cristãs e a maior parte das lideranças provêm de alguma denominação religiosa, frequentemente associada também aos conselhos de anciãos. E a PNC dificilmente resolveria essa questão, uma vez que fora solicitada e promovida justamente por autoridades vinculadas às mesmas redes de poder local, e muitos dos influentes pregadores quiseram basear a política cultural justamente na afirmação da cristandade. A saída encontrada para esse problema foi persistir nos debates sobre a afirmação da diversidade religiosa e cultural do país, de maneira a evitar agendas que facilitassem o caminho a perseguições religiosas. A insistência para a inclusão de lideranças muçulmanas, baha'i e de praticantes da chamada *magia negra* nos processos de consulta pública, ainda que tenha gerado grandes incômodos a algumas autoridades, evitou que a cristandade fosse fixada como a principal base da PNC.

O Kiribati possui uma grande dependência externa, e as fragilidades institucionais do país evidenciam-se na observação das suas dificuldades de integração ao sistema econômico global de maneira minimamente equilibrada. As heranças coloniais estão presentes por toda parte, não somente nos despojos da Batalha de Tarawa ou das operações para os testes nucleares em Kiritimati, mas nas intromissões externas para as escavações arqueológicas e na percepção cotidiana dos aviões militares cuja procedência ou intenção poucos sabem ou falam a respeito. Os interesses geopolíticos mantêm-se sobre a soberania local, em exercícios militares que são tolerados ao serem consideradas as ajudas econômicas que o país recebe das potências estrangeiras. Ainda que o país tenha desenhado planos alternativos para o seu desenvolvimento, verificados no KV20 e especialmente direcionados para dois setores (turismo e pesca), as projeções megalômanas baseadas em países como Singapura ou Emirados Árabes verificaram-se totalmente irrealistas em parte dos discursos populistas que comparavam as capacidades de desenvolvimento turístico do país às fontes de petróleo de países árabes. Durante as consultas públicas, por outro lado, houve consenso sobre a necessidade de inspiração em modelos de países mais próximos, a exemplo de Fiji, Tonga e Samoa, que já haviam avançado na implementação de suas políticas culturais. Os argumentos para essa abordagem concentraram-se na necessidade de desenvolvimento sustentável das ilhas do Kiribati, o que alimentou as discussões sobre as diversas dimensões da cultura.

A multidimensionalidade da cultura não foi uma novidade apresentada aos interlocutores locais. O valor dado às referências culturais já era bem apreciado pelas comunidades, e as políticas públicas de vários setores já buscavam essa aproximação. Ademais, a região do Pacífico Sul desenvolve-se de maneira integrada, dadas as relações entre os diversos países insulares e o grau de dependência entre os mesmos. E as políticas culturais são pensadas regionalmente, muitas vezes percebidas na atuação dos mesmos grupos de consultores ou das mesmas bases referenciais, algo claramente observado nos acordos estabelecidos na última década através de uma 'Estratégia Cultural Regional' (*Regional Culture Strategy*). Em 2012, o Secretariado da Comunidade do Pacífico publicou um manual para a gestão de políticas culturais na região, intitulado *'lmplementing, Monitoring and Evaluating Cultural Policies: A Pacific Toolkit'* (Teaiwa, 2012)[463]. Esse documento de referência apresentou duas dimensões para a cultura: a econômica e a social. A dimensão econômica foi localizada dentro do quadro estatístico da UNESCO (FCS), de maneira a facilitar o tratamento de dados para a gestão pública e para a sua avaliação e comparabilidade. A dimensão social buscou a sua incorporação

463 Disponível em: https://www.spc.int/resource-centre Acesso no dia 4 de setembro de 2020.

à *participação* e ao *uso do tempo* como elementos mensuráveis para a gestão das políticas culturais (Teaiwa, 2012, p.39 – 40). O diálogo com as outras referências estudadas, trazido pelos exercícios decoloniais latino-americanos, enriqueceu os debates e o desenvolvimento da PNC, com a inserção de elementos que afirmaram dimensão antropológica da cultura e a democracia cultural como horizonte possível.

Alguns pontos, de maneira geral, traziam incômodos constantes durante o trabalho de campo. De que forma seria possível estabelecer linhas de raciocínio que possibilitassem a valorização da diversidade cultural sem assumir aspectos relativistas que permitissem aceitar abusos e desrespeitos aos direitos humanos pelo argumento de que pertencem a certas culturas tradicionais e milenares? Esse ponto revelou-se extremamente conflituoso durante a investigação, uma vez que algumas lideranças locais observavam que "a Política Nacional de Cultura, de alguma maneira, está em conflito com os direitos humanos e culturais[464]" (Republic of Kiribati, 2019). Os interlocutores que sustentavam tais afirmações referiam-se à manutenção de algumas estruturas sociais tradicionais, a exemplo dos *unimwane*, agrupações exclusivas de anciãos e com determinações fulcrais na vida das comunidades. Nesse sentido, a interpretação de determinadas opressões como direito cultural é erroneamente e perigosamente apregoada por algumas lideranças, o que enseja o debate entre o relativismo e o universalismo dos direitos humanos e culturais. Esse paradoxo apresentou-se como um grande desafio para o trabalho de campo, pois ao mesmo tempo em que se buscava a identificação de saberes tradicionais para a sua salvaguarda, eram também identificadas práticas que entravam em conflito direto com alguns direitos humanos básicos, sobretudo no tocante à igualdade de gênero. A insistência na afirmação dos direitos culturais em suas várias gerações, ou dimensões, pôde sustentar a definição dos pontos abordados pela PNC de maneira a sensibilizar tais questões, em atuação direta junto a associações de mulheres, de jovens e de grupos que buscavam a valorização da cultura local, mas dentro de quadros de opções que permitissem visualizar o futuro do país de uma maneira que articulasse agendas locais – a valorização do patrimônio e dos saberes ancestrais – e globais – vinculados ao desenvolvimento sustentável e à promoção dos direitos humanos.

A percepção da maneira como a cultura opera transversalmente nas ações dos diversos ministérios do setor público exige sensibilidade aos gestores na responsabilização sobre as decisões políticas que ditam os rumos do país. As políticas públicas partem de opções, e o

464 Tradução do autor para: *'The National Cultural Policy somehow clashes with human and cultural rights'*. (Republic of Kiribati, 2019). Vide os anexos 2 e 3, referentes a relatórios preparados pela equipe do MIA.

protagonismo da cultura tornou-se essencial para o futuro: na valorização dos recursos locais para as políticas de segurança alimentar, na busca de soluções sustentáveis para as obras públicas, na promoção da economia local e das possibilidades de subsistência com base em saberes tradicionais da pesca e da navegação, na salvaguarda das línguas locais, na proteção dos direitos de propriedade industrial, na proteção dos direitos das mulheres, dentre outros. A atuação do C&MD, através de instâncias decisórias que possibilitem a participação pública, foi percebida como indispensável para o acompanhamento das ações dos diferentes ministérios, de maneira a trazer essa sensibilização necessária. A importância do museu como espaço de aglutinação de pessoas e ideias foi percebida como essencial para a problematização e a busca de soluções para o tempo presente e para o futuro. A participação ativa nos processos de consulta pública envolveu não somente os *stakeholders* diretamente interessados na exploração dos recursos culturais, mas cidadãos e coletivos representativos da diversidade do país e com interesse nos processos de desenvolvimento social, econômico e cultural. Além disso, a PNC buscou fortalecer diretamente as ações específicas do setor cultural associadas à salvaguarda do patrimônio material e imaterial, às ações de memória e patrimônio, à conservação, à arqueologia e às atividades tradicionais dos museus.

As questões propostas no início da tese, sobre o papel dos museus frente aos processos de elaboração de políticas culturais, não possuem respostas únicas e uníssonas. Lidar com a cultura é lidar com a diversidade, em arenas com disputas ideológicas constantes. Qual seria o papel do museu frente aos processos para a elaboração de uma política nacional de cultura? Poderia o museu protagonizar esse processo, ao conjugar os desejos de memória aos projetos de futuro? Que contribuição a sociomuseologia teria nesse processo, levando em conta seus aspectos participativos e ativistas? Esta tese tentou responder a tais questões a partir da revelação das interlocuções possíveis entre a sociomuseologia, os direitos humanos, as democracias culturais e as políticas culturais. Tais discussões partiram não somente de embates teóricos, mas de meditações com intensa relação com experiências práticas, e um processo interventivo que permitiu a verificação das possibilidades de atuação do pensamento sociomuseológico para o desenvolvimento de uma política cultural específica na República do Kiribati.

A sociomuseologia tem promovido o discurso decolonial e de desconstrução de estruturas opressivas, pontos que nasceram a partir de questionamentos e movimentos sociais desenhados desde os anos 1960 e 1970. Ao sublinhar o seu caráter interventivo, a sociomuseologia apresenta uma articulação direta com as políticas públicas, dado que ambas

atuam para a identificação de problemas e o planejamento de soluções possíveis para as comunidades. O poder que os museus sociais possuem de problematizar o tempo presente mostra-se de extrema validade para as políticas públicas, uma vez que podem discutir todos os processos desejados pelas comunidades, sejam eles locais ou globais: aspectos de saúde pública, segurança alimentar, educação, problemas ambientais, promoção do turismo, igualdade de género, segurança pública etc. As polifonias presentes nos *workshops* desenvolvidos no Kiribati permitiram a elaboração democrática de um documento amplo e com estratégias claras para o seu desenvolvimento, contribuição que permaneceu aberta às críticas locais e também à experimentação em diferentes contextos. O que se verificou com o desenvolvimento desta tese é que a sociomuseologia tem se demonstrado extremamente útil à promoção das democracias culturais, que se realizariam com o pleno exercício dos direitos culturais e da cidadania cultural. Em tempos sombrios de conflitos por todo o mundo, que sofre com as alterações climáticas e as injustiças sociais, a utopia pacifista do nascimento da UNESCO na década de 1940 alia-se de maneira extremamente profícua às utopias de desenvolvimento social dos anos 1970, revividas na América Latina dos anos 2000. A sociomuseologia nasceu desse amplo processo, e a sua incorporação às agendas da UNESCO faz-se presente no empreendimento contemporâneo de políticas culturais aliadas aos direitos humanos e ao profundo exercício das funções sociais dos museus.

A idealização dos países insulares do Pacífico Sul nas chaves do abandono e do idílio somente alimentou as permanências colonialistas, num processo de exotização já discutido nesta tese. Por outro lado, ao enunciarem repetidamente o lema *Te Mauri, Te Raoi, Te Tabomoa* (Saúde, Paz e Prosperidade), os quiribatenses saúdam o futuro e manifestam desejos que são comuns para toda a humanidade: a imaginação de horizontes possíveis na convivência fraterna entre os povos e na equilibrada relação com a natureza, repetidos em distintas filosofias que vão do *ubuntu* africano ao *buenvivir* latino-americano. O caso de Kiribati explicitou vários dos mais urgentes problemas humanitários e ambientais contemporâneos, e a busca por suas soluções não é somente local, mas global. As alternativas que as comunidades apresentam ao desenvolvimento estéril apregoado por grupos com frios interesses rentistas servem como inspiração para os desafios mundiais, frente às mudanças climáticas, aos conflitos bélicos, às injustiças sociais, e à indiferença que dominou as mentalidades contemporâneas frente às ondas neoliberais que responderam agressivamente às utopias que se desenhavam desde os anos 1960. Nesse ponto, a política cultural delineada no Kiribati surge como uma sistematização de desejos

que, nos horizontes das utopias, traça um futuro fraterno não somente para o país, mas para todo o mundo, em convergências possíveis para a humanidade.

Referências Bibliográficas

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. (1789). https://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html

A literatura vai aos museus. (2011, Maio). *Suplemento Literário de Minas Gerais - Secretaria de Estado de Cultura*.

Abreu, R. (2012). Museus indígenas no Brasil: Notas sobre as experiencias Tikuna, wajapi, Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi Kali'na. *Ciências e fronteiras.*

Adelman, M. A., Ivaschenko, O., Packard, T. G., & Suri, V. (2015). *Hardship and vulnerability in the Pacific island countries.* World Bank Group. http://documents.worldbank.org/curated/en/649891468098658407/Hardship-and-vulnerability-in-the-Pacific-island-countries

Ahearne, J. (2009). Cultural policy explicit and implicit: A distinction and some uses. *International Journal of Cultural Policy*, *15*(2), 141–153.

Aikman, C. C. (1956). *First Report on Constitutional Survey of the Cook Islands.*

Almeida, C. A. F. de. (2013). A função educativa dos museus de Bertha Lutz—Uma peça (quase) esquecida do quebra-cabeça da museologia no brasil. *Acervo, Rio de Janeiro*, *26*(2), 123–132.

Álvarez, V. C. (2009). Diversidade Cultural e Livre-Comércio: Antagonismo ou oportunidade? *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis.*, *06*(01), 254–278.

Alves, V. M. S., & Reis, M. A. G. de S. (2013). Tecendo relações entre as reflexões de Paulo Freire e a Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972. *Revista Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST*, *1*(6), 113–134.

Andrews, C. (2019). Calling All Armed and Fanatical Pacifists: Collective Security, The League of Nations, and Bernard Shaw's Saint Joan. *The Space Between: Literature and Culture 1914–1945*, *15*. https://scalar.usc.edu/works/the-space-between-literature-and-culture-1914-1945/vol15_2019_andrews

Antenne 2 Midi. (1982, Julho 20). *Lang à Mexico*. https://www.ina.fr/video/CAB8200927101

ASEAN Human Rights Declaration and Phnom Penh Statement on the Adoption of the ASEAN Human Rights Declaration, (2013) (testimony of ASEAN).

Attlee, C., Wilkinson, E., Bodet, J. T., & Cassin, R. (1985). The life of the mind. *The UNESCO Courier: a window open on the world*, *XXXVIII*, *10*, *12*.

Bachelard, G. (2006). *A formação do espírito científico.* DINALIVRO.

Baghli, S. A., Boylan, P., & Herreman, Y. (1998). *History of ICOM (1946-1996).* ICOM.

Barbalho, A. (2005). Política cultural... Em *Organização e Produção da Cultura.* (Linda Rubim, pp. 33–52). Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA / Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - CULT.

Barenboim, P., & Sidiqi, N. (2010). *Bruges, the Bridge between Civilizations. To the 75th Anniversary of the Roerich Pact.* Letny Sad & Grid Belgium. http://philosophicalclub.ru/content/docs/75th_Anniversary_of_Roerich_Pact_Eng.pdf

Barreto, F. S., Menezes Neto, H., & Lima, G. de. (2019). Museus e Cultura Política. Em *Museologia e suas interfaces críticas: Museu, Sociedade e os Patrimônios* (Bruno Melo de Araújo; Verona Campos Segantini; Monique Magaldi; Gleyce Kelly Maciel Heitor, pp. 130–147). UFPE.

Barros, J. D. (2010). Contribuição para o estudo dos «campos disciplinares». *Revista ALPHA. Patos de Minas.*, *11*, 205–216.

Bauman, Z. (2013). *A cultura no mundo liquido moderno*. Zahar.

Bayardo García, R. (2008). Políticas culturales: Derroteros y perspectivas contemporáneas. *RIPS: Revista de investigaciones políticas y sociológicas*.

Belshaw, H., & Stace, V. D. (1955). *A Programme for Economic Development in the Cook Islands.*

Benjamin, W. (1987). Teses sobre o conceito da história, 1940. Em *Walter Benjamin — Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet.* (pp. 222 – 232). Brasiliense. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3957253/mod_resource/content/1/Teses%20sobre%20o%20conceito%20de%20hist%C3%B3ria%20%281%29.pdf

Bennoune, K. (2018). *Universality, cultural diversity and cultural rights* (A/73/227). United Nations General Assembly - Seventy-third session. https://undocs.org/en/A/73/227

Bennoune, K. (2019a). *Preliminary findings and observations on visit to Tuvalu by UN Special Rapporteur in the field of cultural rights*.

Bennoune, K. (2019b). *Report of the Special Rapporteur in the field of cultural rights. Promotion and protection of human rights: Human rights questions, including alternative approaches for improving the effective enjoyment of human rights and fundamental freedoms.* (Item 72 (b) of the provisional agenda. A/74/255.). United Nations General Assembly. Seventy-fourth session. https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/74/255

Bennoune, K. (2020). *Report of the Special Rapporteur in the field of cultural rights—Promotion and protection of human rights: Human rights questions including alternative approaches for improving the effective enjoyment of human rights and fundamental freedoms* (Item 72 (b) of the provisional agenda. A/75/298.). Seventy-fifth session. https://undocs.org/A/75/298

Bertin, M. (2020). Le futur de la tradition: Quelle muséologie pour les musées nationaux du Pacifique Sud ? *The future of tradition in museology - Selected Papers*, *1*(48), 95–108.

Bertram, G. (2006). The MIRAB Model in the Twenty-First Century. *Asia Pacific Viewpoint - Victoria University of Wellington.*, *47*(1), 1–13.

Bertram, I. G., & Watters, R. F. (1986). The MIRAB Process: Earlier analyses in context. *Pacific Viewpoint*, *I* (27), 47–59.

Bevan, R. (2016). *The Destruction of Memory: Architecture at War*. (2nd Expanded Edition.).

Bhabha, H. (1998). *O Local da Cultura*. UFMG.

Biddick, T. V. (1989). Diplomatic rivalry in the South Pacific. *Asian Survey*, *XXIX*(8).

Biléssimo, A. R. (2020). Construindo a Sociomuseologia: Uma análise das teses defendidas no Doutoramento em Museologia da ULHT (2008-2020). *Cadernos de Sociomuseologia*, *60*(16), 21–42.

Boast, R. B. (2011). Neocolonial Collaboration: Museum as Contact Zone Revisited. *Museum Anthropology*, *34*(1), 1–89.

Bobbio, N. (1998). *Dicionário de Política* (11a ed.). Editora UnB.

Bonavides, P. (2006). *Curso de Direito Constitucional* (19a ed.).

Bonavides, P. (2017). O pioneirismo da Constituição do México de 1917. Em *Influencia extranjera y trascedencia internacional*. (pp. 57–68). Senado de la República, Universidad Nacional Autónoma de México.

Borges, J. L. (1975). *El libro de arena* (Emecé).

Botelho, I. (2001). Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em perspectiva*, *2*(15), 73–83.

Bourdieu, P. (2004). Espaço social e poder simbólico. Em *Coisas Ditas* (pp. 149–168). Editora Brasiliense.

Boutinet, J.-P. (2002). *Antropologia do Projeto*. Artmed.

Braga, J. L. M., & Silva, M. L. da. (2020). Performance e sacralidade nas exposições do MUQUIFU. *Museologia & Interdisciplinaridade*, *9*(18). https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/32795

Bresser-Pereira, L. C. (2000). A nova esquerda: Uma visão a partir do sul. *Filosofia Política*, *6*, 144–178.

Britain Following Lead of U.S., Will Withdraw From UNESCO. (1985, Dezembro 5). *Los Angeles Times*. https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1985-12-05-mn-371-story.html

Britto, C. C. (2019). *"Nossa Maçã é Que Come Eva": A Poética de Manoel de Barros e os Lugares Epistêmicos das Museologias Indisciplinadas no Brasil.* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Brookfield, H. C. (1977). Constraints to Agrarian Change. Em *The Melanesian Evironment* (pp. 133–138). Australian National University.

Brulon Soares, B. (2015a). A Invenção do Ecomuseu: O Caso do Écomusée Du Creusot Montceau-les-mines e a Prática da Museologia Experimental. *MANA - Estudos de Antropologia Social*, *2*(21), 267–295.

Brulon Soares, B. (2015b). A invenção e a reinvenção da Nova Museologia. *Anais do Museu Histórico Nacional*, *47*, 255–278.

Brulon Soares, B., de Carvalho, Luciana Menezes, & Cruz, H. V. (2014). O nascimento da Museologia: Confluências e tendências do campo museológico no Brasil. *Magalhães, Aline Montenegro; Bezerra, Rafael Zamorano. (Org.). 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012).*, 244–262.

Buchsbaum, J. (2006). The Exception Culturelle is Dead. Long Live Diversity: French Cinema and the New Resistance. *The Journal of Cinema and Media.*, *47*(1), 5–21.

Calabre, L. (2013). História das Políticas Culturais na América Latina: Um estudo comparativo entre Brasil, Argentina, México e Colômbia. *Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa)*, *7*, 323–345.

Caldeira, R. C. (2009). *Os baluartes da tradição: A antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2803

Camacho, C. F., Leite, P. P., & Carvalho, A. (Setembro de 2016). Contextos e Desafios da Nova Recomendação da UNESCO para Museus e Colecções: Entrevista com Clara Frayão Camacho e Pedro Pereira Leite. *Boletim ICOM Portugal*, 10–19.

Camarena, C., Morales, T., & Valeriano, C. (1994). *Pasos para crear un museo comunitario.* Consejo Nacional para la Cultura y las Artes - Mexico.

Cameron, D. F. (1971). *The Museum, a Temple or the Forum. Article derived from the 1971 University of Colorado Museum Lecture.*

Campuzano, J. & Rosales, Diana Ramírez. (2019). Museo Comunitario De San Jacinto—Co-creating Common Narratives as a Way to Reconstruct a Social Fabric Torn by Violence. *Exhibition - American Alliance of Museums / National Association for Museum Exhibition*, *38*(2).

Cândido, M. M. Duarte. (2003). Ondas do pensamento museológico brasileiro. *Cadernos de Sociomuseologia*, *20*(20).

Cândido, M. M. Duarte. (2020). As museologias insurgentes: Pesquisa e reflexões para transformar a Museologia na Bélgica. *Museologia e Interdisciplinaridade - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade de Brasília*, *9*(17), 95–110.

Caramel, L. (2014, Junho 14). Face à l'élévation du Pacifique, Kiribati achète 20 km2 de terre refuge aux Fidji. *Le Monde*. https://www.lemonde.fr/planete/article/2014/06/14/face-a-l-elevation-du-pacifique-kiribati-achete-20km2-de-terre-refuge-aux-fidji_4438266_3244.html

Carey, F. (2006). Peace Through Music: Music and Multiculturalism in Fiji. *Independent Study Project (ISP) Collection.*, *313*.

Carta de Atenas—Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos. Serviço Internacional de Museus (IMO). (1931). http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf

Carvalho, A. (2015). O Fascínio do Património e dos Museus: Entrevista com Hugues de Varine. *Cadernos de Sociomuseologia*, *5*, 145–166.

Center for History and New Media. (sem data). *Guide rapide pour débuter*. http://zotero.org/support/quick_start_guide

Cezário, H. M., & Davel, E. (2018). Participação Comunitária e Identidade Territorial na Gestão de Museus: A Mobilização Museológica Organizacional e Interorganizacional. *Cadernos de Sociomuseologia*, *55*(11).

Chagas, M. (1996). Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mário Chagas. *Cadernos De Sociomuseologia - Museu e Acção Social.*, *5*(5). https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/248

Chagas, M. (1999). Há uma gota de sangue em cada museu: A ótica museológica de Mário de Andrade. *Cadernos de Sociomuseologia*, *13*(13). https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/30

Chagas, M. (2002). Museu, literatura e emoção de lidar. *Cadernos de Sociomuseologia*, *19*(19), 5–41.

Chagas, M. (2010, Setembro 14). + Direito à Memória. *Rede Museu, Memória e Movimentos Sociais*. http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com/2010/09/direito-memoria-mario-chagas.html

Chagas, M. (2011). Museus, memórias e movimentos sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, *41*, 5–16.

Chagas, M. (2014). Entrevista de Hugues de Varine concedida a Mario Chagas. *Cadernos do CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, *41*, 239–248.

Chagas, M. (2015). A história viva nos museus de favela. *Rio de Encontros*. https://riodeencontros.wordpress.com/2015/10/06/a-historia-viva-nos-museus-de-favela/

Chagas, M. (2017a). Museus e patrimônios: Por uma poética e uma política decolonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, *35*, 121–138.

Chagas, M. (2017b, Janeiro 23). *Muséologie sociale au Brésil: Poétiques et politiques à l'ouvre fondées sur une expérience pratique.* [Curso aberto a alunos de Mestrado e Doutorado.]. Séminaire de muséologie brésilienne. Ecole du Louvre., Paris.

Chagas, M. (2017c, Dezembro 11). La museología que no sirve para la vida no sirve para nada. *La Voz del Interior*. https://www.lavoz.com.ar/numero-cero/la-museologia-que-no-sirve-para-la-vida-no-sirve-para-nada

Chagas, M., & Abreu, R. (2007). Museu da Maré: Memórias e narrativas a favor da dignidade social. *MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, *3*, 130–152.

Chagas, M., Assunção, P., & Glas, T. (2014). *Museologia social em movimento. 41*, 429–436.

Chagas, M. (2018). Museu Integral. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Instituto Brasileiro de Museus., 89–91.

Chagas, M., Primo, J., Assunção, P., & Storino, C. (2018). A museologia e a construção de sua dimensão social: Olhares e caminhos. *Cadernos de Sociomuseologia*, *55*(11), 73–102.

Chauí, M. (1995). Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados - Universidade de São Paulo*, *23*(9).

Chauí, M. (2008). Cultura e democracia. *Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales.*, *1*. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf

Chuva, M. (2014). Para descolonizar museus e patrimônio: Refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)/ organização: Aline Montenegro Magalhães, Rafael Zamorano Bezerra*, 197–210.

Clifford, J. (1997). Museums as Contact Zones. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, 188–219.

Coelho, T. (2004). *Dicionário crítico de política cultural.* Fapesp / Iluminuras.

Commonwealth Secretariat. (2015). *Kiribati Country Profile. In. The Commonwealth Yearbook 2015. Commissioned and researched by Rupert Jones-Parry and Andrew Robertson. Edited by Kate Bystrova*. http://commonwealthofnations.org/yb-pdfs/kiribati_country_profile.pdf

Cott, D. L. V. (2000). Latin America: Constitutional Reform and Ethnic Right. *Parliamentary Affairs*, *53*(1), 41–54.

Couto, M., & Rodrigues, A. (2019, Novembro 1). *Mia Couto e a memória do monstro sueco.* [Jornal Público - Ípsilon - pg 36 - 39].

Cozendey, C. M. B. (2013). *Instituições de Bretton Woods.* FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão. Ministério das Relações Exteriores.

Crocombe, R. (1962). Development and Regression in New Zealand's Island Territories. *Pacific Viewpoint*, *2*(3), 17–32.

Crocombe, R. (1987). *Land Tenure in the Pacific* (3a ed.). University of the South Pacific.

Cumberland, K. B. (1954). *Southwest Pacific, Whitcombe and Tombs.*

Cunha Filho, F. H. (2018). *Teoria dos direitos culturais: Fundamentos e finalidades*. Edições SESC São Paulo.

Curson, P. H. (1973). The Migration of Cook Islanders to New Zealand. *South Pacific Commission Bulletin, 23*.

Danielsson, B. (1980). Cultural Centers in Oceania. *Pacific Perspective*, *1*(9).

Declaração de Quebec. Princípios de uma Nova Museologia. (1984). http://www.minom-portugal.org/docs-quebec1974.pdf

Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. (1791). http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html

Díaz, A. V.; Murta, M.L. (2017). International Cooperation: The Ibermuseos Programme (2007-2017). MUSEUM INTERNATIONAL (ENGLISH ED. PRINT), v. 69, p. 92-107.

Díaz, M. C. (2015). Participación del PFM en la Reunión de Especialistas de la Unesco. *El Itinerante - Boletín Informativo de los Museos Colombianos.*, *42*. http://www.museoscolombianos.gov.co/Sitio/elitinerante/numero42/default.aspx

Direitos culturais: Perita da ONU faz balanço de viagem ao Brasil. (sem data).

Droit, R.-P. (2005). *Humanity in the making: Overview of the intellectual history of UNESCO - 1945-2005.* UNESCO.

Duarte, A. (2013). Nova Museologia: Os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. *Revista Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST*, *6*(1).

Dubois, V. (2008). Cultural policy in France—Genesis of a public policy category. *GSPE Working Papers*.

Dupin, G. (2009). Para entender a Convenção. *Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - São Paulo, SP: Itaú Cultural.*, *8*, 15–30.

Durkheim, É. (2007). *As Regras do Método Sociológico.* Martins Fontes.

Ellice votes the «E» out of the GEIC. (1974, Novembro). *Pacific Islands Monthly. News Magazine of the South Pacific.*, *11*, 8.

Ellsmoor, J., & Rosen, Z. (2016, Janeiro 5). Kiribati's land purchase in Fiji: Does it make sense? *DevPolicy Blog* -. https://devpolicy.org/kitibatis-land-purchase-in-fiji-does-it-make-sense-20160111/#:~:text=The%20purchased%20land%20is%20the,US%248.77%20million%20in%202014.

Fair, H. (2015). Not drowning but fighting: Pacific islands activists. *Forced Migration Review*, *58*.

Fair, H. (2018). Three stories of Noah: Navigating religious climate change narratives in the Pacific Island region. *Geo: Geography and Environment*. https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/geo2.68

Fair, H. (2019). From apathy to agency: Exploring religious responses to climate change in the Pacific Island region. *Dealing with climate change on small islands: Towards effective and sustainable adaptation?*

Faria, M. L. de. (1995). Museus: Educação ou Divertimento? Uma análise da experiência museológica segundo o modelo figuracional de Norbert Elias e Eric Dunning. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *43*, 171–195.

Fernandes, M. P. (2016). A controvérsia marxista sobre o direito à autodeterminação dos povos. *3o Seminário de Relações Internacionais - Repensando interesses e desafios para a inserção internacional do Brasil no século XXI. Florianópolis,*.

Feyerabend, P. (1977). *Contra o método*. Livraria Francisco Alves.

Figurelli, G., & Moutinho, M. C. (2016). Os Cadernos de Sociomuseologia 1993-2012: Um balanço de 19 anos de atividade. *Cadernos de Sociomuseologia*, *51*(7).

Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung. (1955).

Fink, C. (1995). The League of Nations and the Minorities Question. *World Affairs*, *157*(4), 197–205.

Finney, B. (1965). Polynesian Peasants and Proletarians. *Journal of the Polynesian Society*, *3*(74), 269–328.

Firth, R. (1959). *Social Change in Tikopia.* Allen and Unwin.

Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.* (3a ed.). Edições Loyola.

Freire, P. (1987). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1996). Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção Saberes.

Freitas, K. (2016). *Memórias, narrativas e objetos biográficos no/do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos.* [Dissertação de Mestrado em Educação.]. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais.

Frey, B. S. (2003). *Arts & Economics. Analysis & Cultural Policy.* (2nd.). Springer.

Frin, R. (1998). Museum: 'For the benefit of the museums of the world'. *Museum International*, *L*(1).

Garcia, C. O. (1975). The Casa del Museo, Mexico City. *Museum International*, *2*(27), 71–77. https://doi.org/10.1111/j.1468-0033.1975.tb01857.x

García Canclini, N. (1987). *Políticas Culturales en América Latina*. Editorial Grijalbo.

García Canclini, N. (1999). *Consumidores e Cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização.* Editora UFRJ.

García Canclini, N. (2000). *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade.* Editora da Universidade de São Paulo.

García Canclini, N. (2001). Definiciones en transición. Em *Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100912035750/5canclini.pdf

García Canclini, N., Rocha, R., & Brizuela, J. I. (2019). *Política cultural: Conceito, trajetória e reflexões.* EDUFBA.

Gonçalves, E. de A., & Murta, M. L. (2017). Community voices and museums in Brazilian favelas. Em R. Lee, D. Barbé, A.-K. Fenk, & P. Misselwitz (Eds.), *Things don't really exist until you give them a name: Unpacking urban heritage* (pp. 226–233). Mkuki Na Nyota.

Goodale, M. (2018). Seventy-year-old views that remain contemporary. *The UNESCO courier*, *4*, 7–10.

Government of Canada. (2019, Maio 21). *Canada Reaffirms Its Commitment to the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions.* https://www.canada.ca/en/canadian-heritage/news/2019/05/canada-reaffirms-its-commitment-to-the-protection-and-promotion-of-the-diversity-of-cultural-expressions.html

Decreto n. 9.891, (2019) (Governo da República Federativa do Brasil).

Grimble, A. (1957). *Return to the Islands.* John Murray.

Grimble, A. (1984). *A Pattern of Islands.* (Reprinted (1st published 1952)). Penguin Travel Library.

Gurian, E. H. (2006). *Civilizing the museum—The collected writings of Elaine Heumann Gurian.*

Habermas, J. (1992). Further reflections on the public sphere. Em *Habermas and the Public Sphere*. (Calhoun, C.). MIT Press.

Habermas, J. (1996). Three normative models of democracy. Em *Democracy and difference: Contesting the boundaries of the political.* (S. Benhabib). Princeton University Press.

Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: Entre facticidade e validade.* Tempo Brasileiro.

Henssler, M. (2017). *Kiribati: A drowning paradise in the South Pacific—DW Documentary*. DW Documentary. https://www.youtube.com/watch?v=TZ0j6kr4ZJ0

Hernández, R. (2011). *Francisco de Vitoria*. Fundación Emmanuel Mounier.

Herr, R. A. (1994). Regionalism and Nationalism. Em *Tides of History—The Pacific Islands in the Twentieth Century*. (K. R. Howe; Robert C. Kiste; Brij V. Lal, pp. 283–299). University of Hawai'i Press.

Hezel, F. X., S. J. (2013). *Making Sense of Micronesia—The Logic of Pacific Island Culture.* University of Hawai'i Press.

Hobsbawm, E. J. (2008). *A Era dos Impérios (1875—1914).* Paz e Terra.

Hobsbawm, E. J. (2011). *A Era das Revoluções (1789—1848).* (25a ed.). Paz e Terra.

Hobsbawm, E. J., & Ranger, T. (2008). *A invenção das tradições* (6a ed.). Paz e Terra.

Howe, K. R., Kiste, R. C., & Lal, B. V. (1994). *Tides of history: The Pacific Islands in the twentieth century*. University of Hawai'i Press.

Hubert, F. (1985). Ecomuseums in France: Contradictions and distortions. *Museum (Unesco, Paris), XXXVII, n 4*(148).

Huxley, J. (1946). *UNESCO - Its Purpose and its Philosophy.* (Preparatory Commission of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation.). UNESCO.

ICOM. (1968). *Resolutions adopted by ICOM'S 9th General Assembly. Munich, Germany.* https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOMs-Resolutions_1968_Eng.pdf

ICOM. (1971). *Resolutions adopted by ICOM'S 10th General Assembly. Grenoble, France.* http://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOMs-Resolutions_1971_Eng.pdf

ICOM. (1980). Thirty-four years between of co-operation Unesco and ICOM. *Museum International*, *3*(32), 154–162. https://doi.org/10.1111/j.1468-0033.1980.tb01920.x

ICOM. (2004). *Código de Ética do ICOM para Museus*. https://icom-portugal.org/multimedia/File/Cdigo%20tica%20-%202007%20-%20verso%20final%20pt.pdf

Johnston, K. M. (1967). Village Agriculture in Aitutaki, Cook Islands. *Pacific Viewpoint, Monograph n. 1*.

Kinard, J. (1971). Intermediaries between the Museum and the Community. *Smithsonian Institution Archives, Record Unit 265, Box 1, Folder: 2*. https://siarchives.si.edu/collections/siris_sic_14618

The Constitution of Tonga, (1988) (testimony of Kingdom of Tonga).

Koch, G. (1986). *The Material Culture of Kiribati.* Institute of Pacific Studies - University of the South Pacific.

Kolff, J. (1965). The Economic Implications of Self-Government for the Cook Islands. *Journal of the Polynesian Society*, *74*, 114–124.

Korauaba, T. (2012). *Media and the politics of climate change in Kiribati: A case study on journalism in a "disappearing nation"* [Thesis submitted to Auckland University of Technology in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master in Communication Studies, Pacific Media Centre, School of Communications, AUT University]. https://openrepository.aut.ac.nz/bitstream/handle/10292/4503/KorauabaT.pdf?sequence=3&isAllowed=y

Koutsarova, M. (2014). The Roerich Pact—The foundation of the international legal system for the protection of cultural property and its future. *The Roerich Pact: History and Modernity - Catalogue of the Exhibition*.

Kuhn, T. S. (2013). *A estrutura das revoluções científicas* (12a ed.). Perspectiva.

Lacasta, A. A. (2009). Texto introdutório. Em *Redes de Museos en Iberoamérica: Propuestas para la articulación y el fortalecimiento de las instituciones museísticas en el espacio iberoamericano.* Ministerio de Cultura.

Lai, S., & Siu, K.-C. (2016). A Conversation with Siu King-Chung about the Community Museum Project. *Yishu - Journal of Contemporary Chinese Art*, *15*(2), 97–107.

Lang, J. (1982). Le discours de Jack Lang. *Raison présente - Culture de masse ou culture des peuples.*, *64*, 97–100. https://doi.org/10.3406/raipr.1982.2265

Lawrence, R. J. (1985). Views from the Centre and Periphery: Development Projects in Tamana, Southern Kiribati. *Pacific Viewpoint*, *3*(26), 547–562.

Lawson, S. (2008). *Tradition versus Democracy in the South Pacific.* Cambridge University Press.

Lecanda, P. (2020, Janeiro 31). ¿Qué es la cultura en la Constitución? *Revista Libertalia*. https://www.revistalibertalia.com/single-post/2020/01/31/Que-es-cultura-en-la-Constitucion

Leite, P. P. (2017). *Uma Museologia que não serve para a vida não serve para nada! - Notas para a mesa Redonda IV Congresso Internacional Educação e Acessibilidade em Museus e Património. Museu dos Coches, Lisboa.*

Lewin, T. (2008, Dezembro 28). Samuel P. Huntington, 81, Political Scientist, Is Dead. *The New York Times*. https://www.nytimes.com/2008/12/29/education/29huntington.html

Lewis, M. W. (2015, Novembro 26). The Recent Gilbertese Settlement of the Line Islands. *GeoCurrents - The Peoples, Places and Languages Shaping Current Events.* Source: http://www.geocurrents.info/population-geography/migrations/the-recent-gilbertese-settlement-of-the-line-islands#ixzz6SrWaUv56

Lima, L. P. B., Ortellado, P., & Souza, V. de. (2013). O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. *IV Seminário Internacional - Políticas Culturais.*

Lockwood, B. (1970). *Samoan Village Economy*. Oxford University Press.

Loomis, T. (1984). *The Counterfeit Savage: A Study of Cook Islands Society*. [Ph.D. Thesis in Anthropology.]. University of Adelaide.

Lorente, J. P. L. (2006). Nuevas tendencias en la teoría museológica: A vueltas con la Museología crítica. *Revista de la Subdirección General de Museos Estatales*, *2*, 24–33.

Lynch, C. (2019, Novembro 5). Trump Turns U.N. Visas, Travel Restrictions Into Foreign-Policy Cudgel. *Foreign Policy*. https://foreignpolicy.com/2019/11/05/trump-administration-un-diplomats-united-nations-makes-life-difficult/

Macdonald, B. (1971). *Policy and Practice in an Atoll Territory: British Rule in the Gilbert and Ellice Islands, 1892—1970.* [Thesis presented in partial fulfilment of the requirements of the Degree of Doctor of Philosophy in the Australian National University., Australian National University.]

Macdonald, B. (1975). The separation of the Gilbert and Ellice Islands. *The Journal of Pacific History*, *10*(4), 84–88.

Macdonald, B. (2001). *Cinderellas of the Empire.* Institute of Pacific Studies - University of South Pacific.

MacKenzie, U. (2010). *Dr. Uentabo MacKenzie—Part 1. Speech.* https://www.youtube.com/watch?v=YtGScLPSb-A

Mairesse, F. (2012). *Preliminary study on the opportunity, scope, rationale and added value of a standard-setting instrument for the protection and promotion of museums and collections (Museum aspects)*. UNESCO. http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Mairesse_Etude_preliminaire_aspects_museaux_EN.pdf

Mairesse, F., & Brulon Soares, B. (2019). André Desvallées. Em *A History of Museology. Key authors of museological theory*. (Bruno Brulon Soares, pp. 126–135). ICOFOM.

Malhotra, A. (2018). *Remnants of a Separation*. Thomson Press (India).

Malinowski, B. (1976). *Argonautas do pacifico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.* Abril Cultural.

Manifesto do Congresso Mundial dos Partidários da Paz. Paris, França. (1949).

Manoel, B. C. L., Silva, R. da, & Oliveira, R. C. de. (2017). Ciência, conhecimento e paradigma: Uma reflexão sobre a produção científica na atualidade. *Almanaque multidisciplinar de pesquisa*, *1*(1), 177–191.

Marcus, G. (1981). Power on the Extreme Periphery: The Perspective of Tongan Elites in the Modern World Systems. *Pacific Viewpoint*, *1*(82), 48–64.

Marins, Á. (2011, Maio). A literatura em exposição. *Suplemento Literário de Minas Gerais - Secretaria de Estado de Cultura. A literatura vai aos museus.*, 4–7.

Maude, H. E. (1977). *The Evolution of the Gilbertese Boti. An Ethnohistorical Interpretation*. Institute of Pacific Studies - University of South Pacific.

Maude, H. E. (1980). *The Gilbertese maneaba*. The Institute of Pacific Studies - University of the South Pacific.

Maude, H. E. (1989). *Tungaru Traditions: Writings on the Atoll Culture of the Gilbert Islands (Pacific Islands Monograph Series).* Center for Pacific Island Studies.

Maude, H. E., & Maude, H. C. (1994). *An Anthology of Gilbertese Oral Tradition.* Institute of Pacific Studies - University of South Pacific.

Maurel, C. (2006). *L'UNESCO de 1945 à 1974* [Thèse de doctorat d'histoire contemporaine préparée sous la direction de M. Pascal Ory]. Université Panthéon-Sorbonne - Paris I.

Mauss, M. (2003). *Ensaio sobre a dádiva*. Cosac Naif.

Mayrand, P. (1985). The New Museology proclaimed. *Museum*, *XXXVII*(4), 200–201.

Mayrand, P. (2007). *Manifeste de l'altermuséologie—Proposition de Pierre Mayrand et Luisa Rogado. Présenté lors du XIIème Atelier International de Nouvelle Muséologie. Setúbal.*

Mayrand, P. (2009). Chroniques d'un altermuséologue. *Cadernos de Sociomuseologia*, *31*, 63–104.

Mayrand, P., & Moutinho, M. C. (2007). Le musee local de la nouvelle generation au portugal, un pas en avant dans la gestion communautaire qualitative: Essai d'interpretation epistemologique. *Cadernos de Sociomuseologia*, *28*, 45–55.

McQuarrie, P. (2012). *Gilbert Islands in World War II*. Masalai Press.

Mead, S. M. (1983). Indigenous models of museums in Oceania. *Museum International*, *2*(35), 98–101. https://doi.org/10.1111/j.1468-0033.1983.tb00437.x

Memorandum for Record between the Joint POW/MIA Accounting Command and the Ministry of Foreign Affairs and Immigration on Republic of Kiribati. (2010).

Méndez Lugo, R. A. (2008). *Mapa Situacional de los Museos Comunitários de Mexico.* UNESCO.

Meskell, L. (2018). *A Future in Ruins: UNESCO, world heritage, and the dream of peace.* Oxford University Press.

Meyer-Bisch, P., & Bidault, M. (2014). *Afirmar os direitos culturais — Comentário à Declaração de Friburgo.* Itaú Cultural - Editora Iluminuras.

MIA. (2018a). *National Cultural Policy draft (2014). Ministry of Internal Affairs. Republic of Kiribati. Draft provided by Ministry of Internal Affairs.*

MIA. (2018b). *Phoenix Islands Protected Area Kiribati. Draft Management Plan 2010 – 2014. Provided by Ministry of Internal Affairs.*

MIA. (2018c). *Concept Notes on Unimwane Policy as of 30th of October 2018. Document provided by the Ministry of Internal Affairs.*

MIA. (2018d). *Cultural Mapping Report Summary. Document provided by the Ministry of Internal Affairs. 19 December 2018.*

MIA - Ministry of Internal Affairs / Republic of Kiribati. (2014). *National Cultural Policy of Kiribati.*

Miguel, C. R. (2003). El Constitucionalismo Cultural. *Cuestiones constitucionales - Revista Mexicana de Derecho Constitucional*, *9*. https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/cuestiones-constitucionales/article/view/5683/7444

Miller, T. (2011). Cidadania Cultural. *MATRIZes*, *Ano 4*(2), 57–74.

Miller, T., & Yúdice, G. (2015). *Política cultural* (Reimpresión). Gedisa.

MINOM. (2017). *Declaração de Córdoba—XVIII Conferência Internacional do MINOM*. https://ecomuseus.wordpress.com/minom-conferencias-internacionais/declaracion-de-cordoba/

Monteiro, S. F. (2016). *Política pública para museus no Brasil: O lugar do sistema brasileiro de museus na política nacional de museus.* [Tese de Doutoramento]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Moutinho, M. C. (1995). *A Declaração de Quebec (1984). Apresentação (1995).* https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3832576/mod_resource/content/1/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Quebec.pdf

Moutinho, M. C. (2007). *Definição evolutiva de Sociomuseologia—Proposta para reflexão. Actas do XII Atelier Internacional do MINOM / Lisboa.* http://www.museologia-portugal.net/files/definicao_evolutiva_de_sociomuseologia.pdf

Moutinho, M. C. (2014a). Definição evolutiva de Sociomuseologia: Proposta de reflexão. *Cadernos do CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, *41*, 423–427.

Moutinho, M. C. (2014b). Entre os museus de Foucault e os museus complexos. *Revista Musa - Setúbal: Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal.*, *4*, 9–14.

Moutinho, M. C. (2016). From New museology to Sociomuseology. *24th General Conference of the International Council of Museums. Milano. Joint meeting MINOM/ CAMOC/ ICOFOM*. http://www.mariomoutinho.pt/images/PDFs/ArtigosMuseologia/2016_From_New_museology_to_Sociomuseology.pdf

Moutinho, M. C. (2019). *SOCIOMUSEOLOGIA: Ensino e investigação. 1991-2018, Repositório documental anotado*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Autor.

Movono, A. R. N. (2012). *Tourism's Impact on Communal Development in Fiji: A Case Study of the Socio-Economic Impacts of the Warwick Resort and SPA and the Naviti Resort on the Indigenous Fijian Villages of Votua and Vatuolalai.* [A thesis submitted in fulfilment of the requirements for the degree of Master of Arts., School of Tourism and Hospitality Management - Faculty of Business and Economics - University of the South Pacific]. http://digilib.library.usp.ac.fj/gsdl/collect/usplibr1/index/assoc/HASH657b.dir/doc.pdf

Murta, M. L.; Chagas, M. S. (2016). Das "utopias museais" ao pragmatismo estruturado: Declaração de Salvador e Programa Ibermuseus. MUSAS (IPHAN), v. 1, p. 62-83.

Murta, M. L.; Gonçalves, E. A. (2017). *Community voices and museums in Brazilian favelas*. In: Rachel Lee; Diane Barbé; Anne-Katrin Fenk; Philipp Misselwitz. (Org.). Things don't really exist until you give them a name: unpacking urban heritage. 1ed. Dar es Salaam: Mkuki na Nyota Publishers, v. , p. 226-233.

Murta, M. L.; Gonçalves, E. A.; Pamio Luiz, N. (2019). Cultura, Cidadania e Desenvolvimento: as políticas culturais brasileiras e a Política Nacional de Cultura da República do Kiribati. In: X Seminário Internacional de Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Brasil.

Murta, M. L. (2008). *Patrimônio Imaterial e Propriedade Intelectual: Apontamentos sobre o ofício das paneleiras de Goiabeiras/ES.* [Artigo de conclusão de pós-graduação lato sensu em Gestão Cultural.]. Centro Universitário UNA.

Murta, M. L. (2011). Patrimônio imaterial e denominações de origem no processo para o registro do ofício das paneleiras de Goiabeiras/ES. *Encontro da Associação Nacional de História (ANPUH).*

Murta, M. L. (2019). *Whose Memories for Which Future? Favela Museums and the Struggle for Social Justice in Brazil*. In. Museums & Activism. University of Leicester. Ed: Richard Sandell and Robert Janes. Leicester.

Murta, M. L. (2018). Indústrias culturais e criativas no Brasil. Em *Las industrias culturales y creativas en Iberoamérica: Evolución y perspectivas* (Cátedra Iberoamericana «Alejandro Roemmers» de Industrias Culturales y Creativas, pp. 55–72). Universidad Miguel Hernández de Elche - Fundación Iberoamericana de las Industrias Culturales y Creativas.

Museu do Casal de Monte Redondo, Murta, M. L., Neves, K. F., & Simão, M. (2018). *Formulário de inscrição. Projeto "Renova Museu: Revitalização de um museu por meio de ações educativas" no Edital do Prêmio Ibermuseus de Educação. Programa Ibermuseus.*

Neves, F. dos S. (1993). Apresentação. *Cadernos de Museologia - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, *1*.

Niedenthal, J. (2002a). *For the Good of Mankind: A History of the People of Bikini and their Islands.* Bravo Publishers.

Niedenthal, J. (2002b, Agosto 6). Paradise lost—'for the good of mankind'. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/travel/2002/aug/06/travelnews.nuclearindustry.environment#:~:text=Paradise%20lost%20%2D%20'for%20the%20good%20of%20mankind'&text=On%20a%20quiet%20Sunday%20after,to%20end%20all%20world%20wars%22.

Obituary—'Papa Ron' Crocombe, 1929–2009. (2010). *The Journal of Pacific History*, *45*(3).

Ogawa, Y. (2016). O museu do silêncio. Estação Liberdade.

OIT. (2006). *Convenção do Trabalho Marítimo—Conferência Internacional do Trabalho.* Organização Internacional do Trabalho. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/normativeinstrument/wcms_090300.pdf

Omang, J. (1984, Dezembro 20). UNESCO Withdrawal Announced. *The Washington Post*. https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1984/12/20/unesco-withdrawal-announced/b9c6dc92-a31f-443a-977b-f3468faf44fe/

ONU. (1966). *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.*

Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio +10, (2002).

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, (2007).

ONU. (2010a). *Minority Rights: International Standards and Guidance for Implementation*.

ONU. (2010b, Novembro 19). *Direitos culturais: Perita da ONU faz balanço de viagem ao Brasil*. https://nacoesunidas.org/direitos-culturais-perita-da-onu-faz-balanco-de-viagem-ao-brasil/

Organicom: Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Lobby, relações governamentais, democracia. (Vol. 8). (2011). USP. https://www.revistas.usp.br/organicom/issue/view/10222

Pacific Islands Museums Association. (2006). *PIMA Code of Ethics for Pacific Museums and Cultural Centres*. https://www.wipo.int/export/sites/www/tk/en/databases/creative_heritage/docs/pima_code_ethics.pdf

Pamuk, O. (2010). *O museu da inocência*. Presença.

Peixoto, P. (2002). A corrida ao status de património mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. *Veredas - Revista Científica de Turismo.*, 23–45.

Pereira, J. A. (2012). *O Tombamento do "Casarão da Barragem" e as Representações da Favela em Belo Horizonte.* [Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Política, Memória e Cidade.]. Unversidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Pereira, J. A. (2019). *Para além do horizonte planejado: Racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (Séculos XIX e XX)* [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Pereira, M. R. N. (2018). *Museologia Decolonial: Os Pontos de Memória e a Insurgência do Fazer Museal.* [Tese de Doutoramento]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração - Instituto de Educação/3º Ciclo de Museologia.

Petersen, G. (2009). *Traditional Micronesian Societies: Adaptation, Integration and Political Organization.* University of Hawai'i Press.

Pew Research Center. (2017). *Many Countries Favor Specific Religions, Officially or Unofficially*. Pew Research Center. https://www.pewforum.org/2017/10/03/many-countries-favor-specific-religions-officially-or-unofficially/

Pinheiro, M. C. B. (2006). A Constituição de Weimar e os direitos fundamentais sociais—A preponderância da Constituição da República Alemã de 1919 na inauguração do constitucionalismo social à luz da Constituição Mexicana de 1917. *Revista de informação legislativa*, *43*(169), 101–126.

Pitt, D. C. (1970). *Tradition and Economic Progress in Samoa.* Clarendon Press.

Planel, L. H., & Thomas, N. (2018). *Te Umwanibong, Culture and Development in Kiribati—Heritage Matters Report*. Te Umwanibong - Museum and Culture Centre, Arts and Humanities Research Council, Museum of Archaeology and Anthropology.

Porsdam, H. (2019). *The transforming power of cultural rights: A promising law and humanities approach.* Cambridge University Press.

Poulot, D. (2008). *Une histoire des musées de France—XVIIIe-XXe siècle.* La Découverte/Poche.

Prieto de Pedro, J. (2011). Direitos culturais, o filho pródigo dos direitos humanos. *Revista Observatório Itaú Cultural*, *11*, 43–48.

Primo, J. S. (2007). *A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: O Caso Português* [Tese apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do Grau de Doutor em Educação.]. Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Primo, J. S. (2014). O social como objecto da museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, *47*(3), 5–28.

Programa Ibermuseus. (2007). *Declaração de Salvador*. http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2014/09/Declaracion-de-Salvador_POR.ESP_.pdf

Programa Ibermuseus. (2011). *Declaração da Cidade do México*. http://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2014/11/V.EIM_Declaracion_Mexico-2011-ESP-assinada.pdf

Programa Ibermuseus. (2015). *Projeto Instrumento Normativo—Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)*. https://segib.org/ckfinder/userfiles/files/Hist%E2%94%9C%E2%94%82ricoresumidoUNESCO.pdf

Querol, L. S., & Sancho, E. (2014). Imagens que valem mil palavras… A experiência do arquivo de memórias do Museu de São Brás. *Cadernos de Sociomuseologia*, *48*(4), 7–34.

Querol, L. S., & Sancho, E. (2015a). How can museums contribute to social and cultural change? Em *MUSEUMS - Citizens and Sustainable Solutions.* (pp. 212–231). Danish Agency for Culture / Narayana Press.

Querol, L. S., & Sancho, E. (2015b). MuT: Connecting people, ideas and worlds to build a useful Museology. Em *Resilient Territories: Innovation and Creativity for New Modes of Regional Development.* (pp. 188–206). Cambridge Scholars Publishing.

Quirós Fernández, F. (2005). The MacBride Report 25 Years Later: The proposal the First World refused to accept. *Quaderns del CAC*, 71–74.

Raison, T. (1985, Novembro 22). *1985 Statement on UK Withdrawal from UNESCO*. Discurso proferido ao Parlamento Britânico (House of Commons), Londres. http://www.ukpol.co.uk/timothy-raison-1985-statement-on-uk-withdrawal-from-unesco/

Rancière, J. (2010). *O espectador emancipado*. Orfeu Negro.

Reale, M. (2000). *Cinco Temas do Culturalismo*. Saraiva.

Regourd, S. (2004). *L'exception culturelle*. Presses Universitaires de France.

Republic of Kiribati. (2013). *Kiribati National Fisheries Policy 2013-2025*. Ministry of Fisheries and Marine Resources Development and Australian Aid. http://macbio-pacific.info/wp-content/uploads/2018/04/Kiribati_National_Fisheries_Policy_2013-2025.pdf

Republic of Kiribati. (2015a). *Kiribati 20-year Vision (KV20).* http://www.president.gov.ki/kiribati-20-year-vision-kv20/

Republic of Kiribati. (2015b). *Kiribati National Labour Migration Policy.* https://www.unescap.org/sites/default/files/Kiribati%20National%20Labour%20Migration%20Policy.pdf

Republic of Kiribati. (2016). *2015 Population and Housing Census. Volume I: Management Report and Basic Tables.* National Statistics Office, Ministry of Finance, Bairiki, Tarawa. http://www.mfed.gov.ki/publications/census-report-2015-volume-i-final-report

Republic of Kiribati. (2018a). *Policy for the Protection of TK and CFE in Kiribati—DRAFT*.

Republic of Kiribati. (2018b). *The Phoenix Islands Protected Area (PIPA). Monitoring, Control and Surveillance Plan. The Next Two Years 2018-2020/.*

Republic of Kiribati. (2019a). *Diagnostic Report and Policy Recommendations—Republic of Kiribati.*

Republic of Kiribati. (2019b). *Final Report: National Cultural Policy (NCP)—Republic of Kiribati*.

Republic of the Marshall Islands. (2009). *Bikini Atoll Nomination by the Republic of the Marshall Islands for Inscription on the World Heritage List 2010.*

Retroz, S. R. (2020). Cultura no enfrentamento do agora. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, *76*, 266–273.

Rivière, G. H. (1985). Définition évolutive de l'écomusée. *Museum (Unesco, Paris), XXXVII, N. 4*(148).

Roach, C. (1999). The Western World and the NWICO: United They Stand? Em *Beyond Cultural Imperialism: Globalization, communication & the new international order*. (Peter Golding&Phil Harris, pp. 94–116). SAGE Publications.

Robl Filho, I. N. (2017). Constituição mexicana de 1917 e os avanços dos direitos sociais no Brasil. *Cuestiones constitucionales*, *36*, 361–363.

Rosaldo, R. (2003). Introduction: The Borders of Belonging: Nation and Citizen in the Hinterlands. Em *Cultural Citizenship in Island Southeast Asia—Nation and Belonging in the Hinterlands* (Renato Rosaldo, pp. 1–15). University of California Press.

Rubim, A. A. C. (2008). Políticas Culturais no governo Lula/Gil: Desafios e enfrentamentos. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.*, *1*(31), 183–203.

Rubim, A. A. C. (2009). Políticas culturais e novos desafios. *MATRIZes - Dossiê*, *Ano 2*(2), 93–115.

Rubim, A. A. C. (2012). *Panorama das políticas culturais no mundo*. http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7660

Russio, W. (1986). Exposição: Texto museológico e contexto cultural. Em *Waldisa Russio Camargo: Textos e contextos de uma trajetória profissional.* (Maria Cristina Oliveira Bruno (2010)). Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultua; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

Sá, I. C. de. (2007). História e Memória do Curso de Museologia: Do MHN à Unirio. *Anais do Museu Histórico Nacional*, *39*, 12–42.

Sahlins, M. (1990). *Ilhas de História*. Jorge Zahar Editor.

Said, E. W. (2007). *Orientalismo—O Oriente como invenção do Ocidente*. (Nona Edição). Companhia das Letras.

Sancho, E. (2006). Museu do Trajo de S. Brás de Alportel: Uma experiência particular. *Museal - Museu de Faro.*, 57–63.

Sandell, R., & Nightingale, E. (2012). Introduction. Em *Museums, Equality and Social Justice.* Routledge.

Santos, B. de S. (2000). *Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur*. Plural.

Santos, B. de S. (2002). *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa.* Civilização Brasileira.

Scheiner, T. C. (2012). Repensando o Museu Integral: Do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.*, *7*(1), 15–30.

Schorlemer, S., & Stoll, P.-T. (2012). *The UNESCO Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions: Explanatory Notes*. Springer Science & Business Media.

SEGIB - Secretaria General Iberoamericana. (2006). *Carta Cultural Iberoamericana*. https://www.segib.org/?document=carta-cultural-iberoamericana

Shaver, L., & Sganga, C. (2010). The Right to Take Part in Cultural Life: On Copyright and Human Rights. *Wisconsin International Law Journal*, *27*, 637–662.

Sigrah, R. K., & King, S. M. (2001). *Te Rii ni Banaba*. Institute of Pacific Studies - University of South Pacific.

Silva, M. L. da. (2016). *No MUQUIFU as paisagens mudam e a Cultura Resiste!* V Simpósio do Instituto de Ciências Sociais, Belo Horizonte.

Silva, M. L. da. (2018). *Habemus Muquifu: Análise da criação e das coleções do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos* [Dissertação de Mestrado]. – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Silva, G. T. (2015). UNESCO and the coining of cultural policy. *10th International Conference in Interpretive Policy Analysis*.

Silva, G. T. (2016). *A UNESCO e a trajetória da política cultural: Momentos e movimentos de uma linguagem de ação pública (1966—1982)* [Tese de Doutorado]. Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

Simão, M. (2018). *A presença africana e afro-brasileira nos museus de Santa Catarina* [Tese de Doutoramento]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Simard, C. (1989). *Économuséologie, comment rentabiliser une entreprise culturelle.* Centre éducatif et culturel.

Simard, C., & Trudel, B. (2014, Automne). Cyril Simard, l'artisan des économusées. *Contact - Université Laval*, 18–21.

Simon, N. (2010). *The Participatory Museum*. Museum 2.0.

Simon, N. (2016). *The Art of Relevance*. Museum 2.0.

Souza, V. de. (2017). Cidadania Cultural: Entre a democratização da cultura e a democracia cultural. *pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, *14*. https://periodicos.uff.br/pragmatizes/

Specht, J., & Bolton, L. (2005). Pacific Islands' Artefact Collections: The UNESCO Inventory Project. *Journal of Museum Ethnography*, *17*(Special Issue: Pacific Ethnography, Politics and Museums), 58–74.

Stanley, N. (2007). Introduction: Indigeneity and Museum Practice in the Southwest Pacific. Em *The Future of Indigenous Museums: Perspectives from the Southwest Pacific* (pp. 1–20). Berghan Books.

Statute of the Arab Court of Human Rights, (2014). https://acihl.org/texts.htm?article_id=44&lang=ar-SA

Stenou, K. (2004). *Unesco and the issue of Cultural Diversity – Review and Strategy, 1946 – 2004*. UNESCO - Division Of Cultural Policies and Intercultural Dialogue.

Stop Tuvalu and 'the world from sinking' UN chief tells island nation facing existential threat from rising seas. (2019, Maio 17). *UN News.* https://news.un.org/en/story/2019/05/1038661

Tanham, G. K. (1988). *The Soviet Union in the South Pacific.* The RAND Corporation; US Department of Defense. https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a228284.pdf

Teaiwa, K. M. (2012). *Implementing, Monitoring and Evaluating Cultural Policies: A Pacific Toolkit*. Secretariat of the Pacific Community and European Union.

Teaiwa, K. M. (2015). *Consuming Ocean Island—Stories of People and Phosphate from Banaba*. Indiana University Press.

Teiwaki, R. (1980). The future of Kiribati Culture. *Pacific Perspective. Pacific Cultures: Past, Present and Future.*, *9*(1), 6–12.

Tinoco, A. (2012a). XII Atelier Internacional MINOM Lisboa/Setúbal—2007. *Cadernos de Sociomuseologia - Textos de Alfredo Tinoco*.

Tinoco, A. (2012b). XIX Jornadas sobre a Função Social do Museu—Paços de Ferreira—2009. *Cadernos de Sociomuseologia - Textos de Alfredo Tinoco*, *42*.

Tinoco, A. (2012c). XVII Jornadas sobre a função social do museu. S. Brás de Alportel—2006. *Cadernos de Sociomuseologia*, *42*, 199–202.

Treaty of Peace with Germany (Treaty of Versailles), (1919).

UN Watch. Issue 173: UN rights chief clarifies stance on Arab charter. (2008, Fevereiro 5). https://unwatch.org/issue-173-un-rights-chief-clarifies-stance-arab-charter/

UNESCO Constitution, (1945) (testimony of UNESCO). http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=15244&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

UNESCO. (1948). *Human rights: Comments and interpretations.* https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000155042

Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, (1960).

UNESCO. (1966). *14a General Conference—Report of the Programme Commission—14C/92*.

Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional, (1966).

UNESCO. (1969). *Cultural policy: A preliminary study* (SHC.69/XIX.1a/A; Round-table Meeting on Cultural Policies, Monte Carlo, Monaco, 1967., p. 49 p.).

UNESCO. (1970). *Cultural rights as human rights*.

UNESCO. (1978). *Conferencia General—Vigésima reunión, Paris 1978. Punto 12 del Orden del Día Provisional. Informe del Director General relativo a los trabajos de la Conferencia Intergubernamental sobre las politicas culturales en America Latina y el Caribe. Bogotá (Colombia), 10—20 de enero de 1978.* (20 C/87).

UNESCO. (1980). *Many voices, one world: Towards a new, more just, and more efficient world information and communication order* (International Commission for the Study of Communication Problems).

UNESCO. (1982). *Conferencia Mundial sobre Políticas Culturales. Informe Final.*

Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, (1989).

UNESCO. (1998). *Intergovernmental Conference on Cultural Policies for Development: Final report* (CLT.98/CONF.210/5, CLT.98/CONF.210/CLD.19; p. 111). https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113935

UNESCO. (2001). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.

UNESCO. (2003). Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

UNESCO. (2003). Resolution adopted by the General Assembly [on the report of the Second Committee (A/57/531/Add.3)] 57/249. Culture and development. https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/RES/57/249

UNESCO. (2005). Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

UNESCO. (2010). *Culture: Fourth Pillar of Sustainable Development*. United Cities and Local Governments.

UNESCO. (2011a). *A new cultural policy agenda for development and mutual understanding—Key arguments for a strong commitment to cultural diversity and intercultural dialogue*.

UNESCO. (2011b). *Records of the General Conference, 36th session, Paris, 25 October—10 November 2011, v. 1: Resolutions*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000215084

UNESCO. (2012a). *Protection and promotion of museums and collections. UNESCO. Executive Board, 190th, 2012 [412]. Programme and meeting document.* https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000217375

UNESCO. (2012b). *Rules of Procedure concerning recommendations to Member States and international conventions covered by the terms of Article IV, paragraph 4, of the Constitution*. http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=21681&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

UNESCO. (2013). *Conference of Parties to the Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions.* (CE/13/4.CP/INF.6; Diversity of Cultural Expressions).

UNESCO. (2015). Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade.

UNESCO. (2017). *Re | Shaping Cultural Policies—Advancing creativity for development*.

UNESCO. (2020). Message from Ms Audrey Azoulay, Director-General of UNESCO, on the occasion of World Day for Cultural Diversity for Dialogue and Development. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373505_eng.locale=en

UNESCO. (1947). Resolutions Adopted By Icom's 1st Interim Conference, (1947).

UNGA. (2015). *United Nations General Assembly—Seventieth Session Second Committee—Agenda item 22 (c)—Globalization and interdependence: Culture and sustainable development. A/C.2/70/L.59.* https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/C.2/70/L.59&Lang=E

United Nations. (2016). *Views adopted by the Committee under article 5 (4) of the Optional Protocol, concerning communication No. 2728/2016. International Covenant on Civil and Political Rights Human Rights Committee.* (CCPR/C/127/D/2728/2016). https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25482

Uprimny, R. (2011). The Recent Transformation of Constitutional Law in Latin America: Trends and Challenges. *Texas Law Review*, *89*, 1587–1609.

Valentino, A. C., & Brulon Soares, B. (2019). Hugues de Varine. Em *A History of Museology. Key authors of museological theory.* (Bruno Brulon Soares, pp. 116–125). ICOFOM.

Varine, H. de. (1979). Entrevista com Hugues de Varine-Bohan. Em *Os museus no mundo.* Salvat.

Varine, H. de. (2006). Ecomuseology and Sustainable Development. *Museums & Social Issues*, *1*(2), 225–232. https://doi.org/10.1179/msi.2006.1.2.225

Varine, H. de. (2012). Santiago do Chile—1972—La museología se encuentra con el mundo moderno. Em *Mesa Redonda de Santiago de Chile—1972.* (José do Nascimento Junior; Alan Trampe; Paula Assunção dos Santos, Vol. 1, p. 142). Programa Ibermuseus.

Varine, H. de. (2013). *As raízes do futuro. Patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta*. Medianiz.

Varine, H. de. (2014). O museu comunitário como processo continuado. *Cadernos do CEOM - Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, *41*, 25–35.

Vasak, K. (1977, Novembro). A 30-year struggle: The sustained efforts to give force of law to the Universal Declaration of Human Rights. *The UNESCO Courier - Southern Africa at grips with racism*, *Ano 30*.

Venice Declaration. Final Communiqué Of The Symposium—Science And The Boundaries Of Knowledge: The Prologue Of Our Cultural Past. (1986). https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000068502

Whincup, T. (2009). *Bwai ni Kiribati—Artefacts of Experience.* Steele Robert Publishers.

Whincup, T. (2010). Te Mwaneaba ni Kiribati. The Traditional Meeting House of Kiribati: 'A Tale of Two Islands'. *Shima: The International Journal of Research into Island Cultures.*, *4*(1), 113–130.

Whincup, T., & Whincup, J. (2001). *Akekeia! Traditional Dance in Kiribati.* FORMAT.

Yúdice, G. (2013). *A Conveniência da Cultura: Usos da cultura na era global.* (2a ed.). Editora UFMG.

Apêndice 1
Diagnóstico Cultural e Recomendações para a PNC (2019)

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME
Enhanced Integrated Framework (EIF)
Tier 1 - Trade Capacity Building and Institutional Strengthening Project in Kiribati

Cultural Policy Expert - Kiribati
Contract No. UNDP/FJI/IC/2018/153

Diagnostic Report and Policy Recommendations

Marcelo Lages Murta

Tarawa, Kiribati
February, 2019

1. Introduction 3
2. Conceptual framework 4
3. Methodology used for diagnostic report 7
4. Culture, economy and policies in Kiribati 10
5. The institutionality of Culture 14
5.1 Ministry of Internal Affairs - Culture and Museum Division 15
5.1.1 The Museum Role 17
5.1.2 Cultural Mapping 19
5.2 Intersectoriality - Culture within other ministries and sectors 23
5.2.1 Ministry of Education (MOE) 23
5.2.2 Ministry of Women, Youth, Sports and Social Affairs (MWYSA) 24
5.2.3 Ministry of Information, Communication, Transport and Tourism Development (MICTTD) 24
5.2.3.1 Tourism Office (TO) 25
5.2.3.2 Broadcasting and Publications Authority (BPA) 26
5.2.4 Ministry of Finance and Economic Development (MFED) 27
5.2.5 Ministry of Foreign Affairs and Immigration (MFAI) 27
5.2.6 Ministry of Fisheries & Marine Resources Management (MFMRD) 29
5.2.7 Ministry of Environment, Lands, and Agricultural Development (MELAD) 30
5.2.8 Ministry of Commerce, Industries and Cooperatives (MCIC) 31
5.2.9 Ministry of Infrastructure and Sustainable Energy (MISE) 33
5.2.10 Ministry of Justice (MOJ) 33
5.2.11 Climate Change Office - Office of the President 34
5.2.12 Ministry of Health and Medical Services (MHMS) 34
5.2.13 Universities and Institutes 35
5.3 Managing cultural policies locally 36
5.4 Customary law and culture 37
6. Culture in Numbers: available data 38
6.1 Statistics framework 39
6.1.1 Country Profile 40

6.2 Population 42
6.3 Households 44
6.4 Gender issues 45
6.5 Education 47
6.6 Available data for strategic sectors prioritization 48
6.6.1 Fishing 48
6.6.2 Tourism 49
6.6.3 Museum visits profile 51
6.7 Employment statistics 56
6.8 Financial Sustainability 58
7. Surveys analysis and their indications 59
8. Cultural Policies in the Regional Perspective 62
9. International normative: Kiribati Cultural Policies in the International Perspective 66
10. Recommendations and following steps 67
11. References 71
12. Attached documents 73

1. Introduction

This document contains the diagnostic report under the "Cultural Policy Expert - Kiribati" consultancy. This project is part of the Enhanced Integrated Framework (EIF) Tier 1 Trade Capacity Building and Institutional Strengthening Project in Kiribati, having the United Nations Development Programme (UNDP) as the Main Implementing Entity.

The Term of Reference (TOR) states that after the first mission to Kiribati it should be developed "a compressive diagnostic report presenting the findings and policy recommendations once the assessment to inform the drafting of the National Cultural Policy".

The first mission was successful and brought a general and broad overview about the cultural sector in Kiribati. The visits were held in Tarawa and Abaiang, considering the public sector, site visits and meetings with associations and other stakeholders. More than 110 people were interviewed in face-to-face meetings. After the visits, a survey was agreed with the Ministry of Internal Affairs (MIA) to collect extra data and information concerning culture in Kiribati, as well as bringing together perceptions from all regions of the country, in a broad understanding of culture and arts production.

This diagnostic report will help the formulation of a National Cultural Policy for Kiribati. The framework provided is set up for reviving and promoting intangible cultural and historical heritages present across the chants, music, dance and craft sectors as well as tangible references from Kiribati History. The intention is to use the National Cultural policy to promote the development of cultural industries as well as to safeguard and foster social and cultural values, aligned with international and regional standards, bringing forward a document of convergence among diverse sectors and social actors.

The government of Kiribati bases its current motivation to increase the country's overall well-being in the 20-year vision Development plan (KV2O), which acknowledges the place of cultural development in contributing to socio-economic development. In the next 20 years the guidelines of the KV20, prioritize tourism and cultural capital as a key element and cultural capital through value chain linkages.

The text begins with a brief conceptual framework clarifying what is understood to be culture and cultural development, as well as its relations with human rights, economy and sustainable development. Afterwards, the methodology adopted is presented, in a holistic approach considering quantitative and qualitative means. A concise section points out the situation of culture, economy and policies considering local, regional and insular specificities.

The two following sections cover the core of the diagnostic report: institutionality of culture and culture in numbers. The first section maps the culture within public institutions, considering the direct management of culture and heritage through the Ministry of Internal Affairs as well as pinpointing culture and heritage actions developed by other ministries and sectors. The other section - culture in numbers - tries to find out and extract cultural data from statistics, census and other reports.

Finally, the report will locate cultural policies in regional and international perspectives, setting the relations of local government and institutions with international and regional normative. The report ends with a series of recommendations that will support the National Cultural Policy draft, to be delivered on the next stage of the consultancy, before the second mission to Kiribati.

2. Conceptual framework

The development of the documents for the National Cultural Policy (NCP) will be held in strict accordance and harmony with local actors. All the process is agreed with local stakeholders, considering general principles of good governance and international cultural cooperation carried out by the United Nations (UN) agencies.

In compliance to United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) normatives and recommendations, such as the Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions (2005) and Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (2003), as well the latest Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections (2015), this plan aims to consider the tangible, intellectual and affective traits, as well as intangible heritage and traditional knowledge that characterize Kiribati.

The proposal will be constructed favoring the inclusion and participation of all citizens, in order to guarantee their social cohesion, civil society vitality and peace. In this sense, it conceives the NCP as a support for a space that enables dialogue between the public and private sectors; that supports the mobility of creators, artists, researchers, scientists and intellectuals as well as the development of international programs and associations of research, and concurrently seeks to preserve and enhance its creative capacity; that fosters a relationship between the educational process and traditional pedagogical methods, in order to preserve and optimize culturally appropriate methods for communication and transfer of knowledge, and through education thus promote an awareness of the positive value of cultural diversity. It is expected then to improve both the formulation of school curricula and the training of teachers, in particular by protecting and respecting the traditional knowledge systems of the native Kiribati population.

Culture is first and foremost what characterizes human beings along with their path on Earth. The ability to change nature into adaptations to fulfill the most diverse needs - ranging from building houses, to painting family portraits or developing rituals to help the daily activities - as well as preserving it to future generations guides human beings in the way towards collective and individual development. Nevertheless, some of these advancements such as technological and economical progress have come to endanger the natural resources that are essential to life on earth. That's the reason most nations have been resorting to pursue economic development associated with sustainable practices. To this end the economy of culture is a key aspect of contemporary civilization if it wishes to perpetuate its existence just as those of future generations.

Cultural economics is then a branch of economy which offers answers to the claims for sustainable economic development nowadays. To provide a brief overview we resort to Brazilian researcher and active cultural economy advocate as well as UNESCO consultant Ana Carla Fonseca Reis and her 2007 award winning book "Cultural economics and sustainable development"[1]. In this introduction is possible to point out key aspects to be unfolded and that help understand how to constitute public cultural policies that take cultural economics into consideration, in order to provide benefits to society as a whole when allocating public funds.

To understand the importance of Cultural Economics we must start by pointing out the necessity of measuring and numbers. In order to be able to assess the situation and propose actions, a range of indicators are important to understand the impact of culture. This aspect can be visualized in terms of economic impact, which is identified for example by the capacity of cultural sectors to create wealth and its share of a country's economy and employment numbers. How much of the GDP is due to cultural activities directly or indirectly? How many jobs can the cultural sector create, also directly and indirectly? In what extent can the tax revenues be maximized? Consequently, and to achieve goals in terms of integrating culture into the economic dynamics of a country, it is essential to keep track of cultural chains translated by economic numbers and indicators. With theses numbers, to have an initial and broad idea, it is possible to maximize the public budgets towards cultural programs and projects. By identifying production bottlenecks it is possible redirect funds to cultural sectors that mostly need it; understand where there are production deficiencies or where there are more specialized work force required and which types of jobs; how and where to create special instruments to fund specific cultural chains etc. These among many other actions, combined with subjective observation and experiences based on other methods that take into consideration the well being of the population and the country's visions for the future, can also be coordinated with other public spheres to develop public policies that can have long lasting socio-economic impact.

[1] Reis, Ana Carla Fonseca. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura.* Barueri, SP: Manole, 2007.

Furthermore, the economic impact can also be visualized as the value cultural capital - aesthetic, social, existential, spiritual, political and historical, as well as monetary. By fostering cultural and creative economy, the country's image is also valued when involving intellectual property and international trade agreements, which may influence a country's position in the international trading system, providing commercial advantages which will reflect on the its trade balance. But not only in terms of international macroeconomics it is possible to visualize the benefits of promoting sustainable development through arts and culture. One interesting economic premise sustains that the fostering of cultural economics reveals the "decreasing marginal utility law" of culture, which roughly states that cultural consumption only increases after its use - differently from several other goods, such as food, for example: after consuming one item, the second one is less needed, for the consumer is less hungry. Therefore, the more we are exposed to culture, the more we are bound to continue consuming and the implications can thus be perceived in terms of education, identity cohesion, preservation of tangible and intangible culture etc. which benefit the country internally placing the focus on its own population.

In terms of international framework for cultural economics, the UNESCO provides the guidelines and main information. The culture sector has at least three dimensions which could be developed for the National Cultural Policy: economic, social (citizen oriented) and symbolic. The economic dimension covers all the economics based on cultural products, processes, employment and generating of knowledge. The creative sector represents about 7% of world's GDP, according to UNESCO[2]. The social and citizen oriented dimension targets the participation of citizens on designing and implementing the cultural policies, through participative forums, seeking policies that matters for themselves. Through the symbolic dimension, the heritage and cultural references are managed considering the research, identification and practices of the citizen's own history and heritage. All these dimensions consider an anthropological and broad approach, focusing on human development which considers its economic and social values.

The three pillars that support sustainability - social, economic and environmental - will transversally foster the cultural development of Kiribati. The consulting is targeting other governmental plans and programs, mainly to deepen the cultural capital identified in the KV20, linked to key development sectors such as tourism and fisheries.

The consulting process is based on Results Oriented Management, aiming to cooperate with Kiribati on achieving the 17 Sustainable Development Goals (SDG's) agreed among more than 190 countries in 2015. To this end, after the diagnosis, the lines of actions and goals proposed will target the SDG's, relating each goal and proposal to specific SDG's.

[2] UNESCO, 2009. Measuring the economic contribution of economical industries. UNESCO Framework for Cultural Statistics Handbook No. 1.

The consulting aims at going beyond a report restricted to a conceptual and academic base, and targets a results-oriented plan, with realistic goals and means to develop a National Culture Policy associated to other governmental objectives engaging economy, education, tourism, science and other related sectors.

3. Methodology used for diagnostic report

The first stage of the consultancy aims at conducting a situational analysis of the Kiribati culture after the first visit to the country, focusing on mapping culture, arts and heritage on public institutions, gathering available data and targeting recommendations for enhancing cultural industries related to tourism and other economic activities. The second stage is the drafting of a National Cultural Policy, based on field work, sources consulted, data collected and research processes developed. The third stage will be the consultative meetings and final report, oriented by the second mission to the country, consultations established and agreements with stakeholders and coordinators for the final document. The final result of the consultancy will be the document basis for the National Cultural Policy.

The situational analysis of culture in Kiribati, presented here, considered several data collections with diverse stakeholders. Due to the narrow timeframe, the work process had to be concentrated in one 14 days' mission for research, sites visits and meetings with stakeholders, as well as further data collected through e-mail contacts and online surveys categorized by stakeholders groups.

The document research focused on prior cultural policies, cultural mappings and strategies developed by the public sector in the country, with different kinds of analysis, from laws and conventions reviews, policies and programs from several sectors and statistics studies. This "state of the art" on legal and public policies documents covered national and international conventions, as well as governmental policies on intellectual property, copyright, culture, tourism, education etc. All this report focused the connections of culture, arts and heritage sectors within KV20, which targets the key role of culture for the country's development.

Upon arriving in Tarawa, a series of meetings were organized with the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC) and Ministry of Internal Affairs (MIA), aimed to discuss and agree the methodology, the diagnosis process and the overall consulting structure. A prior stakeholders list was developed and presented by MIA, with the meetings schedule. The preliminary list gathered ministries stakeholders, island councilors, churches, cultural centers and other relevant actors. The list was completed after the first meetings in Tarawa, with the insertion of additional stakeholders, with the intention of having a broad view of culture and economy, considering the diversity of

sectors and regions of the country. The program also included one visit to Abaiang, as well as to two islets (Nuotea and one neighbor islet) in a joint mission with the Ministry of Education. The visits comprehended focus group discussion in specific thematics - museum, heritage, music, design etc. - as well as visits to shrines and cultural locations.

Photos 1 and 2: Meetings in Abaiang (left) and World War II site in Tarawa (right). Photographer: Marcelo Murta

The main task of the institutional analysis was to identify cultural policies implemented by key institutions - Cultural & Museum Division/Ministry of Internal Affairs - as well as policies and actions figured transversely in diverse ministries and sectors, such like education, agriculture, fishing, women and gender policies, human resources, health, security, immigration etc. Interviews and documents analysis were conducted to achieve this end.

After the end of the first mission, it was agreed with MIA that online surveys would be sent to key stakeholders. Even with most part of necessary information already collected in the first mission, it was important to have survey respondents in order to confirm some data, find out controversies and have a closer notion of the understanding of culture, arts, heritage and key local factors - like the *Maneaba* structure, *Unimwane* system and a holistic and actual perception of Kiribati culture.

The typologies of surveys were changed due to perceptions on social organization and the role of institutions and associations in the cultural life. The survey for public authorities, for example, was divided in two questionnaires, one of them concerning local authorities represented in island councils. The churches and religious leaders were considered in a specific form, due to the importance of these institutions in the communities lives. One specific questionnaire was prepared for communication and broadcasting enterprises, mainly to the BPA (Broadcasting and Publications Authority), considering the role of radio for the country's communication.

Q1 - Survey for Island, Town and Urban Councils
Q2 - Survey for Churches and Religious Leaders

Q3 - Ministries
Q4 - Cultural Groups, Artists and Associations
Q5 - Universities
Q6 - Communication and Information Industries

The first group of interviews, using Q1, targeted issues related to policies applied and planned by local government, as well as a general overview about cultural structures and groups already identified throughout the country. The second group of interviews (Q2 survey) was dedicated to churches and religious leaders, in a close approach with these important groups in the social dimension of the culture, bringing a realistic overview about the culture development in the country. The stakeholders from ministries were targeted by Q3, aiming at getting key information on public policies concerning culture. Q4 tackled cultural groups and artists, identifying their activities and expectations on Cultural Policies. Q5 addressed university staff with a specific goal of identifying capacity building necessities and possibilities in the country, as well as mapping courses and projects linked to creative economy. Finally, Q6 addressed communication and information industries, focusing on the role of broadcasting in cultural relations in all the country.

The proposed diversity of sources of information enriches the work process and protects it from eventual risks. Even with some possible obstacles in applying questionnaires, or even a lack of information and participation are overtaken by this diversity. The interviews and surveys are complementary to other data analysis, making it possible to have a very broad report based on field work, documents research and participative processes, based on qualitative and quantitative research which uses methodologies like observation and interviews. The quantitative data is collected mainly from reports and census, as well as local documents - for example, museum's visits reports; cultural mappings; tourism information etc.

The statistics evaluation, another section of this report, considered the macro-economic data, with specific targets like youth and women, based on data from Kiribati Census, World Bank and other sources identified. The data collected and examined tried to unveil the participation of culture in national economics and employment status, considering the difficulties concerning lack of statistics data on culture and arts because of low interest of agencies as well as informality present on these sectors.

In the first mission we could reach around 110 stakeholders with more than 22 hours of interviews[3]. The goal was to understand human behavior through the identification of groups and the mapping of existing dynamics. It had an anthropological approach with direct dialogues aiming at getting different perspectives from diverse groups; it had also a cultural management perspective on the analysis of public documents related to

[3] The interviews were clocked, but only few authorized ones were recorded.

cultural policies; furthermore, it involved a socio-historical perspective concerning documents research and situation analysis.

The surveys were used to confirm and to give strength to arguments, as well as to find discrepancies and to provide the grounds for the proposed policies. Until the delivering of this report, forty-five (45) surveys were responded[4]. The use of some quantitative data makes the project/product stronger, but it is not the main objective of the consultancy. It is part of a broad and holistic view of culture to be considered. The questions of the survey served as means to support a broader work. The interpretation of survey results was a reference for developing this report, but they will be especially helpful for the final document, concerning the National Cultural Policy, to be delivered in March.

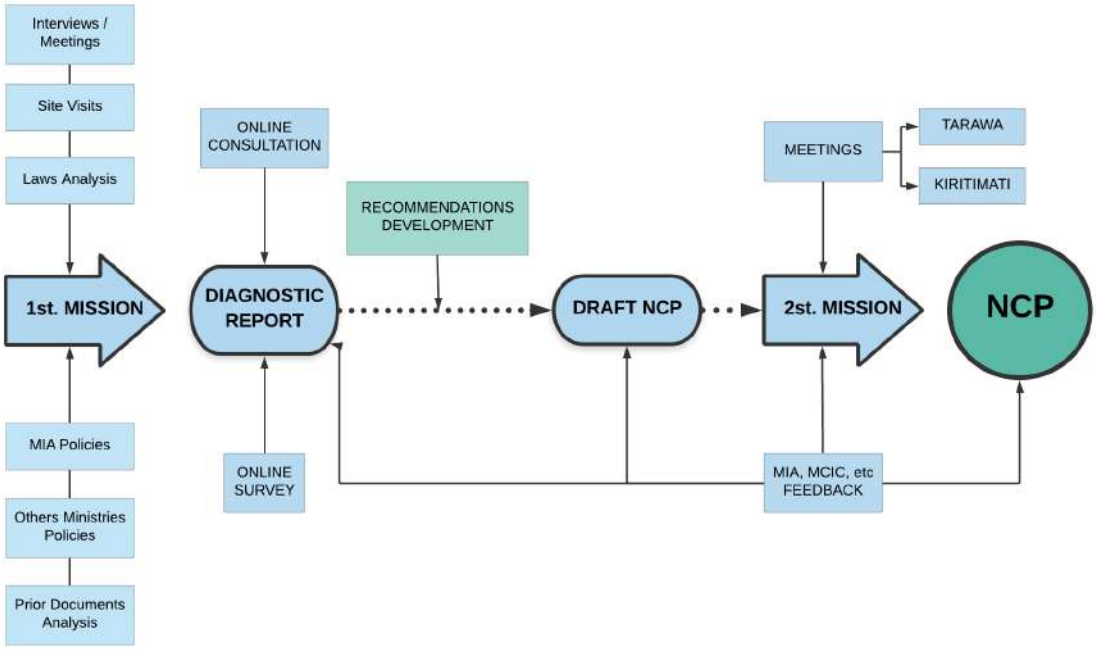


Diagram 1: Flowchart of consulting process. Source: own elaboration.

4. Culture, economy and policies in Kiribati

In 1980, just after the country's independence, an article published by Roniti Teiwaki in the "Pacific Perspective" magazine set that before the arrival of Europeans, Kiribati was a stable place, based on uses of local resources for subsistence (pandanus, coconut, fish, babai, toddy and breadfruit). Social life was developed around *Maneaba* (meeting

[4] Island Councils (3), Churches and Religious Groups (5), Ministries (5), Cultural Groups and Associations (31), Universities (1). No answers were received from BPA. However, a face-to-face interview was held in November 2018 with the presence of 4 staff personnel and BPA direction. Even with the low participation of some groups, like island councils and ministries, the face-to-face interviews covered the necessities for this report, bringing the key information for this document and reaching around 110 stakeholders.

place) and *Unimwane* systems (elders) - with each family and clan with their own *boti* (reserved place within *Maneabas*) and spokesman for Elders Councils (Teiwaki, 1980).

The idea that "the old simple way of life has given way to a much more complex way of doing things" (Teiwaki, 1980, p. 6) is found at insular societies in the Pacific region, as a result of the contacts among cultures and the substantial and aggressive impacts of colonial history. The modernization process is based on a clash of values and lifestyles and "there has been a modification in many ways or a blending of modern techniques and ways of thinking to produce a new way of life more suitable to modern realities" (Teiwaki, 1980, p. 6), mainly represented on the insertion of cash as a main aspect of economic life. Nonetheless, subsistence persists for most of i-kiribati families, merging modernity and traditional styles so that "people may buy rice, coffee and sugar or they may use nylon fishing nets and metal hooks, but the old techniques and ways of doing things still persist" (Teiwaki, 1980).

The uniqueness of Kiribati culture is historically related to diverse cultural influences and contacts. These relations are patent in the "widespread movements from island to island, accompanied by continuing contacts and connections among islands" (Petersen, 2009). The groups kept with them the cultural references and practices, from legends and shared histories to social skills and practices.

In terms of food and agricultural practices,

> migration groups carried with them a range of crops, or they were at least familiar with them. They narrowed these crops inventories down as they determined what was suitable to their new environments, while at the same time maintaining ties with communities on other islands in order to ensure continuing access to foods, goods, and resources they were no longer able to produce or obtain in their new homes. (Petersen, 2009, p. 40)[5]

The *Maneabas*, or meeting houses, key structures as a cultural system for i-kiribati people, have at their core the migration processes and mixture from diverse cultures, blending myths, tales from gods and voyages, expressed at its founding stories:

> The *Maneaba* traditions within the meaning of the writings of the two authorities stressed the need to be read in conjunction with the story of creation by Nareau and the consequent migration of Tematawarebwe from Samoa to Beru Island in Kiribati. It was on Beru that the prototype *Maneaba* was built by Tematawarebwe with timbers from Samoa. (UNESCO, 2015, p. 27)

Magic, inter-islands relations, material and intangible interchanges are reflected on Kiribati culture, which sets up patterns that are present on historic and prehistoric perspectives, having a main issue for developing culture and heritage.

[5] Petersen, Glenn (2009). Traditional Micronesian Societies - Adaptation, Integration, and Political Organization. University of Hawai'i Press. Honolulu.

> These islands cultures and languages reflect patterns of both divergence, caused by a degree of isolation, and convergence, brought about by continued interaction. Excavations of Lapita-period archaeological sites provide us with fairly clear material evidence that this is just what took place. (Petersen, 2009)

The **way of living**[6] of i-Kiribati people has changed in the last decades, assuming dynamics of "work and cash" and changing families structures - from extended families to nuclear families. The **political power** presents its meltings and clashes where some conflicts of interests use to happen between traditional and modern structures - *unimwane*/council of elders against elected councillors in western style councils, or customary laws in clash with written laws (Teiwaki, 1980; Mackenzie, 2010; MIA, 2018).

The **spiritual life** is very present in everyday life and even with the overlapping of Christianity the magic resists within society:

> after 120 years there is little doubt that Christianity has become an integral part of our present way of life, but it is surprising how persistent many of the old beliefs and superstitions have been. e.g. medicine, spirits, etc. (UNESCO, 2015, p. 7)

These issues are even more evident in geographic contrasts: South Tarawa, with a modern and urban lifestyle, and the Outer Islands, with a traditional and rural lifestyle connected to the "old existence" (see pictures below). If South Tarawa hosts work and cash dynamics, at the Outer Islands the subsistence style persists, with exceptions like monetary transactions for copra producing and handicraft. The *maneabas* also reveal this overlapping of traditional and contemporary lifestyles: just as they serve as meeting points, communities and churches in South Tarawa they also concern traditional practices, sometimes linked to traditional Gods in the Outer Islands.

[6] These definitions expressed worries and perceptions on Kiribati culture in the 1980's which are still present nowadays, according to contemporary studies, public policies reports and scholars presentations.

Photos 3 and 4: Contrast of lifestyles for a central Betio landscape (left) and an Abaiang copra worker (right). Photographer: Marcelo Murta

In a broad sense, the goal since the 1980s is related to some "determination to develop our new nation in the way which suits our own needs and aspirations" (Teiwaki, 1980). Following a wave of changes originated at the decolonization process, the tasks became about finding out ways to promote a self-development based on local values and resources, aimed at solving local problems and targeting own objectives, in the same context of integrating the country globally. The population growth and the urbanization were highly concentrated in South Tarawa. The small island space and its structural limits are very challengeable for a wages-based system, now used by a population familiarized to traditional economic structures. The challenge is to develop the economy with diversification, and culture and tourism are key factors for this process.

The cultural diversity nowadays is patent on the diversity of Faith, present through the main Christian religions, but also in Bahá'í, muslims, and local gods and beliefs. All these communities have their own spaces for meetings and for expression of culture and arts through choirs, dancing groups (*akekeia*) and gastronomy experiences. Each one has its own *maneaba* for developing their activities and even *Te Um'anibong* - the National Museum - has one built on traditional style and techniques. In a country with lack of public and cultural spaces for arts and heritage manifestations, the museum *maneaba* could be a prototype of a *Culture Maneaba*, bringing together communities, villages and people with different backgrounds together in a diversified environment for cultural interchange.

Most of cultural activities, mainly events and shows presentations that follow religious calendars occur within churches. Each of the communities have their own renewed *maneabas*, as a meeting point for their members, as well as a place for cultural activities and celebrations. Differently from the *traditional maneaba*, "the church *maneaba* is free from cultural restrictions and rules thus everyone in the church *maneaba* was treated the same" (UNESCO/ICHCAP, 2015/16).

Kiribati has a unique history as well as tangible and intangible cultural heritage, which can be visited by tourists, but also valued by the country's population to contribute to its

cohesion and social development. By creating not only employment opportunities for the population (traditional craftspeople, composers, dance groups and their dancers, musicians and singers) but also enhancing identity and empowering the people to create their future, the development of a National Cultural Policy will help finding the answers within the country and for the country, with the goal of bringing development to all of its inhabitants. The current task is to converge the cultural sector into sustainable development agendas, consider diverse cultural issues present in the country, finding opportunities and overcoming challenges.

Furthermore, in order to potentialize the National Cultural Policy of Kiribati and consequently its reality, it is important to reduce the globalized digital gap - in close cooperation with the relevant branches of the United Nations system. It means that the process will take into account the current technological situation of the country, and include in its goals facilitating the access and mastering information technologies as well as enabling the circulation of endogenous cultural products. With the help of technologies, it is also intended to increase the access to the educational, cultural and scientific digital resources available on a world scale.

5. The institutionality of Culture

The development of the cultural economy can bring to life important cultural heritage sites and create additional economic opportunities for local people. Kiribati therefore seeks to develop a National Cultural Policy to support the revival and promotion of tangible and intangible cultural and historical heritage.

In 2013 a National Cultural Policy document was drafted. The document presented main issues to be considered for a NCP, with a main orientation to traditional knowledge, but also aiming at intangible heritage protection. It also suggested a list of heritage identified to be considered for the Cultural Mapping. However, it was not developed despite of having key issues to be considered in this report and in the NCP now being developed.

The current NCP is considering the dynamics of culture, tackling its broad spectrum in human activities, patent within various public administration sectors. The professionalization of Cultural Management and contemporary dynamics of Economy of Culture, Creative Industries and Cultural Industries opened the ways for considering Culture as a specific sector, being a specific field. In several countries, the Ministries responsible for culture brought together a traditional way of managing culture - considering identity, heritage and nationality - and a contemporary arts production sphere - arts, music, film making, dancing. In addition, Cultural Management has to handle with these holistic dynamics, converging different interests and issues -

intellectual property, diversity, collective rights, capacity building, human rights, cultural rights etc.

Although Kiribati has its own division responsible for culture - The Culture and Museum Division (C&MD) within Ministry of Internal Affairs (MIA) - the projects related to culture, arts and heritage are spread along diverse ministries and other institutions, as well as NGOs, Churches and Associations. This section aims at identifying the cultural role within MIA, as well as mapping culture across other ministries and institutions.

5.1 Ministry of Internal Affairs - Culture and Museum Division

The Ministry of Internal Affairs - MIA - is responsible for "ensuring that the public goods and services serve the needs of communities and are well coordinated, delivered, monitored, maintained and sustained" and "that public goods and services will reach communities in a manner of equitable distribution of development benefits."[7] The ministry is responsible for the relations between central government and decentralized instances, being strictly connected to local government and the islands' management. The geographic coverage of its policies ensures the activities of main and outer islands, presenting a very widespread system.

The ministry has three divisions: two of them aimed at fostering decentralizing process for local development, being urban or rural - Local Governmental Division (LGD) and Rural Development Division (RDD) - and the Culture and Museum Division (C&MD) which seeks to "preserve, protect and promote the Kiribati culture to empower communities and individuals to maintain our unique cultural identity"[8]. This division - C&MD - is also responsible for managing the National Museum - *Um'anibong*. The following diagram displays the current organigram of C&MD:

[7] Kiribati Government - 2018 Budget - as presented to the Maneaba Ni Maungatabu on 5/12/2017. Available at: http://www.mfed.gov.ki/sites/default/files/Government%20of%20Kiribati%202018%20Budget%20-%20as%20presented%205%20Dec.pdf

[8] Kiribati Government - 2018 Budget - as presented to the Maneaba Ni Maungatabu on 5/12/2017. Available at: http://www.mfed.gov.ki/sites/default/files/Government%20of%20Kiribati%202018%20Budget%20-%20as%20presented%205%20Dec.pdf

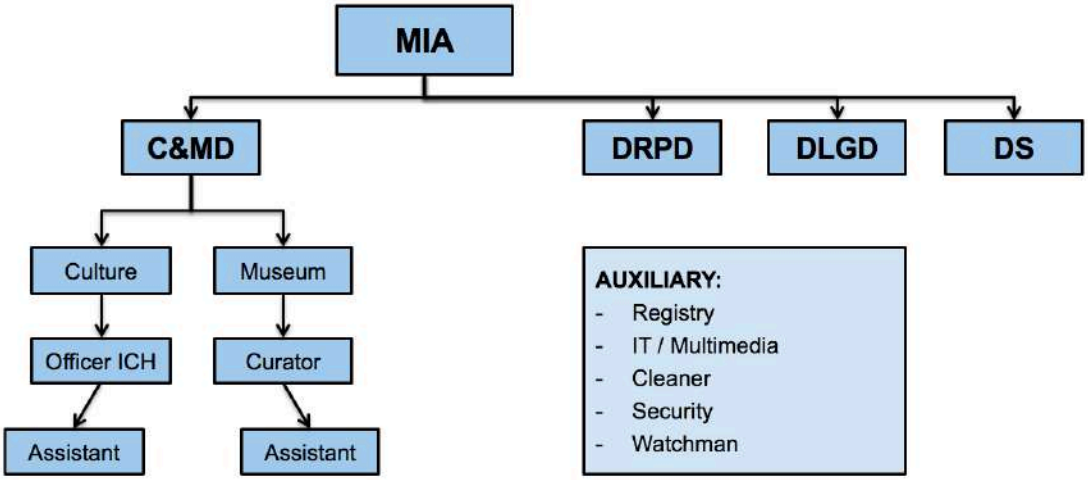


Diagram 2: Organigram of C&MD. Source: Consultations with museum staff.

The C&MD had twelve active personnel in the period of consultations. They were assigned to two different partitions, one for Culture and Intangible Heritage activities and the other for museum actions. Additionally, registry, IT & Multimedia, cleaning services and security were developed by auxiliary employees. The closeness among policies concerning museum issues and intangible heritage is very profitable for C&MD activities, as well as to improve the museum's role. Most of national heritage and traditions esteemed by Kiribati people refers to its traditional knowledge and intangible heritage.

It is interesting also to notice that the culture sector is among these "public goods and services" that characterizes MIA's role. The C&MD is under MIA, being the institution responsible for carrying out cultural policies in Kiribati. The culture, therefore, should be delivered and promoted throughout the country, restating the "faith in the enduring value of our traditions and heritage", present in the preamble of Kiribati Constitution (Kiribati, 1979).

The diversity of heritages is very challenging to be managed in Kiribati. There are several churches - mainly Catholic and Protestant - with a very remarkable history in the country and there are also minorities represented in other communities, such as other Christians churches, Baha'i and Muslims. In addition, there are traditional shrines to be maintained as tangible heritage associated to intangible heritage, as well as historic remains from World War II and archaeological sites. All these heritages are seen as resources for local development through the valorization of local identity, social cohesion and education programs, as well as the fostering of economic chains impulsed by culture and tourism.

5.1.1 The Museum Role

The museum has a main role in this process of managing the culture in Kiribati. The *Um'anibong* has being developing most of cultural policies in the country, going beyond the classical museum role, related to the preservation of old and static objects, and assuming a very contemporary Museum role, overtaking its walls and borders. The fact that the museum holds a *Maneaba* as part of its structure stresses its potential as a space of meetings and discussions, connecting histories, traditions and being a place to gather citizens, tourists, schools and communities.

Photos 5 and 6: *Te Umwanibong* exhibition hall (left) and the musem *Maneaba* (right). Photographer: Marcelo Murta.

The museum develops national projects, such as the Cultural Mapping (next session of this report); it is part of schools calendars to receive groups of students; and it is open during weekdays for tourists visits (visits reports presented on subsequent section). It is also contemplated by the museum sector agendas, for example in the promotion of the International Museum Day since 2014, with several activities.

The latest UNESCO Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections, their Diversity and their Role in Society (2015) represents an important progress to public policies for culture and museums, stressing that

> Museums have great potential to raise public awareness of the value of cultural and natural heritage and of the responsibility of all citizens to contribute to their care and transmission. Museums also support economic development, notably through cultural and creative industries and tourism[9].

The same Recommendation mapped important points of planning and actions regarding the museums and highlighted four functions for the contemporary museum: preservation, research, communication and education. Then five challenges to contemporaneity are stressed: globalization, relations with economy and quality of life,

[9] UNESCO Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections, their Diversity and their Role in Society (2015)

social role, ICT's and general and functional policies. The social role of museums is specially considered in three sections:

> 16. Member States are encouraged to support the social role of museums that was highlighted by the 1972 Declaration of Santiago de Chile. Museums are increasingly viewed in all countries as playing a key role in society and as a factor in social integration and cohesion. In this sense, they can help communities to face profound changes in society, including those leading to a rise in inequality and the breakdown of social ties.
>
> 17. Museums are vital public spaces that should address all of society and can therefore play an important role in the development of social ties and cohesion, building citizenship, and reflecting on collective identities. Museums should be places that are open to all and committed to physical and cultural access to all, including disadvantaged groups. They can constitute spaces for reflection and debate on historical, social, cultural and scientific issues. Museums should also foster respect for human rights and gender equality. Member States should encourage museums to fulfill all of these roles.
>
> 18. In instances where the cultural heritage of indigenous peoples is represented in museum collections, Member States should take appropriate measures to encourage and facilitate dialogue and the building of constructive relationships between those museums and indigenous peoples concerning the management of those collections, and, where appropriate, return or restitution in accordance with applicable laws and policies.[10]

Museums need to be strictly related to social life. The *Maneaba*, as a main social structure in Kiribati, is part of the museum and its social activities. It brings a constructive opportunity for strengthen social ties and social identity. The traditional structure which is present all around the country, being part of the museum, it can establish relations among pieces of the social puzzle performed in Kiribati. If the museum is functional to life, so it justifies its existence.

The museum performs this social role and it has been implementing actions that enhance the collective vision of culture, as a mean for awareness about its social role bringing citizenship to all people inhabiting the country. Traditions are collected and preserved in various books, from British administrators, such as Grimble and Maude, all of them with a very anthropological approach. A collection of videos and recordings is preserved in the museum, but it still needs a policy for its proper conservation, what could be connected to National Archives, for instance.

The collections in the museum's exhibitions are about several issues: handicraft, natural objects, some paintings from XXth century painters, traditional weapons and armors, objects form the World War II, a section with objects from FESTPAC etc. It is also equipped with TV for multimedia activities. The museum has indications and information concerning its displays but it needs an update on exhibitions. It was stated, as well, the need of capacity building programs to workers. There is a need to reinforce

[10] Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections, their Diversity and their Role in Society. In: Report of the Intergovernmental Meeting of Experts (Category II). Paris, UNESCO Headquarters, 27-28 May 2015.

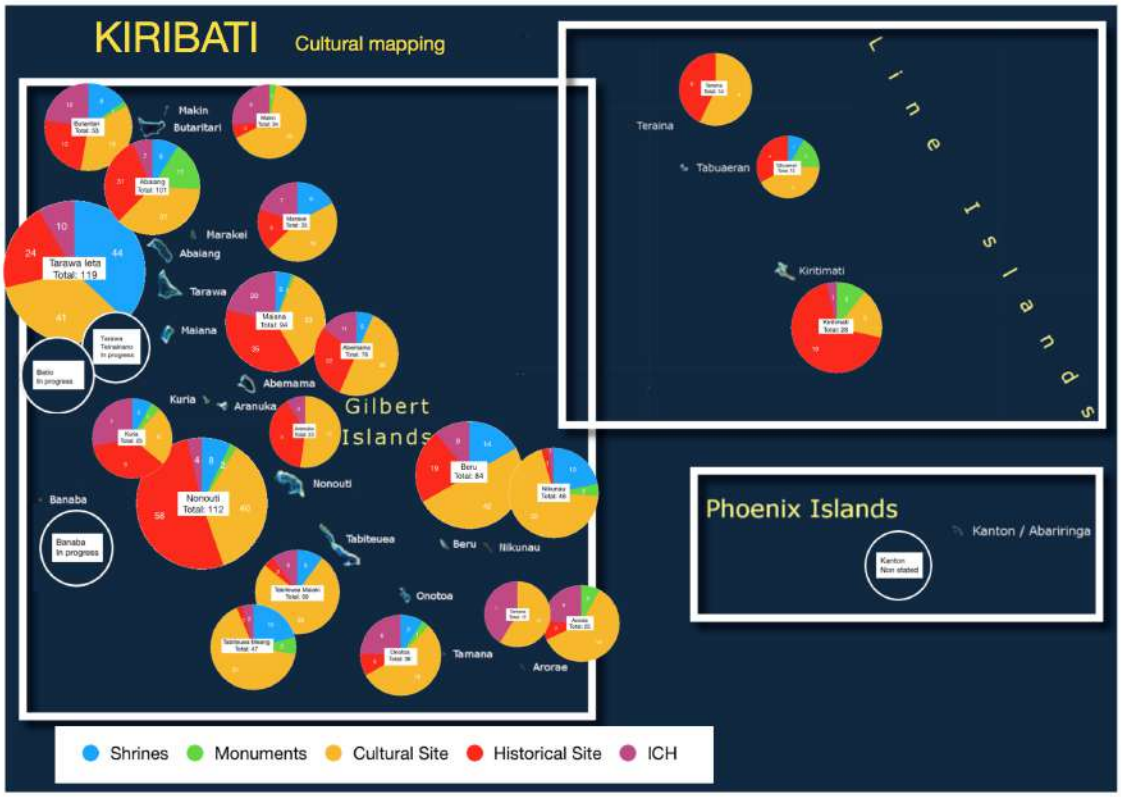
the museum main roles based on Preservation-Research-Communication (PRC) processes. The discussion on the questions proposed by the Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections (UNESCO, 2015) is a good suggested starting point.

5.1.2 Cultural Mapping

The National Cultural Mapping Project was established to be undertaken from 2005 to 2010. A team from *Te Um'anibong* (C&MD) implemented it within a timeframe of 5 years and covered all islands across Kiribati, with the exception of South Tarawa Island (Teinainano Urban Council), Betio Island (Betio Town Council), Banaba Island and Kanton Island. The transcriptions for these cultural mappings are now kept in the museum in Kiribati language. Currently there is no translation of the transcriptions, which is an action that could be a good opportunity to promote Kiribati culture. The Division has a long term plan to work on this task to ensure that all the transcriptions could be available to be accessed to non I-Kiribati.

All the information was documented through digital recording and additional documents, bringing data regarding tangible and intangible heritage, which was completed in 2018. The project mapped myths and legends, cultural and historical sites, traditional knowledge and skills as specified on the domains and elements oriented by guidelines of the UNESCO 2003 convention. The information was provided by the communities in every villages and mapped with GPS (Global Positioning System).

The summary of the cultural mapping on dated of December 2018 considered five categories: shrines, monuments, cultural sites, historical sites and intangible cultural heritage. Most of the heritage is present on the Gilbert Islands, even though the inventorying process is in progress and some islands had not yet been researched. The following map shows the distribution of the cultural mapping in the country:



Map 1: Cultural Mapping. Source: Cultural Mapping Report - MIA / Own elaboration.

The main heritage identified in Kiribati is related to Intangible Cultural Heritage (ICH) and traditional practices. The *maneabas* are considered to be the centerpiece in cultural practices and "the catastrophe of safeguarding ICH began from an assault on the traditional *maneaba*". The new generations started questioning the traditional *maneabas,* as it has many restrictions such as that "only old-men are allowed to talk", and the maintenance of protocols, according to some people, "was only of benefit to a few". (UNESCO/ICHCAP, 2015/16).

The current ICH identified in the Cultural Mapping Report, as presented in December 2018, points out 128 intangible heritages in the country. Furthermore, from 9 to 11 February 2011 a workshop on ICH was held by UNESCO in Tarawa with the participation of elders to draft a 5 years work plan for ICH.

There is still no evaluation of this work plan, as C&MD staff need to go through all the mapping reports to do some analysis on findings from the cultural mapping. "There are some issues that have been raised after completing the mapping documents to islands, these include some incomplete information, which needs to be revisited. Some sites have no GPS readings, while most need to be visited for document validation and updates on missing information"[11].

[11] Online consultation by e-mail with C&MD Senior Culture Officer Ms. Pelea Tehumu.

In 2015 and 2016 a report was developed by the International Information and Networking Centre for Intangible Cultural Heritage in the Asia-Pacific Region (ICHCAP), under the auspices of UNESCO. This report aimed at identifying efforts taken by the government of Kiribati in the ICH sector. The document sets that safeguarding efforts must be stipulated by law, with clear measures to protect heritage as well as clear penalties enforcing. (UNESCO/ICHCAP, 2015/16).

In fact, in Kiribati there is no direct law determinations to ICH protection, besides the mentions to traditions protection in the country's constitution[12] and the ratified ICH UNESCO Convention from 2003[13]. There is also a traditional knowledge discussion held by the Intellectual Property team, within the Ministry of Commerce, Industries and Cooperatives (MCIC). Although both domains (intangible heritage and intellectual property) have similar worries and projects, concerning the protection of traditional knowledge, they are set to be developed by different institutions, considering their origins and tutela. The intellectual property issues are under the MCIC, oriented internationally by the World Intellectual Property Organization (WIPO) and the World Trade Organization (WTO). The intangible heritage is under the Ministry of Internal Affairs (MIA) responsibility and is internationally oriented by UNESCO frame. Of course it doesn't preclude joint policies among these sectors and it is very important to converge the sharing of information and the developing of projects, as well as to have the participation of officers from both domains in the policies and committees from each of the ministries. The training of staff is also primary to have a very updated human resources within ministries.

Concerning tangible heritage, the current Cultural Mapping identifies 130 shrines, 36 monuments, 468 cultural sites and 266 historical sites. The Catholic and Protestant churches are main buildings and some of them need interventions to be maintained, considering architectural restorations and conservation processes. These projects could be very costly and it could be necessary joint efforts to target fundraising and disposal of materials. The inventories carried out through the cultural mapping should also maintain updated the conservation status of the buildings.

Te Bangoota (shrines) are stressed to have a very important role to local identity, being related to local celebrations. A lot of them, according to the UNESCO/ICHCAP report and site visits, need to be preserved and could have valuable communication processes through local guides. The *maneabas* are part of a very complex system, and their maintenance is not about conserving their physical structure as a permanent building, but to stress out its intangible value, fostering the maintaining of the processes. A *maneaba* mapping is important not only to have a cultural cartography, but to articulate this valuable knowledge with contemporary social and political practices.

[12] Preamble: "with faith in the enduring value of our traditions and heritage". (Constitution of the Republic of Kiribati, 1979).

[13] Ratified by Kiribati in 2018.

There are also a group of sites and heritages to be promoted in the policy, such as the Greig Family heritage in Tabuaeran, the Teraina buildings, the Kiritimati nuclear tests heritage, old Polynesian settlements, historical sites on Tabuaeroa and Tabiteuea North, historic graves, the King Binoka heritage in Abemama etc.[14] To have all this heritage promoted it is helpful to look for agreements with NGOs and IOs. But it is primary to have all heritage management monitored by C&MD. There is also a potential underwater cultural heritage due to various battles held in the region. There is a need of a national policy concerning this underwater heritage, as well as combating illicit trafficking from several sites.

The works for finding World War II sites implemented by US NGO History Flights, for example, are very important for the processes of repatriation of human remains to the United States. It is also a way of identifying sites and collecting artifacts from this and other periods. However, it is indispensable to have a closer relation with authorities and specialists from the cultural sector in Kiribati. This issue is better addressed on this report section dedicated to Ministry of Foreign Affairs and Immigration (MFAI).

The Kiribati life is very connected to nature. All the landscape and traditional issues have a natural aspect. The Phoenix Islands Protected Area (PIPA) was designated in the World Heritage List in 2010 and it is under Ministry of Environment, Lands, and Agricultural Development (MELAD). A lot of measures are being developed to guarantee its proper management as a World Heritage. It currently has a Regulations established in 2014 by virtues of the powers vested by Section 43 (1) and Section 86 (1) of the Environment Act 1999 and as amended in 2007 (No.1 of 2007). These acts safeguard the fauna of Kiribati in that remote area, with a monitoring ship aimed to surveillance the protecting the protected area. All natural heritage are also linked to human landscapes, considering histories, traditions and relations between human being, nature and history. One of the aspects to be considered in managing PIPA, for example, is the Amelia Earhart flight, supposed to be lost in Nikumaroro, within the protected area. It is very important to have C&MD staff in close relation with this issue, as it is part of tourism seizing, as well as historic and research opportunity. The museum to be launched by PIPA could have a section dedicated to this issue and other underwater heritage. The ship defined to make monitoring trips in the islands, as well as eventual tourist tours, need a specific policy for interpreting the cultural heritage, what could be coordinated by MIA officers.

There is a paramount need of taking advantage of the available mapping and other materials to establish a plan for the National Heritage policy in Kiribati, through a National Inventory, supported by the definition of methodologies, categories, preserving resources and a specific system gathering information concerning the National Heritage.

[14] This is part of the heritage identified by the Cultural Mapping and also by UNESCO/ICHCAP report from 2015/16.

The current policies are spread in various projects and sectors. The Cultural Mapping needs to be extended to an interrelated system that could clarify the situation and shine a light into preservation measures.

Although the progress is noticeable in the Cultural Mapping, with a very extensive work even lacking essential resources, there is still the need of a National Inventory complying with the UNESCO (2015) framework and use of modern methodologies and ICT's for promoting actions. "There is clear evidence from the survey and interview that there is much need for the establishment of a down-to-earth and modern National Inventory." (UNESCO/ICHCAP, 2015/16, pg 23). New Information and Communication Technologies (ICT's) could also be used for online mappings, pointing out the heritages and sites, with open platforms to update data, being in the same time a tool to promote heritage as well as monitoring it.

5.2 Intersectoriality - Culture within other ministries and sectors

5.2.1 Ministry of Education (MOE)

There are at least three main issues considered for the development of cultural sector within the education system: the Curriculum Unit (which covers Kiribati studies and Kiribati language), the National Archives (NA) and the National Library (NL). These divisions concern tangible heritage preservation, through books and documents archiving and maintenance; and intangible heritage safeguard, through syllabus priorities, traditional skills, arts, stories and country's history.

The legal framework for the preservation of ICH within MOE is based on the Education Act 2013. The i-kiribati studies are based on the Ministry of Education Syllabus.

> The Ministry of Education (ME) by the powers conferred by Section 4, (a), (i), (ii) and (ii) of the Education Act provides for high quality education which implies that knowledge of I-Kiribati culture is one of the ingredients of high quality education. Culture and community have become part of the school syllabus." (UNESCO/ICHCAP, 2015/16, pg 8).

The Policies and Guidelines as presented in the National Curriculum and Assessment Framework for content, structure and delivery for primary and secondary schools was developed in accordance with provisions of the Education Act. It provides for quality education to enable students to become responsible citizens exposed to their own cultural environment and literacy. This explains the reason of having the Community and Culture as part of all school's Syllabus. (UNESCO/ICHCAP, 2015/16, pg 13).

These cultural issues also include food security with the enhancing of local food consuming for young students, such as breadfruit, pandanus, coconut, toddy etc. It is also an action that provides a better option for consumers and producers. The language

issue is very important in this process. The education process is based on a bilingual structure, with i-kiribati language as the primary one and english as an important language for labour insertion internationally.

A relevant part of Kiribati heritage is maintained by the National Archives and the National Library. The archives include islands genealogies, titles, land and colonial records, microfilms and several documents since colonial era. They are the main institutions for maintaining registered archives as well as for promoting literacy in the country.

5.2.2 Ministry of Women, Youth, Sports and Social Affairs (MWYSA)

MWYSA has a main role in promoting women empowerment, mostly within Women's Development Division (WDD) projects. The MWYSA website states that WDD's vision is "to improve the status and livelihoods of women and girls in Kiribati through equal access to resources, opportunities, rights, services and their full participation in social, economic and political development", having its "aim is to facilitate and promote women's development and gender equality in Kiribati through an efficient and adequately resourced team within the Division"[15].

Kiribati has a lot of problems related to domestic violence, presented in the "gender issues" section of this report. On the other hand, women also have a very high level of associativism, mainly connected to artistic expressions, handicraft and churches. Even with an expressive level of informality, the handicraft associations use to promote i-Kiribati culture, for instance with national expos and sales promotion through private groups, like the sales exhibition held by Tobaraoi, a company with an office in Tarawa, having activities in all Pacific region.

The handicraft is a main sector for economy development as a local resource that generates income for families. Most of the handicraft produced by associations and individuals are developed by women, as noticed in the National Expo, the main event promoted by MWYSA to develop handicraft market. The 2018 national budget had an expense line of AU$ 50.000 to this event.

5.2.3 Ministry of Information, Communication, Transport and Tourism Development (MICTTD)

The MCTTD is responsible for several projects related directly or indirectly to the cultural sector. The communications policies are strictly related to cultural sector, by promoting local music, for example, through radio and tv (the ministry is responsible

[15] https://www.mwysa.gov.ki/

for licensing), and fostering telecommunications, as well as hosting Government Printery, Newspaper registration and Postal and Philatelic Services. The tourism sector is developed by Tourism Office and also by government owned Otintaai Hotel, responsible for managing a group of rooms for tourism service.

5.2.3.1 Tourism Office (TO)

If transports and communication are essential to cultural development in maintaining the flews and networks of contact among islands and i-kiribati citizens, the Tourism Office has a direct role on promoting the sector and its various specificities - sites management, orientation to visitors, heritage interpretation.

Although it is considered amongst the two priority sectors for KV20, the tourism sector has not given an expressive revenue to Kiribati budget, as per 2018 budget document. However, if for fisheries sector there is a very direct and clear perception on its collaboration to revenues, considering the selling licenses, the tourism sector has indirect outputs that are not noticeable clearly on numbers reports. On its direct relation with cultural sector there is a spread of outputs from a variety of sectors, ranging from hotels to transports companies, restaurants, handicrafts and arts sales.

The "Kiribati National Tourism Development Strategy 2016 - 2019" was launched in November 2015, with the support of European Union and South Pacific Tourism Organization. The document was designed "to identify and address sector related impediments, to facilitate a faster rate of economic growth and increased benefits from tourism". Kiribati receives less than 1% of the Pacific market for tourism. With high costs and lack of infrastructure, the country is not a destination for mass tourism. The main fields linked to tourism development are related to fishing tourism and cruise shipping.

The culture sector is seen in the strategy as a factor to bring social benefits from a sustainable tourism development highlighting the desire to "preserve culture and heritage". In fact, the cultural interest currently attracting tourists to the atolls is based on World War II heritage. However, "many of these sites are in a poor state of repair and the remnants of the battlefield are deteriorating rapidly. Most sites however are poorly presented, poorly maintained and in many instances have limited information and documentation associated with them." (KNTDS, 2015 p 10). The diversity of culture is also identified as a "strong selling point", focusing on cultural presentations, stressing the irregularity of its performances for tourist interests.

The strategy stresses the need of accessing and upgrading attractions and the historic sites need to be improved in terms of interpretation, signage and guides training, as well as ICT's development with some specific projects, such as mapping and promotion through internet databases.

Another potential sector to be developed within cultural policies directly related to tourism flows is handicraft. The promotion of handicraft is very well developed by MWYSA, but there is a need of getting both ministries policies closer. The handicraft is very valuable in tourism sector, generating interest for local culture and economic increase through sales for visitors and export of these products.

The National Museum is not directly considered in the strategy even being a main actor in the tourism development process. Museums are directly connected to economics of culture and tourism. And the policies to foster these sectors aim at enhancing museum as a space for developing cultural activities. The visitors for tourism are used to seek for cultural structures like museums. Having good structures to receive tourists is strategic on developing tourism.

5.2.3.2 Broadcasting and Publications Authority (BPA)

BPA is a public enterprise under MICTTD and it is responsible for two radios and one newspaper. Its revenues come from sponsors and propaganda and it has some specific isolated public expenditures, for example related to transmissions infrastructure, such as the defined expense item within 2018 budget: AU$ 76.000 for Kiritimati Island AM Transmitter.[16]

BPA is responsible for broadcasting two main frequencies in Kiribati: one AM radio transmission that reaches all the country and one FM frequency that reaches South Tarawa. BPA seeks to have different transmission focus. If the FM frequency uses to favor modern songs, mixing foreign and local music, the AM frequency has a more traditional range, bringing historical records and traditional songs.

The office host also the BPA Recording Studio, aiming at producing jingles, adverts, awareness programs and music, as well as establishing a workforce in music industry, also "through promotion and nurturing of young artists"[17]. Although it has defined its mission, functions and an established studio, there is a need for promotion and communication about its services as well as achieved results.

BPA has a collection of records of traditional music. As stated by stakeholders during interviews held on November 2018, they have interests on fostering missions and projects to record and safeguard traditional music. It is a clear opportunity to seek for joint actions and projects of intangible heritage inventorying with human resources and support from MIA, ME (National Archives) and BPA.

[16] http://www.mfed.gov.ki/sites/default/files/Government%20of%20Kiribati%202018%20Budget%20-%20as%20presented%205%20Dec.pdf

[17] https://bpa.org.ki/bpa-recording-studio-department/

5.2.4 Ministry of Finance and Economic Development (MFED)

As in most of the countries, there are not well developed statistics and budgets reports. Most of data analysis is taken from general statistics and census, as presented in the specific part of this report. There is a lack of understanding on the culture participation in the country's economy. The data available expresses a general notion of a sector with a lot of informality - most of activities are not registered or even are not paid - what causes difficulties for analyzing it. Culture, arts and heritage are also spread on various sectors and ministries, what brings additional measuring difficulties.

The budgets specify the expenses of C&MD within MIA and as part of other ministries' it can be isolated to have a limited view on public budgets. There are projects developed within each of the ministries which have specific cultural content and relation to cultural sector. However, it is difficult to precise the cultural participation on public expenditures, as it is mixed with other data.

5.2.5 Ministry of Foreign Affairs and Immigration (MFAI)

Ministries of Foreign Affairs have a main role on cultural policies, at least by two aspects: foreign and local citizens' relations through migration processes and the promotion of the country's culture, heritage and arts abroad. If the first one is connected to citizenship relations, the second one focuses on all economy of culture chains, as well as the maintenance of identities and sovereignty in international forums.

The promotion of i-Kiribati culture and heritage is strongly related to the Pacific Heritage processes, as stated and promoted, for instance, by Pacific Heritage Hub within the University of South Pacific (USP) or the participation of Kiribati in the Festival of Pacific Arts (FESTPAC). This festival, besides the organization of a huge event every four years, has generated a forum of ministries of culture where the sector could be discussed and agreed regionally on a strongly and better articulated way. This is noticed on the Pacific Regional Cultural Strategy - discussed on section 9 (nine) of the present report.

One of the key aspects of this ministry relation with culture is about authorization for excavations and prospections on historic and archaeological sites. The MFAI managed the celebration of a Memorandum of Understanding (MOU) between the Republic of Kiribati and the United States of America (USA) - through the NGO History Flights - to make possible prospections to reach World War II remains, specially focused on looking into North American soldiers dead during the Battle of Tarawa (1943).

The Memorandum was signed between the Joint POW/MIA Accounting Command (JPAC)[18] and the Ministry for Foreign Affairs and Immigration (MFAI) on Republic of Kiribati. It was issued on September 17th 2010 and outlined the JPAC activities in Kiribati during research, investigation, excavation, and forensic activities, also prohibiting any payment of rewards for the remains.

According to the memo, in terms of joint arrangements, it was stated that appropriate Kiribati organizations and officials were to inform JPAC of any permits required; a mission of public awareness to local residents and officials about JPC arrivals was to be planed, as well as coordinating entry/exit information. The MFAI also agreed to protect and preserve sites and artifacts as well as notify JPAC of any disturbances of possible World War II sites. To coordinate the activities a scope of work to conduct the processes of excavation and forensic reviews were to be submitted by JPAC to the MFAI, with written mutual agreements on dates and their extension; the JPAC was to provide photographic records, determine scientific strategies and provide reports upon completion of identification processes. Regarding the remains and material evidence, the recovery and transportation was to go through the MFAI and returned to the organization with the exception of personal effects associated with and identified individual. Material evidence would only leave with JPAC if it directly assisted or supported identification. All recovered material was to be verified by anthropologies from the National Cultural Office. Celebrations such as memorial services were to coordinated and approved by U.S. Embassy and JPAC headquarters.

The memo also approached aspects such as the importance of security to access sites, to be coordinated by both parties to assure safety for Kiribati officials and citizens, press/media, being task of the Kiribati Police service to approve or provide security to JPAC teams. Medical and explosive evacuation are also to be coordinated. In terms of Customs and Immigration as list of team members was to be provided along with information about communication equipment and medications to be brought and used by the team. Team members of JPAC were not to use military uniforms, except for ceremonies, and also demonstrate respect for local laws and customs. Regarding compensation and reimbursements, the U.S. and JPAC were to pay for unskilled labor and Kiribati officials as well as travel and lodging to the latter, as well as compensation for land owners.

The document represented and arrangement between JPAC and the MFAI and also the Ministry of Internal and Social Affairs and National Cultural Council to establish a joint relationship yet not being a binding international agreement between the U.S. and the Republic of Kiribati. It aimed to be in accordance to both parties, to pursue their best efforts do accomplish the listed items and any disagreements should only involve the

[18] Part of the U.S. Department of Defense, this institution is tasked to provide fullest account on all Americans missing during the World War II conflict in the Pacific

representatives concerned. The Memo was signed by Terieta Mwemwenikeaki, Deputy Secretary of the MFAI and Col. John Sullivan, USMC, Deputy Commander of JPAC.

It is important to remind the "Treaty of Friendship Between the United States of America and the Republic of Kiribati", signed on 1979. Its article 5 sets that:

> The Governments of the United States and Kiribati will use their best efforts to encourage cooperation between the two countries in protecting the unique natural and cultural resources of Kiribati, and, for their mutual benefit, to encourage and facilitate scientific research activities and cultural exchanges. (Tarawa, 20 September 1979. Art. 5)

The excavations must necessarily bring direct benefits for the Republic of Kiribati and its people, mostly when talking about cultural and social benefits. The working processes should encourage the development of local human resources, bringing capacity building for i-Kiribati people, cultural development through research and understanding about local heritage, as well as the constitution of collections for heritage projects that could be developed by the Museum, universities or local associations. Even if the excavations look at specific goals - as the WWII human remains - they are being developed in Kiribati territory and into fields that could cover archaeological and historical treasures of the country. It is paramount to have MIA engagement in the coordination of this process, as it concerns a national heritage issue and MIA is the main public institution with its functions related to culture and heritage.

5.2.6 Ministry of Fisheries & Marine Resources Management (MFMRD)

MFMRD manages one of the key sectors of Kiribati economy. The fisheries are responsible for a representative part of the country's economy, either from big vessels or from subsistence fishing, and it is one of the priority sectors chosen within KV20. Kiribati culture and gastronomy are strictly connected to the oceans and fostering sustainable methods is essential for food security and for local development.

One of the projects developed within MFMRD is *Te Waa n oo.* The main objectives of this project are to reach "provided affordable fishing canoes (*waa n oo*) to enhance food security and promote economic growth for the fishermen", fostering sustained traditional practices, local knowledge, improvement of income and enhancing sustainable livelihood of locals[19]. Through the Observer Fund, according to 2018 budget plans, the project will be performed with a sum of AU$ 991.787,06.[20] It is a good example of the possibilities for fostering local development through traditional

[19] https://www.mfmrd.gov.ki/?page_id=405

[20] Data from: Te Waa n oo. MFMRD. Available at: https://www.mfmrd.gov.ki/?page_id=405. Accessed on 8 Jan. 2019.

knowledge. Although, the definitions on traditionality and heritage to be enhanced are not worked in connection with museum and heritage sectors. It could be profitable for all these sectors to develop joint actions, using resources from institutions and accumulated knowledge, for example, adding the value of national heritage inventories and cultural mappings to the definitions of policies concerning traditional fishing.

5.2.7 Ministry of Environment, Lands, and Agricultural Development (MELAD)

This ministry has at least three roles concerning cultural aspects. One of them, mentioned in a report developed in 2015 about intangible heritage, is about its role in two divisions: Agricultural Division and Lands Division. The first one acts "in the preservation of native lands and the maintenance to some extent of plants that are valuable to I-Kiribati traditional way of life", focusing on planting coconut trees, indigenous plants and other trees. (UNESCO/ICHCAP, 2015/16, pg 43). The Lands Division guarantee ownership of lands based on traditional functions, in accordance with local chiefs and formal authorities, in connection with Ministry of Justice (MOJ) policies.

The third one is related to World Heritage issues and the management of Phoenix Islands Protected Area (PIPA). The implication of cultural and natural heritage in the same article highlights the close relation among these areas emphasizing the clear need for managing sites and protected areas in a joint way. The heritage issue concerning PIPA had already been discussed on a prior section, related to heritage.

The Environment Act, from 2007, on its "Division 3 - Conservation" sets a AU$ 100.000 fine to the causing of harms to cultural or natural heritage:

> A person who causes or allows harm to the cultural heritage or natural heritage (as defined by the World Heritage Convention) of an area included on the World Heritage list, other than in accordance with an environment license, commits an offence (Kiribati, 2007)[21].

There is also a museum project to be built in South Tarawa. It is important to have MIA officers close to its implementation, as it could take issues from cultural and heritage aspects, as well as the museography and exhibitions to be set up. The discourses present in all displays are part of cultural tasks, as it concerns the interpretation of space and landscapes, bringing together environmental, historic, cultural and natural issues.

[21] http://www.paclii.org/ki/legis/num_act/ea2007239/

5.2.8 Ministry of Commerce, Industries and Cooperatives (MCIC)

MCIC is a main ministry in Kiribati responsible for policies concerning business, cooperatives, industries, trade, consumers protection and intellectual property. It has a very broad scope of work as it is directly linked to the development of the country's economy. Some key issues are related to cultural policies and it is fundamental to approach them to set up a holistic and well articulated NCP.

The Traditional Knowledge protection is under an ongoing process and there has been expressive progress in designing a legislation to protect it in the near future (UNESCO/ICHCAP, 2015/16 pg. 8). The policy is drafted[22] in eight sections, tackling contexts - also with concepts, such as the understanding of culture, principles and values, objective, preservation of TK, protection of TK, promotion of TK, implementing and managing the policy. It focused also on the concept of Cultural Security, which is very strictly connected to knowledge policies, as well on promotion sides of Economy of Culture.

The document clearly states that traditional knowledge and cultural expressions of the people of the Republic of Kiribati and its 33 islands, which are unique and invaluable treasures and that defines the characteristics of their identities. Therefore, it stresses the need for measures to ensure optimal documentation, protection, promotion and transmission of these important elements. It elucidates the dangers of disappearing for lack of proper laws and documenting actions, as well and misappropriation of such aspects, menaces inflicted by local and global forces. Alongside these elucidations, the document also brings the opportunities and the social and economic benefits of caring for Kiribati heritage.

Among the assumptions taken by the document, even though culture is a dynamic phenomenon, its ever-changing aspect can be synergic with traditional and historical aspects. The document takes a step forward by pointing out that promoting deliberate actions, cultural amelioration can account for benefits for the whole population, in terms of education and quality of life, at the same time respecting sacred knowledges and rewarding its owners properly. The people with Kiribati and its government stances are responsible for making decisions and actively participating in the actions stated. Accordingly, the benefits also extend to the future generations when making strong efforts in safeguarding TK and cultural expressions.

To strengthen the document and its aim to be a strong instrument to guide and formulate policies and laws to carry out measures to assure the perpetuation of culture in Kiribati and the reinforcing of its identity, as well as promoting economy ways to benefit society, the documents resorts to the definition of Cultural Security. It consists in the

[22] Received from MCIC office by email on 23 Nov. 2018.

capacity of conserving specific characters such as language, culture, associations, identity and national or religious practices that may be facing changes and threats.

The definition of Cultural Security is used to draw the policy objectives and outcomes that are closely related to the aforementioned aspects of preservation and promotion of Kiribati Culture. In the policies objectives, the document also approaches the support for several cultural activities and the participation on regional and international activities, just as promoting public awareness to the subject, also contemplating the development of managing, evaluating and monitoring mechanisms to ensure that such policies achieve their goals and are held in a enduring and sustainable way, not only to cultural aspects but also paying attention to environmental issues.

The document is a draft, and it may be better developed with clear outcomes and goals, to make it achievable as a policy. Nevertheless, it expresses the clear understanding and intention of Kiribati to protect its culture and use it as a means to improve life as a whole for the people of Kiribati. It clearly states its goal to interact with MIA and the National Cultural Authority, what is a very helpful opportunity for developing joint policies, as the TK protection policy could be within the NCP.

The coconut sector has a main role on developing local economy, considering its insertion as a source of income for families. On one hand, the sector has an industrial base following community works, and on the other hand, a lot of traditional knowledge coming from the coconut trees usage, from toddy extraction to *te waa* (traditional canoe) building. It is also part of Kiribati cultural landscape, having an added value as part of tourism strategies.

MCIC advanced on the publication of the Copyrights Act, from December 2018, responding to requirements and obligations of Kiribati under the Berne Convention. The Act should be now properly promoted, to inform people and enterprises about their roles concerning this issue. It could be developed with BPA, for example, in terms of music authorship rights for broadcasting. There are also several channels from platforms like YouTube with i-Kiribati songs reproduction which could also be included in this process.

Another issue related to MCIC is the development of geographical indications (GI) and appellations/designations of origin (DO) systems. It is a task to be articulated with World Intellectual Property Organization (WIPO) and aiming to promote workshops and promotion campaigns (such as the World Intellectual Property Day, on 26 April) to tackle potential interested groups. These issues also have a strong cultural aspects, as they consider natural and human factors (DO) as well as geographical factors (GI).

5.2.9 Ministry of Infrastructure and Sustainable Energy (MISE)

The MISE is responsible for projects related to national infrastructure development and supply of services and public utilities, like civil buildings, energy, water & sanitation and building & furnishing. The *maneabas* are amongst these constructions, as they are the meeting points for social, cultural and political life all around the country. Currently, MISE supplies *maneabas* constructions providing imported materials for permanent buildings, in opposition to traditional use of local materials and knowledge. This is due to economic issues, as the permanent buildings use to last more than traditional buildings. However, the construction processes of *maneabas* are not restricted to material procedures, but to traditional skills and social and traditional work chains. The safeguard of these traditional processes could foster local skills as well as sustainable use of local materials. It is difficult to precise the budget applied for these constructions, but they should be under government buildings maintenance, of around AU$ 1.000.000 per year according to National Budget for 2018.

5.2.10 Ministry of Justice (MOJ)

The constitution of Kiribati addresses cultural issues in many aspects, mainly related to guarantees of the "protection of fundamental rights and freedoms of individuals" (Chapter II). It is also guaranteed the freedom of religion, and the speech, religion and cultural expressions These issues are addressed by MOJ through Human Rights, Cultural Rights.

The penal code of the Republic of Kiribati guarantees the "protection of life and properties". In addition, its part XV, it is guaranteed the punishment to offenses and "insulting the religion of any class of persons", including the destruction and damages to any place of worship or object (art 123), disturbing religious assemblies (art 124), trespassing on burial places "with the intention of wounding the feelings of any person or of insulting the religion of any person" (125) and other offenses to religious practices. Another section establishes punishment for sacrilege to any person who "breaks and enters any place of divine worship and commits any felony therein" (art 291).

The crime of "Genocide" is also considered in the penal code, addressing felonies committed "with intent to destroy, in whole or in part, a national, ethnical, racial or religious group", such as killing members of the group or causing serious harm to its members or "inflicting on the group conditions of life calculated to bring about its physical destruction in whole or in part" (art. 62). Current international jurisdiction understands the destruction of cultural symbols as evidence of genocides, as advocated during the Croatia vs. Serbia trial in the International Court of Justice[23].

[23] Nowadays, the destruction of cultural heritage is also considered to be part of evidence of genocide, when any group's "cultural and religious monuments and the signs of their cultural heritage were

5.2.11 Climate Change Office - Office of the President

The Office of the President has a very flexible portfolio, acting on strategic sectors besides ministries goals. The Climate Change Office is one of this unities, due to the importance of climate change agendas for Kiribati, a country that suffers directly from weather instabilities and sea level rise.

Culture appears as a main factor when talking about adaptation for further calamities and serious climate threats. Kiribati developed a strong agenda internationally, by advocating on themes related to risks to the country. The challenge now is to take this forward locally, being better prepared for disaster risks, with broad understanding from the public and strong support from all Ministries[24]. There are already ongoing plans and policies, such as the Kiribati Climate Change Policy and the Kiribati Joint Implementation Plan for Climate Change and Disaster Risk Management (KJIP) 2014-2023. The documents consider the unique culture, heritage and identity of Kiribati as safeguarding basis for resilience and adaptation aimed at sustainable development.

5.2.12 Ministry of Health and Medical Services (MHMS)

MHMS is responsible for all health, medical and sanitary services, and is based on the Tungaru Central Hospital, in South Tarawa. Most of health activities are done with a western medicine. The doctors are graduated in universities abroad, some with scholarships from foreign countries. However, there are traditional knowledge associated to health and medicines present in all the country, mainly with elders. The better way of conducting efficient medical services is taking advantage of both traditional and western medicines, converging their knowledge.

MHMS has lines of action based on traditional medicine and other forms of non-conventional medicine, as well as Community Health Education and Health Promotion. These lines are linked to traditional knowledge and should be considered within NCP, also as part of cultural mappings, concerning traditional practices, and MCIC policies for intellectual property, concerning traditional medicines, for instance. It is important to have this knowledge within cultural inventories, to avoid misappropriation of patents for example.

---

destroyed or looted". (...) "The destruction of cultural and religious heritage (...) can be of significance within the context of the widespread and systematic pattern of destruction". (ICJ, 2015). Dissenting opinion of Judge Cançado Trindade. In. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Croatia v. Serbia). International Court of Justice, 3 Feb. 2015. Available at: https://www.icj-cij.org/files/case-related/118/18450.pdf;https://www.icj-cij.org/files/case-related/118/118-20150203-JUD-01-05-EN.pdf.

[24] http://www.climate.gov.ki/about-kiribati/office-of-the-president/

5.2.13 Universities and Institutes

There are three main teaching centers in Kiribati: one campus of the University of South Pacific (USP), the Kiribati Institute of Technology (KIT) and the Kiribati Teachers College (KTC). The USP is present in 12 island countries in the South Pacific region and in Kiribati it has courses like English, Computer Science, Education, Science, Management and Accounting, as well as Community Education. The KIT has courses focused on business and technical areas, with one specific course of Community Services, which connects to culture sector specifically in local community development. The KTC is the main institution for teachers graduation, having also summer courses for capacity building.

The KIT uses to insert traditional skills and construction techniques in curricula for courses such as Community Services and Construction. It also has short courses focused on tourism related issues, to be developed in the next years considering the potential of tourism in the country. USP has no specific course related directly to cultural policies. However, these discussions and grades are present in courses like Community Education. KTC have specific grades concerning local culture, like i-kiribati studies and community studies, for graduation of local teachers.

Currently there is a need of establishing capacity building projects for the culture sector, in many sectors encompassing economics, arts, heritage, tourism, management and several other courses, through universities and vocational education. It is also important to develop internship projects within the Pacific, but also connecting i-kiribati students to other regions.

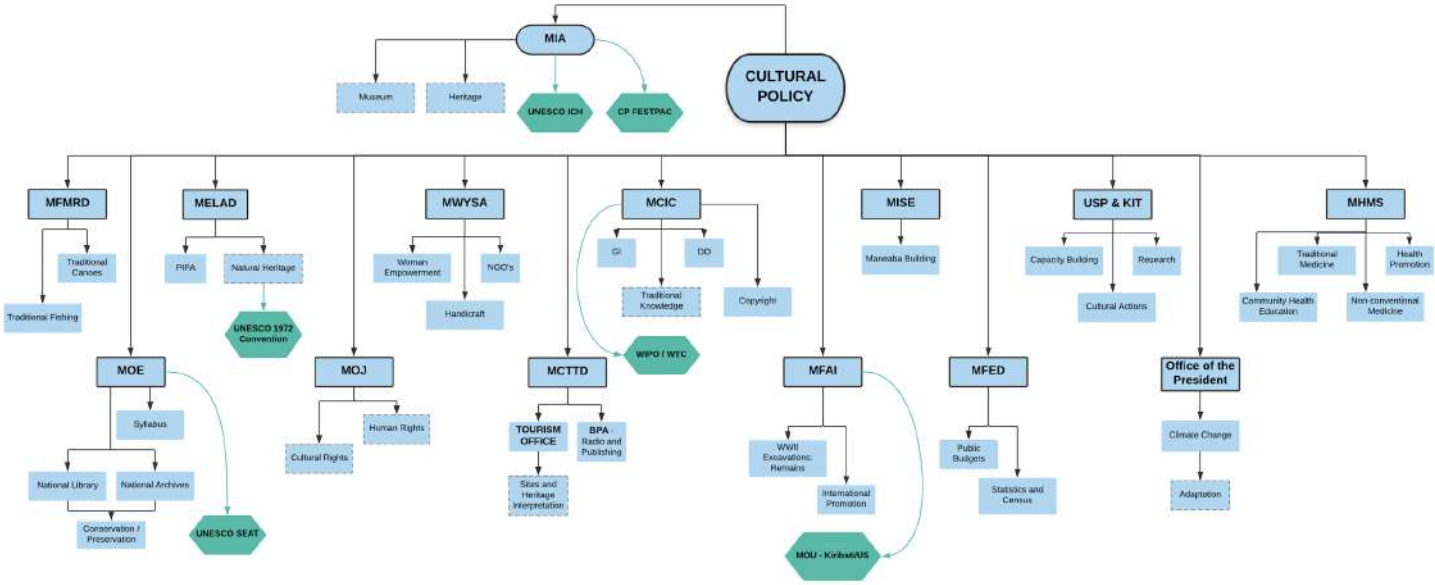


Diagram 3: Identifying Cultural Policies in public sectors / Own elaboration. The diagram expresses the diversity of sectors with culture related activities. It is a tentative and first graphic representation - other sectors related to culture could eventually be found within public policies.

5.3 Managing cultural policies locally

Kiribati has a unitary republic system, with two levels of government: national and local. It is fundamental to comprehend the public administration of Kiribati to develop the NCP properly, mainly considering local government spheres which are closely connected to villages and communities. The NCP has to address all the country and its population and it is essential to work with local government, here embodied by local councils, in order to have a good governance. Local Government Act, from 1984, which was amended in 2016 is the main legislative document. The Kiribati Local Government Association (KILGA), established in 2012, hosts councils' mayors as representatives for developing policies for local government.

There are two kinds of councils for local government in the country: the urban councils and the rural councils. The urban councils comprise three units: Teinainano Urban Council (TUC), Betio Town Council (BTC) and Kiritimati Urban Council (KUC). Other twenty (20) rural councils are stablished in the inhabited outer islands, one of them in the Phoenix islands group, in Kanton. This location has a key role in managing the PIPA, as it hosts the government sphere. The other nineteen (19) rural councils are in Gilbert and Line groups.

Most of urban life in Kiribati happens in South Tarawa, home of TUC and BTC. It is the main entrance of the country, by the main port in Betio and the International Airport

located in Bonriki. On one hand, the rapid demographic changes brought a crowded daily life and challenges for managing the population increase, which means the emergence of social problems due to lack of public services in some zones. On the other hand, there is an opportunity for developing creative economy due to availability of services, cultural diversity of inhabitants, contact with tourists and a vivid contemporary cultural production, mainly in music industries.

Kiritimati is the biggest island of Line Islands and it has been inhabited by citizens from all Kiribati regions. It is called as a *kauriniman* island or "island with no ownership". As its lands are owned by the government, there is a "no ownership" feeling in the same time it has a kind of pluralistic atmosphere, with people from all regions of the country. The KUC is the government institution to manage public policies in the island. Kiritimati has also a very important role in the country's history and pre-history, gathering archaeologic sites from Polynesian settlements, ruins from Operation Grapple, as well as a contemporary rising fishing tourism market due to weekly flights from Fiji and Hawaii. There is a clear potential for cultural centers, museums and reinterpretation of sites in the context of investments for tourism industries.

The outer islands use to have an extreme traditional atmosphere, with few connections to the main islands other than weekly flights and some ferries. The issues faced by outer islanders are quite different when addressing cultural policies, as the connections to traditional knowledge emphasize the linkages with their intangible heritage, as revealed in the Cultural Mapping. There are worries concerning the protection of traditional knowledge faced by globalization and western influences, which have to be faced in a constructive manner to converge the NCP interests with the respect to cultural rights. Additionally, customary laws are very present not only in the outer islands but in all Kiribati daily life, sometimes clashing with written laws and structures.

5.4 Customary law and culture

The laws and institutions in Kiribati have a very challengeable status as they have to work together with traditional institutions based on customary law. The *maneaba* system and the *Unimwane* are key issues to understand the local culture and the ways to develop policies locally and nationally, bringing together local concepts and functional flows, for instance through issues like the *Boti* and the *Bubuti* system, related to social aspects like work, leadership and bargaining. The land status change is also a main aspect of local culture, as it brings social status.

In 1980 Teiwaki highlighted the "cooperatives problems" of Kiribati. As most of Pacific islands, Kiribati culture is based on families and kinship relations. It would be difficult to establish social systems based on cooperative basis, with the interaction between traditional and modern lifestyles. Currently, the issue persists mostly in outer islands and the country keeps modern and traditional systems.

There is an ongoing process of formalizing the *Unimwanes*, getting their systems within written laws. The idea is that one way of making possible and fruitful the public policies is inserting the traditional instances within the written system. It is already noticeable the way some public decisions need to be approved informally by the elder's councils, which have a proper power on local decisions[25]. The *Unimwanes* already have one reserved nominated seat in the Councils, but they still maintain their traditional structures. It would be beneficial, then, converging the decision making flews, recognizing formally the traditional knowledge and traditional decision making instances.

If some ministries have its own activities concerning the convergence of written and customary law, the culture sector needs to work on it not only considering issues like heritage and traditions mapping and protecting. There is a key factor related to cultural management and participation of traditional instances in decision making institutions. The existing councils, like the *Unimwane* and the *Unaine*, should be represented within culture councils and committees, and doing so they could participate in the decision making processes for managing the NCP.

6. Culture in Numbers: available data

The population of Kiribati accounted for 110.136 inhabitants and its nominal GDP is US$167 million (US$1.592 per capita) as per 2015 census. The country is positioned 137 in the 2017 UNDP global human development index. The population is young and 54% of the youth is faced with employment challenges. Similarly, the lifestyle of the country is changing, aligned with fast paced transformations and circumstances revolving around globalization, new technologies and medias. The country also presents a stretching of infrastructure in the main cities that concentrate more than half of the population. Additionally, out-migration to seek new opportunities elsewhere and climate change - with its consequences such as coastal erosion, saltwater influx, storms, flooding and droughts, the latter two mainly caused by the intensification of phenomena like *El Niño* and *La Niña* - also concern the formulation of cultural public policies which will help Kiribati face contemporary challenges by using the power of its own people and heritage to create a sane and prosper country for all.

In terms of economy and resources, the public sector accounts for two-thirds of formal employment and about half of the GDP. The majority of the population works in subsistence farming or fishing. The outer islands remain economically underdeveloped, with 80% of its residents restrained to economic practices such as Copra, and therefore

[25] The Local Government System in Kiribati. Country Profile 2017-18. Available at: www.clgf.org.uk/kiribati Accessed on 15 January 2019.

with limited opportunities for diversification. Activities such as small scale fishing complete the range of economic subsistence practices, but with a potential to be explored through cultural economy for traditional knowledge and cultural skills that are a substantial asset for Kiribati.

Kiribati is an island republic in the Central Pacific with 811 square kilometers of land area largely distributed in atolls and islets that spread through 3 million square kilometers of ocean in the four hemispheres of the Earth. This insularity specificity, common in Pacific countries, makes all lifestyle and cultural production to take place around ocean issues: the processes of canoe building, manual fishing, as well as cooking; the tales and traditional founding stories of the country and its people are around sea and travel, from the canoes skills inheritance, gathering stories from several islands, to the *maneaba's* building, connected to changeovers amongst islands[26].

6.1 Statistics framework

In order to formulate a National Cultural Policy which is to be oriented to Creative and Culture Economy as well as a transversal instrument aiming the development of Kiribati, it is part of the situational analysis to perform a statistics review. This review can present numbers to be considered for orientation guidelines, actions and programs. This statistic analysis will assess the current situation and identify some aspects which will be addressed in the final NCP document. Several indicators were selected according to the properties that could draw at the cultural situational diagnosis based especially on the wish of Kiribati to place more importance on cultural and creative economy.

The review is conducted through a public policy for culture context and does not aim to evaluate in depth the economic, social or geographic situation of the Kiribati as it is not among the scope of this process. Similarly, to simplify the analysis, the territorial coverage was based on the total country numbers instead of dividing by island or village except for ethnographic distribution data. Nevertheless, further cultural assessments should take into consideration the diversity and importance of each of the smaller territorial instances, and all the islands.

The sources for numbers and other information were obtained through the Kiribati government such as the Population Census Report 2015; Kiribati 20-year vision plan (KV20); Economic Outlook for Kiribati from February 2016; and the Kiribati 2017 Gender Statistics Report. Another basis for the gathered data was drawn through an on-

[26] According to historical records and oral tradition, the *Maneaba's* "prototype" was built in Beru with timbers from Samoa; *Te waa,* gathers the traditional canoe making process with a set of rituals and beliefs connecting human being to nature; other stories and traditions bring together the creativity and define responses to adaptation facing current world climate changes, for example.

line research on statistics portals such as the World Bank. Due to the necessity to access the current situation of public culture and the rapid global changes that we experience, the period covered by the information is mostly based on very recent documents, dating from 2015 onwards. However, some historic series starting in 1990 was obtained at the World Bank database, to observe the decennial evolution of Kiribati economy and population.

The direct cultural numbers, especially their direct and indirect impact on the economy, such as contribution to the GDP, tax revenues and the balance of payments, were not identified. The outline of possible economic chains for cultural could not be identified at the sources researched. Despite the lack of specific numbers for culture, which is actually the norm and not the exception in most countries' national numbers, some data could be collected such as the numbers of cultural structures, and the goals for the next decades to expand the cultural sector in Kiribati.

The following selection and interpretation of data does not intend to be absolute and free of interpretation flaws, and it is expected to complement the information with subjective data, especially obtained during the visit Kiribati in November. Based mainly on the KV20 pillar of wealthy, this section will access economic, social and cultural aspects that can be relevant to the NCP.

6.1.1 Country Profile

To grasp the economic situation and potential of the country, some numbers were gathered from the World Bank statistics portal about the main macro economic environment as well as key economic sectors such as fishing and tourism. The Kiribati economic numbers as well government directions according to information of the 2016 economic outlook and the Table 1 below reflect that Kiribati aligns with global economy, paying attention to its GDP levels, inflation and fiscal security, even with a deficit in its balance of payments due to current constraints to national production.

	1990	2000	2010	2014	2015	2016	2017
GDP (current US$)	39,809,538.7	67,254,174.4	153,275,912.7	178,869,298.7	169,140,560.4	181,551,516.5	196,150,061.3
GDP growth (annual %)	-0.9	6.3	-1.6	0.9	10.3	1.1	3.1
Inflation, GDP deflator (annual %)	-1.1	2.0	1.5	1.5	2.9	7.3	1.6
Agriculture, forestry, and fishing, value added (% of GDP)	11.1	20.0	23.5	..	..	..	..
Industry (including construction), value added (% of GDP)	4.5	10.5	7.6	..	..	..	..
Exports of goods and services (% of GDP)	20.2	11.8	13.3	12.9	9.8	11.1	9.9
Exports of goods and services (current US$)	8,053,860.0	7,960,111.3	20,409,924.8	23,075,536.3	16,602,809.7	20,145,703.2	19,466,584.9
Imports of goods and services (% of GDP)	117.9	93.2	79.9	94.9	103.4	95.6	95.4
Imports of goods and services (current US$)	46,922,488.5	62,685,876.6	122,459,548.7	169,821,525.1	174,968,071.5	173,580,136.8	187,155,119.6
Tax revenue (% of GDP)	..	..	16.0	17.8	22.3	24.5	..
Merchandise trade (% of GDP)	74.8	64.8	50.2	65.6	81.4	70.5	63.0
GNI, Atlas method (current US$)	51,902,922.0	112,662,707.3	204,350,885.8	357,167,765.3	388,895,550.4	320,835,589.3	324,078,433.1
GNI per capita, Atlas method (current US$)	720.0	1,330.0	1,990.0	3,230.0	3,460.0	2,800.0	2,780.0
Created from: World Development Indicators Country : Kiribati							

Table 1: Key Economic data.

The Kiribati Vision with its four pillars of wealth, peace and security, infrastructure and governance, states specific goals to maintain a stable macroeconomic environment, promote the private sector and sustainable development as well as fostering the trade performance. The maintaining of stable macroeconomics is aligned with international economic trends, and according to Kiribati vision and goals, is favorable to the poorest part of the population who most suffers from inflation. Facing cyclic crisis due to capitalism dynamics, the country protects its citizens and it reveals opportunities to take measures related to fostering cultural development that can maximize its economic gains and cultural offers and consumption as well as strengthening the country's traditions, identity and preserving its diversity and heritage.

According to the KV20, Kiribati government also intends to promote inclusive trade and private sector development contribution to GDP from 48% to 55% by 2019 and to 65% by 2036) and the value of exports (increase by 7% in 2019 and 30% by 2036). This is a national issue to be addressed to the main island and to all outer islands. The cultural sector can benefit from such vision for the development of creative enterprises. It can generate direct, indirect and induced economic gains, just as create and share tangible and intangible values. This potential can also be explored in terms of international commerce by exporting cultural goods and services. The business environment and infrastructure of the country can be accessed in the table 2 below, which allows to briefly visualize the potentials of cultural supply, demand and markets.

	1990	2000	2010	2014	2015	2016	2017
Time required to start a business (days)	..	..	31.0	31.0	31.0	31.0	31.0
Fixed broadband subscriptions	..	..	846.0	500.0	117.0	66.0	76.0
Fixed telephone subscriptions	1,200.0	3,353.0	8,397.0	2,000.0	1,477.0	657.0	765.0
Fixed telephone subscriptions (per 100 people)	1.7	4.0	8.2	1.8	1.3	0.6	0.7
Individuals using the Internet (% of population)	0.0	1.8	9.1	12.3	13.0	13.7	..
Mobile cellular subscriptions	0.0	300.0	10,595.0	30,000.0	41,000.0	52,000.0	46,123.0
Mobile cellular subscriptions (per 100 people)	0.0	0.4	10.3	27.2	36.5	45.5	39.6
Secure Internet servers	..	..	0.0	1.0	1.0	3.0	3.0
Scientific and technical journal articles	..	..	0.3	1.9	1.4	2.2	..
Foreign direct investment, net inflows (BoP, current US$)	299,752.5	721,810.3	-6,602,470.9	1,234,303.4	837,637.7	2,065,230.2	1,366,666.7
Net official development assistance and official aid received (current US$)	20,220,000.0	17,940,000.0	23,410,000.0	80,660,000.0	64,950,000.0	63,260,000.0	..
Created from: World Development Indicators Country : Kiribati							

Table 2: Business environment and infrastructure.

For instance, with the increase in communication technologies and internet access by mobile phone and computers, it is expected the augmentation of the demand of products related to these areas, which can incite the creation of content, the development of professionals and organizations in private sector that could embrace such new markets for ideas and products promoting and increasing access and consumption of Kiribati culture.

The technological development of medias, gadgets and other instruments for cultural consumption is just one part of the potential. Private companies of entertainment, film, theatre and dance, movie theaters, cultural agencies and cultural production companies as well as other traditional cultural products such as arts and crafts, for example, could benefit from this development and create new expressions as well as preserve Kiribati culture and at the same time contribute to the private sector and to the economy and employment. Furthermore, the private sector could also benefit from foreign investment as well as international aid instruments.

6.2 Population

The people of Kiribati is then the bearer and the one who benefits the most by fostering cultural development actions. When taking a look at the table 3 below, it is possible to identify some characteristics since the 1990s and most specifically over the past 4 years that show us some initial information about the population.

	1990	2000	2010	2014	2015	2016	2017
Population, total	72,412.0	84,406.0	102,652.0	110,458.0	112,407.0	114,395.0	116,398.0
Population growth (annual %)	2.2	1.7	2.1	1.8	1.7	1.8	1.7
Surface area (sq. km)	810.0	810.0	810.0	810.0	810.0	810.0	810.0
Population density (people per sq. km of land area)	89.4	104.2	126.7	136.4	138.8	141.2	143.7
Urban population growth (annual %)	3.0	5.1	3.8	3.4	3.4	3.4	3.3
Life expectancy at birth, total (years)	60.4	64.0	65.4	65.9	66.1	66.3	..
Children out of school (% of primary school age)	..	..	..	2.4	3.1	1.9	..
Proportion of seats held by women in national parliaments (%)	0.0	4.9	4.3	8.7	8.7	6.5	6.5
Net migration	..	..	..	..	..	..	-2,126.0
International migrant stock (% of population)	3.0	2.7	2.8	..	2.8	..	..
Created from: World Development Indicators Country : Kiribati							

Table 3: Population numbers.

According to the World Bank data, the current Kiribati population is of 116.398 people who live in the group islands that compose the country of 810 square kilometers total. The number of inhabitants has grown in a rate of a little under 2% each year on average with the urban population growing in a rate of close to more than 3% a year for the past years.

In terms of migration, the table 3 also shows us the figure for net migration (number of immigrants minus the number of emigrants) is of -2.126. The percentage of the population that leaves the country is relatively elevated, which makes us inquire what are the reasons and consequences of such outflow. It may impact on action and measures that can be taken to protect local talents in diverse areas, such as the cultural and creative sector, tackling the necessity to leave the country to pursue their careers in other countries that provide infrastructure some areas of study and work. In the table 4 below it is also possible to see the residents whose country of birth is not Kiribati. the

tables 5 and 6 below enables us to have an overview of the population in terms of age, gender, distribution urban/rural, country of origin and also ethnicity and island population.

Population by age		Gender		Distribution	
0-5	17.476	Male	54.096	Urban	56.338
6-14	20.962	Female	56.040	Rural	53.748
15-17	7.089				
18-49	49.972	**Origin**			
50+	14.637	From Kiribati	108.736	*Tuvalu, Nauru, Fiji, Australia, UK, NZ, USA, others	
Total population	110.136	Other countries*	1.400		
Source: 2015 Population Census Report					

Table 4: Population characteristics.

We notice that the population is young with a high concentration on the number of children (below 5 years), with an active working population (15 years and older) rather numerous. More considerations concerning the current employment aspects of the population will be discussed further along the text. We notice, as seen before about the migration numbers that the number of people born outside the country currently living in Kiribati is rather reduced, and there is a fairly equal distribution amongst men and women as well as between people living in rural and urban areas.

		I-Kiribati	I-Kiribati/ Tuvalu	I-Kiribati/ European	I-Kiribati/ Chinese	Tuvalu	Australia	New Zeland	Fiji	European	Chinese	Other	Total	%
	Islands	105.983	959	556	459	198	39	668	69	93	121	991	110.136	100%
1	Banaba	268	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	268	0,24%
2	Makin	1.960	15	1	0	0	0	0	0	0	5	9	1.990	1,81%
3	Butaritari	2.921	0	16	1	2	0	280	0	0	4	0	3.224	2,93%
4	Marakei	2.754	0	3	32	0	0	8	0	0	0	2	2.799	2,54%
5	Abaiang	5.275	67	77	69	33	0	4	1	7	8	27	5.568	5,06%
6	North Tarawa	6.542	26	19	5	1	4	16	1	3	1	11	6.629	6,02%
7	South Tarawa	37.306	467	156	152	119	31	195	49	35	68	480	39.058	35,46%
8	Betio	16.766	79	53	28	14	2	81	10	9	21	267	17.330	15,74%
9	Maiana	1.930	9	16	9	3	0	1	3	1	1	9	1.982	1,80%
10	Abemama	3.135	34	29	12	2	0	22	0	18	1	9	3.262	2,96%
11	Kuria	1.035	2	5	0	1	0	1	0	0	1	1	1.046	0,95%
12	Aranuka	1.115	3	0	1	1	0	2	0	0	1	2	1.125	1,02%
13	Nonouti	2.680	14	30	2	0	0	5	1	1	4	6	2.743	2,49%
14	North Tabiteuea	3.757	34	26	90	1	0	6	1	1	0	39	3.955	3,59%
15	South Tabiteuea	1.272	12	0	7	1	1	3	0	0	0	10	1.306	1,19%
16	Beru	2.046	0	0	0	0	1	2	0	1	0	1	2.051	1,86%
17	Nikunau	1.711	22	32	2	0	0	3	2	0	0	17	1.789	1,62%
18	Onotoa	1.340	14	28	5	0	0	1	0	2	0	3	1.393	1,26%
19	Tamana	1.052	46	0	0	0	0	1	0	1	0	4	1.104	1,00%
20	Arorae	1.011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.011	0,92%
21	Teeraina	1.703	4	0	0	1	0	0	0	0	0	4	1.712	1,55%
22	Tabuaeran	2.248	3	12	2	5	0	29	0	2	1	13	2.315	2,10%
23	Kiritimati	6.136	108	53	42	14	0	8	1	12	5	77	6.456	5,86%
24	Kanton	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	0,02%

Table 5: Population by island and ethnicity.

The unbalanced distribution of the population is then a key information to take into consideration when designing public policies for culture. It presents both a challenge and an opportunity to foster actions that could both increase the islands economic

dynamics including creative and cultural economy. In addition, the diverse context of ethnicity and religion demands extra efforts to preserve the diversity which is an asset to face social and economic challenges nowadays.

Ethnicity	I-Kiribati	I-Kiribati/ Tuvalu	I-Kiribati/ European	I-Kiribati/ Chinese	Tuvalu	Australia	New Zeland	Fiji	European	Chinese	Other	Total			Total
Population	105.983	959	556	459	198	39	668	69	93	121	991				110.136
%	96,2%	0,9%	0,5%	0,4%	0,2%	0,0%	0,6%	0,1%	0,1%	0,1%	0,9%				100%
Religion	**Roman Catholic**	**KPC**	**Seventh day adventist**	**Church of god**	**Latter days saints**	**Assembly of god**	**Bahai**	**Jehova's Witness (te Koaua)**	**Islam**	**Four Square**	**Te Ran**	**All nation**	**No religion**	**Other**	**Total**
Population	63.116	34.464	2.064	279	5.857	364	2.314	352	139	77	86	141	51	832	110.136
%	57,3%	31,3%	1,9%	0,3%	5,3%	0,3%	2,1%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,8%	100%
Source: 2015 Population Census Report															

Table 6: Ethnicity and religion.

Kiribati is very diverse in terms of ethnicity but with the vast majority (approximately 96%) being part of the I-Kiribati ethnicity. Other ethnicities like I-Kiribati Mix Tuvalu, European and Chinese; just as all the other ethnicities present in the country (Tuvalu, Australia, New Zealand, Fiji, European, Chinese and others) represent each less than 1% of the population. Concerning the religious background, the majority of the population (57,3%) is part of the Roman Catholic Church, followed by the Kiribati Protestant Church (31,3%). Other religious beliefs such as the Latter Days Saints (5,3%), Seventh Day Adventist (1,9%), and Baha'i (2,1%) comprise the second bigger part of the population, which is complemented by Assembly of God, Jehovah's Witness (*te Koaua*), Islam, Four Square, *Te Ran*, All Nation, no religion and others that comprise each less than 0,5% of the population.

In terms of cultural policy, it is important to take the above mentioned aspects such as population distribution amongst the islands, and in terms of ethnicity and religion so that the programs and actions are well distribute and can contemplate all extracts of the population in terms of age, gender, country of origin, ethnicity, identity, religion and so on. Cultural policies are also to be considered transversally and behold these characteristics that will impact on education, especially on a long term basis.

6.3 Households

Although the urban/rural distribution of the population is apparently balanced, it is relevant to stress that fact that the country has been facing a stretch of the urban infrastructure to house the population, as well as to support the average growth of around 3% urban population that we can see on table 4 above. Furthermore, when considering the inhabitants living in each of the 24 islands, it is very noticeable the difference of numbers. While South Tarawa is home to approximately 35% of the population with around 39 thousands of people, Abaiang, North Tarawa and Kiritimati, with around six thousand each, the vast majority of the islands has a population between one and 4 thousand. Banaba with 268 and Kanton with 20 inhabitants are the least

populated islands. The ethnicity of each islands is relatively proportional when comparing each islands to the total of the several ethnic designations that compose the country.

General household information	Total	Equipments (by Households)	One or more	%
Number of private households	17.772	Radios owned	8039	45%
Average household size	6	Videos owned	5733	32%
Density	152	Mobile owned	6257	35%
People living in households	107.261	Land-lines owned	525	3%
People living in institutions	2.875	Computers owned	4157	23%
		Internet connection owned	1255	7%
Total Population	110.036			
Source: 2015 Population Census Report				

Table 7: Household information.

In the table above we can see the household information. The total number of households is of 17.772, and the people living in them accounts for 107.261 people. The remaining people live in institutions such as schools, prisons, ships, hospitals, hotels and others that totals 2.875 people. We can also spot the household size which averages 6 people. This density number highlights the fact that the majority of the population lives therefore in households with numerous people. These numbers may hide other cultural information that cannot be uncovered without further research, nevertheless the numbers of communication and mass media equipment present in such homes indicates that 45% of them are equipped with radios, 32% with videos, 35% has at least one mobile phone, 23% owns at least one computer and only 7% of all households has internet connection. According to recent data obtained in the CIA (Central Intelligence Agency), the estimation of internet users in 2016 was 14.649, accounting for 13,7% of the population. Global trends point that the number tends to increase with the population getting more and more connected. These numbers show us the current structure and the potential of Kiribati to have a demand for cultural products that use equipment such video, radio and internet to be consumed.

6.4 Gender issues

Some of Kiribati's households, about 23% of them, are headed by women as we can see at the figure 1 below. We can also see in the table that 20% of women work in the cultural industries. Gender matters are therefore also relevant to consider when drawing actions aimed for culture.

Previously, we saw in table 3 above, in the preceding section, that percentage of women occupying parliament seats is still very low, only around 7% for the past years, which reviews that Kiribati also faces the international current issue of political

underrepresentation of women. Nevertheless, the country has also aligned with the trend of tackling the subject and making efforts to reduce the gap between man and women in many spheres of life. Kiribati produced in 2018 document with important statistics that we use to observe the current situation of women in the country. A summary of the main indicators can be seen in the figure 1.

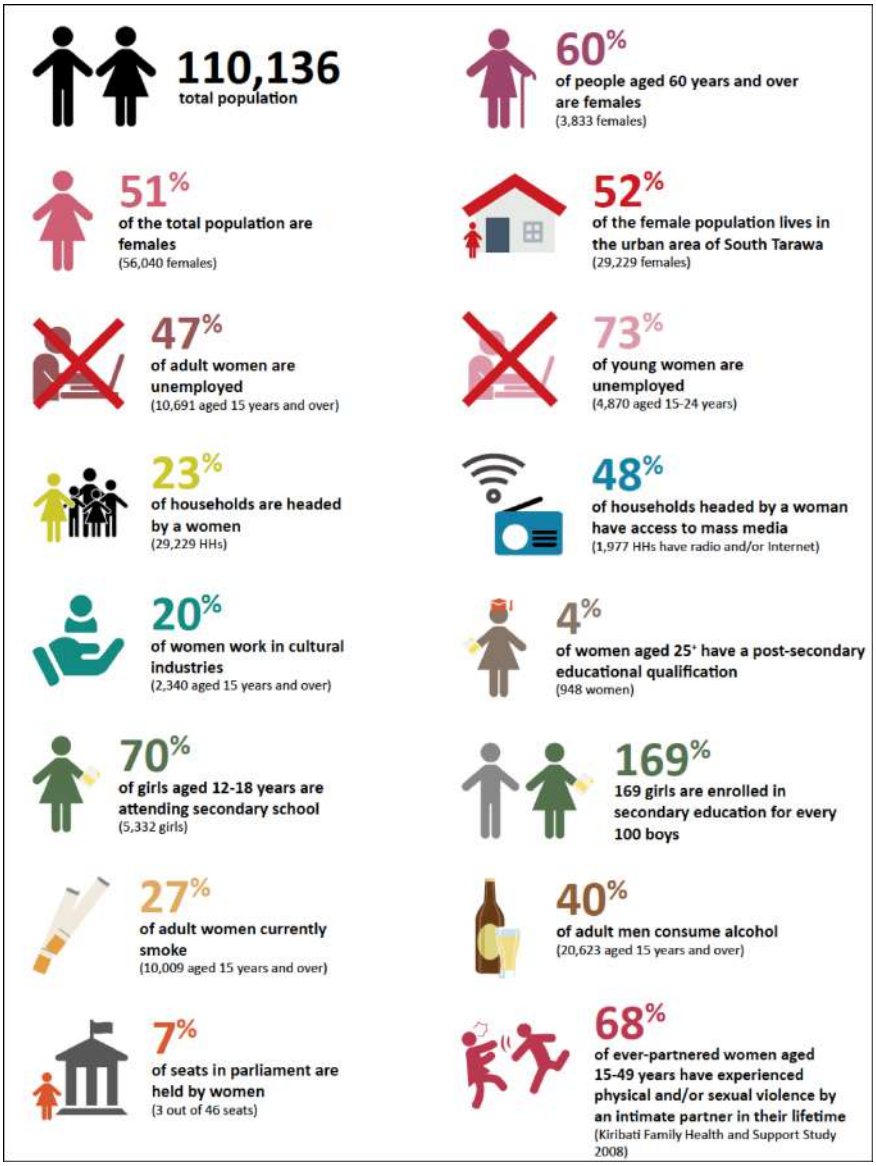


Figure 1: Main statistics for women Kiribati.

Source: Kiribati 2017 gender statistics.

The statistics above show us that even though composing about half the population, only 4% of women over 25 years old, for example, has post-secondary education. Although the lack of education, the numbers of girls of age between 12 and 18 years old today at attending secondary is of 70%, as we see in the figure above, which demonstrates the efforts to launch and potentialize actions that impact on gender equality issues currently held by Kiribati, including the valorization of employment in cultural industries and the intention to include specific actions related to women in the

new NCP. Therefore, the fact that historically women face gender challenges prevents them to have the same opportunities as men. In addition, this intrinsic oppression may cause for many kinds of violence, such as physical, psychological and sexual as we can see in the figure 2 below. When using cultural instruments in cultural policies to tackle the rape culture, for example, but also valuing cultural and creative professions, just as creating more opportunities in the sector, it is possible to reduce the gender gap in Kiribati.

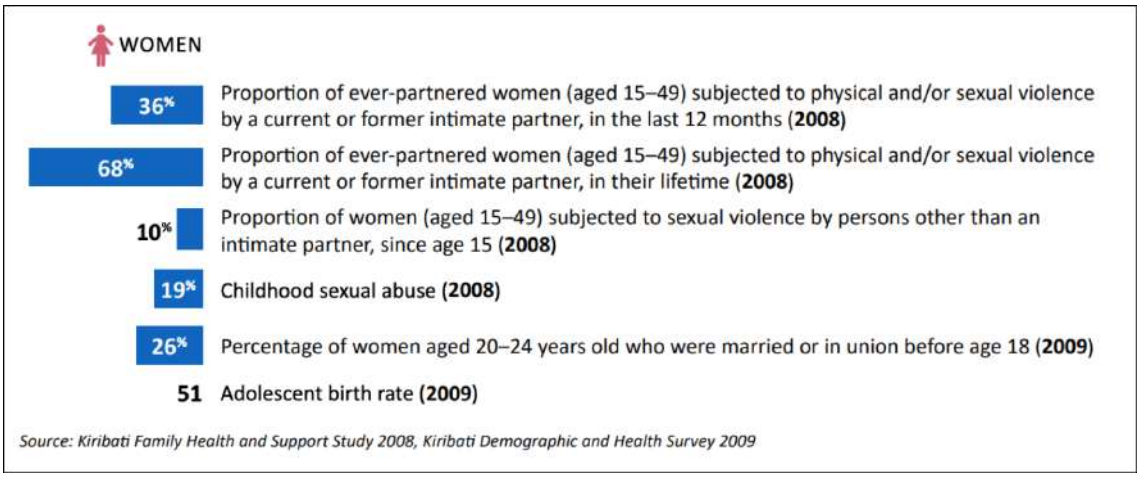


Figure 2: Statistics about gender violence.

Source: Kiribati 2017 gender statistics.

6.5 Education

The educational aspect is also among Kiribati's vision for the country's 20 next years. The KV20 states that Kiribati wants to develop its human capital to have a highly educated and skilled population, increase the number of schooled age children that receives formal education and improve teachers and English language literacy.

School atendance	Yes	No	Not Stated	Total
Ever attended school	94.703	6.944	153	101.800
Attending School this year	34.422	60.434		94.856
Other information	**Yes**	**No**	**Not stated**	**Obs.**
Can read English? (3 years and older)	72.237	29.563		*At home, workplace, internet cafe, mobile, other
Use internet*? (10 years and older)	15.207	86.593		
Heard term "human rights"? (6 years and older)	76.179	16.255	226	
Source: 2015 Population Census Report				

Table 8: Education overview.

The number of people that informed having ever attended school reaches 94.703. And the level of attendance in 2015 of 34.422 covers almost the total of 38.434 people of ages 0 to 14. The low level of around 2% children out of school, together with the

KV20 strategies for education allows us to see that Kiribati is highly engaged in improving the country education in the long term. Information such as the numbers about the use of internet and debates around the term "human rights" grasp the country's reality and what are its needs to be incorporated in a Public Policy document for cultural development. The culture is then essentially connected to human development.

6.6 Available data for strategic sectors prioritization

Another aspect that has been given importance in the future plans for Kiribati development are sustainable fishing and tourism which were also appointed at the KV20 as main areas to be fostered.

6.6.1 Fishing

	1990	2000	2010	2014	2015	2016	2017
Capture fisheries production (metric tons)	26,852.0	35,446.0	43,116.0	116,969.0	146,036.0	172,822.0	..
Total fisheries production (metric tons)	31,968.0	46,634.0	47,872.0	120,551.0	149,638.0	176,474.0	..
Fish species, threatened	..	..	..	..	..	..	14.0
Terrestrial and marine protected areas (% of total territorial area)	..	..	..	..	..	11.8	11.8
Forest area (sq. km)	121.5	121.5	121.5	121.5	121.5	..	..
Created from: World Development Indicators Country : Kiribati							

Table 9: Fishing numbers.

According to tables 9 and 10, the growing fishing industry is traditional in Kiribati and presents increasing economic numbers. It is therefore a priority sector for economic development in the next 20 years, but also as being deeply rooted in the culture of the country it can also benefit from aspects that highlight this specific fishing culture. We notice also the recent addition of the information of protected areas that contributes to sustainable development, which is related to the conscious use of resources that can be obtained and widespread with the cultural development that comes normally accompanied by education and critical thinking.

At the KV20 plan, we notice the significance of the revenues and taxing revenues from the fishing sector but it also highlights the importance of the participation of local communities to improve and maximize socio-economic benefits of developing the value chains that are confronted by infrastructure limitations. Although industrial scales and more productive efforts contribute in a greater scale to the economical development of the sector, cultural and creative initiatives can help promote the fishing tradition and find inventive solutions to the obstacles to be faced in the years to come. Fishing is part of Kiribati culture and its represented on the fishing habits by household and employment present in the table 10 below.

Fishinhg by household	Total	%
Total number of households	17.772	100%
Households with members that fish regularly	12.196	69%
For consumption	9.089	75%
Sale and consumption	2.290	19%
Other reasons	817	7%
Fishing employment	**Total**	**%**
Total of People employed in Kiribati	28158	100%
People Employed by the fishing industry	2.708	10%
Source: 2015 Population Census Report		

Table 10: Fishing employment and habits by household.

The table shows that 69% of the households have at least one member that regularly fish. Although only 19% of those households also allocates the production for sale, actively contributing to the product economic trade, 75% fishes for the own household consumption. That reveals the great importance of a cultural habit that is essential to the population nutrition. In terms of employment, around 10% of the population works in the in fishing industry. Although not directly and explicitly connected to cultural and creative economy at a first glance, the transversal character of culture can have impacts in the fishing sector for instance, such as empowering the workers in terms of identity, studying history of fishing and boat construction techniques and, in more abstract ways, culture can be a place where dialog can be created to find ideas that lead to economic and social development. Furthermore, in terms of culture financing, the creation of mechanisms could be related, for example, to tax exemptions to invest in cultural projects. These are just preliminary ideas yet to be discussed and developed during strategic phase and actions to be present at the NCP implementation.

6.6.2 Tourism

Together with fishing, the KV20 sets a priority at the tourism sector and aims at increasing the percentage of tourism numbers to the country's GDP from 3.6% in 2016 to 20% by 2019 and to 50% by 2036. And with this, the country seeks to increase productivity in terms of cultural products, strengthen human capacity and infra-structures in the hospitality sector, just as connectivity and facilities. The table 11 below shows some scarce tourism numbers obtained in the World Bank data portal, but that would highly benefit from a Satellite account in the models of the UN (United Nations) which helps visualize the economic impact of transversal sectors such tourism and culture.

	1990	2000	2010	2014	2015	2016	2017
International tourism, expenditures (% of total imports)	..	..	8.2	3.1	3.1	5.1	..
International tourism, expenditures (current US$)	..	..	10,100,000.0	5,800,000.0	5,400,000.0	8,800,000.0	..
International tourism, number of arrivals	..	4,800.0	4,700.0	5,000.0	3,900.0	5,700.0	..
International tourism, receipts (% of total exports)	..	..	22.5	12.9	10.8	16.8	..
International tourism, receipts (current US$)	..	2,700,000.0	4,300,000.0	3,200,000.0	1,800,000.0	3,400,000.0	..
Created from: World Development Indicators Country : Kiribati							

Table 11: Tourism numbers.

The KV20 also highlights the potential benefits to culture when promoting sustainable tourism, such as preserving the cultural heritage. But it is not just the cultural gains that can derive from tourism. Reciprocally, by fostering cultural and creative economy, tourism is directly impacted. One of consequences is that the attractions can bring people from different parts of the globe. Besides the vast and prominent natural capital, with landscapes, beaches etc., the local culture, with its tangible and intangible aspects, when responsibly and strategically explored, can bring not only tourists, create employments and revenues, but also international recognition in terms of image, as well as other gains for the local population's quality of life that would not normally be associated with cultural development. When promoting local culture, with more cultural activities, preservation of sites, development of cultural markets, it is possible that the demand and supply for cultural consumption will increase locally and so will the cultural offers also for tourists, especially in the outer islands, where, according to the KV20 document, is still lacking infrastructure and activities that can be also designated to meet the expectation of tourists. This is a common issue challenged by Small Island States, which is directly targeted by the Regional Cultural Policy Strategy, in implementation to countries from the Pacific region.

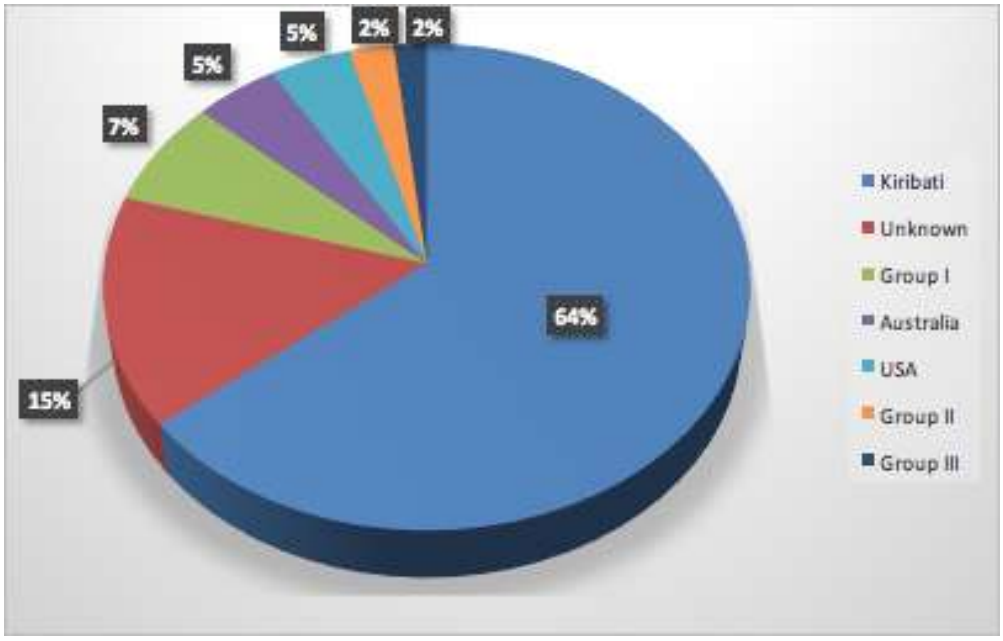
Photos 7 and 8: Hotel installations in Abaiang. Photographer: Marcelo Murta.

6.6.3 Museum visits profile

The sources for identifying the public that visited the museum consisted in the visits registrations, present in a book to be filled up by visitors at the entrance of the institution. It is important to notice that this kind of source has its limitations, as the registration is of free choice by the visitors. However, it is the most reliable document to research the public of the museum.

The registrations identify the origin of the visitors, as well as leave a space for comments. It is a very interesting source as it has expressions from varied sorts, bringing a very helpful idea of who visits the museum, what they look for in the museum and which impressions the museum leaves for its visitors. It is then very useful for planning cultural activities in the country, considering its educational, social and touristic assets.

The following analysis brings an overview on museum's public and the reasons for their visits. From February 2016 to November 2018, 1.766 people visited the museum, according to records - around 147 people per month. More than 64% of visitors come from Kiribati. Australia and USA are the countries with more visits - around 10% of total visitors. Below, apart from main countries (Kiribati, Australia and USA), the visitors are grouped according to nationality and number: Group I for countries with a total from 10 to 25 people: Canada, China, Fiji, Germany, Japan, New Zealand and UK (7,13%); Group II for countries with a total from 4 to 7 people - France, Iceland, Italy, Spain and Sweden (2,43%); Group III for countries with a total from 1 to 3 people - Argentina, Austria, Belgium, Brazil, Dubai, Estonia, Guam, Holland, Nauru, Poland, Puerto Rico, Russia, Samoa, Scotland, Serbia, Singapore, South Korea, Switzerland, Thailand, Tonga, Tuvalu and Venezuela (1,81%).



Graphic 1: Visitors by countries - 2016-2018.

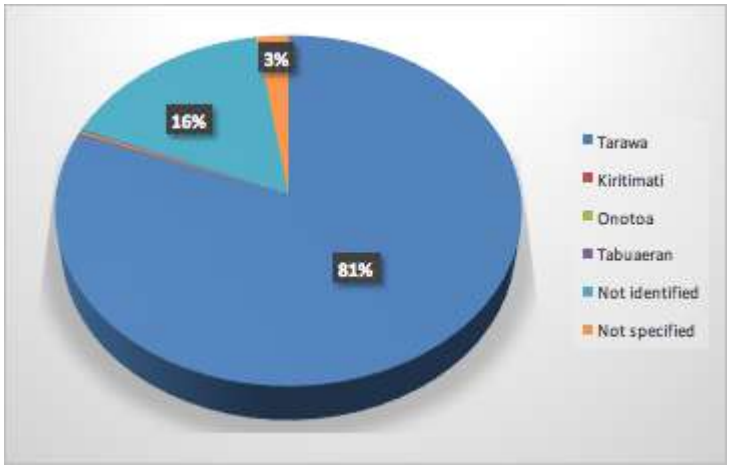
Most of visitors are i-kiribati nationals - the 64,21% represented in the blue part in the graphic. More than one half of these i-kiribati visitors - 53% - come from school groups, an indication of the educational role of the museum, considering at least 20 groups, amongst primary and secondary schools, universities and technology schools.[27]

The relations school-museum is historical and stresses a potential booster for both sectors, being the museum a fundamental and complementary support for schools and the schools as an active agent for public formation[28]. However, this is not the only link relating museums to education. This is an important reason for enhancing educational sectors and programs within the museum, fostering capacity building of museum staff as well as integration with diverse communities. The learning process is a powerful tool for managing the museum.

The percentage of i-kiribati visitors is concentrated in Tarawa, where most of the country's population inhabit. Other islands with visitors are: Kiritimati, Onotoa and Tabuearan (0,56% of i-kiribati visitors).

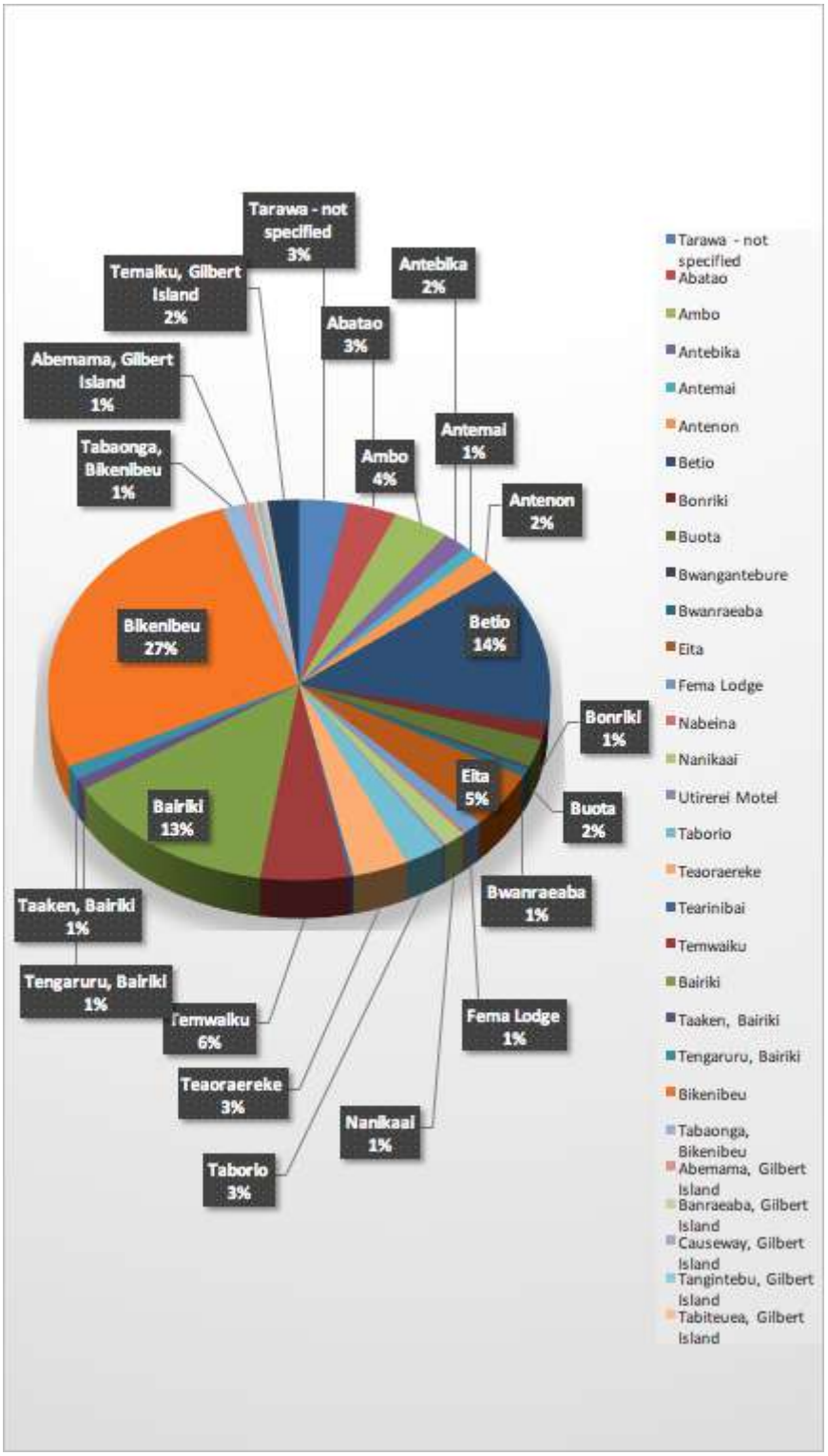
[27] KGV / EBS - King George V and Elaine Bernacchi School, Bilk West School, Temwanokeu School, 6 Art, KTC, Temanoku School, Bareanri School, F/6 EBS, F/7 SLHS, ICGV, IHC, JSSTUCI, KSON, MGMC Bairiki and Nanikaai, Rurubao Schools, SHC, SHHS, SLHS, T.P.C., TBT, TTHC and USP.

[28] The cultural structures appeared in societies before schools. The museums, then, were better considered to be used as instruction/education means before schools.



Graphic 2: Visitors from Kiribati.

The 80,72% visitors from Tarawa are also grouped by regions. The distribution follows the population proportion, with a concentration of visitors from Bikenibeu, Bairiki, Betio and Eita performing almost 60% of visitors.



Graphic 3: Visitors origins.

It is remarkable that only 0,62% of registered visitors quoted the collections as a main point of interest and from this reduced quantity of people, only 9,09% are i-kiribati visitors - in contrast with 45,45% from UK and 27,27% from Australia. Of course there is a lack of research to explain these points. The lack of interest isn't necessarily accordingly pointed out in the registers. For instance, registering impressions is a practice within western museums. But it is an illustrative fact that most of registers about the collections are from foreigners and about the war collections, which are present only in a small quantity of displays. Thus, the interest on war relics, for example, has near the same number of mentions as comfort and air conditioner.

This lack of interest may occur because of certain impositions of memories to be exhibited by the State, as well as inaccessible communication tools. Communicating on a more accessible way is, in a general overview, one of the key functions of the museums that come since the 1970's, after the Declaration of Santiago[29]. This document defined the museum as an institution "to serve society, that acquire, communicates, and notably exhibit, for study, conservation, education and culture, the testimonials representatives of human and nature evolution"[30]. To identify the museum's communication strategy for its public, it is necessary to do an integrated work, linking public mapping and capacity building. The museum workers need to work in group to better serve their visitors, in an empathic way. This is a way of better managing the museum, bringing together humanized spaces (interactive, reflexive, accessible), and tackling a collaborative management for providing space and collections for generating income through economics of culture.

The experiences are always being updated, and the perception on the space never is the same. There is a necessary link to be established between the museum and the present time, as the contemporary aspects are also very important for the history, or the museums would be extremely out of date. The proposition of exhibitions routes need to take in consideration the possibilities of routes free to visitors' choice, aiming at having a visitor satisfied with the space, provoking their curiosity to know more about the collections, but primarily to know and get closer to local people, local history and local culture. It is interesting, then, to see that most of the satisfaction with the museum was due to comfort, like the floor and the air conditioning. The exhibitions need to have this same appeal, calling the visitors to enjoy, interact and learn in the museum, bringing reflections from present time mirroring at what each collection represents.

---

[29] The Declaration of Santiago (1972) was launched after the meeting held in Santiago, Chile, in 1972. The main goal of the meetings, organized by UNESCO, was to bring together contemporary social issues to museums policies. In that sense, the museums began to be an institution also focused on Social Development and participation, bringing problems and issues from day-to-day life to be discussed and communicated by the museum.

[30] Declaration of Santiago, 1972.

6.7 Employment statistics

Cultural development when aligned with other socio-economic strategies may contribute to one nation's progress. Therefore, when analyzing employment statistics, it is possible to visualize the level of contribution of culture, in terms of creating jobs and producing revenues to the country. The numbers of employment were collected with the aid of the 2015 Population Census that compiled the number of workers in cultural and creative professions and industries. In the table 12 below, we have an overview of the level of employment of Kiribati and further down, some numbers of the contribution of cultural and creative workers not only to Kiribati economy. It also highlights the potential to tackle the youth unemployment rate which is around 54% percent and gender inclusion issues.

Work status		**%**	**Not Employed**	**43.540**
Employee	15.731	22%	Not available to work	19.342
Self-employed	9.292	13%	Not seeking work	26.426
Employer	143	0%	**Reason for not seeking work:**	
Subsistence	2.788	4%	Home duty	5.742
Not Employed	43.540	61%	Student	5.933
Not Stated	204	0%	Disabled	787
Total	**71.698**	**100%**	Sick	1.040
Not Employed	**43.540**		Not interested	7.747
Available to work	24.198	56%	Others	4.663
If not employed, seeking work?	17.114	39%	Retired	514
Source: 2015 Population Census Report				

Table 12: Work and employment overview.

Although dating back from the 2015 population and housing census, these numbers provide us with interesting information that might be considered to formulate public policies. Kiribati had in 2015, 110.136 inhabitants, and a total of 71.698 economically active people, of which 43.540 were not employed at the moment. Excluding people that are employed, self-employed, employers who work in the formal sector, who account for about 35% of the people, those not employed account for 61%. In the table above we can see the number of people and the percentage of those who are not seeking work and their reasons, and also the number of people who are actively seeking work. Around 17.000 people, accounting for 39% of the number of people not employed, are seeking for work, representing then a potential workforce for creative and cultural employment, but also all the related activities that derive from the multiplier factor of the sector. Creative and cultural jobs generate not only direct jobs, but also those related to accessory activities. It is not possible for the moment to analyze the impact of the jobs in the cultural and creative sector to the economy, but these series of data remain an important addiction to be made to the national accounting system, if Kiribati wants to

know and follow through the years the real impact of developing culture as a key economic sector. Nevertheless, in the KV20 document, Kiribati expresses that the country does not have yet a National Cultural Statistics system but it has already shown initiative to highlight cultural and creative economy numbers and their importance to the national economy, but also in terms of women employment. In the Kiribati Gender Statistics document of 2017, the country appoints the importance of women as 80% as workforce in the cultural occupation, considering primary and secondary activity, as well as 68% of creative industries. At the same level of importance, cultural occupations account for 8,25% of the total occupations, and cultural industries 12,5%, which are expressive number that review superficially the importance of the sector to the production of employment and revenues.

	Male	Female	Total	% in relation to the Total occupations
Cultural Occupations (Primary and secondary)	454	1.869	2.323	8,25%
% (Male/Female)	20%	80%	100%	
Cultural industries	1.081	2.340	3.421	12,15%
% (Male/Female)	32%	68%	100%	
Total occupations in Kiribati (including cultural occupations and creative)	16191	11966	28158	100,00%
Source: Census, 2015 Adapted from: Kiribati Gender Statistics, 2017				

Table 13: Cultural and creative occupation and industries.

Furthermore, according to the table 14 below, we can see some professionals employed in the primary cultural sector, followed by those employed by tourism, restaurants and on the third column we can see other professions that are indirectly affected when developing the tourism as well as cultural and creative sector.

Cultural and heritage sector		Tourism and enterainement		Indirect employment	
Visual Artist	1	Chefs	6	Graphic/Information specialist	2
Musiciens	7	Hotel receptionist	8	Information and communications technology	1
Singers	12	Tourism workers	9	Hardware/Software Specialist	1
Composers	1	Tour guide	36	IT Specialist	59
Dancer	1	Head cook	22	Intellectual property officer	2
Creative and performing artist	11	Cook	267	Radio anouncer	16
Editor	6	Waiters	42	Other media	9
Architect	3	Yagona Waiter/Waitress	21	Interior designer and decorators	4
Traditional practitioner (tia bwainaoraki)	1	Barman/Bartender	33	Photographers	3
Traditional midwifery (tia tobi)	2	Design tattoo/Man Bingko	70	Web technician	4
				Broadcasting and audiovisual technicians	4
				Telecommunication and broadcasting technician	12
Source: 2015 Population Census Report					

Table 14: Cultural and creative professions.

There are still some bottlenecks that prevent the development of creative sectors in Kiribati. Capacity building projects are essential not only to address specific producers from arts and heritage sectors, but also cultural management skills (covering business administration, fundraising, communication, projects designing skills etc.), researches and specific academic formations (such as archaeology, history, anthropology and heritage management) as well as arts and culture workers. The challenge is to strengthen all these chains, from managers, fundraising specialists and communications professionals to craftsmen and women, musicians and tourism chain workers – hotels, restaurants and entertainment.

Photos 11 and 12: Local handicraft in Tarawa. Photographer: Marcelo Murta.

6.8 Financial Sustainability

The data provided by MFED sets that the general expenses of 2017 were of AU$ 214.218.320,30. From this total, around AU$ were expenses from MIA 2.532.000 and

only AU$ 140.887,01 were designated to C&MD[31]. This sum corresponds to less than 0,1% of national budget directly invested in the cultural division. Some other ministries have mapped projects funding, what brings an idea of additional expenditures. However, it is a difficult task to provide exact data, as many culture expenditures are within other projects.

MIA is one main ministry in terms of its role on maintaining the political, social and cultural relations among islands. The 2019 public budget for all government ministries expenses is of AU$ 156.068.220 and MIA has its specific budget of AU$ 2.998.909, or less than 2% of government budget, and less than 0,1% is used to be allocated at C&MD.

However, the public budgets for culture areas are spread around many ministries budgets. Although the cultural management is being coordinated by C&MD/MIA, many projects are executed by other ministries, as stated before in this report.

There are several sectors that receive international funds for developing their projects. C&MD could develop lines of action aiming at looking for fundraising in international cooperation systems and regarding partnerships with international organizations. A database of projects could be designed aligned to NCP and cultural sector decisions.

7. Surveys analysis and their indications

The six types of surveys included several stakeholders related to culture, implicating public authorities, churches and religious leaders, communication and broadcasting enterprises, universities and cultural groups, artists and associations. Each of the surveys tacked specific questions for each of the six groups as well as maintained a general group of questions to all interviewed. The survey was prepared for online filling-up, but the MIA team and the TA held some face-to-face interviews in Tarawa, Abaiang and Kiritimati for completing it. The sample of forty-five (45) complete surveys was reached, representing important source for concluding the report.

The first part of the survey is a social identification of the interviewed. The second part consisted of a closed questionnaire with seventy-two (72) affirmations in several themes to which the respondent had answered between four (4) options: strongly agree, agree, disagree or strongly disagree. The themes were seven (7) and consisted of questions concerning: Culture and Rights; Music and Dance; *Maneaba*, Villages and Communities; Arts and Handicraft; Environment, Local Development and Food Security; Heritage and Archaeology; Language, Traditional Knowledge and Oral

[31] Data provided after interviews with MFED officers and according to official documents from MFED, like the approved 2019 budget.

Traditions. Then a series of nineteen (19) affirmations about current public policies are asked to be answered in a four (4) scale options frame from very dissatisfied to very satisfied. The last part of the survey was an open space for respondents to set their opinions about challenges and opportunities for Kiribati culture locally, nationally and internationally, as well as the expectations they could have about the NCP.

Photos 13 and 14: Survey and interviews held in Kiritimati. Photographer: Marcelo Murta.

The sample of 45 respondents was from diverse regions of the country. The respondents were from at least 16 islands, with a varied set of origins[32]. Most of respondents – around 65 % - were male, unveiling the male predominance in Kiribati society and exposing the necessity of effective gender equality policies for the country. There was a prevalence of elders in responding to the survey: around 40% of respondents have more than 60 years old, same percentage for people from 31 to 45. Only around 7% have from 16 to 30 years old.). It also brings reflections on how to empower young generations to take the leadership for cultural development. The Kiribati culture is strongly based on respect to elders, but there is a necessity of improving youth leadership, mainly for those from 16 to 30, which are already present in church groups and music and dance performances, but still lacking in empowered initiatives.

The domains reached by the survey were diverse, covering musicians, dancers, craftsmen and women, *maneaba's* builders, traditional healers, canoe makers, weavers, fashion designers and visual artists, as well as representatives from elders' associations, women associations, youth associations and local leaders. This sample brings a broad overview concerning Kiribati culture, its traditional knowledge as well as contemporary production.

The first part of the survey aimed at collecting people's opinions on culture, rights and economy, tackling human rights, cultural rights, cultural diversity and promotion of arts. Although most of country's inhabitants are Christian, most of interviewed considered Kiribati as a country based on the diversity of cultures and religions (more

[32] There are resgistered respondents from Maiana, Butaritari, Kiritimati, North Tabiteuea, Tab South, Teraina, Betio, Nonouti, Nikunau, Marakei, Makin, Beru, Arorae, Abaiang, Tabuearan, South Tarawa, Onotoa, North Tarawa, Banaba.

than 90% of respondents strongly agreed or agreed with this affirmation, even those ones from Christian churches). The diversity should be fostered in order to improve the country's economic possibilities on cultural development. By ratifying the UNESCO Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions, from 2005, the country could assume the engagement, as the convention considers several aspects of cultural diversity, from human rights and cultural rights to economy of culture.

A misunderstanding of concepts concerning human rights and cultural rights is perceived when some people were asked about possible clashes between human rights and cultural rights, and so 20% of cultural stakeholders considered that cultural rights should overcome human rights. This was a contradictory affirmation to observe respondents understanding and positioning. Actually, the cultural rights could complement the human rights, as the latter fosters the rights of each people in developing their own cultural identities and in transforming negatives aspects of their culture. In economic terms, most of respondents (more than 95%) agreed that Kiribati should find national solutions to foster creativity, as well as promoting nationally and internationally the local arts. Most also considered that Kiribati should host international events like the FESTPAC (more than 95% agreed or strongly agreed with this affirmation).

In the sections concerning economy of culture areas, like music and dance (second section) and arts and handicraft (fourth section), it is possible to realize that there is a series of worries concerning protection of local culture. Although setting economic driven options for culture and arts promotion (with almost all agreeing that the artists should take advantage of tourism market, even blending traditional expressions to new waves), almost 40% disagree when asked if the electronic music could represent an opportunity for local musicians in terms of mixing traditional music to new waves. Additionally, around 90% agreed that new cultural trends threaten traditional expressions.

The vibrations of traditions are expressed in the sections concerning the *maneaba* system, villages and communities (second section), as well as in the language, traditional knowledge and oral traditions (seventh and last one). The scrutinized stakeholders, mostly when asked in face-to-face meetings, could not have a clear understanding on copyright concept. In the same time, they expressed worries concerning the traditional knowledge protection, as well as the need of respecting local skills. These issues should be addressed by awareness actions implemented by MIA and MCIC when concerning intellectual property protection.

Technical aspects were considered for the 6th section concerning archaeologic works and heritage management. The questions addressed the role of *Te Umwanibong* in managing Kiribati culture and heritage, as well as possibilities of developing researches, the understanding of tangible and intangible heritage and the role of archaeologic sites

in the country. All the respondents set that the museum should be the responsible for managing actions concerning heritage and archaeology in the country. At the same time, these archaeological works should be managed in a closer relation to communities and Kiribati citizens, as they are part of national heritage (all respondents agreed with this affirmation). The class of heritage considered as most important for respondents is Kiribati intangible heritage, which overcomes churches, shrines and the World War relics.

Finally, when asked about existing policies in 19 questions, the responses were generally positive, having around 75% of satisfaction. The questionnaire and the face to face interviews helped on understanding the Kiribati culture, mapping expectations and necessities from several sectors and made possible the developing of the recommendations for the NCP. The recommendations are guiding the drafting of the NCP, which will be updated and validated in workshops and meetings with key stakeholders, local government agents and ministries in February 2019.

The face-to-face approach, brainstorming for discussing the NCP and for responding to surveys in Tarawa and Kiritimati, brought perspectives concerning problems met by artists and heritage owners, as well as challenges and opportunities for cultural development. Some of the main issues considered mainly by craftsmen and women, but also by visual artists and fashion designers are related to jobs formalization, associations strengthening and labor rights. Even though it is known that most of culture sector workers develop their activities under informality, it is expected to have policies for protecting these citizens' rights. The associations need to be fostered and enhanced to strengthen some sectors. The craftsmen and women, for example, used to complain regarding market chains and possibilities for sales. As they don't have a clearly established economic chain, they could not sell their products. This is something that could be arranged with associations strengthening, for example, or support for capacity building for management skills as well as design of proper government strategies for bringing economic value to these workers' products. The MWYSA, when promoting the Expo, for example, brings value and opportunities to handicraft sector, mainly by encouraging women empowerment and economic insertion of their products.

8. Cultural Policies in the Regional Perspective

The development of national policies uses to gain in efficiency to be implemented when aligned to regional and international policies. It is important to have harmony among national and international policies, bringing gains to all engaged actors. Following the Festival of Pacific Arts (FESTPAC), the Pacific region saw the emergence of a periodic forum aiming to achieve regional development. Each four years, intergovernmental meetings take place with nearby countries to draw perspectives about local and regional development. Most of projects related to culture and developed within Kiribati

ministries are strictly connected to the Regional Cultural Strategy. The results can be seen in the FESTPAC documents.

The development of the NCP addresses directly the Regional Strategy and the main themes considered in the document. There are four priority areas considered in the strategy: strengthening of institutional mechanisms; mainstreaming of culture across sectors; cultural production (cultural industries and tourism); and communication and resource mobilization. All these priorities are to be addressed by each of the objectives set for the NCP, which will target proper harmonization processes concerning national, regional and international standards.

The first document sets a group of seven goals to be developed nationally for the period 2010-2020. Some specific actions are already present within ministries. The seven goals are being pursued in the moment as follows.

The goal number 1 - **Mainstream Culture into the national, social, and economic development** - is being developed with the process of NCP designing, bringing together policies from several ministries, but with the leadership of MIA/C&MD. The goal number 2 - **Protection and Promotion of Cultural Rights** - is also being developed within NCP and ongoing processes within MCIC, like the Traditional Knowledge Policy and the Copyright Act and under MIA, after the ratification of ICH Convention.

The goal number 3 - **Develop and maintain cultural sites, spaces and infrastructure** - is being developed under MIA, the National Museum, as well as under the KV20, with a section dedicated to sites protection for culture and tourism development. The goal 4: is designed for the **promotion of the Pacific Islands' cultural industries as a tool for development and the creation opportunities for the peoples of the Pacific Island Countries and Territories** and it has main aspects taken by several ministries, for example through the MWYSA Expo, with the promotion of handicraft and MIA and MCIC under projects linked to relations among organizations, cooperatives, associations and artists.

The goal number 5 - **Mainstream of arts and culture in education and training** - is being developed by the Ministry of Education (Syllabus) and by projects to be developed by universities and vocational training centers. The goal 6 - **Promote funding and investment in the cultural sector** - is a key issue considered for the NCP, as funding uses to be a main restriction for cultural sectors.

The goal number 7 - **Mainstreaming culture in other social and economic sectors** - is clearly noticeable in all ministries' actions mentioned in this report. The NCP has a multi-sectorial range and the culture is already spread amongst ministries policies.

The second phase of the Regional Culture Strategy (RCS): Investing in Pacific Cultures 2010–2020 has the aim to redesign and reduce the scope to increase the effectiveness of

the previous strategy which was to provide a cultural strategy for the region, so that the Pacific Islands supports livelihoods and conditions for cultural producers and communities, and safeguard cultural heritage. Therefore, aligned with global trends here the four priority areas and their key objectives: Strengthening of institutional mechanisms by enhancing workforce capacity in the cultural sector; mainstreaming of culture across sectors, by integrating culture to the national planning and sectorial actions; cultural production by providing an environment for cultural producers and artists and developing cultural tourism; and communication and resource mobilization by increasing visibility, as well as funding and partnerships for cultural development. And to improve the design the working group used the theory of change approach.

The purpose is to design and actualize the approach of the RCS by using the (MEF) Monitoring Evaluation Framework by tracking progress, in other words, collecting analyzing and reporting with indicators, narrative reporting etc.; reflecting, learning and exchanging knowledge between members states, identifying what worked and what not worked for each country, and support cultural policy planning regional and national level by building capacity for monitoring, evaluation and learning (MEL) systems in the theory of change approach.

The guiding principles are: measuring change, shifts and learning; pragmatic and simplified approach as a result; tailoring, by adapting to priorities goals and a objectives; learning focused, by build learning culture by tracking the progress with quantitative objectives; culturally grounded, by using different cultural expressions rather that solely focusing on quantitative indicators; collaborative among working groups; supported by developing systems; and future focus to aim beyond 2020.

The theory of change identifies the problems and acknowledges that change takes place and its non linear, with steps the lead to long-term changes and determine the progress on achieving the objective. It helps tracking desired changes in a meaningful way. It brings together the stakeholders in a coordinated way to mobilize resources to achieve the predetermined goals.

Theory of change proposes the steps of phase 2 of the RCS are: the problem consists in not supporting cultural producers and communities and not privileging cultural heritage in development; cultural agencies, producers, artists, government, private sector, CSOs, national donor and investment and National regional coordination are the inputs to approach strengthening publicity and communication and publicity, mobilizing resources, developing tools, supporting professionals and reviewing regulatory and policies related to tourism and cultural production; the results are greater visibility, greater investment, better organization, integration in the national planning, development of environment for artists and cultural producers and grater development of cultural tourism.

The assumptions resulting from the process are:

> "Cultural producers and communities would benefit from a development environment that values their goods and services; Development in the Pacific Islands would be enhanced by better integrating cultural heritage dimensions as both driver and context; If the capabilities of cultural agencies are built, they will be able to better support cultural producers and communities; Cultural development requires collaboration between government, civil society and private sector; Potential partners will be receptive to information about the value of culture; Other sectorial policies and programs will be interested in integrating culture to add value to their outcomes; Improved communication will attract increased interest beyond culture stakeholders; Improved human resources capabilities in culture sector will lead to more effective culture sector management and to opportunities for stakeholders; Tools will be valued and used to increase integration of culture in development policy and planning; Increased opportunities in the field of culture benefits all of society through expanded economic growth in and benefits for local rural and urban; Cultural vitality is an important feature of local and national identity and a contributor to cultural diversity globally."

The MEF sports data collection, analysis and reporting to reflect and learn in both national and regional levels. It aims to gather evidences to measure progress in the four priorities; comprehend the evidence to access progress and reflect o the progress to make decisions. It seeks to build capacity to provide a car understanding and develop a framework of strategic outcomes with indicators and reflection to after 2020.

Measuring and tracking change implicates selecting indicators that are relevant for priority areas. They will come from a "shopping list" of potential headline indicators that assess the situation and output indicators to track immediate change. These indicators must be relevant for the priorities and not only comprise quantitative aspects but also qualitative such as interviews, stories, art forms, and other types of cultural expressions. The countries will be supported in selecting existing indicators and how to collect them and, over time, fill the quantitative and qualitative gaps as well as reflect on the process, identify new priorities and revise strategies to have, at the end of phase two a set of core indicators.

Reporting on the progress of each country will be done annually and will be associate with the strategy, encouraging the countries to gather data on the process, no only on datasets and administrative records but also methods to promote culture such as storytelling and publicity. Each country's report will be aggregated in a regional report. Reflection and learning will occur in national in regional levels during bi-annual workshops that will explore: the extension of each country activity to their main cultural priorities; what changes have occurred; which priorities are making most and least progress; what has been effective and ineffective; what could be done differently; what resources and capacity are needed on the process. At the end of phase 2 it is expected to reconvene and reflect on the process of implementation and develop a framework for after 2020. The resources for the process of select, populate and report on indicators, as well as technical support to the working groups will be provided by SPC and will

include strengthening existing systems, building stronger directions, finalizing the MEF, developing templates an guidance notes and obtaining resourcing for the working groups.

9. International normative: Kiribati Cultural Policies in the International Perspective

The culture sector could reach most of international agencies within the United Nations System[33]. The main international organization that deals with cultural issues worldwide is UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. The agency created in 1946 has several international normative agreed amongst States Part, bringing together guidance policies and conventions gathering issues like heritage and diversity.

The Republic of Kiribati joined UNESCO on 24 October 1989 having its National Commission seat held by the Ministry of Education (MOE). Kiribati ratified two UNESCO Conventions in the last decades: the 1972 World Heritage Convention, on 12 May 2000; and the 2003 Intangible Heritage Convention, on 2 January 2018. The first one relates to protection of cultural and natural monuments, groups of buildings and sites (UNESCO, 1972, article 1); the second one aims at safeguarding the humanity intangible heritage manifest on oral traditions, expressions, languages, performing arts, social practices, rituals, traditional knowledge and craftsmanship (UNESCO, 2003, article 2).

Both normative documents, being "Conventions", create legally binding obligations on Member States. These documents demand the countries to adopt internally certain directives agreed. The government of Kiribati, then, should develop public policies concerning these sectors, what is being developed mainly under two ministries: MELAD and MIA.

The World Heritage Convention from 1972 is under Ministry of Environment, Lands and Agricultural Development (MELAD). Kiribati has one World Heritage - PIPA, and as mentioned on prior sections of this report, the country is developing several actions concerning the protection of the area.

The ICH Convention is under MIA representative. Kiribati took part in two meetings in 2018: General Assembly and the 13th Session of the ICH Intergovernmental Committee. The cultural mapping is a main ongoing action related to ICH and is a main tool for developing the NCP.

[33] e.g. cultural projects and actions within UNDP, UNICEF, UNHCR; Traditional Knowledge projects led by WIPO; amongst others.

Kiribati has not yet signed the UNESCO Convention for the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions, from 2003, what could be a key action to develop NCP aligned to international normative.

10. Recommendations and following steps

This diagnosis serves to orient the drafting of the National Cultural Policy. The data collected and the key findings make it possible the development of potential lines of action for the NCP. The NCP draft will be written in a close relation with MCIC, MIA, UNDP and other key stakeholders, constantly updating the status report and holding online communication and consultations. The draft will contain recommendations to the national policies concerning key courses of action, as well as tasks and goals to be agreed among all.

The third phase of the consulting will be held in February 2019, during the consultative meetings to take place in Kiritimati and Tarawa. Before starting the mission, a preliminary draft of the National Cultural Policy will be sent in January to MIA and UNDP. It is expected to obtain a multi-sectorial meeting, with representatives from several cultural groups, engaging museum workers, craftsmen and women, tourism workers, musicians, dancers, artists etc. from various regions of the country. The meetings will be organized in focus groups to settle the National Policy.

The recommendations presented here will be gathered in the NCP with structured objectives and goals, institutions responsible for each action and a timeframe based scheme. It will be sent to MIA, MCIC and UNDP offices prior to the second mission and it is expected to be finalized during the consultations next February.

After the second mission, the final National Cultural Policy Report will be concluded and sent to MCIC, MIA and UNDP, as well as key stakeholders. The final report will be agreed on and sent until the end of March 2019.

Recommendation 1: Establish a National Culture Commission with a broad spectrum of representatives, from several sectors and geographic locations, covering all cultural sectors and regions of the country. The main function of the commission would be to develop the NCP, as well as monitoring its implementation in the country and its operation as the main decision making instance concerning culture, traditions, heritage and arts. It would include their financing, cultural rights, intellectual property, public and private actions, and presence in education and capacity building processes. The commission/committee should provide follow-ups to all ministries about actions concerning culture, arts and heritage.

Recommendation 2: Promote Kiribati culture internationally: establish at least three levels of promoting culture through houses or cultural centers. These houses could host events, courses and comprise a chain to present, promote and sell cultural goods, from handicraft, books and food to tourism services. The levels are as follows: (a) Open Kiribati culture houses connected with diplomatic missions; (b) Articulate with countries in the region to foster the creation of Micronesia / Polynesia Houses; (c) Articulate with other countries to create Centers of Pacific/Oceanic Culture and Arts. It Evaluate the possibilities of integrating means and resources at host countries or with other countries in the Pacific, depending on the size of the diplomatic missions. This process could also be integrated within universities and other private and public institutions.

Recommendation 3: Ratify the UNESCO Convention for the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions in order to promote policies aligning with global trends on the promotion of cultural diversity and creating a safe place to the preservation of tangible and intangible heritage from all the 33 islands, thus strengthening Kiribati cultural identity.

Recommendation 4: Ratify the International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights, as well as other conventions to complete the human rights system in order to guarantee cultural rights in a proper way.

Recommendation 5: Establish a statistics framework for MFED and Census based on UNESCO references. Promote a cultural habits research or Census, as well as promote other cultural research lines within universities.

Recommendation 6: Establish a National Policy for excavations and archaeological and historic sites. All excavations should be followed by the Culture & Museum Division through concession and elaboration of reports, authorization and/or licenses. The relics and cultural goods found during any excavations should receive an authorization from C&MD / MIA before leaving the country. It is recommended also to develop agreements and MOU's with institutions such as universities and NGOs with preference given to local and regional groups, such as USP and KIT for promoting local studies and research. Set up a policy of fighting illicit trafficking.

Recommendation 7: Establish a center for Visual Artists exhibitions and promotion of art markets. Facilitate access to raw materials for artistic creations.

Recommendation 8: Promote culture and art festivals and events aiming at being a FESTPAC host country in a close future.

Recommendation 9: Establish a Cultural Studies Chair within universities, gathering studies from Cultural Management, Kiribati Studies, Tourism and other relevant branches of Human and Social Sciences.

Recommendation 10: Strengthen museum capacities in a long term plan, aiming at establishing a Museological Plan and Museum Planning; establish a process of inventorying i-Kiribati collections abroad; discuss the possibility of repatriation processes after setting up conditions in Kiribati museological structures; disseminate and discuss the 2015 UNESCO Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections, their Diversity and their Role in Society; set up a *'Sociomuseological approach'* for the museum, considering contemporary issues and problems locally and globally; promote the ICOM Code of Ethics and the Code of ethics for Pacific Museums, encouraging further events, workshops and debates with communities, villages, universities, public agents etc.; embrace and benefit from annual scheduled events, such as the International Museum Day and the Cultural Day.

Recommendation 11: Develop and strengthen a specific policy for libraries, including conservation and management of collections, new acquisitions, and development of readers.

Recommendation 12: Adopt a specific policy for archives, including conservation and management of archives and promoting research.

Recommendation 13: Promote Kiribati languages through projects of the Ministry of Education and the publication of related books.

Recommendation 14: Set up standards for Cultural Mapping process and National Cultural Inventories, by organizing and completing available information, as well as following up with some sites visits and updating GPS locations. Use ICTs for communication and promotion of heritage.

Recommendation 15: Foster cultural mapping with methodologies for heritage categorization. Translate to English the integrality of the mappings or key information selected from the information collected in pre-established forms. Focus on communication processes through the promotion of inventories and collections in spaces that are open to the general public; use new ICTs and internet tools to disseminate the cultural mapping. Develop systems for research and capacity building.

Recommendation 16: Foster a specific traditional music inventory with joint missions gathering BPA, National Archives and Museum specialists.

Recommendation 17: Support traditional canoe makers by maintaining and improving Ministry of Fisheries & Marine Resources Management projects and connecting them with MIA policies and cultural mapping and inventories.

Recommendation 18: Enhance the mappings of gastronomy and cooking linked to heritage inventories for gastronomic tourism promotion and also for food security.

Recommendation 19: Foster the traditional *maneaba* construction. Enhance traditional knowledge connecting local and formal university knowledge. Participation within MISE projects and commissions.

Recommendation 20: Use the museum *maneaba* as a prototype for a "Cultural *Maneaba"* for arts and culture fairs and activities, giving a central role for this structure in museum activities and cultural policies.

Recommendation 21: Promote MIA participation in PIPA decision instances, for example through its management committee. The protected area has also important cultural sites that should be protected and promoted. It is an attribution of the MIA to be involved in these processes.

Recommendation 22: Promote the Copyright Act and foster intellectual property strategies to strengthen the presence of Kiribati internationally as well as protect original creations and occasionally generate revenues from exports of cultural and creative products and services.

Recommendation 23: Develop a policy for Geographic Indications and Designations of Origin closely connected to MIA cultural mapping and MCIC traditional knowledge policies.

Recommendation 24: Establish a working group for setting up measures for a *Unimwane* policy, based on the prior draft document.

Recommendation 25: Establish a financing strategy for cultural, arts, heritage and traditional knowledge projects, considering a database of projects and the promotion of fundraising possibilities.

Recommendation 26: Promote creative and cultural economics by developing strategies of funding and facilitating mechanisms to foster entrepreneurship in the private sector, as well as partnership with public institutions and tax incentive for companies that fund cultural projects.

Recommendation 27: Promote the decentralization of creation and consumption of culture by fostering actions in the Outer Islands. Create new and/or develop previous existing structures, both public and private, in the main Islands as well as connecting with the Outer Islands.

Recommendation 28: Establish a specific policy for Kiritimati heritage, considering its archaeological sites, the importance of fishing for nutrition and leisure, and Operation Grapple. Create a local museum or cultural center for running projects reflecting on these three aspects.

11. References

Concept Notes on *Unimwane* Policy as of 30th of October 2018. Document provided by the Ministry of Internal Affairs. 19 December 2018.

Constitution of the Republic of Kiribati. 1979.

Copyright Act 2018. Government of Kiribati. Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives. Available at: http://mcic.gov.ki/legislation/ Accessed on 20 January 2019.

Cultural Mapping Report Summary. Document provided by the Ministry of Internal Affairs. 19 December 2018.

Education Act (2013). Republic of Kiribati.

Environment Act (2007). Republic of Kiribati.

Field survey report: Intangible Cultural Heritage Safeguarding Efforts in the Asia-Pacific. 2015/16. UNESCO/ICHCAP in collaboration with Ministry of Internal Affairs. Available at: http://www.ichcap.org/eng/ek/sub1/pdf_file/pacific/2015Kiribati/Field%20Survey%20Report%20of%20Kiribati_full.pdf Accessed on 28 Dec 2018.

Kiribati 20 Year Vision - KV20. 2016 - 2036. Republic of Kiribati.

Kiribati Climate Change Policy. Government of Kiribati. Office of Te Beretitenti.

Kiribati Government 2018 Budget. Republic of Kiribati.

Kiribati Joint Implementation Plan for Climate Change and Disaster Risk Management (RJIP). 2014 - 2023. Government of Kiribati. Office of Te Beretitenti.

Mackenzie, Ueantabo. (2010). Speech available at: https://www.youtube.com/watch?v=YtGScLPSb-A

Maude, H. E. (1980). The Gilbertese Maneabe. The Institute of Pacific Studies and the Kiribati Extension Centre of the University of South Pacific.

Memorandum for Record between the Joint POW/MIA Accounting Command and the Ministry of Foreign Affairs and Immigration on Republic of Kiribati. 17 September 2010.

National Cultural Policy draft (2014). Ministry of Internal Affairs. Republic of Kiribati. Draft provided by Ministry of Internal Affairs. December 2018.

Petersen, Glenn (2009). Traditional Micronesian Societies. Adaptation, Integration, and Political Organization. University of Hawai'i Press.

Phase 2 Regional Cultural Strategy Monitoring and Evaluation Framework. Draft: 17 November 2018. Document provided by Ministry of Internal Affairs. December, 2018.

Policy for the protection of TK and CFE. Document draft provided by Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives. December 2018.

Phoenix Islands Protected Area Kiribati. Draft Management Plan 2010 – 2014. Provided by Ministry of Internal Affairs. December 2018.

Regional Culture Strategy: Investing in Pacific Cultures 2010–2020. Phase 2: 2017–2020. Pacific Community.

Teiwaki, Roniti (1980). The future of Kiribati Culture. In. Pacific Perspective. Pacific Cultures: Past, Present and Future. Vol. 9, No. 1. South Pacific Social Sciences Association. University of South Pacific, Suva. pp. 6-12.

The Local Government System in Kiribati. Country Profile 2017-18. Available at: www.clgf.org.uk/kiribati Accessed on January 2019.

The Phoenix Islands Protected Area (PIPA). Monitoring, Control and Surveillance Plan. The Next Two Years - 2018-2020. Ministry of Environment Lands and Agricultural Development. Republic of Kiribati.

Treaty of Friendship Between the United States of America and the Republic of Kiribati. Tarawa, 20 September 1979.

United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (2003). Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage Paris, 17 October 2003

United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (1972). Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Paris, 16 November 1972

United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (2005). Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions Paris, 20 October 2005

12. Attached documents

a. MOU - Memorandum of Understanding (MOU) between the Republic of Kiribati and the United States of America (USA)
b. Brief report: mission to Abaiang
c. Report: mission to Kiritimati (presented by MIA Senior Officer)
d. *Unimwane* Policy Notes
e. Surveys

O/C CMD

REPUBLIC OF KIRIBATI

MEMORANDUM

From:	Secretary for Foreign Affairs and Immigration	**To:**	Secretary: MIA
File Ref:	FAI: ~~555~~ 13/36	**cc:**	Ms. Monita Irateti
Date:	8 January 2019		

Copy of Memorandum of Understanding Between Government of Kiribati and DPAA

1. With reference to your office letter dated 6th December 2018, please find attached herewith copy of MOU between the Government of Kiribati and the Joint POW/MIA (DPAA) as requested for your kind information.
2. Kindly note that History Flight Agency is contracted by the US DPAA to carry out excavation work on Tarawa and report back to DPAA and the US government regarding findings. The existing contract between History Flight Agency and the US Defence Prisoner of War/Missing in Action Accounting Agency (DPAA) requires History Flight to engage with the Government of Kiribati in order to obtain permission including recovery permits, environmental permits and those regarding handling of human remains.
3. The Ministry stands ready to provide further information should the need arise.

Ko rabwa

Uentemamira. Kataauru-Muller (Mrs)
For Officer in Charge

Recd on 8/1/19

MEMORANDUM FOR RECORD
Between the
Joint POW/MIA Accounting Command
And the
Ministry of Foreign Affairs and Immigration on
Republic of Kiribati
17 September 2010

I. OVERVIEW: The Joint POW/MIA Accounting Command, hereinafter referred to as JPAC, U.S. Pacific Command, U.S. Department of Defense is formally tasked to provide the fullest possible accounting of those Americans missing from our nation's past conflicts, to include World War II losses in the Pacific region. In accordance with Section 106 of the U.S. Historic Preservation Act and the applicable Laws of the Republic of Kiribati , hereinafter referred to as Kiribati, the Ministry of Foreign Affairs and Immigration (MFAI) is responsible for international policy and is the Primary Point of Contact concerning all JPAC activities in Kiribati. All JPAC activities will be jointly conducted in accordance with applicable U.S. regulations and the laws of Kiribati. This arrangement outlines the foundation for JPAC's operations in Kiribati; however, each mission will be requested and approved on an individual basis.

II. APPLICABILITY: This Memorandum for Record applies to JPAC efforts during research, investigation, excavation, and forensic review activities in Kiribati.

III. POLICY: The policy of the United States prohibits the payment of rewards for remains.

IV. JOINT ARRANGEMENTS:

A. **Contact and Coordination**

- The Ministry of Foreign Affairs and Immigration is the primary point of contact for JPAC related matters. JPAC will notify and coordinate with the Ministry of Foreign Affairs and Immigration via the U.S. Embassy Suva.

- As approval authority per the Laws of Kiribati, the Ministry of Foreign Affairs and Immigration along with the Ministry of Internal and Social Affairs, National Cultural Council concurs with JPAC conducting investigation, recovery and forensic review missions in Kiribati and its surrounding waters. The Ministry of Foreign Affairs and Immigration will coordinate JPAC activities with appropriate Kiribati organizations and officials and inform JPAC J5, through U.S. Embassy Suva, of any special permits required to meet mission objectives.

- Contact and coordination will commence a minimum of 120 days in advance of all missions to allow maximum time for all required coordination within Kiribati. A detailed mission plan will be provided for use in a public awareness campaign to inform local residents and officials about the JPAC team arrival and its intended mission. JPAC Public Affairs Office (PAO), in coordination with U.S. Embassy Suva PAO, will support the Ministry of Foreign Affairs and Immigration as requested.

- JPAC team leadership will provide entry and exit briefs, as required. The Ministry of Foreign Affairs and Immigration will submit requests for entry/exit briefs, through the JPAC J5, prior to the team's arrival.

B. <u>Site and Artifacts Preservation</u>

- Pursuant to the laws of Kiribati, the Ministry of Internal and Social Affairs, National Cultural Council agrees to help protect and preserve World War II sites known or suspected to be associated with unaccounted-for Americans from disturbance and pilferage.

- The National Cultural Office agrees to immediately notify JPAC, the Ministry of Foreign Affairs and Immigration and U.S. Embassy Suva, when individuals or organizations identify, request, or disrupt potential or known historical sites associated with U.S. World War II losses.

C. <u>Scope of Work</u>

- In accordance with this memorandum, JPAC will submit a formal scope of work for all proposed activities, to include investigation, excavation, and forensic reviews, to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration for approval 60 days prior to any work being conducted. The Ministry of Foreign Affairs and Immigration will notify JPAC in writing via the U.S. Embassy Suva of its decision or requirements for additional documentation. Should any deviation from the approved arrangement occur, all concerned parties will coordinate a satisfactory solution of the issue to allow remaining work to be completed.

- Approved JPAC activities will begin and end on mutually agreed upon dates. JPAC missions will be approximately 45-60 days in duration, based upon availability of requisite resources. JPAC will submit a formal written request, though the U.S. Embassy Suva, to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration, for adjustment or extension of any mission.

- Upon arrival at any investigation or excavation site, JPAC will photo document the entire site area and provide a photographic record of the site to the National Cultural Office. This photo documentation must occur prior to commencement of work.

- The JPAC recovery leader/anthropologist (RL/A) will determine the scientific strategy for site excavation and recovery of remains. The RL/A will ensure all aspects of field activities follow the approved scope of work, and National Cultural Council and Ministry of Internal and Social Affairs policy.

- Copies of final reports (Search and Recovery, Forensic Odontology, Forensic Anthropology, and Material Evidence) will be provided to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration upon completion of the identification process.

D. Remains and Material Evidence Disposition

- JPAC is concerned only with recovery of remains and material evidence necessary to establish identification. Coordination for the recovery and transportation of remains and/or material evidence out of Kiribati will be made through the Ministry of Foreign Affairs and Immigration. Only material evidence that will directly assist in or support the identification will depart Kiribati with the JPAC team.

- Prior to the team's departure from Kiribati, all recovered material evidence and/or human remains will be reviewed and verified by the team anthropologist and a designated National Cultural Office representative.

- Following completion of the identification process, if desired, the material evidence removed from Kiribati will be returned to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration with the exception of personal effects associated with an identified individual that are returned to the family.

- When remains are recovered, if requested, a small memorial service may be conducted at the local village level prior to the team's departure. Additionally, select JPAC team members may conduct a formal repatriation ceremony prior to departure from Kiribati if requested by the host government or U.S. Embassy, Suva. Such ceremonies will be coordinated and approved in advance by the U.S. Embassy and JPAC Headquarters.

E. Safety and Security

- Safety and security are paramount to the welfare of JPAC team members and Kiribati officials and citizens involved with the mission.

- For safety considerations, site access is commonly restricted to the general public. Permission for site access will be coordinated through the JPAC team leader and Kiribati escort officials following notification and approval of JPAC Headquarters. Press/media visits will be coordinated through U.S. Embassy Suva, JPAC PAO, and appropriate Kiribati officials. JPAC will verify the requirement with the Ministry of Foreign Affairs and Immigration for team to be

escorted by a designated Kiribati official for the duration of each joint field activity (JFA).

- The Kiribati Police Service will approve and/or provide primary security for JPAC investigation and excavation teams and excavation sites throughout each JFA.

- Medical evacuation services and procedures will be coordinated with the International SOS (ISOS) Emergency Center, Sydney, Australia, as required.

- When unexploded ordnance (UXO) is discovered, team explosive ordnance disposal (EOD) technicians will mark the location with yellow pin flags or move the UXO to a safe holding pit. JPAC EOD technicians will not dispose of any UXO. Detailed information on the pin flag or UXO safe holding pit location will be provided to the Kiribati Police Service, who will assume responsibility for the safe disposal of all UXO in accordance with Kiribati laws and regulations.

- JPAC will maintain a command and control (C2) cell /logistics support element as required.

F. Customs and Immigration

- JPAC will provide a list of team members to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration through U.S. Embassy, Suva, 45 days prior to the mission, for entry visa processing.

- Communications equipment used by JPAC teams will include Iridium telephones and pagers, cell phones, and Inmarsat modems capable of voice and data transmissions. A detailed list of communications equipment and frequencies will be submitted to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration through U.S. Embassy Suva 60 days prior to the mission.

- A detailed list of all medicines to be brought in and used by the teams will be provided to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration, through U.S. Embassy Suva, a minimum of 60 days prior to the mission.

G. Team Conduct & Customs/Courtesies

- JPAC team members will not wear military uniforms while conducting JFA's. The exception to this policy is for a repatriation ceremony, should it be requested by the Kiribati or U.S. Embassy.

- Team members will demonstrate respect for local laws and customs, as well as conduct themselves in accordance with established JPAC and U.S. Embassy standards of conduct.

H. Compensation

- The U.S. agrees to pay fair compensation and reimbursement for services rendered in support of JPAC efforts for the fullest possible accounting of Americans missing as a result of our Nation's past conflicts. All reimbursements are subject to the availability of funds.

- The Ministry of Foreign Affairs and Immigration will submit a bill to JPAC at the end of each JFA. All compensations will then be transferred via electronic funds transfer (EFT) to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration, who will in turn assume responsibility to disburse appropriate payments to government officials, laborers, and guards.

- JPAC agrees to pay $13.30 U.S. dollars ($16.00 AUS) per day for unskilled labor and $17.50 U.S. dollars ($21.00 AUS) per day for government officials when such personnel are necessary to accomplish the mission. Determination of necessity must be made prior to the execution of the mission.

- JPAC agrees to pay travel and lodging for Kiribati officials and security personnel when such personnel are necessary to accomplish the mission. Determination of necessity must be established prior to execution of the mission.

- It is agreed that in certain situations JPAC may be required to pay local landowner(s) fair and reasonable compensation, which will be negotiated with the landowner(s) through the Ministry of Foreign Affairs and Immigration representative, and JPAC. The Ministry of Foreign Affairs and Immigration will be responsible for determining actual land ownership and to whom these compensation payments are to be made. This information will be provided to JPAC, J5 Director, 30 days prior to the mission.

V. APPURTENANCE: This document represents the first arrangement between JPAC and the Ministry of Foreign Affairs and Immigration, Ministry of Internal and Social Affairs and National Cultural Council to formally establish a joint relationship. This arrangement shall be effective upon signature of all parties. Should any signatory determine the activities cannot be completed in accordance with this arrangement or an amendment to the arrangement is required, that party will notify the other signatories and request consultation to amend this arrangement. Approval of an amendment will follow the same administrative procedures as the original arrangement. This arrangement may also be terminated unilaterally upon 180 days written notification to either party.

VI. UNDERSTANDINGS: In accordance with their national procedures and subject to the availability of funding, the undersigned parties agree to discharge their best efforts to accomplish those items listed in paragraphs two and three of this Memorandum for Record. This Memorandum is not intended to be a binding international agreement between the U.S. Government's Joint POW/MIA Accounting Command and Republic of Kiribati National Cultural Council. This Memorandum creates no substantive or procedural rights between the parties. Any disagreement regarding the interpretation or application of this Memorandum shall be resolved through consultation by the representatives concerned.

Signed:

Terieta Mwemwenikeaki
Deputy Secretary
Ministry of Foreign Affairs and Immigration and Immigration

Date: 17/9/2010

Col John Sullivan, USMC
Deputy Commander,
Joint POW/MIA Accounting Command

Date: 17/9/2010

Witnesses:

Romano Reo
Mayor
Betio Town Council

Date: 17/9/2010

Witnesses:

Gary Shaw
Deputy Director, J5
Joint POW/MIA Accounting Command

Date: 17 SEP 2010

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME
Enhanced Integrated Framework (EIF)
Tier 1 - Trade Capacity Building and Institutional Strengthening Project in Kiribati

Cultural Policy Expert - Kiribati
Contract No. UNDP/FJI/IC/2018/153

Brief Report
1st Mission

Marcelo Lages Murta

December, 2018

Introduction 3
Meetings and visits organised during the first mission 4
Survey and next steps 5
Appendices 6

Introduction

This document contains a brief report after the first mission in Kiribati according to the work plan for the “Cultural Policy Expert - Kiribati” consultancy, under the Enhanced Integrated Framework (EIF) Tier 1 Trade Capacity Building and Institutional Strengthening Project in Kiribati, having the UNDP as the Main Implementing Entity.

According to the Term of Reference (TOR), the goal of the project is to formulate a National Cultural Policy. This document will provide a framework for reviving and promoting tangible and intangible cultural and historical heritages present across the chants, music, dance and craft sectors as well as the significant remnants from World War II. The government intends to use the National Cultural policy to promote the development of cultural industry as well as to safeguard and foster social and cultural values.

The first step is to approach the current situation of the cultural policies currently place in Kiribati. To this end, a research document will be written based on prior cultural policies, cultural mappings and strategies developed by the public sector in the country.

This research will approach different kinds of analysis, comprising laws and conventions reviews as well as statistics studies. A “state of the art” on legal and public policies documents will cover national and international conventions, as well as governmental policies on intellectual property, copyright, trade policy, national quality policy and incentives to support business.

The objective of the first mission was to get data for the first diagnosis, highlighting initial background information as well as researching economic, social and cultural aspects of the country. The mission was based on face to face conversations with focus groups. The intention was to get a very close approach, bringing together the necessary information just as ideas and expectations for the NCP.

This report doesn’t present the key findings of the mission, a diagnosis or recommendations to the NCP. It is a brief report concerning the activities developed and the next steps to the consultancy. The diagnosis will be presented as the third product of the consultancy, according to the TOR.

Meetings and visits organised during the first mission

The Ministry of Internal Affairs (MIA) was the main institution supporting the activities during the first mission. The ministry prepared a list of stakeholders to be interviewed considering representatives from the public sector as well as civil society organisations. Other stakeholders were added during the process due to changes on the schedule and *in loco* perceptions.

The interviews were held in Tarawa and Abaiang, reaching 111 stakeholders – 42 in Abaiang and 69 in Tarawa. The stakeholders were both from public sector (central and local government) and society (artists, craftsmen, organisations and individuals).

The interviews were conducted with open conversations. Each focus groups were considered with informative, supportive and consultative approaches (in opposition to confrontative talks), bringing ideas from at least three main axis: the identification of activities; the understandings of i-Kiribati culture; and the expectations concerning the National Cultural Policy, considering the representation of the groups on the public sphere.

One important task developed during the consultations and to be considered in the diagnosis is the identification of cultural policies to be found transversely in diverse ministries and sectors, such as education, agriculture, fishing, women and gender, human resources, health, security, immigration etc. It will help the process of mapping the Culture in the public policies enforcement as well as bring contributions to develop the National Cultural Plan.

Other activities were developed during the mission, such as visits to WWII sites, presence in chorus rehearsals, artistic presentations, popular fairs and markets sites, touristic sites and cultural observations, as well as informal meetings aiming to understand the i-Kiribati culture.

Survey and next steps

The diversity of sources of information will enrich the work process. A survey will be applied to key stakeholders in non-visited outer islands, with the support of the MIA. The surveys' analysis will bring more data for the diagnosis, as well as a perspective of the lines of action to be developed in the NCP. The conducting of the interviews and surveys will be complementary to other data analysis, making it possible to have a very broad report based on field work, documents research and participative processes.

The first stage aims to conduct a situational analysis of the Kiribati culture, focusing on i-Kiribati traditions and heritage, as well as the potential of cultural industries related to tourism and other economic activities. The second stage is the drafting of a National Cultural Policies document, based on the field work, consulted sources, collected data and research process previously carried out. The third stage will be the final consultative meetings and final report, oriented by the visits to the country, consultations established as well as the agreements with stakeholders and coordinators for the draft, to be concluded in the end of this stage.

Appendices

Appendix 1. Stakeholders and meetings list

Meeting	Stakeholder	Date	Name	Institution	Location
1	1	12/Nov	Pelea Tehumu	MIA	Bairiki
1	2	12/Nov	Teraaiti Euta	MIA	Bairiki
1	3	12/Nov	Roreti Eritai	MCIC	Bairiki
1	4	12/Nov	Samson Odhiambo	MCIC	Bairiki
2	5	12/Nov	Pelea Tehumu	MIA	Bairiki
2	6	12/Nov	Terengaiti Awerika	MIA	Bairiki
3	7	13/Nov	Samson Odhiambo	MCIC	Betio
3	8	13/Nov	MCIC officer	MCIC	Betio
3	9	13/Nov	IP officer (Name?)	MCIC	Betio
3	10	13/Nov	IP officer (Name?)	MCIC	Betio
4	11	13/Nov	Ientaake King	MICTTD	Betio
4	12	13/Nov	Tourism Officer (Name?)	MICTTD	Betio
4	13	13/Nov	Tourism Officer (Name?)	MICTTD	Betio
4	14	13/Nov	Tourism Officer (Name?)	MICTTD	Betio
5	15	13/Nov	Birimaka Tekanene	MOJ	Bairiki
6	16	13/Nov	Nei Tooa	MFMRD - Fisheries	Bairiki
7	17	14/Nov	Kourabi	Eita - Unimwane Association	Eita
8	18	14/Nov	???	Betio - Unimwane Association	Betio
9	19	14/Nov	Pelenise Alofa	KHRA	Eita
10	20	14/Nov	Ioane Tekaai	Traditional Dancing Group - Te waa mai	Bairiki
11	21	14/Nov	Nei Kabua	Women Handicraft Association	Ambo
11	22	14/Nov	Nei Teborou	Women Handicraft Association	Eita
11	23	14/Nov	???	Women Church Association KUC	TUC
11	24	14/Nov	???	Women Church Association UPC	TUC
12	25	14/Nov	Natan Itonga	Visual Artist	TUC
12	26	14/Nov	Barane Iererita	Visual Artist	Betio
13	27	14/Nov	Ataona Tabwakea	Traditional Choir - te kwaea	Bairiki
14	28	15/Nov	Bouri Tebau	Mormon Church (LDS)	TUC
15	29	15/Nov	Tabua Rokeatau	7th Day Adventist	BTC
16	30	15/Nov	Nei Mwakuriita	Traditional Healer	Bonriki
17	31	15/Nov	Raurenti Toatu	TUC - Mayor	Teaoraereke
17	32	15/Nov	Mikari	TUC - Clerk	Teaoraereke
18	33	15/Nov	Fr. Koru Tito	Catholic Church	TUC
19	34	15/Nov	Tukabu Teroroko	PIPA	Bikenibeu
19	35	15/Nov	Tiroa	PIPA	Bikenibeu
20	36	16/Nov	Teuea	MISE	Betio
20	37	16/Nov	MISE officer	MISE	Betio
21	38	16/Nov	Akoia	BTC	BTC
22	39	16/Nov	Kawoki Taakaw	BTC	BTC
23	40	16/Nov	Angus Morrison	Bahai	TUC
24	41	16/Nov	SAS Tinia	Health	Bikenibeu
25	42	16/Nov	Curricula Officer	Education - Curricula	Bikenibeu
26	43	17/Nov	Susan Barrie	Tobaraoi	Bikenibeu
27	44	19/Nov	Ianetama Kaititaake	Abaiang Island Council - Mayor	Abaiang
28	45	19/Nov	Arii Bareta	Abaiang Island Council - Clerk	Abaiang
29	46	19/Nov	Tarebwaia Tiinga	Abaiang Island Council - IEC	Abaiang
-	47	19/Nov	Biita Mweretaka	Abaiang Island Council	Abaiang
-	48	19/Nov	Kabuna Teraoi	Abaiang Island Council	Abaiang
-	49	19/Nov	Varantina Berenato	Abaiang Island Council	Abaiang
-	50	19/Nov	Raerae Taie	Abaiang Island Council	Abaiang
-	51	19/Nov	Teibauea Kauriri	Abaiang Island Council	Abaiang
-	52	19/Nov	Tirion Kabwebweia	Abaiang Island Council	Abaiang
30	53	19/Nov	Taai Tekautu	Mwaneaba builder - Catholic Church	Abaiang
31	54	20/Nov	Tiri	Women Association - WIW	Abaiang
31	55	20/Nov	Benateueua	Women Association - Runga n Aine	Abaiang
31	56	20/Nov	Kareiti	Women Association - Runga n Aine	Abaiang
32	57	20/Nov	Pastor Arobati	KPC	Abaiang
33	58	20/Nov	Teboitabu Taukoriri	KUC	Abaiang
34	59	20/Nov	Otimoa Kabunare	Canoe Makers	Abaiang
34	60	20/Nov	Teikarawa Banimone	Canoe Makers	Abaiang

35	61	20/Nov	Beeroia	Youth Association	Abaiang
35	62	20/Nov	Rimon Baute	MWYSA	Abaiang
35	63	20/Nov	Buretau Timon	MWYSA	Abaiang
36	64	20/Nov	Iotebwa Iabeta	Local Dancer	Abaiang
36	65	20/Nov	Raua Makin	Local Dancer	Abaiang
36	66	20/Nov	Roote Arawatau	Local Dancer	Abaiang
37	67	20/Nov	Iebwe Kirabo	Visual Artist	Abaiang
37	68	20/Nov	Kaure Nenetaake	Visual Artist	Abaiang
37	69	20/Nov	Tomati Katioua	Visual Artist	Abaiang
38	70	20/Nov	Tababure Tekea	Traditional Choir	Abaiang
38	71	20/Nov	Martin Mannang	Traditional Choir	Abaiang
38	72	20/Nov	Berenato Keariki	Traditional Choir	Abaiang
39	73	20/Nov	Ioane Taam	Unimaine	Abaiang
39	74	20/Nov	Teauama Kaewaua	Unimaine	Abaiang
40	75	20/Nov	Beitaare Sabe	Mormon Church (LDS)	Abaiang
41	76	20/Nov	Kirita Mitiana	Islet 1 - Traditional healer (Ribono)	Abaiang - Islet
41	77	20/Nov	Moaio Auatabu	Islet 1 - Te tia kaneweaba mai Ribono (Beiamatekaai)	Abaiang - Islet
42	78	20/Nov	Kabureia Tawerio	Islet 2 - Tia Kaneweaba (Naibunaki)	Abaiang - Islet
43	79	21/Nov	Iotebwa Iabeta	Guides - (Tia Kaneweaba)	Abaiang
43	80	21/Nov	Tawa Tebuna	Guides - (Tia Kaneweaba)	Abaiang
43	81	21/Nov	Tarere Tibere	Guides - (Tia Kaneweaba)	Abaiang
44	82	21/Nov	Tebarae Benuakai	Traditional Healer	Abaiang
44	83	21/Nov	Tikiku Kakoroa	Traditional Healer	Abaiang
44	84	21/Nov	Magie Palmer	Traditional Healer	Abaiang
45	85	21/Nov	Dr. Ueantabo MacKenzie	Scholar	Abaiang
46	86	22/Nov	Nei Tiiri Kauongo	MFED	Bairiki
46	87	22/Nov	MFED Officer	MFED	Bairiki
47	88	22/Nov	Bill Reiler	BPA	Bairiki
47	89	22/Nov	BPA Radio operator	BPA	Bairiki
47	90	22/Nov	BPA Engineer	BPA	Bairiki
47	91	22/Nov	BPA Management Team	BPA	Bairiki
48	92	22/Nov	Choi Yeeting	OB - Climate Change	Bairiki
49	93	22/Nov	Tatou Kaiteie	KPC	Betio
50	94	22/Nov	Peter Langbien	KIT	Betio
50	95	22/Nov	Mikaere	KIT	Betio
51	96	22/Nov	Dr. Takuia Uakeia	USP	Teaoraereke
52	97	22/Nov	Imam Khawaja Fahad Ahmad	Ahmadiyya Muslim Community	TUC
52	98	22/Nov	Sergio	Ahmadiyya Muslim Community	TUC
52	99	22/Nov	Missionary	Ahmadiyya Muslim Community	TUC
53	100	23/Nov	Anne Kayty	MWYSA	Bairiki
54	101	23/Nov	Rubee Eromanga	MCIC	Betio
55	102	23/Nov	Ruuta Tekeraoi	MOE	Bikenibeu
56	103	23/Nov	Teraaiti Euta	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	104	23/Nov	Monita	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	105	23/Nov	Louisa	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	106	23/Nov	Michael	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	107	23/Nov	Taoro	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	108	23/Nov	Tonhai	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	109	23/Nov	Museum officer (?)	MIA / National Museum	Bikenibeu
57	110	26/Nov	Rev Tioti Timon	KUC	TUC
57	111	26/Nov	Rev Maleta Tenten	KUC	TUC

National Cultural Policy Consultation in Kiritimati Island Council

Report on the visitation of the National Cultural Policy (NCP) Team to Kiritimati Island as from 6th February 2019 into 13th February 2019

18th February 2019

The NCP team comprised of the Technical Assistant (TA) and the Acting Senior Museum Officer was arrived in Kiritimati Island on the early morning of Wednesday, 6th February 2019. According to the tentative programme of this visit in ***Annex 1***, on that day, this team was expected to pay a courtesy call to the Minister for the Line and Phoenix Island Development and the Mayor of Kiritimati Island Council (KUC). The purpose of this visit tended to specifically summarise the brief introduction of the NCP team and updated the Minister and the Mayor with the interview programme with key stakeholders of the cultural knowledge holders in London, Tabwakea, Poland and Banana,

2 Given the Minister was fully engaged with the visit of the Head of State and the Government of the Republic of Kiribati, His Excellency Te Beretitenti. The Executive Assistance (EA) thereafter regretted to advise that our Courtesy Call to the Minister together with the Secretary or the Deputy Secretary would not be possible on that day, but her office would prefer if the team rescheduled the Courtesy Call into another time. In this respect, the NCP team rescheduled its courtesy call's programme into Thursday, the 7th of February 2019. Due to time constraint, the NCP team wasn't able to pay this courtesy call to the Minister at his office, but managed to informally talk with him about our visit during the Presidential Reception at the main office of the Line and Phoenix Islands Development. During that informal discussion, our team just introduced our visit and what would be the expected outcomes after conducting a face-to-face survey.

3 Furthermore, the NCP team was unable to meet the Mayor on the proposed time, as the KUC Mayor was busy with the arrival of the Head of State and Government of the Republic of Kiribati. Although this team was unfortunate to meet the Mayor, but managed to share ideas with the KUC Clerk about the visit and enquired certain assistances that were required from the Kiritimati Island Council's good end such as: (i) identification of KUC cultural stakeholders for face-to-face survey, (ii) the preparation for NCP Workshop by Monday the 11th of February 2019, (iii) pick-up and return transport arrangement for cultural stakeholders across Kiritimati Island during the workshop, and (iv) workshop caterers, and (v) invitation letters to be sent to all cultural stakeholders.

5 The NCP team submitted the Cultural Stakeholders' List to the KUC Clerk to ensure his team would have a chance to identify right cultural participants to be visited by the NCP team from the diverse cultural domains. These cultural stakeholders are summarised in Table 1 below:

Table 1: Cultural Domains' Participants

Kiritimati Participants			
6	Roman Catholic Leader	1	
7	Kiribati United Church Leader	1	
8	Kiribati Protestant Church Leader	1	
9	LDS Church Leader	1	
10	SDA Church Pastor	1	
11	Bahai Leader	1	
12	Assembly of God Leader	1	
13	Unimwane Association Representatves	3	
14	Women Association Representatives	3	
15	Youth Association Representatives	3	
16	Canoe Maker	1	
17	Maneaba Builder	1	
18	Traditional Fisherman	1	
19	Traditional and Contemporary Composser	2	
20	Traditional Navigator	1	
21	Traditional Handicrafts' Specialists	5	
22	Contemporary Fashion Designers	2	
23	Visual Artists	2	
24	Traditional Agricultural Expert	2	
25	Traditional Healers	2	
26	Black Magicians	2	
27	Traditional Dancer	2	
28	Island Education Coordinator	1	
29	JSS Principal	1	
30	Itoinimainiku Principal	1	
31	St Francis Principal	1	
32	Mother Communicty Representatives	3	46

6 The KUC Office wasn't able to provide the cultural stakeholders accordingly, as they were unfamiliar with such cultural specialists. However, it closely worked with the Tourism Office on this list and submitted to our team by Thursday 7th February 2019 for our information and necessary action. This list is indicated in Table 2 for your information. Given the NCP team wasn't managed to get the above list on that day, this team therefore visited several historical and archaeological sites in both London and Banana namely (i) Soldiers' Church during the Grapple Operation in London, ([i) Captain Cook Monument in Banana and (ii[) Early Settlers Locations in Banana. After visiting these sites, the team thereafter could find that in order to attract tourists to these areas in particular, the Government of Kiribati should have done something to these sites. As observed, one of these sites is longer attractive by tourists, as some people are not taking care of this site very well, but they are using it according to their personal will. The other two sites in London were seemingly great, but these sites would be far better if both local and central governments could have done something to promote tourism sector in Kiritimati Island.

Table 2: *KUC Cultural Participants*

NCP CULTURAL STAKEHOLDERS IN KIRITIMATI ISLAND			
NUM	**FULL NAME**	**CULTURAL DOMAIN DESCRIPTION**	**LOCATION**
1	Tutaake Ionatan	Traditional Navigator	:Lomdon
2	Maiango Boitabu	Traditional Healer	Tabwakea
3	Biritia Teaeaki	Traditional Composer	London
4	Henry Tataua	Traditional Dancer	London
5	Tibau Tekoti	Youth Association	Tabwakea
6	Kianteroro Buariki	Contemporary Necklace Maker	Tabwakea
7	Lily Kofe	Private Fashion Designer	Tabwakea
8	Noere Nareau	Itoiningaina Fashion Designer	Tabwakea
9	Taman Terite	Unimwane Association	Tabwakea
10	Tiaonrerei Tekinene	Unimwane Association	Tabwakea
11	Taatu Baekao	Handicraft Maker	Tabwakea
12	Meeta Anterea	Handicraft Maker	Tabwakea
13	Raerang Aretana	Pearl Handticaft Maker	Tabwakea
14	Atarake Tiaon	Traditional Dancing Gears Maker	Tabwakea
15	Arineti Aruna	Island Council Staff	Tabwakea
16	Tooa Terara	Visual Artist	Tabwakea
17	Ioobu Teuei	Traditional Fisherman	Tabwakea
18	Tabuae Bouanti	Eel Traper	Plonad
19	Ukinaba Kabuati	Unimwane	Poland
20	Warekene Bakarawa	Fisherman	Poland
21	Teueroa Iosabata	Traditional Navigator	Banana

7 On Thursday 7th February 2019, the NCP team started face-to-face interview with cultural stakeholders at their respective homes. During the interview, the Technical Assistant inserted all the responses of the respondents into his record and the Acting Senior Museum Officer was responsible to translate English surveys into Kiribati language to ensure involved respondents were fully understand with every question in the survey. The survey with respondents sometimes took more than an hour as cultural participants did need time to exactly get the point of the questions. Please refer to **Annex 2** for the survey. The NCP team continued to do the face-to-face data collection on the next day, the 8th of February 2019 up to the 9th of February 2019. In total there were 21 cultural respondents that had been responded to the survey done in Kiritimati Island.

8 On Monday 11th February 2019, the NCP team joined the MIA team to attend the Morning Brief at the LINNIX office, at 8.00 o'clock. This morning brief was ended at around 9.00 a.m. After this morning talk, the NCP team together with the KUC Clerk however directly went to the maneaba of the Kiritmati Urban Council for further preparation prior to the commencement of the National Cultural Policy's workshop. As scheduled, this workshop should be started by 10.00 a.m. but due to an inability of participants to timely arrive, the workshop then started at around 10:30 a.m. Although this workshop commenced a little bit late, but the total number of participants was satisfactory as it was 40 participants excluding MIA team and KUC team as well.

9 This workshop was opened with the word of prayer by one of the Unimwane of Kiritimati Island, followed by the opening remark from the Honourable Minister for the Line and Phoenix Island Development. The draft speech of the Minister is attached in **Annex 3**. The Minister for Internal Affairs was also presented during that crucial workshop. After delivering the keynotes, the workshop then rested for a morning tea of about 30 minutes. The team handled over the draft policy of the National Cultural Policy to both Ministers along with several participants for their information. By 11:30 a.m. the Technical Assistant presented his presentation to the participants. This presentation nonetheless, was translated by the Acting Senior Museum Officer. The power point of this presentation is attached in **Annex 4** for your information.

10 The workshop was conducted into two sessions. The first sessions involved with the participants' perception on the adopted principles in this policy. The second session stressed on participants' view on the vision and mission of the National Cultural Policy. For the first session, the NCP team along with the MIA team worked closely with all participants to explain the proposed five principles Participants were urged to critically criticize these principles. They were simultaneously encouraged to add other principles that were relevant to this policy. For the second session on the other hand, the NCP team did present the differences between the VISION and MISSION. The idea of this presentation aimed to explicitly explain these two terminologies to ensure these participants were able to pick up the differences. Please refer to **Annex 5** for the Minute of the Workshop and **Annex 6** for the first draft of the National Cultural Policy.

11 Regarding to the details of the incidental allowances participants of the National Cultural Policy together with the interviewees of the cultural stakeholders please refer to **Annex 7, Annex 8, and Annex 9** respectively.

11 The National Cultural Policy consultations ended at around 4:30 p.m. The NCP team then took a group photo with all participants.

Ministry of Internal Affairs

18th February 2019

***Annex 1**: NCP Programme in Kiritimati Island*

TENTATIVE PROGRAMME FOR THE NATIONAL CULTURAL POLICY CONSULTATION							
			6 WEDNESDAY	**7 THURSDAY**	**8 FRIDAY**	**9 SATURDAY**	**10 SUNDAY**
6:30			Team arrives in Kiritimati				
8:30				Visit Cultural Stakeholders for data collection	Visit Cultural Stakeholders for data collection		
12:30							
Lunch							
13:30			Courtesy Call To the Minister				
14:30			Courtesy Call to the Mayor for Kiritimati				
15:30				Visit Cultural Stakeholders for data collection	Visit Cultural Stakeholders for data collection	Informal Data Collection	Informal Data Collection
16:30							
18:00							
	11 MONDAY	**12 TUESDAY**	**13 WEDNESDAY**	**14 THURSDAY**			
8:00							
8:30	NCP Workshop Begins Presentation of Key Findings	Debriefing with the Minister for MLPID					
9:00							
10:30	Morining Tea	Debriefing with the Minister for MLPID					
11:00	Presentation of NCP Draft			Team arrives Tarawa			
12:30							
Lunch							
13:30	Discussion on the Key Findings						
14:00							
15:00	Afternoon Tea						
15:30	Discussion on NCP Draft						
16:30	Workshop Ends		Team departs Kiritimati				

Annex 2: *Cultural Stakeholders' Survey*

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q4 – SURVEY [Cultural Groups, Associations and Individuals]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments,
please feel free to contact our Consultant:
mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

_____

PROFILE

2. **Institution** *

_____

3. **Your Function** *

Mark only one "X".

_____

4. **Profession / Academic Grades**

_____

5. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *

Mark only one "X".

- [ ] Abaiang
- [ ] Abemama
- [ ] Aranuka
- [ ] Arorae
- [ ] Banaba
- [ ] Beru
- [ ] Betio
- [ ] Butaritari
- [ ] Kanton
- [ ] Kiritimati
- [ ] Kuria
- [ ] Maiana
- [ ] Makin
- [ ] Marakei
- [ ] Nikunau
- [ ] Nonouti
- [ ] North Tabiteuea
- [ ] North Tarawa
- [ ] Onotoa
- [ ] South Tabiteuea
- [ ] South Tarawa
- [ ] Tamana
- [ ] Tabuearan
- [ ] Teraina
- [ ] Other, please specify below:

6. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____

7. **Age group**
   Mark only one “X”.

- [ ] Under 16
- [ ] 16-30
- [ ] 31-45

- [ ] 46-60
- [ ] 60+

8. **Gender**
   Mark only one “X”.

- [ ] Female
- [ ] Male
- [ ] Other: _____

9. **Religion**
   Mark only one “X”.

- [ ] Assembly of God
- [ ] Bahá'í
- [ ] Jehova's Witness
- [ ] Kiribati Protestant Church (KPC)
- [ ] Kiribati United Church (KUC)
- [ ] Local God, please specify below:
- [ ] Mormon
- [ ] Muslim
- [ ] Roman Catholic
- [ ] Seventh Day Adventist (LDS)
- [ ] Other, please specify below:

10. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

_____

ACTIVITIES DEVELOPED
Please, identify your group and your current activities.

11. *

Mark only one “X”.

Canoe mak	Choir Grou	Dancing Group	Fishermen Associati	Handicraft Associati	Traditional Healers	Unimwane Associati	Women’s Associati	Youth Association	Others

	er	p		on	on		on	on		
Groups/ Associations										

12. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____
_____
_____
_____

13. Number of members in your group/association:

_____
_____
_____
_____

14. Activities developed and calendar/schedule of events during the year:

_____
_____
_____
_____

15. Please, list all the cultural goods produced in your group/association (handicraft, presentations, etc):

_____
_____
_____
_____

16. The activities developed in the association are your main professional source of income?

Mark only one "X".

- ☐ Yes
- ☐ No
- ☐ Other: _____

17. If the answer was "no", what is your main source of income?

_____

18. The activities developed in the association are the main source of income for your family?

Mark only one “X”.

- [ ] Yes
- [ ] No
- [ ] Other: _____

19. If the answer was "no", what is your main source of income?

_____

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

CULTURE AND RIGHTS

20. *

Mark only one “X” per row.

Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote local arts and handicraft internationally.				
Kiribati should promote local arts and handicraft				

nationally.

Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.

Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.

MUSIC AND DANCE

21. *

Mark only one “X” per row.

New and international cultural trends threaten traditional national culture.			
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.			
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.			
The traditional dances are threatened by modernity.			
Electronic music and other modern music threat the traditional i-kiribati music.			
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.			
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.			

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

22. *

Mark only one oval per row.

The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.			
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.			
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations			
The Unaine are the main role in my village, even			

concerning decision making processes.

The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.

The Maneaba is a meeting point for my community.

The Island Council is the decision making instance of my village.

The Maneaba is the main meeting place of my community.

The Maneaba is the decision making instance of my village.

The Maneaba is the main meeting place of my church.

The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.

The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

23. (D) ARTS AND HANDICRAFT *

Mark only one "X" per row.

Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

24. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one "X" per row.

Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, coconuts, taro, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment				

preservation.

Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

25. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i- Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects				

concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

26. (G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS *

Mark only one "X" per row.

Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

27. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one "X" per row.

Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors.				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors.				
Public funding programmes and incentives.				
Private incentives.				
Protection of cultural heritage.				
National Day.				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC.				
International cultural cooperation.				
Public Cultural Organisations.				
Employment and economic performance in the creative economy sector.				
Citizen engagement in culture and the arts.				
Cultural infrastructure projects.				
Interaction with other Pacific countries.				
Interaction with countries abroad Pacific.				
Inter-islands projects.				
Legislative framework.				
Quality of artistic and cultural content.				
Promotion of national cultural events.				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events.				

CULTURE AND DEVELOPMENT

28. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture nationally?**

_____

_____

_____

_____

29. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

_____

_____

_____

_____

30. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

_____

_____

_____

_____

31. What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?

_____

_____

_____

_____

COMMENTS

32. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

_____

_____

_____

_____

THANK YOU!

Annex 3: *Draft Speech of Honourable Minister for the Line and Phoenix Islands Development as of 11th February 2019*

Nakon te Minita n te Ministry of Internal Affairs, raou n tia tei ibukin Kiritimati, Unimwane, Unaine, taan kairiri n te naan Ekaretia nako, ao ai ni ikotaki ma taan kairiri n rabwata aika a inaomata (NGO), taan mwakuri ibukin te Tautaeka ni Kiribati iaon Kiritimati n te Kauntira ao ai n te Line and Phoenix Islands Development, ao riki ngkami kain Kiritimati, aika iai rabakaumi ke rikiami, ao ai bon kain Kiritimati ni kabane.

E nikeierere nanou, n tabeka bwanan ami TAUTAEKA ni kamauri ngkami, n tamaraoan te bong aio. Kam na bane ni mauri!

I a rimoa ni karabwa Uean Te Maiu, n ana kakawakin ma ana tangira nakoira, ao riki, nakon abara ma kateina ae e onoti ao man kakateke. N aron ae Kam bon bane n ataia, ao kateira ni Kiribati n aekaia nako, a riki bwa ara tirotaam te eti, aika iai bwanaia ni weweteiko, ao ni weweteai naba, bwa ti na riai ni botii banara, ti na riai ni botii ara iango, ao ti na riai ni botii naba nanora, nungara te rikirake are e uaiakinaki n Tebetebeke rinanon, te Regional Cultural Strategy.

Ami Tautaeka, e noria bwa te rikia ni Kiribati, bon teuana mai buakon bwaai, aika a riai ni moanibaiaki ibukin rikirakera. Ana kataratara ami Tautaeka ibukin teuabwi-n-ririki (KV 20) mangkai, e a tia ni katebonakoa te rikia ni Kiribati, bwa ngaia buron te rikirake, are e na kona ni karekea te kabwaia ae ababaki, nakoia ara botanaomata ni kabane.

Man aio, ao iai noran riaina, bwa ngaira ake iai rabakaura aikai, ti a riai ni kaoti bwa aonga ni kona ni karikiwaa, ibukin ngkai ao ningabong. Kaotii rabakaumi akanne ao mwakurii naba, nakon te kabanea n tamaroa, bwa aonga ni kona n noraki uaiia aika kangkang irouia te nati ni Kiribati ni kabane. Kaotiko bwa te I-Kiribati ngkoe, ae e babane nanom n rikiam are Ko korobutoaki iaona, tiaki ibukina bwa, Ko na kamoamoako iaona, ma Ko kaotia bwa Ko tangira teimatoan te rikirake ae e matennanoia te Tautaeka, n ana borau ae ababaki nakon te Promised Land. Tiaki ti ngaia, ma Ko aki naba kaota rikiam anne bwa Ko na atongaki iai, ma ibukina, bwa Ko tangiria ni ikarekebwai ma te Tautaeka, ibukin teimatoan rikiraken abara man kateira, bwa e aonga n roko n te mwaneka ae tamaroa riki. N reitaki naba ma anne, ao Ko aki naba kaota rikiam anne ibukin kakannatom, ke tao baikara riki, ma Ko kaotia, bwa are iai nanom ni kan kakoroa nanon miin te Tautaeka iaon kateira, bwa e na teimatoa n aki maunanako man waaki aika a boou n taai aikai. Ai tamaroara ao ai rereira aron te katiteuanaki, n ara waaki nako ake a na kona n ringa buron te rikirake.

Kain Kiritimati, ao taan mwakuri ni kabane n te Tautaeka, kateimatoa te waaki nikarekebai ibukin rikiraken kateira bwa e naki bua bwa ami Tautaeka are e tekateka moa n te tai aio, e na ibwabu ni kakaei anga aika ana kona ni buoka aron te rikia ni Kiribati bwa e na bura ieta ao man noraki aokabuna irouia kain Kiribati bwa te aokabu ae e na uota te mari ae teimatoa nakoia kain abwara.

Karaoan ma kateiraoan te National Cultural Policy, bon anne te moan mwaneka nakon kateimatoan te rikia ni Kiribati bwa e naki kona ni maunanako. Ai ngaia are au kaunganano nakoimi ni kabane kain Kiritimati, bwa ti a uwaia ni ikarekebwai nakon tibwangara iaon ara katei, ao man kaoti ara tarena ake a reke man rikiara, bwa e aonga ni kona ni raanga te kabwaia are ti bane ni uaiakinna.

E uringaki irou temanna te karo ae moan te kairiraoi. E taku te karo aio nakoia natina. Natiu, uti teirake bwa iai tibwangami ae kakawaki ibukin abwami! Terana ae riki? A bane n teirake natina ni kabane ao man titirakina aia karo aio. Tera ae Ko tangiria bwa n na karaoia ibukim? E kaekaia te karo aio ma te bana n akoi ao man taku.

“Natiu aika Kam tangiraki irou, karekeia raomi ao nako akawa ao man uotii iika aika a mwaiti bwa ti na amwarake iai. Ao ngkami aika tabemang, naako naba kakaiia raomi nununiki ao unika te mai, te kaina, ao te nii ao kain-amwarake n aekaiia nako, bwa aonga ni mwaiti kanara nakon te ingabong. Ao ngkoe natiu ae te bukinikoro, kautimwakako nakon te itibenebene bwa N na bomanawaiko iaon nikawewen tibum arei.

N te tai aio, ao ami Tautaeka e na kona n riki bwa aekakin te karo aio, are e rangi ni mwaiti tabeaiangana ibukin kanoan te ingabong. A na rangi ni mwaiti tibwangara ibukin uarokoan kateira bwa te rikia ae naki kona ni bua, ma e na roko n te mwaneka are iaona riki. N te tai aio, ao e a tia ngkai Kiribati n tiainai uoua conventions n aron (I) World Heritage Convention, ao (ii) Intangible Cultural Heritage (ICH). Tiainakin te naan Conventions aikai, e naki ti buoka te rikia bwa enaki maunanako, ma e na karanga nab ate kabwaia nakon Kiribati nakon taai aika a roko.

Ai ngaia are kain Kiritimati, teirake ao kaeka banaan ami Tautaeka ni kakaewenako nakoimi ibukin karikirakean kateira. Moantain teirakem, bon moanntain kakoroan nanon miin ami Tautaeka, are e teimatoa ni boborauakinna ribuakon reimauruan naomoron marawa. E abwabwaki te kawai, ao e bon rangi ni kakua aron te ruwaa. Ma iai ana onimaki ami Tautaeka, bwa ngkana ti bane ni bwennarina ni kabana, nakon abara are ti mateakinna, ao e na bon moantaai naba ni abiniman abara.

Akea au nanououa naba, bwa ngkana ti bane n tau bai ni kabane, ao miira are ti teimatoa n taekinna, e na koro nanona n te tai are e tangiraki naba. Au katekeraoi nakoimi n ami workshop aio, ao au kantaninga ae ababaki bwa e na uana te waaki aio. Iriara n taai nako ana bau abara are timwan nanora iaora ni kabane Te Mauri Te Raoi ao Te Tabomoa.

Kam bati n rabwa.

Annex 4: *Power Point Presentation of the National Cultural Policy*

Annex 5: *Minute of the National Cultural Policy's Workshop*

Part I: NCP Presentation

The Workshop started at around 10.30 with an opening prayer by Te Unimwane. After the word of prayer, the Facilitator Mr. Maiaa Iona therefore briefly explained the purpose of the workshop, followed by the opening remarks by the Honourable Minister for the Line and Phoenix Island Development.

The speech of that Minister acknowledged the presence of the Minister for Internal Affairs and his team together with so-called participants whom turned up into this crucial workshop. He initially expressed his words of thanks by thanking the Minister for Internal Affairs and his team for this great task. The details of the speech as follows:

- Urging cultural stakeholders to actively play their respective roles in sharing their views about culture with the NCP team;
- Encouraging cultural stakeholders to continuously preserve and conserve their intangible cultural heritages for future transmission to the new generations of Kiribati;
- Empowering participants to unite their collective effort towards achieving the aspirations of the KV 20;
- Thanking the International Consultant for his tremendous effort in drafting the National Cultural Policy; and
- Thanking the United Nations Development Programme for its meaningful effort in supporting the implementation of the National Cultural Policy.

After delivering the keynotes by the Minister, the workshop then rested of 30 minutes for the morning tea. At around 12.00 o'clock, the NCP team thereafter presented the processes of the first draft National Cultural Policy together with key findings of the first face-to-face knowledge sharing with all cultural stakeholders in TUC, BTC and Abaiang. As explained, the consultation for the development of the National Cultural Policy was successfully done at the first mission of the International Consultant in October last year, as the NCP team could manage to meet cultural stakeholders from all cultural domains and able to meet senior officials at their respective Ministries.

The presentation was finished at around 12:40 p.m. Participants were given the chance to raise their comments, concerns, and suggestions concerning the National Cultural Policy. Only one question raised from the Seventh Day Adventist Representatives. This question involved with prostitution. The question as follows: How does the Government of Kiribati deal with prostitution particularly those women who are willing to sell out their private part to the foreign seafarers? The Secretary for Internal Affairs responded to this question by stating that there are existing rules and regulations that could help to monitor this issue. However, the Kiribati Police Services has to actively play its parts in looking after of this issue.

The presentation highlighted three dimensions of the National Cultural Policy namely (i) symbols, (ii) economics, and (ii) citizenship. These three cultural dimensions were very connected to each other. As explained, culture plus economy is equal to sustainable development. With the

preservation of cultural symbols that are intangible cultural heritages for future references, the culture would not be able to disappear, but it will bring more fortune if the Kiribati government invests in them. From cultural economic perspective therefore, the Kiribati government should have done something to promote cultural activities for creative economic activities. This would create more economic opportunities to the next generation of Kiribati. The TA also pointed out that the Kiribati government should consider citizenship as another cultural dimension that also contributed a lot to economic sustainable development of Kiribati. As explained, by using democratic government system, of course people of Kiribati did take one hundred per cent ownership of their cultural identity.

The NCP team further highlighted that in the diagnostic report that limitation of cultural data in Kiribati was regarded as one of the problems which required a lot of joint-commitment effort. Visiting of public agencies together with cultural stakeholders to acquire existing policies and understand more about Kiribati culture would be the best option to conceptualize the framework of the National Cultural Policy. The brief presentation of the development of the National Cultural Policy was ended at around 1:00 p.m. The NCP team then urged participants to raise their comments and suggestions However, nobody amongst the participants were asked any questions in relation the presentation that had been done.

Part II: Principles of the National Cultural Policy

The NCP team provided the hand-out to participants. This hand-out tended to discuss the proposed five principles of the National Cultural Policy. The participants were grouped into 4 groups of around 10 members namely Group 1, Group 2, Group 3 and Group 4. They were given of around 30 minutes to further discuss on these proposed principles. As explained, they were welcomed to heavily criticise these five principles. Not only that, but they were welcomed also to propose new principles. Some of the proposed recommendations that had been raised during the group presentation as follows:

- The right of the knowledge owners should be respected and conveyed in this National Cultural Policy;
- The National Cultural Policy somehow clashes with human and cultural rights. This policy however needs to harmonise this issue;
- The Unimwane Act needs to be developed. This will be helping to address issues associated with the local government and unimwane.

These recommendations were obtained from the participants during the three-to-five minutes presentation. The five principles are clearly discussed in the draft National Cultural Policy.

Part III: Vision and Mission Presentation

The NCP team further explained the differences between the vision and mission of the National Cultural Policy. As explained to the participants, the vision was more related with the long term aspirations of the Government whilst the mission was related with short term aspirations of the Government in this context. The groups were quite satisfied with the explanation. The NCP team thereafter handed out the proposed vision

and mission of the National Cultural Policy for further criticism and inputs from the participants. Based on the presentation of every group, it seemed that participants were strongly supported the proposed vision and mission. However, there were certain recommendations that were also necessary to be considered in the proposed vision and mission. These suggestions as follows:

- Education empowerment; and
- Environment preservation.

Part IV: Road Maps

The NCP team presented of around five road maps which could be helpful to the National Cultural Policy namely (i) Institution Strengthening, (ii) Cross-sectors development, (iii) Capacity and Knowledge Strengthening, (iv) Developing Funding, and (v) Internationalisation. These road maps were heavily discussed and participants were quite satisfied with them.

Part V: Questions and Answers

One of the participants from Banana raised a very good question concerning the formulation of the National Cultural Policy. As we were working on the National Cultural Policy, the participants were expecting the contents of the National Cultural Policy to be in Kiribati language. Not only that, but the TA should be an I-Kiribati citizen as well. Why does the Government allow the foreign consultant to be involved in the formulation of the National Cultural Policy? What happen to our nationals? And why the text of the National Cultural Policy is written in English language but not Kiribati language?

Well, the Secretary responded to such concerns by firstly stating that there was a formal procedure for the recruitment of the International Consultant. Based on the guidelines, this TA was chosen based on his experience in developing national cultural policies with other countries. Not only that but the price of their respective bids. With regard to the Kiribati language, indeed this policy should be written in Kiribati as well and it is the duty of her office to collaboratively work on this matter. At this time, the NCP team could not provide a Kiribati version accordingly, but in near future, the NCP team will have time to translate this policy for further consultation. As explained, one of the reasons of why this policy remains in English version is related with documentations. The donors need English version and it is a must for the policy to be written in English version as well.

Apart from that, the participants further added that the translator should not mix his translation, but should use Kiribati language to ensure all participants are well addressed with issues associated with the National Cultural Policy.

The workshop was closed with the word of prayer of 4:30 p.m. followed by the group photo session.

Annex 6: *Draft National Cultural Policy*

Annex 7: *Incidental Details*

KIRITIMATI EXPENDITURES					
NUM	**DESCRIPTION**		**RECEIPT NO**	**AMOUNT**	**BALANCE**
1	Total Impress				$ 5,300.00
2	Maiaa Perdiem			$ 1,716.00	$ 3,584.00
3	Workshop Morning Tea (Wait for receipt)			$ 360.00	$ 3,224.00
4	Workshop Lunch			$ 600.00	$ 2,624.00
5	Workshop Afaternoon Tea			$ 360.00	$ 2,264.00
6	Cultural Knowledge Holders Interview			$ 315.00	$ 1,949.00
7	Particiapants' Sitting Allowance			$ 540.00	$ 1,409.00
8	Towner (Get the receipt)			$ 50.00	$ 1,359.00
9	Morning Tea Drink		284634	$ 24.30	$ 1,334.70
10	Fuel			$ 20.00	$ 1,314.70
11	Fuel			$ 20.00	$ 1,294.70
12	Fuel			$ 43.20	$ 1,251.50
13	Rental Car	70	7	$ 490.00	$ 761.50
14	Workshop Transport, 11 February			$ 300.00	$ 461.50
15	Fuel			$ 40.00	$ 421.50

Annex 8: *Participants List for the first consultation of the National Cultural Policy*

KUC PARTICIPANTS OF THE NATIONAL CULTURAL POLICY, AS OF 11 FEBRUARY 2019				
NUM	**FULL NAME**	**DESIGNATION/ASSOCIATION/CULTURAL LIST**	**SITTING ALLOWANCE**	**TOTAL**
Workshop KUC Attendees Until Completion				
1	Kitariki Tion	Not Stated	$ 20.00	
2	Meeta Anterea	Handicraft Maker	$ 20.00	
3	Taatu Nakau	Handicraft Maker	$ 20.00	
4	Temea Aron	RAK	$ 20.00	
5	Pr. Tekaniri Tokaiti	IMHS	$ 20.00	
6	Taaman Teerite	Unimwane Association, MOK	$ 20.00	
7	Pr Tengon Tabuke	Seventh Day Adventist Church	$ 20.00	
8	Kianteroro Buariki	Contemporary Neclace Maker	$ 20.00	
9	Tiaonrere Tekinene	Unimwane Association, MOK	$ 20.00	
10	Adeline Tehumu	St Francis High School	$ 20.00	
11	Tikarere Mwea	Tabera Itiai Community	$ 20.00	
12	Ubati Buaua	Tabwakea 3	$ 20.00	
13	Kaata Nakala	LDS	$ 20.00	
14	Naruai Beiata	LDS	$ 20.00	
15	Teataroti Taarere	LDS	$ 20.00	
16	Iaokim Aborau	KCY, Tabwakea	$ 20.00	
17	Tokintekaiua Matang	KCB, Tabwakea	$ 20.00	
18	Taom Iaokobwa	KCY, Tabwakea	$ 20.00	
19	Terube Timoa	Tabwakea, 1	$ 20.00	
20	Tooa Terara	Visual Artist Association	$ 20.00	
21	Ioobu Teuei	Fishermen Association	$ 20.00	
22	Angitio Bureieta	Councillor	$ 20.00	
23	Tabare Takeakea	Councillor	$ 20.00	
24	Tawita	Councillor	$ 20.00	
25	Nancy Kiang	Nei Baneawa Women Association	$ 20.00	
26	Anita Awira	Councillor	$ 20.00	
27	Arineti Aruna	Deputy Clerk	$ 20.00	
	Total			**$ 540.00**
Workshop Attendees but leave early				
1	Bakaia Kiabo	Mayor	No Sitting Allowance	
2	Bureieta Bauro	Roman Catholic Church	No Sitting Allowance	
3	Tirikan Merake	Councillor	No Sitting Allowance	
Kiritimati Civil Servants				
1	Tirenga Tauea	MCIC	No Sitting Allowance	
2	Ereti Tekbwaia	MCITTD	No Sitting Allowance	
3	IEC	MOE	No Sitting Allowance	
MIA Team				
1	Terengaiti Awerika	Secretary	No Sitting Allowance	
2	Bwebwe Tuare	Director for Rural Planning Development	No Sitting Allowance	
3	Marcelo Murta	Technical Assistant	No Sitting Allowance	
4	Katikoua Iotiabwata	Senior Project Officer	No Sitting Allowance	
5	Kaboterenga	Accountant	No Sitting Allowance	
6	Maiaa Iona	Acting Museum Senior Officer	No Sitting Allowance	
7	Maraki Bokai	KUC Clerk	No Sitting Allowance	

Annex 9: *Cultural Stakeholders' Face-to-Face Interview*

KUC CULTURAL STAKEHOLDERS OF THE NATIONAL CULTURAL POLICY, AS OF 19th FEBRUARY 2019				
NUM	**FULL NAME**	**CULTURAL DOMAIN DESCRIPTION**	**LOCATION**	**ALLOWANCE**
1	Tutaake Ionatan	Traditional Navigator	:Lomdon	$ 15.00
2	Maiango Boitabu	Traditional Healer	Tabwakea	$ 15.00
3	Biritia Teaeaki	Traditional Composer	London	$ 15.00
4	Henry Tataua	Traditional Dancer	London	$ 15.00
5	Tibau Tekoti	Youth Association	Tabwakea	$ 15.00
6	Kianteroro Buariki	Contemporary Necklace Maker	Tabwakea	$ 15.00
7	Lily Kofe	Private Fashion Designer	Tabwakea	$ 15.00
8	Noere Nareau	Itoiningaina Fashion Designer	Tabwakea	$ 15.00
9	Taman Terite	Unimwane Association	Tabwakea	$ 15.00
10	Tiaonrerei Tekinene	Unimwane Association	Tabwakea	$ 15.00
11	Taatu Baekao	Handicraft Maker	Tabwakea	$ 15.00
12	Meeta Anterea	Handicraft Maker	Tabwakea	$ 15.00
13	Raerang Aretana	Pearl Handticaft Maker	Tabwakea	$ 15.00
14	Atarake Tiaon	Traditional Dancing Gears Maker	Tabwakea	$ 15.00
15	Arineti Aruna	Island Council Staff	Tabwakea	$ 15.00
16	Tooa Terara	Visual Artist	Tabwakea	$ 15.00
17	Ioobu Teuei	Traditional Fisherman	Poland	$ 15.00
18	Tabuae Bouanti	Eel Traper	Plonad	$ 15.00
19	Ukinaba Kabuati	Unimwane	Poland	$ 15.00
20	Warekene Bakarawa	Fisherman	Poland	$ 15.00
21	Teueroa Iosabata	Traditional Navigator	Banana	$ 15.00
	Total Expenses			$ 315.00

CONCEPT NOTES ON UNIMWANE POLICY AS OF 30th OF OCTOBER 2018

A. PURPOSE

1. This concept note tends to discuss an appropriate and effective legal mechanism in which the Government of the Republic of Kiribati has to take into account to ensure most vulnerable citizens (that are Unimwane [1]) may able to comprehensively understand their levels of accountability within their respective areas of authority.

B. BACKGROUND

2. Kiribati uses a system of government known as a Constitutional Multiparty Republic. This government system urges groups or individual of a particular constituency to fairly and freely elect their legislative representatives to the House of Parliament and councilors to the island councils. The President is the Head of State and Government of this system of government. In Kiribati this system has a two-tier namely: (i) central government and (ii) local government. The central government that is the House of Parliament consists of 46 members of parliaments (MPs), 44 of whom are directly elected and led by the President whilst the number of councilors depends on the number of population for every constituency and led by the Mayor.

3. Under Mamau's presidency, Kiribati Vision (KV) 20 has launched as a living blueprint framework to tailor the Government of the Republic of Kiribati's priority development investments into attractive sectors including (i) tourism and (ii) fishery sectors that may transform this island-nation into a utopian vision of society. This KV 20 explicitly covers 4 pillars including: (i) Human Resource Development such as (a) human capital; (b) natural capital; and (c) cultural capital; (ii) Peace and Security; (iii) Governance; and (iv) Infrastructure to ensure all Kiribati citizens are wealthy, healthy and happy. Amongst of these pillars, the GoK identifies cultural capital under the

[1] Unimwane – This concept note uses this terminology for elderly people or senior citizens of Kiribati.

Cultural and Museum Division at the Ministry of Internal Affairs (MIA) as one of the leading and influencing factors towards achieving the aspirations of Government of the Republic of Kiribati under Toban Kiribati Party.

4. While this concept paper is deeply concerned with a placement of the *Elderly People Policy* to ameliorate the problems associated with the customary law and the existing legislations. It is relevant however to put more emphasis on an inability of legislations for instance the *Local Government Act 1983 (LGA amended in 2008*) and other related legislations to provide successful resolutions on elderly people's issues. As you may recall, the *Local Government Act 1983 (LGA amended in 2008*), has been set in place as a legal mechanism to deal with domestic affairs of the twenty-three island councils across the Gilbert, the Line and Phoenix Groups. The provision for elderly people is not under this act's jurisdiction. Instead this act strives to specifically outline the legitimate roles of a particular island council including: agriculture, livestock and fisheries, buildings and town or village planning, education, forestry, land drought and famine relief, markets, public health, public order, peace and safety, communication and public utilities, as well as trade and industry.

5. Interestingly, Kiribati's culture has formally accepting the participation of elderly people in making decisions at *Te Maneaba.* Flashing back our memories to the original orientation of our cultural heritage during tribalism's period. Indeed Kiribati tribes were entirely led by elderly people. Their heritage powers of authority have been traditionally recognising by Kiribati indigenous. One of their respected responsibilities involves with making great decisions for the future prosperity of their tribe. In this respect, the Government of the Republic of Kiribati should not undermine the heritage power of elderly people within their respective islands, but it should support the liberty of elderly people by putting specific legislation instead of customary law to ensure the levels of accountability between the island councils and elderly people are similarly equal to each other.

6. To promptly address issues associated with the association of senior citizens and the island council to ensure the heritage powers of elderly people are not

marginalized by the tiers of legislation of the Government of the Republic of Kiribati. The Government of the Republic of Kiribati nevertheless should enact a newly legislation[2] for elderly people to ensure identified gaps between the primitive and contemporary systems of governance could be able to effectively and sensitively address. This newly law would have the ability to promote and strengthen elderly people's capabilities to use cultural heritage leadership values to render high standards of transparent decision making and support the paradigm shift that may not seriously jeopardize elderly people's participation in executing decisions. Instead, it urges the Government of the Republic of Kiribati to formally allow the old and new public governance doctrines to be interacted according to the rules of law.

7. The Culture and Museum Division wishes to emphasise that as we are moving towards the edge of hyper-globalisation, the Government of the Republic of Kiribati should take into consideration of the practicability of the newly legislation that may separate the powers of authority amongst the elderly people and island council to ensure the level of accountability between the traditional governance system and modern islands council system of governance is not overlapping lapping each other in both short and long term run.

C. ISSUES

8. This concept note has identified three major barriers that are contributing a lot to the above subject matter. These issues involve with: (i) an absence the national policy on senior citizens of Kiribati, (ii) the devaluation of elderly people by the modern government system, and (iii) inability to ratify relevant International Conventions' on Human Rights.

9. *The absence of elderly people's national policy*: A dynamic interaction between elderly people, government structures, and traditions continue to be a common practice in Kiribati. An overlapping of absolute powers between the modern two-tiers

[2] Law:- This newly law specifically refers to the proposed legal framework for elderly people

of public governance system and the elderly people association however may likely to be a controvertible issue in this case. Elderly people are the central power in making decisions in our culture. With a formal recognition of elderly people by written policy or law, undoubtedly, problem-solving or conflict management at the island level could be eased, as the jurisdiction may easily determine by either the Magistrate or the High Court.

10. As of date, there is no specific policy or legislation that has been set in place to address issues with respect to the elderly people's domestic affairs. Insofar, the issues associated with an organised association of elderly people therefore unable to successfully resolve at the courts. This may continue to occur if the Government of the Republic of Kiribati does not proactively put in place the national policy that specifically addresses the elderly people's issues.

11. *Devaluation of elderly people by the modern government system*: The modern governance system of the Government of the Republic of Kiribati continues to marginalise the significance of elderly people's leadership. This system indeed creates tension between elderly people and the used system. As observed, there were several incidences that had been taken place between the newly two-tier of the system of governance and primitive system of governance had occurred during President Tong's administration. The first clash of civilization happened at Maiana Island in 2009 whilst the second at Butaritari Island in 2012. The third on the other notes took place at Kuria Island in 2014. These cases were lodging into courts for further fair jurisdictions.

12. The central focal of these clashes of civilization stressed on two key barriers: (i) level indifference between the tiers of legislations such as customary law and legislation, and (ii) margianlisation of the elderly people by the *Local Government Act 1983 (LGA amended in 2008).* As a matter of fact, the Court could not able to resolve these cases accordingly. The Court may therefore able to resolve the abovementioned cases if the Government puts in place a national policy or legislation for elderly people.

13. *inability to ratify International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights (ICESCR, 16th December 1966)*:- Under this globalised world, elderly people's issues are increasingly framed in terms of formulating national policy. To ensure these issues are proactively addressed, it is crucial for the Government of Kiribati to be a member state to relevant human right conventions that recognizes cultural aspect. In this case, the Government of Kiribati has to formally accede to the International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights, 1966. Acceding to this human right convention may help the Government of Kiribati to align its elderly people national policy or legislation to the ratified convention. Undoubtedly, the ratification of the abovementioned is an essential milestone to engage Kiribati to proactively make fair national policy or legislation for elderly people.

D. ACHEIVEMENTS

14. As you may recall, there are nine conventions of the Human Rights namely: (i) International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights (ICESCR, 16th December 1966), (ii) International Covenant on Civil and Political Rights (ICCPR, 16th December 1966), (iii) Convention on Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (CEDAW, 18th December 1979), (iv) Convention on the Elimination of All Forms Racial Discrimination (ICERD, 21st December 1965), (v) Convention on Elimination of Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CAT, 10th December 1984), (vi) Convention on the Rights of the Child (CRC 20th November, 1989), (vii) International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families (ICMW, 18th December 1990) International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance (CPED, 20th December 2006), (viii) Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD, 13th December 2006), and (ix) Convention on the Rights of the Child (CRC, 20th November 1989).

15. Amongst these human rights international conventions, only three of them by which Kiribati has ratified them. These conventions including: (i) Convention on the Rights of the Child (CRC, 20th November 1989) which ratified in 1995, (ii) Convention

on Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (CEDAW, 18th December 1979) which acceded into 2004, and (iii) Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD, 13th December 2006) which ratified in 2013.

16. The full participation of elderly people which has been encouraged by the 1991 United Nations' Principles, if the Government of the Republic of Kiribati could consider the significance of people by ratifying the International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights (ICESCR, 16th December 1966). According to Article 15 of this convention, state parties are urged to recognize the rights of everyone to participate in cultural life. State actors however shall show kindness to elderly people within their respective societies.

E. WAY FORWARD

17. Due to the inability of both local and central authority to proactively consider the significance of elderly people, it is worthwhile to underline ways forward for further consideration:

- *Formulation of a Newly National Policy or Legislation for Elderly People*: Putting in a place the newly policy or legislation to implement the principle of policy coherence to ensure elderly people are not excluded their adequate social relevance. As recommended, working alongside with islands' communities to carry out public consultations in order to get the public consensus across the entire Kiribati to ensure an effective and efficient formulation of this newly policy or legislation for elderly people.

- *Reframing of the Governance System Structure:* Reframing the existing governance structure into an inclusive governance framework tends to reduce the crisis between the modern and old governance of system. The implementation of this way forward may not be possibly done at the moment, as the Government of Kiribati applies the modern governance system. However,

it will effectively and efficiently possible if the Government of Kiribati formally formulates written laws instead of customary law for elderly people.

F. RECOMMENDATION

18. As of date, it could be observed that the number of elderly people for men is nearly 2580 during the last population census (see Annex 1). Based on the foregoing ways forward this concept note supports the above two ways forward for the placement of the national policy or legislation of elderly people.

Annex 1: Elderly People Data as of 2015 Population Census

Age	Total	Male	Female
60 years	525	240	285
61 years	580	262	318
62 years	466	213	253
63 years	521	206	315
64 years	314	130	184
65 years	402	159	243
66 years	370	159	211
67 years	342	144	198
68 years	335	148	187
69 years	299	121	178
70 years	297	127	170
71 years	215	77	138
72 years	245	79	166
73 years	279	97	182
74 years	202	80	122
75 years	188	72	116
76 years	118	37	81
77 years	109	26	83
78 years	122	57	65
79 years	71	25	46
80 years	70	16	54
81 years	59	22	37
82 years	64	22	42
83 years	44	13	31
84 years	30	7	23
85 years	45	11	34
86 years	20	6	14
87 years	20	5	15
88 years	11	3	8
89 years	13	5	8
90 years	10	5	5

91 years	5	1	4
92 years	3	-	3
93 years	5	-	5
94 years	1	1	-
95 years	3	1	2
96 years	2	-	2
97 years	2	-	2
98 years	-	-	-
99 years	4	1	3
Table 5: Pc	6,411	2,578	3,833

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q1 – SURVEY [Councils - Islands, Town and Urban]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments, please feel free to contact our Consultant: mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

PROFILE

2. **Institution** *

3. **Function - Public Sector** *
   Mark only one oval.
   - ◯ Clerk
   - ◯ Councillor
   - ◯ Mayor
   - ◯ Member of the Parliament
   - ◯ Staff of the Parliament
   - ◯ Staff of the Island Council Office
   - ◯ Other, please specify below:

4. If your previous response was "OTHER", please specify:

5. **Profession / Academic Grades**

6. **Religion**
   Mark only one oval.
   - ◯ Assembly of God
   - ◯ Bahá'í
   - ◯ Jehova's Witness
   - ◯ Kiribati Protestant Church (KPC)
   - ◯ Kiribati United Church (KUC)
   - ◯ Local God, please specify below:
   - ◯ Mormon
   - ◯ Muslim
   - ◯ Roman Catholic
   - ◯ Seventh Day Adventist (LDS)
   - ◯ Other, please specify below:

7. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

8. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *
Mark only one oval.

- Abaiang
- Abemama
- Aranuka
- Arorae
- Banaba
- Beru
- Betio
- Butaritari
- Kanton
- Kiritimati
- Kuria
- Maiana
- Makin
- Marakei
- Nikunau
- Nonouti
- North Tabiteuea
- North Tarawa
- Onotoa
- South Tabiteuea
- South Tarawa
- Tamana
- Tabuearan
- Teraina
- Other, please specify below:

9. If your previous response was "OTHER", please specify:

10. **Age group**
Mark only one oval.

- Under 16
- 16-30
- 31-45
- 46-60
- 60+

11. **Gender**
Mark only one oval.

- Female
- Male
- Other:

CULTURAL GROUPS

Please, identify the cultural groups and their current activities in your island/region.

12. **Check all the groups present in your island/council**
Check all that apply.

	Canoe maker	Choir Group	Dancing Group	Fishermen Association	Handicraft Association	Traditional healers	Unimwane Association	Women Association	Youth Association	Other
Groups/Associations	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

13. Please provide the name of each of the groups or individuals per category identified above:

14. Number of members in each group:

15. Activities developed and cultural goods produced by the groups:

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(A) CULTURE AND RIGHTS

16. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote local arts and handicraft internationally.				
Kiribati should promote local arts and handicraft nationally.				
Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.				
Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.				

(B) MUSIC AND DANCE

17. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
New and international cultural trends threaten traditional national culture.				
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.				
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.				
The traditional dances are threatened by modernity.				
Electronic music and other modern music threat the traditional i-kiribati music.				
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.				
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(C) MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

18. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.				
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.				
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations.				
The Unaine have a main role in my village, even concerning decision making processes.				
The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.				
The Maneaba is a meeting point for my community.				
The Island Council is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my community.				
The Maneaba is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my church.				
The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.				
The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

19. **(D) ARTS AND HANDICRAFT** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

20. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, coconuts, taro, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment preservation.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

21. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i-Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

22. **(G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

23. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one oval per row.

	VERY SATISFIED	SATISFIED	DISSATISFIED	VERY DISSATISFIED
Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors				
Public funding programmes and incentives				
Private incentives				
Protection of cultural heritage				
National Day				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC				
International cultural cooperation				
Public Cultural Organisations				
Employment and economic performance in the creative economy sector				
Citizen engagement in culture and the arts				
Cultural infrastructure projects				
Interaction with other Pacific countries				
Interaction with countries abroad Pacific				
Inter-islands projects				
Legislative framework				
Quality of artistic and cultural content				
Promotion of national cultural events				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events				

CULTURE AND DEVELOPMENT

24. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture nationally?**

25. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

26. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

27. **What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?**

CULTURAL POLICIES

28. **Which policies from your institution are related to culture and heritage?**

Please, evaluate these cultural policies in terms of:

29. Financing/Support:

30. Legal framework:

31. Community participation:

COMMENTS

32. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

THANK YOU!

Powered by
Google Forms

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q2 – SURVEY [Churches and Religious Leaders]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments, please feel free to contact our Consultant: mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

PROFILE

2. **Institution** *

3. **Religion**
   Mark only one oval.
   - ◯ Assembly of God
   - ◯ Bahá'í
   - ◯ Jehova's Witness
   - ◯ Kiribati Protestant Church (KPC)
   - ◯ Kiribati United Church (KUC)
   - ◯ Local God, please specify below:
   - ◯ Mormon
   - ◯ Muslim
   - ◯ Roman Catholic
   - ◯ Seventh Day Adventist (LDS)
   - ◯ Other, please specify below:

4. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

5. **Your Function** *

6. **Profession / Academic Grades**

7. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *
Mark only one oval.

- Abaiang
- Abemama
- Aranuka
- Arorae
- Banaba
- Beru
- Betio
- Butaritari
- Kanton
- Kiritimati
- Kuria
- Maiana
- Makin
- Marakei
- Nikunau
- Nonouti
- North Tabiteuea
- North Tarawa
- Onotoa
- South Tabiteuea
- South Tarawa
- Tamana
- Tabuearan
- Teraina
- Other, please specify below:

8. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____

9. **Age group**
Mark only one oval.

- Under 16
- 16-30
- 31-45
- 46-60
- 60+

10. **Gender**
Mark only one oval.

- Female
- Male
- Other: _____

CULTURAL GROUPS

Please, identify the cultural groups and their current activities in your church/institution.

11. **Check all the groups present in your church/institution**
Check all that apply.

	Canoe maker	Choir Group	Dancing Group	Fishermen Association	Handicraft Association	Traditional healers	Unimwane Association	Women's Association	Youth Association	Other
Groups/Associations	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

12. Please provide the name of each of the groups or individuals per category identified above:

13. Number of members in each group:

14. Activities developed and cultural goods produced by the groups:

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(A) CULTURE AND RIGHTS

15. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote internationally the local arts and handicraft.				
Kiribati should promote nationally the local arts and handicraft.				
Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.				
Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.				

(B) MUSIC AND DANCE

16. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
New and international cultural trends threaten traditional national culture.				
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.				
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.				
The traditional dances are threatened by modernity.				
Electronic music and other modern music styles threat the traditional i-kiribati music.				
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.				
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(C) MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

17. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.				
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.				
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations.				
The Unaine have a main role in my village, even concerning decision making processes.				
The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.				
The Maneaba is a meeting point for my community.				
The Island Council is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my community.				
The Maneaba is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my church.				
The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.				
The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

18. **(D) ARTS AND HANDICRAFT** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

19. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, taro, coconuts, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment preservation.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

20. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i-Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

21. **(G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

22. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one oval per row.

	VERY SATISFIED	SATISFIED	DISSATISFIED	VERY DISSATISFIED
Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors.				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors				
Public funding programmes and incentives				
Private incentives				
Protection of cultural heritage				
National Day				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC				
International cultural cooperation				
Public Cultural Organisations				
Employment and economic performance in the creative economy sector				
Citizen engagement in culture and the arts				
Cultural infrastructure projects				
Interaction with other Pacific countries				
Interaction with countries abroad Pacific				
Inter-islands projects				
Legislative framework				
Quality of artistic and cultural content				
Promotion of national cultural events				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events				

CULTURE AND DEVELOPMENT

23. **In your opinion, what identify the Kiribati culture nationally?**

24. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

25. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

26. **What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?**

COMMENTS

27. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

THANK YOU!

Powered by
Google Forms

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q3 – SURVEY [Ministries]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments, please feel free to contact our Consultant: mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

PROFILE

2. **Institution - Ministry** *

3. **Department/Section**

4. **Function** *

5. **Profession / Academic Grades**

6. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *

Mark only one oval.

- Abaiang
- Abemama
- Aranuka
- Arorae
- Banaba
- Beru
- Betio
- Butaritari
- Kanton
- Kiritimati
- Kuria
- Maiana
- Makin
- Marakei
- Nikunau
- Nonouti
- North Tabiteuea
- North Tarawa
- Onotoa
- South Tabiteuea
- South Tarawa
- Tamana
- Tabuearan
- Teraina
- Other, please specify below:

7. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____

8. **Age group**

Mark only one oval.

- Under 16
- 16-30
- 31-45
- 46-60
- 60+

9. **Gender**
   Mark only one oval.

   - ◯ Female
   - ◯ Male
   - ◯ Other: _____

10. **Religion**
    Mark only one oval.

    - ◯ Assembly of God
    - ◯ Bahá'í
    - ◯ Jehova's Witness
    - ◯ Kiribati Protestant Church (KPC)
    - ◯ Kiribati United Church (KUC)
    - ◯ Local God, please specify below:
    - ◯ Mormon
    - ◯ Muslim
    - ◯ Roman Catholic
    - ◯ Seventh Day Adventist (LDS)
    - ◯ Other, please specify below:

11. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

    _____

CULTURAL POLICIES

12. **Which policies from your institution are related to culture and heritage?**

    _____

    _____

    _____

    _____

    _____

Please, evaluate these cultural policies in terms of:

13. Financing/Support:

    _____

14. Legal framework:

    _____

15. Community participation:

    _____

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(A) CULTURE AND RIGHTS

16. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote local arts and handicraft internationally.				
Kiribati should promote local arts and handicraft nationally.				
Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.				
Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.				

(B) MUSIC AND DANCE

17. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
New and international cultural trends threaten traditional national culture.				
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.				
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.				
The traditional dances are threatened by modernity.				
Electronic music and other modern music threat the traditional i-kiribati music.				
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.				
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(C) MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

18. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.				
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.				
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations.				
The Unaine have a main role in my village, even concerning decision making processes.				
The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.				
The Maneaba is a meeting point for my community.				
The Island Council is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my community.				
The Maneaba is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my church.				
The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.				
The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

19. **(D) ARTS AND HANDICRAFT** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

20. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, coconuts, taro, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment preservation.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

21. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i-Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

22. **(G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

23. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one oval per row.

	VERY SATISFIED	SATISFIED	DISSATISFIED	VERY DISSATISFIED
Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors				
Public funding programmes and incentives				
Private incentives				
Protection of cultural heritage				
National Day				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC				
International cultural cooperation				
Public Cultural Organisations				
Employment and economic performance in the creative economy sector				
Citizen engagement in culture and the arts				
Cultural infrastructure projects				
Interaction with other Pacific countries				
Interaction with countries abroad Pacific				
Inter-islands projects				
Legislative framework				
Quality of artistic and cultural content				
Promotion of national cultural events				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events				

CULTURE AND DEVELOPMENT

24. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture nationally?**

25. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

26. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

27. **What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?**

COMMENTS

28. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

THANK YOU!

Powered by
Google Forms

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q4 – SURVEY [Cultural Groups, Associations and Individuals]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments, please feel free to contact our Consultant: mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

PROFILE

2. **Institution** *

3. **Your Function** *

4. **Profession / Academic Grades**

5. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *

Mark only one oval.

- Abaiang
- Abemama
- Aranuka
- Arorae
- Banaba
- Beru
- Betio
- Butaritari
- Kanton
- Kiritimati
- Kuria
- Maiana
- Makin
- Marakei
- Nikunau
- Nonouti
- North Tabiteuea
- North Tarawa
- Onotoa
- South Tabiteuea
- South Tarawa
- Tamana
- Tabuearan
- Teraina
- Other, please specify below:

6. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____

7. **Age group**

Mark only one oval.

- Under 16
- 16-30
- 31-45
- 46-60
- 60+

8. **Gender**
   Mark only one oval.

   - ◯ Female
   - ◯ Male
   - ◯ Other: _____

9. **Religion**
   Mark only one oval.

   - ◯ Assembly of God
   - ◯ Bahá'í
   - ◯ Jehova's Witness
   - ◯ Kiribati Protestant Church (KPC)
   - ◯ Kiribati United Church (KUC)
   - ◯ Local God, please specify below:
   - ◯ Mormon
   - ◯ Muslim
   - ◯ Roman Catholic
   - ◯ Seventh Day Adventist (LDS)
   - ◯ Other, please specify below:

10. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

    _____

ACTIVITIES DEVELOPED

Please, identify your group and your current activities.

11. *
    Mark only one oval.

    - ◯ Canoe maker
    - ◯ Choir Group
    - ◯ Dancing Group
    - ◯ Fishermen Association
    - ◯ Handicraft Association
    - ◯ Traditional healers
    - ◯ Unimwane Association
    - ◯ Women's Association
    - ◯ Youth Association
    - ◯ Other

12. **If your previous response was "OTHER", please specify:**

    _____

13. **Number of members in your group/association:**

14. **Activities developed and calendar/schedule of events during the year:**

15. **Please, list all the cultural goods produced in your group/association (handicraft, presentations, etc)**

16. **The activities developed in the association are your main professional source of income?**
Mark only one oval.

- Yes
- No
- Other:

17. **If the answer was "no", what is your main source of income?**

18. **The activities developed in the association are the main source of income for your family?**
Mark only one oval.

- Yes
- No
- Other:

19. **If the answer was "no", what is your main source of income?**

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(A) CULTURE AND RIGHTS

20. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote internationally the local arts and handicraft.				
Kiribati should promote nationally the local arts and handicraft.				
Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.				
Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.				

(B) MUSIC AND DANCE

21. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
New and international cultural trends threaten traditional national culture.				
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.				
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.				
The traditional dances are threatened by modernity.				
Electronic music and other modern music styles threat the traditional i-kiribati music.				
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.				
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(C) MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

22. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.				
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.				
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations.				
The Unaine have a main role in my village, even concerning decision making processes.				
The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.				
The Maneaba is a meeting point for my community.				
The Island Council is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my community.				
The Maneaba is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my church.				
The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.				
The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

23. **(D) ARTS AND HANDICRAFT** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

24. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, taro, coconuts, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment preservation.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

25. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i-Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

26. **(G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

27. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one oval per row.

	VERY SATISFIED	SATISFIED	DISSATISFIED	VERY DISSATISFIED
Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors.				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors				
Public funding programmes and incentives				
Private incentives				
Protection of cultural heritage				
National Day				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC				
International cultural cooperation				
Public Cultural Organisations				
Employment and economic performance in the creative economy sector				
Citizen engagement in culture and the arts				
Cultural infrastructure projects				
Interaction with other Pacific countries				
Interaction with countries abroad Pacific				
Inter-islands projects				
Legislative framework				
Quality of artistic and cultural content				
Promotion of national cultural events				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events				

CULTURE AND DEVELOPMENT

28. **In your opinion, what identify the Kiribati culture nationally?**

29. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

30. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

31. **What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?**

COMMENTS

32. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

THANK YOU!

Powered by
Google Forms

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q5 – SURVEY [Universities]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments, please feel free to contact our Consultant: mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

PROFILE

2. **Institution - University** *

3. **Department/Section**

4. **Function** *

5. **Profession / Academic Grades**

6. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *

Mark only one oval.

- Abaiang
- Abemama
- Aranuka
- Arorae
- Banaba
- Beru
- Betio
- Butaritari
- Kanton
- Kiritimati
- Kuria
- Maiana
- Makin
- Marakei
- Nikunau
- Nonouti
- North Tabiteuea
- North Tarawa
- Onotoa
- South Tabiteuea
- South Tarawa
- Tamana
- Tabuearan
- Teraina
- Other, please specify below:

7. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____

8. **Age group**

Mark only one oval.

- Under 16
- 16-30
- 31-45
- 46-60
- 60+

9. **Gender**
   Mark only one oval.

   - ◯ Female
   - ◯ Male
   - ◯ Other: _____

10. **Religion**
    Mark only one oval.

    - ◯ Assembly of God
    - ◯ Bahá'í
    - ◯ Jehova's Witness
    - ◯ Kiribati Protestant Church (KPC)
    - ◯ Kiribati United Church (KUC)
    - ◯ Local God, please specify below:
    - ◯ Mormon
    - ◯ Muslim
    - ◯ Roman Catholic
    - ◯ Seventh Day Adventist (LDS)
    - ◯ Other, please specify below:

11. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

    _____

CULTURAL POLICIES

12. **Please, list the courses and subjects within the curriculas related to culture and heritage.**

    _____

    _____

    _____

    _____

    _____

13. **Does the university has any plans to open new courses or subjects related to culture and heritage?**
    Mark only one oval.

    - ◯ Yes
    - ◯ No

14. **If the answer was yes, please specify below.**

15. **Do you have any research programme related to culture and heritage?**
Mark only one oval.

- Yes
- No

16. **If the answer was yes, please specify below.**

17. **Do you have any community-based project related to culture and heritage?**
Mark only one oval.

- Yes
- No

18. **If the answer was yes, please specify below.**

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(A) CULTURE AND RIGHTS

19. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote local arts and handicraft internationally.				
Kiribati should promote local arts and handicraft nationally.				
Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.				
Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.				

(B) MUSIC AND DANCE

20. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
New and international cultural trends threaten traditional national culture.				
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.				
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.				
The traditional dances are threatened by modernity.				
Electronic music and other modern music threat the traditional i-kiribati music.				
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.				
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(C) MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

21. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.				
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.				
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations.				
The Unaine have a main role in my village, even concerning decision making processes.				
The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.				
The Maneaba is a meeting point for my community.				
The Island Council is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my community.				
The Maneaba is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my church.				
The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.				
The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

22. **(D) ARTS AND HANDICRAFT** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

23. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, coconuts, taro, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment preservation.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

24. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i-Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

25. **(G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

26. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one oval per row.

	VERY SATISFIED	SATISFIED	DISSATISFIED	VERY DISSATISFIED
Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors				
Public funding programmes and incentives				
Private incentives				
Protection of cultural heritage				
National Day				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC				
International cultural cooperation				
Public Cultural Organisations				
Employment and economic performance in the creative economy sector				
Citizen engagement in culture and the arts				
Cultural infrastructure projects				
Interaction with other Pacific countries				
Interaction with countries abroad Pacific				
Inter-islands projects				
Legislative framework				
Quality of artistic and cultural content				
Promotion of national cultural events				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events				

CULTURE AND DEVELOPMENT

27. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture nationally?**

28. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

29. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

30. **What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?**

COMMENTS

31. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

THANK YOU!

Powered by
Google Forms

Apêndice 2
Política Nacional de Cultura – Relatório Final (2019)

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME
Enhanced Integrated Framework (EIF)
Tier 1 - Trade Capacity Building and Institutional Strengthening Project in Kiribati

Cultural Policy Expert - Kiribati
Contract No. UNDP/FJI/IC/2018/153

Final Report: National Cultural Policy (NCP)

Marcelo Lages Murta

Lisbon, Portugal
June, 2019

Summary

INTRODUCTION 4

Kiribati cultural context 5

What is a cultural policy? 6

Cultural policies and regional perspective: Why a National Cultural Policy in Kiribati? 7

How the NCP is being developed? 8

PRINCIPLES AND VALUES FOR THE NCP 10

VISION AND MISSION 13

GOALS 14

Goal 1 - Institutional Strengthening 14

Goal 2 - Protection, preservation and promotion of Kiribati Heritage for sustainable development 15

Goal 3 - Promotion and enhancing of contemporary arts and cultural production 16

Goal 4 - Strengthening of capacity building and research initiatives 16

Goal 5 - Development of Funding possibilities 17

Goal 6 - Internationalization of Kiribati Culture 18

OBJECTIVES 19

IMPLEMENTATION PROCESS 24

Institutions and responsibilities 24

Financing 26

Timeline 26

Monitoring and Evaluation 26

REFERENCES 27

APPENDIX 29

List of abbreviations

BPA – Broadcasting and Publications Authority
C&MD – Culture and Museum Division
EIF - Enhanced Integrated Framework
FESTPAC – Festival of Pacific Arts
IC - International Consultant
ICOM – International Council of Museums
ICT – Information and Communication Technologies
KCCI – Kiribati Chamber of Commerce and Industry
KIT – Kiribati Institute of Technology
LDC – Least Developed Countries
M&E – Monitoring and Evaluation
MCIC – Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives
MFED – Ministry of Finance and Economic Development
MELAD – Ministry of Environment, Lands, and Agricultural Development
MFAI – Ministry of Foreign Affairs and Immigration
MFMRM – Ministry of Fisheries & Marine Resources Management
MHMS – Ministry of Health and Medical Services
MIA – Ministry of Internal Affairs
MICTTD – Ministry of Information, Communication, Transport and Tourism Development
MISE – Ministry of Infrastructure and Sustainable Energy
MLPID - Ministry of Line and Phoenix Islands Development
MOE – Ministry of Education
MOJ – Ministry of Justice
MOU – Memorandum of Understanding
MWYSA – Ministry of Women, Youth, Sports and Social Affairs
NCCA – National Committee for Culture and Arts
NCP – National Cultural Policy
NGO – Non-governmental organization
PIPA – Phoenix Islands Protected Area
SDG – Sustainable Development Goals
SPC – Secretariat of the Pacific Community
TO – Tourism Office
UNDP – United Nations Development Programme
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
USP – University of South Pacific
WWII – World War II

1. INTRODUCTION

This document contains the final report after the revision of the draft of the National Cultural Policy of Kiribati (NCP). It was developed under the "Cultural Policy Expert - Kiribati" consultancy, as part of the Enhanced Integrated Framework (EIF) Tier 1 Trade Capacity Building and Institutional Strengthening Project in Kiribati, having the United Nations Development Programme (UNDP) as the Main Implementing Entity.

The first mission for public consultations concerning the NCP development was held in October 2018, when several visits to relevant cultural and historic sites, as well as cultural stakeholders, were organized in Tarawa and Abaiang, engaging workers from public and private sectors, associations and other interested groups. More than 110 people were interviewed in face-to-face meetings. After the visits, a survey was agreed with the Ministry of Internal Affairs (MIA) to collect extra data and information concerning culture in Kiribati, as well as bringing together perceptions from all regions of the country, in a broad understanding of culture and arts production. The mission was successful and brought a general and comprehensive overview about the cultural sector in Kiribati. Afterwards, the diagnostic report was delivered presenting the key findings and policy recommendations for the NCP.

The diagnostic report brought substantial inputs for the formulation of a draft for the NCP. The framework provided was set up for reviving and promoting intangible cultural and historical heritages present across the chants, music, dance and craft sectors as well as tangible references from Kiribati History. The intention is to use the NCP to promote the development of cultural industries as well as to safeguard and foster social and cultural values, aligned with international and regional standards, bringing forward a document of convergence among diverse sectors and social actors.

The first draft was discussed during the second mission meetings in Kiritimati and Tarawa. The document was then revised and presented after one workshop and more than 30 interviews in Kiritimati, two workshops in Tarawa and one last round of discussions in *Te Umwanibong.* After the meetings, three reports prepared by the Ministry of Internal Affairs staff served as basis for the second draft, sent on 31 March 2019. During the months of April and May, the consultant expected for comments and suggestions to be incorporated for the final report. After this term, this last version was prepared and submitted to Kiribati stakeholders and UNDP responsible.

This document brings the general principles and goals suggested to be adopted in the NCP. It was designed considering the current situation of culture, economy and policies in local, regional and insular specificities in Kiribati.

a. Kiribati cultural context

Kiribati has a unique history as well as tangible and intangible cultural heritage. This heritage should be valued by the country's population to contribute to its cohesion and social development as well as used as a tool for tourism development. The development of the cultural economy can bring to life important cultural heritage sites and create additional economic opportunities for local people. Kiribati therefore seeks to develop a National Cultural Policy (NCP) to support the revival and promotion of tangible and intangible cultural and historical heritage.

By creating not only employment opportunities for the population (traditional craftspeople, composers, dance groups and their dancers, musicians and singers) but also enhancing identity and empowering the people to create their future, the development of a NCP will help finding the answers within the country and for the country, with the goal of bringing development to all of its inhabitants. The current task is to converge the cultural sector into sustainable development agendas, consider diverse cultural issues present in the country, finding opportunities and overcoming challenges.

Photos 1 and 2: Performance rehearsal in Abaiang (left) and Traditional dancing in Tarawa (right). Photographer: Marcelo Murta

In 2013 a National Cultural Policy document was drafted. The document presented main issues to be considered for a NCP, with a main orientation to traditional knowledge, but also aiming at protecting intangible heritage. It also suggested a list of heritage identified to be considered for the Cultural Mapping. However, it was not developed despite of having key issues to be considered in this report and in the NCP now being developed.

The current NCP is considering the diverse dynamics of culture, tackling its broad spectrum in human activities, patent within various public administration sectors. The professionalization of

Cultural Management and contemporary dynamics of Economy of Culture, Creative and Cultural Industries opened the ways for considering Culture as a specific sector and field. In several countries, the Ministries responsible for culture brought together a traditional way of managing culture - considering identity, heritage and nationality - and a contemporary arts production sphere - arts, music, film making, dancing. In addition, Cultural Management has to handle with these holistic dynamics, converging different interests and issues - intellectual property, diversity, collective rights, capacity building, human rights, cultural rights etc.

Although Kiribati has its own division responsible for culture - The Culture and Museum Division (C&MD) within Ministry of Internal Affairs (MIA) - the projects related to culture, arts and heritage are spread along diverse ministries and other institutions, as well as NGOs, Churches and Associations. It is important to have an institution, like a committee, to gather and follow-up all these projects and actions, avoiding duplicity and improving efficiency.

b. What is a cultural policy?

Societies are constituted by values and principles that are shared by their people. Inspired by these diverse aspects, the governments organize the development of policies for specific sectors which are indispensable for the country's development: education, health care, economy, security, land use, science, technology, among others.

Public policies for the culture sector are developed for several purposes. They are important to create conditions for creativity of its inhabitants, exploring their potential as human beings, liberating people from only manual labour. They help the creation of ingenuity towards further scientific and technological advances that benefit one society advance in terms of fulfilling their needs. Concurrently, they could seek for the respect of diversity and plurality of cultural expressions which favours a peaceful and harmonious environment. Finally, fostering cultural policies for culture helps also developing certain economic areas such as creative industries, tourism and services, for the creation of cultural products and services that can account for an important share of revenues and taxes, and also create jobs, as well as qualify and educate people.

In this sense, the development of a NCP is based on fostering strategies and actions to value a holistic vision that concern economy and society, on a local and regional scope, and that promote the conservation and preservation of Kiribati's intangible and tangible cultural heritage, to ensure all Kiribati cultural values and identities are preserved and revived for future generations. The NCP constitutes an instrument which contains strategies with clear actions and objectives, as well as indicators and expected results, that intend to use all the available resources and structures, as well as creating new ones when needed, in order to achieve the established goals.

Cultural heritage adds significant value to sustainable economic development, and the Government of Kiribati should put in place legal mechanisms that may promote, protect and preserve the cultural heritages from disappearing. Thus, it is necessary to act and work in partnership with public and private enterprises to promote, preserve and protect both intangible and intangible cultural heritages for further generations.

In the Pacific region, several countries are developing their Cultural Policies, following international standards and considering a regional perspective, based on the Regional Cultural Development. The people and the current government Kiribati are undertaking the endeavour of formulating their own policies, adapted to their context aiming to achieve social, human and cultural development.

c. Cultural policies and regional perspective: Why a National Cultural Policy in Kiribati?

The development of national policies uses to gain in efficiency to be implemented when aligned to regional and international policies. It is important to have harmony among national and international policies, bringing gains to all engaged actors. Following the Festival of Pacific Arts (FESTPAC), the Pacific region saw the emergence of a periodic forum aiming to achieve regional development. Each four years, intergovernmental meetings take place with nearby countries to draw perspectives about local and regional development. Most of projects related to culture developed within Kiribati ministries are strictly connected to the Regional Cultural Strategy. The results can be seen in the FESTPAC documents.

The development of the NCP addresses directly the Regional Strategy and the main themes considered in the document. There are four priority areas considered in the strategy: strengthening of institutional mechanisms; mainstreaming of culture across sectors; cultural production (cultural industries and tourism); and communication and resource mobilization. All these priorities are to be addressed by each of the objectives set for the NCP, which will target proper harmonization processes concerning national, regional and international standards. The NCP is also taking references from other Pacific experiences, such as Tonga, Samoa, Tuvalu and Fiji.

Reporting on the progress of each country will be done annually and will be associated with the strategy, encouraging the countries to gather data on the process, not only on datasets and administrative records but also methods to promote culture through communication and publicity. Each country's report will be aggregated in a regional report. Reflection and learning will occur in national and regional levels during bi-annual workshops that will explore: the extension of each country activity to their main cultural priorities; what changes have occurred;

which priorities are making most and least progress; what has been effective and ineffective; what could be done differently; what resources and capacity are needed on the process. At the end of phase 2 it is expected to reconvene and reflect on the process of implementation and develop a framework for after 2020. The resources for the process of selecting, populating and reporting on indicators, as well as technical support to the working groups will be provided by SPC and will include strengthening existing systems, building stronger directions and developing templates and guidance notes and obtaining resourcing for the working groups.

A NCP is necessary for drawing lines of action for the Kiribati's cultural policies. The definition of priorities and the design of projects are main points for planning the future of the country in a realistic way connected to regional and international standards. The cultural assets are valuable aspects of contemporary societies, and the protection of cultural sites and their preservation for future generations are essential for developing society, enhancing identities, diversity and maintaining peace.

d. How the NCP is being developed?

The NCP is being developed under a project financed by Enhanced Integrated Framework (EIF), a global partnership to assist Least Developed Countries (LDC's). The project is facilitated by United Nations Development Programme (UNDP) and Ministry of Commerce, Industries and Cooperatives (MCIC), with its operational coordination and concepts framework being developed under Ministry of Internal Affairs (MIA) and Culture and Museums Division (C&MD). An International Consultant was contracted to develop the process and coordinate two missions and workshops with cultural stakeholders.

The first mission was held in November 2018. The consultant and MIA staff organized meetings with cultural stakeholders in Tarawa and Abaiang. The purpose was to have a close approach to cultural stakeholders, considering public and private sectors, with a special attention to associations and NGOs. More than 110 stakeholders were consulted, in conversations addressing their understanding about culture, arts and heritage, and discussing their needs and expectations on the NCP. The same mission approached prior documents, such as the 2014 NCP draft, and national, regional and international documents to gather information on the cultural aspects of national policies. After the first mission, a diagnostic report with recommendations and a first draft of the NCP were sent to MIA officers for evaluation. The draft was then redesigned for validation.

Photos 3 and 4: Workshop group in Kiritimati (left) and Workshop discussions in Tarawa (right). Photographer: Marcelo Murta

The second mission was held in February with visits to Kiritimati and Tarawa. In Kiritimati, around 30 interviews with key stakeholders were completed in Poland, London, Banana and Tabwakea. The stakeholders ranged from diverse sectors, such as traditional navigation, choir, dancing, handicraft, unimwanes and fashion designers.

In the last stage, a series of workshops was organized, one in Kiritimati, with more than 30 participants, and two in Tarawa - the first in TUC and the second in BTC, reaching around 40 stakeholders each. Finally, one meeting with the museum - *Te Umwanibong* - staff was organized for discussing the museum's actions, international standards, the 2015 UNESCO Recommendation, and the next steps for the policy. The updated NCP was then sent to relevant stakeholders for validation, and this document was prepared after the revision of prior documents and consultations with key stakeholders.

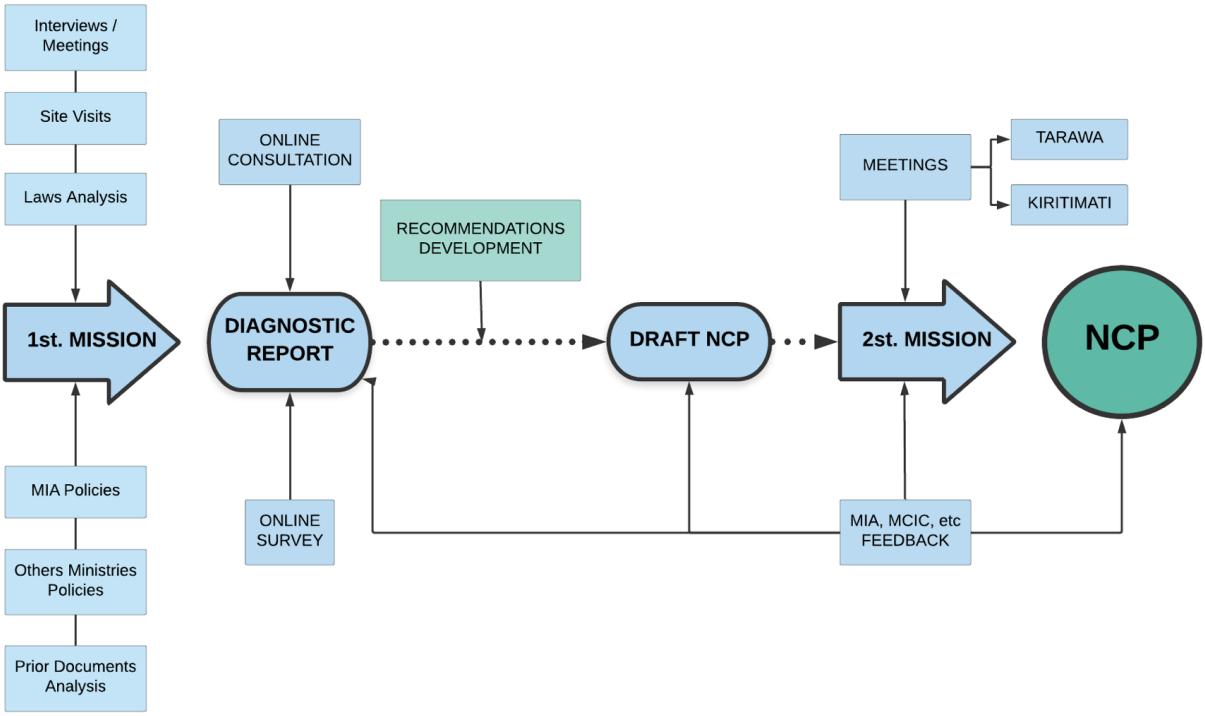


Diagram 1: Flowchart of consulting process. Source: own elaboration.

This NCP presents a structure with basic issues, such as principles, values, vision and mission, and a set of goals and objectives to be developed in the next years, considering short-term (1 to 3 years) and mid-term timeframes (4 to 6 years).

2. PRINCIPLES AND VALUES FOR THE NCP

The NCP will follow principles and values acknowledged by i-Kiribati citizens, quoted and suggested after the consultations, interviews and workshops. Some of them reaffirm constitutional and institutional issues and some are based in social interactions and in the cultural history of the country. Customary speaking, Kiribati citizens tend to believe that hospitality, generosity, and respectability are considerably part of the country culture. This is noticeable in customary practices for maintaining hospitality and culture values, for example, in the *maneaba* system, to avoid rude behaviour and "*e aki ataa te riai*" - or unwelcome feelings.

The cultural aspects of Kiribati are essential to people's identity. Culture has a central role in the daily life practices of i-Kiribati inhabitants. Nonetheless, due to the diverse character of Kiribati, the spirit of some practices could be undermined by other beliefs, something noticeable in traditional healers, *maneaba* builders, traditional navigators and traditional fishing. The cultural mapping considers these aspects, taking care of local knowledge and the proper protection and promotion of traditional skills. Even if every island has specific cultural differences, diversity, respect, hospitality and humbleness are categories which are part of culture and which may also

inspire the use of traditional practices to permeate the interactions with environment and the development of actions that contribute to its preservation.

The modernization brought diverse means to contemporary production, present in the 20th century heritage and in the arts creation. The NCP highlights the important role of churches and religions for Kiribati cultural life and arts production, considering the diversity of religions and practices, such as Catholics, Protestants, Baha'i, Muslims and local religions. The religious beliefs need to be considered and respected in the Policy. This diversity is also patent in the different regions of the country, each with its own history and cultural characteristics. This diversity is an asset to conduct the NCP.

The NCP will address peacekeeping, social welfare and happiness, nurturing gender equality and the diversity of regions, ethnicity and religions. It will address its goals and objectives with a transversal work for empowerment of women and youth. Furthermore, the NCP shall consider the accessibility, recognized by ratified conventions for the right of people with disabilities.

The NCP will consider at least three aspects of culture: economy, democracy and identity. These three aspects or dimensions of culture attempt to adopt a holistic understanding of culture, as a valuable way of bringing social cohesion and peace, and also a tool for sustainable development through its economic dimension, bringing opportunities to youth for enhancing their creativity and finding jobs and alternative means for living.

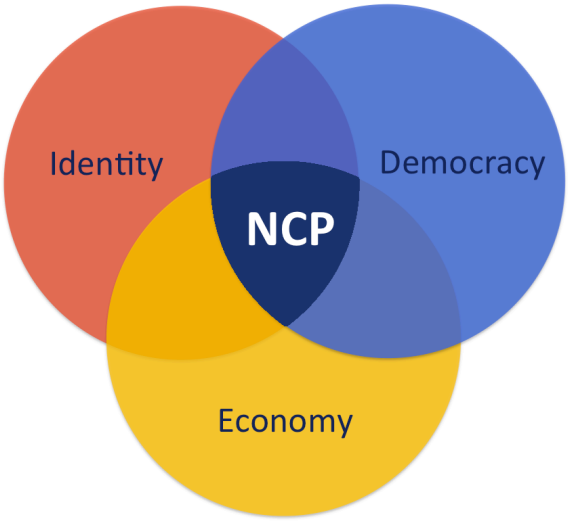


Diagram 2: Dimensions of culture. Source: own elaboration.

a. Identity and the symbolic dimension of culture

Cultural identity is the feeling of belonging to a group, from families to regional, national and international levels, through symbolic and cultural aspects. The identity and symbolic dimensions of culture are recognized in the constitution, which highlights the "faith in the enduring value of our traditions and heritage" (Kiribati, 1979). The *Maneaba* system represents the whole picture of traditional culture, as the basic structure of cultural relations among Kiribati people.

b. The democratic dimension of culture

Participation and Inclusion are key sources for achieving SDGs, considering the sustainability of cultural actions and the promotion of social cohesion. Considering that the inhabitants of Kiribati are important carriers of traditions and culture, they are to be fully integrated in the democratic processes of managing their own resources - natural, cultural and social. The democratic aspect of culture aims to empower the people into becoming active citizens that make decisions and are direct responsible for the progress of Kiribati society.

c. The economic dimension of culture

The Cultural Capital arises from the social assets and backgrounds of a person. The access to diversified cultural and artistic sources fosters potential to human development through creativity. This notion of relating culture and economy is essential to contemporary political practices aiming for an equal and just society. Social structures rely on education and development to coexist and integrate economic dynamics that benefit society in general. Cultural economics are responsible to identify and foster economic chains for cultural products and services, understand supply and demand, point out market failures of distribution and access as well as propose objectives along with actions and strategies that constitute the cultural policies to help the country use its own cultural diversity and richness of expressions to achieve social and economic development.

3. VISION AND MISSION

The vision and the mission assigned to Kiribati NCP will define the general objectives of the policy and prospect the desired future of the country's culture. The **Vision** of a national policy is focused on tomorrow and what the country wants to ultimately become. The **Mission** of a national policy is based on today and what the country does to achieve its vision. The statements below were elaborated after gathering ideas and suggestions during the consultations and workshops.

The NCP **vision** is to seek for a better future, acknowledging the place of cultural development and the cultural capital as a tool for sustainable development, respecting the traditions and preserving, protecting and promoting Kiribati arts and tangible and intangible heritage.

The NCP **mission** is to protect, preserve and promote i-Kiribati culture, heritage and traditions and foster creative economy and contemporary cultural production to enhance a democratic sustainable development, with strong institutions and shared responsibilities.

Photos 5 and 6: Workshop groups discussions and presentations on NCP Mission and Vision, in Kiritimati (left) and Tarawa (Right). Photographer: Marcelo Murta

4. GOALS

After the diagnostic report, at least six suggested goals are proposed to establish the implementation of the NCP. Each one gathers part of the recommendations and other suggested actions, after additional contributions collected in the meetings in Kiritimati and Tarawa. It aims to be a consensual document after the missions and consultations.

Goal 1 - Institutional Strengthening

One of the key findings after the missions was the necessary strengthening of public institutions that deal with cultural policies. The Ministry of Internal Affairs (MIA) has a specific department with the role of managing cultural and museum policies (Culture & Museum Division – C&MD). At the same time, several policies related to culture are spread among other ministries. It is paramount to have the follow-up of these policies, to avoid duplication of projects and for getting efficiency within MIA and C&MD actions.

The first goal has two frameworks: Legislation and Management. The former relates to harmonization of national laws with international standards and also customary laws, practices and beliefs. The latter will improve existing structures and set up an improved management organization. Both are strictly related, as the country needs to have a clear and strong legislation framework at the same time it has to adopt management initiatives for public administration, attempting to have efficient institutions with developed laws and regulations on culture and heritage as well as a budget boost (linked to Goal 5 - Funding).

Culture is considered transversally, part of all ministries' activities and everyday life. All ministries have to consider cultural aspects when implementing their activities, in a sense of respect to traditional communities and practices. Collaboration between communities, villages and councils needs to be strengthen, with the conducting and maintaining of consultations on culture and heritage for Kiribati policies. The NCP should be recognized by institutions and local government, encouraging the cross cutting of culture in different sectors and urging ministries to spearhead cultural activities in their respective sectors.

NCP should be inclusive and reach all different people and groups in the country. Government is encouraged to recognize cultural stakeholders formally and to support them through funding opportunities, as well as establishing centres where they could meet and interact between themselves. Government Ministries should widely consult on the policy and share responsibilities. The representation on the committees at National, Regional and International levels should be not only represented by Government agents, but also include civil society, NGO's, churches, associations, scholars and artists.

The institutional strengthening starts with the establishment of a National Committee for Culture and Arts (NCCA)[1]. Its functions would be the development of the NCP, as well as monitoring its implementation in the country and its operation as the main decision making instance concerning culture, traditions, heritage and arts, connecting different sectors, and harmonizing customary law and legislative acts. The NCP is suggested to be revised after 4 years and regularly.

Photos 7 and 8: C&MD - *Te Umwanibong* and Museum Maneaba in Tarawa (left) and C&MD staff in Tarawa (Right). Photographer: Marcelo Murta

Goal 2 - Protection, preservation and promotion of Kiribati heritage for sustainable development

The most valuable cultural asset of Kiribati is present in its heritage. The traditions bring essential specificities that have a key role in the developing of the NCP. The promotion of community-based heritage preservation actions is primary for local development. Most of activities of several sectors are related to traditional practices and the preservation of culture and heritage fosters sustainable development.

This goal is set with four frameworks: Museum, Cultural Mapping, Preservation and Promotion. The museum framework gathers the projects concerning the museum and its collections, as well as its activities with the communities. The Cultural Mapping concentrates the tangible and intangible heritage projects, expressed in the mapping and documentation processes, key issue for monitoring and managing Kiribati cultural diversity. The preservation and promotion frameworks develop activities related to other institutions, such as the National Library and the National Archives, as well as projects related to protection of historical sites. Some of the tasks linked to heritage are developed in other goals, for example the standardization of Kiribati

[1] This is a suggested name and initials for the national institution responsible for cultural management in Kiribati.

language, in the Capacity Building (Goal 4) and World Heritage initiatives in Internationalization section (Goal 6).

Photos 9 and 10: *Te Umwanibong's* exhibition (left) and Cultural Mapping archives (right). Photographer: Marcelo Murta

Goal 3 - Promotion and enhancing of contemporary arts and cultural production

The economy of culture is today seen as a main asset for sustainable development. It fosters local development creating jobs and bringing creative values for societies. It is essential to value the traditions in the same time that looking for contemporary production. The creativity, in combination with traditions and heritage, could bring key benefits for developing different contexts.

This goal has two frameworks: Networks & Promotion and Events. The Networks & Promotion framework is dedicated to the strengthening of economic chains related to arts and handicraft, as well as establishing contacts among artists, handicrafts makers and other actors. It is also expected the promotion of events – Events framework – and the participation of Kiribati arts abroad to the recognition of I-Kiribati through trade and local production. It is expected to achieve this goal through the establishment of galleries and arts centres, through media programs and other proposed actions for theatre, dance and performing arts.

Goal 4 - Strengthening of capacity building and research initiatives

The goal 4 will gather projects concerning capacity building and research, aiming at developing the individuals' talents in relation to culture and improving research initiatives to deepen local

culture knowledge. It will articulate the diversity of knowledge, gathering formal and informal skills, traditional and academic knowledge, in a broad understanding about Kiribati culture.

The capacity building and research initiative could have at least three lines of action to be developed: capacity building for culture and arts producers and government cultural staff; development and updating of syllabus; and academic and applied research for scholars and students. It is necessary to articulate and integrate several institutions in this process, gathering schools, universities, associations, artists and public institutions.

The research initiatives will look after Kiribati studies, standardization of Kiribati language and convening of traditional and academic skills and knowledge, articulating universities and local associations, aiming at formally considering traditional knowledge within universities.

Photos 11 and 12: School visits to *Te Umwanibong* and Museum Maneaba in Tarawa. Photographer: Marcelo Murta

Goal 5 - Development of funding possibilities

The cultural groups and individuals need proper financing strategies to develop their projects and products. The informality is very high in most of cultural sectors and the workers are used to have more than one activity. Furthermore, it is necessary to develop management skills as well as capacity of fundraising for the cultural sectors' activities. The awareness and financial management should be enhanced.

This goal has two frameworks: Legislation and Management. The former will enhance advocating for proper laws for financing culture and arts. The latter will articulate ways of improving management tools, providing strategic funding and support from development

partners, tourism local partners, agricultural partners, KCCI, etc. for local enterprises. It is also considered the searching for external grants to support cultural and historical sites for eco-tourism attractions, as well as articulating support and financing possibilities from multinationals working in the country, like banks, import/export companies, airlines that could establish patronage strategies. It is also important that the NCP sets strategies to recognize cultural stakeholders formally and to support them through funding opportunities and establishing centres where they could meet and interact for projects development.

Goal 6 - Internationalization of Kiribati culture

The internationalization of Kiribati culture could bring expressive income for the country, not only with products sales, but also through the promotion of the country and its culture abroad. In order to increase the sources of revenues it is indispensable to be aligned with international standards related to cultural rights, copyrights, cultural diversity etc.

This goal has two frameworks: international standards and international promotion. Kiribati must harmonize its policies regionally and internationally, and at the same time, respect local customary laws and traditions. It will be executed through the establishment of working groups for definitions concerning the signing of conventions. The cultural diplomacy will be enhanced, also for growing soft power, with international promotion and the increasing of Kiribati citizens' participation in international and regional events for cultural exhibitions, workshops and conferences.

5. OBJECTIVES

Each of the goals defined for the NCP will have objectives to be tackled. The objectives will them be detailed and developed in specific plans for the areas concerning the cultural sector.

Goal 1 - Institutional Strengthening

In order to have strong institutions, the following objectives will be addressed.

Specific Objective 1: Establish a National Commission for Culture and Arts (NCCA)[2] with a broad spectrum of representatives, from several sectors and geographic locations, covering all cultural sectors and regions of the country.

Specific Objective 2: Create new and/or develop previous existing cultural structures in the Outer Islands to facilitate decentralization and foster connections among all the country's regions.

Specific Objective 3: Establish follow-up mechanisms for other ministries culture and heritage related projects such as traditional canoe makers and traditional fishing support (MFMRM), traditional *maneaba* construction (MISE), local doctors and traditional healers etc.

Specific Objective 4: Establish a working group for setting up measures for a *Unimwane* policy, based on the prior draft document.

Specific Objective 5: Establish a National Policy for excavations of archaeological and historic sites. Set up a policy for fighting illicit trafficking.

Specific Objective 6: Establish a statistics framework for MFED and Census based on UNESCO references. Promote a cultural habits research or Census, as well as promote other cultural research lines within universities.

Specific Objective 7: Promote MIA participation in PIPA decision instances, as the protected area has also important cultural sites that should be protected and promoted.

Specific Objective 8: Promote the Copyright Act and foster intellectual property strategies to protect original creations.

[2] This is a suggested name and initials for the national institution responsible for cultural management in Kiribati.

Specific Objective 9: Develop a policy for Geographic Indications and Designations of Origin closely connected to MIA cultural mapping and MCIC traditional knowledge policies.

Specific Objective 10: Establish a financing strategy for cultural, arts, heritage and traditional knowledge projects, considering a database of projects and the promotion of fundraising possibilities.

Specific Objective 11: Foster entrepreneurship in the private sector, as well as partnership with public institutions and tax incentive for companies that fund cultural projects.

Goal 2 - Protection, preservation and promotion of Kiribati heritage for sustainable development

Specific Objective 1: Foster cultural mapping with methodologies for heritage categorization and translate it to English, using ICTs and internet tools to disseminate it.

Specific Objective 2: Take advantage of the Cultural Mapping to strengthen policies concerning tangible and intangible heritage, as well as specific process such as traditional canoe makers and traditional fishing (with MFMRM), traditional music (with BPA and National Archives), traditional *manweaba* construction (with MISE), gastronomy and cooking (also for food security), and copyright, geographic indications and labels of origin (MCIC).

Specific Objective 3: Establish a Museological Plan for *Te Umanibong* - National Museum - and disseminate and discuss the 2015 UNESCO Recommendation, the ICOM Code of Ethics and the Code of ethics for Pacific Museums encouraging further events, workshops and debates.

Specific Objective 4: Decentralize museum's policies considering the possibilities of opening *Te Umanibong* centres in outer islands as well as specific and thematic units, for example WWII, Operation Grapple, nature, environment and history of Kiribati.

Specific Objective 5: Research and inventory i-Kiribati collections abroad.

Specific Objective 6: Embrace and benefit from annual scheduled events, such as the International Museum Day and the National Cultural Day.

Specific Objective 7: Develop and strengthen specific policies for libraries and archives, including conservation and management of collections.

Specific Objective 8: Promote Kiribati languages through projects of the Ministry of Education and the publication of related books.

Specific Objective 9: Use the museum *maneaba* as a "Cultural *Maneaba"* for arts and culture fairs and activities, giving a central role for this structure in museum activities and cultural policies.

Specific Objective 10: Tackle contemporary social problems with local and traditional heritage tools: such as development of means and incentive to traditional buildings against uncontrolled urbanization; use of local food and local production against bad nutrition; awareness against lack of heritage preservation etc.

Specific Objective 11: Promote adaptation and resilience strategies for risks and disaster management faced by climate change and other natural disasters. Take advantage of traditional skills and living styles with use of local materials.

Specific Objective 12: Develop risks and disaster management strategies for the protection of tangible heritage, shrines, cultural and historic sites.

Specific Objective 13: Take advantage of PIPA structures and ships for joint projects concerning the research and interpretation of Phoenix Islands tangible and intangible heritage, as well as historic and archaeological sites, to improve tourism potentials for these islands.

Specific Objective 14: Enhance the promotion and communication of local heritage to insert its assets for tourism chains interests.

Specific Objective 15: Encourage the establishment of a botanical garden that exhibits the cultural significance of varieties of native plants and its role for traditional knowledge, food security and healing skills.

Goal 3 - Promotion and enhancing of contemporary arts and cultural production

Specific Objective 1: Establish a centre for Visual Artists exhibitions and promotion of art markets. Facilitate access to raw materials for artistic creations.

Specific Objective 2: Establish cultural centres for exhibitions and promotion of handicraft, art and heritage, dedicating special attention to women and youth.

Specific Objective 3: Promote culture and art festivals and events and the participation of i-Kiribati in national and international events.

Specific Objective 4: Promote culture and art festivals and events aiming at being a FESTPAC host country in a close future.

Specific Objective 5: Strengthen artists' and craftsmen and women networks to promote local cultural products for tourism chains sales.

Goal 4 - Strengthening of capacity building and research initiatives

Specific Objective 1: Establish a Cultural Studies Chair within universities, gathering studies from Cultural Management, Kiribati Studies, Tourism and other relevant branches of Human and Social Sciences.

Specific Objective 2: Develop capacity building programs for C&MD workers.

Specific Objective 3: Establish a centre for capacity building focused on youth and women.

Specific Objective 4: Establish one or two positions for culture specialist (technician or researcher) to be in charge of all technical aspects of the cultural policy implementation

Specific Objective 5: Develop systems for research and capacity building concerning the cultural mapping.

Specific Objective 6: Promote capacity building on strategies of funding for creative and cultural economics.

Specific Objective 7: Promote a cultural habits research or Census, as well as promote other cultural research lines within universities.

Specific Objective 8: Development of agreements and MOU's with institutions such as universities and NGOs with preference given to local and regional groups, such as USP and KIT for promoting local studies and research.

Specific Objective 9: Enhance traditional knowledge connecting local/informal and formal university knowledge, mainly in issues related to traditional skills, like canoe makers, fishing, mat producers, traditional healers, local cooking skills etc.

Specific Objective 10: Review Kiribati studies programs for schools' curriculum.

Specific Objective 11: Promotion of a Kiribati Language studies chair for standards harmonization, research on linguistic patterns and capacity building for teachers.

Goal 5 - Development of Funding possibilities

Specific Objective 1: Promote creative and cultural economics by developing strategies of funding and facilitating mechanisms to foster entrepreneurship in the private sector, as well as partnership with public institutions and tax incentive for companies that fund cultural projects.

Specific Objective 2: Promote the decentralization of funding for creation and consumption of culture by fostering actions in the Outer Islands.

Specific Objective 3: Establish a financing strategy for cultural, arts, heritage and traditional knowledge projects, considering a database of projects and the promotion of fundraising possibilities.

Goal 6 - Internationalization of i-Kiribati culture

Specific Objective 1: Promote culture through houses or cultural centres abroad, taking advantage of diplomatic missions, universities and other private and public institutions.

Specific Objective 2: Promote the participation of i-Kiribati artists and producers in international events.

Specific Objective 3: Ratify the UNESCO Convention for the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions in order to promote policies aligning with global trends on the promotion of cultural diversity and creating a safe place to the preservation of tangible and intangible heritage from all the 33 islands, thus strengthening Kiribati cultural identity.

Specific Objective 4: Ratify the International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights, as well as other conventions to complete the human rights system in order to guarantee cultural rights in a proper way.

Specific Objective 5: Strengthen intellectual property systems – copyright, labels of origin etc. - to enhance the presence of Kiribati internationally and occasionally to generate revenues from exports of cultural and creative products and services.

Specific Objective 6: Articulate cultural policies with the National Tourism Policy in order to add value to culture and provide better tourism services.

6. IMPLEMENTATION PROCESS

The NCP is designed to be implemented in the following years, with short-term and mid-term objectives, considering timelines for 3 and 6 years. In the fourth year it is expected to have a participative revision of the policy, coordinated by the National Committee for Culture and Arts (NCCA)[3] - established and involving diverse groups of stakeholders. Each of the objectives are addressed to specific coordinators in a cross-cutting perspective from diverse sectors of government and civil society.

a. Institutions and responsibilities

The NCP will adopt a cross-cutting perspective, considering diverse sectors of public administration and society. In a general management level, the diverse sectors will have representative seats in the NCCA.

The NCCA is suggested to be a consultative and deliberative institution for national cultural management. Its composition should be agreed within government spheres and with cultural stakeholders. It is suggested to have it in a balanced formation (half government and half civil organizations), respecting gender equality. As a broad institution, it could be convoked for strategic decisions and policy designing and have a management task force to develop and monitor the NCP.

[3] This is a suggested name and initials for the national institution responsible for cultural management in Kiribati.

A first composition of the committee could have representative from the following institutions:

NCCA suggested seats			
Presidency: C&MD Director			
Ministries seats			
MCIC	MFED	MOE	MOJ
MFAI	MFMRM	MELAD	MHMS
MICTTD	MISE	MLPID	MWYSA
Local Government			
North Gilbert Islands	South Gilbert Islands	Central Gilbert Islands	Kiritimati
Churches			
Catholic	KUC	LDS	7th Day Adventist
KPC	Assembly of God	Baha'i	Muslim
Civil Society			
NGO's (3 seats)	Unimwane (2 seats)	Unaine (2 seats)	Handicap
Culture & Arts Stakeholders			
Trad. Choirs	Maneaba builders	Trad. Dancing	Trad. Navigation
Handicraft	Fashion designers	Visual Artists	Contemporary Musician
Youth Association	ICT's expert		
Universities			
USP		KIT	
International Orgs. (Observers)			
UNDP	UNW	UNICEF	CP

Table 1: NCCA suggested seats. Source: own elaboration.

It is expected to have a specific statute of functioning for the NCCA as a primary result in the first steps of the NCP. The most effective way of developing the NCP is having an active and functioning committee, which will target each of the specific objectives and follow-up, monitor and evaluate the policy.

In terms of resources, the NCP will address the cultural capital and traditions as resources, convening it within projects and actions. There is a need of improving human resources to manage the NCP and the NCCA. In terms of physical structures, the C&MD, as well as MIA office, could be used for meetings and management. The funding should be provided by public budget, but partnerships are enhanced by the policy. The advocacy will be asserted by cultural workers in the follow-up and management of inter-ministerial actions.

b. Financing

The financing of cultural sector is a main bottleneck for the development of the sectors worldwide. One aspect of the NCP is to aim for progressively increasing expenditures with culture and raise up to 2% of public budgets in the next years to come, following the commitments agreed in the Regional Policy for the Pacific region. By establishing legal frameworks and financing strategies Kiribati can increase its financial support to fund cultural policy making, evaluating and structuring, as well as finance culture itself. It is also important to strengthen relations with the private sector, taking advantage of enterprises already present in the country but also providing the conditions for more investment and cultural entrepreneurship and also develop and promote programs, legislation and strategies of patronage accordingly.

c. Timeline

The first actions to be taken are related to the implementation of the management institution of the policy, namely the NCCA, coordinated by C&MD/MIA. The committee will legitimate the policy and follow-up its implementation, coordinating actors and defining specific actions. The objectives are organized in short term and mid term actions, considering 3 and 6 years' tasks. In the fourth year it is planned to have a revision of the policy, evaluating its actions and programming next steps.

d. Monitoring and Evaluation

The culture sector works transversally, tackling issues like traditional knowledge, traditional skills, cultural and historic sites, research activities, education, and tourism, among others. In Kiribati culture, the sector is very strongly noticeable in the country traditional practices, for

instance, in traditional fishing, *te waa*, *manweaba* system, traditional dancing, mats producing, as well as in contemporary handicraft, dancing and choirs' performances, for instance, in behavioural habits or norms of the people which constantly continues to be practised within their respective niches.

The follow-up and M&E of the NCP will be coordinated by C&MD, with the support from projects and actions from several ministries. It is expected to have this action coordinated by the NCCA, and the policy is set to be revised after 4 years, convening meetings and assemblies aiming at being a participative and democratic policy.

7. REFERENCES

Concept Notes on *Unimwane* Policy as of 30th of October 2018. Document provided by the Ministry of Internal Affairs. 19 December 2018.

Constitution of the Republic of Kiribati. 1979.

Copyright Act 2018. Government of Kiribati. Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives. Available at: http://mcic.gov.ki/legislation/ Accessed on 20 January 2019.

Cultural Mapping Report Summary. Document provided by the Ministry of Internal Affairs. 19 December 2018.

Education Act (2013). Republic of Kiribati.

Environment Act (2007). Republic of Kiribati.

Field survey report: Intangible Cultural Heritage Safeguarding Efforts in the Asia-Pacific. 2015/16. UNESCO/ICHCAP in collaboration with Ministry of Internal Affairs. Available at: http://www.ichcap.org/eng/ek/sub1/pdf_file/pacific/2015Kiribati/Field%20Survey%20Report%20of%20Kiribati_full.pdf Accessed on 28 Dec 2018.

Kiribati 20 Year Vision - KV20. 2016 - 2036. Republic of Kiribati.

Kiribati Climate Change Policy. Government of Kiribati. Office of Te Beretitenti.

Kiribati Government 2018 Budget. Republic of Kiribati.

Kiribati Joint Implementation Plan for Climate Change and Disaster Risk Management (RJIP). 2014 - 2023. Government of Kiribati. Office of Te Beretitenti.

Mackenzie, Ueantabo. (2010). Speech available at: https://www.youtube.com/watch?v=YtGScLPSb-A

Maude, H. E. (1980). The Gilbertese Maneabe. The Institute of Pacific Studies and the Kiribati Extension Centre of the University of South Pacific.

Memorandum for Record between the Joint POW/MIA Accounting Command and the Ministry of Foreign Affairs and Immigration on Republic of Kiribati. 17 September 2010.

National Cultural Policy draft (2014). Ministry of Internal Affairs. Republic of Kiribati. Draft provided by Ministry of Internal Affairs. December 2018.

Petersen, Glenn (2009). Traditional Micronesian Societies. Adaptation, Integration, and Political Organization. University of Hawai'i Press.

Phase 2 Regional Cultural Strategy Monitoring and Evaluation Framework. Draft: 17 November 2018. Document provided by Ministry of Internal Affairs. December, 2018.

Policy for the protection of TK and CFE. Document draft provided by Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives. December 2018.

Phoenix Islands Protected Area Kiribati. Draft Management Plan 2010 – 2014. Provided by Ministry of Internal Affairs. December 2018.

Regional Culture Strategy: Investing in Pacific Cultures 2010–2020. Phase 2: 2017–2020. Pacific Community.

Teiwaki, Roniti (1980). The future of Kiribati Culture. In. Pacific Perspective. Pacific Cultures: Past, Present and Future. Vol. 9, No. 1. South Pacific Social Sciences Association. University of South Pacific, Suva. pp. 6-12.

The Local Government System in Kiribati. Country Profile 2017-18. Available at: www.clgf.org.uk/kiribati Accessed on January 2019.

The Phoenix Islands Protected Area (PIPA). Monitoring, Control and Surveillance Plan. The Next Two Years - 2018-2020. Ministry of Environment Lands and Agricultural Development. Republic of Kiribati.

Treaty of Friendship Between the United States of America and the Republic of Kiribati. Tarawa, 20 September 1979.

United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (2003). Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage Paris, 17 October 2003

United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (1972). Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Paris, 16 November 1972

United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) (2005). Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions Paris, 20 October 2005

8. APPENDIX

Appendix 1: Steps for the NCP Implementation - Goals

APPENDIX 1

Steps for the NCP implementation

Regional Policy Harmonization	NCP Vision	Goals	Framework	Objectives	Actions and Milestones	Institutional responsibility	Timeframe					
							SHORT TERM			MID TERM		
							1	2	3	4	5	6
Strengthening of institutional mechanisms Mainstreaming of culture accross sectors	itage	Goal 1. Institutional Strengthening	Legislation	Establish a National Culture Committee with a broad spectrum of representatives, from several sectors and geographic locations, covering all cultural sectors and regions of the country.	Working group established	MIA						
					Culture Law	MIA						
					NCCA - National Committee for Culture and Arts established	MIA						
					Policy evaluation	MIA						
				Harmonization - national and international standards and laws on Human and Cultural Rights	Working group established	MIA and MOJ						
					Awareness workshops	MIA and MOJ						
					Projects development	MIA and MOJ						
				Foster entrepreneurship in the private sector, as well as partnership with public institutions and tax incentive for companies that fund cultural projects.	Awareness Workshops for potential sponsors/donors	MIA, MFED and MCIC						
					Working group established	MIA, MFED and MCIC						
					Tax exemptions Law	MIA, MFED and MCIC						
				Establish a working group for setting up measures for a Unimwane and Unaine policy, based on the prior draft document.	Working group established	MIA						
					Unimwane and Unaine Law	MIA						
				Establish a National Policy for excavations of archaeological and historic sites. Set up a policy for fighting illicit trafficking.	Working group established	MIA, USP and KIT						
					Archaeology and illicit trafficking Law	MIA, USP and KIT						
				Develop a policy for Geographic Indications and Designations of Origin	Awareness Workshops for potential local producers	MCIC and MIA						
					Working group established	MCIC and MIA						
					Geographic Indications and Designations of Origin Law	MCIC and MIA						
			Management	Create new and/or develop previous existing cultural structures in the Outer Islands to facilitate decentralization and foster connections among all the country's regions.	Nomination of Local govenment officers responsible for cultural policies	MIA						
				Establish follow-up mechanisms for other ministries culture and heritage related projects.	Nomination of officers responsible for cultural policies in each sector/Ministry	MIA						
				Establish a statistics framework and improve Census	Working group established	MIA and MFED						
					Statistics framework agreed for MFED policies	MIA and MFED						
					Cultural Census	MIA and MFED						
				Promote the Copyright Act and foster intellectual property strategies to protect original creations.	Awareness workshops	MCIC and MIA						
				Establish a financing strategy for cultural, arts, heritage and traditional knowledge projects, considering a database of projects and the promotion of fundraising possibilities.	Training for Public officers on Cultural Management	MCIC and MIA						
					Working group for 2% Public Budget task (Regional Policy agreement)	MIA and MFED						
				Promote MIA participation in PIPA decision instances, as the protected area has also important cultural sites that should be protected and promoted	C&MD with a specific officer nominated to PIPA follow-up	MIA						

ural capital as a tool for sustainable development, respecting the traditions and promoting Kiribati arts and heritage	Goal 2. Protection, preservation and promotion of Kiribati Heritage	Cultural Mapping	Improve and decentralize cultural mapping	Working group established	C&MD							
				Standards harmonization	C&MD							
				Institutional framework	C&MD							
				Training of officials in Outer Islands	C&MD							
				Cultural Mapping coordinated locally by officials in the Outer Islands	C&MD							
				ICT for Databank and Communication	C&MD							
				Translation to english	C&MD							
				Definitions for UNESCO ICHs proposals	C&MD and MFAI							
				Promotion of cultural mapping	C&MD							
			Development of cross-cutting projects under Cultural Mapping - actions coordinated with other ministries	Directives to follow-up interministerial projects	C&MD							
				Contemporary problems mapping	MIA							
				Traditional solutions mapping	MIA							
				Strategic planning	MIA							
				PIPA heritage mapping	C&MD and PIPA							
				Action plan for PIPA's ships and structures - joint projects concerning the research and interpretation	C&MD, PIPA and Tourism Office							
				Action plan for archaeologic sites	C&MD, PIPA and Tourism Office							
		Preservation	Develop and strengthen specific policies for libraries and archives, including conservation and management of collections.	Working group established	MIA, MOE, National Archives and National Library							
				Project development	MIA, MOE, National Archives and National Library							
			Promote Kiribati languages through projects of the Ministry of Education and the publication of related books.	Working group established	MIA, MOE and BPA							
				Language teaching follow-up	MIA, MOE and BPA							
				Selection of publications	MIA, MOE and BPA							
				Books published	MIA, MOE and BPA							
			Promote adaptation and resilience strategies for risks and disaster management faced by climate change and other natural diasters. Take advantage of traditional skills and living styles with use of local materials.	Working group established	MIA and OB							
				Project development	MIA and OB							
			Develop risks and disaster management strategies for the protection of tangible heritage, shrines, cultural and historic sites.	Working group established	MIA and OB							
				Project development	MIA and OB							
			Botanical garden	Working group established	MIA and MELAD							
				Project development	MIA and MELAD							
		Promotion	Enhance the promotion and communication of local heritage to insert its assets for tourism chains interests	Working group established	MIA and Tourism Office							
				Cultural tourism planning	MIA and Tourism Office							
			Annual scheduled events	Working group established	MIA							
				Use of Museum Maneaba	MIA							
				International Museum Day	MIA							
				Cultural Day	MIA							

to seek for a better future, acknowledging the place of cultural development and the cult

Goal 3. Promotion and enhancing of contemporary arts and cultural production	Networks and Promotion	Establish a center for Visual Artists exhibitions and promotion of art markets.	Working group established	C&MD							
			Center For Visual Arts / Gallery	C&MD							
		Facilitate access to raw materials for artistic creations.	Working group established	C&MD							
			Economic chains report	C&MD							
			Project development	C&MD							
		Establish cultural centers for exhibitions and promotion of handicraft.	Working group established	C&MD, MWYSA and Tourism Office							
			Workshops for youth and women	C&MD, MWYSA and Tourism Office							
			Project development	C&MD, MWYSA and Tourism Office							
	Events	Promote culture and art festivals and events and the participation of i-kiribati in national and international events.	Working group established	C&MD, MWYSA, MFAI and Tourism Office							
			Project development	C&MD, MWYSA, MFAI and Tourism Office							
		Promote culture and art festivals and events aiming at being a FESTPAC host country in a close future.	Working group established	C&MD, MWYSA, MFAI and Tourism Office							
			National Articulation	C&MD, MWYSA, MFAI and Tourism Office							
			International Articulation	C&MD, MWYSA, MFAI and Tourism Office							
			Proposal to host FESTPAC	C&MD, MWYSA, MFAI and Tourism Office							
Goal 4. Education, Capacity Building and Research	Capacity Building	Establish a Cultural Studies Chair.	Working group established	C&MD, USP, KIT, MWYSA and MOE							
			Specific action - Research and Cultural Mapping	C&MD, USP, KIT, MWYSA and MOE							
			Specific action - Creative Economy, Management and Financing	C&MD, USP, KIT, MWYSA and MOE							
			Project development	C&MD, USP, KIT, MWYSA and MOE							
		Develop capacity building programs for C&MD workers.	Working group established	C&MD, USP, KIT and MOE							
			Project development	C&MD, USP, KIT and MOE							
		Establish one or two positions for culture specialist (technician or researcher) to be in charge of all technical aspects of the cultural policy implementation	Develop position and attributions	MIA							
			Design a career plan	MIA							
			Advocate for specialised training in the USP	MIA, USP							
			Provide access and networking through all instances connected with cultural policies	MIA							
	Research	Promote a cultural Census, as well as promote other cultural research lines within universities.	Working group established - MFED, MIA, MCIC etc.	MIA and MFED							
			Cultural Census	MIA and MFED							
		Promotion of Kiribati Language studies	Working group established	MIA, MOE, USP and KIT							
			Definitions for uniformization and adoption of patterns	MIA, MOE, USP and KIT							
			Kiribati language chair	MIA, MOE, USP and KIT							
			Capacity building for teachers	MIA, MOE, USP and KIT							
		Development of agreements and MOU's with NGOs and universities for promoting local studies and research	Working group established	MIA, USP and KIT							
			Project development	MIA, USP and KIT							
		Enhance traditional knowledge connecting local/informal and formal university knowledge	Working group established	MIA, USP and KIT							
			Project development	MIA, USP and KIT							

Communication and Resource Mobilization	**Goal 5. Funding**	Legislation	Promote creative and cultural economics by developing strategies of funding and facilitating mechanisms to foster entrepreneurship in the private sector, as well as partnership with public institutions and tax incentive for companies that fund cultural projects.	Working group established	MIA and MFED							
				Articulation related to the development of Culture Law	MIA and MFED							
		Management	Promote the decentralization of funding for creation and consumption of culture by fostering actions in the Outer Islands	Working group established	MIA							
				Project development	MIA							
			Establish a financing strategy for cultural, arts, heritage and traditional knowledge projects, considering a database of projects and the promotion of fundraising possibilities.	Working group established	MIA and MFED							
				Financing Strategy	MIA and MFED							
	Goal 6. Internationalization	International Standards	Ratify the UNESCO Convention for the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions in order to promote policies aligning with global trends on the promotion of cultural diversity and creating a safe place to the preservation of tangible and intangible heritage from all the 33 islands, thus strengthening Kiribati cultural identity.	Working group established	MIA and MFAI							
				Political articulation	MIA and MFAI							
				Convention ratified	MIA and MFAI							
			Ratify the International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights, as well as other conventions to complete the human rights system in order to guarantee cultural rights in a proper way.	Working group established	MIA and MFAI							
				Political articulation	MIA and MFAI							
				Convention ratified	MIA and MFAI							
		International Promotion	Strengthen intellectual property systems – copyright, labels of origin etc - to enhance the presence of Kiribati internationally and occasionally to generate revenues from exports of cultural and creative products and services.	Working group established	MCIC, MIA and MFAI							
				Laws harmonization	MCIC, MIA and MFAI							
			Articulate cultural policies with the National Tourism Policy in order to add value to culture and provide better tourism service	Working group established	MIA and Tourism Office							
				Project development	MIA and Tourism Office							
			Promote culture through houses or cultural centers abroad, taking advantage of diplomatic missions, universities and other private and public institutions.	Working group established	MIA and MFAI							
				Cultural Centers launched	MIA and MFAI							
			Promote the participation of i-kiribati artists and producers in international events.	Working group established	MIA							
				Program for artists and producers international insertion	MIA							
			World Heritage and ICH nominations - based on Cultural Mapping	Working group established	C&MD							
				Research	C&MD							
				Procedures for nomination	C&MD							
				Nomination	C&MD							

Apêndice 3

Relatório Breve – Primeira Missão

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME
Enhanced Integrated Framework (EIF)
Tier 1 - Trade Capacity Building and Institutional Strengthening Project in Kiribati

Cultural Policy Expert - Kiribati
Contract No. UNDP/FJI/IC/2018/153

Brief Report
1st Mission

Marcelo Lages Murta

December, 2018

Introduction 3
Meetings and visits organised during the first mission 4
Survey and next steps 5
Appendices 6

Introduction

This document contains a brief report after the first mission in Kiribati according to the work plan for the “Cultural Policy Expert - Kiribati” consultancy, under the Enhanced Integrated Framework (EIF) Tier 1 Trade Capacity Building and Institutional Strengthening Project in Kiribati, having the UNDP as the Main Implementing Entity.

According to the Term of Reference (TOR), the goal of the project is to formulate a National Cultural Policy. This document will provide a framework for reviving and promoting tangible and intangible cultural and historical heritages present across the chants, music, dance and craft sectors as well as the significant remnants from World War II. The government intends to use the National Cultural policy to promote the development of cultural industry as well as to safeguard and foster social and cultural values.

The first step is to approach the current situation of the cultural policies currently place in Kiribati. To this end, a research document will be written based on prior cultural policies, cultural mappings and strategies developed by the public sector in the country.

This research will approach different kinds of analysis, comprising laws and conventions reviews as well as statistics studies. A “state of the art” on legal and public policies documents will cover national and international conventions, as well as governmental policies on intellectual property, copyright, trade policy, national quality policy and incentives to support business.

The objective of the first mission was to get data for the first diagnosis, highlighting initial background information as well as researching economic, social and cultural aspects of the country. The mission was based on face to face conversations with focus groups. The intention was to get a very close approach, bringing together the necessary information just as ideas and expectations for the NCP.

This report doesn’t present the key findings of the mission, a diagnosis or recommendations to the NCP. It is a brief report concerning the activities developed and the next steps to the consultancy. The diagnosis will be presented as the third product of the consultancy, according to the TOR.

Meetings and visits organised during the first mission

The Ministry of Internal Affairs (MIA) was the main institution supporting the activities during the first mission. The ministry prepared a list of stakeholders to be interviewed considering representatives from the public sector as well as civil society organisations. Other stakeholders were added during the process due to changes on the schedule and *in loco* perceptions.

The interviews were held in Tarawa and Abaiang, reaching 111 stakeholders – 42 in Abaiang and 69 in Tarawa. The stakeholders were both from public sector (central and local government) and society (artists, craftsmen, organisations and individuals).

The interviews were conducted with open conversations. Each focus groups were considered with informative, supportive and consultative approaches (in opposition to confrontative talks), bringing ideas from at least three main axis: the identification of activities; the understandings of i-Kiribati culture; and the expectations concerning the National Cultural Policy, considering the representation of the groups on the public sphere.

One important task developed during the consultations and to be considered in the diagnosis is the identification of cultural policies to be found transversely in diverse ministries and sectors, such as education, agriculture, fishing, women and gender, human resources, health, security, immigration etc. It will help the process of mapping the Culture in the public policies enforcement as well as bring contributions to develop the National Cultural Plan.

Other activities were developed during the mission, such as visits to WWII sites, presence in chorus rehearsals, artistic presentations, popular fairs and markets sites, touristic sites and cultural observations, as well as informal meetings aiming to understand the i-Kiribati culture.

Survey and next steps

The diversity of sources of information will enrich the work process. A survey will be applied to key stakeholders in non-visited outer islands, with the support of the MIA. The surveys' analysis will bring more data for the diagnosis, as well as a perspective of the lines of action to be developed in the NCP. The conducting of the interviews and surveys will be complementary to other data analysis, making it possible to have a very broad report based on field work, documents research and participative processes.

The first stage aims to conduct a situational analysis of the Kiribati culture, focusing on i-Kiribati traditions and heritage, as well as the potential of cultural industries related to tourism and other economic activities. The second stage is the drafting of a National Cultural Policies document, based on the field work, consulted sources, collected data and research process previously carried out. The third stage will be the final consultative meetings and final report, oriented by the visits to the country, consultations established as well as the agreements with stakeholders and coordinators for the draft, to be concluded in the end of this stage.

Appendices

Appendix 1. Stakeholders and meetings list

Meeting	Stakeholder	Date	Name	Institution	Location
1	1	12/Nov	Pelea Tehumu	MIA	Bairiki
1	2	12/Nov	Teraaiti Euta	MIA	Bairiki
1	3	12/Nov	Roreti Eritai	MCIC	Bairiki
1	4	12/Nov	Samson Odhiambo	MCIC	Bairiki
2	5	12/Nov	Pelea Tehumu	MIA	Bairiki
2	6	12/Nov	Terengaiti Awerika	MIA	Bairiki
3	7	13/Nov	Samson Odhiambo	MCIC	Betio
3	8	13/Nov	MCIC officer	MCIC	Betio
3	9	13/Nov	IP officer (Name?)	MCIC	Betio
3	10	13/Nov	IP officer (Name?)	MCIC	Betio
4	11	13/Nov	Ientaake King	MICTTD	Betio
4	12	13/Nov	Tourism Officer (Name?)	MICTTD	Betio
4	13	13/Nov	Tourism Officer (Name?)	MICTTD	Betio
4	14	13/Nov	Tourism Officer (Name?)	MICTTD	Betio
5	15	13/Nov	Birimaka Tekanene	MOJ	Bairiki
6	16	13/Nov	Nei Tooa	MFMRD - Fisheries	Bairiki
7	17	14/Nov	Kourabi	Eita - Unimwane Association	Eita
8	18	14/Nov	???	Betio - Unimwane Association	Betio
9	19	14/Nov	Pelenise Alofa	KHRA	Eita
10	20	14/Nov	Ioane Tekaai	Traditional Dancing Group - Te waa mai	Bairiki
11	21	14/Nov	Nei Kabua	Women Handicraft Association	Ambo
11	22	14/Nov	Nei Teborou	Women Handicraft Association	Eita
11	23	14/Nov	???	Women Church Association KUC	TUC
11	24	14/Nov	???	Women Church Association UPC	TUC
12	25	14/Nov	Natan Itonga	Visual Artist	TUC
12	26	14/Nov	Barane Iererita	Visual Artist	Betio
13	27	14/Nov	Ataona Tabwakea	Traditional Choir - te kwaea	Bairiki
14	28	15/Nov	Bouri Tebau	Mormon Church (LDS)	TUC
15	29	15/Nov	Tabua Rokeatau	7th Day Adventist	BTC
16	30	15/Nov	Nei Mwakuriita	Traditional Healer	Bonriki
17	31	15/Nov	Raurenti Toatu	TUC - Mayor	Teaoraereke
17	32	15/Nov	Mikari	TUC - Clerk	Teaoraereke
18	33	15/Nov	Fr. Koru Tito	Catholic Church	TUC
19	34	15/Nov	Tukabu Teroroko	PIPA	Bikenibeu
19	35	15/Nov	Tiroa	PIPA	Bikenibeu
20	36	16/Nov	Teuea	MISE	Betio
20	37	16/Nov	MISE officer	MISE	Betio
21	38	16/Nov	Akoia	BTC	BTC
22	39	16/Nov	Kawoki Taakaw	BTC	BTC
23	40	16/Nov	Angus Morrison	Bahai	TUC
24	41	16/Nov	SAS Tinia	Health	Bikenibeu
25	42	16/Nov	Curricula Officer	Education - Curricula	Bikenibeu
26	43	17/Nov	Susan Barrie	Tobaraoi	Bikenibeu
27	44	19/Nov	Ianetama Kaititaake	Abaiang Island Council - Mayor	Abaiang
28	45	19/Nov	Arii Bareta	Abaiang Island Council - Clerk	Abaiang
29	46	19/Nov	Tarebwaia Tiinga	Abaiang Island Council - IEC	Abaiang
-	47	19/Nov	Biita Mweretaka	Abaiang Island Council	Abaiang
-	48	19/Nov	Kabuna Teraoi	Abaiang Island Council	Abaiang
-	49	19/Nov	Varantina Berenato	Abaiang Island Council	Abaiang
-	50	19/Nov	Raerae Taie	Abaiang Island Council	Abaiang
-	51	19/Nov	Teibauea Kauriri	Abaiang Island Council	Abaiang
-	52	19/Nov	Tirion Kabwebweia	Abaiang Island Council	Abaiang
30	53	19/Nov	Taai Tekautu	Mwaneaba builder - Catholic Church	Abaiang
31	54	20/Nov	Tiri	Women Association - WIW	Abaiang
31	55	20/Nov	Benateueua	Women Association - Runga n Aine	Abaiang
31	56	20/Nov	Kareiti	Women Association - Runga n Aine	Abaiang
32	57	20/Nov	Pastor Arobati	KPC	Abaiang
33	58	20/Nov	Teboitabu Taukoriri	KUC	Abaiang
34	59	20/Nov	Otimoa Kabunare	Canoe Makers	Abaiang
34	60	20/Nov	Teikarawa Banimone	Canoe Makers	Abaiang

35	61	20/Nov	Beeroia	Youth Association	Abaiang
35	62	20/Nov	Rimon Baute	MWYSA	Abaiang
35	63	20/Nov	Buretau Timon	MWYSA	Abaiang
36	64	20/Nov	Iotebwa Iabeta	Local Dancer	Abaiang
36	65	20/Nov	Raua Makin	Local Dancer	Abaiang
36	66	20/Nov	Roote Arawatau	Local Dancer	Abaiang
37	67	20/Nov	Iebwe Kirabo	Visual Artist	Abaiang
37	68	20/Nov	Kaure Nenetaake	Visual Artist	Abaiang
37	69	20/Nov	Tomati Katioua	Visual Artist	Abaiang
38	70	20/Nov	Tababure Tekea	Traditional Choir	Abaiang
38	71	20/Nov	Martin Mannang	Traditional Choir	Abaiang
38	72	20/Nov	Berenato Keariki	Traditional Choir	Abaiang
39	73	20/Nov	Ioane Taam	Unimaine	Abaiang
39	74	20/Nov	Teauama Kaewaua	Unimaine	Abaiang
40	75	20/Nov	Beitaare Sabe	Mormon Church (LDS)	Abaiang
41	76	20/Nov	Kirita Mitiana	Islet 1 - Traditional healer (Ribono)	Abaiang - Islet
41	77	20/Nov	Moaio Auatabu	Islet 1 - Te tia kaneweaba mai Ribono (Beiamatekaai)	Abaiang - Islet
42	78	20/Nov	Kabureia Tawerio	Islet 2 - Tia Kaneweaba (Naibunaki)	Abaiang - Islet
43	79	21/Nov	Iotebwa Iabeta	Guides - (Tia Kaneweaba)	Abaiang
43	80	21/Nov	Tawa Tebuna	Guides - (Tia Kaneweaba)	Abaiang
43	81	21/Nov	Tarere Tibere	Guides - (Tia Kaneweaba)	Abaiang
44	82	21/Nov	Tebarae Benuakai	Traditional Healer	Abaiang
44	83	21/Nov	Tikiku Kakoroa	Traditional Healer	Abaiang
44	84	21/Nov	Magie Palmer	Traditional Healer	Abaiang
45	85	21/Nov	Dr. Ueantabo MacKenzie	Scholar	Abaiang
46	86	22/Nov	Nei Tiiri Kauongo	MFED	Bairiki
46	87	22/Nov	MFED Officer	MFED	Bairiki
47	88	22/Nov	Bill Reiler	BPA	Bairiki
47	89	22/Nov	BPA Radio operator	BPA	Bairiki
47	90	22/Nov	BPA Engineer	BPA	Bairiki
47	91	22/Nov	BPA Management Team	BPA	Bairiki
48	92	22/Nov	Choi Yeeting	OB - Climate Change	Bairiki
49	93	22/Nov	Tatou Kaiteie	KPC	Betio
50	94	22/Nov	Peter Langbien	KIT	Betio
50	95	22/Nov	Mikaere	KIT	Betio
51	96	22/Nov	Dr. Takuia Uakeia	USP	Teaoraereke
52	97	22/Nov	Imam Khawaja Fahad Ahmad	Ahmadiyya Muslim Community	TUC
52	98	22/Nov	Sergio	Ahmadiyya Muslim Community	TUC
52	99	22/Nov	Missionary	Ahmadiyya Muslim Community	TUC
53	100	23/Nov	Anne Kayty	MWYSA	Bairiki
54	101	23/Nov	Rubee Eromanga	MCIC	Betio
55	102	23/Nov	Ruuta Tekeraoi	MOE	Bikenibeu
56	103	23/Nov	Teraaiti Euta	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	104	23/Nov	Monita	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	105	23/Nov	Louisa	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	106	23/Nov	Michael	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	107	23/Nov	Taoro	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	108	23/Nov	Tonhai	MIA / National Museum	Bikenibeu
56	109	23/Nov	Museum officer (?)	MIA / National Museum	Bikenibeu
57	110	26/Nov	Rev Tioti Timon	KUC	TUC
57	111	26/Nov	Rev Maleta Tenten	KUC	TUC

Apêndice 4
Questionários

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q1 – SURVEY [Councils - Islands, Town and Urban]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments, please feel free to contact our Consultant: mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

PROFILE

2. **Institution** *

3. **Function - Public Sector** *
   Mark only one oval.
   - ◯ Clerk
   - ◯ Councillor
   - ◯ Mayor
   - ◯ Member of the Parliament
   - ◯ Staff of the Parliament
   - ◯ Staff of the Island Council Office
   - ◯ Other, please specify below:

4. If your previous response was "OTHER", please specify:

5. **Profession / Academic Grades**

6. **Religion**
   Mark only one oval.
   - ◯ Assembly of God
   - ◯ Bahá'í
   - ◯ Jehova's Witness
   - ◯ Kiribati Protestant Church (KPC)
   - ◯ Kiribati United Church (KUC)
   - ◯ Local God, please specify below:
   - ◯ Mormon
   - ◯ Muslim
   - ◯ Roman Catholic
   - ◯ Seventh Day Adventist (LDS)
   - ◯ Other, please specify below:

7. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

8. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *
Mark only one oval.

- Abaiang
- Abemama
- Aranuka
- Arorae
- Banaba
- Beru
- Betio
- Butaritari
- Kanton
- Kiritimati
- Kuria
- Maiana
- Makin
- Marakei
- Nikunau
- Nonouti
- North Tabiteuea
- North Tarawa
- Onotoa
- South Tabiteuea
- South Tarawa
- Tamana
- Tabuearan
- Teraina
- Other, please specify below:

9. If your previous response was "OTHER", please specify:

10. **Age group**
Mark only one oval.

- Under 16
- 16-30
- 31-45
- 46-60
- 60+

11. **Gender**
Mark only one oval.

- Female
- Male
- Other:

CULTURAL GROUPS

Please, identify the cultural groups and their current activities in your island/region.

12. **Check all the groups present in your island/council**
Check all that apply.

	Canoe maker	Choir Group	Dancing Group	Fishermen Association	Handicraft Association	Traditional healers	Unimwane Association	Women Association	Youth Association	Other
Groups/Associations	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

13. Please provide the name of each of the groups or individuals per category identified above:

14. Number of members in each group:

15. Activities developed and cultural goods produced by the groups:

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(A) CULTURE AND RIGHTS

16. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote local arts and handicraft internationally.				
Kiribati should promote local arts and handicraft nationally.				
Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.				
Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.				

(B) MUSIC AND DANCE

17. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
New and international cultural trends threaten traditional national culture.				
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.				
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.				
The traditional dances are threatened by modernity.				
Electronic music and other modern music threat the traditional i-kiribati music.				
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.				
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(C) MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

18. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.				
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.				
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations.				
The Unaine have a main role in my village, even concerning decision making processes.				
The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.				
The Maneaba is a meeting point for my community.				
The Island Council is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my community.				
The Maneaba is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my church.				
The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.				
The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

19. **(D) ARTS AND HANDICRAFT** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

20. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, coconuts, taro, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment preservation.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

21. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i-Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

22. **(G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

23. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one oval per row.

	VERY SATISFIED	SATISFIED	DISSATISFIED	VERY DISSATISFIED
Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors				
Public funding programmes and incentives				
Private incentives				
Protection of cultural heritage				
National Day				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC				
International cultural cooperation				
Public Cultural Organisations				
Employment and economic performance in the creative economy sector				
Citizen engagement in culture and the arts				
Cultural infrastructure projects				
Interaction with other Pacific countries				
Interaction with countries abroad Pacific				
Inter-islands projects				
Legislative framework				
Quality of artistic and cultural content				
Promotion of national cultural events				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events				

CULTURE AND DEVELOPMENT

24. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture nationally?**

25. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

26. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

27. **What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?**

CULTURAL POLICIES

28. **Which policies from your institution are related to culture and heritage?**

Please, evaluate these cultural policies in terms of:

29. Financing/Support:

30. Legal framework:

31. Community participation:

COMMENTS

32. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

THANK YOU!

Powered by
Google Forms

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q2 – SURVEY [Churches and Religious Leaders]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments, please feel free to contact our Consultant: mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

PROFILE

2. **Institution** *

3. **Religion**
   Mark only one oval.
   - ◯ Assembly of God
   - ◯ Bahá'í
   - ◯ Jehova's Witness
   - ◯ Kiribati Protestant Church (KPC)
   - ◯ Kiribati United Church (KUC)
   - ◯ Local God, please specify below:
   - ◯ Mormon
   - ◯ Muslim
   - ◯ Roman Catholic
   - ◯ Seventh Day Adventist (LDS)
   - ◯ Other, please specify below:

4. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

5. **Your Function** *

6. **Profession / Academic Grades**

7. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *
Mark only one oval.

- Abaiang
- Abemama
- Aranuka
- Arorae
- Banaba
- Beru
- Betio
- Butaritari
- Kanton
- Kiritimati
- Kuria
- Maiana
- Makin
- Marakei
- Nikunau
- Nonouti
- North Tabiteuea
- North Tarawa
- Onotoa
- South Tabiteuea
- South Tarawa
- Tamana
- Tabuearan
- Teraina
- Other, please specify below:

8. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____

9. **Age group**
Mark only one oval.

- Under 16
- 16-30
- 31-45
- 46-60
- 60+

10. **Gender**
Mark only one oval.

- Female
- Male
- Other: _____

CULTURAL GROUPS

Please, identify the cultural groups and their current activities in your church/institution.

11. **Check all the groups present in your church/institution**
Check all that apply.

	Canoe maker	Choir Group	Dancing Group	Fishermen Association	Handicraft Association	Traditional healers	Unimwane Association	Women's Association	Youth Association	Other
Groups/Associations	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

12. Please provide the name of each of the groups or individuals per category identified above:

13. Number of members in each group:

14. Activities developed and cultural goods produced by the groups:

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(A) CULTURE AND RIGHTS

15. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote internationally the local arts and handicraft.				
Kiribati should promote nationally the local arts and handicraft.				
Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.				
Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.				

(B) MUSIC AND DANCE

16. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
New and international cultural trends threaten traditional national culture.				
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.				
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.				
The traditional dances are threatened by modernity.				
Electronic music and other modern music styles threat the traditional i-kiribati music.				
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.				
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(C) MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

17. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.				
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.				
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations.				
The Unaine have a main role in my village, even concerning decision making processes.				
The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.				
The Maneaba is a meeting point for my community.				
The Island Council is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my community.				
The Maneaba is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my church.				
The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.				
The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

18. **(D) ARTS AND HANDICRAFT** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

19. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, taro, coconuts, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment preservation.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

20. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i-Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

21. **(G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

22. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one oval per row.

	VERY SATISFIED	SATISFIED	DISSATISFIED	VERY DISSATISFIED
Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors.				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors				
Public funding programmes and incentives				
Private incentives				
Protection of cultural heritage				
National Day				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC				
International cultural cooperation				
Public Cultural Organisations				
Employment and economic performance in the creative economy sector				
Citizen engagement in culture and the arts				
Cultural infrastructure projects				
Interaction with other Pacific countries				
Interaction with countries abroad Pacific				
Inter-islands projects				
Legislative framework				
Quality of artistic and cultural content				
Promotion of national cultural events				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events				

CULTURE AND DEVELOPMENT

23. **In your opinion, what identify the Kiribati culture nationally?**

24. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

25. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

26. **What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?**

COMMENTS

27. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

THANK YOU!

Powered by
Google Forms

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q3 – SURVEY [Ministries]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments, please feel free to contact our Consultant: mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

PROFILE

2. **Institution - Ministry** *

3. **Department/Section**

4. **Function** *

5. **Profession / Academic Grades**

6. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *

Mark only one oval.

- Abaiang
- Abemama
- Aranuka
- Arorae
- Banaba
- Beru
- Betio
- Butaritari
- Kanton
- Kiritimati
- Kuria
- Maiana
- Makin
- Marakei
- Nikunau
- Nonouti
- North Tabiteuea
- North Tarawa
- Onotoa
- South Tabiteuea
- South Tarawa
- Tamana
- Tabuearan
- Teraina
- Other, please specify below:

7. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____

8. **Age group**

Mark only one oval.

- Under 16
- 16-30
- 31-45
- 46-60
- 60+

9. **Gender**
   Mark only one oval.

   - ◯ Female
   - ◯ Male
   - ◯ Other: _____

10. **Religion**
    Mark only one oval.

    - ◯ Assembly of God
    - ◯ Bahá'í
    - ◯ Jehova's Witness
    - ◯ Kiribati Protestant Church (KPC)
    - ◯ Kiribati United Church (KUC)
    - ◯ Local God, please specify below:
    - ◯ Mormon
    - ◯ Muslim
    - ◯ Roman Catholic
    - ◯ Seventh Day Adventist (LDS)
    - ◯ Other, please specify below:

11. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

    _____

CULTURAL POLICIES

12. **Which policies from your institution are related to culture and heritage?**

    _____

    _____

    _____

    _____

    _____

Please, evaluate these cultural policies in terms of:

13. Financing/Support:

    _____

14. Legal framework:

    _____

15. Community participation:

    _____

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(A) CULTURE AND RIGHTS

16. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote local arts and handicraft internationally.				
Kiribati should promote local arts and handicraft nationally.				
Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.				
Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.				

(B) MUSIC AND DANCE

17. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
New and international cultural trends threaten traditional national culture.				
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.				
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.				
The traditional dances are threatened by modernity.				
Electronic music and other modern music threat the traditional i-kiribati music.				
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.				
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(C) MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

18. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.				
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.				
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations.				
The Unaine have a main role in my village, even concerning decision making processes.				
The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.				
The Maneaba is a meeting point for my community.				
The Island Council is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my community.				
The Maneaba is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my church.				
The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.				
The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

19. **(D) ARTS AND HANDICRAFT** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

20. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, coconuts, taro, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment preservation.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

21. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i-Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

22. **(G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

23. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one oval per row.

	VERY SATISFIED	SATISFIED	DISSATISFIED	VERY DISSATISFIED
Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors				
Public funding programmes and incentives				
Private incentives				
Protection of cultural heritage				
National Day				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC				
International cultural cooperation				
Public Cultural Organisations				
Employment and economic performance in the creative economy sector				
Citizen engagement in culture and the arts				
Cultural infrastructure projects				
Interaction with other Pacific countries				
Interaction with countries abroad Pacific				
Inter-islands projects				
Legislative framework				
Quality of artistic and cultural content				
Promotion of national cultural events				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events				

CULTURE AND DEVELOPMENT

24. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture nationally?**

25. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

26. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

27. **What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?**

COMMENTS

28. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

THANK YOU!

Powered by
Google Forms

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q4 – SURVEY [Cultural Groups, Associations and Individuals]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments, please feel free to contact our Consultant: mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

PROFILE

2. **Institution** *

3. **Your Function** *

4. **Profession / Academic Grades**

5. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *

Mark only one oval.

- Abaiang
- Abemama
- Aranuka
- Arorae
- Banaba
- Beru
- Betio
- Butaritari
- Kanton
- Kiritimati
- Kuria
- Maiana
- Makin
- Marakei
- Nikunau
- Nonouti
- North Tabiteuea
- North Tarawa
- Onotoa
- South Tabiteuea
- South Tarawa
- Tamana
- Tabuearan
- Teraina
- Other, please specify below:

6. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____

7. **Age group**

Mark only one oval.

- Under 16
- 16-30
- 31-45
- 46-60
- 60+

8. **Gender**
   Mark only one oval.

   - ◯ Female
   - ◯ Male
   - ◯ Other: _____

9. **Religion**
   Mark only one oval.

   - ◯ Assembly of God
   - ◯ Bahá'í
   - ◯ Jehova's Witness
   - ◯ Kiribati Protestant Church (KPC)
   - ◯ Kiribati United Church (KUC)
   - ◯ Local God, please specify below:
   - ◯ Mormon
   - ◯ Muslim
   - ◯ Roman Catholic
   - ◯ Seventh Day Adventist (LDS)
   - ◯ Other, please specify below:

10. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

    _____

ACTIVITIES DEVELOPED

Please, identify your group and your current activities.

11. *
    Mark only one oval.

    - ◯ Canoe maker
    - ◯ Choir Group
    - ◯ Dancing Group
    - ◯ Fishermen Association
    - ◯ Handicraft Association
    - ◯ Traditional healers
    - ◯ Unimwane Association
    - ◯ Women's Association
    - ◯ Youth Association
    - ◯ Other

12. **If your previous response was "OTHER", please specify:**

    _____

13. **Number of members in your group/association:**

14. **Activities developed and calendar/schedule of events during the year:**

15. **Please, list all the cultural goods produced in your group/association (handicraft, presentations, etc)**

16. **The activities developed in the association are your main professional source of income?**
Mark only one oval.

- Yes
- No
- Other:

17. **If the answer was "no", what is your main source of income?**

18. **The activities developed in the association are the main source of income for your family?**
Mark only one oval.

- Yes
- No
- Other:

19. **If the answer was "no", what is your main source of income?**

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(A) CULTURE AND RIGHTS

20. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote internationally the local arts and handicraft.				
Kiribati should promote nationally the local arts and handicraft.				
Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.				
Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.				

(B) MUSIC AND DANCE

21. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
New and international cultural trends threaten traditional national culture.				
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.				
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.				
The traditional dances are threatened by modernity.				
Electronic music and other modern music styles threat the traditional i-kiribati music.				
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.				
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(C) MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

22. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.				
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.				
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations.				
The Unaine have a main role in my village, even concerning decision making processes.				
The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.				
The Maneaba is a meeting point for my community.				
The Island Council is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my community.				
The Maneaba is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my church.				
The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.				
The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

23. **(D) ARTS AND HANDICRAFT** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

24. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, taro, coconuts, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment preservation.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

25. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i-Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

26. **(G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

27. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one oval per row.

	VERY SATISFIED	SATISFIED	DISSATISFIED	VERY DISSATISFIED
Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors.				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors				
Public funding programmes and incentives				
Private incentives				
Protection of cultural heritage				
National Day				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC				
International cultural cooperation				
Public Cultural Organisations				
Employment and economic performance in the creative economy sector				
Citizen engagement in culture and the arts				
Cultural infrastructure projects				
Interaction with other Pacific countries				
Interaction with countries abroad Pacific				
Inter-islands projects				
Legislative framework				
Quality of artistic and cultural content				
Promotion of national cultural events				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events				

CULTURE AND DEVELOPMENT

28. **In your opinion, what identify the Kiribati culture nationally?**

29. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

30. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

31. **What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?**

COMMENTS

32. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

THANK YOU!

Powered by
Google Forms

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q5 – SURVEY [Universities]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments, please feel free to contact our Consultant: mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

PROFILE

2. **Institution - University** *

3. **Department/Section**

4. **Function** *

5. **Profession / Academic Grades**

6. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *

Mark only one oval.

- Abaiang
- Abemama
- Aranuka
- Arorae
- Banaba
- Beru
- Betio
- Butaritari
- Kanton
- Kiritimati
- Kuria
- Maiana
- Makin
- Marakei
- Nikunau
- Nonouti
- North Tabiteuea
- North Tarawa
- Onotoa
- South Tabiteuea
- South Tarawa
- Tamana
- Tabuearan
- Teraina
- Other, please specify below:

7. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____

8. **Age group**

Mark only one oval.

- Under 16
- 16-30
- 31-45
- 46-60
- 60+

9. **Gender**
   Mark only one oval.

   - ◯ Female
   - ◯ Male
   - ◯ Other: _____

10. **Religion**
    Mark only one oval.

    - ◯ Assembly of God
    - ◯ Bahá'í
    - ◯ Jehova's Witness
    - ◯ Kiribati Protestant Church (KPC)
    - ◯ Kiribati United Church (KUC)
    - ◯ Local God, please specify below:
    - ◯ Mormon
    - ◯ Muslim
    - ◯ Roman Catholic
    - ◯ Seventh Day Adventist (LDS)
    - ◯ Other, please specify below:

11. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

    _____

CULTURAL POLICIES

12. **Please, list the courses and subjects within the curriculas related to culture and heritage.**

    _____

    _____

    _____

    _____

    _____

13. **Does the university has any plans to open new courses or subjects related to culture and heritage?**
    Mark only one oval.

    - ◯ Yes
    - ◯ No

14. **If the answer was yes, please specify below.**

15. **Do you have any research programme related to culture and heritage?**
Mark only one oval.

- Yes
- No

16. **If the answer was yes, please specify below.**

17. **Do you have any community-based project related to culture and heritage?**
Mark only one oval.

- Yes
- No

18. **If the answer was yes, please specify below.**

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(A) CULTURE AND RIGHTS

19. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote local arts and handicraft internationally.				
Kiribati should promote local arts and handicraft nationally.				
Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.				
Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.				

(B) MUSIC AND DANCE

20. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
New and international cultural trends threaten traditional national culture.				
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.				
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.				
The traditional dances are threatened by modernity.				
Electronic music and other modern music threat the traditional i-kiribati music.				
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.				
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

(C) MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

21. *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.				
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.				
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations.				
The Unaine have a main role in my village, even concerning decision making processes.				
The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.				
The Maneaba is a meeting point for my community.				
The Island Council is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my community.				
The Maneaba is the decision making instance of my village.				
The Maneaba is the main meeting place of my church.				
The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.				
The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

22. **(D) ARTS AND HANDICRAFT** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

23. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, coconuts, taro, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment preservation.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

24. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i-Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

25. **(G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS** *

Mark only one oval per row.

	STRONGLY AGREE	AGREE	DISAGREE	STRONGLY DISAGREE
Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

26. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one oval per row.

	VERY SATISFIED	SATISFIED	DISSATISFIED	VERY DISSATISFIED
Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors				
Public funding programmes and incentives				
Private incentives				
Protection of cultural heritage				
National Day				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC				
International cultural cooperation				
Public Cultural Organisations				
Employment and economic performance in the creative economy sector				
Citizen engagement in culture and the arts				
Cultural infrastructure projects				
Interaction with other Pacific countries				
Interaction with countries abroad Pacific				
Inter-islands projects				
Legislative framework				
Quality of artistic and cultural content				
Promotion of national cultural events				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events				

CULTURE AND DEVELOPMENT

27. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture nationally?**

28. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

29. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

30. **What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?**

COMMENTS

31. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

THANK YOU!

Powered by
Google Forms

Anexo 1
Política Nacional de Cultura – Rascunho de 2014

NATIONAL CULTURAL POLICY

Introduction

The preamble of the Constitution of Kiribati states as follows:

> "We the people of Kiribati, acknowledging God as the Almighty Father in whom we put our trust, and with faith in the enduring value of our traditions and heritage, do now grant ourselves this Constitution establishing a sovereign democratic State.
>
> In implementing this Constitution, we declare that-
> 1. the will of the people shall ultimately be paramount in the conduct of the Government of Kiribati;
> 2. the principles of equality and justice shall be upheld;
> 3. natural resources of Kiribati are vested in the people and their Government;
> 4. **We shall continue to cherish and uphold the customs and traditions of Kiribati."**

The above stated preamble acknowledges the significance and importance of Kiribati overall cultural scene in its pursuit for development and growth in spiritual, social, political and economic sectors. This preamble also provides the general cultural policy guidelines.

The Ministry of Internal Affairs is the principal government agency responsible for cultural affairs of Kiribati, and is to ensure that a favorable and healthy cultural environment conductive to enhancing the preservation, protection, development and promotion of diverse but unique aspects of Kiribati Culture.

MISSION STATEMENT:

The National Cultural Policy sets out to address its functions. These same functions give basis and credence to the functions of the Ministry of Internal Affairs, namely the Cultural Division and their auspices.

At the same time, these policies recognize the roles played by other institutions which are tasked with the same functions and principles. These institutions including Church's Organizations, Local Governments, Education Department,

Tourism sector, Environment Conservation division (MELAD) and other non-government organizations.

The National Cultural Policy recognizes the importance of culture in relation to the following concerns;

- ensuring a healthy environment for cultural creativity towards distinctively Kiribati culture.
- monitoring Kiribati cultural diversity.
- importance of environment to culture value of culture
- the input of a symbol of material identity.
- ensuring a cultural heritage for the enjoyment of the people of today and the children of tomorrow.
- guarding against cultural abuse and exploitation.

The Cultural Division of the Ministry of Internal Affairs will endeavor to;

- ensure a cultural heritage for the people of Kiribati today and tomorrow.
- safeguard Kiribati cultures against abuse/misuse/mistreated and exploitation
- Fostering the development of distinctly Kiribati culture for today, and the future.
- Maintaining cultural diversity within national unity.
- protect and maintain the environment as basis for culture
- foster culture as important component to education .

II. A. OBJECTIVES

Statement

(1) To assist and facilitate, preserve, protect, develop and promote traditional cultures of the indigenous people of Kiribati.

(2) To encourage the development, promotion and protection of the contemporary cultures of Kiribati.

(3) To facilitate the marketing of selected and approved aspects of the material cultures of Kiribati.

(4) To co-ordinate with related Government and non-government's agencies on cultural matters.

(5) To co-ordinate cultural activities with local government cultural bodies.

(6) To liaise with non-government organizations on cultural matters.

(7) To liaise with international cultural organizations.

B. OTHER SUPPORTIVE OBJECTIVES OF NATIONAL CULTURAL ORGANIZATION

There are other existing cultural institutions, each having specific functions and supportive role where operate under the administrative umbrella of various Government ministries and Non Government Organization.

These cultural institutions are as follows and with their specific objectives;

1. National Performing Arts Groups

(a) Developing and utilizing theatre in Kiribati as a tool for communication and social exchange at
all levels of society, with particular emphasis at traditional culture

(b) Utilizing theatre to promote Kiribati national identity through major folk, traditional and contemporary operas and productions; and

(c) Promoting traditional Kiribati cultures by establishing a repertoire (collection/inventory) and performing traditional dances and songs; and

(d) Developing theatre of traditional and contemporary dance as a professional art form: and

(e) Supporting and developing formal and informal training on traditional Arts

(f) Staging local and national traditional theatre on special occasions

(g) Entering into affiliations or becoming members of theatre and cultural organizations: and any other prescribed matter.

2. Kiribati Studies in Government primary and secondary schools

(a) Carry out research into, recording and interpreting all aspects of the traditional culture of the indigenous inhabitants of the country; and

(b) Establishing a library of Kiribati folklore; and

(c) Making all its records available for the development of literature, drama, music and the visual arts; and

(d) Determining the terms and conditions under which persons wishing to conduct research into any aspects of traditional culture may be allowed to do so; and

(e) The systematic recording of the music of the country with a view to the establishment of a tape and record library of such music; and

(f) Developing a film-making program to document indigenous arts and crafts; and

(g) Developing a publication program to inform the people of the country about all aspects of indigenous culture; and

(h) Establishing and maintaining a trust fund to be used to finance research into the indigenous culture of the country; and

(i) Any other prescribed matter.

3. The National Film Institute

(a) Development film as a medium of communication with a wide Kiribati audience; and

(b) Creating awareness of the richness of Kiribati cultures through film; and

(c) Encouraging the making of Kiribati documentary films; and

(d) Producing films with a Kiribati perspective; and

(e) Developing film as an educational tool; and

(f) Promoting Kiribati abroad through film; and

(g) Developing towards establishing a commercial film industry; and

(h) Monitoring and facilitating the activities of foreign film crews in Kiribati; and

(i) Drawing up policies to regulate foreign film crews in Kiribati; and

(j) Any other prescribed matter.

(I) Related Institutions

The Cultural Division also recognizes the objectives of other organizations that carry out direct or indirect functions and principles of National Cultural Policy.

III. FUNCTIONAL COMPONENTS OF CULTURE IN KIRIBATI.

The role of the Ministry of Internal Affairs is to engage itself through candidly observing and investigation into various aspects of Kiribati people's livelihood and culture, and formulate relevant guide-lines maintaining cultural programs and

activities in the country. The following are the functional components of Kiribati that the Ministry of Internal Affairs will pursue;

A. Preservation
B. Protection
C. Development
D. Promotion

These functional components are viewed from two perspectives;

1. Traditional aspects of Kiribati cultures.
2. Modern aspects of Kiribati cultures.

Traditional cultures of Kiribati include cultural aspects and practices that have been practiced and passed onto succeeding generations in their original forms.

Modern cultures of Kiribati have come about since beginning of contact by its inhabitants with the outside world. The intermingling of its people with outside culture and other ethnic groups has resulted in the modern or contemporary culture. The contemporary aspects of cultural perceived through the functional components must be addressed by this policy guide-line. Further to these, the traditional and modern aspects of Kiribati culture will address from the following key areas;

a. Material Culture

This covers physical and creative works of man in Kiribati. These materials include artworks, buildings, utensil, sea-craft, handicrafts and so forth.

b. Intellectual Culture & Ceremonial Arts

This covers non-physical or intangible aspects of culture in Kiribati

c. Environment

This is the physical characteristic of an area, which contains biological, social and cultural related resources available to man and other species, and ecosystems of which they are a part.

III. A.1.1 PRESERVATION - "Traditional"

The preservation of Kiribati traditional cultures is of vital importance for the following reasons;

- as heritage for our children of tomorrow for the use and enjoyment of present and future generation
- as a reservoir for inspiration to the development of Kiribati cultural development
- as basis for research towards the better understanding and appreciation of Kiribati men/women and the human race.

The Ministry of Internal affairs, together with its cultural institution and related government and non-government institutions will endeavor and assist to preserve the traditional cultures of Kiribati.

III. A.1.1.a. MATERIAL CULTURE

Kiribati cultures has a very rich in material culture. Some of these are in museums and cultural centers in Kiribati and overseas. A large proportion is still in the villages and the rural areas.

Whether they are in museums, cultural centers in Kiribati, overseas or in the rural areas, they are part of the heritage of the people of Kiribati. The Ministry of Internal Affairs with its institutions and related organizations must endeavor to preserve these materials in every ways possible for the enjoyment of people of today and future generation.

Physical aspects of Kiribati constituted by such as;

(j) Ceremonial houses and buildings embodying superb works of artistic and architectural designs;

(ii) Traditional art works which include story-boards, shields, elaborately carve slit- gongs, carved canoe prows;

(iii) Ceremonial items which include valuables used in exchanges both in barter system or exchanges or for ceremonial purposes

(iv) Traditional tools covering a range of materials such as digging sticks, stone axes,
shell adzes, coconut scrapers, fishing nets, baskets, fire making implements,marsupial teeth implements, pottery, etc.

Preservation of these through the following means;

i. Documentation - films and video, books, print media, appreciation.
ii. Exhibitions - displays accompanies by catalogues and audio-visual presentations
iii. Festivals - exposures through cultural shows and events.

III. A.1.1.b INTANGIBLE INTELLECTUAL CULTURE:

Traditional Kiribati society was and is still rich in intangible culture. This is so because pre-contact Kiribati societies are non-literate. Much of this intangible culture contains some of the most important components of Kiribati culture.

In the back of many forces entering our society today, there is a danger that a large part of an intangible culture will suffer and may be eroded.

The Ministry of Internal Affairs, with its national cultural institutions and related Government and non-government agencies will endeavor to preserve in all possible ways, all traditional intangible cultures of Kiribati for the people of Kiribati today and for the future.

Intellectual culture in this category includes;

(i) ***Folklore:-***

- covers tales, legends, and myths their themes and backgrounds

(ii) ***Expressive arts :-***

- cover songs, music, dances and their patterns and movements.

(iii) ***Languages*** :-

- Kiribati has a universal language of Kiribati vernacular

(iv) ***Historical documents :-***

- these are records of the past signifying Kiribati's historical heritage.

(v) ***Traditional communication means :-***

- messages sent by natural calls especially
- by mouth
- conch shell
- signals and etc.

(vi) ***Economic activities include***;

- knowledge utilized in gardening,
- fishing techniques and associated rituals applied in the process
- trading activities and associated knowledge often applied the use of rituals involved in fighting

(vii) ***Rites and ceremonies performed in these areas***;

- marriages;
- mortuaries,
- initiations, especially of young men and boys, and in some cases young and adolescent girls and etc
- ceremonial exchanges of goods and materials;
- fishing,- for instance, shark - catching rites and taboo rules observed in certain communities
- when making and launching canoes
- distribution of foods and when
- harvesting of community or village milk fish ponds and crops

(viii) ***Books*** **:-** materials covered generally include;

- manuscripts;
- patrol reports- by Government officials and corporate bodies, etc
- reports by missionaries and early church workers
- historical reports.

III. A.1.2.C ENVIRONMENT:

In traditional Kiribati societies, there was a very strong link between culture and the environment. In most parts of Kiribati this is still very true.

Unfortunately in many parts of Kiribati, the environment is threatened with destruction, which will consequently have implications' for culture.

The Ministry of Internal Affairs with its national cultural institutions and related Government or Non-Government agencies, will endeavor to preserve in every possible, the environment, as an important basis for the cultures of the people of Kiribati.

i. Sacred Sites:

- burial grounds containing human remains and cultural materials
- sites of origin myths and mythological features:
- caves and rock shelters

ii Historic Sites:

- old settlement sites;
- colonial settlement areas;
- mine sites
- missionary locations;
- colonial industrial sites.

iii. Marine Sites:

These sites are of traditional cultural significance and include areas such as;

- sacred fishing areas;
- fish traps;
- traditional fishing spots where certain types and species of fish are harvested;

- management sites cover areas where restrictions on fishing are imposed until these are lifted when required;

- reefs and mangroves sites

iv ***Landscapes*** - contribute significantly to development of cultural elements. These include;

- tunnels and hills scenarios; Lakes and fish ponds Coastlines; islands; bushes and etc;

III. A.1.2 PRESERVATION - "Modern"

The prosecution of the modern cultures of Kiribati is of vital importance for the following reasons;

- as heritage for our children of tomorrow
- for the use and enjoyment of present and future generations
- as a reservoir for inspired to developments of Kiribati culture
- as basis of research towards the better understanding and appreciation of Kiribati men/women and humanity.

The Ministry of Internal Affairs, together with its cultural institutions and related Government and Non-Government agencies will endeavor and assist to preserve the modern cultures of Kiribati that are well adapted as good cultures.

Over the last 120 years, Kiribati have developed modern types of cultures, as a result of contact with the outside. These modern forms of culture, whether it is in music, painting, performing arts are now very much part of Kiribati culture. This modern culture now becomes part of the heritage for our children of tomorrow. Along with traditional cultures, this part of Kiribati culture should also be preserved.

The Ministry of Internal Affairs together with its cultural institutions and related Government and Non-Government agencies will

endeavor to preserve contemporary cultures in every way possible, for the future generation of Kiribati.

III. A.1.2.a MATERIAL CULTURE:

During the last 120 years, many new forms of material culture have been created. These are either buildings, murals(wall painting), house posts, monuments and including other artifacts.

The modern forms of material culture we have now are important to the history and cultural development history of Kiribati. They are now part of the cultural heritage of the people of Kiribati.

The Ministry of Internal Affairs, with its national cultural institutions and other government and no-governments agencies, will endeavor to preserve, in every ways possible, the modern material cultural heritage for future people of Kiribati.

These aspect of culture in Kiribati include the following

i. Buildings - examples of these are; former House of Assembly building, colonial buildings and architectural designs,

churches and missionary houses.

ii. Monuments - usually these include plaques, stonework's and concrete works, which signify events and certain developments in Kiribati's history.

iii. Artworks - cover artistic creations and expressions of artists, architects and designers and that have significant cultural value for the people of Kiribati

Anexo 2
Relatório de Campo – Kiritimati

National Cultural Policy Consultation in Kiritimati Island Council

Report on the visitation of the National Cultural Policy (NCP) Team to Kiritimati Island as from 6th February 2019 into 13th February 2019

18th February 2019

The NCP team comprised of the Technical Assistant (TA) and the Acting Senior Museum Officer was arrived in Kiritimati Island on the early morning of Wednesday, 6th February 2019. According to the tentative programme of this visit in ***Annex 1***, on that day, this team was expected to pay a courtesy call to the Minister for the Line and Phoenix Island Development and the Mayor of Kiritimati Island Council (KUC). The purpose of this visit tended to specifically summarise the brief introduction of the NCP team and updated the Minister and the Mayor with the interview programme with key stakeholders of the cultural knowledge holders in London, Tabwakea, Poland and Banana,

2 Given the Minister was fully engaged with the visit of the Head of State and the Government of the Republic of Kiribati, His Excellency Te Beretitenti. The Executive Assistance (EA) thereafter regretted to advise that our Courtesy Call to the Minister together with the Secretary or the Deputy Secretary would not be possible on that day, but her office would prefer if the team rescheduled the Courtesy Call into another time. In this respect, the NCP team rescheduled its courtesy call's programme into Thursday, the 7th of February 2019. Due to time constraint, the NCP team wasn't able to pay this courtesy call to the Minister at his office, but managed to informally talk with him about our visit during the Presidential Reception at the main office of the Line and Phoenix Islands Development. During that informal discussion, our team just introduced our visit and what would be the expected outcomes after conducting a face-to-face survey.

3 Furthermore, the NCP team was unable to meet the Mayor on the proposed time, as the KUC Mayor was busy with the arrival of the Head of State and Government of the Republic of Kiribati. Although this team was unfortunate to meet the Mayor, but managed to share ideas with the KUC Clerk about the visit and enquired certain assistances that were required from the Kiritimati Island Council's good end such as: (i) identification of KUC cultural stakeholders for face-to-face survey, (ii) the preparation for NCP Workshop by Monday the 11th of February 2019, (iii) pick-up and return transport arrangement for cultural stakeholders across Kiritimati Island during the workshop, and (iv) workshop caterers, and (v) invitation letters to be sent to all cultural stakeholders.

5 The NCP team submitted the Cultural Stakeholders' List to the KUC Clerk to ensure his team would have a chance to identify right cultural participants to be visited by the NCP team from the diverse cultural domains. These cultural stakeholders are summarised in Table 1 below:

Table 1: Cultural Domains' Participants

Kiritimati Participants			
6	Roman Catholic Leader	1	
7	Kiribati United Church Leader	1	
8	Kiribati Protestant Church Leader	1	
9	LDS Church Leader	1	
10	SDA Church Pastor	1	
11	Bahai Leader	1	
12	Assembly of God Leader	1	
13	Unimwane Association Representatves	3	
14	Women Association Representatives	3	
15	Youth Association Representatives	3	
16	Canoe Maker	1	
17	Maneaba Builder	1	
18	Traditional Fisherman	1	
19	Traditional and Contemporary Composser	2	
20	Traditional Navigator	1	
21	Traditional Handicrafts' Specialists	5	
22	Contemporary Fashion Designers	2	
23	Visual Artists	2	
24	Traditional Agricultural Expert	2	
25	Traditional Healers	2	
26	Black Magicians	2	
27	Traditional Dancer	2	
28	Island Education Coordinator	1	
29	JSS Principal	1	
30	Itoinimainiku Principal	1	
31	St Francis Principal	1	
32	Mother Communicty Representatives	3	46

6 The KUC Office wasn't able to provide the cultural stakeholders accordingly, as they were unfamiliar with such cultural specialists. However, it closely worked with the Tourism Office on this list and submitted to our team by Thursday 7th February 2019 for our information and necessary action. This list is indicated in Table 2 for your information. Given the NCP team wasn't managed to get the above list on that day, this team therefore visited several historical and archaeological sites in both London and Banana namely (i) Soldiers' Church during the Grapple Operation in London, ([i) Captain Cook Monument in Banana and (ii[) Early Settlers Locations in Banana. After visiting these sites, the team thereafter could find that in order to attract tourists to these areas in particular, the Government of Kiribati should have done something to these sites. As observed, one of these sites is longer attractive by tourists, as some people are not taking care of this site very well, but they are using it according to their personal will. The other two sites in London were seemingly great, but these sites would be far better if both local and central governments could have done something to promote tourism sector in Kiritimati Island.

Table 2: *KUC Cultural Participants*

NCP CULTURAL STAKEHOLDERS IN KIRITIMATI ISLAND			
NUM	**FULL NAME**	**CULTURAL DOMAIN DESCRIPTION**	**LOCATION**
1	Tutaake Ionatan	Traditional Navigator	:Lomdon
2	Maiango Boitabu	Traditional Healer	Tabwakea
3	Biritia Teaeaki	Traditional Composer	London
4	Henry Tataua	Traditional Dancer	London
5	Tibau Tekoti	Youth Association	Tabwakea
6	Kianteroro Buariki	Contemporary Necklace Maker	Tabwakea
7	Lily Kofe	Private Fashion Designer	Tabwakea
8	Noere Nareau	Itoiningaina Fashion Designer	Tabwakea
9	Taman Terite	Unimwane Association	Tabwakea
10	Tiaonrerei Tekinene	Unimwane Association	Tabwakea
11	Taatu Baekao	Handicraft Maker	Tabwakea
12	Meeta Anterea	Handicraft Maker	Tabwakea
13	Raerang Aretana	Pearl Handticaft Maker	Tabwakea
14	Atarake Tiaon	Traditional Dancing Gears Maker	Tabwakea
15	Arineti Aruna	Island Council Staff	Tabwakea
16	Tooa Terara	Visual Artist	Tabwakea
17	Ioobu Teuei	Traditional Fisherman	Tabwakea
18	Tabuae Bouanti	Eel Traper	Plonad
19	Ukinaba Kabuati	Unimwane	Poland
20	Warekene Bakarawa	Fisherman	Poland
21	Teueroa Iosabata	Traditional Navigator	Banana

7 On Thursday 7th February 2019, the NCP team started face-to-face interview with cultural stakeholders at their respective homes. During the interview, the Technical Assistant inserted all the responses of the respondents into his record and the Acting Senior Museum Officer was responsible to translate English surveys into Kiribati language to ensure involved respondents were fully understand with every question in the survey. The survey with respondents sometimes took more than an hour as cultural participants did need time to exactly get the point of the questions. Please refer to **Annex 2** for the survey. The NCP team continued to do the face-to-face data collection on the next day, the 8th of February 2019 up to the 9th of February 2019. In total there were 21 cultural respondents that had been responded to the survey done in Kiritimati Island.

8 On Monday 11th February 2019, the NCP team joined the MIA team to attend the Morning Brief at the LINNIX office, at 8.00 o'clock. This morning brief was ended at around 9.00 a.m. After this morning talk, the NCP team together with the KUC Clerk however directly went to the maneaba of the Kiritmati Urban Council for further preparation prior to the commencement of the National Cultural Policy's workshop. As scheduled, this workshop should be started by 10.00 a.m. but due to an inability of participants to timely arrive, the workshop then started at around 10:30 a.m. Although this workshop commenced a little bit late, but the total number of participants was satisfactory as it was 40 participants excluding MIA team and KUC team as well.

9 This workshop was opened with the word of prayer by one of the Unimwane of Kiritimati Island, followed by the opening remark from the Honourable Minister for the Line and Phoenix Island Development. The draft speech of the Minister is attached in **Annex 3**. The Minister for Internal Affairs was also presented during that crucial workshop. After delivering the keynotes, the workshop then rested for a morning tea of about 30 minutes. The team handled over the draft policy of the National Cultural Policy to both Ministers along with several participants for their information. By 11:30 a.m. the Technical Assistant presented his presentation to the participants. This presentation nonetheless, was translated by the Acting Senior Museum Officer. The power point of this presentation is attached in **Annex 4** for your information.

10 The workshop was conducted into two sessions. The first sessions involved with the participants' perception on the adopted principles in this policy. The second session stressed on participants' view on the vision and mission of the National Cultural Policy. For the first session, the NCP team along with the MIA team worked closely with all participants to explain the proposed five principles Participants were urged to critically criticize these principles. They were simultaneously encouraged to add other principles that were relevant to this policy. For the second session on the other hand, the NCP team did present the differences between the VISION and MISSION. The idea of this presentation aimed to explicitly explain these two terminologies to ensure these participants were able to pick up the differences. Please refer to **Annex 5** for the Minute of the Workshop and **Annex 6** for the first draft of the National Cultural Policy.

11 Regarding to the details of the incidental allowances participants of the National Cultural Policy together with the interviewees of the cultural stakeholders please refer to **Annex 7, Annex 8, and Annex 9** respectively.

11 The National Cultural Policy consultations ended at around 4:30 p.m. The NCP team then took a group photo with all participants.

Ministry of Internal Affairs

18th February 2019

***Annex 1**: NCP Programme in Kiritimati Island*

TENTATIVE PROGRAMME FOR THE NATIONAL CULTURAL POLICY CONSULTATION							
			6 WEDNESDAY	**7 THURSDAY**	**8 FRIDAY**	**9 SATURDAY**	**10 SUNDAY**
6:30			Team arrives in Kiritimati				
8:30				Visit Cultural Stakeholders for data collection	Visit Cultural Stakeholders for data collection		
12:30							
Lunch							
13:30			Courtesy Call To the Minister				
14:30			Courtesy Call to the Mayor for Kiritimati				
15:30				Visit Cultural Stakeholders for data collection	Visit Cultural Stakeholders for data collection	Informal Data Collection	Informal Data Collection
16:30							
18:00							
	11 MONDAY	**12 TUESDAY**	**13 WEDNESDAY**	**14 THURSDAY**			
8:00							
8:30	NCP Workshop Begins Presentation of Key Findings	Debriefing with the Minister for MLPID					
9:00							
10:30	Morining Tea	Debriefing with the Minister for MLPID					
11:00	Presentation of NCP Draft			Team arrives Tarawa			
12:30							
Lunch							
13:30	Discussion on the Key Findings						
14:00							
15:00	Afternoon Tea						
15:30	Discussion on NCP Draft						
16:30	Workshop Ends		Team departs Kiritimati				

Annex 2: *Cultural Stakeholders' Survey*

KIRIBATI - National Cultural Policy

Q4 – SURVEY [Cultural Groups, Associations and Individuals]

United Nations Development Programme

The Ministry of Internal Affairs (MIA) and the Ministry of Commerce, Industry and Cooperatives (MCIC), in cooperation with United Nations Development Programme (UNDP), are working in a joint action to develop a National Cultural Policy for Kiribati.

These policies only make sense if carried out in straight connection with citizens and decision makers. For the last months, a broad consultation process is currently ongoing, tackling main sectors related to culture, heritage and arts management in Kiribati. Part of these consultations consist of an online survey responded by key stakeholders.

Your collaboration is essential for a broad and democratic cultural policy. We ask you, please, to fill this online survey. It will take about 10 minutes and it will be very helpfull for the National Cultural Policy!

If you have any further questions or comments,
please feel free to contact our Consultant:
mlmurta@gmail.com

* Required

1. **Email address** *

_____

PROFILE

2. **Institution** *

_____

3. **Your Function** *

Mark only one "X".

_____

4. **Profession / Academic Grades**

_____

5. **Origin / Place of Birth (City, island, etc)** *

Mark only one "X".

- [ ] Abaiang
- [ ] Abemama
- [ ] Aranuka
- [ ] Arorae
- [ ] Banaba
- [ ] Beru
- [ ] Betio
- [ ] Butaritari
- [ ] Kanton
- [ ] Kiritimati
- [ ] Kuria
- [ ] Maiana
- [ ] Makin
- [ ] Marakei
- [ ] Nikunau
- [ ] Nonouti
- [ ] North Tabiteuea
- [ ] North Tarawa
- [ ] Onotoa
- [ ] South Tabiteuea
- [ ] South Tarawa
- [ ] Tamana
- [ ] Tabuearan
- [ ] Teraina
- [ ] Other, please specify below:

6. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____

7. **Age group**
   Mark only one “X”.

- [ ] Under 16
- [ ] 16-30
- [ ] 31-45

- [ ] 46-60
- [ ] 60+

8. **Gender**
   Mark only one “X”.

- [ ] Female
- [ ] Male
- [ ] Other: _____

9. **Religion**
   Mark only one “X”.

- [ ] Assembly of God
- [ ] Bahá'í
- [ ] Jehova's Witness
- [ ] Kiribati Protestant Church (KPC)
- [ ] Kiribati United Church (KUC)
- [ ] Local God, please specify below:
- [ ] Mormon
- [ ] Muslim
- [ ] Roman Catholic
- [ ] Seventh Day Adventist (LDS)
- [ ] Other, please specify below:

10. If your previous response was "LOCAL GOD" or "OTHER", please specify:

_____

ACTIVITIES DEVELOPED
Please, identify your group and your current activities.

11. *

Mark only one “X”.

Canoe mak	Choir Grou	Dancing Group	Fishermen Associati	Handicraft Associati	Traditional Healers	Unimwane Associati	Women’s Associati	Youth Association	Others

	er	p	on	on		on	on			
Groups/ Associations										

12. If your previous response was "OTHER", please specify:

_____
_____
_____
_____

13. Number of members in your group/association:

_____
_____
_____
_____

14. Activities developed and calendar/schedule of events during the year:

_____
_____
_____
_____

15. Please, list all the cultural goods produced in your group/association (handicraft, presentations, etc):

_____
_____
_____
_____

16. The activities developed in the association are your main professional source of income?

Mark only one "X".

- ☐ Yes
- ☐ No
- ☐ Other: _____

17. If the answer was "no", what is your main source of income?

_____

18. The activities developed in the association are the main source of income for your family?

Mark only one “X”.

- [ ] Yes
- [ ] No
- [ ] Other: _____

19. If the answer was "no", what is your main source of income?

_____

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

CULTURE AND RIGHTS

20. *

Mark only one “X” per row.

Kiribati is a country based on the diversity of cultures and religions.				
Cultural rights should be fostered in order to improve human development.				
Human rights should be fostered in order to improve cultural development.				
Human rights should be respected even if it clashes with cultural and local rights.				
Government should foster creative economy initiatives.				
Kiribati should import solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should find national solutions to foster the creativity and economics of arts and culture.				
Kiribati should promote local arts and handicraft internationally.				
Kiribati should promote local arts and handicraft				

nationally.

Kiribati should host international events, such as FESTPAC, to promote local arts and handicraft.

Kiribati should promote national events to foster local arts and handicraft.

MUSIC AND DANCE

21. *

Mark only one “X” per row.

New and international cultural trends threaten traditional national culture.				
Electronic music and contemporary rhythms represent an opportunity to local musicians to mix their traditions into new waves.				
The contemporary composers sometimes disrespect traditional music and traditional choirs by misappropriation of local songs.				
The traditional dances are threatened by modernity.				
Electronic music and other modern music threat the traditional i-kiribati music.				
Traditional music and dance should be fostered for a increasing tourism market.				
Traditional music and dance could be blended to new waves for tourism development.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

MANEABA, VILLAGES AND COMMUNITIES

22. *

Mark only one oval per row.

The Maneaba is a traditional building with traditional use of materiais, skills and processes that need to be maintained.				
The Unimwane are the main actors in decision making processes in my village.				
The Unaine have a main role in my village, concerning traditions and social relations				
The Unaine are the main role in my village, even				

concerning decision making processes.

The Maneaba is adaptable to new times with diverse styles and uses.

The Maneaba is a meeting point for my community.

The Island Council is the decision making instance of my village.

The Maneaba is the main meeting place of my community.

The Maneaba is the decision making instance of my village.

The Maneaba is the main meeting place of my church.

The Maneaba is a sacred place for prays and blesses.

The Maneaba is a place for arts and cultural expressions.

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

23. (D) ARTS AND HANDICRAFT *

Mark only one "X" per row.

Handicraft is generating a main source of income for i-Kiribati families.				
Handicraft is sustaining social practices concerning working routines of men and women.				
The development of arts and handicraft is related to fostering local raw materials production.				
The development of arts and handicraft need material imports from other countries.				
Fostering handicraft could open tourism market for artists and local producers.				
The boom of tourism could threaten traditional arts and handicraft.				

24. **(E) ENVIRONMENT, LOCAL DEVELOPMENT AND FOOD SECURITY** *

Mark only one "X" per row.

Promoting diversification of local food production improves food security for the population.				
There is a need of diversifying imports of food rather than fostering local production.				
There is a need of fostering local food consuming (bread fruit, coconuts, taro, pandanus, toddy etc).				
The mitigation of climate change impacts demands taking stands in the global context.				
Recognizing PIPA as a World Heritage site brings opportunities for sustainable development.				
Local communities must use local resources and traditional knowledge as to adapt to climate change.				
There is a need of adapting local food with imported food in new blends.				
Fostering traditional fishing and canoe making skills are complementary means to labor and local development.				
Cultural and creative economy favors environment				

preservation.

Fostering traditional fishing and canoe making skills is more effective to local development than facilitating labor in big companies vessels.

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

25. **(F) HERITAGE AND ARCHAEOLOGY** *

Mark only one oval per row.

The National Museum has a main role in managing i-Kiribati heritage.				
There is a need of fostering archaeological research in Kiribati.				
Fostering the inscription of i- Kiribati heritage in UNESCO lists promotes the local development.				
The main tangible heritage in Kiribati are the diverse churches.				
The cultural sector should focus on intangible heritage policies.				
The National Museum has a subsidiary role in heritage management, depending on policies developed by Universities, NGOs and other specialized institutions.				
The main tangible heritage in Kiribati are the relics of the World War II.				
The archaeological work developed by foreign institutions and scholars brings knowledge about i-Kiribati history.				
The main tangible heritage in Kiribati are the traditional shrines.				
The archaeological sites need to be promoted in local schools and universities.				
The archaeological works in Kiribati involve the local communities.				
There is a need of involving local communities and universities in archaeological sites works and research.				
The National Museum should coordinate projects				

concerning heritage and archaeology projects in Kiribati.				

SECTORS AND CONCEPTS

Please, according to your opinions, judge each of the sentences below on a scale from Strongly Agree to Strongly Disagree.

26. (G) LANGUAGE, TRADITIONAL KNOWLEDGE AND ORAL TRADITIONS *

Mark only one "X" per row.

Government should promote traditional knowledge through funding.				
Government should protect traditional knowledge through cultural security laws.				
Documentation of traditional knowledge brings protection to its owners.				
The misappropriation of traditional culture with no respect to copyright is a main problem in Kiribati.				
Formal protection through laws and regulations clash with cultural practices based on customs.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered in school programmes.				
The English language should be fostered to prepare the new generations for international markets.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture.				
The i-Kiribati language and i-Kiribati studies should be fostered to enrich local culture avoiding foreign languages and cultural dominances.				
The English language should be fostered together with i-Kiribati language and culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is a way of fostering local culture.				
The i-Kiribati oral tradition and stories should be preserved and promoted in schools. It is an opportunity to promote editorial markets.				
The i-Kiribati oral traditions should be translated to other languages to reach international editorial markets.				

EXISTING POLICIES

27. **How satisfied are you with cultural development in Kiribati in these areas? (On a scale from Very Satisfied to Very Dissatisfied)** *

Mark only one "X" per row.

Government expenditure for culture, heritage, arts and creative sectors.				
Research and innovation in culture/heritage/arts sectors.				
Public funding programmes and incentives.				
Private incentives.				
Protection of cultural heritage.				
National Day.				
Participation in the Festival of Pacific Arts - FESTPAC.				
International cultural cooperation.				
Public Cultural Organisations.				
Employment and economic performance in the creative economy sector.				
Citizen engagement in culture and the arts.				
Cultural infrastructure projects.				
Interaction with other Pacific countries.				
Interaction with countries abroad Pacific.				
Inter-islands projects.				
Legislative framework.				
Quality of artistic and cultural content.				
Promotion of national cultural events.				
Participation of i-Kiribati culture in international cultural events.				

CULTURE AND DEVELOPMENT

28. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture nationally?**

_____

_____

_____

_____

29. **In your opinion, what identifies the Kiribati culture locally?**

_____

_____

_____

_____

30. **What do you think is the main opportunity for cultural development in Kiribati today?**

_____

_____

_____

_____

31. What do you think is the main challenge for cultural development in Kiribati today?

_____

_____

_____

_____

COMMENTS

32. **Please, feel free to add any comments, suggestions, critics or expectations concerning Kiribati cultural policies.**

_____

_____

_____

_____

THANK YOU!

Annex 3: *Draft Speech of Honourable Minister for the Line and Phoenix Islands Development as of 11th February 2019*

Nakon te Minita n te Ministry of Internal Affairs, raou n tia tei ibukin Kiritimati, Unimwane, Unaine, taan kairiri n te naan Ekaretia nako, ao ai ni ikotaki ma taan kairiri n rabwata aika a inaomata (NGO), taan mwakuri ibukin te Tautaeka ni Kiribati iaon Kiritimati n te Kauntira ao ai n te Line and Phoenix Islands Development, ao riki ngkami kain Kiritimati, aika iai rabakaumi ke rikiami, ao ai bon kain Kiritimati ni kabane.

E nikeierere nanou, n tabeka bwanan ami TAUTAEKA ni kamauri ngkami, n tamaraoan te bong aio. Kam na bane ni mauri!

I a rimoa ni karabwa Uean Te Maiu, n ana kakawakin ma ana tangira nakoira, ao riki, nakon abara ma kateina ae e onoti ao man kakateke. N aron ae Kam bon bane n ataia, ao kateira ni Kiribati n aekaia nako, a riki bwa ara tirotaam te eti, aika iai bwanaia ni weweteiko, ao ni weweteai naba, bwa ti na riai ni botii banara, ti na riai ni botii ara iango, ao ti na riai ni botii naba nanora, nungara te rikirake are e uaiakinaki n Tebetebeke rinanon, te Regional Cultural Strategy.

Ami Tautaeka, e noria bwa te rikia ni Kiribati, bon teuana mai buakon bwaai, aika a riai ni moanibaiaki ibukin rikirakera. Ana kataratara ami Tautaeka ibukin teuabwi-n-ririki (KV 20) mangkai, e a tia ni katebonakoa te rikia ni Kiribati, bwa ngaia buron te rikirake, are e na kona ni karekea te kabwaia ae ababaki, nakoia ara botanaomata ni kabane.

Man aio, ao iai noran riaina, bwa ngaira ake iai rabakaura aikai, ti a riai ni kaoti bwa aonga ni kona ni karikiwaa, ibukin ngkai ao ningabong. Kaotii rabakaumi akanne ao mwakurii naba, nakon te kabanea n tamaroa, bwa aonga ni kona n noraki uaiia aika kangkang irouia te nati ni Kiribati ni kabane. Kaotiko bwa te I-Kiribati ngkoe, ae e babane nanom n rikiam are Ko korobutoaki iaona, tiaki ibukina bwa, Ko na kamoamoako iaona, ma Ko kaotia bwa Ko tangira teimatoan te rikirake ae e matennanoia te Tautaeka, n ana borau ae ababaki nakon te Promised Land. Tiaki ti ngaia, ma Ko aki naba kaota rikiam anne bwa Ko na atongaki iai, ma ibukina, bwa Ko tangiria ni ikarekebwai ma te Tautaeka, ibukin teimatoan rikiraken abara man kateira, bwa e aonga n roko n te mwaneka ae tamaroa riki. N reitaki naba ma anne, ao Ko aki naba kaota rikiam anne ibukin kakannatom, ke tao baikara riki, ma Ko kaotia, bwa are iai nanom ni kan kakoroa nanon miin te Tautaeka iaon kateira, bwa e na teimatoa n aki maunanako man waaki aika a boou n taai aikai. Ai tamaroara ao ai rereira aron te katiteuanaki, n ara waaki nako ake a na kona n ringa buron te rikirake.

Kain Kiritimati, ao taan mwakuri ni kabane n te Tautaeka, kateimatoa te waaki nikarekebai ibukin rikiraken kateira bwa e naki bua bwa ami Tautaeka are e tekateka moa n te tai aio, e na ibwabu ni kakaei anga aika ana kona ni buoka aron te rikia ni Kiribati bwa e na bura ieta ao man noraki aokabuna irouia kain Kiribati bwa te aokabu ae e na uota te mari ae teimatoa nakoia kain abwara.

Karaoan ma kateiraoan te National Cultural Policy, bon anne te moan mwaneka nakon kateimatoan te rikia ni Kiribati bwa e naki kona ni maunanako. Ai ngaia are au kaunganano nakoimi ni kabane kain Kiritimati, bwa ti a uwaia ni ikarekebwai nakon tibwangara iaon ara katei, ao man kaoti ara tarena ake a reke man rikiara, bwa e aonga ni kona ni raanga te kabwaia are ti bane ni uaiakinna.

E uringaki irou temanna te karo ae moan te kairiraoi. E taku te karo aio nakoia natina. Natiu, uti teirake bwa iai tibwangami ae kakawaki ibukin abwami! Terana ae riki? A bane n teirake natina ni kabane ao man titirakina aia karo aio. Tera ae Ko tangiria bwa n na karaoia ibukim? E kaekaia te karo aio ma te bana n akoi ao man taku.

“Natiu aika Kam tangiraki irou, karekeia raomi ao nako akawa ao man uotii iika aika a mwaiti bwa ti na amwarake iai. Ao ngkami aika tabemang, naako naba kakaiia raomi nununiki ao unika te mai, te kaina, ao te nii ao kain-amwarake n aekaiia nako, bwa aonga ni mwaiti kanara nakon te ingabong. Ao ngkoe natiu ae te bukinikoro, kautimwakako nakon te itibenebene bwa N na bomanawaiko iaon nikawewen tibum arei.

N te tai aio, ao ami Tautaeka e na kona n riki bwa aekakin te karo aio, are e rangi ni mwaiti tabeaiangana ibukin kanoan te ingabong. A na rangi ni mwaiti tibwangara ibukin uarokoan kateira bwa te rikia ae naki kona ni bua, ma e na roko n te mwaneka are iaona riki. N te tai aio, ao e a tia ngkai Kiribati n tiainai uoua conventions n aron (I) World Heritage Convention, ao (ii) Intangible Cultural Heritage (ICH). Tiainakin te naan Conventions aikai, e naki ti buoka te rikia bwa enaki maunanako, ma e na karanga nab ate kabwaia nakon Kiribati nakon taai aika a roko.

Ai ngaia are kain Kiritimati, teirake ao kaeka banaan ami Tautaeka ni kakaewenako nakoimi ibukin karikirakean kateira. Moantain teirakem, bon moanntain kakoroan nanon miin ami Tautaeka, are e teimatoa ni boborauakinna ribuakon reimauruan naomoron marawa. E abwabwaki te kawai, ao e bon rangi ni kakua aron te ruwaa. Ma iai ana onimaki ami Tautaeka, bwa ngkana ti bane ni bwennarina ni kabana, nakon abara are ti mateakinna, ao e na bon moantaai naba ni abiniman abara.

Akea au nanououa naba, bwa ngkana ti bane n tau bai ni kabane, ao miira are ti teimatoa n taekinna, e na koro nanona n te tai are e tangiraki naba. Au katekeraoi nakoimi n ami workshop aio, ao au kantaninga ae ababaki bwa e na uana te waaki aio. Iriara n taai nako ana bau abara are timwan nanora iaora ni kabane Te Mauri Te Raoi ao Te Tabomoa.

Kam bati n rabwa.

Annex 4: *Power Point Presentation of the National Cultural Policy*

Annex 5: *Minute of the National Cultural Policy's Workshop*

Part I: NCP Presentation

The Workshop started at around 10.30 with an opening prayer by Te Unimwane. After the word of prayer, the Facilitator Mr. Maiaa Iona therefore briefly explained the purpose of the workshop, followed by the opening remarks by the Honourable Minister for the Line and Phoenix Island Development.

The speech of that Minister acknowledged the presence of the Minister for Internal Affairs and his team together with so-called participants whom turned up into this crucial workshop. He initially expressed his words of thanks by thanking the Minister for Internal Affairs and his team for this great task. The details of the speech as follows:

- Urging cultural stakeholders to actively play their respective roles in sharing their views about culture with the NCP team;
- Encouraging cultural stakeholders to continuously preserve and conserve their intangible cultural heritages for future transmission to the new generations of Kiribati;
- Empowering participants to unite their collective effort towards achieving the aspirations of the KV 20;
- Thanking the International Consultant for his tremendous effort in drafting the National Cultural Policy; and
- Thanking the United Nations Development Programme for its meaningful effort in supporting the implementation of the National Cultural Policy.

After delivering the keynotes by the Minister, the workshop then rested of 30 minutes for the morning tea. At around 12.00 o'clock, the NCP team thereafter presented the processes of the first draft National Cultural Policy together with key findings of the first face-to-face knowledge sharing with all cultural stakeholders in TUC, BTC and Abaiang. As explained, the consultation for the development of the National Cultural Policy was successfully done at the first mission of the International Consultant in October last year, as the NCP team could manage to meet cultural stakeholders from all cultural domains and able to meet senior officials at their respective Ministries.

The presentation was finished at around 12:40 p.m. Participants were given the chance to raise their comments, concerns, and suggestions concerning the National Cultural Policy. Only one question raised from the Seventh Day Adventist Representatives. This question involved with prostitution. The question as follows: How does the Government of Kiribati deal with prostitution particularly those women who are willing to sell out their private part to the foreign seafarers? The Secretary for Internal Affairs responded to this question by stating that there are existing rules and regulations that could help to monitor this issue. However, the Kiribati Police Services has to actively play its parts in looking after of this issue.

The presentation highlighted three dimensions of the National Cultural Policy namely (i) symbols, (ii) economics, and (ii) citizenship. These three cultural dimensions were very connected to each other. As explained, culture plus economy is equal to sustainable development. With the

preservation of cultural symbols that are intangible cultural heritages for future references, the culture would not be able to disappear, but it will bring more fortune if the Kiribati government invests in them. From cultural economic perspective therefore, the Kiribati government should have done something to promote cultural activities for creative economic activities. This would create more economic opportunities to the next generation of Kiribati. The TA also pointed out that the Kiribati government should consider citizenship as another cultural dimension that also contributed a lot to economic sustainable development of Kiribati. As explained, by using democratic government system, of course people of Kiribati did take one hundred per cent ownership of their cultural identity.

The NCP team further highlighted that in the diagnostic report that limitation of cultural data in Kiribati was regarded as one of the problems which required a lot of joint-commitment effort. Visiting of public agencies together with cultural stakeholders to acquire existing policies and understand more about Kiribati culture would be the best option to conceptualize the framework of the National Cultural Policy. The brief presentation of the development of the National Cultural Policy was ended at around 1:00 p.m. The NCP team then urged participants to raise their comments and suggestions However, nobody amongst the participants were asked any questions in relation the presentation that had been done.

Part II: Principles of the National Cultural Policy

The NCP team provided the hand-out to participants. This hand-out tended to discuss the proposed five principles of the National Cultural Policy. The participants were grouped into 4 groups of around 10 members namely Group 1, Group 2, Group 3 and Group 4. They were given of around 30 minutes to further discuss on these proposed principles. As explained, they were welcomed to heavily criticise these five principles. Not only that, but they were welcomed also to propose new principles. Some of the proposed recommendations that had been raised during the group presentation as follows:

- The right of the knowledge owners should be respected and conveyed in this National Cultural Policy;
- The National Cultural Policy somehow clashes with human and cultural rights. This policy however needs to harmonise this issue;
- The Unimwane Act needs to be developed. This will be helping to address issues associated with the local government and unimwane.

These recommendations were obtained from the participants during the three-to-five minutes presentation. The five principles are clearly discussed in the draft National Cultural Policy.

Part III: Vision and Mission Presentation

The NCP team further explained the differences between the vision and mission of the National Cultural Policy. As explained to the participants, the vision was more related with the long term aspirations of the Government whilst the mission was related with short term aspirations of the Government in this context. The groups were quite satisfied with the explanation. The NCP team thereafter handed out the proposed vision

and mission of the National Cultural Policy for further criticism and inputs from the participants. Based on the presentation of every group, it seemed that participants were strongly supported the proposed vision and mission. However, there were certain recommendations that were also necessary to be considered in the proposed vision and mission. These suggestions as follows:

- Education empowerment; and
- Environment preservation.

Part IV: Road Maps

The NCP team presented of around five road maps which could be helpful to the National Cultural Policy namely (i) Institution Strengthening, (ii) Cross-sectors development, (iii) Capacity and Knowledge Strengthening, (iv) Developing Funding, and (v) Internationalisation. These road maps were heavily discussed and participants were quite satisfied with them.

Part V: Questions and Answers

One of the participants from Banana raised a very good question concerning the formulation of the National Cultural Policy. As we were working on the National Cultural Policy, the participants were expecting the contents of the National Cultural Policy to be in Kiribati language. Not only that, but the TA should be an I-Kiribati citizen as well. Why does the Government allow the foreign consultant to be involved in the formulation of the National Cultural Policy? What happen to our nationals? And why the text of the National Cultural Policy is written in English language but not Kiribati language?

Well, the Secretary responded to such concerns by firstly stating that there was a formal procedure for the recruitment of the International Consultant. Based on the guidelines, this TA was chosen based on his experience in developing national cultural policies with other countries. Not only that but the price of their respective bids. With regard to the Kiribati language, indeed this policy should be written in Kiribati as well and it is the duty of her office to collaboratively work on this matter. At this time, the NCP team could not provide a Kiribati version accordingly, but in near future, the NCP team will have time to translate this policy for further consultation. As explained, one of the reasons of why this policy remains in English version is related with documentations. The donors need English version and it is a must for the policy to be written in English version as well.

Apart from that, the participants further added that the translator should not mix his translation, but should use Kiribati language to ensure all participants are well addressed with issues associated with the National Cultural Policy.

The workshop was closed with the word of prayer of 4:30 p.m. followed by the group photo session.

Annex 6: *Draft National Cultural Policy*

Annex 7: *Incidental Details*

KIRITIMATI EXPENDITURES					
NUM	**DESCRIPTION**		**RECEIPT NO**	**AMOUNT**	**BALANCE**
1	Total Impress				$ 5,300.00
2	Maiaa Perdiem			$ 1,716.00	$ 3,584.00
3	Workshop Morning Tea (Wait for receipt)			$ 360.00	$ 3,224.00
4	Workshop Lunch			$ 600.00	$ 2,624.00
5	Workshop Afaternoon Tea			$ 360.00	$ 2,264.00
6	Cultural Knowledge Holders Interview			$ 315.00	$ 1,949.00
7	Particiapants' Sitting Allowance			$ 540.00	$ 1,409.00
8	Towner (Get the receipt)			$ 50.00	$ 1,359.00
9	Morning Tea Drink		284634	$ 24.30	$ 1,334.70
10	Fuel			$ 20.00	$ 1,314.70
11	Fuel			$ 20.00	$ 1,294.70
12	Fuel			$ 43.20	$ 1,251.50
13	Rental Car	70	7	$ 490.00	$ 761.50
14	Workshop Transport, 11 February			$ 300.00	$ 461.50
15	Fuel			$ 40.00	$ 421.50

Annex 8: *Participants List for the first consultation of the National Cultural Policy*

KUC PARTICIPANTS OF THE NATIONAL CULTURAL POLICY, AS OF 11 FEBRUARY 2019				
NUM	**FULL NAME**	**DESIGNATION/ASSOCIATION/CULTURAL LIST**	**SITTING ALLOWANCE**	**TOTAL**
Workshop KUC Attendees Until Completion				
1	Kitariki Tion	Not Stated	$ 20.00	
2	Meeta Anterea	Handicraft Maker	$ 20.00	
3	Taatu Nakau	Handicraft Maker	$ 20.00	
4	Temea Aron	RAK	$ 20.00	
5	Pr. Tekaniri Tokaiti	IMHS	$ 20.00	
6	Taaman Teerite	Unimwane Association, MOK	$ 20.00	
7	Pr Tengon Tabuke	Seventh Day Adventist Church	$ 20.00	
8	Kianteroro Buariki	Contemporary Neclace Maker	$ 20.00	
9	Tiaonrere Tekinene	Unimwane Association, MOK	$ 20.00	
10	Adeline Tehumu	St Francis High School	$ 20.00	
11	Tikarere Mwea	Tabera Itiai Community	$ 20.00	
12	Ubati Buaua	Tabwakea 3	$ 20.00	
13	Kaata Nakala	LDS	$ 20.00	
14	Naruai Beiata	LDS	$ 20.00	
15	Teataroti Taarere	LDS	$ 20.00	
16	Iaokim Aborau	KCY, Tabwakea	$ 20.00	
17	Tokintekaiua Matang	KCB, Tabwakea	$ 20.00	
18	Taom Iaokobwa	KCY, Tabwakea	$ 20.00	
19	Terube Timoa	Tabwakea, 1	$ 20.00	
20	Tooa Terara	Visual Artist Association	$ 20.00	
21	Ioobu Teuei	Fishermen Association	$ 20.00	
22	Angitio Bureieta	Councillor	$ 20.00	
23	Tabare Takeakea	Councillor	$ 20.00	
24	Tawita	Councillor	$ 20.00	
25	Nancy Kiang	Nei Baneawa Women Association	$ 20.00	
26	Anita Awira	Councillor	$ 20.00	
27	Arineti Aruna	Deputy Clerk	$ 20.00	
	Total			**$ 540.00**
Workshop Attendees but leave early				
1	Bakaia Kiabo	Mayor	No Sitting Allowance	
2	Bureieta Bauro	Roman Catholic Church	No Sitting Allowance	
3	Tirikan Merake	Councillor	No Sitting Allowance	
Kiritimati Civil Servants				
1	Tirenga Tauea	MCIC	No Sitting Allowance	
2	Ereti Tekbwaia	MCITTD	No Sitting Allowance	
3	IEC	MOE	No Sitting Allowance	
MIA Team				
1	Terengaiti Awerika	Secretary	No Sitting Allowance	
2	Bwebwe Tuare	Director for Rural Planning Development	No Sitting Allowance	
3	Marcelo Murta	Technical Assistant	No Sitting Allowance	
4	Katikoua Iotiabwata	Senior Project Officer	No Sitting Allowance	
5	Kaboterenga	Accountant	No Sitting Allowance	
6	Maiaa Iona	Acting Museum Senior Officer	No Sitting Allowance	
7	Maraki Bokai	KUC Clerk	No Sitting Allowance	

Annex 9: *Cultural Stakeholders' Face-to-Face Interview*

KUC CULTURAL STAKEHOLDERS OF THE NATIONAL CULTURAL POLICY, AS OF 19th FEBRUARY 2019				
NUM	**FULL NAME**	**CULTURAL DOMAIN DESCRIPTION**	**LOCATION**	**ALLOWANCE**
1	Tutaake Ionatan	Traditional Navigator	:Lomdon	$ 15.00
2	Maiango Boitabu	Traditional Healer	Tabwakea	$ 15.00
3	Biritia Teaeaki	Traditional Composer	London	$ 15.00
4	Henry Tataua	Traditional Dancer	London	$ 15.00
5	Tibau Tekoti	Youth Association	Tabwakea	$ 15.00
6	Kianteroro Buariki	Contemporary Necklace Maker	Tabwakea	$ 15.00
7	Lily Kofe	Private Fashion Designer	Tabwakea	$ 15.00
8	Noere Nareau	Itoiningaina Fashion Designer	Tabwakea	$ 15.00
9	Taman Terite	Unimwane Association	Tabwakea	$ 15.00
10	Tiaonrerei Tekinene	Unimwane Association	Tabwakea	$ 15.00
11	Taatu Baekao	Handicraft Maker	Tabwakea	$ 15.00
12	Meeta Anterea	Handicraft Maker	Tabwakea	$ 15.00
13	Raerang Aretana	Pearl Handticaft Maker	Tabwakea	$ 15.00
14	Atarake Tiaon	Traditional Dancing Gears Maker	Tabwakea	$ 15.00
15	Arineti Aruna	Island Council Staff	Tabwakea	$ 15.00
16	Tooa Terara	Visual Artist	Tabwakea	$ 15.00
17	Ioobu Teuei	Traditional Fisherman	Poland	$ 15.00
18	Tabuae Bouanti	Eel Traper	Plonad	$ 15.00
19	Ukinaba Kabuati	Unimwane	Poland	$ 15.00
20	Warekene Bakarawa	Fisherman	Poland	$ 15.00
21	Teueroa Iosabata	Traditional Navigator	Banana	$ 15.00
	Total Expenses			$ 315.00

Anexo 3
Relatório das Oficinas em Betio e Tarawa

Ministry of Internal Affairs

Report on the National Cultural Policy Workshops at TUC and BTC, Culture and Museum Division, 5th March 2019

The National Cultural Policy Workshops were held on the 27th of February 2019, in Ambo, the House of Parliament and the 1st of March 2019 at the Nippon Maneaba in Betio . The CMD invited TUC and BTC Full Councils, Stakeholders from Diverse Cultural Domains including (i) dancing, (ii) navigation, (iii) local building constructions predominantly te maneaba and many more, and Central Government Agencies in TUC and BTC Districts to attend this significant workshop. Please refer to **Annex 1** for TUC attendees and **Annex 2** for BTC attendees of the workshops for further consideration.

2 These workshops were financially supported by the Ministry of Commerce and Industry Cooperatives, through the assistances of **Enhanced Integrated Framework**, **the United Nations Development Programme (UNDP).** During these two workshops, the morning tea of $5.00 per head, lunch of $10.00 per head, and afternoon tea of $5.00 per head were catered by the KUC Banraeaba for TUC workshop whilst Betio Unimwane and Unaine Association for BTC workshop. Additionally, the transport allowance was paid of $5.00 to all participants. The amount of this transport allowance had heavily criticized by BTC Councillors along with several cultural stakeholders. The CMD letter which had sent to BTC office stated that Councillors would receive $15.00. Instead of getting the above amount, they only therefore received $5.00. Councillor Tetabo wrote the letter to MCIC expressing their great disappointment with the above issue.

3 The programme was expected to commence by 9.00 a.m. but due to attendees' inability to punctually arrive. Although the programme had recently started, but everyone was excited as the programme did not start very late. The programme of TUC workshop commenced at 9:10 with an opening prayer by Mrs. Rine Ueara followed by a keynote from the Ministry of Internal Affairs, Honourable Kobebe Taitai. BTC workshop on the other token was lately started of around 10.00 a.m. due to unwillingness of participants to timely turn up. The workshop was opened with a word of prayer by Pastor Tabua Rokeatau from the Seventh Day Adventist Church followed by a warmly welcome to all participants by the MC. Afterward, the Minister delivered his remarks followed by the group photo session and the morning tea.

4 The Minister and Secretary for Internal Affairs were attended the first part of the workshop for about 30 minutes for both BTC and TUC workshops, and then dismissed for other prior engagements. The International Consultant Mr. Marcelo Murta together with the Culture and Museum Division Team including: the the Director for Culture and Museum Division, Miss. Marii Marae, the Acting Senior Museum Officer, Mr. Maiaa Iona, the Culture Officer and Desk Officer for Intangible Cultural Heritages Mrs, Kautu Tabaka, the Curator Officer, Miss. Teraiti Euta, the Assistant Cultural Officer, Miss. Tawake Eriata, the Assistant Curator Officer, Mrs. Kirikara Koraua and the Multimedia Officer, Mr. Michael Betero were remained behind to lead this entire workshop in these two urban councils.

5 The first part of the programme stressed on the International Consultant's Presentation. The TA therefore presented his power point using the English language and translated into Kiribati language by Mrs. Kautu Tabaka in both BTC and TUC workshops. This presentation basically elucidated theoretical framework of the National Cultural Policy for further recommendations from civil societies, central and local governments, and representatives from cultural domains together with involved processes of the face-to-face knowledge sharing at the first mission of this consultancy work. This presentation was carried out for around 30 minutes followed by the groups' interventions.

6. The CMD team was grouped the TUC participants into 4 key groups including: (i) Cultural Stakeholders Number One of 8 participants, (ii) Central Government and Institution of 5 participants, (iii) Cultural Stakeholders Number Two of 8 participants, and (iv) Local Government of 13 participants. These groups were given an opportunity to discuss amongst themselves and simultaneously presented their group discussion's work. Simultaneously, BTC participants were also categorised into 4 main groups including (i) Cultural Stakeholders of 7 members (ii) Central Government Agencies and Institution of 9 members (iii) Church Leaders of 5 members and (iv) Local Government, BTC of 8 members.

7. The second part of the programme however presented by Mr. Marcelo Murta again in English and translated into Kiribati language by Mrs. Kautu Tabaka in TUC. The presentation's translation in BTC workshop however was assisted by both Mrs. Kautu

Tabaka and Miss Teraiti Euta. This presentation was done for 35 minutes followed by the groups' discussion along with individual's interventions. The abovementioned groups in both TUC and BTC workshops were also given the opportunity to discuss amongst themselves and were urged to come up with visions, missions and strategies of the National Cultural Policy and shared with all participants. Discussion questions together with responses of TUC and BTC groups can be sited in **Annex 3** and **Annex 4.**

8. ***Teinainano Urban Council*'s** issues raised during the consultation are as follows: (i) MIA and MOE should collectively work towards standardisation of Kiribati language; (ii) Harmonisation between the Kiribati's legislative acts and traditional cultural ownership equity, (iii) promoting of Kiribati myths and legends through documentations and advertising traditional myths and legends through radio broadcasting but not west and east's stories, (iv) protection preservation, and promotion of both tangible and intangible cultural heritages through legal framework (legislations) and (v) establishment of cultural total quality management which tend to inspect the handicrafts' quality prior to internal and external procurement. (vi) Cultural and historical sites' access inclusiveness. Further issues can be sited in **Annex 3.**

9. ***Betio Town Council*'s** issues raised during this consultation are as follows: (i) improvement of culture statistical information: both qualitative and quantitative data, (ii) establishment of the craft makers' centre, (iii) formal trainings for the preservations of artefacts by Government's personnel, (iv) increasing of public budget to support cultures, (v) involvement of people with disabilities in cultural decisions making, (vi) strengthening of the Kiribati Language Board and other related cultural board dimensions. (See **Annex 4** for further details).

10. After these presentations along with the discussions from all the participants, the CMD Director therefore acknowledged the presence of all participants and expressed a warmly appreciation on behalf of the Minister and the Executive Management Team of the Ministry of Internal Affairs for their tremendous contributions to these two workshops. Both workshops were closed at around 17:30 with closing prayers.

Ministry of Internal Affairs

5th March 2019

Annex 1: NCP Workshop's Attendees at TUC

NCP Workshop's Participants, 27 February 2019			
Num	**Full Names**	**Organization/Designation**	**Cultural Domain**
Group 1: Cultureal Stkeholders Number 1			
1	Teaumai Tebuaua	Handicraft Maker	Private Sector
2	Kabua Teroko	Handicraft Maker	Private Sector
3	Teborou Rabwanna	Handicraft Maker	Private Sector
4	Rine Ueara	Kiri Can	Private Sector
5	Teinuea Tutu	Arison Gament	Contemporary Designers
6	Ahling Onorio	KOP	Coconut Oil
7	Kaiti Ngauea	Private Sector	Non Juice
8	Temaraa Katangitang	KRBA	Women Handicraft
Group 2: Central Government and Instituion			
1	Dr Takuia Uakeia	USP	Institution
2	Teweiariki Teaoro	Visual Art	National Consultant
3	Emire Kabuta	MHMS (Nutrition)	Central Government
4	Leslie Tearawa	MELAD (ECD)	Central Government
5	Karibwanang Tamuera	MFMRD (Principal Fisheries)	Central Government
Group 3: Cultural Stakeholders Number 2			
1	Teaumai Tebuaua	Handicraft Maker	Private Sector
2	Kabua Teroko	Handicraft Maker	Private Sector
3	Teborou Rabwanna	Handicraft Maker	Private Sector
4	Rine Ueara	Kiri Can	Associtition
5	Teinuea Tutu	Arison Gament	Contemporary Designers
6	Ahling Onorio	KOP	Coconut Oil
7	Kaiti Ngauea	Private Sector	Non Juice
8	Temaraa Katangitang	KRBA	Women Handicraft
Group 4: Teinainano Urban Council			
1	Mikari Ooka	Clerk TUC	Local Government
2	Raurenti Toatu	Mayor	Local Government
3	Martin Pine	Councillor	Local Government
4	Ioane Kirion	Councillor	Local Government
5	Rikaare Bonto	Councillor	Local Government
6	Tekeeua Kauongo	Councillor	Local Government
7	Tebwebwe Teraaka	Councillor	Local Government
8	Teimarawa Eterika	Councillor	Local Government
9	Kourabi Rakunoua	Councillor	Local Government
10	Tatonga Teweti	Councillor	Local Government
11	Taoatu Ierite	Councillor	Local Government
12	Aboo Timeon	Councillor	Local Government
13	Tabura Beiatau	Councillor	Local Government

Annex 2: NCP Workshop's Attendees at BTC

NCP Workshop's Participatns, 1st March 2019			
Num	**Full Names**	**Associaition/Designation**	**Cultural Domain/Location**
Church Leaders' Group			
1	Angabeia Tataua	Muslim Church	Chruch
2	Itintarawa Kirata	Muslim Church	Church
3	Baani Amon	Joheva Witness	Church
4	Taabua Rokeatau	Seventh Day Adventist Chruch	Chruch
5	Baranite Kirata	Kiribati Protestant Church	Church
Central Government Group			
1	Mareweiti Rition	Rural Development Officer	MIA
2	Regina Tabuki	Urban Management Officer	MIA
3	Sarah Teetu	Senior Tourism Officer	MCITTD
4	Peter Taboia	MISE Representative	MISE
5	Tokarake Taboia	Trade Officer	MCIC
6	Tebaibure Tiemti	Intellectual Property Officer	MCIC
7	Bwereia Ienimango	Assistant Trade Officer	MCIC
8	Teboua Timeon	BPA Representative	BPA
9	Aileen Bauro	Human Right Officer	MOJ
Local Government Group			
1	Akoia Teabi	BTC Clerk	BTC
2	Pine Iosefa	Councillor	BTC
3	Tetabo Mamaina	Councillor	BTC
4	Ioane Iererua	Unimwane	BTC
5	Ekeman Tiibo	Unaine	BTC
6	Maerere Itaake	Unimwane	BTC
7	Burenteiti Taeboi	Councillor	BTC
8	Tiria Riwata	AKIBE Association	BTC Women Associaition
Cultural Stakeholders Group			
1	Bakanebo Tamaroa	Toamatoa Association	Civil Society
2	Kamaraia Amina	Contemporary Composing	Composer
3	Taaiteiti Aareke	Contemporary Food Artist	Local Food
4	Barane Iererita	Visual Artist	Visual Art
5	Benjimin Yamato	Betio Youth	Youth Association
6	Teingoa Taakua	Local Fisherman	Fisherman Association
7	Terakei Teebwa	Traditional Healer	Traditional Healing

Annex 3: TUC Groups' Interventions as of 27th February 2019

1. First Session

The culture sector works transversally, tackling issues like traditional knowledge, traditional skills, cultural and historic sites, research activities, education, and tourism, among others. In Kiribati culture, the sector is very strongly noticeable in the country traditional practices, for instance, in traditional fishing, *te waa*, *manweaba* system, traditional dancing, mats producing, as well as in contemporary handicraft, dancing and choirs performance, for instance. Please, discuss the proposed questions according to your personal and professional background (30 min):

1.1 Groups' Interventions

1.1.1 Group 1: Cultural Stakeholder number 1

1. What is culture for you?

Culture could be described as behavioural habits or norms of the people which constantly continues to be practised by the people within their respective niches. Customary speaking, Kiribati citizens tend to believe that (i) hospitality, (ii) generosity, and (iii) respectability and among others are considerably parts of cultures. With an absence of such cultural characteristics, it is therefore very hard to identify cultural diversifications.

2. How do you notice culture in your daily working activities?

Culture is part of life in our daily existences. Additionally, it could be considered as lines of actions that tremendously contribute to human development within their society.

3. How do you notice culture in your institution's daily activities?

Culture exists in every aspect of life at Kiribati. Cultural Stakeholders in Group 1; such as (i) maneaba builder, (ii) canoe maker, and (iii) traditional healers and many more, pinpointed that during their work, they could view culture as a central focus of their practices. In some instances, traditional healers, somehow never proceed to carry out their traditional healing treatments. One of the reasons involves with the spirit of their cultural practices. This practice does not happen to the traditional healers only but it applies to all cultural sectors such as (i) traditional navigation, (ii) traditional fishing, and (iii) maneaba building.

4. What is the main objective of a National Cultural Policy in Kiribati?

Culture must be preserved and maintained in all forms for future generations. Kiribati government indeed has great responsibilities in conserving traditional customs. With good collaborations between the Government of Kiribati and people to protect cultures from being disappearing, Kiribati will definitely become a better place to live. This is not just for the current generations, but for the future generations as well.

1.1.2 Group 2: Central Government and Institution

1. What is culture for you?

Culture could be defined as sets of ideas, norms, acts, resources, and stories that are so unique to the people at a particular time. Additionally, culture could be viewed as a way set of beliefs that culturally identify you within a society. It is changeable from time to time at certain places, but it does not change cultural identification of being an I-Kiribati. It has three essential elements namely (i) Core Elements of Cultures:- Unchangeable elements of cultures; (ii) Amenable Elements of Cultures: Cultures:- change from time to time depending on the external dominances but the culture never change; and (iii) Interactive Elements of Cultures: Cultures:- Cultures that may easily alter from outside interactions and disappear drastically.

2. How do you notice culture in your daily working activities?

Culture can be sited as sets of guidelines for people within the society. For instance when it comes to a special occasion at te mwaneaba. Of course, te mwaneaba has specific ceremonial norms and rules. Customary speaking, these ceremonial norms and rules should be followed by the people. If these norms and rules are not observed by people, the people from that cultural background may regard you as a rude person which formally known in Kiribati as "e aki ataa te riai".

3. ***How do you notice culture in your institution's daily activities?***

Respecting of both superior and inferior at the working place is greatly essential to culture. At the workplace, young generation are urged to give respects to elderly people. If you are the boss, but your inferior is older than you. Interestingly, you are also bound to respect him or her. Team up with him or her towards achieving the strategic objectives of the institution. Not only is that but, impartiality always an issue for leaders in different institutions as they hardly keep up with this norm as they priorities their family members first and the norms of the workplace after. Other aspects of culture reflected in daily activities of an institution are regulations and laws of the institution that are established also reflect aspects of our culture such as respect customer and colleagues, neat, impartiality, ethical, honesty, accountability, and transparency.

4, What is the main objective of a National Cultural Policy in Kiribati?

The Government of Kiribati has to play responsibilities in conserving and preserving of Kiribati's intangible and tangible cultural heritages, to ensure all Kiribati cultural values and identities are conserved and revived for future generations.

1.1.3 Group 3: Cultural Stakeholders Number 2

1. What is culture for you?

Most of the definitions have been explained from the other groups. According to this group, culture could be defined as sets of rules that guide people within their society. People are immune to these rules. With an inability to act towards these rules, people from that

cultural background may not regard you as a member from that circle of cultural influences, because your cultural practices are totally different with them.

2. How do you notice culture in your daily working activities?

Culture involves in our daily working activities. Ever since childhood, young males worked with their father doing (i) traditional gardening, (ii) building canoes, and (ii) reef and ocean fishing and other cultural activities whilst young ladies worked with their mother doing (i) mat weaving, (ii) cooking of traditional cuisines, and other related females activities. Our respective families have taught us cultural norms and rules to be practised. Hospitality and respect continue to be significantly essential to the elements of culture. If te unimwane convenes a meeting inside the maneaba. Village people have strong sense of not disturbing that specific meeting by making loud voices around the maneaba, roaming around inside the maneaba, and even they tend not to ride their motorcycles when they get closer to that meeting place, but they walk instead.

3. How do you notice culture in your institution's daily activities?

Traditional knowledge holders such as (i) navigator, (ii) traditional healer, (iii) handicraft makers, (iv) dancers, (v) maneaba builders and many more urged the Government of Kiribati must preserve and conserve them for future references. These skills and knowledge are greatly significant for cultural identifications. People from diverse cultural backgrounds are very possessive to their intangible cultural heritages.

4. What is the main objective of a National Cultural Policy in Kiribati?

Kiribati knowledge holders suggested that their respective intangible cultural heritages add value to sustainable economic development and if the Government of Kiribati set in place a legal mechanism that may promote, protect and preserve these intangible cultural heritages from being evaded.

1.1.4 *Group 4: Teinainano Urban Council Group*

1. What is culture for you?

Culture could be defined also as sets of cultural norms within a specific location. Kiribati islands are scattered across vast ocean. Every island has specific cultural differences. If you meet people from Tamana and Arorae in the southern part of Kiribati, those people have specific approaches to greet their respective guests. They may politely greet you by stating "te butae" (a piece of shit) which means hello and welcome to their home. If you go to the southern parts of Kiribati particularly Tabiteuea, Onotoa, Beru and Nikunau and you greet them in Tamana and Arorae's traditional way. Surely speaking, you will definitely offend them as the level of cross cultural communications is totally different with theirs. Those people never appreciate this approach in any ways. People from the Northern and Central Kiribati have their own ways of greetings as well which are also not similar with the Southern. Despite these cultural differences across Kiribati's districts, the policy has to play its crucial roles particularly in harmonising them to the most respectful standards and manners according to the national norms, regulations, and procedures.

2 How do you notice culture in your daily working activities? How do you notice culture in your institution's daily activities?

TUC merges the second and the third questions together. Traditional culture has been incorporated into our line of actions as councillors. Every decision made by the TUC Council evolves culture. Our visitors are welcomed and treated very politely according to the will of Kiribati culture. The TUC Councils considers visitors as very important people. With the preservation and conservation of the intangible and tangible cultural heritages, Kiribati will remain to be the better place to live. People are happy with their surroundings.

From the Council Group, it proposed if the Government could enact the legislation that may use as a principle.

3. What is the main objective of a National Cultural Policy in Kiribati?

Act and work in partnership with public and private enterprises to promote, preserve and protect both intangible and intangible cultural heritages for further generations.

1.1.5 Individualistic Interventions

Teweiariki Tearo and Teereao Teingiia and Ahling Onorio proposed that the Government should not entertain people to practise the spirit of cultures. People have their cultural and human right to choose what is really beneficial and right for them. However, the Government should collaboratively team up with its citizens towards practising cultures that are contemporary. He proposed good options to be considered by the Government of Kiribati including (i) MIA and MOE should collectively work towards standardisation of Kiribati language; and (ii) Harmonisation between the Kiribati's legislative acts and traditional cultural ownership equity, (iii) promoting of Kiribati myths and legends through documentations and advertising traditional myths and legends through radio broadcasting,

2 Second Session

The NCP **roadmaps** will set means for achievable objectives to be developed in specific projects and actions. Please, specify a set of Roadmaps for the National Cultural Policy considering the following aspects and definitions, and prepare a presentation using the available materials (30 min):

2.1 Groups' Interventions

2.1.1 Group 1: Cultural Stakeholder Number 1

What could your institution - or you as a culture producer - do to improve Kiribati culture considering:

- *Respect to heritage and traditions*: This group highlights that the maneaba represents the whole picture of Kiribati cultures. According to the cultural stakeholders from diverse cultural domains such as (i) navigator, (ii) traditional

healers, (iii) canoe maker, and many more, the maneaba system shall be respected by people and protected by legislations. If the Kiribati government tends not to respect and protect them, all of them will finally disappear and the problems associated with food security will emerge due to (i) young people are no longer doing plantation, as they do not know any traditional panting methodologies for traditional agricultures and (ii) young people are no longer fishing, as they do not know any traditional fishing skills and knowledge for traditional fishing and many more.

- *Generation of jobs and income*: Using of traditional skills and knowledge can be used as major ways of generating income. Craft makers and artists for instance (i) canoe maker: this specialist may make canoes as much as he can and sell them out to people, (ii) traditional healers: the specialist may use his/her magic hands to determine sickness of a particular patient, and (iii) handcraft makers: these specialists may make outstanding contemporary handicrafts such as canoe model, maneaba model, mats model, and many more and sell them out for income generation.

- *Education/Capacity Building:* Delivering of traditional knowledge and skills through institution will be a good solution for the preservation, promotion and protection of intangible cultural heritages.

- *Promotion of Kiribati culture nationally and internationally*. The Kiribati government may annually or biannually host national and international expo. Islands may have given the opportunity to promote their cultural diversifications at the national level.

2.1.2 Group 2: Central Government and Institution

What could your institution - or you as a culture producer - do to improve Kiribati culture considering:

- *Respect to heritage and traditions:* This group acknowledges heritage and traditions as part of their norms in their respective institution. The employees highly respect their heritage and traditions given the fact that it is essential for daily existences. Without respecting of heritages and traditions, the employees and the organisation somehow will hardly attain their common targets and therefore turns into unfruitful organisation.

- *Generation of jobs and income*: Intangible and tangible cultural heritages are regarded as income generators. People whom pursue informal education are urged to make crafts as much as they can and should target the international standard rather than the domestic market. The group suggests that the Government of Kiribati has to actively set standards for the handicrafts' qualities to ensure these items could smoothly enter the competitive edge market. Apart from that, it also urges knowledge holders to seriously follow the standards and produce quality handicrafts to the world. Reviving their intangible cultural heritages will be an advantage to the development of human beings in a society.

- *Education/Capacity Building:* This group recommends that the Government of Kiribati has to revive the intangible and tangible cultural heritage at schools. For the first instance, it should be inserted into both primary and secondary curriculum designs. Not only that but it has to be taught at higher level. People with traditional skills and knowledge may be hired as lecturers any institutions across Kiribati.

- *Promotion of Kiribati culture nationally and internationally*: This groups also pinpoints that the exposure of the Kiribati government at all levels should be entertained. At the national level, Kiribati government is urged to conduct or host national exhibitions whereas all islands across Kiribati have given an opportunity to attend this exhibit and showcase their cultural comparative advantages at the commercial and administrative centre for further marketing. Apart from that, this group also suggests that attending external exhibitions will be entertained as well. This will provide good opportunities for craft makers and artists to showcase Kiribati cultures.

2.1.3 Group 3: Cultural Stakeholders Number 2

What could your institution - or you as a culture producer - do to improve Kiribati culture considering:

- *Respect to heritage and traditions:* Respecting of heritage and traditions commences from homes. Elders are urged to transmit their intangible cultural heritages to young generations. With the inability of elderly people to deliver and transmit such knowledge and skills to the young generations. The chance of disrespecting our heritages and traditions is very high. This may generate problems of losing cultural diversifications and identifications. At the end of the time, those cultural stakeholders tend not to compressively understand the impacts of their negative actions towards cultures' preservation, promotion and protection of intangible cultural heritages.

- *Generation of jobs and income*: Craft makers association such as (i) visual art association, (ii) fishing association, and (iii) handicraft association and related associations are urged to follow total quality standards set by the Kiribati government to ensure the cash received by knowledge holders will be received in a long way run. Not only that, but the people purchased these items will be coming back forever and ever.

- *Education/Capacity Building:* This group views the continuation of knowledge and skills transmission through institution could be a sustainable approach to promote, preserve and protect intangible cultural heritages. Traditional knowledge holders could be hired to practically teach young generations.

- *Promotion of Kiribati culture nationally and internationally:* This group also urges the Government of Kiribati to transnationally attend external cultural activities to ensure people from around the globe may have the opportunity to see, smell, touch and feel Kiribati cultures.

2.1.4 Group 4: Teinainano Urban Council Group

What could your institution - or you as a culture producer - do to improve Kiribati culture considering:

- *Respect to heritage and traditions:* The TUC group highlights that heritages and traditions must be respected in villages. In the past years, every village across the island has the maneaba. Nowadays, it can be sited that some villages do not have their village maneaba. This comparison specifically pinpoints that people are no longer respect their heritages and traditions. Building the maneaba is no longer a must for the village but it becomes an optional. Given to this point, this group thereafter proposes to the Government of Kiribati to revive the maneaba system. All villages have to build their own maneaba and urge them villagers to primarily express their cultural presentations and expression in it.

- *Generation of jobs and income*: Promoting of intangible cultural heritages, particularly local dancing, at cultural exhibition centres and eco-tourists gateways. Performing these arts at these recommended sites may open gates of opportunities to our local craft makers. With regard to the cultural exhibition centre, the Government is required to construct the newly centres at urban councils for cultural tourists activities. This centre may provide opportunity to cultural knowledge holders to optimise their absolute benefits. Not only that but looking at the main port of entry like sea and air ports as another key attributor to income generations. External immigrants visiting Kiribati indeed loves to know-more about Kiribati. Performing arts in these sites may allow our knowledge holders to earn money.

- *Education/Capacity Building:* Presenting cultural knowledge holders at tertiary institution will be an advanced mechanism. To protect, the Kiribati intangible and tangible cultural heritages, this group strongly underscores that joining hands between the cultural associations and institutions towards the preservation, promotion and protection of Kiribati cultures, the Government of Kiribati should dialogue with KIT and USP to formally consider traditional holders as their staff in their respective institutions.

- *Promotion of Kiribati culture nationally and internationally:* This group strongly suggests that the Government of Kiribati should provide funding assistances for the national cultural day and invites knowledge holders across Kiribati to be part of this national cultural exhibition. Not only that, but Kiribati is urged to advocate the cultural diplomacy to other outside institutions so that these institutions may invest in Kiribati culture.

2.1.5 Individualistic Interventions

Teweiariki Tearo explicitly emphasizes that in order to promote, preserve and protect tangible and intangible cultural heritages, the Government has to specifically allow

knowledge holders whom genuinely inherit the ancestors' knowledge and skills to provide models for object exhibitions at Museum and Cultural Centre, Te Umwanibong.

3 Third Session: Visions and Missions

Please, LIST a set of suggested roadmaps for the National Cultural Policy. The NCP, as other national policies developed in Kiribati, will set its own mission and vision. The Vision of a national policy is focused on tomorrow and what the country wants to ultimately become. The Mission of a national policy is based on today and what the country does to achieve its vision. Considering the vision proposed by the first NCP draft, which is: to seek for a better future, acknowledging the place of cultural development and the cultural capital as a tool for sustainable development, respecting the traditions and promoting Kiribati arts and heritage.

3.1 Groups' Discussion

3.1.1 Group 1: Cultural Stakeholder Number 1:

This group proposed one vision and two missions. The vision as follows: Preservation and protection of Kiribati tangible and intangible cultural heritages for future development of the next generations. The missions as follows: (i) Working in partnership with traditional knowledge holders from all cultural domains, public and private sectors for heritages and traditions' preservation and (ii) National Cultural Exhibitions must be carried out annually.

3.1.2 Group 2: Central Government and Institution:

The group figures out one vision and mission. The proposed vision stresses on the Preservation and promotion of both tangible and intangible cultural heritages that are specifically meant for I-Kiribati citizens for future generations. The mission however involves with an enacting of cultural legislation and policies to promote cultural uniqueness and diversifications for the future generations of Kiribati.

3.1.3 Group 3: Cultural Stakeholders Number 2

This group proposed for 1 vision and mission as well. The vision includes: Within a timeframe of five years from now, the promotion of tangible and intangible cultural heritages must reach its positive expected outputs. The vision on the other token as follows: Preservation of Kiribati cultures must begin from home, central and local governments, churches and communities

3.1.4 Group 4: Teinainano Urban Council:

This group comes up with three main visions and missions as well. The visions as follows: (i) Kiribati tangible and intangible cultural heritages is our national wealth, (ii)

Preservation of Kiribati intangible and tangible cultural heritages for future developments (ii) Promotion of Kiribati intangible and tangible cultural heritages for the wealth of the future generations. The missions on the other hands as follows: (i) Preservation and promotion of Kiribati's cultures for the wealth of the future generation, (ii) Conservation, protection and respectability of Kiribati's cultures for future generations' developments, and (iii) All Kiribati citizens must protect, preserve and promote Kiribati's cultures for the future benefits of the next generations.

3.1.5 Individualistic Interventions

Mr. Teweiariki Tearo strongly proposed if the National Cultural Policy could consider the accessibility of people with disabilities to historical sites and cultural sites. In his discussion, he stresses that Kiribati has been signed and ratified the Conventions for the right of people with disabilities during Tong's administration. In this respect, the National Cultural Policy shall consider the accessibility of people with disability.

The TUC representative specifically raises the questions to the CMD team about way forward for the cultural legislations. The questions as follows: Are there any specific issues associated with cultures that the Government of Kiribati need to address, The CMD team will get more feedback from the Secretary and get back to that representative.

Mr. Rine Ueara further addresses the issues associated with undermining of traditional healers in contrast with professional medical doctors. As observed, the Government of Kiribati does not have a long term plan in promoting local doctors not forgetting other local artists. These people have saved the lives of Kiribati citizens. They collaboratively with the Ministry of Health and Medical Services towards achieving collective goals of the Kiribati government, but their joint effort with the Government of Kiribati does acknowledge at the first glance but the Government. With due course, Rinee Ueara proposed if the Government take this issue into consideration and find the solutions for this issue.

Mr. Teweiariki Tearo acknowledges with gratitude that there is a draft law that has been drafted by Dr. Arorae, Late AG Michael Takabwebwe, and Teweiariki. However, this law has not yet passed in the House of Parliament. He therefore urges association along with Island Councils to work closely with him to ensure all related issues with traditional knowledge experts may be respected at all levels.

Dr. Takuia Uakeia further recommends that craft makers should not consider cash as their motivating factor in making handicrafts. However, they should be thinking of delivering their respective tangible and intangible cultural heritages to their love ones. Commercializing handicrafts into the international market should not be taken into consideration at the first glance, unless the Total Quality Management has proven the quality of these handicrafts meet the expectations and inspirations of the Government of Kiribati. In this respect, the quality of these handicrafts may likely to reach the quality of Marshallese's handicrafts.

4. ***Fourth Session:***

Discuss and list strategies for each of the roadmaps developed by each group to achieve the proposed Vision. Prepare a presentation with the main points discussed (45 min):

4.1 Groups' Interventions

4.1.1 Group 1: Cultural Stakeholders Number 1

The strategies proposed by this group involved the (i) continuation of registered craft makers and artists association under KCCI and NGO and Civil Societies, to promote tangible and intangible cultural heritages, (ii) searching external funds to support cultural stakeholders' programme from the public and development donors, (iii) involvement of active participation of craft makers abroad in Kiribati and outside, (iv) allowing Ministries to establish cultural taskforce that monitors and standardises issues related to Kiribati language evolutions, and (v) preservation of historical and cultural sites for eco-tourism attraction across Kiribati islands.

4.1.2 Group 2: Central Government and Institutions

This group proposed nine strategies. These strategies involve with (i) conducting of formal research on Kiribati cultures, (ii) to encourage the cross cutting of culture in different sector and to urge ministries to spear head cultural activities in their respective Ministries, (iii) capacity building for culture and museum officers and artists, (iv) integration of traditional knowledge and skills in school curriculum, (v) legislation, (vi)to encourage the establishment of a botanical gardening that exhibits the cultural significance of varieties of native plants, (vii) preservation of cultural and historical sites, (viii) promotion of mini-festival of arts, and (ix) promotion of traditional stories through radio programme.

4.1.3 Group 3: Cultural Stakeholders Number 2

This group proposed five strategies namely (i) establishment of taskforces that help to foresee issues associated with cultures' preservation, (ii) redesigning of the school curriculum that centrally focus on Kiribati's cultures, (iii) promotion of cultural activities through social media programme, (iv) empowerment of cultural days at schools, (v) promoting of national and external exhibitions, (vi) providing of incentives to those who are willing to share their cultural heritages, (vii) preservation of environment: people are urged to continually plant vegetation for traditional medical treatment.

4.1.4 Group 4: Teinainano Urban Council

The strategies of Teinainano Urban Council team involve with (i) searching for external grants to support cultural and historical sites for eco-tourism attractions, (ii) assessment on which cultural domains that need to be delivered at the institution, (iii)

inserting of Kiribati cultures in the course designs of all levels of schools, (iv) doing an intensive cultural mapping to all cultural and historical sites across Kiribati, (v) training of traditional tour guides at KIT, and (vi) establishment of taskforce that manages culture, (vii) promoting of cultures through social media.

4.1.5 Individualistic Interventions

To ensure cultural development is well aligned with the pacific developments, Ahling Onorio proposes to the CMD team that it is very far to follow global cultural trademarks such as Dubai and Singapore. She recommends the CMD team to take into consideration or find the cultural model from the Pacific Islands such as Tonga, Samoa, and Fiji.

5. NCP Roadmap

5.1 Institutional Strengthening

The Culture & Museum Division (C&MD), under the Ministry of Internal Affairs (MIA) has the role of managing cultural and museum policies. At the same time, several policies related to culture are spread among other ministries. A National Culture Commission may be created to strengthen the participation of i-Kiribati citizens to design the cultural policies.

5.2 Protection, preservation and promotion of Kiribati valuable Heritage for local development

The most valuable cultural asset of Kiribati is present in its heritage. The traditions bring essential specificities that have a key role in the developing of the NCP. The promotion of community-based heritage preservation actions is primary for local development and nurturing of cultural identity.

5.3 Promotion and enhancing of contemporary arts and cultural production

Promoting the traditions and looking for contemporary productions; fostering local development by creating jobs and bringing creative values for society.

5.4 Strengthening of capacity building and research initiatives

Capacity building for culture and arts producers; development and updating of syllabus; and academic and applied research for scholars and students.

5.5 Development of Funding possibilities

Proper financing strategies for cultural groups and individuals, development of management skills as well as capacity of fundraising for the cultural sector's activities.

5.6 **Internationalization of Kiribati Culture**

Products sales, promotion of the country and its culture abroad, alignment with international standards related to cultural rights, copyrights, cultural diversity etc.

Annex 4: BTC Groups' Interventions as of 1st of March 2019

Introductory part

The workshop was held at Nippon Maneaba. Participants attended the workshops includes representatives from different institutions such as Cultural Stakeholders, Ministries, Civil Societies, NGOs, Private sectors and others. It is a one day workshop focused on taking views and inputs from participants at their respective areas for the development of a National Cultural Policy.

There are two presentations prepared by a TA which based on the overview of the Policy and key findings after conducting a research with different institutions. The delivery of these two presentations was delivered both in English language and translated in Kiribati. After the presentation there was a group discussions from participants, sharing their ideas on questions provided. The questions was structured into four scripts and answered has to be provided by the four groups such as Ministries, Civil societies, Councilors together with Unimwane and Unainen Betio ***(see attached lists for ease of reference).***

1. First Session

1.1. Groups' interventions on script one

1.1.1. What is culture for you?

Culture can be defined in many ways. Given from different perspectives; respect, hospitality and humbleness are categories as part of culture. Traditional practices such as navigation, traditional dances, construction, menstruation and others are considered as part of culture. Every individual (s) were came from different districts in which culture can be appeared from their ancients, skills and the way they behave whether they are from the Southern part, Northern and Central part of Kiribati. As presented, culture is the way you learn, not born to be. It is simply the interaction with our environment.

1.1.2. How do you notice culture in your daily working activities?

Culture can be noticed at different characteristics. Humbleness, hospitality and respect are the common notices of culture as presented by each groups. In terms of contemporary constructions as described by the Ministry of Infrastructure and Sustainable Energy, ground breaking is also involved which is part of ritual blessings before proceeding with their work. Different sectors from Ministries also notice culture at their respective areas. For instance, the Kiribati National Tourism Office also responsible for the protecting cultural sites at Island Councils for tourism development. The Intellectual Property Unit under the Ministry of Commerce and Industry Cooperation they signifies the importance of Copyright in relation to the protection of traditional knowledge and skills. Under the Business and Trade Unit, they basically focus on the quality of handicrafts and others for promoting trade. Consequently,

culture can be notice from gender roles and responsibilities including positions inside the Mwaneaba.

1.1.3. How could a National Cultural Policy help the development of these activities?

As discussed, religious beliefs need to be considered and respected in the Policy. Cultural sites are protected and preserved for the next future generation. It can promote traditional activities through media programs for recognition to the Public nationally, regional and international level. It can contribute to maintain peace and the development of the society. The integration of culture in the curriculum development and in the learning process. The Government must provide the learning on culture and traditional skills.

1.1.4. What is the main objective of a National Cultural Policy in Kiribati?

Each of the group members suggested some of objectives for a National Cultural Policy. For instance, (i) to preserve the culture and heritage for sustainable development. (ii) The documentation of traditional skills is requested to be considered in the Policy. (iii) Children needs to be taught from home. (iv)Developing the individual (s) talent in relation to culture. (v) Collaboration between communities, villages and councils needs to be strengthen. (vi) to protect, maintain and fulfil of cultural heritage. (vii) Peace keeping, social welfare and happiness. (viii) To sustain the attitudes and identity of I-Kiribati. (xi) The awareness and financial management should be enhanced.

1.2. Groups' interventions on script two

The NCP will set means for achievable objectives to be developed in specific projects and actions. Proposed objectives considering the following aspects and definitions outlined below were set for specific projects and actions (30 min)

1.1.5. *Respect to heritage and traditions*

Recommendations provided are fostering the Government and Communities to work together for protecting the cultural sites, shrines, monuments and others. Fostering the Government to integrate the culture and heritage in Education and through media. The establishment and strengthening of institutions for the preservation of our culture. These institutions can manage to maintain our vernacular language, traditional dance, writings, local constructions and others and more importantly is considering of Culture in the regulations provided from different respected areas such as Councils, communities and many others.

1.1.6. *Generation of jobs and income*

This basically focus on how culture can generate income and also provide job opportunities to the locals. Based on the discussion, Government should encourage the traditional practices for the development, enhance the exporting of local product, the recognition of our knowledge holder such as traditional healer, fisherman, handicraft makers, cultivates and some others. The recognition of our knowledge holder through different organizations related to culture such as Empowerment of women. The preservation and conservation of monuments. Maintaining traditional stories of Kiribati and the utilization of the individual (s) talents.

1.1.7. *Education/Capacity Building*

It would be good to enhance capacity building for cultural staffs. The integration of cultural activities into the curriculum. Providing education and involving in the exhibitions. Promoting the Kiribati stories and heritage through the national media program (BPA) and newspaper. The establishment of the Gallery Centre.

1.1.8*. Public and Private funding*

This is mainly concern on how such cultural producers and institutions find a way to get funding to develop their own sectors. Perspectives given are (i) the management of budget for cultural sectors (ii) Enterprises (iii) Providing strategic funding and support from development partners, tourism local partners, Agricultural partners, KCCI, etc and (iv) Establishing one unit/institution beside Te Umwanibong to responsible for promoting culture to foreigners.

1.1.9. *Promotion of Kiribati culture nationally and internationally*

There are many ways suggested on how to promote the Kiribati culture nationally and internationally. For instance (i) Promoting culture through media programs (ii) Signing of conventions (iii) Increase the participation international and regional for cultural exhibitions (iv)Increase the awareness to the public and (v) attending workshops/conference at overseas for exchanging culture.

2. Second Session

2.1. Groups' interventions on script three and four

The NCP, as other national policies developed in Kiribati, will set its own mission and its own vision. The **Vision** of a national policy is focused on tomorrow and what the country wants to ultimately become.

The **Mission** of a national policy is based on today and what the country does to achieve that vision.

The discussion below are the propose vision and mission from participants for the National Cultural Policy

2.1.1. Vision

Suggestions are (i) the Kiribati Culture and Heritage is sustained, maintained and recognized now and in the future generations. (ii) Protecting and maintaining the Kiribati culture and heritage which is recognized by national law and (iii) Kiribati culture is important and should be maintained, preserved, practiced and developed.

In order to achieve the proposed vision, the National Cultural Policy will set the guidelines and strategies to be reflected in the design of projects and actions

2.1.2. Mission

(i) Developing and strengthening the I-Kiribati through culture and to be recognized as the contributing factor in developing its wealth through tourism (ii) Policies and Decisions recognizing that Kiribati culture and heritage is the responsibility of all I-Kiribati people and (iii) Protect, maintain and support Kiribati culture and heritage for it is our identity.

2.1.3 Strategies

The proposed strategies given are (a) Conducting and maintaining consultations on culture and heritage outside and within Kiribati (b) Promote the recognition of I-Ikiribati through trade and local production (c) Protecting and preserving important culture and historical sites for tourism (d) Develop laws and regulations on Kiribati culture and heritage (e) Harmonizing the policy (NCP) with religious belief (f) Support and practice culture from home – e.g. respect (g) Policy to be revised after 4 years (h) Policy should be recognized by the constitution and the local government (i) Awareness needed to target participants (j) Cross cutting culture in different sectors, Government, NGOs, Civil Societies (k) Budget consideration (l) NCP should be inclusive and reached across to all different people and groups in the country (m) Government to recognize cultural stakeholders formally and to support them through funding opportunities and establishing centers where they could meet and interact between themselves (n) Government Ministries should widely consult on the policy and share (o) The representation on

the committees at National, Regional and International should be not only Government reps but includes civil societies.

Anexo 4
Política do MCIC para a Proteção de Conhecimentos Tradicionais e Formas de Expressão Cultural

PREAMBLE

The traditional knowledge and cultural expressions of the people of the Republic of Kiribati are among its most unique and invaluable treasures and the defining characteristics of their identity. It is therefore very fitting and appropriate that all the necessary measures be undertaken to ensure optimal documentation, protection, promotion and transmission of these important aspects of Kiribati culture.

SECTION 1: BACKGROUND AND CONTEXT

The first serious attempt at recording, preserving and transmitting various aspects of the culture of Kiribati took place in 1975 when the then Gilbert Islands was still part of the Gilbert and Ellice Islands. This was at a time when the Ellice Islanders, who were minorities, were mooting separation from the Gilberts. The then Minister for Education, Training and Culture, Roniti Teiwaki, asked The University of the South Pacific (USP) for guidance on the matter. USP sent its Professor of Pacific Studies, Dr. Ron Crocombe who noted (1975:15) that continual cultural development:

> … has emphasized the recording of past and present Gilbertese cultures, but one of the most important areas of activity for the Ministry will no doubt be in the stimulation of the continual process of cultural creation that goes on in any society – reflecting the realities of life as they are lived.

The germane challenge that lies at the heart of this policy is that authentic traditional knowledge and cultural forms of expression – the quintessential constituents of Kiribatese culture and identity - are being confronted with unprecedented and formidable levels of threats from a multiplicity of fronts and are in danger of disappearing or assuming heavily truncated manifestations brought about by pervasive local and global forces. They are in imminent danger of being lost, have been injudiciously misappropriated by people from within and outside the country, and owners are not deriving economic and social benefits from their rightful heritage. To compound these already grave concerns, these traditional knowledge and cultural forms of expression are not adequately protected under current laws in Kiribati. Moreover, the traditional knowledge system and cultural forms of expression in Kiribati have not been adequately documented, particularly in their current form. Te Umwanibong has been working hard on this but there are concerns that owners and doers of traditional knowledge and cultural expressions have not been entirely forthcoming in their submissions. In a coconut shell, the very nature and essence of being *kaain Kiribati* is in imminent danger of being severely and irreversibly compromised at best or lost at worst.

There is, therefore, a compelling need to ensure **cultural security** through documenting what was and what is, constructing new knowledge, protecting, promoting, safeguarding and transmitting these in order to develop their quintessential aspects and for ensuring that the legitimate owners are appropriately compensated. The urgency of the matter is underlined by the fact that the number of elders who are experts in the areas of traditional knowledge and cultural expressions in Kiribati is decreasing rapidly to the extent that in

2005, only approximately 19.94% of the total population are fifty years old and above and a mere 6.65% are over seventy. As one concerned I-Kiribati cultural expert puts it recently, "*A aki aaua ni uninga nako rabakauia kaara aikai*" (Russell, per. comm., 2010). This phrase translates loosely as "These elders are likely to depart this life and use their knowledge as their pillow", implying that if these elders join the ancestors before they are able to teach their designated heirs *kiton te rabakau* (the essence of their specialised knowledge), these will be irreversibly gone. Such immense losses of the precious aspects of the cultural capital would make for a culturally impecunious society.

In addition, the chronic and acute misappropriations of traditional knowledge and cultural forms of expression have now become an international concern, with many cases being reported and successfully prosecuted (Janke, 2003) and with international agreements designed to ensure the protection and promotion of these important aspects of culture (UNESCO, 2003). This threat is felt in other parts of the Pacific too (Gegeo & Watson-Gegeo, 2001; Mataitoga, 2010).

There are thirty-three (33) islands in the republic in total. Each of these islands, particularly the sixteen main islands in the Gilberts Group, has its individual rich culture in the form of *inter alia* oral traditions, cultural expressions, worldviews and customs. It is vitally important that all these are documented, protected and transmitted.

Assumptions

There are five assumptions that underpin and lie at the heart this proposal for a national policy on the protection of traditional knowledge and cultural expressions in Kiribati. These are outlined below.

1. Culture, in particular traditional knowledge and cultural expressions, is context-specific and is the foundation of people's identities

Culture is the foundation of a people's 'being' and identity. These are expressed creatively though the unique and numerous arts forms of each culture (Hereniko, 1979, 1980, 1997; Wendt, 1976, 1983, 1998). In this investigation, the culture of the I-Kiribati will be regarded as the most important factor, one that underpins all aspects of this policy.

Objects, worldviews, values and expressions of culture within specific societies develop within that particular context and evolve to address the specific needs of that culture in any given time. They subsequently form the basis of that community's culture, identity and heritage and, as Whincup (2009:49) explains with regard to objects in Kiribati's material culture, they acquire specific meanings and become strongly synonymous with it:

> The reality of these objects can be perceived as both the territory of initial experiences and as symbolic maps of those experiences. Objects within a social context have specific meanings for those with a background to understand their implications. The objects themselves now become the means through which cultural practices are handed down from one

DRAFT

generation to the other. In perpetuating traditional skills they in turn provide a continuity of practical and symbolic experience

2. The culture of Kiribati is dynamic

Culture is not a static phenomenon. Instead, it is a highly dynamic phenomenon. It is always a work in progress as it judiciously (but sometimes not!) absorbs new elements from outside and, in turn, influences the external environments in a synergic relationship. Kiribati's foremost historian, Rev. Dr. Kambati Uriam (1983), has noted that attaining *te mauri, te raoi ao te tabomoa* is dependent on respecting the always-changing *katei ni Kiribati* in its current historical manifestations.

3. Traditional knowledge and cultural expressions are in imminent danger of being lost and are, in some instances, being misappropriated

Authentic traditional knowledge and cultural forms of expression – the fundamental constituents and the quintessential elements of *te katei ni Kiribati*, culture and identity - are in danger of being lost, have been misappropriated by people from within and outside the country, and owners are not deriving economic and social benefits from their rightful heritage. Many important aspects of the culture of Kiribati have been lost and many aspects of the culture are being misappropriated and misrepresented.

4. Cultural amelioration in Kiribati is both possible and desirable

Progressing from the assumption and belief that culture is a dynamic phenomenon, it is further assumed that deliberate interventions in the process of cultural adaptation are possible and can and should be implemented to assist in ensuring a desirable amelioration of cultures and safeguarding their quintessential elements. There are inherent safeguards against these zealously-guarded traditional knowledge and cultural forms of expression in the public domain.

Specialist knowledge covering each of the whole range of life in Kiribati is vested in certain families. The I-Kiribati inherently know through their upbringing the traditional owners of knowledge and cultural forms of expression who specialise in each of these and render them the necessary respect and honour. Knowledge in Kiribati is traditionally regarded as sacred, with stringent protocols and procedures for acquiring, utilising and disseminating it being put in place (Teaero, 2009d). These elaborate traditional knowledge systems "and strategies for maintaining cultural patterns promote a (largely) homogenous and stable culture" (Whincup, 2009:16). In this policy document, it is believed that these experts or "owners and knowers" (Gegeo & Gegeo-Watson, 2001) and doers have the ability and the right to play a central role in the process of inquiry and construction of knowledge not as mere subjects and objects but as full and equal participants.

Change is an inevitable part of life, including culture and education. It can and should be prudently managed to bring about desirable improvements that would culminate in the betterment of the quality of life of the people concerned and

DRAFT

"cultural continuity" (Shipman, 1971). Ideally, this change must be determined by the people concerned based on real needs and their current interpretations of their lived world.
In this ongoing journey, "cultural creation" (Crocombe, 1975:15) assumes great significance. Vilsoni Hereniko's (1980:6) apt observations about the centrality of people's creative aspects of their cultures in their identities continue to reverberate with deep meanings today:

> The creative aspects of a people's culture are very important for two main reasons. Firstly, culture gives one confidence and identity. A person without a culture is a person without a soul. Culture is something that belongs to a particular cultural group – it is something its members can call their own. Even if other people can imitate it, what they produce will usually be 'second rate'. Culture is a means by which a particular group can assert itself and develop confidence. Secondly, cultural expression allows for greater fulfillment of the potential of everyone.

5. ***It is prudent, possible and desirable to safeguard traditional knowledge and cultural expressions in Kiribati for future generations and to use them for the economic benefits of the owners***

It is assumed here that in the case of Kiribati, it is both possible and desirable to safeguard traditional knowledge and cultural forms of expression. This is premised on the belief that much of the original culture has been affected by various political, social and religious forces over the centuries and if nothing is done about documenting the current situation and preserving the quintessential elements, chances are that even these would be lost. The debates against protecting traditional knowledge and cultural expressions are based on the facts that cultures are both dynamic and permeable which, when protected in whatever form, would then create a kind of artificial permanence of the culture, thereby compounding this inbuilt tension.

Relationships with current laws, regulations, policies and strategic plans

The supreme law of the land, the Constitution of the Republic of Kiribati, underlines the critical importance of the culture and traditions of the country at the very outset in its preamble:

> We the people of Kiribati, acknowledging God as the Almighty Father in whom we put our trust, and with faith in the enduring value of our traditions and heritage, do now grant ourselves this Constitution establishing a sovereign democratic State.
>
> In implementing this Constitution, we declare that -
>
> 1. the will of the people shall ultimately be paramount in the conduct of the government of Kiribati;
>
> 2. the principles of equality and justice shall be upheld
>
> 3. the natural resources of Kiribati are vested in the people and their Government;

DRAFT

4. we shall continue to cherish and uphold the customs and traditions of Kiribati.

This policy document is founded upon, finds strength in, operationalises the parts of the constitution in matters pertaining to traditional knowledge and cultural expressions and intends to invoke this section of the Constitution.

The current laws of Kiribati, particularly Cap. 16 Copyright (1988) and Cap. 61 Registration of United Kingdom Patents (1977), provide scant protection for traditional knowledge and cultural expressions in Kiribati. As a result, there have been chronic and rampant violations and misappropriations of traditional knowledge and cultural expressions in the country. The vast majority of these have gone unchallenged and unprosecuted. The laws need to be changed and new ones need to be enacted to provide the necessary mechanisms for protection.

The Ministry of Internal Affairs' (MIA) *Strategic Plan 2016-2020* (page 8) states that the core mission of its Culture Division is to:

> ... preserve, develop and promote the culture and people of Kiribati and to empower them to help promote and support the need to maintain the unique cultural identity and pride. The main function of the division is to formulate, implement and monitor a culture policy, undertake research ...

The vision of the same Strategic Plan (page 10) prioritises

> (s)upporting and developing good governance, positive community and gender development and the Kiribati identity for a peaceful society rich in culture and traditions.

Finally, the MISA's Strategic Objectives (page 12) intends to

> Establish new appropriate and proactive policies and legislations for MISA's core functions, services and work.

UNESCO 1972 CONVENTION

Three related UNESCO Conventions on culture and heritage

- Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage (1972)
- Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (2003)
- Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions (2005)

In many respects, then, this policy sits squarely in the middle of the mat of the constitutional, policy and strategic priorities of the country in general and the Ministry of Internal (MIA) in particular.

DRAFT

SECTION 2: GUIDING PRINCIPLES AND VALUES

Information from the international literature on policy and feedback from some owners/knowers/experts in traditional knowledge and cultural expressions in Kiribati point to the ideas that good policies are documents that, ideally, should:

- be philosophically-based;
- be based on values that are considered important in any society, community or organization;
- be goal-oriented;
- be brief general statements about an organisation's on certain matters;
- explain what is wanted of people or sections in an organization;
- explain why certain things are anted of people or sections in an organization;
- provide a sound basis for the development of laws, rules and regulations;
- provide clear and positive directions without being overly prescriptive for all stakeholders;
- provide room for flexibility so that stakeholders can interpret policy and implement adjustments to suit changing needs and circumstances without significantly altering the core substance of the policy and
- provide a sound standard for reviewing and evaluating performance.

Accepting these, this policy intends to situate at its core the important Kiribati values which will serve as the guiding principles. These are:

1. Culture is one of the fundamental and universal rights of people and this must be observed and respected in this policy and ensuing laws and regulations pertaining to traditional knowledge and cultural expressions. Owners of traditional knowledge and cultural expressions should have the right exercise due control over the use of what is rightfully theirs.

2. The fundamental principles and applications of natural justice both to owners and users must be equally applied in matters relating to the ownership and use traditional knowledge and cultural expressions.

3. The policy should be founded upon and guided by the most important aspects of Kiribati culture, philosophies, customary laws and values.

4. The I-Kiribati should have the opportunity to value, celebrate, participate in and benefit from their unique and distinctive artistic and cultural heritages in the form of traditional knowledge and cultural expressions.

5. Indigenous protocols and processes must be held paramount and respected.

6. The people and Government of Kiribati have a joint responsibility for the provision and enhancement of the artistic and cultural education of all the I-Kiribati and should play key and leading roles in documenting, supporting, protecting, promoting and transmitting major cultural and artistic activities of the country.

DRAFT

7. The artistic and cultural traditions and character of the I-Kiribati are unique and major strengths of the country that will be attractive to the local people, visitors and potential investors.
8. The policy should be a living and major manifestation of the country's commitments to its unique traditional knowledge and cultural expressions.

9. The policy should provide an equal opportunity for all stakeholders, particularly owners of traditional knowledge and cultural expressions to perform on a level playing field.

10. The people of Kiribati should be the primary and core beneficiaries of this policy.
11. Relationships between individuals, groups and communities – particularly owners and users of traditional knowledge and cultural expressions – should be of paramount importance.
12. Customary practices and norms of ownership and inheritance of traditional knowledge and cultural expressions should be recognised, respected and appropriately rewarded.
13. Egalitarianism among owners and users of traditional knowledge and cultural expressions should be respected.
14. Interdependence among owners and users of traditional knowledge and cultural expressions should be encouraged.
15. Respect for the environment should be actively encouraged.
16. Respect for and among owners and users of traditional knowledge and cultural expressions should be promoted.
17. Sustainability of sound and appropriate practices should be promoted.
18. The policy must facilitate real growth among the owners and users of traditional knowledge and cultural expressions.
19. The principle of reciprocity must be encouraged.
20. The goals of this policy must be realistic.
21. The outcomes of the policy must be sustainable.

SECTION 3: POLICY OBJECTIVES AND OUTCOMES

Definitions

The following definitions are provided for the purposes of this policy:

1. Culture

This policy uses a definition of culture provided by Dr. Katerina Teaiwa[1] (2007:141) as:

> … a concept and practice that includes the values, traditions, norms, customs, arts, knowledge, history, and institutions that are shared by a group of people, unified by connection to place, ethnicity, genealogy, language, nationality, or religion.

In Kiribatese, this term culture is called *te katei ni Kiribati*.

2. Cultural forms of expression

1 Katerina is a daughter of tabakitoa Teaiwa from Tekaman Village on Tabiteuea Island and a scholar in Pacific Studies at the Australian National University.

DRAFT

The World Intellectual Property Organisation's (WIPO) definition of the term *cultural forms of expression* is used in this investigation. WIPO defines the term as:

> … any forms, whether tangible and intangible, in which traditional culture and knowledge are expressed, appear or are manifested, and comprise the following forms of expressions or combinations: verbal expressions, musical expressions, expressions by action and tangible expressions.

Cultural forms of expression are the tangible and intangible products and processes in which Kiribati traditional knowledge and culture are expressed, communicated or manifested. These products and processes are in the areas of Kiribati arts, visual arts, worship, stories, motifs, designs.

There have been other ways of labelling what WIPO calls *cultural forms of expression.* Some refer to them simply as cultural expression while others, especially when used for the purpose of deriving economic benefits, refer to these as *cultural industries* or *creative industries.* Many would simply refer to them as the *cultural arts* or just the *arts.* I propose here a definition of the arts as an object or image produced within a particular cultural context that may have aesthetic, functional, symbolic, communicative and/or expressive qualities. Such an object or image is normally reflective of the individual(s) and group(s) who/that produce(s) it and the culture, environment and period within which it is produced.

3. Traditional knowledge

For the purposes of this policy, the definition of the term *traditional knowledge* by the Secretariat of the Pacific Community (SPC) is used. SPC (2006b) defines the term as:

> … any knowledge that generally is or has been created, acquired or inspired for traditional economic, spiritual, ritual, narrative, decorative or recreational purposes; and or has been transmitted from generation to generation; and is regarded as pertaining to a particular group, clan or community of people, and is collectively originated and held.

Traditional knowledge is the content or substance of knowledge resulting from intellectual activity in a Kiribati traditional context.

4. Protection

UNESCO (2005; Article 4 [7]) refers to *protection* as "the adoption of measures aimed at the preservation, safeguarding and enhancement of the diversity of cultural expressions". This definition will be used in this policy. In addition, the policy intends to position the local experts in traditional knowledge and cultural expressions at the centre of the protection process by giving them primary and ample opportunities to decide what traditional knowledge and cultural expressions need protection, the form in which they will be protected and the manner in which they will be protected.

5. Cultural security

The last term that needs defining at this stage is *cultural security*. This term has been broadened beyond its traditional 'hard' military usage to encompass other

DRAFT

so-called 'soft' security areas (Lassi, 1999) like *inter alia* the environment, food and – for our immediate purpose – culture. For the purposes of this policy paper, we shall use the definition of the term *cultural security* proffered by Ole Weaver (1995:47) who sees it as:

> … the capacity of a society to conserve its specific character in spite of changing conditions and real or virtual threats: more precisely, it involves the permanence of traditional schemas like of language, culture, associations, identity and national or religious practices, allowing for changes that are judged to be acceptable.

Overall policy aim

The overall aim of this policy is to ensure the preservation, protection and promotion of traditional knowledge (TK) and cultural forms of expression (CFEs) and derivatives thereof for the benefit of the traditional owners/knowers/doers today and the future that will enable them to articulate their culture and identity and to participate fully in the economic sector.

Policy objectives

The objectives of the policy are to:

1. safeguard and protect traditional knowledge and cultural expressions in and of Kiribati;

2. preserve the unique traditional knowledge and cultural expressions of Kiribati;

3. promote the unique traditional knowledge and cultural expressions of Kiribati;

4. document important sites, stories, objects and ideas that are important in traditional knowledge and cultural expressions of Kiribati;

5. acknowledge and document the proper ownership of the unique traditional knowledge and cultural expressions of Kiribati;

6. enhance the opportunities for owners to derive appropriate benefits from traditional knowledge and cultural expressions of Kiribati through fuller participation in economic and other activities;

7. encourage and support activities that reflect and support the unique artistic and cultural heritages of Kiribati;

8. encourage and support ongoing initiatives as well as new ones with their coordination, management and if possible funding;

9. encourage and support activities, initiatives and projects that enhance Kiribati's distinctive history and culture;

10. encourage and support ongoing artistic and cultural programmes;

11. provide appropriate avenues and venues for artistic and cultural events;

DRAFT

12. provide opportunities for owners and doers of traditional knowledge and cultural expressions of Kiribati to participate in artistic, cultural and other related events, and

13. encourage and support activities, initiatives and projects that enhance the protection, promotion and transmission of Kiribati's unique traditional knowledge and cultural expressions of Kiribati.

Policy outcomes

The intended outcomes of the policy are as follows:

1. appropriate legislation, support services and databases are set up to ensure the successful implementation of this policy;

2. fuller and more meaningful participation of owners and doers of traditional knowledge and cultural expressions of Kiribati as well as other stakeholders in the artistic and cultural life of the country and the region;

3. the unique place of Kiribati's traditional knowledge and cultural expressions of Kiribati in the fullness of the lives of the I-Kiribati is acknowledged;

4. the unique traditional knowledge and cultural expressions of Kiribati are effectively disseminated in appropriate modes, and

5. artistic and cultural sites that are important for the I-Kiribati are identified, documented and protected.

6. Owners derive economic and other benefits.

SECTION 4: PRESERVATION OF TRADITIONAL KNOWLEDGE AND EXPRESSIONS OF CULTURE

Preservation essentially entails a documentation of current practices in traditional knowledge and cultural expressions. It is therefore anticipated that the following organizations and strategies will play key roles in the process:

- Cultural mapping
- Recording stories
- Registration of owners and all known forms of traditional knowledge and cultural expressions.
- Establishing appropriate databases
- Ongoing research guided by appropriate protocols and ethics
- Proper storage in libraries, museums and archives
- Establishing procedures for authorising research and repositories for research outputs – especially on matters pertaining to the secret and sacred aspects of traditional knowledge and cultural expressions.
- GI systems to be established and made operational.
- Protection of cultural sites and objects.

SECTION 5: PROTECTION OF TRADITIONAL KNOWLEDGE AND EXPRESSIONS OF CULTURE

DRAFT

1. A law to protect traditional knowledge and cultural forms of expression will be developed along the Regional Legal Framework and Pacific Model Law.

2. There shall be a national database of information covering traditional knowledge, cultural sites and cultural expressions and owners.

3. Where there are clashes between local values and others, local values must take precedence and must be prioritsed.

4. The protection of rights should be permanent and not limited.

5. Laws and regulations arising out of this policy must take proper cognizance of individual and communal rights as understood by the I-Kiribati.

6. All traditional knowledge and cultural expressions are to be given equal status.

7. Unsatisfactory provisions in the current laws and regulations must be removed.

8. Local experts are to be officially recognized and appropriately rewarded.

9. Traditional knowledge is to be officially recognized as specifically belonging to particular groups of people or individuals in Kiribati and appropriately recorded.
10. The owners and doers of traditional knowledge must be provided with appropriate opportunities to have inputs into decision-making in matters pertaining to their traditional knowledge and/or cultural forms of expressions.
11. Island-level and national-level cultural authorities with appropriate and "strong" owner/knower/doer representation and influence.
12. All laws, regulations and policies shall recognise the multiplicity of 'schools' of traditional knowledge and cultural expressions that exist in the islands.

SECTION 6: PROMOTION AND TRANSMISSION OF TRADITIONAL KNOWLEDGE AND EXPRESSIONS OF CULTURE FOR ECONOMIC DEVELOPMENT

1. There shall be regular arts and cultural festivals at the island and national levels.
2. The school curriculum and administrative structures at all levels of the formal education system shall be revised to accommodate cultural studies as a core component of the school activities.
3. Participation in regional and international arts and cultural activities shall be encouraged to showcase the unique traditional knowledge and cultural expressions of the country.
4. Publications in various media of appropriate forms of traditional knowledge and cultural expressions shall be facilitated, with proper

quality control being built in to ensure accuracy and conformity to standards and ethics.

5. There shall be appropriate public awareness campaigns. Information about traditional knowledge and cultural expressions should be widely disseminated in appropriate form through appropriate media avenues such as newspapers, radio, television, video, books and posters.

SECTION 7: IMPLEMENTING THE POLICY

1. The people and Government of Kiribati have a joint responsibility for the provision and enhancement of the artistic and cultural education of all the I-Kiribati and should play key and leading roles in documenting, supporting, protecting, promoting and transmitting major cultural and artistic activities of the country.

2. The overall responsibility for overseeing the implementation of this policy will be within the Ministry of Internal Affairs (MIA) and, in particular, the Cultural Division.

3. MIA will work closely with the other relevant government Ministries like the Attorney General's Chambers and the Ministry of Commerce, Industries and Co-operatives where appropriate to ensure optimal effectiveness of this policy.

4. There shall be on each island an Island National Committee for the Protection of Traditional Knowledge and Cultural Expressions (Komete Ibukin Tararuan Rabakaun ao Katein ……. [*name of island*]) for the purposes of implementing the policy at island level.

5. The Island Cultural Authority (Mwaneaban Katein Abamwakoro [*name of island*]) consisting of representatives from the island committees and representatives of other stakeholders will be responsible for implementation at the national level.

6. The National Cultural Authority (Mwaneaban Katein Kiribati), in close consultation with all stakeholders, will identify possible activities, programmes, projects, policy matters and for inclusion in national development strategies as well advise on legislative matters.

7. In consultation with all stakeholders, the Island Cultural Authority (Mwaneaban Katein Abamwakoro [name of island]) and/or the National Cultural Authority (Mwaneaban Katein Kiribati) shall identify possible activities, programmes and projects for inclusion in strategic plans at the island and national levels through the respective Island Council(s) and the responsible Ministry.

Managing disputes

8. Owners/knowers/doers of traditional knowledge and cultural expressions should be at liberty to use or cause their TK and CFs to be used in the first

DRAFT

instance within the guidelines of this policy and other relevant laws and regulations.

9. Any disputes pertaining to the ownership, misappropriation and/or usage of traditional knowledge and/or cultural expressions or any related matters are to be dealt primarily by the Island Cultural Authority (Mwaneaban Katein Abamwakoro [name of island]).

10. Failing to resolve the dispute at this level, there shall be recourse for the dispute to be brought before the National Cultural Authority (Mwaneaban Katein Kiribati) and, if need be, ultimately recourse to a competent court of law of the land.

11. Adoption of the law for the protection of traditional knowledge and cultural expressions.

12. Recognising the important roles of customary laws and indigenous protocols.

13. Harmonisation of the law for the protection of traditional knowledge and cultural expressions with existing national laws and legislation.

14. Harmonisation of the law for the protection of traditional knowledge and cultural expressions and regulations emanating from this with existing regional and international laws, agreements and protocols.

SECTION 8: MECHANISMS FOR MANAGING, EVALUATING, MONITORING AND REVIEWING THE POLICY

1. There shall be a secretariat for the Island Cultural Authority at the island level and a secretariat of the National Cultural Authority at the national level.
2. There shall be provisions for periodic review of this policy and related legislations on the protection of traditional knowledge and cultural expressions.
3. The Island Cultural Authority shall meet regularly at a time determined by its membership.
4. The National Cultural Authority shall meet regularly at times determined by its membership.

APPENDIX 1: TK AND CFES THAT ARE TO BE PRESERVED, PROTECTED AND PROMOTED

These are the forms of traditional knowledge and cultural expressions that were identified by I-Kiribati owners/knowers/doers during my initial consultation meetings in March and May 2010.

1. Akawa
2. Anene
3. Aroaro
4. Aroka ma bonganaia

DRAFT

5. Binekua
6. Bwai n aoraki
7. Bwai ni mwaie
8. Bwai ni mwakuri
9. Iranikai
10. Kabung
11. Kabwara mi
12. Kamooi
13. Karaki
14. Katake
15. Kateitei
16. Katoka/kabwaka ara
17. Kauti
18. Kawakinan amwarake ni kateimatoaki
19. Korobanna
20. Korokarewe
21. Mwaie
22. Mwin rongorongo ma bwaai ni kawai
23. Raranga
24. Ribana
25. Riring
26. Tabunea
27. Tabutabu
28. Taetae
29. Takakaro
30. Tauan mwin te karau
31. Taunimate
32. Tebotebo
33. Ununiki
34. Waa

DRAFT

Anexo 5
Memorando de Entendimento – EUA / Kiribati

O/C CMD

Sgt Suva

Actg O/C
9/1/19

REPUBLIC OF KIRIBATI

MEMORANDUM

From:	Secretary for Foreign Affairs and Immigration	**To:**	Secretary: MIA
File Ref:	FAI: ~~555~~ 13/36	**cc:**	Ms. Monita Irateti
Date:	8 January 2019		

Copy of Memorandum of Understanding Between Government of Kiribati and DPAA

1. With reference to your office letter dated 6th December 2018, please find attached herewith copy of MOU between the Government of Kiribati and the Joint POW/MIA (DPAA) as requested for your kind information.
2. Kindly note that History Flight Agency is contracted by the US DPAA to carry out excavation work on Tarawa and report back to DPAA and the US government regarding findings. The existing contract between History Flight Agency and the US Defence Prisoner of War/Missing in Action Accounting Agency (DPAA) requires History Flight to engage with the Government of Kiribati in order to obtain permission including recovery permits, environmental permits and those regarding handling of human remains.
3. The Ministry stands ready to provide further information should the need arise.

Ko rabwa

Uentemamira. Kataauru-Muller (Mrs)
For Officer in Charge

Recd on 8/1/19

MEMORANDUM FOR RECORD
Between the
Joint POW/MIA Accounting Command
And the
Ministry of Foreign Affairs and Immigration on
Republic of Kiribati
17 September 2010

I. OVERVIEW: The Joint POW/MIA Accounting Command, hereinafter referred to as JPAC, U.S. Pacific Command, U.S. Department of Defense is formally tasked to provide the fullest possible accounting of those Americans missing from our nation's past conflicts, to include World War II losses in the Pacific region. In accordance with Section 106 of the U.S. Historic Preservation Act and the applicable Laws of the Republic of Kiribati , hereinafter referred to as Kiribati, the Ministry of Foreign Affairs and Immigration (MFAI) is responsible for international policy and is the Primary Point of Contact concerning all JPAC activities in Kiribati. All JPAC activities will be jointly conducted in accordance with applicable U.S. regulations and the laws of Kiribati. This arrangement outlines the foundation for JPAC's operations in Kiribati; however, each mission will be requested and approved on an individual basis.

II. APPLICABILITY: This Memorandum for Record applies to JPAC efforts during research, investigation, excavation, and forensic review activities in Kiribati.

III. POLICY: The policy of the United States prohibits the payment of rewards for remains.

IV. JOINT ARRANGEMENTS:

A. **Contact and Coordination**

- The Ministry of Foreign Affairs and Immigration is the primary point of contact for JPAC related matters. JPAC will notify and coordinate with the Ministry of Foreign Affairs and Immigration via the U.S. Embassy Suva.

- As approval authority per the Laws of Kiribati, the Ministry of Foreign Affairs and Immigration along with the Ministry of Internal and Social Affairs, National Cultural Council concurs with JPAC conducting investigation, recovery and forensic review missions in Kiribati and its surrounding waters. The Ministry of Foreign Affairs and Immigration will coordinate JPAC activities with appropriate Kiribati organizations and officials and inform JPAC J5, through U.S. Embassy Suva, of any special permits required to meet mission objectives.

- Contact and coordination will commence a minimum of 120 days in advance of all missions to allow maximum time for all required coordination within Kiribati. A detailed mission plan will be provided for use in a public awareness campaign to inform local residents and officials about the JPAC team arrival and its intended mission. JPAC Public Affairs Office (PAO), in coordination with U.S. Embassy Suva PAO, will support the Ministry of Foreign Affairs and Immigration as requested.

- JPAC team leadership will provide entry and exit briefs, as required. The Ministry of Foreign Affairs and Immigration will submit requests for entry/exit briefs, through the JPAC J5, prior to the team's arrival.

B. **Site and Artifacts Preservation**

- Pursuant to the laws of Kiribati, the Ministry of Internal and Social Affairs, National Cultural Council agrees to help protect and preserve World War II sites known or suspected to be associated with unaccounted-for Americans from disturbance and pilferage.

- The National Cultural Office agrees to immediately notify JPAC, the Ministry of Foreign Affairs and Immigration and U.S. Embassy Suva, when individuals or organizations identify, request, or disrupt potential or known historical sites associated with U.S. World War II losses.

C. **Scope of Work**

- In accordance with this memorandum, JPAC will submit a formal scope of work for all proposed activities, to include investigation, excavation, and forensic reviews, to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration for approval 60 days prior to any work being conducted. The Ministry of Foreign Affairs and Immigration will notify JPAC in writing via the U.S. Embassy Suva of its decision or requirements for additional documentation. Should any deviation from the approved arrangement occur, all concerned parties will coordinate a satisfactory solution of the issue to allow remaining work to be completed.

- Approved JPAC activities will begin and end on mutually agreed upon dates. JPAC missions will be approximately 45-60 days in duration, based upon availability of requisite resources. JPAC will submit a formal written request, though the U.S. Embassy Suva, to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration, for adjustment or extension of any mission.

- Upon arrival at any investigation or excavation site, JPAC will photo document the entire site area and provide a photographic record of the site to the National Cultural Office. This photo documentation must occur prior to commencement of work.

- The JPAC recovery leader/anthropologist (RL/A) will determine the scientific strategy for site excavation and recovery of remains. The RL/A will ensure all aspects of field activities follow the approved scope of work, and National Cultural Council and Ministry of Internal and Social Affairs policy.

- Copies of final reports (Search and Recovery, Forensic Odontology, Forensic Anthropology, and Material Evidence) will be provided to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration upon completion of the identification process.

D. **Remains and Material Evidence Disposition**

- JPAC is concerned only with recovery of remains and material evidence necessary to establish identification. Coordination for the recovery and transportation of remains and/or material evidence out of Kiribati will be made through the Ministry of Foreign Affairs and Immigration. Only material evidence that will directly assist in or support the identification will depart Kiribati with the JPAC team.

- Prior to the team's departure from Kiribati, all recovered material evidence and/or human remains will be reviewed and verified by the team anthropologist and a designated National Cultural Office representative.

- Following completion of the identification process, if desired, the material evidence removed from Kiribati will be returned to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration with the exception of personal effects associated with an identified individual that are returned to the family.

- When remains are recovered, if requested, a small memorial service may be conducted at the local village level prior to the team's departure. Additionally, select JPAC team members may conduct a formal repatriation ceremony prior to departure from Kiribati if requested by the host government or U.S. Embassy, Suva. Such ceremonies will be coordinated and approved in advance by the U.S. Embassy and JPAC Headquarters.

E. **Safety and Security**

- Safety and security are paramount to the welfare of JPAC team members and Kiribati officials and citizens involved with the mission.

- For safety considerations, site access is commonly restricted to the general public. Permission for site access will be coordinated through the JPAC team leader and Kiribati escort officials following notification and approval of JPAC Headquarters. Press/media visits will be coordinated through U.S. Embassy Suva, JPAC PAO, and appropriate Kiribati officials. JPAC will verify the requirement with the Ministry of Foreign Affairs and Immigration for team to be

escorted by a designated Kiribati official for the duration of each joint field activity (JFA).

- The Kiribati Police Service will approve and/or provide primary security for JPAC investigation and excavation teams and excavation sites throughout each JFA.

- Medical evacuation services and procedures will be coordinated with the International SOS (ISOS) Emergency Center, Sydney, Australia, as required.

- When unexploded ordnance (UXO) is discovered, team explosive ordnance disposal (EOD) technicians will mark the location with yellow pin flags or move the UXO to a safe holding pit. JPAC EOD technicians will not dispose of any UXO. Detailed information on the pin flag or UXO safe holding pit location will be provided to the Kiribati Police Service, who will assume responsibility for the safe disposal of all UXO in accordance with Kiribati laws and regulations.

- JPAC will maintain a command and control (C2) cell /logistics support element as required.

F. Customs and Immigration

- JPAC will provide a list of team members to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration through U.S. Embassy, Suva, 45 days prior to the mission, for entry visa processing.

- Communications equipment used by JPAC teams will include Iridium telephones and pagers, cell phones, and Inmarsat modems capable of voice and data transmissions. A detailed list of communications equipment and frequencies will be submitted to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration through U.S. Embassy Suva 60 days prior to the mission.

- A detailed list of all medicines to be brought in and used by the teams will be provided to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration, through U.S. Embassy Suva, a minimum of 60 days prior to the mission.

G. Team Conduct & Customs/Courtesies

- JPAC team members will not wear military uniforms while conducting JFA's. The exception to this policy is for a repatriation ceremony, should it be requested by the Kiribati or U.S. Embassy.

- Team members will demonstrate respect for local laws and customs, as well as conduct themselves in accordance with established JPAC and U.S. Embassy standards of conduct.

H. Compensation

- The U.S. agrees to pay fair compensation and reimbursement for services rendered in support of JPAC efforts for the fullest possible accounting of Americans missing as a result of our Nation's past conflicts. All reimbursements are subject to the availability of funds.

- The Ministry of Foreign Affairs and Immigration will submit a bill to JPAC at the end of each JFA. All compensations will then be transferred via electronic funds transfer (EFT) to the Ministry of Foreign Affairs and Immigration, who will in turn assume responsibility to disburse appropriate payments to government officials, laborers, and guards.

- JPAC agrees to pay $13.30 U.S. dollars ($16.00 AUS) per day for unskilled labor and $17.50 U.S. dollars ($21.00 AUS) per day for government officials when such personnel are necessary to accomplish the mission. Determination of necessity must be made prior to the execution of the mission.

- JPAC agrees to pay travel and lodging for Kiribati officials and security personnel when such personnel are necessary to accomplish the mission. Determination of necessity must be established prior to execution of the mission.

- It is agreed that in certain situations JPAC may be required to pay local landowner(s) fair and reasonable compensation, which will be negotiated with the landowner(s) through the Ministry of Foreign Affairs and Immigration representative, and JPAC. The Ministry of Foreign Affairs and Immigration will be responsible for determining actual land ownership and to whom these compensation payments are to be made. This information will be provided to JPAC, J5 Director, 30 days prior to the mission.

V. APPURTENANCE: This document represents the first arrangement between JPAC and the Ministry of Foreign Affairs and Immigration, Ministry of Internal and Social Affairs and National Cultural Council to formally establish a joint relationship. This arrangement shall be effective upon signature of all parties. Should any signatory determine the activities cannot be completed in accordance with this arrangement or an amendment to the arrangement is required, that party will notify the other signatories and request consultation to amend this arrangement. Approval of an amendment will follow the same administrative procedures as the original arrangement. This arrangement may also be terminated unilaterally upon 180 days written notification to either party.

VI. UNDERSTANDINGS: In accordance with their national procedures and subject to the availability of funding, the undersigned parties agree to discharge their best efforts to accomplish those items listed in paragraphs two and three of this Memorandum for Record. This Memorandum is not intended to be a binding international agreement between the U.S. Government's Joint POW/MIA Accounting Command and Republic of Kiribati National Cultural Council. This Memorandum creates no substantive or procedural rights between the parties. Any disagreement regarding the interpretation or application of this Memorandum shall be resolved through consultation by the representatives concerned.

Signed:

Terieta Mwemwenikeaki
Deputy Secretary
Ministry of Foreign Affairs and Immigration and Immigration

Date: 17/9/2010

Col John Sullivan, USMC
Deputy Commander,
Joint POW/MIA Accounting Command

Date: 17/9/2010

Witnesses:

Romano Reo
Mayor
Betio Town Council

Date: 17/9/2010

Witnesses:

Gary Shaw
Deputy Director, J5
Joint POW/MIA Accounting Command

Date: 17 SEP 2010

Anexo 6
Política dos Anciãos (*Te Unimwane Policy*) – Rascunho

CONCEPT NOTES ON UNIMWANE POLICY AS OF 30th OF OCTOBER 2018

A. PURPOSE

1. This concept note tends to discuss an appropriate and effective legal mechanism in which the Government of the Republic of Kiribati has to take into account to ensure most vulnerable citizens (that are Unimwane [1]) may able to comprehensively understand their levels of accountability within their respective areas of authority.

B. BACKGROUND

2. Kiribati uses a system of government known as a Constitutional Multiparty Republic. This government system urges groups or individual of a particular constituency to fairly and freely elect their legislative representatives to the House of Parliament and councilors to the island councils. The President is the Head of State and Government of this system of government. In Kiribati this system has a two-tier namely: (i) central government and (ii) local government. The central government that is the House of Parliament consists of 46 members of parliaments (MPs), 44 of whom are directly elected and led by the President whilst the number of councilors depends on the number of population for every constituency and led by the Mayor.

3. Under Mamau's presidency, Kiribati Vision (KV) 20 has launched as a living blueprint framework to tailor the Government of the Republic of Kiribati's priority development investments into attractive sectors including (i) tourism and (ii) fishery sectors that may transform this island-nation into a utopian vision of society. This KV 20 explicitly covers 4 pillars including: (i) Human Resource Development such as (a) human capital; (b) natural capital; and (c) cultural capital; (ii) Peace and Security; (iii) Governance; and (iv) Infrastructure to ensure all Kiribati citizens are wealthy, healthy and happy. Amongst of these pillars, the GoK identifies cultural capital under the

[1] Unimwane – This concept note uses this terminology for elderly people or senior citizens of Kiribati.

Cultural and Museum Division at the Ministry of Internal Affairs (MIA) as one of the leading and influencing factors towards achieving the aspirations of Government of the Republic of Kiribati under Toban Kiribati Party.

4. While this concept paper is deeply concerned with a placement of the *Elderly People Policy* to ameliorate the problems associated with the customary law and the existing legislations. It is relevant however to put more emphasis on an inability of legislations for instance the *Local Government Act 1983 (LGA amended in 2008*) and other related legislations to provide successful resolutions on elderly people's issues. As you may recall, the *Local Government Act 1983 (LGA amended in 2008*), has been set in place as a legal mechanism to deal with domestic affairs of the twenty-three island councils across the Gilbert, the Line and Phoenix Groups. The provision for elderly people is not under this act's jurisdiction. Instead this act strives to specifically outline the legitimate roles of a particular island council including: agriculture, livestock and fisheries, buildings and town or village planning, education, forestry, land drought and famine relief, markets, public health, public order, peace and safety, communication and public utilities, as well as trade and industry.

5. Interestingly, Kiribati's culture has formally accepting the participation of elderly people in making decisions at *Te Maneaba.* Flashing back our memories to the original orientation of our cultural heritage during tribalism's period. Indeed Kiribati tribes were entirely led by elderly people. Their heritage powers of authority have been traditionally recognising by Kiribati indigenous. One of their respected responsibilities involves with making great decisions for the future prosperity of their tribe. In this respect, the Government of the Republic of Kiribati should not undermine the heritage power of elderly people within their respective islands, but it should support the liberty of elderly people by putting specific legislation instead of customary law to ensure the levels of accountability between the island councils and elderly people are similarly equal to each other.

6. To promptly address issues associated with the association of senior citizens and the island council to ensure the heritage powers of elderly people are not

marginalized by the tiers of legislation of the Government of the Republic of Kiribati. The Government of the Republic of Kiribati nevertheless should enact a newly legislation[2] for elderly people to ensure identified gaps between the primitive and contemporary systems of governance could be able to effectively and sensitively address. This newly law would have the ability to promote and strengthen elderly people's capabilities to use cultural heritage leadership values to render high standards of transparent decision making and support the paradigm shift that may not seriously jeopardize elderly people's participation in executing decisions. Instead, it urges the Government of the Republic of Kiribati to formally allow the old and new public governance doctrines to be interacted according to the rules of law.

7. The Culture and Museum Division wishes to emphasise that as we are moving towards the edge of hyper-globalisation, the Government of the Republic of Kiribati should take into consideration of the practicability of the newly legislation that may separate the powers of authority amongst the elderly people and island council to ensure the level of accountability between the traditional governance system and modern islands council system of governance is not overlapping lapping each other in both short and long term run.

C. ISSUES

8. This concept note has identified three major barriers that are contributing a lot to the above subject matter. These issues involve with: (i) an absence the national policy on senior citizens of Kiribati, (ii) the devaluation of elderly people by the modern government system, and (iii) inability to ratify relevant International Conventions' on Human Rights.

9. *The absence of elderly people's national policy*: A dynamic interaction between elderly people, government structures, and traditions continue to be a common practice in Kiribati. An overlapping of absolute powers between the modern two-tiers

[2] Law:- This newly law specifically refers to the proposed legal framework for elderly people

of public governance system and the elderly people association however may likely to be a controvertible issue in this case. Elderly people are the central power in making decisions in our culture. With a formal recognition of elderly people by written policy or law, undoubtedly, problem-solving or conflict management at the island level could be eased, as the jurisdiction may easily determine by either the Magistrate or the High Court.

10. As of date, there is no specific policy or legislation that has been set in place to address issues with respect to the elderly people's domestic affairs. Insofar, the issues associated with an organised association of elderly people therefore unable to successfully resolve at the courts. This may continue to occur if the Government of the Republic of Kiribati does not proactively put in place the national policy that specifically addresses the elderly people's issues.

11. *Devaluation of elderly people by the modern government system*: The modern governance system of the Government of the Republic of Kiribati continues to marginalise the significance of elderly people's leadership. This system indeed creates tension between elderly people and the used system. As observed, there were several incidences that had been taken place between the newly two-tier of the system of governance and primitive system of governance had occurred during President Tong's administration. The first clash of civilization happened at Maiana Island in 2009 whilst the second at Butaritari Island in 2012. The third on the other notes took place at Kuria Island in 2014. These cases were lodging into courts for further fair jurisdictions.

12. The central focal of these clashes of civilization stressed on two key barriers: (i) level indifference between the tiers of legislations such as customary law and legislation, and (ii) margianlisation of the elderly people by the *Local Government Act 1983 (LGA amended in 2008).* As a matter of fact, the Court could not able to resolve these cases accordingly. The Court may therefore able to resolve the abovementioned cases if the Government puts in place a national policy or legislation for elderly people.

13. *inability to ratify International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights (ICESCR, 16th December 1966)*:- Under this globalised world, elderly people's issues are increasingly framed in terms of formulating national policy. To ensure these issues are proactively addressed, it is crucial for the Government of Kiribati to be a member state to relevant human right conventions that recognizes cultural aspect. In this case, the Government of Kiribati has to formally accede to the International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights, 1966. Acceding to this human right convention may help the Government of Kiribati to align its elderly people national policy or legislation to the ratified convention. Undoubtedly, the ratification of the abovementioned is an essential milestone to engage Kiribati to proactively make fair national policy or legislation for elderly people.

D. ACHEIVEMENTS

14. As you may recall, there are nine conventions of the Human Rights namely: (i) International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights (ICESCR, 16th December 1966), (ii) International Covenant on Civil and Political Rights (ICCPR, 16th December 1966), (iii) Convention on Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (CEDAW, 18th December 1979), (iv) Convention on the Elimination of All Forms Racial Discrimination (ICERD, 21st December 1965), (v) Convention on Elimination of Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CAT, 10th December 1984), (vi) Convention on the Rights of the Child (CRC 20th November, 1989), (vii) International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families (ICMW, 18th December 1990) International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance (CPED, 20th December 2006), (viii) Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD, 13th December 2006), and (ix) Convention on the Rights of the Child (CRC, 20th November 1989).

15. Amongst these human rights international conventions, only three of them by which Kiribati has ratified them. These conventions including: (i) Convention on the Rights of the Child (CRC, 20th November 1989) which ratified in 1995, (ii) Convention

on Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (CEDAW, 18th December 1979) which acceded into 2004, and (iii) Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD, 13th December 2006) which ratified in 2013.

16. The full participation of elderly people which has been encouraged by the 1991 United Nations' Principles, if the Government of the Republic of Kiribati could consider the significance of people by ratifying the International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights (ICESCR, 16th December 1966). According to Article 15 of this convention, state parties are urged to recognize the rights of everyone to participate in cultural life. State actors however shall show kindness to elderly people within their respective societies.

E. WAY FORWARD

17. Due to the inability of both local and central authority to proactively consider the significance of elderly people, it is worthwhile to underline ways forward for further consideration:

- *Formulation of a Newly National Policy or Legislation for Elderly People*: Putting in a place the newly policy or legislation to implement the principle of policy coherence to ensure elderly people are not excluded their adequate social relevance. As recommended, working alongside with islands' communities to carry out public consultations in order to get the public consensus across the entire Kiribati to ensure an effective and efficient formulation of this newly policy or legislation for elderly people.

- *Reframing of the Governance System Structure:* Reframing the existing governance structure into an inclusive governance framework tends to reduce the crisis between the modern and old governance of system. The implementation of this way forward may not be possibly done at the moment, as the Government of Kiribati applies the modern governance system. However,

it will effectively and efficiently possible if the Government of Kiribati formally formulates written laws instead of customary law for elderly people.

F. RECOMMENDATION

18. As of date, it could be observed that the number of elderly people for men is nearly 2580 during the last population census (see Annex 1). Based on the foregoing ways forward this concept note supports the above two ways forward for the placement of the national policy or legislation of elderly people.

Annex 1: Elderly People Data as of 2015 Population Census

Age	Total	Male	Female
60 years	525	240	285
61 years	580	262	318
62 years	466	213	253
63 years	521	206	315
64 years	314	130	184
65 years	402	159	243
66 years	370	159	211
67 years	342	144	198
68 years	335	148	187
69 years	299	121	178
70 years	297	127	170
71 years	215	77	138
72 years	245	79	166
73 years	279	97	182
74 years	202	80	122
75 years	188	72	116
76 years	118	37	81
77 years	109	26	83
78 years	122	57	65
79 years	71	25	46
80 years	70	16	54
81 years	59	22	37
82 years	64	22	42
83 years	44	13	31
84 years	30	7	23
85 years	45	11	34
86 years	20	6	14
87 years	20	5	15
88 years	11	3	8
89 years	13	5	8
90 years	10	5	5

91 years	5	1	4
92 years	3	-	3
93 years	5	-	5
94 years	1	1	-
95 years	3	1	2
96 years	2	-	2
97 years	2	-	2
98 years	-	-	-
99 years	4	1	3
Table 5: Pc	6,411	2,578	3,833